

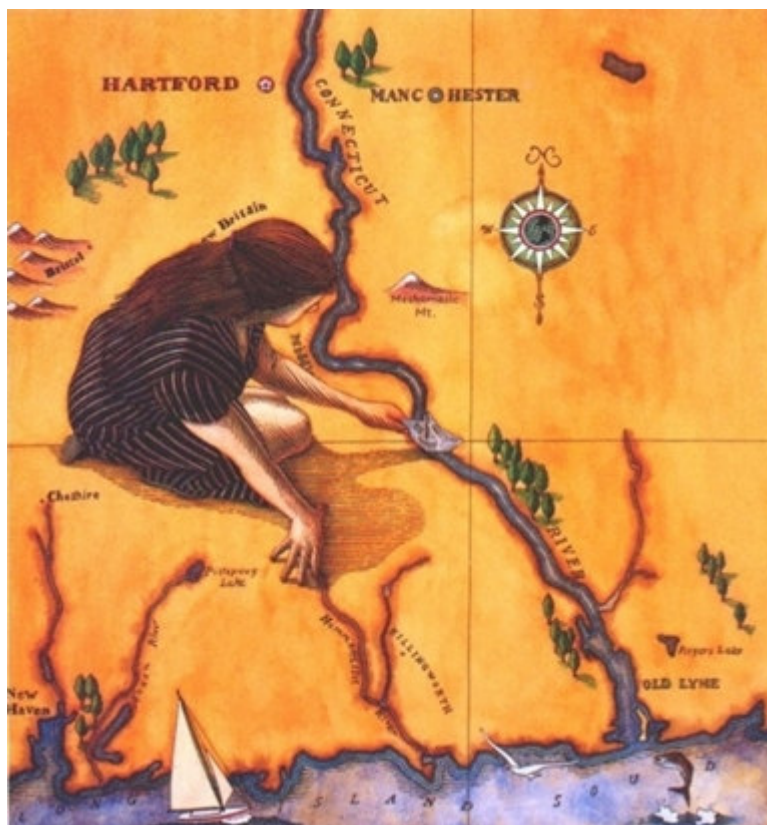
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em História
Linha de pesquisa: Cultura e Representações

DANIELA MARZOLA FIALHO

CIDADES VISÍVEIS:

Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana.



VOL. 1
Porto Alegre
2010

DANIELA MARZOLA FIALHO

CIDADES VISÍVEIS:

Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana.

Vol. 1

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Linha de Pesquisa: Cultura e Representações.

**ORIENTADORA:
DRA. SUSANA BLEIL DE SOUZA**

**Porto Alegre
2010**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F438c Fialho, Daniela Marzola

Cidades visíveis : para uma história da cartografia como documento de identidade urbana / Daniela Marzola Fialho ; orientação de Susana Bleil de Souza. – 2010.

2 v. : il.

Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2010.

1. História urbana : Cartografia. 2. Cidades : Porto Alegre (RS) : Mapas. 3. História da cultura. 4. Identidade urbana. I. Souza, Susana Bleil de. II. Título.

CDU: 711.42:528

Bibliotecária Responsável

Elenice Avila da Silva – CRB-10/880

DANIELA MARZOLA FIALHO

CIDADES VISÍVEIS:

Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Linha de Pesquisa: Cultura e Representações.

Aprovada pela Banca Examinadora em 22 de abril de 2010

Profa. Dra. Susana Bleil de Souza – PPG História/UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Célia Ferraz de Souza – PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Charles Monteiro – História/PUC/RS

Profa. Dra. Maria Luíza Martini – PPG História/UFRGS

Profa. Dra. Miriam Rossini – FABICO/UFRGS

Para minha Mãe
Norma Marzola

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Sandra Jatahy Pesavento (*in memoriam*), por ter me incentivado a fazer este doutorado e ter sido minha primeira orientadora. Agradeço-lhe também por todas as oportunidades de crescimento pessoal e intelectual, por sua confiança e pelas aventuras que vivemos juntas cujas lembranças sempre levarei pela vida afora.

À minha orientadora, Susana Bleil de Souza, por me acompanhar firmemente nos momentos seguintes desse trabalho.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade por ter acolhido meu trabalho. Agradeço também aos funcionários deste PPG, especialmente à Marília.

Aos Professores Drs. Célia Ferraz de Souza, Charles Monteiro, Maria Luiza Martini e Miriam Rossini por terem aceitado fazer parte da banca de defesa de tese.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Jacques Leenhardt, por sua orientação ao longo do ano em que realizei estágio de doutorado “sanduíche” na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Agradeço por sua acolhida, pelos horizontes que abriu ao meu trabalho e pela honra de poder assistir e participar de seu seminário.

Agradeço ainda aos amigos que conheci na *École*, participando do Seminário de Jacques Leenhardt, e que me acolheram com sua amizade: Colette Grandclaudon, Edgard Vidal e Jean-Noël Larrieu.

Aos amigos da *Maison du Brésil*, agradeço a solidariedade e o apoio no trabalho de pesquisa, o alegre companheirismo das viagens e a convivência na *Cité Universitaire* e fora dela: Karina Alves de Toledo, Amílcar Torrão Filho, Biagio Avena, Patrícia Reinheimer, Gisela Cardoso, Renata Simões, Valéria Cristina da Costa, Isabela Jubé Wastowski, Valéria Ernestânia Chaves, André, Luiz Fernando da Silva Mello e Eliane Mello.

Agradeço aos meus amigos e colegas da Faculdade de Arquitetura: José Carlos Freitas Lemos, Helena Cabeda Petrucci, Silvana Jung Stumpfs, César Vieira, Cláudio Fischer, Giovanna Santini, Maria Cristina Dias Lay, Tarcisio Reis, Jorge Haussen, Inês Martina Lersch e Edson Krebs. Agradeço também na Faculdade de Arquitetura pela colaboração no trabalho junto à COMGRAD-ARQ no início de meu doutorado à Airton Darold, Jacqueline Johnsson e Berenice Camargo.

Aos colegas e amigos do GT de História Cultural: Nádia dos Santos Weber, Débora Krebs, Claudia Musa Fay e Alessandro Kerber, Alexandre Herculano, Monica Velloso e Maria de Fátima Costa.

Meus agradecimentos aos colegas da diretoria da ADUFRGS: Cláudio Scherer, Maria Luiza Holleben, Elizabeth de Carvalho Castro, Maria Cristina da Silva Martins, Paulo Artur Konzen, Maria da Graça Saraiva Marques e Ana Paula Ravazzolo, pela compreensão e pelo apoio recebido. Agradeço também aos companheiros de lides sindicais que se tornaram grandes amigos: Regina Witt, Cida Livi, Lúcio Hagemann, Lúcio Vieira, Eduardo Rolim, Eliane Leão, Tânia Hirochi, Beatriz Couto, João Eduardo, Silvia Balinsky, Edson Lindner, João Vicente e Félix Gonzalez.

Devo agradecer também a alguns amigos de outras “tribos”: Vicky Martinez, Thirza Vasconcelos, Isabella Barin e Lúcia Medeiros.

Quanto à realização da minha pesquisa, agradeço a colaboração científica de Catherine Bousquet-Bressolier, que tão gentilmente me recebeu; ao pessoal da Biblioteca do Museo del Risorgimento em Bologna, Itália, pela ajuda em relação ao material sobre Zambeccari; à Maria Dulce de Faria, por sua ajuda no setor de cartografia da Fundação Biblioteca Nacional; à equipe da ONG Viver Cidades, no Rio de Janeiro, por me abrirem as portas de sua biblioteca; à equipe do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho pela disponibilidade e simpatia com que sempre me atenderam; ao pessoal do Arquivo Histórico da Arquidiocese de Porto Alegre, pela ajuda nas biografias; e a Maria Tereza Fortini Albano pela sua ajuda junto à mapoteca da SMOV.

Por fim, agradeço a compreensão e o incentivo de minha família: Norma, Barata, Cristiano, Fernanda e Aguilar.

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da CAPES, que financiou o estágio de doutorado em Paris, a quem também agradeço.

E o ESPLENDOR dos mapas, caminho abstrato para a imaginação concreta,
Letras e riscos irregulares abrindo para a maravilha.

O que de sonho jaz nas encadernações vetustas,
nas assinaturas complicadas (ou tão simples e esguias) dos velhos livros.

(Tinta remota e desbotada aqui presente para além da morte,
O que de negado à nossa vida quotidiana vem nas ilustrações,
O que certas gravuras de anúncios sem querer anunciam.

Tudo quanto sugere, ou exprime o que não exprime,
Tudo o que diz o que não diz,
E a alma sonha, diferente e distraída.

Ó enigma visível do tempo, o nada vivo em que estamos!)

Fernando Pessoa, 1933¹.
(Ficções do Interlúdio/ Poesias de Álvaro de Campos)

¹ PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p.386-387.

RESUMO

O objetivo geral desta de tese é problematizar as relações entre a história urbana e a cartografia, mais especificamente, os mapas da cidade de Porto Alegre arrolados como campo e fontes de pesquisa. O tema é a cartografia enquanto produção histórica da cidade e as ferramentas teóricas usadas envolvem “questões” da História Cultural. Centra-se numa problematização que busca “perverter” a maneira clássica de se descrever e analisar as mudanças urbanas, de modo a mostrar que cidades são aí produzidas como ideário de representação, registro de memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da geografia e da paisagem urbana. Vistos como discursos, os mapas produzem as identidades e as mudanças do espaço urbano ao longo do tempo, dando visibilidade a significados até então invisíveis, ainda que não ocultos, possibilitando, assim, outras práticas e políticas de intervenção urbana.

Palavras-chave: Cartografia Urbana. História Cultural. História da Cartografia. Porto Alegre (RS).

ABSTRACT

The overall objective of this thesis is to problematize the relationship between urban history and cartography, in particular, maps of the city of Porto Alegre listed as sources and field of research. The theme is the cartography while historical production of the city and the theoretical tools used involve “issues” of Cultural History. It focuses on a problematization that seeks to "subvert" the classic way to describe and analyze the urban changes in order to show that cities are produced there as ideas of representation, memory register, inventory of imagery, historical narrative of geography and urban landscape. Seen as speeches, maps produce identities and urban space changes over time, giving visibility to previously invisible meanings, although not hidden, thus allowing, other practices and policies of urban intervention.

Keywords: Urban Cartography. Cultural History. History of Cartography. Porto Alegre (RS).

LISTA DE ABREVIATURAS

AHEX – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

BNF – Bibliothèque Nationale de France, Paris.

FBN – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

ICC – Instituto Cartográfico da Catalunha, Barcelona.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAPCO – Map and Plan Collection Online.

NYPL – New York Public Library, New York.

SMOV – Secretária Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre, Porto Alegre.

USP – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	14
1.1	OBJETIVOS, DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	19
1.2	DOS CAPÍTULOS E ALGUNS PRESSUPOSTOS.....	20
2	<u>DA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA URBANA</u>	23
2.1	PRÉ-HISTÓRIA, EGITO E MESOPOTÂMIA.....	26
2.2	GRÉCIA.....	29
2.3	ROMA.....	31
2.4	CHINA.....	33
2.5	IDADE MÉDIA.....	35
2.6	RENASCIMENTO.....	42
2.6.1	A questão das projeções.....	49
2.6.2	O Novo Mundo e o Brasil.....	53
2.7	O SÉCULO DO ATLAS.....	58
2.8	SÉCULO XVIII E XIX.....	62
2.9	A CARTOGRAFIA ATUAL.....	65
3	<u>DA GRAMÁTICA CARTOGRÁFICA DAS CIDADES</u>	68
3.1	DESCONSTRUINDO OS MAPAS.....	76
3.1.1	Grafismo, Geometria e Figuração.....	77
3.1.2	Mapas e Escrita.....	85
3.1.3	A Imagem Cartográfica.....	90
4	<u>DO TEMPO E DO ESPAÇO CARTOGRÁFICOS: A POESIA DOS MAPAS URBANOS</u>	98
4.1	DOS MAPAS E DA MEMÓRIA.....	100
4.2	DOS MAPAS E DO ESQUECIMENTO.....	104
4.3	DOS MAPAS E DO PLANEJAMENTO URBANO.....	107
4.4	DO GOVERNO DA CARTA.....	110

4.4.1	Dos Mapas e da Identidade Nacional.....	112
5	<u>DAS PLANTAS DAS CIDADES OU COMO A HISTÓRIA</u>	
	<u>SE CONTA – MAPAS DE PORTO ALEGRE (1772-1889)....</u>	115
5.1	OS MAPAS DE PROPRIEDADE DO SOLO (1772-1825)	115
5.2	O CARTÓGRAFO REVOLUCIONÁRIO.....	127
5.2.1	A Porto Alegre de Zambeccari.....	141
5.2.2	Do Desenho da Planta de 1833.....	150
5.2.3	Das Leituras do Mapa.....	159
5.3	A PORTO ALEGRE DO IMPÉRIO.....	163
5.3.1	A Cartografia no Império.....	165
5.3.2	Do desenho da Planta de 1838.....	172
5.3.3	Um cartógrafo Legalista.....	184
5.3.4	Das Leituras do Mapa.....	189
5.4	A PORTO ALEGRE DE L. P. DIAS.....	191
5.4.1	O Cartógrafo Provinciano.....	193
5.4.2	Do desenho da Planta de 1839.....	200
5.4.3	Das Leituras do Mapa.....	215
5.5	A PORTO ALEGRE DE CONRADO JACOB NIEMEYER.....	220
5.5.1	O Cartógrafo Condecorado.....	222
5.5.2	Da “Carta Corographica do Império do Brasil”	226
5.5.3	Do desenho da Planta de 1844.....	235
5.5.4	Das Leituras do Mapa.....	239
5.6	A PORTO ALEGRE DE ANTONIO ELEUTHERIO DE CAMARGO.....	242
5.6.1	O Cartógrafo Eminente.....	244
5.6.2	Da Cartografia da Província.....	245
5.6.3	Do desenho da Planta de 1868.....	257
5.6.4	Das Leituras do Mapa	264
5.7	A PORTO ALEGRE DE UM CARTÓGRAFO ANÔNIMO.....	269
5.7.1	Os Cartógrafos ‘Oficiais’	271
5.7.2	Do desenho da Planta de 1872.....	274
5.7.3	Das Leituras do Mapa.....	284
5.8	A PORTO ALEGRE DO MAPA INEXISTENTE.....	287

5.8.1	Da Cartografia de Manoel José Nunes de Azevedo.....	289
5.8.2	Do desenho da Planta de 1876.....	290
5.8.3	Das Leituras do Mapa.....	295
5.9	A PORTO ALEGRE DE HENRIQUE BRETON.....	299
5.9.1	O Cartógrafo Singular.....	300
5.9.2	Do desenho da Planta de 1881.....	302
5.9.3	Das Leituras do Mapa.....	314
5.10	A PORTO ALEGRE DE JOÃO CÂNDIDO JACQUES.....	315
5.10.1	O Cartógrafo do Colégio Militar.....	316
5.10.2	Do desenho da Planta de 1888.....	318
5.10.3	Das Leituras do Mapa.....	329
6	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	331
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS</u>	346
	<u>SITES CONSULTADOS</u>	363
	<u>FONTE DAS ILUSTRAÇÕES</u>	365
	<u>ANEXOS</u> (VOLUME 2 – ACOMPANHA CD COM IMAGENS TESE)	
	ANEXO 1 – FICHA TÉCNICA DAS PLANTAS EXISTENTES ESTUDADAS.....	394
	ANEXO 2 – RELAÇÃO DOS MAPAS ENTRE 1831 E 1845.....	434
	ANEXO 3 – RELAÇÃO DOS CARTÓGRAFOS DOS MAPAS ENTRE 1831 E 1845.....	453
	ANEXO 4 – MAPAS DE PORTO ALEGRE: RELAÇÃO ENTRE AS LEGENDAS	458

1 - INTRODUÇÃO

Cada vez mais as relações entre História e Imagem têm proporcionado uma ampliação desses campos de estudos. As fontes da história, tradicionalmente focadas no documento escrito, “defrontam-se com as outras linguagens pelas quais se representa o real e que se tornam também o objeto da história”¹. Enquanto linguagem, os mapas das cidades e das paisagens urbanas são imagens com potencialidade de serem arroladas como campo e fonte de pesquisa, possibilitando situar a investigação nas relações entre a história urbana e a cartografia

Adotar como tema de pesquisa a cartografia como uma produção da história da cidade, faz com que se tenha de entrelaçar uma série de questões que são centrais no debate contemporâneo. As ferramentas teóricas colocadas por essa temática envolvem categorias de análise tais como representação, memória, imaginário, imagem e produção histórica do espaço urbano, categorias essas tratadas e usadas em diferentes perspectivas teóricas e que encontram, na História Cultural, uma forma específica de se relacionarem. Daí o modo de exposição adotado aqui, pondo em jogo diferentes autores numa espécie de decupagem e edição dos seus “achados”, à maneira de composição benjaminiana.

Segundo Pesavento², “a presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”. Ainda segundo a autora, “(...) em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”³.

Nessa perspectiva, os mapas da(s) cidade(s) enquanto fontes de pesquisa nos remetem a vários campos temáticos dentro da História Cultural: 1) são imagens, e enquanto e como tais podem e devem ser analisados na sua especificidade, mas também como um texto que se dá a ler; 2) contêm elementos alfabéticos, comportando uma escrita manifesta que também dá margem a uma análise discursiva; 3) produzem uma identidade da(s) cidade(s) por eles tratados, ao estabelecerem um determinado recorte do espaço contido

¹ PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Escrita, Linguagem, Objetos. leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p.8

² PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p.16

num tempo; e 4) pretendem re-tratar a(s) cidade(s), o que remete, então, aos estudos e às indagações que são feitos sobre o urbano e sobre as paisagens construídas sobre as cidades (reais e imaginárias).

Como representação do mundo, a carta é uma construção imaginária (da realidade), mas que tem o poder não só de orientar o olhar e a percepção (do real) como também de criar a paisagem urbana que representa.

Essa tese procurou, assim, examinar, descrever e analisar as mudanças urbanas produzidas pelos modos de cartografar a cidade, tomando como fonte os mapas da cidade de Porto Alegre até o final do Império. Nesse sentido, o problema desta tese, ao transformar o tema escolhido em objeto de pesquisa, foi o de analisar a maneira como a cartografia se constitui num instrumento de construção visual do imaginário das cidades. Tendo em conta que os mapas são vistos, aqui, como discursos que produzem os objetos de que falam⁴, tratou-se de perseguir as identidades e as mudanças urbanas que as plantas da cidade mostram ao longo do tempo, no seu contexto histórico, geográfico e paisagístico. Em suma, responder a uma indagação: que cidades essas cartas produzem?

Teixeira⁵, em sua *Cartografia Urbana*, faz a descrição usual dos mapas, ao dizer que

“os mapas, cartas e plantas (...) mostram os traçados urbanos de cidades ou de partes de cidades (entendendo-se aqui por cidade qualquer núcleo urbano independentemente do seu tamanho). Através destas cartas, podemos observar o traçado das cidades, a natureza dos seus espaços urbanos, a estrutura de quarteirão e a estrutura de loteamento, a localização de edifícios e de funções, bem como observar as características físicas do sítio e as suas relações com o território”.

Já Harley⁶ refere criticamente essa forma de definir a cartografia urbana nos seguintes termos:

“A percepção usual da natureza dos mapas é de que eles são um espelho, uma representação gráfica de algum aspecto do mundo real. A definição encontrada em vários dicionários e glossários de cartografia confirma esta visão. Dentro das restrições da técnica de pesquisa, da habilidade do cartógrafo e do código dos signos convencionais, o papel dos mapas é apresentar um depoimento factual acerca da realidade geográfica. Embora

³ PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p.42.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987

⁵ TEIXEIRA, Manuel C. A cartografia no estudo da história urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n° 2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

⁶ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Image: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.3-4.

os cartógrafos escrevam acerca da arte assim como da ciência da cartografia, a ciência sombreou a competição entre as duas abordagens. O corolário é que quando historiadores acessam mapas, as suas estratégias interpretativas são moldadas por essa idéia do que os mapas são ditos ser. Na nossa cultura ocidental, pelo menos desde o Iluminismo, a cartografia tem sido definida como ciência factual. A premissa é de que o mapa deve oferecer uma janela transparente sobre o mundo. Um bom mapa é um mapa acurado”.

A partir dessa crítica, o autor se coloca uma questão: “há, no entanto, uma resposta alternativa à questão ‘o que é um mapa?’”, Harley⁷ responde que, “para os historiadores, uma definição apropriada seria a de que um mapa é uma *construção social do mundo* expressa por meio da cartografia” (grifos meus). Assim, longe de ser um simples espelho da natureza, do que é verdadeiro ou falso, os mapas, segundo este autor, “*reescrevem o mundo* – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades” (grifos meus). E acrescenta: “O que lemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia quanto uma relação com os fenômenos vistos e medidos na natureza”. Por isso mesmo, os mapas mostrariam sempre “muito mais do que uma soma de um conjunto de técnicas”. É precisamente esta constatação que faz o autor dizer que “a aparente duplicidade dos mapas – sua qualidade de escorregadio – não é um desvio idiossincrático de um ilusório mapa perfeito. Pelo contrário, está no coração da representação cartográfica”.

Ainda mais: ao fazer a introdução das maneiras de interpretar os mapas da América descritos no livro de Buisseret⁸, Harley⁹ propõe

“(…) que os mapas sejam discutidos como textos em vez de um espelho da natureza. Os *mapas são textos* no mesmo sentido que outros sistemas de sinais – pinturas, impressos, teatro, filmes, televisão, música – são textos. Mapas também compartilham muitas preocupações comuns com o estudo do livro, exibindo uma função textual no mundo e sendo ‘sujeitos a controle bibliográfico, interpretação e análise histórica’. Mapas são uma linguagem gráfica a ser decodificada. Eles são uma construção da realidade, imagens carregadas com intenções e conseqüências, as quais podem ser estudadas nas sociedades de nosso tempo. Como os livros, eles são também produto

⁷ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.4.

⁸ BUISSERET, David. *From sea charts to satellite images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

⁹ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.4.

de ambos: a mente individual e os valores culturais mais amplos, em sociedades particulares”.

O conceito de mapa pode ser ainda mais extensivo, num sentido já explicitado por David Buisseret¹⁰ quando tenta explicar porque havia tão poucos mapas na Europa em 1400 e tantos por volta de 1650:

“Uma vez que comecemos a procurar sinais de mapas não apenas na produção daquilo que, desde sempre, tem sido reconhecido como mapa, mas também na emergência de outras formas de imagem locacional, então podemos traçar de forma mais convincente as raízes daquilo que, de outro modo, pareceria um inexplicável florescimento da cartografia. Quando o povo medieval esculpia orbes, modelava palácios ou desenhava planos elaborados de abadias, eles estavam se movendo para um tipo de imagem locacional que apenas mais tarde encontrou a sua plena expressão. Este impulso de mapeamento precoce necessita ser procurado no início da Europa moderna, quando vistas olho de pássaro, desenhos arquitetônicos, modelos de fortificação e, ainda, diagramas militares exemplificam **a necessidade emergente de entender e controlar o mundo pela produção de imagens locacionais do mesmo**” (Grifos meus).

Entende-se que essa abordagem extensiva, que relaciona História e Imagem, permite ir muito além da questão da representação da cidade pelo mapa, numa linguagem concreta de dominação, conhecimento e governo do território. Tomada como “imagem locacional”, a cartografia da cidade relaciona-se, efetivamente, com a paisagem urbana. Nesse sentido, tem de ser vista como uma unidade geográfico-cultural, dirigida não só para a descrição contingente das realidades físicas e humanas da cidade, mas também para a construção de um imaginário do “lugar”, ou seja, do território das idealidades coletivas. O desafio, então, é reconstruir um itinerário das paisagens urbanas constituídas pelos mapas de uma cidade, levando em conta, ainda, a transformação dos modos de leitura dessas paisagens.

Buisseret¹¹, de certa forma, já alerta para isso, ao mostrar a relação entre cartografia e sociedade. Diz ele que:

“Eventualmente, por volta de 1500, uma consciência precoce dos mapas veio penetrar as elites de muitas partes da Europa Ocidental, (...), e depois daquele tempo, cada novo desenvolvimento social teve sua contrapartida cartográfica. Assim, há cartografias da Reforma e da Contra-Reforma, da

¹⁰ BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p.xii.

¹¹ BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p.xii.

Revolução Militar, da expansão da Europa no mundo, e assim por diante. Aqui, tentamos analisar essas cartografias não apenas em termos dos mapas produzidos, como em termos das mudanças da sociedade que deram origem a eles. Assim, invertendo a ordem normal de procedimento, (...), esperamos mostrar como a cartografia tem influenciado e exemplificado o curso da história da Europa moderna de várias maneiras insuspeitadas até agora”.

Por outro lado, e mais especificamente em relação à questão da paisagem urbana, é interessante lembrar a emergência da “paisagem” descrita por Schama¹²:

“A própria palavra *landscape* [paisagem] nos diz muito. Ela entrou na língua inglesa junto com *herring* [arenque] e *bleached linen* [linho alvejado], no final do século XVI, procedente da Holanda. E *landschap*, como sua raiz germânica, *Landschaft*, significava tanto uma unidade de ocupação humana - uma jurisdição, na verdade - quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura. Assim, certamente não foi por acaso que nos campos alagados dos Países Baixos, cenário de uma formidável engenharia humana, uma comunidade desenvolveu a idéia de uma *landschap*, que, no inglês coloquial da época, se tornou *landskip*. Seus equivalentes italianos, o ambiente idílico e pastoril de riachos e colinas cobertas de dourados trigais, eram conhecidos como *parerga* e constituíam os cenários auxiliares dos temas comuns da mitologia clássica e das escrituras sagradas. Nos Países Baixos, contudo, o desenho e uso da paisagem por parte do homem - sugerido pelos pescadores, vaqueiros, caminhantes e cavaleiros que povoam os quadros de Esaias van de Velde, por exemplo - era a história, espantosamente auto-suficiente”.

Nesse sentido, os mapas, como a pintura, enquadram e fixam uma paisagem urbana histórica, ou seja, um imaginário do “lugar” que supõe um determinado modo de leitura. Mas, como “somos mais livres do que imaginamos”¹³, mostrar as determinações históricas do que somos é mostrar o que é possível fazer, já que há muitas coisas com as quais ainda podemos romper.

¹² SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.20-21.

¹³ FOUCAULT, 1979. Apud MOREY, M. Introducción: la cuestión del método. In: FOUCAULT, M. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1991, p.44.

1.1 - OBJETIVOS, DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Esta tese partiu de um objetivo geral que é o de examinar as relações entre a história urbana e a cartografia. É, pois, a partir desse recorte amplo que o objeto deste estudo foi definido e delimitado. Para tanto, parti de uma problematização envolvendo meu objeto de pesquisa.

Castro¹⁴ chama a atenção para as diferentes tradições cartográficas, as quais explica da seguinte maneira:

“Através da história, mapas foram produzidos em diversas sociedades. Egípcios, chineses, astecas e nativos da Polinésia fizeram mapas que variavam em simbolismo, escala e materiais, com diferentes propósitos. Cada uma dessas tradições cartográficas representava a cultura da sociedade onde se originou. Nem sempre os mapas foram um produto do empirismo geográfico, tal como nosso senso comum os imagina. Embora em alguma medida respondam a exigências práticas, seria um erro reduzi-los a uma mera representação geográfica. (...)”.

Se os mapas não são uma “mera representação geográfica”, que forma de representação eles constituem? E, ainda mais, que forma de representar é essa que varia, como afirma o autor, “em simbolismo, escala e materiais, com diferentes propósitos”?

Ao examinar, descrever e analisar as mudanças urbanas produzidas pelos diferentes modos de cartografar a cidade, tive em conta que esses modos não apenas são históricos, mas delimitam tanto o espaço territorial mais amplo como o nosso próprio espaço no território delimitado. Tomados como um problema de pesquisa, isto é, problematizados, os modos de cartografar a cidade e os artefatos históricos produzidos nessa prática – os mapas – não puderam mais ser vistos como reflexos gráficos do desenvolvimento urbano, mas como discursos que produzem as cidades que eles desenham. E isto colocou uma outra questão de pesquisa, complementar à primeira: que mudanças urbanas, isto é, que identidades urbanas são criadas pelos mapas históricos de uma cidade e que efeitos eles produziram? Ou seja: como definiram as posições geográficas dos diversos segmentos da população urbana? Como fixaram as “vocações” dos seus diferentes bairros? Como favoreceram, assim, um determinado desenvolvimento urbano? Em outras palavras, que

¹⁴ CASTRO, Celso. Uma viagem pelos mapas do Rio. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria

imagens criaram e propuseram à cidade, ao condicionarem determinados modos de leitura de sua paisagem?

A partir da definição dessa problemática de pesquisa, trabalhei com os mapas de Porto Alegre, perseguindo as identidades e as mudanças urbanas que os mapas dessa cidade produzem e mostram ao longo do tempo. Porto Alegre é fundada no século XVIII e a primeira planta que existe é do século XIX. Pode-se, no entanto encontrar uma quantidade razoável de mapas que retratam a cidade e/ou partes dela. Nesse contexto, foram adotados dois delimitadores. O primeiro diz respeito à área de abrangência do mapa, ou seja, as plantas analisadas mostram a cidade como um todo. O segundo delimitador é temporal e decidiu-se escolher um momento histórico importante para definir essa questão, portanto as plantas da cidade de Porto Alegre que foram estudadas vão da fundação da cidade, em 1772, até o final do Império, em 1889.

1.2 - DOS CAPÍTULOS E ALGUNS PRESSUPOSTOS

O Capítulo 1 – “**Da História da Cartografia Urbana**” – trata da história da cartografia urbana tal como ela é narrada habitualmente, a partir de pressupostos técnicos e científicos, mostrando, ao mesmo tempo, como ela afetou a cartografia brasileira em geral e os mapas da cidade de Porto Alegre. Este capítulo não se encerra em si mesmo, pois parte dessa história está relacionada com a dos mapas da cidade aqui estudados.

O Capítulo 2 – “**Da Gramática Cartográfica das Cidades**” – trata da história dos significados, das diferentes interpretações cartográficas da cidade. Para isso, procurou-se ver como, ao longo da história, a prática de cartografar foi significada e regulada pelos discursos da cartografia e da história. Este capítulo, portanto, tratou da questão metodológica, ao dar visibilidade às gramáticas – sintaxe e semântica – utilizadas na feitura dos mapas.

Ao longo do tempo, os mapas das cidades mostraram suas ruas, seus prédios, Igrejas, pontes, seu espaço abrangente, seus limites geográficos e políticos. Suas culturas urbanas foram, assim, modeladas, formatadas pelo modo como o espaço foi organizado. E foi a cartografia, como uma gramática do espaço, que ordenou, classificou, normatizou e

organizou o espaço urbano, de acordo com regulações cartográficas definidas historicamente, isto é, de acordo com as regras dominantes em determinado tempo e lugar. Por isso a cartografia, aqui, é vista como um dispositivo criado para produzir efeitos específicos e por isso, também, este estudo pretende indagar não “o que ela é” ou “o que ela significa”, mas como ela faz o que faz, ou seja, como ela funciona como uma prática política e cultural.

Em relação à questão do discurso, Peter Turchi¹⁵ estabelece, como o próprio título de sua obra já diz --“*Maps of the Imagination: The Writer as a Cartographer* --, uma identificação entre o escritor e o cartógrafo. No livro, o autor “compara a maneira que um escritor guia o leitor através do mundo imaginário de uma estória, uma novela ou um poema com a maneira com que os fazedores de mapas mapeiam o mundo físico¹⁶”. Concluindo que: “Perguntar por um mapa é dizer, ‘conte-me uma história’¹⁷”. Assim, e invertendo a lógica de Turchi, o mapa produzido pelo cartógrafo não foi tomado, aqui, como um meio ou um modo de contar uma história, mas é, ele mesmo e por si mesmo, um discurso, uma história.

O capítulo 3 – “**Do Tempo e do Espaço Cartográficos: a Poética dos Mapas Urbanos**” – trata da questão da cartografia como representação, as relações de representação, o que levou à discussão das questões relacionadas ao imaginário, à identidade, à memória e ao esquecimento. Nesse contexto, não se engloba apenas o que se poderia chamar uma representação textual do território, mas também aquelas representações projetuais (planos urbanísticos) da cidade, que podem não se configurar em sua totalidade, mas que também são representações da cidade que produzem seu imaginário enquanto planejamento urbano. Ainda no contexto deste capítulo, trato “**Do Governo da Carta**” – onde abordei as questões das relações de poder que estabelecem determinada Carta e não outra, e fazem com que ela seja reconhecida na sua época, tornando-se instrumento de governo. A Carta, enquanto forma generalizada e homogênea de normatização e controle do espaço, produz, assim, uma identidade da cidade ou da nação.

O último capítulo – “**Das Plantas das Cidades ou Como a História se conta**” – trata de como tudo isso se conjuga na produção das identidades, ou seja, das subjetivações de determinados espaços urbanos, neste caso Porto Alegre de seus mapas.

Urbanismo do Rio de Janeiro. p.8.

¹⁵ TURCHI, Peter. *Maps of the Imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004.

¹⁶ TURCHI, Peter. *Maps of the Imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. Orelha do livro.

¹⁷ TURCHI, Peter. *Maps of the Imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.11.

Nesse sentido, afirmar que os mapas são documentos fundamentais para o estudo do passado é muito pouco, já que os processos históricos são intersectados e produzidos por eles. Podemos ver neles desde tratados territoriais até o futuro (planejado) das cidades. E, como imagens, permitem e direcionam suas leituras.

Segundo W. Bolle,

“A ‘imagem’ é a categoria central da teoria benjaminiana da cultura: ‘alegoria’, ‘imagem arcaica’, ‘imagem de desejo’, ‘fantasmagoria’, ‘imagem onírica’, ‘imagem de pensamento’, ‘imagem dialética’ – com esses termos se deixa circunscrever em boa parte a historiografia benjaminiana. A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mítica e mágica. Por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época. É essa leitura que se propõe Benjamin enquanto historiógrafo. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às ‘grandes idéias’ e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens ‘dialéticas’ coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história”¹⁸.

Bolle¹⁹ afirma ainda que “para o autor das teses ‘Sobre o Conceito de História’, a tarefa do historiador consiste no resgate e na redenção do passado. (...). A história, segundo Benjamin, torna-se ‘objeto de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio’, mas ‘uma determinada época’, ‘uma determinada vida’, ‘uma determinada obra’; esses elementos são ‘arrancados do curso homogêneo da história’”.

Dentre esses elementos, podem-se situar também os mapas. Ler a história nos mapas é o empreendimento que esta tese propõe, pois, como diz Le Goff, “onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está à história”.²⁰ É, portanto, nos mapas e planos em que a cidade de Porto Alegre foi re-tratada, ao longo do tempo, que as suas histórias se dão a ‘ler’.

¹⁸ BOLLE, Willi. *Fisionomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.42,43.

¹⁹ BOLLE, Willi. *Fisionomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.25,26.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p.107.

2 – DA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA URBANA

Os mapas têm ligações íntimas com a história desde a pré-história até os nossos dias, e têm um grande impacto no mundo em que vivemos. Eles produziram e mudaram o mundo por eles mostrado, ao longo do tempo, desenhando e cartografando a economia e a política das nações. Em sua produção, eles nos contam muito acerca das pessoas e dos poderes que se exercitaram na sua criação. E dizem e impõem a sua verdade dos lugares que mostram. Além disso, a representação do mundo através dos mapas apresenta evidências históricas da necessidade humana de descrever, situar-se e controlar o mundo, domesticando-o e tornando-o “familiar”, conhecido, um espaço habitável.

Denis Wood expõe, de forma bastante poética, como o mundo dos mapas foi construído:

Uma cornucópia de imagens, atordoante em sua variedade: este é o mundo dos mapas. Gravetos e pedras, pergaminho e folha de ouro, papel e tinta... nenhuma substância escapou de ser usada para formar uma imagem do mundo em que vivemos. Como os pássaros e as abelhas nós os fizemos dançar nos gestos do nosso viver; desde o nascimento da linguagem nós os esboçamos nos sons da nossa fala. Nós os desenhemos no ar e os traçamos na neve, nós os pintamos em pedras e os inscrevemos nos ossos de mamute. Nós os cozinhemos em barro e os entalhamos em prata, nós os imprimimos em papel, ... em *t-shirts*²¹.

Salienta, ainda, a perenidade dos mesmos e os sentimentos que evocam:

Muitos deles já se foram; bilhões perdidos no fazer ou evaporados com as palavras que os trouxeram à vida. A chegada da onda alisou a areia onde eles estavam desenhados, o vento os apagou da neve. Pigmentos desbotaram, o papel apodreceu ou foi consumido pelas chamas. Muitos simplesmente não podem ser encontrados. (...). E quando falamos do ‘velho mapa da Europa’ – que também desapareceu – estamos falando de certezas com as quais crescemos, não de um pedaço de papel. E contudo... e, no entanto é difícil, no final, separar essas certezas daquele mesmo pedaço de papel, o qual não apenas descreve aquele mundo, mas o dota com uma ‘realidade’ que todos nós aceitamos²².

²¹ WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992. p.4

²² WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992. p.4

Assim, os mapas que sobraram e as notícias que temos de outros perdidos nos mostram não apenas uma história. É dessa ‘realidade’ produzida e, ainda mais, aceita por todos nós que é preciso tratar. E isso inclui os modos históricos de sua produção, que não se reduzem à tecnologia, mas que expressam interesses econômicos e políticos, abrindo ‘uma janela para o passado’, para usar as palavras de Silberman²³.

No entanto, ao longo da história da cartografia, a questão técnica parece prevalecer, a partir mesmo da questão de como representar o globo terrestre em um plano. Nessa circunstância, o problema técnico se aproxima da arte, na melhor tradição grega da *techné* – o desenho, a pintura e a cartografia necessitam de artes para representar o mundo tridimensional em duas dimensões. E isto porque, como afirma Turchi, “o mapa nos mostra, concisamente, algo que ninguém jamais viu”. Foi preciso, portanto, arte para transformar uma superfície curva e irregular numa superfície plana, para tornar possível “ver” um continente inteiro, as fronteiras políticas dos estados, ou os nomes dos lugares. Segundo Turchi, “as cores da terra foram cuidadosamente selecionadas para criar um ‘esquema matiz de elevação’. Esta imagem ‘clara’ é, então, uma representação artística de certas características naturais e políticas. É uma construção intelectual”²⁴.

Essa “construção intelectual” transparece na cartografia urbana de várias formas, conforme os diferentes mapas. Neles podemos ver a cidade como um todo, muitas vezes abstraída do seu contexto geográfico. Vemos os nomes de ruas, praças e bairros, a demarcação de suas fronteiras e, em alguns casos, suas edificações.

Daí não se poder separar arte de cartografia. Aliás, aspectos significativos da cartografia, como o desenho ornamental e o letreiro, sempre estiveram relacionados a desenvolvimentos gráficos e artístico-culturais. Essa relação, que se estabeleceu ao longo da história tanto da cartografia como da arte, tem a ver com as relações estabelecidas historicamente entre arte e ciência, arte e tecnologia. A arte da cartografia sublinha a complexa mescla de arte e ciência que pode ser encontrada no mapa e no fazer mapas. Os desenvolvimentos, na história da cartografia, não reconhecem nenhuma demarcação histórica ou artística entre o ornamental e o científico, mas incorporam, ao longo do tempo, culturas e realizações técnicas passadas. Pode-se ainda observar o papel do artista no fazer mapas, o impulso cartográfico no artista, o caráter iconográfico dos mapas e as fontes do desenvolvimento de alguns elementos cartográficos como a cor, o letreiro e os símbolos.

Considerados como documentos científicos, os mapas são vistos e supostos como objetivos e neutros. Já quando tomados como objetos estéticos, eles são conformados por

²³ SILBERMAN, Robert B. Maps and Art: The pleasure and power of worldviews. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World Views: maps and art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.27

várias escolhas formais, incorporando, assim, valores culturais e crenças políticas ao figurarem e reconfigurarem o espaço. E isto porque a arte e a cartografia inventam e dão ciência dos espaços, ao produzirem o mundo e seus lugares. Ou seja: interpretam e arquivam, à sua maneira, o espaço.

Tradicionalmente, os mapas cativam por sua concepção artística ou por suas bases técnicas, mas o fascínio torna-se maior quando as duas coisas são levadas em conta ao mesmo tempo, aumentando ainda mais a força com que revelam universos culturais em constante transformação e conflito. Os mapas responderiam, assim, à necessidade de descrever, entender e controlar o mundo.

Para Yi-Fu Tuan, a fusão arte/técnica é tornada possível pelo material. Nas suas palavras,

“mapas desenhados na areia, apenas para responder uma questão prática, tem muito pouco ou nenhum valor artístico. No entanto, tão logo são desenhados em um material mais durável – barro, madeira, papiro, ou papel – o impulso artístico encontra expressão. É como se os seres humanos fossem incapazes de inscrever linhas, ângulos, quadrados e círculos sem serem engolfados na estética de configuração e design. Este impulso é ainda mais poderoso quando a cor, a representação pictórica da topografia e os traços feitos pelo homem são adicionados”²⁵.

Trata-se, então, para este autor, de “adicionar” arte à técnica. E não é de admirar sua tentativa de juntar elementos que foram, historicamente, separados. Desde que essa separação foi definida, a grande maioria dos autores tem se dedicado a estabelecer uma “ponte” entre esses dois opostos. A tradição de pensamento ocidental tratou, primeiro, de separar arte e técnica como dois pólos opostos. Estabelecida essa separação como verdadeira, tratou-se, então, de tentar unir o que foi separado e definido como uma oposição. Seja adicionando um pólo ao outro, como o faz ingenuamente Yi-Fu-Tuan, seja pela sofisticação de um movimento dialético, como fazem os marxistas. Em todos os casos, a tentativa tem se mostrado infrutífera, ainda que tenha produzido inúmeros efeitos nas práticas de pensar e fazer mapas.

No cerne dessa questão encontra-se, sem dúvida, o problema da representação. Como bem salienta Christian Jacob, a história da cartografia

“(…) não pode fazer economia de uma questão fundamental: porque recorreremos à representação gráfica do espaço? As respostas variam

²⁴ TURCHI, Peter. *Maps of the imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.85.

²⁵ TUAN, Yi-Fu. Maps and art: identity and utopia. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World views: maps & art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.11.

segundo as culturas e as sociedades, mas não poderiam se reduzir somente às finalidades práticas – a viagem, o ponto de referência, a gestão territorial²⁶.

Em sua concepção, o mapa, essa imagem/representação,

“o traçado cartográfico é um gesto performático que cria o espaço mais do que o representa. Ele elabora um novo objeto intelectual onde os significados, os efeitos cognitivos e os usos potenciais não resultam somente da adição das informações locais, das medidas, das marcas de referência empíricas mobilizadas em sua gênese. As modalidades de apropriação visual e as operações intelectuais que constroem os significados do mapa não se reduzem a uma gramática geral da percepção dos signos, mas se apóiam em categorias culturais, em esquemas de aprendizado e de semantização fortemente contextualizados, em campos de saberes e crenças sobre a materialidade e a finitude do mundo e, mais fundamentalmente, na atitude do espírito humano de dominar e modelar este mundo²⁷.”

Concluindo o seu raciocínio, Christian Jacob afirma que:

“O mapa é, deste modo, uma interface. Por um lado, um objeto simbólico que gera um sentimento de reconhecimento e de pertencimento entre os que dominam os códigos e, por outro lado, uma tela sobre a qual se projeta a enciclopédia de uma sociedade, sua visão de mundo, sua memória sua axiologia e sua própria organização²⁸.”

É, pois, dessas diversas enciclopédias sociais que se pretende, neste capítulo, mostrar um panorama.

2.1 – PRÉ-HISTÓRIA, EGITO E MESOPOTÂMIA

A moderna antropologia supõe, segundo Morales, que “as idéias geométricas de espaço e sua representação podem ter surgido na Idade da Pedra²⁹”. Os povos da Pré-História não possuíam escrita, mas registravam em suas pinturas e gravuras cenas do seu

²⁶ JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, 1996. p.37.

²⁷ JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, 1996. p.37.

²⁸ JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, 1996. p.37.

²⁹ MORALES, Mário Ruiz. Ensayo Historico de Cartografia Urbana. *Mapping Interactivo*, Madrid, n.71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acesso em: 10 mar. 2009.

cotidiano. Geralmente o tema das cenas mais representado é o da caça. Várias dessas pinturas mostram uma preocupação em mostrar relações de distância e profundidade. Pode-se encontrar também cenas que tentam mostrar o tempo através de uma sucessão de acontecimentos, e desenhos que tentam mostrar o espaço. Miller³⁰ e Morales³¹ concordam que o mapa de cidade mais antigo conhecido é o plano mural de Çatal-Hüyük, datado de cerca de 6200 a.C., encontrado na província de Konya, a oeste da Turquia. Como descreve Morales, “no muro aparece uma planta de um núcleo urbano do neolítico (provavelmente o mesmo Çatal-Hüyük) e figura, também, por trás das vivendas, o perfil de uma montanha com dois promontórios, um dos quais é associado por Mellaart³² com o vulcão Hasan-Dag em erupção”³³. Em relação a esta última imagem, há uma discussão se a figura interpretada por Mellaart como um vulcão não seria um leopardo. Parece ser incontroverso, contudo, que as formas colocadas junto ao vulcão/leopardo são muito semelhantes ao traçado da cidade neolítica de Çatal-Hüyük (fig.1), com suas casas de formas retangulares colocadas lado a lado. Outra imagem cartográfica da pré-história, datada, segundo Morales, entre os séculos XV e XX a.C., é a Pedra de Bedolina (fig.2) ou petroglifo, localizada em Capo di Ponte, Itália. Hipóteses existem de que o mapa desta pedra seja a representação da paisagem circundante.



Fig.1- Imagem da planta de Çatal-Hüyük



Fig.2- Imagem esquemática da Pedra de Bedolina

Segue-se, pela cronologia, o antigo império do Egito (2780-2380 a.C.), cujos conhecimentos geométricos são visíveis já de partida pelas pirâmides que construíram. Devido às cheias do Nilo, os egípcios desenvolveram fortemente a agrimensura (fig.3), pois a cada nova inundação eles eram obrigados a reconstituir os limites dos campos, sendo necessário para tanto registros cadastrais, que são registros cartográficos. Foram os

³⁰ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000.

³¹ MORALES, Mário Ruiz. Ensayo Historico de Cartografia Urbana. *Mapping Interactivo*, Madrid, n.71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acesso em: 10 mar. 2009.

³² Trata-se do arqueólogo britânico J. Mellaart, que em 1961 abriu um canteiro de escavação em Çatal-Hüyük e em 1967 publica um livro sobre os seus achados.

egípcios que fizeram o que é considerado o primeiro mapa topográfico-geológico conhecido, o Papiro de Turin (fig.4). Este papiro mostra os caminhos de acesso a minas de ouro da Núbia.



Fig.3 – Mural egípcio com imagens de agrimensores



Fig. 4 – Papiro de Turin

Já a Mesopotâmia nos legou várias tabuletas de barro, com amostras de sua capacidade cartográfica. Eles nos deixaram não só representações de cidades, como também do território por eles conhecido e um mapa-múndi (fig.5). Uma delas, descoberta na cidade de Nuzi (Ga-Sur) é uma representação que mostra a Babilônia junto ao rio Eufrates, e três faixas que representam os mares que separam os países. Segundo a História da Cartografia³⁴, ela “nos dá a idéia que os babilônios tinham do mundo, concebido como uma massa discoidal, cujo contorno define o mar, sob a abóbada celeste”. Indo além na interpretação, diz-se que “o grande historiador Bagrow mostrou a semelhança desta concepção com a visão cosmológica do esquimó”. Em relação à cartografia urbana, pode-se ver um plano (18x21cm.) de cidade de Nippur (fig.6), de cerca de 2000 a.C. e considerado o mais antigo dos planos desenhados em escala. Neste plano, pode-se identificar, pelo menos, o rio Eufrates, o templo de Enlil e as muralhas da cidade.



Fig. 5 – mapa-múndi babilônico

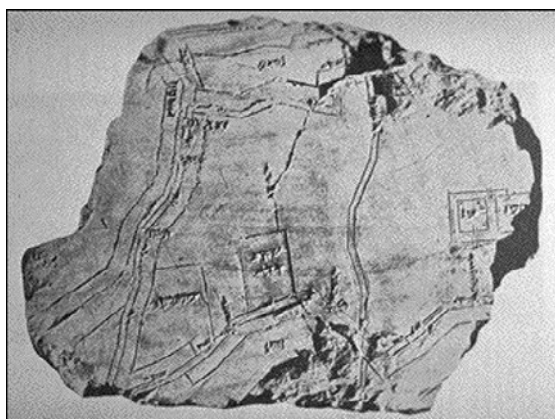


Fig. 6 – Plano de Nippur

³³ MORALES, Mário Ruiz. Ensayo Historico de Cartografia Urbana. Mapping Interactivo, Madrid, n.71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acesso em: 10 mar. 2009. p.1

³⁴ HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967. Sem autor, apresentação de José Aguilar. p.16.

2.2 – GRÉCIA

Da Antiga Grécia não se possui evidências cartográficas diretas, mas sim grandes avanços sobre o conhecimento geográfico da Terra e o desenvolvimento matemático necessário para a sua representação. Os gregos, segundo Morales, “deram um impulso decisivo para o progresso da ciência ao assentar as bases para o posterior desenvolvimento cartográfico, com concepções muito mais profundas, abstratas e racionais que todas as precedentes”³⁵. Cabe citar a evolução das idéias sobre a forma da Terra desde Anaximandro e Hecateu de Mileto (séc. VI a.C.) até Claudio Ptolomeu (séc. II) passando por Heródoto (séc. V a.C.), Demócrito, Platão, Aristóteles (séc. IV a.C.), Dicearco (séc. III a.C.), Erastóstenes (séc. III a.C.) e Estrabão (séc. I a.C.). Deve-se aos gregos a afirmação de que a Terra é redonda. No livro *História da Cartografia* Homero (séc. VIII e IX a.C.) também é citado, levando-se em conta que o poeta da *Ilíada* e da *Odisséia* não apenas mencionava em seus poemas os diferentes lugares onde a ação transcorria como também descrevia sua concepção do que seria a forma da Terra.

A tradição grega, conforme Jacob (1996), atribuía a Anaximandro de Mileto (fig.7), discípulo de Tales de Mileto, o primeiro mapa da terra habitada. Fala-se aqui da tradição grega, pois, “de sua obra, nós só possuímos fragmentos, vestígios esparsos de um tratado *Sobre a Natureza*, recortados, reescritos e interpretados pelos estratos da tradição doxográfica antiga: a partir da escola de Aristóteles, com efeito, filósofos e físicos fazem do reexame da tradição um dos instrumentos de sua própria reflexão”³⁶. Para Jacob, o pensamento de Anaximandro é analógico e metafórico, pois, ao definir como seria a Terra, ele a descreve como um volume cilíndrico semelhante a um pedaço de coluna, onde a altura é igual a um terço de sua largura. O importante é que com essa descrição ele tornou a Terra um objeto mensurável. O mapa de Anaximandro “salienta as mesmas operações mentais que a figura e a metáfora. Não se trata mais de uma imagem mental ou discursiva, mas de uma projeção gráfica sobre uma tabuleta. O mapa se inscreve em um processo global de modelização do cosmos, (...)”³⁷.

Em relação a mapas de cidades, Miller afirma que “evidência de planejamento ortogonal é encontrada nas cidades gregas da Ásia Menor, onde um padrão de grelha

³⁵ MORALES, Mário Ruiz. Ensayo Historico de Cartografia Urbana. Mapping Interactivo, Madrid, n.71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acesso em: 10 mar. 2009.

³⁶ JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, 1996. p.38.

³⁷ JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, 1996. p.41

(grade) é usado como meio de levantamento topográfico – um método seguidamente atribuído a Hippodamus de Mileto, em 479 a.C.”³⁸.

Hecateu teria incluído “em seu tratado *Périplos*, de acordo com testemunho de Heródoto, um mapa que é o segundo dos conhecidos no mundo heleno”³⁹.



Fig. 7 – Reconstituição do modelo de Homero e do de Anaximandro

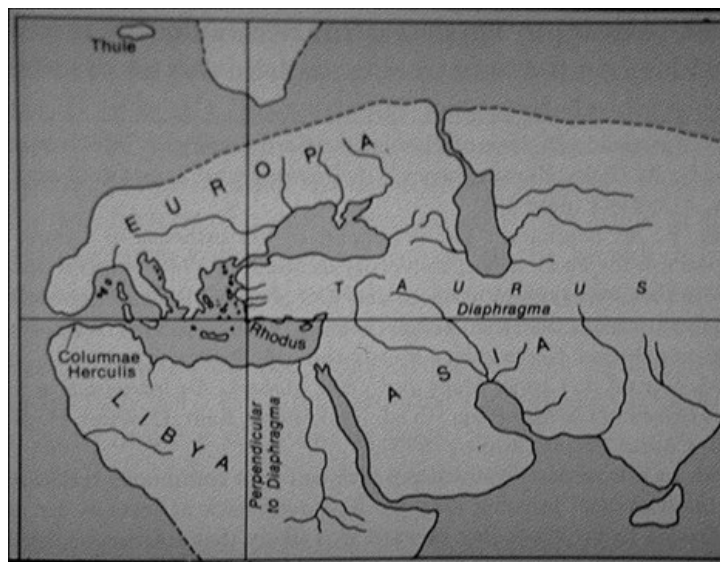


Fig. 8 – Reconstituição do mapa de Dicearco

Heródoto e Estrabão, historiadores em suas respectivas épocas, nos deram as notícias desses primeiros mapas. Dicearco (fig.8)

“foi autor de uma célebre carta e criador de um sistema simplificado de coordenadas geográficas mediante o traçado de uma linha diretriz, eqüidistante do sul e do norte, divisória da superfície da Terra em uma parte setentrional e outra meridional, aproximadamente iguais. Esta linha, à qual Dicearco chamou ‘diafragma’ e que se alongava de Oriente a Ocidente, passava por Cádiz, Sicília, o Peloponeso e a ilha de Rodes; e a outra perpendicular, de Norte a Sul, cruzava a Terra à altura desta última. Ambas estavam divididas em ‘estádios’, e a dimensão da circunferência total terrestre é calculada em 300.000”⁴⁰.

Erastóstenes (fig.9) mediu a longitude da Terra com notável precisão e foi ele quem desenvolveu o sistema de paralelos e meridianos como referência para a medida de pontos sobre a superfície terrestre.

³⁸ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 9.

³⁹ HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967. Sem autor, apresentação de José Aguilar. p.24.

⁴⁰ HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967. Sem autor, apresentação de José Aguilar. p.24.

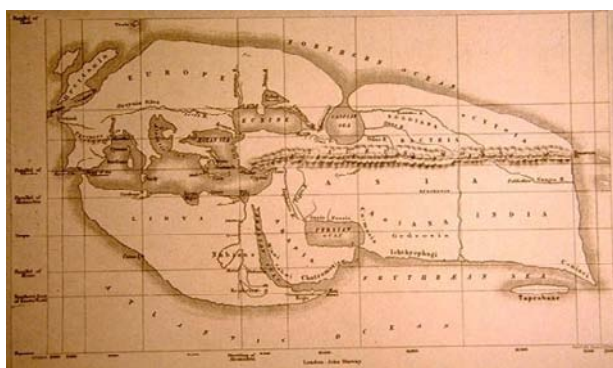


Fig. 9 – Reconstituição do mapa de Erastóstenes



Fig. 10 – Reconstituição de mapa de Ptolomeu, de manuscrito

Claudio Ptolomeu foi um pensador grego reconhecido pelos seus trabalhos em astrologia, astronomia e cartografia (onde ficou conhecido por ser um dos primeiros cartógrafos, se não o primeiro, a usar escala em mapas). Em sua obra *Planisphaerium* ele estava preocupado com a projeção estereográfica da esfera da Terra em um plano. Seu maior trabalho *Geographia*, em oito livros, tenta mapear o mundo conhecido dando coordenadas a mais de 8000 lugares e contribuindo com o sistema de latitude e longitude. Nesta obra, ele apresenta sua maneira de resolver a representação da terra em um plano. Os mapas de Ptolomeu (fig.10) eram geralmente fiéis à visão de mundo do grande geógrafo, perpetuando tanto seus acertos quanto seus erros. Seu engano mais significativo foi o cálculo errado do comprimento de um grau de longitude, o que tornou a Eurásia mais extensa. Considerado o pai da Cartografia, mapas seus são feitos baseado em seu livro. Viveu em Alexandria e dirigiu a famosa biblioteca de 150 a 127 a.C.

2.3 – ROMA

Dos Romanos, alguma cartografia é conservada. De caráter eminentemente pragmático, eles abandonaram o pensamento grego e não se preocuparam com a questão da representação da Terra por projeções mais adequadas. “Eles trasladaram as terras ao plano, tal como a descobriram em sua falsa óptica, arriscando mesmo a situar os povos em lugares errados, embora assinalando com exatidão as distâncias entre eles”⁴¹. Vários de seus mapas eram o que se convencionou chamar ‘Itinerários’. Há os *numéricos*, que eram

⁴¹ HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967. Sem autor, apresentação de José Aguilar. p.37.

listas de lugares com as distâncias entre eles, e os *gráficos*. O mais famoso é o itinerário chamado *Tabula Peutingeriana* (fig.11), que é atribuído a Cartorius que o teria construído no séc. IV e da qual nos chegou uma cópia feita no séc. XII ou XIII. De origem militar, temos os chamados '*Notitia dignitatum*' (fig.12), que representavam planos de encaves urbanos.



Fig. 11 – Imagem da *Tabula Peutingeriana*



Fig. 12 – Imagem da *Notitia dignitatum*

No que concerne às cidades,

“sob o comando romano, o mapeamento foi designado aos topógrafos da terra (agrimensores), que dividiam a terra por meio de centurições (baseado em um sistema de quarteirões; em cidades, estes quarteirões eram chamados *insulae*, ou quadras), uma forma estabelecida através do império, como indicado em tratados Latinos antigos⁴².”

Uma das plantas de cidade desta época que apresenta este traçado é a famosa *Forma Urbis Romae* (fig.13), uma planta de Roma da qual se conhecem fragmentos, que mostram edificações importantes:

“Embora desenhado em escala, algumas inconsistências aparecem, algumas devidas a características particulares tais como arcos de aquedutos, que são mostrados em elevação mais do que em plano. Assim, os romanos juntaram-se à tradição pictórica do fazer mapas para fazer mapas de levantamento topográfico desenhados em escala. Como outros projetos de edifícios monumentais e de reformas institucionais, este mapa em grande escala, e outros anteriores gravados sob Augustus e Vespasiano, tinha a intenção de comunicar de outra forma a grandeza e a glória do Império Romano⁴³.”

⁴² MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 9

⁴³ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 9.

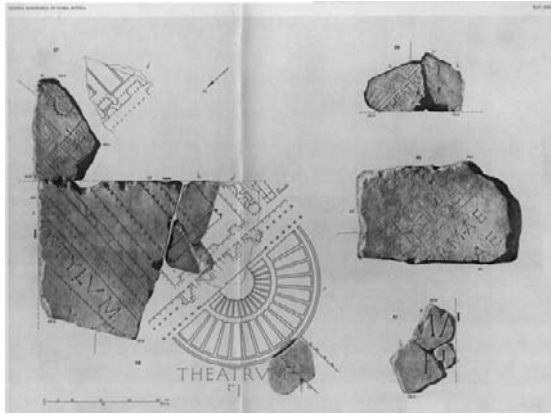


Fig. 13 – Forma Urbis Romae (fragmento)



Fig. 14 – Reconstituição do mapa de Agrippa

Julio César teria encarregado à feitura de um mapa do Império, que foi iniciado pelo General Agrippa (fig.14). O mapa foi colocado em um pórtico que se ergueu em sua honra por iniciativa de sua irmã Vipsania Polla, que o completou após a morte do general.

2.4 – CHINA

De acordo com Thrower, os mapas chineses estão entre os mais antigos

O primeiro levantamento topográfico da China (Yü Kung) é contemporâneo com o primeiro relatório de atividade cartográfica grega, a de Anaximandro (VI séc. B.C.). (...)Nos séculos seguintes, há notáveis paralelos entre a literatura geográfica chinesa e aquela da Grécia e do Oeste latino, (especialmente escritores Romanos tardios). (...) Os mapas foram largamente utilizados na dinastia Han (207 B.C. – 220 A.C.) por governantes, militares e eruditos. Aparentemente o *grid* retangular (um sistema de coordenadas de quadrados iguais), que é básico para grande parte da cartografia científica na China, foi formalmente introduzido pelo astrônomo Chan Heng, um contemporâneo de Ptolomeu⁴⁴.

⁴⁴ THROWER, Norman J.W. *Maps & Civilization: cartography in culture and Society*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. p. 27-28.

Para ele, foi “durante a dinastia Chin (265-420) que se estabelecerão as bases para a cartografia oficial chinesa. Com a expansão posterior do território chinês, fizeram-se mapas em diferentes escalas”⁴⁵.

Steinhardt relata que o mais antigo plano de cidade chinesa “sobrevive numa placa de bronze incrustada com ouro e prata descoberta na década de 1970 numa tumba de um Rei Zhongshan chamado Cud no moderno Condado de Pingshan, Hebei”⁴⁶ (fig.15). Pela forma como foi descoberto, estima-se que o mapa tenha sido feito na “segunda ultima década do séc. 400 BC.”⁴⁷.

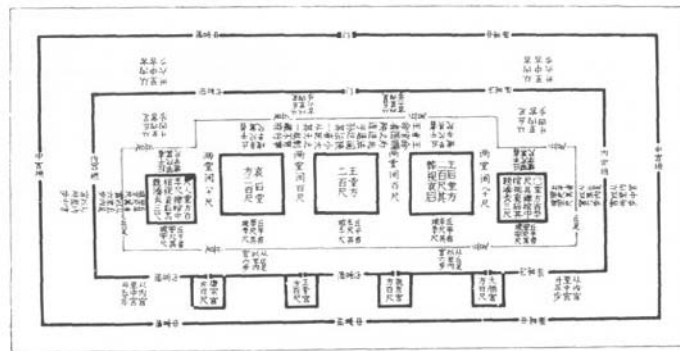


FIGURE 1.13. Line drawing of *Zhayou tu* with inscriptions in modern Chinese characters. From Cao Yanru et al., *Zhongguo gudai ditu ji* [Atlas of ancient Chinese maps], (Beijing, 1990), 1: pl. 3.

Fig. 15 – Desenho do mapa com inscrição em chinês moderno.

De acordo com Thrower os trabalhos cartográficos chineses, ao longo do tempo, podem ser

Exemplificados por um mapa da China datado do ano 1137 (fig. 16). O mapa em questão tem uma malha retangular com uma escala de mil li (cerca de 36 milhas) para cada quadrado. (...) O mapa foi esculpido em pedra. (...) Outro marco da cartografia chinesa, aproximadamente do mesmo período é o primeiro mapa impresso (fig.17) conhecido feito cerca de 1155, que é predecessor do primeiro da Europa em três séculos. (...) O ponto culminante da cartografia chinesa nativa se deve a Chu Ssu-Pen (1273-1337) e seus sucessores, cuja tradição cartográfica se estendeu até o séc. XIX. Os cartógrafos no tempo de Chu Ssu-Pen conheciam os

⁴⁵ THROWER, Norman J.W. *Maps & Civilization: cartography in culture and Society*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. p. 30-33.

⁴⁶ STEINHARDT, Nancy Shatzman. Mapping the Chinese City: The Image and the Reality. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.11.

⁴⁷ STEINHARDT, Nancy Shatzman. Mapping the Chinese City: The Image and the Reality. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.11.

princípios de geometria e possuíam instrumentos que facilitavam suas atividades cartográficas⁴⁸.

A partir do séc. XVI, com a chegada dos jesuítas à Ásia, “os registros cartográficos da região estiveram à disposição dos europeus e foram incorporados em seus mapas regionais e mundiais”⁴⁹.

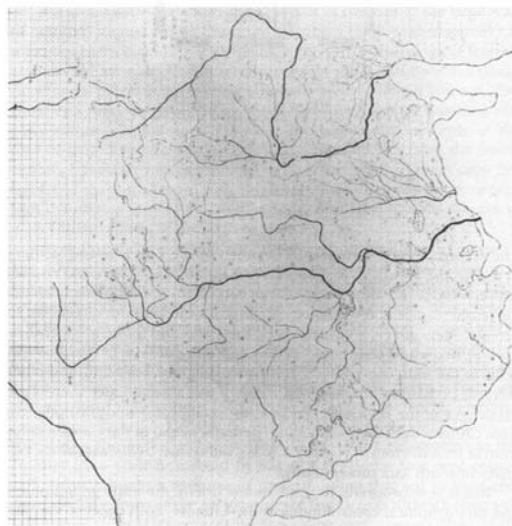


Figure 3.1. Early map of China, with rectangular grid, carved on stone.

Fig. 16 – Mapa China 1137



3.3. The earliest printed map, surviving from China, depicting a part of the western part of the country and showing part of the Great Wall, rivers, mountains, and settlements.

Fig. 17 – Mapa impresso chinês de 1155

2.5 – A IDADE MÉDIA

Na Europa e no mundo islâmico, durante o período correspondente à Idade Média no mundo ocidental, o conhecimento geográfico⁵⁰ continuou se desenvolvendo, assim como a técnica cartográfica. Do legado bizantino, cabe citar o mosaico de Madaba (cerca de 565), que contém planos de cidades, sendo um deles a cidade de Jerusalém (fig. 18). O mundo islâmico foi afetado pela tradução para o árabe da obra de Ptolomeu, sendo o nome de Al Idrisi, autor da *Tabula Rogeriana* do século XII, bastante conhecido.

⁴⁸ THROWER, Norman J.W. *Maps & Civilization: cartography in culture and Society*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. p. 30-33.

⁴⁹ THROWER, Norman J.W. *Maps & Civilization: cartography in culture and Society*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. p. 38.

⁵⁰ Sendo que, para vários autores, entre eles Morales (2006), na Europa teria havido um atraso, já que inclusive a esfericidade da Terra foi considerada herética, por não se adequar aos ensinamentos da Bíblia.



Fig. 18 – Jerusalém no mosaico de Madaba.

A visão cosmológica medieval é vinculada a uma visão cristã do Universo, regida pela Bíblia, e que em função da vida de Cristo, concebe Jerusalém como o centro da Terra. Desta época são originários os mapas do tipo T-O. O primeiro destes mapas (T e O) se atribui a Isidoro de Sevilla (fig.19) no século VII, do qual não se conhece o original, mas sim cópias posteriores. Nestes mapas (fig.20) o **O** é a circunferência que envolve todo o mapa e representa a Terra cercada pelo mar. O **T** representava os três rios que saíam do paraíso terreno e dividia, por sua vez, a terra nos três continentes conhecidos: Europa, Ásia e África. Grande parte desses mapas tinha como centro a cidade de Jerusalém. Sua expressão máxima são os mapas-múndi de Ebstorf e Hereford, ambos do final do séc. XIII.



Fig. 19 – Mapa T-O de Isidoro de Sevilla



Fig. 20 – Cosmologia T-O – Mapa de Metz

O mapa de Hereford (fig.21) está na Catedral de Hereford, na Inglaterra. Produzido entre 1290 e 1300, é o mapa medieval inglês mais velho a ter sobrevivido e o maior, mais detalhado e mais perfeito mapa medieval preservado no mundo. Nele, Jerusalém está localizada no centro do mapa (imagem de Jesus), o leste está no topo e o norte à esquerda. Suas legendas contam não só os nomes de cidades, rios, montanhas e ilhas, mas também contém dados cosmológicos, zoológicos, históricos, teológicos e etnográficos.

Existiram também mapas de itinerários, como o de Matthew Paris (fig.22), de cerca de 1252, um mapa itinerário de Londres a Jerusalém. Neste mapa há uma representação de Londres (fig. 23) que, de acordo com uma tradição pictórica anterior, é desenhada como uma cidade murada, mas distinguida por alguns marcos como a catedral de St. Paul e a Tower Bridge. Essa questão da distinção através dos marcos é importante ser mencionada, pois, em representações anteriores, as cidades eram mostradas de forma indistinta: eram representadas com as muralhas, o castelo e a Igreja, mas o mesmo desenho era repetido para diferentes cidades.



Fig. 21 – Mapa de Hereford



Fig. 22 – Itinerário de Matthew Paris



Fig. 23 – Londres no Itinerário de Matthew Paris

Um importante desenvolvimento desta época foram os mapas portolanos, promovidos pelos avanços técnicos da navegação marítima, seu objetivo era guiar os navegadores de porto a porto. Pelo século XIV, os exploradores careciam de orientação para se deslocarem num mundo pouco conhecido e cada vez mais disputado. Por isso, as cartas marítimas – portolanos – passaram a ter um caráter prático, pois seu objetivo principal era servir à navegação. As principais escolas foram a italiana e a espanhola (catalã

e de Maiorca). Dessa forma, eram desenhados com muitas linhas de rumo e poucas representações geográficas - basicamente o litoral e os pontos do interior que poderiam ser vistos do mar, e servir como referência aos navegantes que raramente perdiam a costa de vista. As cartas portulanos não possuíam coordenadas geográficas, mas retas direcionais (linhas de rumo) que partiam de uma rosa dos ventos principal e se entrecruzavam com linhas de outras rosas dispostas ao redor daquela. Este traçado permitia calcular os pontos de diferentes rotas com o auxílio da bússola, uma novidade tecnológica da época. Nos portulanos, freqüentemente o Norte aparece à direita e o Oeste na parte superior. Mesmo não possuindo marcações de latitude e longitude, os portulanos eram eficientes cartas de navegação. Sua atualização era contínua, a partir de informações obtidas dos diários de bordo e pela determinação de distâncias e posições através da leitura da bússola. Naquela época, cada navio levava um cartógrafo para atualização e aperfeiçoamento dos portulanos com a feitura do traçado dos novos lugares descobertos, e para orientação pessoal do capitão. Dois exemplos interessantes (fig.24 e 25) são a *Carta Pisana* (c. 1290) e o *Atlas Catalão* (1375), este último feito por Cresques Abraham. Os árabes também fizeram mapas Portulanos. No império Otomano, o capitão Piri Reis (1470-1554) foi um cartógrafo que fez mapas portulanos. Em alguns mapas Portulanos podem-se ver representações de cidades, principalmente de cidades costeiras (fig.26 e 27).

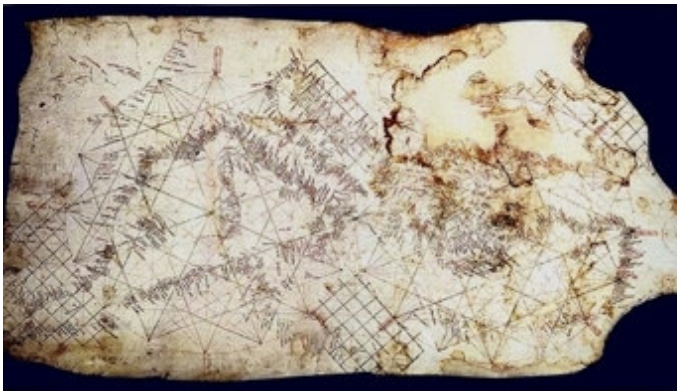


Fig. 24 – Carta Pisana



Fig. 25 – Atlas Catalão



Fig. 26 – Damasco no portulano de Petrus Roselli (1462)



Fig. 27 – Veneza no Mapa de Cantino (1502)

Entre cartógrafos e artistas se estabeleceram, ao longo da história da cartografia, uma série de relações. No começo, eram artistas que também trabalhavam com a cartografia. Os primeiros desses artistas/cartógrafos, segundo Buisseret, foram os irmãos Limbourgs e os irmãos Van Eick. Supõe-se que os irmãos Limbourgs (Paul, Hermann e Jean) nasceram entre 1370 e 1380 e teriam morrido por volta de 1416. Teriam vindo de *Nimwegen* (hoje Flandres), mas são geralmente referidos como alemães. O que os distingue é o fato de terem trabalhado para Jean, Duc de Berry (1340-1416), e feito sob sua encomenda o livro *Trés Riches Heures*. Este manuscrito é um clássico exemplo do Livro das Horas medieval, uma coleção de textos litúrgicos para cada hora do dia. Sua estrutura continha um calendário de estações e, em cada mês, um castelo foi retratado contra um fundo de atividade rural. Mas o que impressiona é a fidelidade com que os edifícios são retratados. Como afirma Buisseret, “cada castelo nas séries é representado com tal fidelidade que parece como se os Limbourgs estivessem tentando nos oferecer guias topográficos destes grandes edifícios”⁵¹. Nessas figuras, podemos reconhecer entre outros o *Palais de la Cité* – Paris (junho), o Castelo de Saumur (fig.28) que ilustra o mês de setembro, o Louvre (fig.29)– residência real em Paris (outubro) e o Castelo de Vincennes (dezembro).



Fig. 28 – Limbourgs – setembro



Fig. 29 – Limbourgs – outubro

Vários exemplos da obra dos irmãos Limbourgs ilustram bem esse estilo inovador e suas ligações com a cartografia. Na parte do Livro de Horas que trata do Ciclo de Ofícios e

⁵¹ BUISSETERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 30.

de Santos, São Miguel é retratado em sua luta com o dragão, no alto da Abadia do Mont Saint Michel (fig.30), também meticulosamente retratado. Um exemplo importante é o Plano de Roma (fig.35) – folio 141 v do Livro de Horas –, que não seria uma imagem muito comum neste tipo de livro. Segundo Buisseret, o Duc de Berry possuía vários *mappae mundi*, nos quais os irmãos talvez tenham se inspirado – neste Plano de Roma, os principais monumentos da cidade podem ser identificados, tendo sido dispostos segundo sua distribuição geográfica.

Ainda conforme Buisseret,

“o trabalho dos Limbourgs mantém uma relação próxima com o dos irmãos Van Eick. (...). Jan Van Eick (1390 – 1441) era também um mestre do ‘realismo’ topográfico, produzindo pinturas (fig.31) cujos detalhes parecem nos levar direto ao mundo dos Países Baixos do início do século quinze. (...). Mais notavelmente ainda, ele teria ‘pintado’ um globo terrestre, que o seu quase contemporâneo, o historiador Bartolomeo Facio, descreve como ‘o mais perfeito trabalho do nosso tempo, no qual se pode distinguir não apenas os lugares e os continentes, mas também as distâncias que os separam’. Se realmente o globo era trabalho de Van Eick, é uma demonstração a mais da forma como um pintor reconhecido estava simultaneamente ‘vendo’ o mundo em termos cartográficos”.⁵²



Fig. 30 – Limbourgs– Mont Saint Michel



Fig. 31 – Van Eick – A virgem do Chanceler Rolin

Pode-se dizer, portanto, que quase não havia distinção entre o fazer artístico e o fazer cartográfico desses artistas, na medida mesma em que se capta, nesses

⁵² BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.p. 31-32.

artistas/cartógrafos, uma mudança na maneira de desenhar e apreender o espaço de uma forma prática, experimental.

Também se conservam desta época vistas e plantas de cidades. Segundo Miller⁵³:

“Durante a Idade Média, encontramos um legado considerável de mapas de cidade – como vinhetas em manuscritos, mapas das Terras Sagradas no tempo das cruzadas e mapas de cidades italianas tanto celebrativos como territoriais, ligados ao revivescimento da vida urbana Romana nas comunidades do medieval tardio. Outros mapas eram de forma laudatória, tais como a vista do século nono de Verona, que pode estar ligada ao poema métrico ‘Versus de Verona’, um panegírico à cidade. Homenagens (encômias) em elogio a cidades italianas, datadas do século XII, equiparam-se a mapas de cidades contemporâneos. Exemplos incluem mapas de Milão em manuscritos, um afresco na parede de uma capela em Santo Antônio de Pádua, e um mapa ilustrando uma louvação popular cívica como a *Mirabilia Urbis Romae*, 1143”.

É de se destacar que, nesta época, a cartografia estava quase que restrita aos detentores de poder, aos homens cultos e aos navegantes. Uma das razões para isso é a inexistência da impressão, o que tornava difícil a divulgação de livros e mapas devido à só haver poucas cópias feitas, principalmente, pelos monges copistas.

Em suma, a tradição historiográfica da cartografia, da pré-história ao final da Idade Média, é bastante descritiva, como acabamos de ver. Mas é possível ver, nessa descrição, elementos daquela enciclopédia social de que fala Christian Jacob. Assim, as pinturas pré-históricas definem uma enciclopédia da construção do imaginário de um determinado lugar, ao constituírem um território de idealidades e valores coletivos. Já o conhecimento matemático do antigo Egito definiu uma enciclopédia agrimensora, com vistas a controlar e tirar proveito das enchentes do Nilo. Por sua vez, os gregos antigos criaram uma enciclopédia de conceitos abstratos para o conhecimento geográfico da Terra, inventando-a como um objeto mensurável. A partir daí, definiram, matematicamente, a longitude e a latitude da terra, o sistema de paralelos e meridianos e usaram escalas para mapear o mundo, criando todo um processo de modelização do cosmos. Os romanos, com interesses de conquista e dominação militares, desprezaram, nesse quesito, as invenções gregas, constituindo uma enciclopédia pragmática feita por “itinerários” numéricos e gráficos do plano, com efeitos nas plantas das cidades, divididas em quarteirões ou quadras. A enciclopédia chinesa, por seu lado, é definida pelos conhecimentos de geometria (quadrícula retangular) e pela astronomia. Mas é, sobretudo o domínio dos materiais que vai

⁵³ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 9.

definir sua cartografia: o mapa em pedra de 1137 e o mapa impresso de 1155, três séculos antes do primeiro mapa impresso europeu.

O predomínio do Cristianismo na Idade Média forja uma enciclopédia que tem como centro Jerusalém, fazendo com que, nos primeiros mapas dessa época, todos os caminhos se definissem em relação a essa cidade santa. Nos últimos séculos da Idade Média, a produção de mapas se diversifica, atendendo a interesses diversos, correspondendo à fragmentação existente entre burgos e entre feudos. As plantas das cidades começam a dar relevância a seus castelos e monumentos, para mostrar sua grandiosidade e poder, num 'realismo' topográfico ao qual não escapam grandes pintores da época, como Van Eick. As cartas marítimas – os portulanos --, de caráter eminentemente prático, mostram-se abertas a atualizações e acréscimos, constituindo-se em registro (prova) de 'descobertas' de lugares e de conquista de novos territórios.

2.6 – O RENASCIMENTO

Vários fatores devem ser levados em consideração para explicar o desenvolvimento cartográfico que aconteceu na Renascença. Dentre eles, podemos destacar: 1) a transmissão e a tradução da *Geographia* de Ptolomeu; 2) a aparição da imprensa na Europa, que permitiu a difusão dos livros e posteriormente dos mapas; 3) as viagens ultramarinas levadas a cabo pelos europeus; e 4) o relaxamento dos laços que atavam o pensamento científico ao pensamento religioso.

A obra de Ptolomeu chegou à Itália com a queda de Constantinopla, de onde vieram também outros manuscritos e documentos científicos. Os mapas e as idéias geográficas de Ptolomeu foram, então, redescobertos.

Tanto Lucia Nuti quanto Naomi Miller ressaltam que “uma das primeiras coleções conhecidas de mapas de cidades apareceram em três manuscritos da Geografia de Ptolomeu. Produzido em Florença, na segunda metade do séc. XV estes mapas de cidades foram anexados ao mapa do mundo e aos mapas regionais”⁵⁴. Como aponta Miler “todos esses três manuscritos são baseados na tradução de Jacopo d’Angelo da *Geografia* do

⁵⁴ MILLER, Naomi. Mapping the City: Ptolemy's *Geography* in the Renaissance. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in Urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.34.

grego para o latim, completada em 1406. Além disso, compartilham o mesmo escriba, o copista francês Ugo Comelli da Mezières e o mesmo artista, Pietro del Massaio⁵⁵.

Segundo Nuti os três manuscritos são conhecidos por o *Vaticanus*, o *Urbinas* e o *Parisinus*. Os dois primeiros estão guardados na Biblioteca Apostólica Vaticana e o *Parisinus* está na Biblioteca Nacional Francesa. Nesses manuscritos “os pintores haviam inserido representações de cidades significativas para o mundo mediterrâneo, seja na época antiga quanto na medieval: Milão (fig.32), Florença, Roma, Veneza, Constantinopla, Damasco, Jerusalém (fig.33), Alexandria e Cairo⁵⁶. Estas nove cidades estavam nos três manuscritos, no *Parisinus* foi acrescentada a cidade de Adrianópolis. Já no *Urbinas* também com dez cidades em vez de Adrianópolis foi adicionada Volterra. Para Nuti “havia nascido um modo ainda não autônomo, mas apenas como apêndice a uma coleção de cartas geográficas, o primeiro embrião, o primeiro esboço incerto de Atlas de cidades, isto é, uma seqüência de representações validas por si só, independente de um texto escrito⁵⁷.



Fig. 32 – Milão, Parisinus



Fig. 33 – Jerusalém, Parisinus

Com o advento da impressão em Ulm, de 1482-86, um primeiro mapa Ptolomaico foi impresso (fig.34). Nesta edição, destaca-se o mapa do mundo, onde se observa uma vontade de utilizar uma projeção cartográfica adequada e uma grande melhoria nos detalhes geográficos.

⁵⁵ MILLER, Naomi. Mapping the City: Ptolemy's *Geography* in the Renaissance. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in Urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.34.

⁵⁶ NUTI, Lucia. *Ritratti di Città: Visione e memoria tra medioevo e Settecento*. Veneza: Marsilio, 1956. p.22.

⁵⁷ NUTI, Lucia. *Ritratti di Città: Visione e memoria tra medioevo e Settecento*. Veneza: Marsilio, 1956. p.23.



Fig. 34 – Mapa do Mundo de Ptolomeu, versão impressa em Ulm em 1482-86

É importante salientar que, nesta época, os cartógrafos continuaram a produzir mapas utilizando as técnicas medievais, nomeadamente os mapas portulanos, convivendo com a projeção de Ptolomeu e, mais tarde, com a projeção de Mercator.

Apesar disso e de acordo com Miller⁵⁸,

“Poucos trabalhos tiveram tanto impacto na arquitetura e no planeamento urbano da Renascença como os *Ten Books on Architecture* de Vitruvius, redescobertos no início do século quinze. Escritos na era de Augusto, é o único tratado de arquitetura sobrevivente que registra as práticas construtivas dos antigos. No Livro I, Vitruvius discute o plano da cidade, o seu sítio e seu layout com muralhas circulares fechadas e torres, desenhadas estritamente para propósitos defensivos. Para os arquitetos da Renascença, a sua forma geométrica refletia o ideal Platônico da harmonia e da perfeição cósmica. Mas de longe o maior ímpeto na troca de mapas deu-se com a invenção da imprensa, que permitiu uma distribuição estendida de trabalhos até então raros”.

Buisseret mostra os avanços dessa cartografia e sua relação com os artistas em diversos pontos da Europa. Para este autor, a questão da emergência da produção dos mapas é relacionada com o que os historiadores da arte há muito tempo apontam:

“(…) houve uma grande mudança estilística na arte ocidental Européia entre 1400 e 1500. Quer a chamem de ‘advento do novo realismo’ ou ‘a chegada da Renascença’, ou mesmo ‘a idade das descobertas’, todos concordam que um grande vento de mudança soprou ao longo do século quinze. O que

⁵⁸ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 10.

não foi tão bem compreendido é que este novo modo de ‘ver’ o mundo aplicava-se também à produção de mapas, onde novos estilos surgiram, desenvolvidos por pintores há muito tempo reconhecidos como inovadores. Era como se a pintura e o mapeamento fossem simplesmente meios diferentes de representar artisticamente a mesma realidade, de um novo ponto de vista”⁵⁹.

Reforçando essas idéias, Silberman, por sua vez, afirma que: uma história da arte poderia ser escrita, ao se traçar a história da pintura em relação com a história dos mapas. No Ocidente, a história da arte da renascença até a ascensão do modernismo parece realmente correr paralela à história da cartografia”⁶⁰.

O florentino Leon Battista Alberti (1404 – 1472) que, além de arquiteto, foi pintor, escultor, autor, poeta, dramaturgo, matemático e filósofo, foi o autor da primeira análise científica da perspectiva, no tratado *De Pictura*, que marcou uma etapa decisiva na história da arte renascentista ao passar da prática experimental à teorização dos princípios da perspectiva. “A invenção da perspectiva por Brunelleschi, no início do século XV, e sua exposição por Alberti possibilitaram este grande salto para uma cartografia mais rigorosamente metodológica, uma cartografia preocupada com relações de proporção, isto é, com desenhos mensuráveis”⁶¹. Em sua obra *Descriptio Urbis Romae*, Alberti fez o primeiro levantamento da cidade de Roma (fig.36) e seus monumentos, e propôs uma solução matematicamente baseada para delinear a cidade.



Fig. 35 – Plano de Roma - Limbourgs

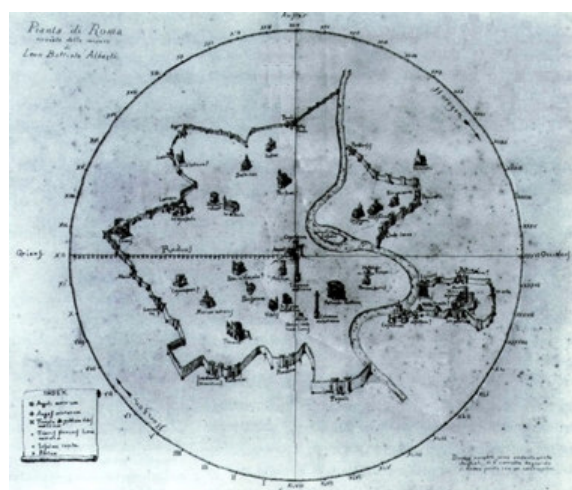


Fig. 36 – Plano de Roma segundo Alberti

⁵⁹ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 29.

⁶⁰ SILBERMAN, Robert Bruce. Maps and art: the pleasures and power of worldviews. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World views: Maps & art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.35.

⁶¹ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 10.

“O próprio mapa de Alberti não sobreviveu, mas foi feita uma reconstrução, no século XIX, com base nas suas notas, que deram um resultado altamente acurado (Fig.36). Em cartografia, como também na pintura, Alberti descreveu, com efeito, técnicas que iriam servir a muitos fazedores de mapas e artistas nos séculos que se seguiram”⁶².

Leonardo da Vinci (1452 – 1519), assim como Alberti, dedicou-se também à cartografia, delineando grandes áreas de território “tanto planimetricamente quanto em termos de vista de olho de pássaro”. No entanto, seu estudo para a renovação de Milão (fig.37), de 1508, é pouco conhecido.

“O sketch grosseiramente circular, em cima, mostra três quartos do perímetro da cidade, e a rápida vista de olho de pássaro, em baixo, posiciona os principais edifícios, incluindo o castelo e o leprosário (hospital para doenças contagiosas). Leonardo usou claramente ambos os ângulos ao formular sua imagem da cidade e a mudança a ser feita. Produziu, também, uma vista puramente planimétrica (rigorosamente vertical) de Imola, em 1502, num celebrado grande esforço para o seu tempo. Muitas décadas seriam necessárias antes que muitos planejadores de cidades pudessem segui-lo, a fim de mostrar, por exemplo, todas as feições de uma cidade desta maneira”⁶³.

A importância do Plano de Imola (fig.38) na história da cartografia suscitou uma série de comentários, entre eles o de Miller:

“Um mapa militar estritamente desenhado em escala, o Plano de Imola é o primeiro de tais mapas desde a era Romana, muito embora admita também convenções medievais, tais como a direção dos ventos. Colocado no interior de um círculo, com uma circunferência marcada por 64 graus, o mapa de Leonardo presta homenagem aos princípios cosmológicos de uma antiga era, ao mesmo tempo em que efetua uma revolução no mapeamento. Neste plano iconográfico, Imola é representada como se vista de um número infinito de pontos de vista”⁶⁴.

⁶²SILBERMAN, Robert Bruce. Maps and art: the pleasures and power of worldviews. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World views: Maps & art*. Minneapolis:University of Minnesota Press, 1999. p.34.

⁶³ BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 35-36.

⁶⁴ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 10.

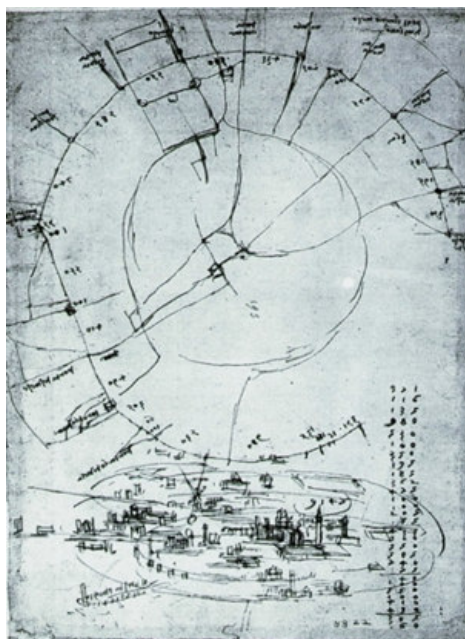


Fig. 37 – Milão, Leonardo da Vinci



Fig. 38– Imola, Leonardo da Vinci

Outros artistas também estiveram ligados tanto à pintura quanto à cartografia: Raphael Sanzio (1483 - 1520) – plano idealizado de Roma a pedido do Papa Leão X; Michelangelo Buonarroti (1475 -1564) – planos para a fortificação de Florença; Albrecht Dürer (1471 - 1528) – desenho de um mapa-mundo e de duas esferas celestiais; Augustin Hirschvogel (1503 - 53) – grande plano de Viena; Pierre Pourbus (1524 - 84) – grande carta de Bruges; Cornelis Anthonisz (1499 – 1556) – Plano de Amsterdan (fig.39).

Os vários planos de cidades italianas do século XV, entre elas Florença, Nápoles, Roma e Gênova, mostram uma crescente consciência das relações de escala. Mas há um mapa que supera em muito as representações cartográficas da época: trata-se do mapa de Veneza de Jacopo de Barbari (fig.40), de 1500. Suas dimensões (4 x 9 pés), em seis blocos de xilogravura, mostram uma

“cidade recriada como uma obra de arte, num tributo à sua prosperidade e poder. (...) O plano de Veneza (o delineamento das ruas e dos edifícios desenhados em contorno, como uma planta baixa) foi desenhado apenas dois anos antes do iconográfico mapa de Imola de Leonardo da Vinci, de 1502. Em ambos, vários croquis de diferentes pontos de vista foram traçados, numa estrutura de perspectiva que pode ter sido calculada a partir de plantas baixas da cidade similares àquelas usadas pelas autoridades de Veneza para a manutenção de ruas e canais”⁶⁵.

Schulz em seu trabalho sobre o mapa de Jacopo de Barbari afirma que “a xilografia de Veneza foi sempre considerada pelos críticos em primeiro lugar pelas suas qualidades

estéticas, pela grandiosidade da composição, pela segurança da projeção perspectivada – que mostra a cidade tomada de um ponto de vista não alcançado pelos contemporâneos de Jacopo – e a abundância de detalhes verossímeis”⁶⁶.



Fig. 39 – Amsterdã de Cornelis Anthonisz

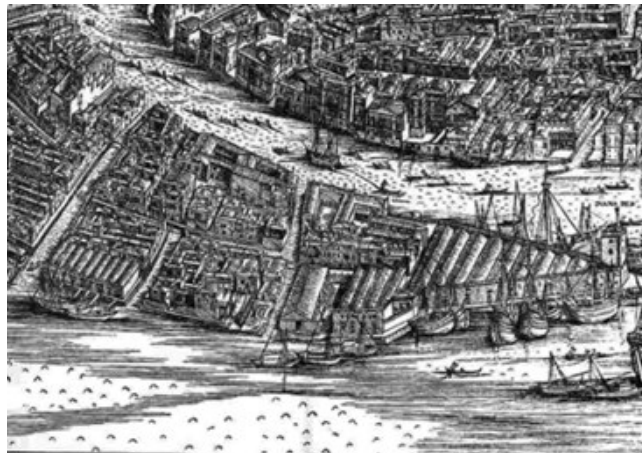


Fig. 40 – Detalhe de Veneza de Jacopo de Barbari (1500)

Por outro lado, as explorações de novas rotas pelos portugueses e o descobrimento da América estimularam a produção cartográfica e seu desenvolvimento. O mais antigo globo terrestre data de 1492 e foi executado pelo alemão Martín Behaim, de Nuremberg, que mostra o mundo um pouco antes da ‘descoberta’ de Colombo. Neste globo, já aparece o Cabo da Boa Esperança, ‘dobrado’ por Bartolomeu Dias em 1487, possibilitando o surgimento de um novo caminho marítimo para as Índias, definido por Vasco da Gama em 1498.

Cabe destacar as grandes inovações cartográficas de um flamengo chamado Gerhard Kremer (1512-1594), conhecido como Mercator. A principal delas foi dada a conhecer em 1569, com a publicação de um grande mapa do mundo desenhado com a projeção cartográfica que leva seu nome. Este mapa (fig.41), denominado *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usam navigantium emendate accomodata*, ajudou a resolver, em grande parte, os problemas da representação da terra conjugados com os da navegação.

⁶⁵ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 10.

⁶⁶ SCHULZ, Juergen. La grande veduta “a volo d’ucello” di Jacopo de Barbari. In: ROMANELLI, Giandomenico *et al.* *A volo d’ucello: Jacopo de Barbari e le rappresentazioni di città nell’Europa del Rinascimento*. Veneza: Arsenale, 1999. p.60.

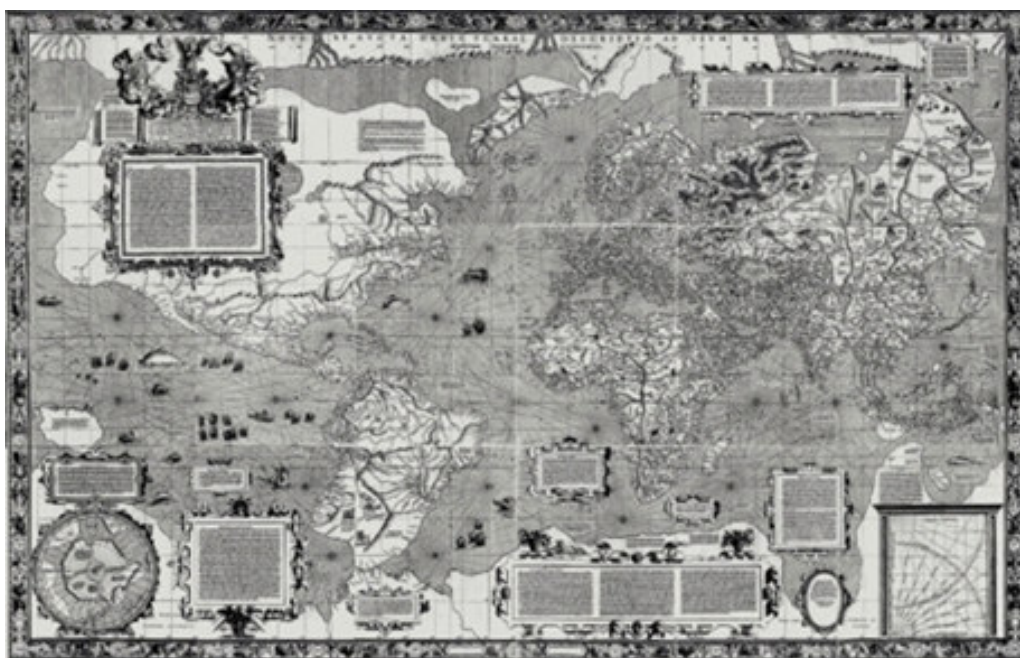


Fig. 41 – Mapa de Mercator de 1569

2.6.1 – A questão das projeções

Na Renascença, tornou-se necessário que as informações arranjadas e mostradas na superfície dos mapas, ao descreverem o mundo conhecido, fossem ‘corretas’, já que “navegar é preciso”⁶⁷. Esta preocupação se intensificou na Renascença quando Galileu afirmou que a Terra era redonda (e se movia). Uma vez

“reconhecido o mundo como uma esfera, havia o problema adicional de como representar um objeto esférico sobre uma superfície plana -- o chamado ‘problema da projeção’. Ptolomeu o tinha ‘resolvido’ pensando em cada hemisfério como um cone (fig.42). O cone tem a vantagem de poder ser representado em uma superfície plana por linhas paralelas, embora curvas, correspondendo ao equador e às outras linhas da latitude; as linhas dos meridianos serão retas e convergentes. Esse tipo de representação correspondia bem à realidade para as regiões próximas do equador, mas a

⁶⁷ PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p. 15.

distorção era considerável nas latitudes intermediárias -- justamente a área em que se deu boa parte da navegação marítima nos séculos XIV e XV⁶⁸.

A Terra redonda era uma concepção que já vinha dos gregos, por isso pode-se dizer que

“A matematização do espaço geográfico teve início com a Geografia de Ptolomeu, traduzida para o árabe e mais tarde retraduzida para o latim durante a Renascença. O passo importante consistiu em ver o mundo não só como uma esfera (fig.43), mas como **uma esfera dotada das propriedades matemáticas da esfera**, sobretudo a possibilidade de ser representada pelos 360 graus do círculo. Os graus do círculo podiam definir as linhas de latitude e longitude da Terra, fornecendo um quadro comum de referência em que poderia ser inserido qualquer novo território que fosse descoberto. Só então é que o “mundo de papel” passou a ser o esquema conceitual em termos do qual o mundo percebido pelos sentidos podia ser compreendido⁶⁹ (Grifo meu).

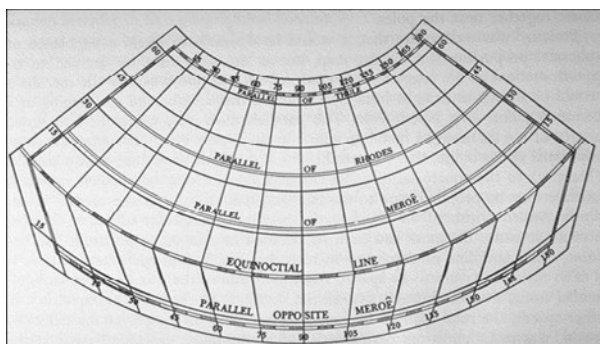


Fig. 42 – Projeção Cônica de Ptolomeu



Fig. 43 – Projeção esférica de Ptolomeu

Mas antes da redescoberta de Ptolomeu, a representação era feita através dos portulanos. No entanto; essa mudança se deveu principalmente, como afirmou Edgerton⁷⁰, porque

“Os portulanos (fig.44 e 45) não forneciam uma estrutura geométrica para a compreensão do mundo inteiro. A grade ptolemaica, por outro lado, propunha uma unidade matemática imediata. Os locais mais distantes podiam ser precisamente fixados uns com relação aos outros por coordenadas imutáveis, de modo que a sua distância proporcional, bem como os seus relacionamentos direcionais, ficassem evidentes... O sistema ptolemaico deu aos florentinos um instrumento cartográfico perfeito e

⁶⁸ OLSON, David R. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. p. 224.

⁶⁹ OLSON, David R. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. p.223, 224.

⁷⁰ Apud HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p.224.

expandível para o acúmulo, a verificação e a correção de conhecimento geográfico. E, sobretudo, forneceu à geografia os mesmos princípios estéticos de harmonia geométrica que os florentinos exigiam de toda a sua arte”.

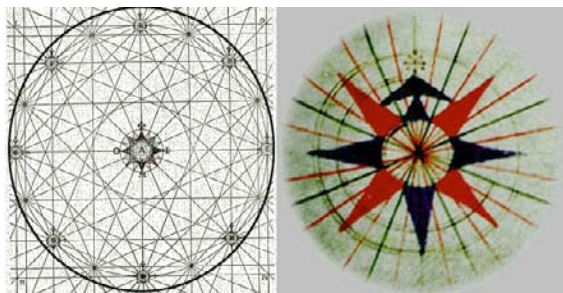


Fig. 44 – Portulanos – rumos / rosa dos ventos



Fig. 45 – Detalhe Portulano

É bem como disse Harvey

“A objetividade na representação espacial veio a ser um atributo valorizado porque a precisão da navegação, a determinação dos direitos de propriedade da terra (em oposição ao confuso sistema de direitos e obrigações legais que caracterizava o feudalismo), as fronteiras políticas, os direitos de passagem e de transporte, etc. passaram a ser um imperativo econômico e político. Muitas representações cartográficas para propósitos especiais, tal como os mapas com guias dos portos (portulanos) usados pelos navegadores e os mapas territoriais usados pelos proprietários de terras, já existiam, mas a importação do mapa ptolemaico parece ter desempenhado um papel crucial na descoberta e no uso do perspectivismo na Renascença”⁷¹.

A questão da perspectiva realmente tinha conexão com a representação de Ptolomeu - que o mundo conhecido na Grécia Antiga ocupava 180º (metade) do globo no sentido leste-oeste. E, no sentido norte-sul, a maior parte do mundo conhecido se concentrava no hemisfério Norte –, pois, segundo Harvey:

“A ligação com o perspectivismo estava no seguinte: ao projetar a grade na qual situar lugares, Ptolomeu imaginara como o globo como um todo seria visto por um olho humano que o visse de fora. Isso tem uma série de implicações. A primeira é a capacidade de ver o globo como totalidade apreensível. Como disse o próprio Ptolomeu, o alvo “da corografia é lidar separadamente com uma parte do todo”, ao passo que “a tarefa da geografia é apreender o todo em sua justa proporção”. A geografia, e não a corografia, se tornou uma missão da Renascença. Uma segunda implicação

⁷¹ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p.223.

é que os princípios matemáticos podiam ser aplicados, tal como na óptica, a todo o problema da representação do globo numa superfície plana⁷².

É, portanto, na antiga Grécia que se inicia a tradição de tornar o espaço geográfico inteligível, enquadrando-o matematicamente. E quando, na Renascença, Galileu ‘descobriu’ que a terra é redonda (“e se move”), não foi suficiente representá-la na forma esférica: foi preciso que essa representação esférica fosse *dotada das propriedades matemáticas da esfera*, para que o mundo fizesse sentido e se tornasse compreensível no Ocidente.

Em 1569, uma nova solução surgiu, uma nova forma de matematização do espaço.

“Pedro Nunes (Petrus Nonius, 1492-1577), um matemático português, tinha descoberto que em um globo uma linha de rumo loxodrômica, definida pela manutenção de uma direção constante na bússola, produzia uma espiral terminando no pólo. Este foi o problema que se apresentou a Gerard Mercator (1512-1594), um protestante holandês que concebeu os meios para imprimir mapas que pudessem ser afixados a esferas, bem como um mapa do mundo (de 1569) com os meridianos espaçados no sentido dos pólos, aumentando na representação o espaço daquelas regiões. Sua solução implicava representar a esfera não como um cone, mas como um cilindro, pois o cilindro também pode ser representado em uma superfície plana. Desse modo, não só a Terra pode ser representada sobre uma superfície plana, visível ao primeiro olhar, também as linhas de rumo são retas, de modo que uma rota fixada na bússola pode ser traçada com uma régua (Boas, 1962, p.206-9). Além disso, pequenas cartas contendo detalhes de uma área particular podiam ser incluídas no mapa do mundo, porque o quadro de referências espaciais era o mesmo. E estas cartas detalhadas serviam para a navegação⁷³.”

Trata-se da projeção de Mercator (fig.46), com que todos estamos familiarizados. Resolvia-se, assim, toda uma série de problemas que há séculos vinham sendo colocados, tais como a representação do globo terrestre numa superfície plana e as relações de proporção e de escala. Tal representação incluía também o perspectivismo, por um lado, e o detalhamento produzido pelos portulanos, de outro. E tudo isso numa projeção matematicamente correta e harmoniosa, “clara e distinta”, científica e, por isso mesmo, aparentemente desinteressada, como convinha ao sujeito europeu e navegador do século XVI. Quanto às especiarias das Índias e aos territórios do Novo Mundo, constituem-se apenas em efeitos ‘naturais’ dessa racionalidade matemática superior e bela.

⁷² HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p.224.

⁷³ OLSON, David R. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. p. 224-225.

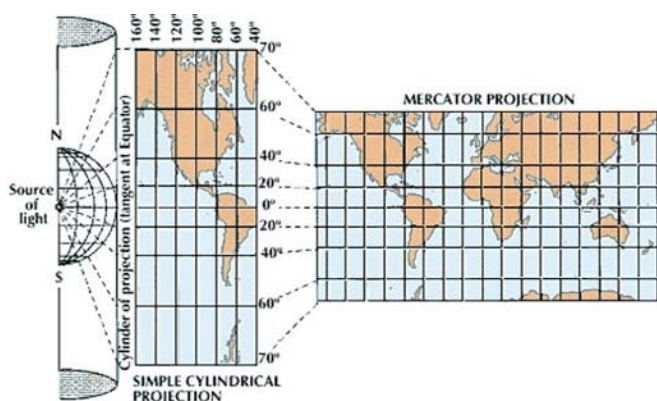


Fig. 46 – Projeção de Mercator

2.6.2 – O Novo Mundo e o Brasil

O mapa, como produção visual do espaço, permite a conexão com outros espaços do mundo, localizando-nos e posicionando-nos relativamente a eles, ou seja, colocando-nos em rede. É essa constatação que faz Olson afirmar que:

“Os mapas são, talvez, o meio mais evidente de nos colocar no papel, a nós e ao mundo. Não nos detivemos o suficiente no fato de que nossas representações têm como nos dizer, nos ditar, o que somos e onde estamos. Não estamos em parte alguma até que nossa localização seja identificada no mapa; se quisermos realmente saber onde estamos, teremos de encarar o mapa; ele nos dirá onde estamos - como se já não o soubéssemos”.⁷⁴

A observação irônica de Olson no final do período parece remeter para a inutilidade do mapa, quando se trata de saber onde estamos. E, no entanto, só sabemos onde estamos quando nossa localização é identificada no mapa. Afinal, o que os mapas podem dizer de nós? Acaso não trazemos em nós o lugar que nos constitui como somos? Certamente, mas só sabemos isso verdadeiramente quando localizados no mapa. Daí os mapas das cidades e dos países se constituírem em dispositivos de governo e, como tais, são representações visuais que regulam o modo como vemos e significamos o mundo. E esse modo eurocêntrico e ocidental de ser faz com que só conheçamos e só identifiquemos e

⁷⁴ OLSON, David R. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. p.09-10

localizemos o que está no mapa. É o que mostra Mary Pratt⁷⁵, ao comentar os relatos de viajantes britânicos do período vitoriano:

“Como regra, na ‘descoberta’ de lugares como o Lago Tanganika, o explorador se dirigia à região e perguntava aos habitantes locais se eles conheciam algum grande lago na área, etc., contratava-os para levá-lo até lá, após o qual, sob sua orientação e apoio, ele descobria o que eles já sabiam. Assim, a descoberta consistia de um gesto através do qual se convertia saberes locais (discursos) em saberes europeus associados com as formas e relações de poder européias. A ‘descoberta’ em si não tem nenhuma existência própria. Ela só se torna ‘real’ depois que o viajante retorna ao seu país e a transforma em textos. Aqui a linguagem torna-se encarregada de criar o mundo da forma mais individual possível”.

Para Castro⁷⁶, ‘mapas’ e ‘descobrimientos’ estavam intimamente relacionados. De fato, não se pode dizer que um lugar está realmente descoberto, que ele existe, até ele “entrar no mapa”. O mapa funciona, então, como um certificado de existência, uma “certidão de nascimento”.

Nos séculos XV e XVI, a necessidade de melhorar os sistemas de informação náutica e de aumentar e sistematizar os dados recolhidos nos territórios ‘descobertos’, a fim de explorá-los economicamente, produziu toda uma matematização dos espaços geográficos. Como disse Boyer⁷⁷, “pelo séc. XVI, a cartografia passou das mãos de artistas especulativos e se moveu para o território do topógrafo, onde as leis matemáticas e ópticas governaram a sua forma”. Os navegadores portugueses e espanhóis aplicavam-se no levantamento minucioso das rotas marítimas e no desenvolvimento de instrumentos para a navegação, assim como na investigação e exploração das riquezas do Novo Mundo. A vinda de cartógrafos, cronistas e viajantes, insere-se, pois, nessa busca de conhecimentos necessários à manutenção de uma hegemonia nos mares e à administração desses novos territórios. E através das suas produções, impuseram, ao longo daqueles séculos e nos seguintes, determinadas representações que imprimiram diferentes e interessados significados às terras e às gentes desse Novo Mundo.

O primeiro mapa a mostrar o Novo Mundo parece ter sido o mapa portulano de Juan de La Cosa (fig.47), feito em 1500 para os Reis Católicos. Este mapa reflete os resultados

⁷⁵ apud Silva. SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *O Currículo como Fetice: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 63.

⁷⁶ CASTRO, Celso. Uma viagem pelos mapas do Rio. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000. p.10.

⁷⁷ BOYER, M. Christine. *The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge, MIT, 1994. p.207.

dos descobrimentos realizados na América no final do século XV. Tendo Juan de La Cosa (1449-1510) viajado junto com Colombo em 1492, 1493 e 1498, seu mapa, concluído em 1500 no Porto de Santa Maria, mostra detalhes dessas viagens. À maneira ocidental de ser e conceber, pode-se dizer que sendo este mapa o primeiro a retratar a América, ele pode ser tomado como sua “certidão de nascimento”. Vale lembrar que, conforme notícia do *Correio do Povo*⁷⁸, um mapa apresentado pelo colecionador Liu Gang, datado de 1763, seria uma cópia de um mapa de 1418, resgatando a teoria de que o marinheiro chinês Zheng He descobriu a América setenta anos antes de Colombo. Para além da celeuma, importa ressaltar que Juan de La Cosa foi um dos cartógrafos que fizeram parte da famosa ‘Casa de Contratación’ (1503-1790), fundada em Sevilha em 1503, para administrar e controlar todo o comércio com as Índias e que funcionou também como organismo científico e educativo, pois ali se formavam pilotos para a navegação e era elaborada a cartografia.



Fig. 47 – Portulano de Juan de La Cosa



Fig. 48 – Mapa de Cantino (parte)

Como bem diz Black, “os mapas do mundo, ou de uma região do mundo, dividem o seu espaço de terra (embora não geralmente os mares) em termos de controle territorial e autoridade política: o mapa como afirmação de soberania”⁷⁹. Os mapas do Novo Mundo, dessa época, feitos por cartógrafos portugueses e espanhóis, eram segredos de Estado e muitos, em virtude dessa política, não sobreviveram.

Nesses primeiros mapas, a demarcação territorial era feita com a colocação de bandeiras dos países colonizadores, colocadas nos territórios dos quais detinham a propriedade. Isto pode ser visto no Mapa de Cantino (fig.48), de 1502, primeiro mapa onde o Brasil aparece e onde está demarcado o Tratado de Tordesilhas. O uso das bandeiras ou

⁷⁸ MAPA traz teoria sobre América. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jan. 2006. Nacional/Internacional. p.10.

escudos para afirmar a propriedade do território pode ser visto ainda nos mapas de Jorge Reinel (1521), Diogo Homem (1558), Bartolomeu Velho (1561), entre outros.

O mapa de 1507 de Martin Waldseemüller (fig.49) é o mapa que denomina a América como tal, em homenagem a Américo Vespúcio. A maioria dos mapas até 1590 apenas delineia o continente que, ao longo do tempo, vai sendo desenhado em sua totalidade. O mapa de Sebastian Münster (fig.50) de 1540 é o primeiro a mostrar a América Latina por inteiro. Vários cartógrafos e seus mapas, durante o século XVI, foram ‘revelando’ a América do Sul para o resto do mundo, na configuração que os interesses das nações colonizadoras e que as possibilidades técnicas foram permitindo (conforme as informações que eram trazidas de cada nova expedição): os italianos Jerônimo Marini (*Orbis Universalis*, 1512), Paolo Forlani e Agnese Battista (*Atlas Portolano*, 1544); o turco Piri Ibn Haji Mehmed (mapa de Piri Reis, 1513); o francês Pierre Desceliers (fig.51) – Mapa-múndi de 1542 e América Meridional, 1550 –; o alemão Gemma Frisius (*Tabula Nova Totius Orbis*, 1529); os portugueses Lopo Homem, Jorge Reinel, Diogo Homem, Bartolomeu Velho, Vaz Dourado e Lázaro Luis; e os espanhóis Diego Ribero, Alonso de Santa Cruz, Sebastian Cabot, Juan Bellerio, Diego Gutierrez.



Fig. 49 – Detalhe mapa Waldseemüller, 1507



Fig. 50 – Mapa de Sebastian Münster, 1540

Vários mapas que mostram o novo mundo estão no *Atlas Miller*, realizado em 1519 por Lopo Homem (fig.52), Pedro Reinel e o seu filho Jorge Reinel, com iluminuras de António de Holanda. A concepção geográfica que aí é mostrada é a de um globo em que as terras predominam sobre as águas, pois, para além dos três continentes conhecidos dos Antigos, há afinal um quarto continente, a América. Das iluminuras, desprende-se o exótico — podemos ver nas mesmas elefantes, camelos, a fauna americana, o pau-brasil, as cidades portentosas da Ásia, os nativos e seus costumes.

⁷⁹ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p. 12.



Fig. 51 – Mapa de Pierre Desceliers, 1542



Fig. 52 – Mapa de Lopo Homem, 1519

A primeira representação de uma cidade da América data de 1521. Trata-se de uma vista panorâmica de Tenochtitlán (fig.53), a cidade que foi criada durante o reino de Montezuma I. Mostra seu traçado em forma de cruz, seus muitos canais e alguns templos. A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, teve sua primeira representação por Jacques de van de Claye (fig.54), em 1579.



Fig. 53 – Tenochtitlan, 1521



Fig. 54 – Rio de Janeiro, Jacques Van de Claye, 1579

2.7 – O SÉCULO DO ATLAS

No final do século XVI, começou a fase dos Atlas. O primeiro Atlas publicado foi o de Abraham Ortelius chamado *Theatrum Orbis Terrarum* (fig.55) cuja primeira edição é de 1570. Entre sua primeira e última edição, de 1612, ele foi reproduzido mais de 40 vezes e traduzido em seis línguas. Este período pode ser chamado de a 'Idade dos Atlas' e houve vários cartógrafos que se dedicaram à impressão dos mesmos: Hondius, Janssonius, Blaeu, Visscher e outros. Mercator (fig.57) também elaborou um importante atlas que foi publicado pela primeira vez em 1595 e foi reeditado, posteriormente, primeiro por Hondius e, depois, por Janssonius. Em 1635, o *Atlas Major* (fig.56) foi feito pela família Blaeu. Ele é um dos atlas mais belamente decorados do século XVII e foi feito com o trabalho conjunto de cartógrafos e artistas.



Fig. 55 – A. Ortelius, *Russiae, Moscoviae et Tartariae descriptio*, *Theatrum Orbis Terrarum*, 1570



Fig. 56 – Joan Blaeu, *Africae Nova Descriptio*, *Atlas Major*, 1667

Um dos Atlas de cidades mais famosos de cidades, e aparentemente o primeiro a ser publicado, é o *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg (fig.58). Era um Atlas composto de seis volumes editados entre 1572 e 1617, e continha 546 vistas de olho de pássaro e perspectivas de cidades, principalmente européias.

“O que poderia ser mais agradável do que, em sua própria casa, longe de todos os perigos, contemplar nestes livros a forma universal da terra... ornamentada com o esplendor de cidades e fortes, e, através de olhar as imagens e ler os textos que as acompanham, adquirir conhecimento que

somente poderia ser adquirido por longas e difíceis viagens? Georg Braun, *Civitates Orbis Terrarum*, 1581”⁸⁰.

Joan Blaeu (1569-1673) também produziu um Atlas de Cidades que foi publicado em dois volumes na Holanda, em 1649.

Devido à influência do *Civitates*, foi produzido, conforme Morales,

“um outro trabalho o *Theatrum Europaeum*, ou *Topografias*, um conjunto de planos e vistas de cidades menos conhecido que os anteriores, mas mais ambicioso e sistemático. A obra foi elaborada em Paris pelo gravador e editor alemão formado em Paris, M. Merian (1593-1650) e por seu filho de mesmo nome. Seus 21 volumes apareceram entre os anos de 1640 e 1688”⁸¹.



Fig. 57 – G. Mercator, *Septentrionalium Terrarum Descriptio*, 1595



Fig. 58 – Georg Braun, *Paris*, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572

No século XVII, quando os atlas prosperaram, pode-se encontrar também alguns exemplos de pintores/cartógrafos como Jacques Callot (1592 - 1635), David Vingboons (1576 - 1632), Johannes Vingboons (1616/17 - 70), Jan Van Goyen (1595 - 1656), Pieter Saenredam (1597 - 1665) e Gaspar Andriaans Van Wittel (1653 - 1736). Apesar de que, a partir do final do século XVI, a mescla pintores/cartógrafos começa a se tornar diferente. Como diz Buisseret:

“Na arte européia do final do século XVI e do século XVII, a penetração da cartografia é freqüentemente sentida. (...). Mas isto não quer dizer que os pintores fossem de algum modo cartógrafos; simplesmente a cartografia havia penetrado de tal forma as mentes das pessoas em algumas regiões,

⁸⁰ BRAUN apud MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 7.

⁸¹ MORALES, Mário Ruiz. *Ensayo Historico de Cartografia Urbana*. Mapping Interactivo, Madrid, n.71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acesso em: 10 mar. 2009.

particularmente na Holanda, que os mapas eram usados naturalmente na forma normal de representação⁸².

Dentre estes pintores, destacam-se El Greco (fig.59) e Jan Vermeer. El Greco (1541 – 1614), em sua pintura “Vista e Plano de Toledo” (c.1610), mostra a cidade de duas maneiras: uma vista panorâmica de Toledo por trás de suas muralhas e, no primeiro plano do quadro, um homem segurando o mapa da cidade.



Fig. 59 – El Greco, Vista e Plano de Toledo



Fig. 60 – Jan Vermeer, A Arte de Pintar

Jan Vermeer (1632 – 1675), por sua vez, tem várias pinturas nas quais utiliza o mapa como elemento decorativo e simbólico: “O Astrônomo”, “Mulher lendo uma carta”, “Soldado e Moça rindo” e “Vista de Delft”. Um de seus trabalhos, “A Arte de Pintar” (Fig. 60), para Svetlana Alpers ilustra de forma emblemática essa mescla entre pintura e cartografia na arte holandesa. Esta tela

“(…) figura como uma espécie de sumário e afirmação do que se fez. A relação equilibrada, porém intensa, de um homem e uma mulher, a conjunção de superfícies minuciosamente trabalhadas, o espaço doméstico – eis a matéria prima da arte de Vermeer. Aqui, porém, tudo tem um estatuto paradigmático, devido não apenas ao seu título histórico, mas também à formalidade de sua apresentação. Se esse mapa é apresentado como pintura, a que noção de pintura ele corresponde? Vermeer sugere uma resposta a essa pergunta na forma da palavra ‘Descriptio’, que aparece escrita com toda a clareza na borda superior do mapa (...). Esse era um dos termos que mais se usavam para designar o empreendimento cartográfico. Os autores ou editores de mapas eram referidos como

⁸² BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 48.

‘descritores do mundo’, e seus mapas ou Atlas eram considerados como a descrição do mundo. Embora, ao que me conste, o termo nunca tenha sido aplicado a uma pintura, há boas razões para sê-lo aqui. O objetivo dos pintores holandeses era captar, sobre uma superfície, uma grande quantidade de conhecimentos e informações sobre o mundo”.⁸³

Em relação aos Atlas, é interessante mencionar que o Novo Mundo e o Brasil estão representados tanto no *Theatrum Orbis Terrarum* (fig.61) quanto no *Atlas Major*. No *Civitates Orbis Terrarum* podemos encontrar imagens de duas cidades da América: Cidade do México e Cuzco (fig.62).

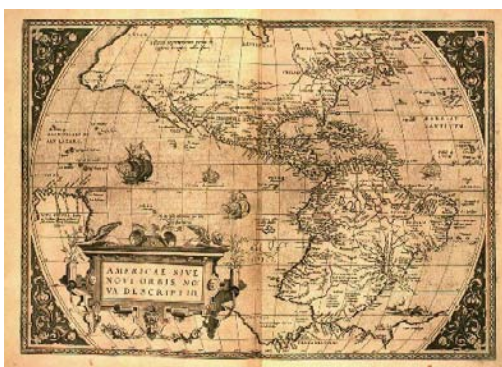


Fig. 61 – A. Ortelius, *Americae sive Novi Orbis, Nova Descriptio*, *Theatrum Orbis Terrarum*, 1570



Fig. 62 – G. Braun, *Cidade do México e Cuzco*, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572.

A partir do final do século XVII e no século XVIII, conforme Buisseret, ficou mais complicado ainda aos artistas continuarem a ter algo a ver com o fazer mapas. O universalismo renascentista desapareceu, até porque o mundo do saber estava muito mais abrangente.

“Como um símbolo desta mudança, (...) podemos citar a fascinante observação de Jean Boutier: na segunda metade do século XVII, os vendedores parisienses de mapas migraram do Quartier Saint-Jacques, onde por muitos anos compartilharam barracas com mercadores de pinturas, e tomaram novos alojamentos na área freqüentada pelos vendedores de equipamentos científicos. Esta foi uma mudança rica em significado, simbolizando o divórcio entre a cartografia e a arte, e o fim de uma associação que remonta ao início do século XV e que foi de grande importância para o desenvolvimento da feitura dos mapas”⁸⁴.

⁸³ ALPERS, Svetlana. *A Arte de Descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 250, 251.

⁸⁴ BUISSET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting New Worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 48.

No final deste século dos Atlas, surgiu a geodésia moderna na França com os trabalhos do abade J. Picard (1620-1682), que fez a primeira determinação rigorosa do raio da Terra, numa operação que se efetuou entre 1668 e 1670. Antes um pouco, em 1666, foi criada em Paris por Colbert a Academia Real de Ciências, da qual o Abade J. Picard foi um dos primeiros membros. Uma das primeiras tarefas da Academia foi à construção do Observatório de Paris que só ficou totalmente pronto em 1683. Outro componente importante foi Jean Domenique Cassini (Gian Domenico Cassini) que foi chamado na França em virtude de ter publicado um livro seu onde ele explicava como obter a longitude dos lugares a partir da observação dos satélites de Júpiter. Cassini é nomeado em 1671 diretor do Observatório de Paris. Na criação da Academia Real de Ciências, em Paris, havia dois objetivos importantes: um a medição do raio da Terra e o outro a revisão, correção e aperfeiçoamento das técnicas cartográficas. Essas duas questões estão interligadas. A medição do raio mais acurada do raio da Terra permitia que se pudesse determinar a amplitude de um grau da terra, a dimensão da longitude. Com isso, com o tamanho exato da longitude, do 1º de arco da Terra, os mapas poderiam ser feitos de maneira mais precisa, corrigidos pela nova medida. O Abade Picard, David Vivier e Gilles Personne de Roberval foram encarregados de fazer uma Carta da *Ile de France*. A dinastia Cassini, sob o apadrinhamento real, passou a mapear toda a França, de 1670 em diante, agora com as medidas ‘corretas’.

2.8 – SÉCULO XVIII E XIX

Caracterizado por um aperfeiçoamento das técnicas de levantamento topográfico, o século XVIII nos mostra uma produção de mapas cada vez mais ‘acurados’, isto é, ‘científicos’. No início desse século, os desenvolvimentos científicos para a observação do solo e de instrumentos relativos a técnicas de levantamento topográfico – que permitem medições mais exatas, baseadas na triangulação – fazem com que Paris se torne o centro da ciência geográfica. Todos esses desenvolvimentos significaram um aperfeiçoamento na representação gráfica do território. Também a cartografia urbana ficou mais precisa e mapas de grande escala passaram a ser produzidos. Aluno de Jacques Cassini, o cartógrafo real Guillaume de L’Isle (fig. 63) se tornou famoso ao popularizar o seu mapa.



Fig. 63 – Guillaume de L'Isle, *América Meridionalis*, 1718



Fig. 64 – John Pinkerton, *South America*, 1811

Várias áreas da ciência passaram a usar mapas: um dos primeiros mapas meteorológicos e um dos mais conhecidos foi o mapa de Benjamin Franklin da Corrente do Golfo (Gulf Stream), feito em 1775. A ciência tomava o lugar da arte na feitura dos mapas, dos quais se exigia, agora, que fossem uma representação exata e precisa do real, confinando o imaginário no sujeito todo-poderoso da Modernidade.

A Revolução Francesa, no final do século XVIII, trouxe consigo o espírito nacional, produzindo uma série de guerras de determinação de fronteiras e anexações, antecedendo, assim, as guerras do séc. XX. Napoleão tornou os mapas elementos extremamente importantes no contexto militar. Sob sua égide, foram feitas descrições cartográficas dos combates e das zonas que pretendia ocupar e dominar.

Na Inglaterra do século XIX, o poder comercial e marítimo fez com que ela passasse a ser um importante lugar para a ciência cartográfica (fig.64). O progresso da colonização, a rivalidade com a França, as guerras na Europa e nas colônias contribuíram para aumentar a demanda cartográfica. A forma dessa demanda fez com que os governos passassem a ser promotores da elaboração dos mapas. Regular a ação dos cartógrafos na determinação do acesso às fontes de riqueza dos territórios passou a ser uma condição para o domínio e a exploração colonial.

No século XIX, o crescimento fenomenal das cidades levou a uma proliferação no número e no tipo de mapas. Os mapas foram se tornando um elemento bastante comum no dia-a-dia das pessoas e das cidades. Novas formas de utilização dos mapas foram levadas a cabo: mapas das condições sociais, de zonas de incidência de doenças, mapeamento de epidemias, análise de locais de comércio – não se abrindo mão dos usuais, tais como, mapas militares, cadastrais, de seguro, do território e de estradas. A nova arte de governar

populações exigia um conhecimento e um esquadrinhamento minucioso de seus segmentos e individualidades, a fim de garantir sua administração racional. As ciências humanas e a cartografia urbana se constituíram, então, nos seus principais instrumentos.

No Brasil, aproximadamente em 1790 foi instalado no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, um Observatório Astronômico que ai funcionou até 1920. Em 1792, por ordem de D. Maria I a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho foi estendida para o Brasil, passando a funcionar na Casa do Trem de Artilharia, atual Museu Histórico Nacional. Nessa Academia passou-se a formar os primeiros Engenheiros Geógrafos Militares no Brasil. Em 1810, após a chegada de D. João VI ao Brasil ela se torna a Real Academia Militar. Em 1812, a primeira planta é produzida na Impressão Régia no Brasil, trata-se da 'Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro' (fig.65). Em 1825 se deu a criação da Comissão do Império do Brasil, primeira organização oficial de Cartografia no Brasil. Em 1830, foram feitos os primeiros trabalhos de Cartografia Náutica realizados por iniciativa de brasileiros. Em 1862 foi estabelecida uma Comissão da Carta Geral do Império que tinha por objetivo levantar uma carta do Brasil sobre as novas bases científicas (geodésica de precisão e implantação de uma rede de triangulação precisa). Em 1890, já na República, é criado o Serviço Geográfico Militar, anexo ao Observatório Astronômico, para a execução dos trabalhos geodésicos e geográficos da República dos Estados Unidos do Brasil. A República, instituída pelos militares, imprimia o seu caráter também na história cartográfica brasileira.



Fig. 65 – Planta do Rio de Janeiro, 1812

2.9 – A CARTOGRAFIA ATUAL

Pode-se definir em uma frase as mudanças cartográficas ocorridas a partir do século XX – da Fotografia Aérea (Aerofotogrametria) às Imagens de Satélite, passando pelo mapa georeferenciado.

Já no final do século XIX, começou-se a usar balões para se fazer fotografias aéreas. No início do século XX, na I Guerra Mundial, o uso do avião no mapeamento foi primordial para as estratégias militares. A partir de então, muitos dos mapas de cidades passaram a ser feitos através da reconstituição da paisagem a partir de fotos aéreas sobrepostas (estereofotogrametria). A II Guerra Mundial incrementou ainda mais o uso da fotografia aérea para a produção de mapas dos territórios ocupados pelos inimigos.

No Brasil, em 1922, aparece o primeiro retrato cartográfico de corpo inteiro do país – Carta do Brasil ao Milionésimo, editada pelo Clube de Engenharia, em comemoração ao centenário da Independência. Em 1937, surge a primeira empresa privada dedicada à execução de levantamentos aerofotogramétricos, cujas preocupações básicas estavam voltadas para a prestação de serviços em Cartografia. O primeiro mapa aerofotogramétrico do Rio de Janeiro (fig.66), então Capital Federal, é realizado em 1935; sua segunda planta aerofotogramétrica é de 1953/56. O primeiro mapa aerofotogramétrico de Porto Alegre é realizado em 1941; a segunda planta deste tipo de Porto Alegre surgiu na gestão de Leonel de Moura Brizola, em 1956.



Fig. 66 – Aerofotogramétrico – Rio de Janeiro



Fig. 67 – Imagem de Satélite – Rio de Janeiro

Muitos artistas atuais se fascinaram pela riqueza formal e pelo significado social dos mapas e têm respondido a isso fazendo trabalhos artísticos construídos sobre imagens de mapas e baseados nas estratégias de se fazer mapas (fig.68). O número de exposições que tratam sobre a cartografia tem crescido. Podemos encontrar exposições que mostram apenas os mapas antigos, exposições que mesclam a apresentação de mapas antigos com obras de arte inspiradas em mapas e outras que mostram obras de artistas que trabalham imagens ligadas à cartografia. Como afirma Miller: “Através dos seus próprios experimentos, os artistas encontram nos mapas um meio de explorar aspectos correntes da cultura, da política e da sociedade”⁸⁵.



Fig. 68 – Brasil de José Roberto Aguilar, 2005.

Na década de 70, a NASA lançou o LANDSAT, um satélite que possibilitou a feitura de mapas a partir de suas fotos (fig.67). Em 1974, foi feito um dos primeiros mapas via satélite, que foi um mapa gráfico de relevo dos EUA. A partir de 1980, um novo satélite começou a produzir imagens – o SPOT (Système Probatoire d’Observation de la Terre). As imagens de satélite conjugadas com o uso de diferentes padrões espectrais de imagem (infravermelho, vermelho, etc.) têm permitido fazer levantamentos da ocupação do solo, identificando áreas de poluição, de desmatamento, de erosão do solo, de impermeabilização. O sensoriamento remoto está, assim, na vanguarda da prática de mapeamento e de controle das sociedades contemporâneas.

O surgimento da técnica do geoprocessamento possibilitou a criação de mapas que são chamados de ‘mapas georeferenciados’ (fig.69). Trata-se, sinteticamente, da associação de mapas a bancos de dados. As informações cartográficas (mapas, cartas topográficas e plantas) são digitalizadas e através de programas de computador as

⁸⁵ MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000. p. 17.

informações relacionadas aos diferentes espaços são conectadas as coordenadas dos mesmos nos mapas, cartas ou plantas. No final do século XX

as plantas digitais suplantaram todos os velhos tipos, pois elas oferecem a vantagem de ser capaz de mostrar instantaneamente uma variedade de características – esgoto, redes de comunicação, instituições educacionais, etc. – no mesmo mapa, algumas vezes em combinação uma com a outra. Isto permite aos planejadores da cidade fazer seleções de informações espaciais que antes seriam bastante complicadas de gerar”⁸⁶.

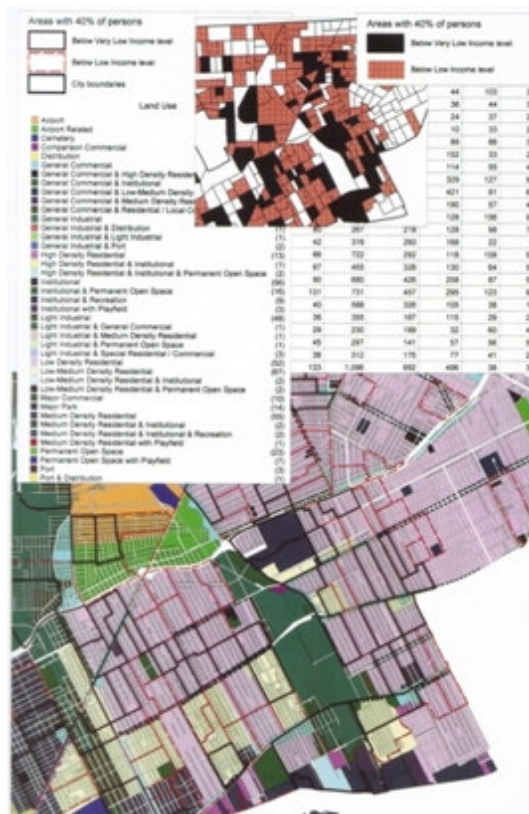


Fig. 69 – Mapas digitais georeferenciados

Os chamados Sistemas de Informação Geográfica (GIS - sigla em Inglês para SIG) são as ferramentas computacionais para geoprocessamento, que permitem realizar essas análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georeferenciados. Permitem, portanto uma automatização da produção de documentos cartográficos.

⁸⁶ BUISSERET, David. Introduction. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in Urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.x.

3 – DA GRAMÁTICA CARTOGRAFICA DAS CIDADES

A História Cultural produziu alguns métodos de pesquisa próprios da sua abordagem, os quais colocam o pesquisador numa determinada posição em relação ao seu objeto de pesquisa. Ao comentar esses métodos e o trabalho do pesquisador, Pesavento⁸⁷ salienta que:

“Carlo Ginzburg, em ensaio já clássico, nos fala de um *paradigma indiciário*, método este extremamente difundido pela comunidade acadêmica. Nele, o historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo. (...) É preciso não tomar o mundo – ou as suas representações, no caso – na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real. Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse *historiador detetive*, que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos.”

Ginzburg, ao aplicar em suas pesquisas o paradigma indiciário, volta-o contra si mesmo, investigando o próprio paradigma a partir de seus princípios metodológicos. Ao traçar um paralelo entre os métodos de Morelli, Holmes e Freud, o autor mostra que:

“Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli). (...) Mas não se trata simplesmente de coincidências biográficas. No final do século XIX – mais precisamente na década de 1870-80 – começou a se firmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica.”⁸⁸

Em relação à história, Ginzburg mostra como, ao longo do tempo, esse campo de investigação

“(...) nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana. Justamente durante o século XVII, pelo contrário, o enxerto dos métodos do conhecimento antiquário no tronco da historiografia trouxe indiretamente à luz as distantes origens indiciárias desta última, ocultas durante séculos. (...). A história se

⁸⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 63-64.

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Schwarcz, 1991. p.150-151.

manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural.”⁸⁹

A idéia que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário é a de que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Essa idéia, segundo o autor, “penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais”⁹⁰.

Para Pesavento,

“o paradigma indiciário de Ginzburg encontra correspondência naquela estratégia já anunciada, décadas antes, por Walter Benjamin e redescoberta pelos historiadores: o método da montagem. Baseando-se na montagem cinematográfica, a partir das fotografias que, combinadas, produzem o movimento, Benjamin imagina para o historiador um caminho semelhante”.

Ou seja: “É preciso recolher os traços e registros do passado, e realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças ou *puzzle* de peças, capazes de produzir sentido”.⁹¹

Benjamin, para quem o princípio da montagem e da colagem é a base de uma historiografia, se apropria do mesmo através do Dadaísmo e do cinema. Para ele,

“a força revolucionária do Dadaísmo estava em sua capacidade de submeter à arte à prova da autenticidade. Os autores compunham naturezas-mortas com o auxílio de bilhetes, carretéis, pontas de cigarros, aos quais se associavam elementos pictóricos. O conjunto era posto numa moldura. O objeto era então mostrado ao público: vejam, a moldura faz explodir o tempo; o menor fragmento autêntico da vida diária diz mais que a

⁸⁹ GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Schwarcz, 1991. p.156-157.

⁹⁰ GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Schwarcz, 1991. p.177

⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.64.

pintura. Do mesmo modo, a impressão digital ensangüentada de um assassino, na página de um livro, diz mais que o texto⁹².

Especificando ainda mais, Benjamin afirma que

“o dadaísmo tentou produzir através da pintura os efeitos que o público procura hoje no cinema. (...). Na realidade, as manifestações dadaístas asseguravam uma distração intensa, transformando a obra de arte no centro de um escândalo. Essa obra de arte tinha que satisfazer uma exigência básica: suscitar a indignação pública. De espetáculo atraente para o olhar e sedutor para o ouvido, a obra convertia-se num tiro. Atingia, pela agressão, o espectador. E com isso esteve a ponto de recuperar para o presente a qualidade tátil, a mais indispensável para a arte nas grandes épocas de reconstrução histórica. O dadaísmo colocou de novo em circulação a fórmula básica da percepção onírica, que descreve ao mesmo tempo o lado tátil da percepção artística: tudo que é percebido e tem caráter sensível é algo que nos atinge. Com isso, favoreceu a demanda pelo cinema, cujo valor de distração é fundamentalmente de ordem tátil, isto é, baseia-se na mudança de lugares e ângulos, que golpeiam intermitentemente o espectador.(...). A associação de idéias do espectador é interrompida, imediatamente, com a mudança da imagem. Nisso se baseia o efeito de choque provocado pelo cinema, que, como qualquer outro choque, precisa ser interpretado por uma atenção aguda.”⁹³

Ora, esse choque provocado pelo cinema deve-se ao seguinte fato: “O filme acabado não é produzido de um só jato, e sim montado a partir de inúmeras imagens isoladas e de seqüências de imagens, entre as quais o montador exerce seu direito de escolha.”⁹⁴ Isto quer dizer que “a natureza ilusionística do cinema é de segunda ordem e está no resultado da montagem”⁹⁵.

Segundo Bolle⁹⁶, na obra sobre as Passagens, Benjamin mostra claramente a opção pela montagem como método. Nela, tratou de explicitar os detalhes do seu método: “A primeira etapa consistirá em transpor o princípio da montagem para a história. Isto é: as

⁹² BENJAMIN, Walter. O Autor Como Produtor. In: BENJAMIN: Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1) p.128.

⁹³ BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN: Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1) p.191-192.

⁹⁴ BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN: Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1) p.175.

⁹⁵ BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN: Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1) p.186.

⁹⁶ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

grandes construções serão realizadas com elementos mínimos, confeccionados de modo agudo e cortante”.⁹⁷

Assim, pois, Benjamin procura pensar a história a partir dos métodos inventados pelas artes do seu tempo, numa composição de elementos históricos mínimos. Mas é a composição – a montagem – que ganha, com isso, em agudeza e corte certo. Ginzburg, por seu lado, como bem assinalou Pesavento, procura dar visibilidade aos indícios, ao detalhe, à minúcia, a um certo rastro esquecido, através do seu paradigma indiciário. São estes, em última análise, que dão significado à história. Assim, Benjamin e Ginzburg têm em comum práticas de pesquisa que se opõem às formas tradicionais de investigação histórica.

Também Harley⁹⁸, em seus estudos sobre a história da cartografia, apresenta uma posição crítica em relação às abordagens metodológicas tradicionais na área, ao afirmar que “a principal regra do método histórico é que documentos só podem ser interpretados em seu contexto”. E, ao salientar que “a regra aplica-se igualmente a mapas, que devem ser devolvidos ao passado e situados honestamente em seu lugar e período próprio”, conclui que “(...) o contexto é simplisticamente retratado como ‘um plano de fundo histórico geral’”.

Contudo, suas semelhanças com Benjamin e Ginzburg se reduzem apenas a essa crítica mais ampla, na medida mesma em que tenta estabelecer uma relação “superadora” entre texto e contexto: “O que falta é um domínio do contexto como um conjunto complexo de forças interativas – um diálogo com o texto – no qual o contexto é central para a estratégia interpretativa”. Seu modelo interpretativo deriva, pois, de um modelo lingüístico. E, ao denunciar que “tendemos a olhar o contexto como ‘lá fora’ e os mapas que estamos estudando como ‘dentro’”, conclama os historiadores da cartografia a “derrubar essa barreira – esta falsa dicotomia entre uma abordagem internalista e uma abordagem externalista na interpretação histórica: o mapa e o contexto devem ser estudados num terreno indiviso”⁹⁹.

Isto significa que não se trata de inserir um documento ou um mapa num contexto dado, mas, ao contrário, que eles fazem parte do contexto, são produzidos nele. A partir daí, como se poderia fazer uma análise contextual do mapa, já que o contexto é central para a sua interpretação?

⁹⁷ Benjamin apud Bolle. BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.93.

⁹⁸ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.5.

⁹⁹ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.5.

Segundo La Capra¹⁰⁰, “é necessário distinguir entre três aspectos do contexto que interceptam a leitura dos mapas como texto: 1) o contexto do cartógrafo, 2) o contexto de outros mapas e 3) o contexto da sociedade”.

O contexto do cartógrafo, isto é, daquele que desenha o mapa, diz respeito ao conhecimento acerca das intenções que levaram à feitura do mapa e das circunstâncias históricas e locais que o fizeram necessário.

Por vezes existe claramente uma autoria no mapa, com o cartógrafo assinando o seu nome. Pode ser também que haja uma distinção entre o cartógrafo, o desenhista e a pessoa que fez a impressão do mapa, com as suas respectivas assinaturas. Quando o mapa é institucional e quem assina é o soberano ou o representante do estado, pode não haver a assinatura de um cartógrafo. O problema então, tendo ou não a assinatura de alguém no mapa, é a questão de quem ordenou a feitura da planta. Pode acontecer que o mapa seja dedicado a uma pessoa, isso pode se constituir em uma pista, pois, por vezes, quem ordena a confecção recebe a planta em forma de dedicatória.

É interessante o que Lestringant (1981) tem a dizer sobre o mapa, quem o assina e a quem estaria vinculado. “O mapa que registra a observação ocular e que dá a ver, ele mesmo, a informação que veicula constitui um instrumento inaugural por excelência – aquele que ‘abre o caminho’ para o estrategista e o missionário. Dando a ver, o mapa permite possuir”¹⁰¹. Afirma ainda o autor que

“os diversos signos inscritos no espaço mesmo do mapa, indicam estes trajetos de uma possessão virtual: - assinatura do desenhista ou do gravador; selo do monarca – representado em um cartucho ou, mais insidiosamente, na filigrana de uma ‘legenda’ antecipadora; armas do chefe de guerra ao qual, ao tempo de um ‘empreendimento’ é um delegado da potência real”¹⁰².

Face à existência ou não de um autor, a questão que se coloca é a de saber quem era esse autor ou esse anônimo. Se existe um nome pode-se pesquisar a sua biografia para saber a sua profissão, como ele se tornou um cartógrafo, onde ele aprendeu o seu ofício. O que ele representava política, social e culturalmente em relação à cidade por ele mapeada.

¹⁰⁰ La Capra apud HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.5.

¹⁰¹ LESTRINGANT, Frank. Fictions cartographiques: les rêves du politique. IN: JACOB, Christian & LESTRINGANT, Frank. *Arts et Légendes d'Espaces: figures du voyage et rhétoriques du monde*. Paris: Presses de L'École Normale Supérieure, 1981. p. 207.

¹⁰² LESTRINGANT, Frank. Fictions cartographiques: les rêves du politique. IN: JACOB, Christian & LESTRINGANT, Frank. *Arts et Légendes d'Espaces: figures du voyage et rhétoriques du monde*. Paris: Presses de L'École Normale Supérieure, 1981. p. 207.

Contudo, é preciso levar em conta a advertência de Harley¹⁰³, segundo a qual “em grande parte da história, o cartógrafo tem sido uma marionete enfeitada numa linguagem técnica, já que as cordas são puxadas por outros”.

Também quanto ao contexto de outros mapas, Harley coloca inicialmente algumas preocupações acerca das relações que se podem estabelecer entre um mapa e outros mapas. E ao declará-las, coloca uma série de questões que precisam ser analisadas;

“1) qual a relação entre o conteúdo de um único mapa e o dos outros mapas contemporâneos da mesma área? 2) Qual o relacionamento desse mapa com mapas do mesmo cartógrafo ou da mesma agência de produção de mapas? 3) Qual a relação com outros mapas do mesmo gênero cartográfico? 4) Qual a relação desse mapa com a produção cartográfica mais ampla de um certo tempo?”¹⁰⁴

Aqui se trata em parte de analisar o processo de transculturação. A exploração do Novo Mundo, sua colonização, as migrações, as trocas comerciais e nos dias de hoje o que se chama de ‘globalização’ promovem e promoveram trocas de conhecimento que podem ser estudadas tanto num nível local, como num nível nacional e mesmo internacional. Um determinado mapa não nasce ‘sozinho’. Seu autor teve influências, obedeceu a normas, convenções – pode até ter criado algumas –, por isso a importância de olhar outros mapas da mesma época, ver o que é semelhante e o que se diferencia.

Pinon¹⁰⁵, ao falar de seu livro, já alerta para essa questão quando diz que

“o presente atlas não tem a ambição de renovar a história da cartografia parisiense, mesmo se os séculos XIX e XX tenham negligenciado esses estudos singularmente até o presente, o que reflete mesmo em data recente, uma atitude mais geral face à história urbana. Além disso, para bem dominar os meandros de uma história da cartografia parisiense, é necessário dispor de sínteses conseqüentes da cartografia urbana na França, na Europa e no mundo”.

Quanto ao que Capra chama de contexto da sociedade, Harley¹⁰⁶ chama a atenção para o seguinte:

¹⁰³ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.7

¹⁰⁴ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.8.

¹⁰⁵ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 7.

¹⁰⁶ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.10

“Se o cartógrafo é o agente individual, então a sociedade é a principal estrutura. A interpretação – leitura do texto cartográfico – envolveria um diálogo entre estes dois contextos. A estrutura precisa das circunstâncias e das condições históricas que produzem um mapa que é, inegavelmente, um documento social e cultural. Cada mapa é ligado com a ordem social de um período e de um lugar particular. Cada mapa é cultural porque manifesta processos intelectuais definidos, tanto artísticos como científicos, só que esses processos trabalham para produzir distintas formas e distintos tipos de conhecimento”.

O mapa é marcado pelo momento histórico em que foi realizado. Nesse sentido, importa, sobretudo, situá-lo historicamente. Para Catherine Bousquet-Bressolier

“parece claro que a restituição do *ambiente* ‘do contexto de época’ é indispensável à compreensão do documento (mapa). Mas isso confronta o pesquisador a uma diligência complexa, parecida com a reconstituição de um quebra-cabeças incompleto. Não somente ele deve aparelhar as peças existentes, mas ele deve ainda pacientemente restituir as peças que faltam, a partir de fatores disparatados e disjuntos. Sobre esta base comum, ela sugere aos intervenientes algumas pistas de reflexão, como a influência das culturas, das modas, ou a noção de visão e de tempo na representação”¹⁰⁷.

Harley acrescenta que, “(...) os mapas não estão fora da sociedade: eles são parte dela como elementos constitutivos dentro de um mundo mais amplo”. É, então, “a web das inter-relações, estendendo-se no e além do documento ou do mapa, que o historiador tenta ler”. Ao explorar essa interatividade, duas estratégias podem ser usadas para o estudo do contexto da sociedade. Segundo Harley, essas estratégias são as seguintes: “primeiro, uma estratégia de tentar identificar ‘as regras da ordem social’ no mapa (Foucault, 1972). A segunda estratégia diz respeito à aplicação do método iconográfico da história da arte no estudo dos mapas”.¹⁰⁸

A exploração do status dos mapas como imagens culturais, através do método histórico da iconografia – a interpretação de níveis de significado em artefatos humanos –, permite ver como a cartografia é um importante modo de significação humana, ao contar a sua própria história e contando histórias sociais, culturais e políticas.

¹⁰⁷ BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Cultures et codification du paysage. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 8.

¹⁰⁸ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.10.

Para Teixeira¹⁰⁹,

“os métodos de representação gráfica utilizados dão-nos igualmente informação sobre os desenvolvimentos técnicos e artísticos verificados em épocas sucessivas. Uma carta expressa sempre os conceitos de cidade e os modelos culturais e científicos que lhe estão subjacentes, correspondentes à época da sua elaboração”.

Apesar das objeções e críticas aos modos de investigação que, vez por outra, aparecem no confronto entre esses diferentes autores, o que transparece com mais clareza é a complementaridade de suas abordagens. Ao fim e ao cabo, trata-se de tomar o mapa como um texto e, a partir daí, seguir as regras de interpretação textual extensivamente elaboradas na área literária. A dificuldade maior seria colocada por uma tradição que vê a cartografia como uma ciência factual e, portanto, os mapas como produtos dessa ciência. Daí as tentativas atuais, como a de Harley¹¹⁰, de levar em conta essas duas dimensões – a textual e a artística –, propondo para cada uma delas um método de análise: a de tomar o mapa (texto) como um “monumento”, à maneira de Foucault¹¹¹, e a de analisá-lo como imagem a partir do método iconográfico da história da arte. Um caminho investigativo a ser seguido, desde que se tenha em conta que ele não está muito distante dos caminhos que pressupunham a divisão, no estudo histórico dos mapas, entre ciência e arte.

É precisamente aí que tanto Benjamin como Ginzburg entram novamente em cena, possibilitando, com seus aportes metodológicos, uma investigação histórica da cartografia urbana como construção/produção social, na qual o tempo, o espaço, a imagem, o texto, o estético, o econômico, o político e o ético reverberam e ecoam, como nós de uma rede, num determinado momento histórico.

¹⁰⁹ TEIXEIRA, Manuel C. A cartografia no estudo da história urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n° 2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em 10 mar.2010.

¹¹⁰ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

¹¹¹ In *Arqueologia do Saber*. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

3.1 - DESCONSTRUINDO OS MAPAS

Como bem coloca Jacob “estudar os mapas implica lidar não apenas com artefatos (...) mas também com a informação que eles transmitem, e com a sua efetividade como ferramentas para o conhecimento e a ação”¹¹².

Esse autor, em seu livro ‘The Sovereign Map’¹¹³ ao se questionar acerca dos mapas, suas qualidades, funções, objetivos, etc., se deu conta de alguns caminhos para o estudo dos mesmos. O primeiro caminho “implica uma interrogação histórica ampla, uma pesquisa entre os fazedores de mapas e de seus utilizadores”¹¹⁴. O segundo caminho, “era focar no mapa em si mesmo como um objeto altamente complexo, envolvendo suporte material e exibição de signos – tais como a escrita, linhas e formas geométricas, formas abstratas, desenhos figurativos, e pinturas, cada um desses componentes sendo combinados com outros de acordo com regras específicas e proporções”¹¹⁵.

Esta abordagem que está relacionada à maneira apontada por Ginzburg, Benjamin e Harley, leva a uma desconstrução dos mapas em seus vários elementos. Para Jacob “esta desconstrução era uma necessidade intelectual, e também uma introdução ao projeto de uma nova história cultural dos mapas, ligando-os com todo o plano de fundo da sociedade que os desenhou e os utilizou”¹¹⁶. Ao mesmo tempo, em seu estudo sobre mapas Jacob “escolheu uma abordagem formal e estrutural, considerando-os como um dispositivo cujo vocabulário e gramática específica devem ser descobertos e entendidos”¹¹⁷.

Assim, partindo da metodologia mais ampla apontada por Ginzburg, Benjamin e Harley, foi necessário realizar a desconstrução dos mapas. Para isso, foi aproveitada à sistematização criada por Christian Jacob em seu livro. Ele dividiu seu livro em quatro partes que ajudam a classificar e detalhar as questões a serem feitas no estudo/desconstrução dos mapas. Na primeira parte do livro ele se pergunta o que é um mapa, isto é, “a natureza do objeto cartográfico na diversidade de suas materializações e de seus possíveis usos”¹¹⁸.

¹¹² JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.xiii.

¹¹³ O livro *The Sovereign Map* (2006) é a tradução para o inglês do livro *L'Empire Des Cartes: Approche Théorique De La Cartographie À Travers L'Histoire* (Paris: Ed. Albin, 1992)

¹¹⁴ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.xiv.

¹¹⁵ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.xiv.

¹¹⁶ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.xvii.

¹¹⁷ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.xvii.

¹¹⁸ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.8.

Pode-se dizer que em relação ao trabalho aqui apresentado esta primeira parte do livro de Jacob está de alguma forma contemplada nos capítulos da introdução e da história da cartografia urbana. A segunda parte, que ele chama 'o grafismo, a geometria e a figuração' é onde se faz a análise dos componentes gráficos do mapa. A terceira parte é chamada 'o mapa e a escrita', onde se analisa o texto do mapa, isto é, seu título, legendas e outros possíveis textos. Por último o que ele denomina de 'a imagem cartográfica'. Assim, as questões a serem feitas aos mapas estando colocadas num arcabouço metodológico mais amplo, respondem também as categorias criadas por Jacob.

3.1.1. – Grafismo, Geometria e Figuração

Como bem coloca Jacob "o que se estuda aqui são os componentes visuais do mapa. O foco aqui é na gramática e no léxico da 'linguagem do geógrafo'", isto é, o mapa como imagem, a questão das margens, das periferias, das bordas e dos limites, o centro do mapa, a cor, a escala, e seus elementos gráficos.

Pode-se dizer que o mapa como imagem reflete usualmente as convenções estéticas de seu tempo. O espaço da folha é dividido em diferentes zonas que em princípio não interferem umas com as outras, mas estão relacionadas com o todo. No geral, pode-se encontrar uma região de textos (título e legenda), o mapa propriamente dito e cartuchos.

Para Sanford¹¹⁹ a questão das

"periferias, das margens das bordas e dos limites é importante para o estudo dos mapas. É importante observar que detalhes os fazedores de mapas (...) conduzem para as margens e quais eles excluem completamente quando tentam dar um sentido ao mundo que vêem e criam um senso de lugar (seja num nível local, nacional ou global). Os fazedores de mapas medievais colocavam monstros nas margens de seus mapas, ou às vezes o aviso 'Além daqui haverá dragões'".

As margens e as periferias ocultavam neste caso, o desconhecido. Portanto, é preciso analisar o que foi enquadrado pelo mapa, como ele o enquadrou, assim como o que ficou de fora. Como alerta Jacob "um mapa não pode ser reduzido a um desenho

¹¹⁹SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.9-10.

topográfico, longe de jogar um papel acessório, as outras partes constitutivas condicionam e orientam o olhar de acordo com usos que tem de ser definidos”¹²⁰.

A borda de um mapa pode assumir várias formas, ser redonda, oval, retangular, quadrada, pode coincidir ou não com os limites do papel. Pode ser uma borda simples ou decorada, “mas a borda não pode ser reduzida a uma função meramente ornamental; ela influencia a percepção da imagem ao fornecê-la com um espaço e uma forma”¹²¹.

Isso pode nos conduzir a uma análise do centro do mapa, num certo sentido uma busca do que foi priorizado. A questão do centro do mapa aparece em diversos autores. Em seu livro - *Maps and Memory in Early Modern England* – Rhonda L. Sanford¹²² nos fala que

“centros de mapas são, de fato, sujeitos a mudanças dependendo não apenas do aumento do conhecimento, mas também em gostos prevaletentes e os vários objetivos para os quais os mapas são feitos e usados. Em ambas as representações de Londres a pictorial e a literária, por exemplo, centros diferentes são possíveis, e mesmo quando o centro continua o mesmo, diferentes valorizações desse centro produzem significados alternativos”.

A questão importante aqui é a de que são as valorizações que produzem significados e, portanto, diferentes valorizações produzem também diferentes significados. Para enfatizar esta questão a autora mostra como o problema do centro foi analisado em relação aos mapas medievais, ou *mappaemundi*, onde Jerusalém era colocado no centro e o Este no topo por ser nesta orientação a localização do paraíso. Sanford¹²³ apresenta ainda a questão da relação de Cristo e seu corpo com esses mapas. Segundo ela no mapa de Psalter (fig.70), de 1250, Jerusalém está colocada no centro que também é o lugar onde estaria o umbigo de Cristo ao se inferir o seu corpo sob o mapa. No mapa de Ebsdorf (fig.71), de Ca. 1235, o mapa medieval está sobreposto ao corpo de Cristo. Pode-se ver no mapa a cabeça de Cristo no topo, os seus pés embaixo e as suas mãos nas margens laterais. Jerusalém continua no centro onde se situa também o umbigo de Cristo. Samuel Edgerton¹²⁴ é citado por Sanford e reforça essa questão do centro e da imagem de Cristo no mapa de Ebsdorf ao dizer que:

¹²⁰ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.105.

¹²¹ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.107.

¹²² SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.9.

¹²³ SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.5.

¹²⁴ EDGERTON, Samuel. Apud SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.5.

“Os pés de Cristo estão em Gibraltar, a saída de baixo e ocidental do mar Mediterrâneo. Aqui, o lendário Hercules é suposto ter erguido dois pilares com a inscrição, *Non plus ultra*, ‘ Não há nada além’. O mapa de Ebsdorf representa assim metafísica e espiritualmente o *Corpus Domini* – o microcosmo e o macrocosmo unidos. O bom cristão que visse esse *mappaemundi* era lembrado dos seus deveres cristãos pela forma circular eucarística do diagrama. Ele nunca poderia, como um temente a Deus, esquecer Jerusalém, o verdadeiro sangue e corpo de Cristo. Nem poderia o bom cristão pensar seriamente em navegar além dos pilares de Hercules porque isto também significaria abandonar o corpo de Cristo.”



Fig. 70 – Mapa de Psalter



Fig. 71 – Mapa de Ebsdorf

Sanford¹²⁵ afirma ainda que o período inicial moderno é um tempo de mudanças dos centros. Ela dá o exemplo de Vitruvius que em seu *De architectura*, escrito durante o reino de Augustus Caesar, observou que um ‘círculo inscrito a volta de um homem com as pernas e os braços estendidos teria o seu centro no umbigo do homem’. Ainda segundo Sanford¹²⁶, o “desenho de Leonardo da Vinci *Man in a Circle and a Square* (fig.72) era suposto ser uma ilustração do texto de Vitruvius. O desenho de Leonardo, no entanto, acrescenta um quadrado ao círculo de Vitruvius e, de fato, faz os genitais ocuparem a posição central”. Nessa questão, a interpretação de Sanford vai mais além quando comenta que, “além de uma mudança do sagrado para o secular no Renascimento humanista, e da mudança no entendimento de um universo geocêntrico Ptolomaico para um universo heliocêntrico Copernicano colocam-se mais uma vez os centros em questão”. Toda essa discussão dá a

¹²⁵ SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.6.

¹²⁶ SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.9.

dimensão da importância de analisar em cada mapa o que está no centro, estabelecendo relações com o contexto da época.

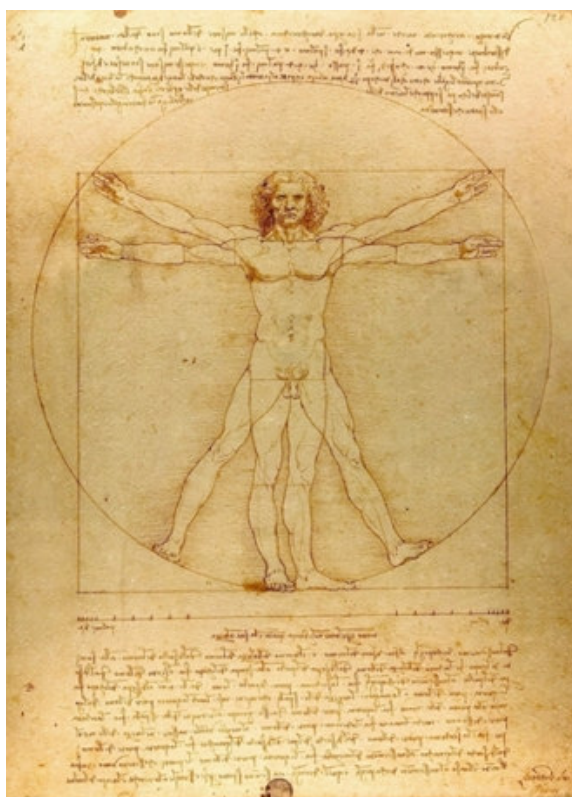


Fig. 72 – Man in a circle and a square, Leonardo da Vinci

Saindo das questões de centralidade e enquadramento, uma das coisas que chama a atenção num mapa é o uso ou não da cor. Existem mapas coloridos ou monocromáticos, dependendo por vezes da técnica utilizada. A utilização da cor nos mapas pode obedecer a objetivos os mais variados, tais como promover o que é chamado 'efeito de real', criar signos/convenções mais diferenciadas, distinguir um país/estado/bairro de outro, etc...

Como bem observa Ehrensvärd, “a criação das cores pelo cartógrafo foi sempre dependente das técnicas disponíveis, das ferramentas e dos materiais; a evolução da impressão de mapas operou um fator de controle no visual dos mapas através da história da cartografia”¹²⁷. Assim ao longo do tempo se teve mapas manuscritos coloridos a mão, depois com o advento da impressão com a dificuldade de se imprimir com várias cores, ainda se adicionava a cor manualmente, e, por fim, a cor pode ser impressa conjuntamente.

Além de Ehrensvärd, outros autores se detiveram na questão da cor, Woodward escreveu um trabalho sobre a questão da cor nos mapas renascentistas, onde ele coloca que “normalmente os estudos distinguem entre o uso da cor como uma adição estética e o

¹²⁷ EHRENSVÄRD, Ulla. Color in Cartography: a historical survey. In: WOODWARD, David. (Ed.) *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 124.

seu uso para transmitir informação geográfica”¹²⁸. Mas, o uso das cores não é aleatório, ele faz parte de uma simbologia complexa e obedece a regras (de linguagem) que foram criadas ao longo do tempo. Dainville aponta que

“as cores das quais dispõe o geógrafo são reduzidas a um pequeno número, ‘os meios simples sendo sempre os melhores’, mas elas constituem uma verdadeira língua, familiar aos autores e aos usuários dos mapas. Sempre que possível nós consignamos as convenções. Varias delas remontam a um passado longínquo, pois se assinala nas cartas medievais o colorido das águas naturais, mares e rios em verde, o vermelho estando ligado à silhueta de cidades e por vezes a fita das estradas”¹²⁹.

Essas convenções de cores também podem mudar ao longo do tempo, é o caso dos mares e rios que atualmente quando os mapas são coloridos são apresentados em azul. O azul, segundo Dainville¹³⁰, nas cartas medievais era reservado para o céu, e utilizado somente nos mapas em que o mesmo aparecia - geralmente em vistas de cidades.

Faz parte do tema grafismo, geometria e figuração a questão da escala utilizada. Ela geralmente obedece às regras de sua época e do local onde o mapa foi feito. A escala de um mapa nos mostra à proporção que este mapa tem em relação ao território que ele representa. Ela pode ser numérica ou gráfica. Quanto menor a escala menos detalhes são possíveis de mostrar do território representado. Uma discussão interessante sobre a questão da escala encontra-se no conto de Jorge Luis Borges¹³¹ “Do rigor da ciência” onde através da literatura se levanta a questão sobre a reprodução de um território na escala 1/1, empreitada comentada tanto por Umberto Eco¹³² quanto por Gilles Palsky¹³³ como impossível de refletir o ‘real’, já que é incapaz de reproduzir a dinâmica do mesmo.

Ora, como afirma Tiberghien,

“as especulações sobre o tamanho e sobre a escala determinam a nossa aproximação com o mundo, e o fato de que a medida do corpo humano foi abandonada na Revolução Francesa e que se preferiu, na Europa continental, o sistema métrico baseado sobre o cálculo do meridiano

¹²⁸ WOODWARD, David. Techniques of Map Engraving, Printing, and Coloring in the European Renaissance. In: WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. v. 3, part 1. p.603.

¹²⁹ DAINVILLE, François de. *Le Langage des Géographes*. Paris: A. et J. Picard, 1964. p. 330.

¹³⁰ DAINVILLE, François de. *Le Langage des Géographes*. Paris: A. et J. Picard, 1964. p. 331-2.

¹³¹ BORGES, J. L. *L’auteur et autres textes*. 3. éd. Paris: Gallimard, 1982. p.199.

¹³² ECO, Umberto. De l’impossibilité d’établir une carte de l’Empire à l’échelle du 1/1. In: ECO, Umberto. *Comment voyager avec un saumon? Nouveaux pastiches et postiches*. Paris: Grasset, 1997. p. 221-229

¹³³ PALSKEY, Gilles. Document Sans Titre: Borges, Carrol et la carte au 1/1. *Cybergeo: European Journal of Geography*, Paris, article 106, 30 sept. 1999. Disponível em: <<http://www.cybergeo.eu/index5233.html>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

terrestre, teria tido incidências sobre a maneira como nós representamos o mundo, provavelmente mais ‘física’ num caso e mais abstrata no outro”¹³⁴.

“A escala cartográfica, para uma cidade, depende do que se quer mostrar, o conjunto ou o detalhe, mas também do formato desejável da folha de papel, relativamente à capacidade técnica de produção como também a maneabilidade do mapa”¹³⁵. Como em relação as outros tipos de convenções que fazem parte da linguagem cartográfica, ao longo do tempo a escala a ser utilizada sofreu normatizações. Assim, saber se o cartógrafo ‘obedeceu’ a essa normatização e se as regras que utilizou foram locais ou internacionais ou ambas, nos diz sobre o seu grau de atualização.

Por ultimo, temos a questão do desenho, dos tipos de grafismos utilizados: das convenções, dos signos, a questão da orientação geográfica e dos desenhos de vistas, prédios, ‘cartuchos’ e outros ‘enfeites’ que estejam colocados no mapa.

Em seu texto sobre signos Catherine Delano-Smith¹³⁶ nos aponta uma variedade de elementos que podem ser mostrados através deles, tais como signos de mares, de linhas de costa, ilhas, arquipélagos, lagos, rochas, rios, relevo, encostas, morros, montanhas, vulcões, vegetação, árvores, plantações, fronteiras políticas, assentamentos, povoações, vilas, cidades, igrejas, estradas, ruas, pontes, ferrovias, estações de trem, faróis, fábricas, indústrias, museus, etc.

Segundo Teixeira¹³⁷,

“os métodos de representação gráfica utilizados dão-nos igualmente informação sobre os desenvolvimentos técnicos e artísticos verificados em épocas sucessivas. Uma carta expressa sempre os conceitos de cidade e os modelos culturais e científicos que lhe estão subjacentes, correspondentes à época da sua elaboração”.

Na introdução do capítulo Imagens e Códigos, do livro *Cartes et Figures de la Terre*¹³⁸, Jean Loup Riviére nos dá a dimensão de como a questão do desenho é tratada. Para ele

“no grande corpo nu da topografia, é necessário que sejam colocados nomes e atributos. Suas linhas características e suas superfícies

¹³⁴ TIBERGHEN, Gilles A. *Finis Terrae: imaginaires et imaginations cartographiques*. Paris: Bayard, 2007. p.121.

¹³⁵ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 14.

¹³⁶ DELANO-SMITH, Catherine. Signs on Printed Topographical Maps, ca.1470 – ca.1640. In: WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. v. 3, part 1.

¹³⁷ TEIXEIRA, Manuel C. A cartografia no estudo da história urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n° 2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em 10 mar.2010.

¹³⁸ RIVIÉRE, Jean Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980. p. 303

representam funções e delimitam as qualidades que são o objeto primeiro da geografia. O simples desenho topográfico, o que se chama o 'mapa mudo' ou o 'fundo do mapa', precede cronologicamente seu preenchimento pela transcrição dos dados, mas poderíamos também dizer que a topografia, as formas elementares do mapa não são, logicamente, mais do que um efeito da disposição dos objetos geográficos tornados signos e caracteres: o mapa é uma espécie de caligrama. Em outro tempo, a descrição acompanhava o desenho topográfico: narrações, vinhetas e cartuchos eram dispostos a volta do mapa como simples ajuda a memória de uma legenda hipertrofiada. Mas o sonho do cartógrafo parece ser de fazer do mapa um corpo são e autônomo, sem suportes nem assistência, em resumo, de fazer com que a terra aí esteja, toda escrita. A longa enumeração dos dados deixa as margens e os pequenos livros para preencher o mapa, os elementos naturais e os fatores socioeconômicos não são mais o objeto de discursos, mas signos, símbolos, grafismos e cores dispostos em seus lugares; o que era sucessivo se torna simultâneo; o que era lisível se torna visível. Mas este visível não é mais do que uma modalidade do lisível, pois é necessário saber o código e conhecer a legenda"¹³⁹.

François de Dainville em seu livro "A Linguagem do Geógrafo" (1964) mostra uma gramática ou um dicionário das convenções cartográficas – quando cada convenção começou a ser utilizada e quem a elaborou. Pode-se relacionar essa gramática/dicionário aos mapas estudados, para poder compreender as influências que cada cartógrafo teve ao imitar determinado signo, o que talvez permita apontar a época do mapa. François de Dainville define as intenções de seu livro com as seguintes palavras:

"a pesquisa histórica se preocupa, cada vez mais, de situar os dados sobre os quais se volta sua atenção, não somente no tempo, mas também no espaço. Assim os mapas gravados ou manuscritos que se encontram nos arquivos históricos e nas bibliotecas se tornam uma fonte de informação capital. (...) As riquezas desse imenso fundo, não são muito exploradas. O historiador ou o geógrafo, preocupado em apoderar-se dos aspectos da paisagem de hoje que esclarecem a luz do passado, não ousam se aventurar por falta de um guia. Esta é a razão porque, desde muito tempo, nos pareceu indispensável elaborar instrumentos de trabalho próprios para fornecer a todos aqueles que, sem ser especialistas da cartografia antiga, queiram ter proveito ao consultar e estudar mapas antigos, e de estabelecer, em primeiro lugar, um glossário histórico de termos de geografia".

¹³⁹ DAINVILLE, François de. *Le Langage des Géographes*. Paris: A. et J. Picard, 1964. p. vii.

Suas definições, seu glossário de termos, de convenções e de signos (fig.73) ajudam a esclarecer nos mapas estudados, as origens dessas convenções que foram inventadas e emergiram em um dado momento e que foram, ao longo do tempo, incorporadas à linguagem do cartógrafo/geógrafo e absorvidas pelo usuário dos mapas.

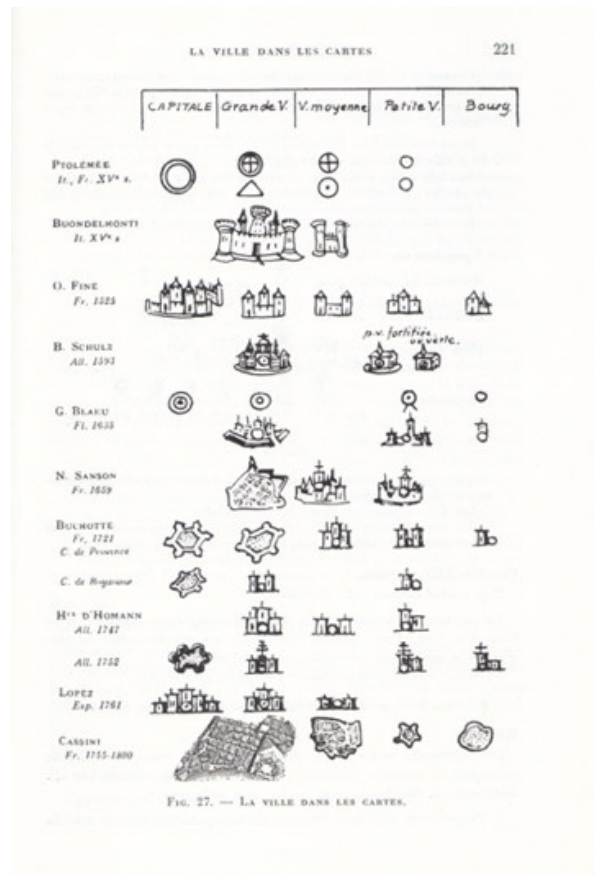


Fig. 73 – A cidade nos mapas, quadro de Dainville.

Os signos representando cidades neste quadro de Dainville criam uma hierarquia das mesmas. Como bem nos alerta Harley:

esta hierarquização do espaço não é um ato consciente da representação cartográfica. De preferência ela é tomada como certa em uma sociedade em que o lugar do Rei é mais importante do que o lugar de um menos importante barão, que um castelo é mais importante do que a casa do camponês, que a cidade de um arcebispo é mais importante do que a de um prelado, ou que o estado de um senhor de terras é mais importante de enfatizar do que o de um mero fazendeiro. A cartografia dispõe o seu vocabulário, de tal forma que corporifica uma desigualdade social sistemática. As distinções de classe e poder são construídas, materializadas e legitimadas no mapa através de signos cartográficos. A regra parece ser “o mais poderoso, o mais proeminente”. Para aqueles que têm força no mundo será adicionada força no mapa. Usando todos os truques do ofício cartográfico – tamanho do símbolo, espessura da linha,

altura de letreiro, hachura e sombreamento, adição de cor – nós podemos traçar esta tendência de reforçar em inumeráveis mapas da Europa. Nós podemos começar a ver como os mapas, assim como a arte, se tornam um mecanismo “para definir relações sociais, sustentar regras sociais e fortalecer valores sociais”¹⁴⁰.

Esse exemplo aponta para o fato de que através da utilização das ‘regras’ cartográficas reforçam as regras sociais, e, portanto elas são “influenciadas por um tipo bastante diferente de regras, aquelas que governam a produção cultural do mapa”¹⁴¹.

3.1.2. – Mapas e Escrita

Um mapa pode conter além de signos, textos escritos afinal, “o mapa não é apenas uma imagem entre outras: a escrita e a linguagem na sua superfície são de uma importância preponderante”¹⁴². Num mapa se tem vários elementos escritos o título, a toponímia, as legendas, etc. e esses “textos organizam um espaço de legibilidade que constantemente interfere com a visão das formas”¹⁴³.

A análise da escrita começa com o mais óbvio, o título do mapa. Geralmente ele define a natureza da imagem, se o que será mostrado é uma planta de cidade, a topografia de uma região, uma batalha, um cerco, a divisão política do mundo, a meteorologia de um país, os mapas de estradas, da hidrografia de uma região, etc. O título ajuda a saber do que trata o mapa, mas ao mesmo tempo dá o tom do mapa. Ele não é isento como se pode apreender, por exemplo, do mapa feito por Zambecari do Rio Grande do Sul que teve duas impressões, numa delas ele se intitulava ‘Mappa do Rio Grande do Sul’ na outra ‘Mappa da Província do Rio Grande do Sul’. A diferença é que num o cartógrafo fazia referência à proclamação da república rio-grandense, mas o outro era para ser mostrado ao Imperador.

Como bem coloca Jacob

“em todas as suas variadas expressões, o título situa o mapa numa categoria especial de imagens; ele programa uma leitura do mapa que é

¹⁴⁰ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.158.

¹⁴¹ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.156.

¹⁴² JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.9.

¹⁴³ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.9.

diferente da que seria feita de uma pintura abstrata ao obrigar o leitor a justificá-la através de um complexo processo de mobilização da memória e da atividade interpretativa”¹⁴⁴.

O título pode ser colocado em diversas partes do mapa, geralmente inserido num cartucho (fig.74).



Fig. 74 – Títulos em mapas

Uma parte importante da escrita num mapa diz respeito à toponímia, os nomes no mapa. Eles podem se referir a lugares, a ruas, a montanhas, a rios, a acidentes geográficos, mares, países, continentes, regiões, cidades, ilhas, etc. “A toponímia permite a linguagem e a escrita invadir o mapa, com uma das suas mais importantes funções, aquela de nomear”¹⁴⁵.

A toponímia busca efeitos visuais e estéticos, pois o cartógrafo tem de estudar onde o nome pode ser colocado de forma a não atrapalhar a leitura do mapa. Além disso, a forma como a toponímia é colocada cria hierarquias, assim cidades maiores são descritas com letras maiores (fig.75).



Fig. 75 – Toponímias

¹⁴⁴ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.192-193.

¹⁴⁵ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.201.

“Nomear é um modo de apropriação simbólica que provê territórios virgens de uma memória, uma malha que expropria o espaço do outro e o torna em um objeto de discurso, sujeito as restrições de referência lingüística, que procura fazer cada lugar identificável correspondente a um nome”¹⁴⁶. Isso pode ser visto em mapas da América do Norte, que no período colonial perderam os nomes dos nativos (fig.76). Hoje, em muitos lugares dos Estados Unidos uma reconstrução da toponímia nativa está sendo feita. Esse tipo de reconstrução também está sendo feito no território Yukon (Canadá) e no Alaska, território dos ‘Inughuit’ para se recordar o nome dos lugares e o seu pano de fundo cultural¹⁴⁷.



Fig. 76 – Detalhe do mapa ‘New England Observed’ de John Smith, 1635.

Por ultimo, a escrita também aparece nas legendas(fig.77), onde ela tem o poder de ‘traduzir’ as convenções cartográficas, elas nos explicam os signos utilizados. Mas como bem coloca Wood “as legendas muitas vezes são dispensadas e nunca apresentam explicações de mais de que uma parte dos ‘símbolos’ encontrados no mapa ao qual elas se referem”¹⁴⁸. Numa certa medida, elas obedecem às normas “oficiais” da época do mapa.

Como afirma Rémi Caron “a legenda é aquele retângulo discreto num canto do mapa, onde a maior parte dos signos utilizados é reproduzida e recebem uma tradução em uma ou diversas línguas”¹⁴⁹. Mas como o próprio autor salienta, essa legenda deveria

¹⁴⁶ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.205.

¹⁴⁷ HITCH, Doug. Linguistic Research on the Kohklux Maps. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 23., Copenhagen. *Abstracts...* Copenhagen: The Royal Library, 2009. p.57.

¹⁴⁸ WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992. p.97;

¹⁴⁹ CARON, Rémi. La Légende. Quand le cartographe se fait son propre traducteur. In: RIVIÉRE, Jean-Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980. p.329.

explicar todas as convenções gráficas utilizadas no mapa. Contudo, devido ao tamanho que pode vir a ter no mapa uma legenda e pelo fato de que algumas convenções já são supostas serem evidentes, e por serem ‘evidentes’ não necessitariam de uma tradução, nem todos os símbolos gráficos utilizados figuram na legenda.

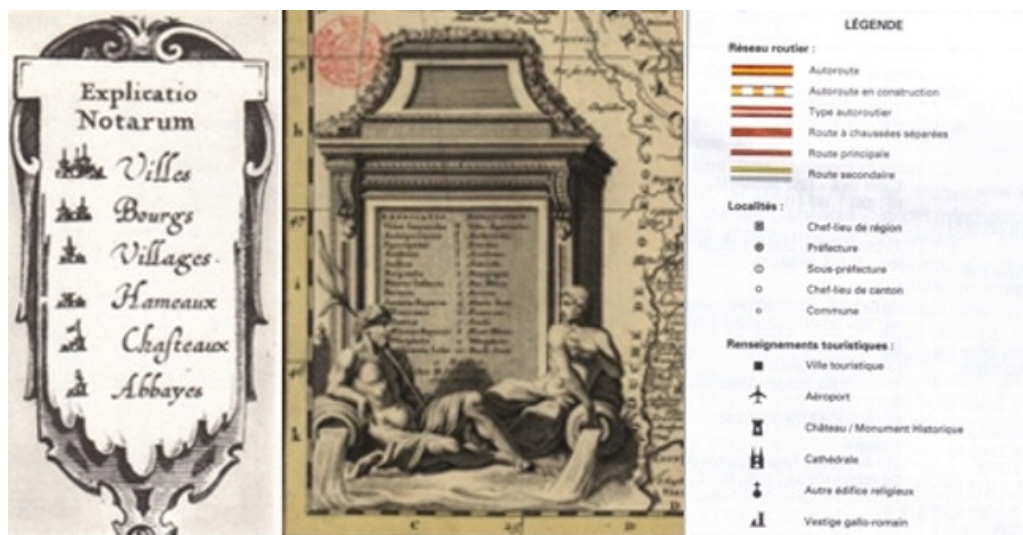


Fig. 77 – Algumas legendas de mapas

A forma como a legenda é apresentada, o seu conteúdo, a hierarquização por ela criada pode nos proporcionar uma leitura das intenções do mapa/cartógrafo. Leva-se em consideração nessa interpretação as convenções oficiais da cartografia no Brasil e no mundo na época em que o mapa foi feito e em que medida o cartógrafo as ‘obedece’. A legenda também pode destacar, além das convenções, elementos importantes do local retratado pelo mapa.

Todos esses elementos escritos colocados no mapa têm que se utilizar de tipos de letras. David Woodward é um dos pesquisadores da história da cartografia que tem trabalhos sobre esse tema. Para ele,

“o tipo de letra tem sido um elemento proeminente e ubíquo nos mapas. Seu estilo é tão sensível a diferenças de gosto regionais e históricas que pode ser usado, junto com outros elementos cartográficos tais como simbolização, cor e iconografia, como um guia de período na identificação de mapas”¹⁵⁰.

Muitos cartógrafos faziam uma tabela de tamanhos e tipos de letras para que essa hierarquia pudesse ser facilmente entendida (fig.78) e como um auxiliar ao seu trabalho.

¹⁵⁰ WOODWARD, David. The manuscript, Engraved and Typographic Traditions of Map Lettering. In: WOODWARD, David (Ed.). *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago: The Chicago University Press, 1987. p.212.

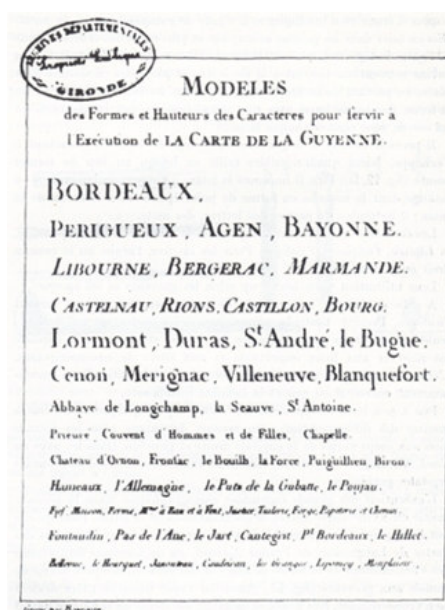


Fig. 78 – Letreiros.

Um texto que não aparece no mapa, mas que pode influenciar no seu estudo é o que normalmente se chama de ‘memórias’. As ‘memórias’ na cartografia geralmente são textos explicativos de como foi feito o mapa a que elas se referem. Podem ajudar a compreender como o mapa foi elaborado e quais eram os objetivos do cartógrafo. A existência ou não das mesmas deve ser pesquisada e, se existirem, podem ser de grande auxílio ao trabalho de análise. Segundo Catherine Bousquet-Bressolier, a

“necessidade de formar os engenheiros-geógrafos é uma preocupação forte na França desde Vauban. Ela se torna crucial na metade do século XVIII. (...) No início da Guerra de Flandres (1741-1748), o escritório das *Ponts et Chaussées* recebe a missão de formação (1747) e em 1748 é criada a escola do *Génie de Mézières*. (...) A instrução que os homens da armada do Rhin recebem em 1761 contribui em uma larga medida a essa formação. Ela é um modelo do gênero porque ela não propõe uma sucessão de receitas a serem aplicadas, mas desenvolve junto aos engenheiros uma atitude para a análise geográfica da paisagem, estrutura o seu pensamento e os torna capaz de redigir os mapas e as memórias”¹⁵¹.

Assim, o uso de sua ‘memória’ em conjunto com o mapa passa a ser, a partir de então, um instrumento importante.

¹⁵¹ BOUSQUET-BRESSOLIER. Du paysage naturel à la utopie: le Corps des Ingénieurs-Géographes et la diffusion d'un savoir théorique sur les cartes. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 82.

3.1.3. –A Imagem Cartográfica

Na última parte de seu estudo, Jacob se pergunta “como este complexo mecanismo gráfico pode ser decifrado de uma vez por todas como uma imagem da terra ou de uma de suas regiões?” Seu ponto de partida “é a convicção de que o efeito de significado próprio aos mapas geográficos resulta tanto dos itinerários e das interpretações dos leitores quanto da intencionalidade e dos artifícios visuais dos próprios cartógrafos”¹⁵².

Para ele, se é obrigado, no final,

“a debater com o significado do efeito global produzido pelo mapa geográfico. Este significado é produzido através da interação de uma visão e de um conhecimento externo do mundo, um conhecimento que requer a memorização de um repertório de formas e nomes e de uma arquitetura geral na qual unidades distintas estão contidas uma dentro da outra, como as peças regionais de um quebra-cabeças geográfico pode ser”¹⁵³.

Neste item, Christian Jacob “olha além da superfície do mapa”, ele segue “várias linhas de reflexão nas formas de apropriação do mapa e no jogo entre os indivíduos e as normas sociais”¹⁵⁴. Em seu livro ele aborda os mapas imaginários, ficções cartográficas, microcosmos e o jogo de interpretação de personagens (RPG), etc. No entanto, a abordagem neste trabalho tenta discutir as questões, como ele aponta, que estão ‘além da superfície do mapa’, voltadas para as questões relacionadas à cartografia urbana.

Começando pela questão mais geral de uma classificação dos mapas. No livro *Cartes e Figures de la Terre*(1980), Yves Lacoste¹⁵⁵, em seu texto sobre ‘os objetos geográficos’, fala de uma das classificações possíveis que é a da ordem de grandeza. Assim, segundo ele, Jean Tricart (1965)¹⁵⁶ distingue sete ordens de grandeza espacial, desde uma ordem onde a dimensão é medida em termos de milhares de quilômetros até uma onde as dimensões se medem em metros. Mas essa é uma forma simples de debater a questão da classificação dos mapas, pois tem em seu arcabouço apenas a questão da escala e da dimensão.

¹⁵² JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.9.

¹⁵³ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.271.

¹⁵⁴ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.272.

¹⁵⁵ LACOSTE, Yves. Les Objets Géographiques. In: RIVIÉRE, Jean-Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980. p. 21.

¹⁵⁶ Geógrafo francês, escreveu um livro chamado *Principes et méthodes de la géomorphologie*.

Há outras classificações que são importantes ao se analisar os mapas. Por exemplo, se o mapa é manuscrito ou impresso, se impresso qual a técnica de impressão utilizada. Dainville¹⁵⁷ aponta essa distinção entre mapas manuscritos e impressos quando fala dos modos de classificação antigos. Como escreve Pierre Pinon¹⁵⁸, referindo-se a seu livro, “a maior parte dos mapas de Paris apresentados neste Atlas são planos gravados, já pela razão bastante simples que os mapas que se mantiveram manuscritos são bastante raros, o levantamento de um mapa exige tal investimento que ele implica quase que automaticamente uma larga difusão”.

Outra forma bastante simples de classificação diz respeito à forma de apresentação do mapa. O mapa pode ter sido feito em uma única folha, pode ter sido impresso ou desenhado em várias folhas, pode ser um mapa que faz parte de um Atlas e pode ser um mapa de parede. Quando se fala de mapas do mundo existem os globos que, para o trabalho sobre a cartografia urbana, não serão levados em consideração.

Quando se fala de cartografia urbana, Pinon¹⁵⁹ alerta que “há duas concepções bastante diferentes que se sucedem às vezes se sobrepondo: a ‘vista cavaleira’ ou de vôo de pássaro, vista realista (quase a de uma fotografia aérea oblíqua), concreta, que persiste até o século XVII, e o ‘plano geométral’, que é uma projeção abstrata, matemática, do volume da cidade sobre seu solo”. Sendo mais preciso, Buisseret¹⁶⁰ aponta quatro categorias para se prefigurar a cidade: o plano vertical, a vista a olho de pássaro, o perfil e a maquete.

A questão de como ver e representar o espaço urbano é bem colocada por Lucia Nuti. Para ela, a discussão passa pelas tentativas de uma representação total da cidade, no sentido da sua visão num determinado momento histórico. Como ela mesma diz, “os modos de representação não são simples conjuntos de qualidades formais, mas expressões de culturas visuais diversas”¹⁶¹.

Pinon tenta fazer uma tipologia dos mapas de cidades segundo seus objetivos (dos mapas), que ele subdivide da seguinte maneira: primeiro, ele distingue “os mapas gerais da cidade, que dão uma imagem global, com usos potencialmente múltiplos, os ‘mapas retrato’ e os ‘mapas topográficos’, que são os dois principais modos de representação. Os outros

¹⁵⁷ DAINVILLE, François de. *Cartes Anciennes de l'Église de France*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956. p.129.

¹⁵⁸ PINON, Pierre & LE BOUDEDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 7.

¹⁵⁹ PINON, Pierre & LE BOUDEDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 7.

¹⁶⁰ BUISSERET, David. Introduction. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisaging the City: six studies in Urban Cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.xii.

¹⁶¹ NUTI, Lucia. Mapping Places: chorography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.). *Mappings*. London: Reaction Books, 1999. p.98

mapas perseguem a priori objetivos mais precisos, são os ‘mapas cadastrais’, os ‘mapas projetos’ e os ‘mapas análise’¹⁶². Os primeiros, os ‘mapas retratos’ são, para Pinon, os mapas que representam a cidade na forma de vistas cavaleira. Os ‘mapas topográficos’ são o que ele já chamava de ‘mapa geometral’, mapa que mostra a projeção da cidade no seu solo. Os ‘mapas cadastrais’ são aqueles mapas que representam a cidade mostrando ao mesmo tempo os limites das propriedades. Os ‘mapas projetos’ são aqueles que mostram os projetos de formação ou de transformação da estrutura física da cidade. Por fim, os ‘mapas análise’, são aqueles mapas que decompõe de forma temática a cidade para permitir o estudo de sua trama viária, o seu parcelamento, ou os elementos construídos. Tratam-se, nesse caso, de mapas temáticos nos quais tanto os fenômenos físicos, quanto os sociais podem ser mostrados. É o caso, por exemplo, do famoso mapa do Dr. John Snow sobre os casos de cólera em Londres em 1855 (fig.79).

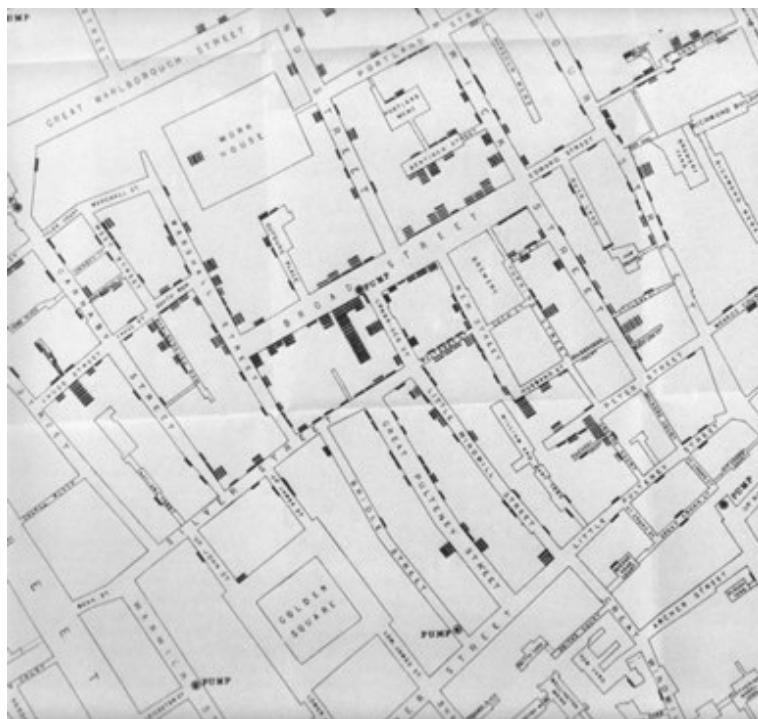


Fig. 79 – Cholera cases around the Broad Street Pump, 1855.

Já Marcel Watelet¹⁶³, em seu trabalho ‘*Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat*’, classifica os mapas urbanos segundo três categorias: os mapas urbanos ligados a modificação ou a criação de novas vias, os mapas urbanos específicos de alinhamento e os mapas urbanos que associam reconstrução e alinhamento.

¹⁶² PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris. Histoire d'une Capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 10.

¹⁶³ WATELET, Marcel. Pratiques administratives et codification du paysage urbain en Wallonie (1804-1830) Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 132.

Pode-se dizer que essa classificação de Watelet é uma subdivisão dos ‘mapas projetos’ de Pinon.

Em cada uma dessas taxionomias pelas quais se pode analisar a cartografia urbana está por trás à pergunta: ‘por que representar a cidade?’ No entanto, como bem alerta Pinon¹⁶⁴,

“as razões pelas quais os mapas de cidade são feitos, reproduzidos e difundidos não são sempre nem precisas e nem explícitas. E mesmo quando eles são claros, uma vez o mapa feito, ele pode conhecer usos múltiplos, diferentes, opostos mesmos aos objetivos iniciais. Um mapa exaltando uma cidade pode ser usado por seus atacantes militares, seus potenciais destruidores. Os usos evoluem com o tempo”.

E são esses usos que interessa mostrar. Não apenas do momento de sua feitura, mas também ao longo do tempo. Entra aqui o que se pode chamar de ‘acessibilidade’, Isto é, quem teve acesso a esses mapas e quando? Muitos mapas foram criados para uso restrito, e muitas vezes a sua técnica de produção não permitia uma grande divulgação – os mapas manuscritos, por exemplo, eram quase sempre exemplares únicos, portanto não podiam chegar aos olhos do grande público.

Trata-se aqui como bem define Pinon, “do uso pratico dos mapas, da sua difusão e de seus compradores”¹⁶⁵. Inclui também quem produz os mapas. Segundo Pelletier,

“a palavra final fica com os usuários, sobretudo com aqueles que devem confrontar o mapa com o terreno e que exige atualizações constantes e rápidas, ainda mais necessárias para os mapas marítimos do que para os mapas terrestres. Estes usuários são os atores menos conhecidos da historia da cartografia e, no entanto, se há avanços, eles são em parte responsáveis: os mapas são feitos para eles e são eles que os compram e que fazem viver os editores e os cartógrafos”¹⁶⁶.

A acessibilidade dos mapas vem se modificando ao longo do tempo. Os primeiros mapas da época das descobertas tinham um acesso restrito não somente porque eram manuscritos, mas por causa do segredo que estava envolvido nas descobertas marítimas tanto dos portugueses quanto dos espanhóis. Com a invenção da imprensa, a acessibilidade aos mapas foi aumentando já que o mapa não era mais apenas um único, mas havia uma

¹⁶⁴ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 9.

¹⁶⁵ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.p. 12.

¹⁶⁶ PELLETIER, Monique. Science et cartographie au Siècle des lumières. In: PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au Siècle des lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001. p.104-5.

tiragem. Além disso, os mapas podiam ser reeditados. Modificações na cidade, novas ruas, novas construções ganhavam novas edições atualizadas. Hoje em dia com o GPS, a atualização é imediata, como diz a propaganda do GPS Tom Tom, na Itália, “*mappi freschi ogni giorno*”. Na França, a propaganda desse mesmo GPS é mais discreta, mas aponta para o mesmo sentido: “*seule la technologie exclusive MapShare™ de Tom Tom vous permet de recevoir des mises à jour quotidiennes, pour des cartes actualisées en temps réel*”.

Na classificação de Pinon e, principalmente, na de Watelet, entram questões do por que o mapa foi feito. Em mapas de cidades, um objetivo bastante comum era a questão do alinhamento urbano. Os mapas de alinhamento urbano podem formar uma categoria de mapas bem específicos, já que eles respondem a uma funcionalidade particular ligada a gestão dos elementos edificados urbanos. Na França, segundo Watelet, “as prescrições de alinhamento constituem-se em disposições capitais do desenvolvimento urbano”¹⁶⁷.

Os mapas, ao longo do tempo foram objetos de normatizações. No Brasil, o colonizador, o Império e a República criaram leis para a feitura dos mapas. Essas legislações e as estruturas ligadas à cartografia criadas no Brasil tinham relações com o que acontecia no resto do mundo, primeiramente em relação a Portugal, e depois foi se abrindo para outras conexões, conexões essas que traziam novidades em termos cartográficos.

Watelet afirma que, na França,

“se assiste entre 1804 e 1830 ao desenvolvimento de uma normatização cartográfica. O legislador define as diferentes escalas a serem utilizadas em função dos tipos de cartas. Os engenheiros e os práticos são convidados a se conformar aos quadros das escalas gráficas. O legislador tenta igualmente uniformizar a tipologia dos mapas e planos em função das escalas”¹⁶⁸.

No Brasil, em 1810, é criada a primeira escola de formação de Engenheiros Geógrafos Militares. Era a Academia Real Militar, criada por Carta Régia do Príncipe Regente D. João VI, de 04 de dezembro de 1810 – um curso de 8 anos. Em 1822, tem-se o surgimento da litografia para impressão de mapas. E em 1825, é criada a Comissão do Império do Brasil, primeira organização oficial de Cartografia no Brasil. Em 1830 foram feitos os primeiros trabalhos de Cartografia Náutica, realizados por iniciativa de entusiastas brasileiros. No início da República, em 1890, foi criado o Serviço Geográfico Militar, anexo

¹⁶⁷ WATELET, Marcel. Pratiques administratives et codification du paysage urbain en Wallonie (1804-1830) Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 122.

¹⁶⁸ WATELET, Marcel. Pratiques administratives et codification du paysage urbain en Wallonie (1804-1830) Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat. In: BOUSQUET-BRESSOLIER,

ao Observatório Astronômico, para a execução dos trabalhos geodésicos e geográficos da República dos Estados Unidos do Brasil. Desde então, outros órgãos e outros serviços referentes à cartografia foram criados no Brasil. Importa analisar o que eles executaram, que normatizações criaram, em que medida promoveram ou incorporaram avanços científicos e tecnológicos na área ou como se atualizaram face aos descobrimentos científicos internacionais. E relacionar toda essa constelação com os mapas de Porto Alegre produzidos.

Muitos desses acontecimentos da cartografia brasileira acontecem em um período similar e paralelo aos acontecimentos de normatização da cartografia na França e em outros lugares do mundo. É importante ver o que aconteceu no Brasil e em que medida esses acontecimentos são um reflexo do que estava acontecendo nesses lugares. Além dessa questão, temos os problemas relacionados ao investimento. Fazer mapas não é uma coisa trivial, eles implicam o uso de cartógrafos, de equipamentos de medição, de aferição e de desenho, além de meios de reprodução.

Analisando os procedimentos administrativos de *Ponts e Chaussées* e do *Waterstaat*, segundo Watelet, pode-se encontrar na documentação a determinação da necessidade de

“um orçamento específico, dedicado ao levantamento de mapas. Sendo as produções cartográficas de competência da autoridade administrativa, rubricas orçamentárias específicas são previstas na contabilidade para a realização dos mapas. Essa gestão contábil extremamente interessante permite conhecer o tipo de produção cartográfica, as necessidades, as modalidades práticas de execução e os custos de realização”¹⁶⁹.

Há uma frase que ficou famosa no escândalo de *Watergate* (1974): ‘*follow the money*’. Na pesquisa historiográfica dos mapas, o dinheiro – orçamento – certamente constitui um rastro para a investigação dos processos envolvidos na cartografia.

Como um todo, neste trabalho é necessário fazer a identificação dos mapas que se vai estudar. Para fazer essa identificação de cada mapa de cidade estudado, foi importante ter uma uniformização mínima dos dados que devem constar dessa descrição. Dessa apresentação devem constar dados genéricos que permitam uma catalogação dos mesmos. Nesse sentido, os dados a serem colocados inicialmente se baseiam em classificações de bancos de dados de mapas – mapotecas – vistos em livros e na internet (Anexo 1).

Catherine (dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 127.

¹⁶⁹ WATELET, Marcel. Pratiques administratives et codification du paysage urbain en Wallonie (1804-1830) Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat. In: BOUSQUET-BRESSOLIER,

A partir daí

“o caminho seguido por este estudo tem sido guiado pela convicção de que o objeto em si mesmo, as formas, os desenhos e até mesmo o letreiro do mapa nos permite encontrar – como se embebido dentro do mapa – o traço, a impressão desses gestos, olhares e operações intelectuais. (...) As inscrições verbais – o título, a toponímia, as legendas – todas colocam de sua própria maneira a questão fundamental do significado, do relacionamento entre o que é figurativo e o que é verbal, entre visão e leitura”¹⁷⁰.

Deve-se destacar e analisar quais são os elementos representados na cartografia urbana e como eles variam de representação segundo a época e os objetivos do mapa. Fazem parte desses elementos as vias, o parcelamento, as edificações (as comuns e as destacáveis), os espaços livres públicos e privados, os limites urbanos e de bairros, e ainda os elementos geográficos – o relevo, rios, riachos, morros, montanhas, lagos, florestas, parques, praças, a vegetação, os muros, etc. “Esses objetivos (...) guiam o enquadramento, a orientação, a escolha do que se quer mostrar (topografia, tematização), os modos e a ‘precisão’ das representações”¹⁷¹.

Ao longo do tempo, as cidades crescem e se transformam. Os mapas urbanos de uma determinada cidade têm o poder de mostrar e projetar essas mudanças, que não são, portanto, somente um desenvolvimento ‘natural’ da cidade. O planejamento e a administração da cidade influenciam na sua forma e na sua distribuição espacial. Conforme a cidade vai crescendo, seus limites urbanos vão sendo ampliados e os mapas podem ou não mostrar essa mudança dos limites. Nas questões administrativas, as cidades ganham subdivisões – arraiais, bairros, setores. O poder público gerencia essas questões e elas podem vir a ganhar uma representação espacial quase ao mesmo tempo em que o poder público legisla sobre elas. A análise dos mapas deve ser feita, então, em paralelo com a análise da legislação da cidade no que diz respeito à determinação administrativa dos seus limites e dos limites de cada bairro, de sua vocação, do seu crescimento.

Como bem disse Jacob, “escrever a história do mapa requer o estudo das ligações entre os mapas e o tempo, ambos num sistema global, desenhado numa longa duração, e

Catherine (dir.). *Le Paysage des Cartes. Genèse d'une codification. (Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs)*. Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. 130-1.

¹⁷⁰ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.270.

¹⁷¹ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004. p. 13.

em um preciso, e claramente demarcado contexto histórico no qual toda a evidência disponível pode jogar um importante papel”¹⁷².

Além disso,

“a interpretação de mapas geográficos é um complexo movimento indo e vindo da leitura da imagem (cujos códigos figurativos e simbólicos são em si mesmo os produtos de um período e de uma cultura) e a mobilização de um conhecimento existente, que pode, no entanto, estar perdido e fazer com que o mapa seja incompreensível”¹⁷³.

Assim, o estudo das plantas da cidade de Porto Alegre, de sua fundação até o final do Império, está demarcado em um período histórico preciso, e busca as conexões desses mapas com a história da cidade e suas relações num contexto nacional e global, através do questionamento dos elementos que podem ser lidos no mapa e seu ‘contexto’ mais geral, isto é um movimento entre os passos gráficos e a construção de uma imagem com sentido.

Entram em toda esta análise o recolhimento dos traços, dos indícios, o trabalho de detetive apontado por Ginzburg. Faz-se necessária a montagem Benjaminiana para que, ao montar o quebra-cabeças, o mesmo tenha um significado, faça sentido. E, a partir da desconstrução/reconstrução dos elementos componentes, relacioná-los com o contexto como pede Harley.

Já que, para Harley¹⁷⁴

A desconstrução nos incita a ler entre as linhas do mapa – “nas margens do texto” – e através de seus caminhos descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. Nós começamos a aprender que os fatos cartográficos são somente fatos dentro de uma perspectiva cultural específica. Nós começamos a compreender como os mapas, assim como a arte, longe de serem “uma abertura transparente para o mundo” são, no entanto “uma maneira humana particular... de olhar para o mundo”.

¹⁷² JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.363.

¹⁷³ JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. p.271.

¹⁷⁴ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.153.

4 – DO TEMPO E DO ESPAÇO CARTOGRÁFICOS: A POÉTICA DOS MAPAS URBANOS

Tem-se falado muito, na literatura sobre o tema, das imagens da cidade, de suas representações, ou seja, daquilo que constitui o imaginário da cidade. Alguns estudos têm focado as fotografias, outros as pinturas, outros os desenhos¹⁷⁵. Todas essas formas de representação gráfica da(s) cidade(s) têm mostrado um modo de ver e produzir o espaço urbano. Este capítulo trata especificamente dos mapas da cidade de Porto Alegre e, portanto, das suas representações cartográficas, para mostrar como, ao longo do tempo estudado, diferentes identidades da cidade foram produzidas. No seu conjunto e nas suas continuidades e inflexões, essas representações histórico-culturais inventaram várias Porto Alegre.

Como afirma Pesavento¹⁷⁶

“a cidade representa o que se poderia chamar de um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar: trabalham sobre ela não só historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos. O que cabe destacar é a abordagem introduzida pela História Cultural: ela não é mais considerada só como um lócus, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais”.

Segundo Castro¹⁷⁷,

“Mapas não são *reproduções* da realidade, *cópias* em escala reduzida de uma parte do mundo sensível. Mapas são *representações* da realidade,

¹⁷⁵ Minha dissertação de mestrado – O Tempo e a Forma da Cidade, o curso do discurso – aborda as linguagens gráficas relacionadas à história da cidade. FIALHO, Daniela Marzola. *O Tempo e a Forma da Cidade: o curso do discurso*. 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

¹⁷⁶ PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.77-78.

¹⁷⁷ CASTRO, Celso. Uma viagem pelos mapas do Rio. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria

culturalmente construídos a partir de escolhas e opções sobre o que representar, de que modo e com que finalidade. Todos os mapas são feitos com uma determinada *intenção*. Quais objetivos se teve, em cada caso particular? Com que olhar cada mapa foi construído?” (Grifos do autor)

A cidade, como disse Ferrara, “se faz representar através de suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento”¹⁷⁸. Dessa maneira, os mapas das cidades figuram e reconfiguram o espaço e, ao fazê-lo, configuram o nosso lugar nele. Pois essa produção visual do espaço permite a conexão com outros espaços do mundo, localizando-nos e posicionando-nos relativamente a eles. E é por isso mesmo que fazer a história desses mapas só tem sentido na medida em que ela pode nos dar notícias de como nos tornamos o que somos e, quem sabe?, isto nos forneça alguma pista sobre as possibilidades do nosso devir histórico.

Como já foi dito, os mapas são imagens e, segundo Pesavento¹⁷⁹,

“a imagem, enquanto registro de algo no tempo, é testemunho de época, mas testemunho também de si própria, tal como o texto literário, ou seja, é o *momento de sua feitura* e não a temporalidade do seu conteúdo ou tema que cabe atingir. Em suma, ver como uma época se retrata ou retrata o passado, se for o caso, ou ver, na imagem, quais os valores e os sentimentos que se busca transmitir, quais os sonhos e fantasias de um tempo dado, ou quais os valores e a expectativas do social com relação aos atores” (grifos meus).

A história, aqui, diz do momento da feitura da imagem e assinala, portanto, um modo de fazer que é histórico, determinado pelas circunstâncias e possibilidades de um determinado momento (tempo). Daí que o estudo dos mapas de uma cidade se constitua na história dos modos como ela foi cartografada a partir das condições que lhe possibilitaram criar aquela imagem da cidade, e não outra.

Municipal de Urbanismo, 2000. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000. p.12.

¹⁷⁸ FERRARA, Lucrecia D'Alesso. Cidade: Imagem e Imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 193.

¹⁷⁹ PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.87-88.

4.1 – DOS MAPAS E DA MEMÓRIA

“Quando eu estiver velho, gostaria de ter no corredor da minha casa
Um mapa de Berlim
Com uma legenda
Pontos azuis designariam as ruas onde morei
Pontos amarelos, os lugares onde moravam as minhas namoradas
Triângulos marrons, os túmulos
Nos cemitérios de Berlim onde jazem os que foram próximos a mim
E linhas pretas redesenhariam os caminhos
no Zoológico ou no Tiergarten
que percorri conversando com as garotas
E flechas de todas as cores apontariam os lugares nos arredores
Onde repensava as semanas berlinenses
E muitos quadrados vermelhos marcariam os aposentos
Do amor da mais baixa espécie ou do amor mais abrigado do vento”¹⁸⁰.

Walter Benjamin

Anne Querrien¹⁸¹ escreveu em um texto introdutório no número ‘Imagens e Memória’ da revista ‘*Les Annales de la Recherche Urbaine*’, o seguinte: “Imagens se fabricam em diferentes níveis, por diferentes técnicas: todas mobilizam a memória, o passado, mas o declinam cada uma à sua maneira. O diálogo com os habitantes se ancora sempre na memória, único monumento popular à disposição de todos”. Essa afirmação da autora dá bem a dimensão e o interesse que o tema suscita, atualmente na área. Ela mesma afirma que “este número da revista não reflete senão parcialmente a diversidade dos projetos de pesquisa que têm hoje a imagem da cidade como objeto, com respeito a sua complexidade, a sua heterogeneidade, e na afirmação da singularidade de seus pontos de vista”¹⁸².

Parafraseando Querrien, os diversos tipos de imagens (no nosso caso os mapas) são gerados por diferentes técnicas, mas todas essas técnicas, cada uma com suas especificidades, utilizam a memória no diálogo com o(s) receptor(es) dessa imagem.

O fragmento de Walter Benjamin relaciona a memória e a cartografia. Como nos fala Willi Bolle sobre a obra de W. Benjamin - *A Infância em Berlim* – a mesma

¹⁸⁰ BENJAMIN, Walter. Fragmento, 1932 apud BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.313.

¹⁸¹ QUERRIEN, Anne. *Images et mémoires*. In: *Les Annales de la Recherche Urbaine. Images et mémoire*. Paris, n. 42, mars/avril. 1989. p. 3.

“foi engendrada na oficina de memória que é a *Crônica*. Neste livro, a imagem da metrópole Berlim deixou de ser exterior, como na série radiofônica, para ser interiorizada pelo autor como imagem mnemônica. Apoderar-se da imagem de sua cidade significa, para ele, flagrar sua própria imagem. O mapa da memória do eu e o mapa da cidade se sobrepõem, não é possível desenhar um sem o outro”¹⁸³.

É importante destacar que

“o período de elaboração da *Infância em Berlim* (1932-34) coincide com os últimos momentos da República de Weimar e a instalação da ditadura na Alemanha. Benjamin se vê obrigado ao exílio e, nessas circunstâncias, fixa um retrato de sua cidade natal. A emoção subjacente é a de uma despedida. Parece que ele não viu perspectivas de uma volta, e mesmo que voltasse, a cidade não seria mais a mesma. Nessa situação, o livro foi uma tentativa de preservar, por meio do registro escrito, a memória da cidade, antes que fosse destruída”.¹⁸⁴

O reconhecimento de uma imagem só é possível através da memória. É ela que, evocando experiências anteriores, permite identificar, reconhecer um objeto, uma imagem. Perceber um objeto, uma imagem é, antes de mais nada, reconhecê-lo, saber o que ele é. Considerando que a imagem é uma representação, pode-se dizer, então, que reconhecer é relacionar representações atuais com representações passadas. A memória desempenha, assim, um importante papel na atribuição de significado às imagens. Uma das características da memória é o reconhecimento, a percepção das imagens através de referenciais. Mas convém dizer que

“lembrar não é juntar representações internas de objetos, mas é entender situações correntes em termos de experiências passadas. Memórias não refletem diretamente a informação passada, mas reconstroem experiências passadas de formas diversas, baseada em novas percepções”¹⁸⁵.

Ruas, lugares e bairros de cidades ao longo do tempo, se posicionam uns em relação aos outros por sua disposição na trama urbana apreendida nos mapas da(s) cidade(s). Os mapas da cidade se impõem sobre o seu território geográfico. Trata-se de mostrar os seus atrativos particulares, seu passado enraizado, seus monumentos, sua memória.

¹⁸² QUERRIEN, Anne. *Images et mémoires*. In: Les Annales de la Recherche Urbaine. Images e mémoire. Paris, n. 42, mars/avril. 1989. p. 3.

¹⁸³ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.318.

¹⁸⁴ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.315,316.

Como bem analisa Willi Bolle,

“a existência de afinidades entre as estruturas da cidade e do indivíduo que nela vive era uma idéia cara a Benjamin. Ele inventou um ‘sistema semiótico’, cuja principal forma de expressão, no entanto, não era cartográfica e sim, literária. Essa forma é, com base em Baudelaire e na tradição anterior, o *tableau* urbano. De fato, esse gênero conciso, que opera entre a descrição, a narração e a reflexão, é muito apropriado para satisfazer simultaneamente as diversas exigências: orientação cartográfica de um livro sobre a cidade, historicidade de uma autobiografia e/ou de um livro de memórias, e teor filosófico de uma imagem de pensamento ou imagem dialética. Os *tableaux* da *Infância em Berlim* configuram pontos topográficos de um mapa da cidade de Berlim – não como ela se encontra em um mapa Pharus¹⁸⁶ (fig.80), mas tal como se inscreveu na memória de um de seus habitantes”.¹⁸⁷

Como se pode ver, a cartografia fazia parte do pensamento Benjaminiano: “desde há muitos anos, estou brincando com a idéia de organizar graficamente o espaço da vida – bios – na forma de um mapa. Primeiro, pensei num mapa Pharus, hoje estaria mais inclinado a usar um mapa de estado-maior, se existissem tais mapas do centro das cidades”¹⁸⁸.



Fig.80 – Mapa Pharus Berlin, 1902

Para Benjamin, segundo Willi Bolle,

“A memória topográfica não visa à reconstrução dos espaços pelos espaços, mas estes são pontos de referência para captar experiências espirituais e sociais: a poesia do amigo que se suicidou aos dezenove anos

¹⁸⁵ SUN, D. *Memory, design and the role of computers*. In: *Environment and Planning B: Planning and Design*. London, 1993, v.20 (2). p.131.

¹⁸⁶ Companhia que produz mapas de várias cidades alemãs.

¹⁸⁷ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.332.

e a tentativa de emancipação da casa dos pais. (...) Lugares e objetos enquanto sinais topográficos tornam-se vasos recipientes de uma história da percepção, da sensibilidade, da formação das emoções”¹⁸⁹.

Assim, a percepção, a sensibilidade e a formação das emoções mostram como Benjamin interpretava a memória. Conforme ainda Willi Bolle,

“Diferentemente de Proust, o trabalho da memória em Baudelaire não é predominantemente ‘involuntário’ nem narrativo. Nele Benjamin encontrou uma forma alternativa que lhe serviu de modelo. Pois, qual é a essência da *recherche* benjaminiana? Não é a busca da infância perdida, biograficamente falando – que está irrecuperavelmente perdida -, é a busca das sensações da infância”¹⁹⁰.

Já para Turchi,

“da mesma forma que o primeiro lugar que nós chamamos casa nunca poderá ser em nossa mente um mero conjunto de tijolo e vidro – da mesma forma que nossas emoções e lembranças são inseparáveis daquela casa – os mapas em que nós confiamos se tornam parte de nossa paisagem”¹⁹¹.

A construção da imagem de uma cidade guarda semelhanças com a construção da imagem de um indivíduo. As imagens da cidade produzem a memória da cidade e funcionam como *locus*¹⁹² da memória. Como afirma Garcia¹⁹³,

“na construção social da identidade, a organização social do espaço na cidade é, certamente, uma variável fundamental do processo. As diferenças e particularidades de bairros, áreas da cidade, setores de bairros, eventualmente ruas, são percebidas e representadas pela população urbana como importantes na demarcação de identidades. O próprio tempo, com os diferentes usos de bairros e de ruas, de acordo com a mudança de horário e população, é representado diferencialmente. O trabalho, o lazer, a boêmia são algumas dimensões que podem distinguir grupos e segmentos

¹⁸⁸ BENJAMIN, Walter apud BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.332.

¹⁸⁹ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.335,336.

¹⁹⁰ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.328.

¹⁹¹ TURCHI, Peter. *Maps of the Imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio Trinity University Press, 2004. p. 221.

¹⁹² Rossi (1995) define *locus* entendendo-o como “aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar. A escolha do lugar para uma construção como para uma cidade tinha um valor preeminente no mundo clássico: a ‘situação’, o sítio, era governado pelo ‘*genius loci*’, pela divindade local, uma divindade de tipo intermediário que presidia tudo o que ocorria naquele lugar (p.147)”.

¹⁹³ GARCIA, Marco Aurélio. A Memória Nacional Aprisionada. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, 1986. p.44.

sociais. Este processo é basicamente contrastivo, acirrando e enfatizando estereótipos, preconceitos e até estigmatização”.

Ora, preservar a memória da cidade é tentar manter sua identidade: uma cidade precisa ter referências, ter um sentido de lugar. Tal identidade se relaciona, então, com a memória coletiva. Nesse sentido, Halbwachs salienta a importância das ‘pedras da cidade’, que são referências fixas, objetivas, comuns. Para este autor,

“Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, umas às outras, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”¹⁹⁴.

Isto remete a Benjamin e à sua sobreposição do mapa da memória do eu e do mapa da cidade, não sendo possível desenhar este sem aquele:

“A linguagem indicou de modo inequívoco que a memória não é um instrumento para a exploração do passado, e sim, seu palco. A memória é o meio daquilo que vivemos, assim como a terra é o meio dentro do qual jazem, soterradas, as cidades mortas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado tem de proceder como um homem que cava. [...] E, sem dúvida, para ter sucesso nas escavações, é preciso um plano. Igualmente indispensável, porém, é a enxada cautelosa e experimental na terra escura, e priva-se do melhor, quem só registra o inventário dos seus achados, e não a obscura felicidade do local do achado. A busca, mesmo em vão, é tão importante quanto o achado feliz”¹⁹⁵.

4.2 – DOS MAPAS E DO ESQUECIMENTO

Há também o esquecimento, o silêncio. De acordo com Ricoeur, “o esquecimento é percebido primeiro e maciçamente como um atentado contra a fiabilidade da memória. Um golpe, uma debilidade. A memória, a este respeito, se define, ao menos em primeira

¹⁹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. p.150

¹⁹⁵ BENJAMIN, Walter apud BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna. Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.318.

instância, como luta contra o esquecimento”¹⁹⁶. Mas o esquecimento tem a ver com a memória manipulada e, nesse sentido, Ricoeur nos mostra que

“Precisamente pela função mediadora do relato, os abusos da memória se fazem abusos do esquecimento. Com efeito, antes do abuso há o uso, quer dizer, o caráter inelutavelmente seletivo do relato. Se não podemos nos recordar de tudo, tampouco podemos contar tudo. A idéia de relato exaustivo é uma idéia de uma performance impossível. O relato traz consigo por necessidade uma dimensão seletiva. Entramos em contato aqui com a estrita relação que existe entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como dizíamos então, foi possível a ideologização da memória graças aos recursos de variação que oferece o trabalho de configuração narrativa”¹⁹⁷.

Como discurso, a história da cartografia está repleta de esquecimentos, de silêncios. A começar pelo fato apontado por Black de que

“mapas são representações seletivas da realidade; eles têm que ser. Mesmo se os mapas fossem fotografias de tamanho natural eles seriam distorções: um objeto tridimensional, esférico, tal como o globo, não pode ser representado em duas dimensões sem que sua essência seja alterada, e este problema afeta o mapeamento de partes do globo”¹⁹⁸.

Os mapas são, assim, uma maneira de olhar o mundo, são pontos de vista, leituras do mundo. Como tais, impõem a verdade de seu discurso em relações de poder e funcionam, então, como um dispositivo de governo. Tal entendimento ganha relevância na discussão sobre os conteúdos e os objetivos de um mapa, na dimensão político-ideológica da cartografia. Conforme diz Harley,

“isto é concernente ao diálogo que surge da supressão intencional ou não intencional do conhecimento em mapas. É baseada numa teoria do silêncio cartográfico. (...). O objetivo é investigar estes silêncios que surgem de políticas deliberadas de segredo e censura e examinar os silêncios mais indeterminados que se originam seguidamente em regras e procedimentos escondidos. Estas regras, pode-se argumentar, são uma espécie de *mentalidade* subconsciente que servem de mediação para o conhecimento contido nos mapas, de forma a manter o *status quo* político e o poder do estado”¹⁹⁹.

¹⁹⁶ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.532.

¹⁹⁷ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.572.

¹⁹⁸ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p.11.

¹⁹⁹ HARLEY, J. B. Silences and Secrecy: the hidden agenda of cartography in Early Modern Europe. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.85.

Ao afirmar que “os mapas são definidos pelo que eles incluem, mas seguidamente eles são mais reveladores no que eles excluem”²⁰⁰, Turchi reforça a tese de Harley, sobretudo no exemplo que se segue: “as áreas das tribos Nativas Americanas não foram incluídas nos mapas iniciais Europeus das Américas, dando aos leitores desses mapas a impressão de que ninguém vivia lá, ao menos, ninguém importante. Nenhum proprietário”²⁰¹.

E sobre a questão apontada por Ricoeur acerca da impossibilidade do relato exaustivo, Turchi afirma que

“Qualquer que seja o propósito dos mapas em face dos brancos dentro de suas fronteiras, virtualmente quase tudo é deixado para fora do mapa – e tem de ser para um mapa ser útil. ‘Nenhum mapa pode mostrar tudo,’ argumenta Denis Wood. ‘Se pudesse, seria nada mais que a reprodução do mundo, o qual, sem o mapa, nós já temos. É apenas a seleção que faz da irresistível riqueza do mundo que justifica o mapa’”²⁰²

Contudo, como já apontou Harley, “devemos estar preparados para olhar os silêncios nos mapas como algo mais do que a simples ausência de alguma coisa”, insistindo deliberadamente no termo ‘silêncios’:

No contexto de mapas, em vez da expressão da literatura mais antiga, um pouco negativa, de *espaços em branco*, os silêncios devem ser vistos como uma ‘performance ativa humana’. Os silêncios podem revelar tanto quanto encobrem e, por agir como afirmações independentes e intencionais, os silêncios nos mapas podem se tornar por vezes a parte determinante da mensagem cartográfica. Assim, exatamente como na comunicação verbal, o silêncio é mais do que o mero correlato do que é ouvido. No caso do mapa, o silêncio não é apenas o oposto do que é mostrado”²⁰³.

No que se refere ao segredo e à censura, pode-se lembrar aqui a maneira como tanto a coroa portuguesa quanto a espanhola se comportavam em relação aos mapas do Novo Mundo. Esses mapas, feitos por cartógrafos espanhóis e portugueses, eram segredos de Estado e muitos, em virtude dessa política, não sobreviveram. A partir deles, criaram-se sistemas burocráticos para regulamentar o comércio além-mar e assinaram-se Tratados. Havia penalidade de morte aos pilotos e cartógrafos que revelassem mapas para os

²⁰⁰ TURCHI, Peter. *Maps of the imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.29

²⁰¹ TURCHI, Peter. *Maps of the imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.33.

²⁰² TURCHI, Peter. *Maps of the imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.40.

²⁰³ HARLEY, J. B. Silences and Secrecy: the hidden agenda of cartography in Early Modern Europe. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.86.

estrangeiros. Tanto Portugal quanto Espanha criaram instituições de controle: Portugal o 'Armazém da Guiné e Índias', e Espanha a 'Casa de Contratación'.

Há, ainda, a considerar o silêncio toponímico. Todo um extrato de identidade étnica foi silenciado pelos colonizadores que, ao mapearem o novo mundo, simplesmente ignoraram a nomenclatura nativa. Mais recentemente, em muitos mapas de cidades, um dos silêncios mais significativos que podemos perceber é a omissão da trama urbana das favelas.

4.3 – DOS MAPAS E DO PLANEJAMENTO URBANO

Esta tese trabalhou com a história da cidade produzida nos seus mapas, na sua cartografia. A cartografia tem sido historicamente um componente essencial do planejamento urbano. Como escreve Hofmann²⁰⁴, para a nova "sciencia" ou "arte de construção de cidades", referindo-se ao urbanismo (Urbanisme, Town Planning), tem-se que "na projeção da planta para uma nova cidade é indispensável fazê-la preceder de um estudo topographico do terreno e projectal-a de tal forma que, de antemão, fica prevista a instalação das redes de esgotos e de abastecimento de água"²⁰⁵. E, mais adiante, ele ainda afirma que, "tratando-se da projeção de um novo bairro devemos sempre ter em vista a planta da cidade já construída, a fim de coordenarmos as ruas novas com as já existentes da maneira mais viável"²⁰⁶.

Agache, na introdução da série de conferências sobre o problema de 'urbanização' do Rio de Janeiro, em 1930, já afirmava que

"O Senhor Prefeito desejava, effectivamente, que as obras a serem empreendidas sob a sua administração, fossem englobadas num programma geral de remodelação que interessasse o futuro da cidade no seu conjuncto, estabelecendo este último, de modo a ser continuado pelos seus successores. Mas para realisalo era preciso fazer levantar uma

²⁰⁴ HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento de cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.10, n.1, jan.-fev. 1925. p.7.

²⁰⁵ Nos textos antigos foi mantida, na medida do possível, a grafia original.

²⁰⁶ HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento de cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.10, n.1, jan.-fev. 1925. p.7.

PLANTA DIRECTRIZ de Extensão, de Remodelação e de Embellezamentos²⁰⁷.

É também ilustrativo da importância da cartografia urbana o título e o tema da quarta conferência de Agache: 'A photographia aérea e a planta das cidades'. Nela, referindo-se ao Rio de Janeiro, Agache denuncia que "há cerca de trinta e cinco annos que nenhum trabalho de conjunto foi feito para que se possuísse uma planta exacta da Cidade"²⁰⁸.

No Rio Grande do Sul, o Eng.^o Luiz A. Ubatuba de Faria, em conferência realizada na Sociedade de Engenharia, em 1933, refere-se ao mesmo assunto nos seguintes termos: "A planta cadastral da cidade é para o engenheiro da Prefeitura o que a anatomia do corpo humano é para o médico. No trabalho mais rudimentar ele precisa consultar um documento topográfico e se este documento não existe é necessário creá-lo – fazer um levantamento"²⁰⁹. E, mais adiante, reforça que "tudo o que dissemos neste acanhado trabalho representa uma colaboração insignificante para organização de um serviço cadastral como o primeiro passo para a confecção do plano de remodelação e extensão de Porto Alegre"²¹⁰.

Em 1938, Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva, em seu estudo 'Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre', chamam a atenção que, para a elaboração do Plano Director, uma das bases necessárias é um cadastro moderno.

No sentido de frisar a importância dos mapas, Flávio Villaça, em 'Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil', apresenta um subtítulo provocador: 'O plano sem mapa', onde esclarece que,

"Com a expressão 'plano sem mapa' pretende-se designar o novo tipo de plano que a ideologia dominante inventou nas suas constantes tentativas de dar a impressão de que está cuidando do planejamento e 'aperfeiçoando-o' continuamente. O novo tipo de plano apresenta 'apenas objetivos, políticas e diretrizes'. Já que é assim, o diagnóstico e a grande quantidade de mapas e estatísticas são dispensados"²¹¹.

A necessidade evidente de o urbanista conhecer a história e a geografia da cidade tem sido enfatizada, entre outros, por Agache: "Para a elaboração de um bom plano de

²⁰⁷ AGACHE, Donat-Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão: Remodelação*. Paris, Foyer Brésilien, 1930. p. 3.

²⁰⁸ AGACHE, Donat-Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão: Remodelação*. Paris, Foyer Brésilien, 1930. p. 30.

²⁰⁹ UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur. Cadastro e urbanismo em Porto Alegre. *Boletim do SERGS*, Porto Alegre, n. 6, jan. 1934. p. 33.

²¹⁰ UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur. Cadastro e urbanismo em Porto Alegre. *Boletim do SERGS*, Porto Alegre, n. 6, jan. 1934. p.41.

²¹¹ VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, C. e SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupan, 1999. p. 221.

cidade, o Urbanista deve, antes de tudo, tomar conhecimento da história e da geographia do lugar no seu passado, interpretar as estatísticas para a previsão do futuro, e traçar com esses dados um programma de estudo”²¹². Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva, ao se perguntarem como o Plano será elaborado, afirmam que, “em primeiro lugar, os encarregados desse trabalho devem ter um conhecimento profundo da história e da geografia da capital gaúcha e do seu crescimento em função das estatísticas. No estudo histórico e geográfico devem ser compilados todos os dados sobre a origem e o desenvolvimento da cidade”²¹³. E Vicente Del Rio, em seu texto ‘Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento’, escreve que “há muito concorda-se na importância do estudo da história urbana como processo social para uma melhor compreensão do momento presente e melhor determinação de nosso futuro”²¹⁴.

Ora, essa história urbana se traduz nos mapas e, como bem resume Teixeira,

“A cartografia urbana pode ser lida de várias formas, contendo vários níveis de leitura e significado. A cartografia dá-nos informação sobre a localização geográfica e as razões de escolha do sítio para a implantação dos núcleos urbanos, permite-nos entender as características fundamentais dos traçados urbanos em sucessivos períodos históricos, os conceitos subjacentes a esses traçados, a sua gênese e os seus principais períodos de desenvolvimento, as sucessivas experiências urbanísticas realizadas em diferentes locais e a transmutação de influências”²¹⁵.

Acrescentando a seguir:

“Como qualquer outro registro ou documento, a cartografia é produzida para um objetivo específico. Isto verifica-se quer no caso da topografia produzida enquanto representação da realidade, isto é, quando se trata do levantamento de uma situação existente, quer no caso de uma topografia produzida enquanto representação de uma realidade não construída, isto é, quando se trata da representação de um projecto ou de uma intenção”²¹⁶.

Aqui, os planos diretores são vistos como uma projeção intencionada e, portanto, claramente interessada, sem silêncios que se sobreponham a ela e configurando, de uma forma particular, a relação entre história e planejamento urbano.

²¹² AGACHE, Donat-Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão: Remodelação*. Paris, Foyer Brésilien, 1930. p. 12.

²¹³ UBATUBA DE FARIA, Luiz A. & PEREIRA PAIVA, Edvaldo. *Contribuição ao estudo de urbanização de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1938. Não publicado. p.2.

²¹⁴ DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990. p.53.

²¹⁵ TEIXEIRA, Manuel C. A Cartografia no Estudo da História Urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n° 2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

4.4 – DO GOVERNO DA CARTA

A cartografia das cidades emerge, na história, ligada à necessidade de delimitar, conhecer e governar o território urbano. Foucault²¹⁷ trata da emergência dessa prática na Modernidade. Para isso, descreve como se deu a passagem do governo do território (Idade Média) para o governo das populações (Época Moderna). Nessa perspectiva, a história da cartografia não só manifesta e é um testemunho dessa passagem, mas configura ela própria os elementos dessa passagem na forma como seleciona e prioriza os dados cartografados e na forma como delimita e quadricula os espaços²¹⁸.

Como bem mostra Harley,

O mais familiar sentido de poder na cartografia é aquele do poder externo a mapas e mapeamento. Isto serve para ligar os mapas aos centros do poder político. O poder é exercido *na* cartografia. Atrás de cada cartógrafo há um padrão; em inúmeras instâncias os fazedores dos textos cartográficos estavam respondendo a necessidades externas. O poder também é exercido *com* a cartografia. Monarcas, ministros, Instituições Estatais, a Igreja, todos iniciaram programas de cartografia para os seus próprios fins. Na sociedade moderna Ocidental os mapas rapidamente se tornaram cruciais para a manutenção do poder estatal – para os seus limites, seu comércio, sua administração interna, para controlar a população e para o seu poderio militar. O mapeamento logo se tornou o negócio do estado: a cartografia foi cedo nacionalizada. O estado guarda o seu conhecimento de forma cuidadosa: os mapas foram universalmente censurados, guardados em segredo, e falsificados. Em todos esses casos os mapas estão ligados ao que Foucault chama o exercício do “poder jurídico”. O mapa se torna um “território jurídico”: facilita a vigilância e o controle. Os mapas ainda são usados para controlar nossas vidas de inumeráveis formas. Uma sociedade sem mapas, embora nós possamos tomar o mapa como garantido, seria agora politicamente inimaginável. Tudo isto é poder *com* a ajuda de mapas. É um poder externo, muitas vezes centralizado e exercido de forma

²¹⁶ TEIXEIRA, Manuel C. A Cartografia no Estudo da História Urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n° 2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

²¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989

²¹⁸ Ver FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

burocrática, imposto de cima, e se manifesta em atos particulares ou fases de deliberada política²¹⁹.

Nas sociedades modernas, o conhecimento dos espaços da cidade prende-se à necessidade de governar sua população da forma mais econômica possível. A relação custo-benefício é um dos pilares da administração (pública e privada) das sociedades capitalistas ocidentais, que permanece intocado nos dias atuais. Trata-se, portanto, de gerenciar racional e economicamente as cidades de modo a ordenar, regular e controlar suas populações. A forma de distribuir os equipamentos sociais no espaço urbano, para o atendimento da população, é parte desse gerenciamento. Ao tornarem visível o modo de organização urbana, os mapas funcionam como um dispositivo de governo que, ao darem a conhecer o espaço urbano, possibilitam administrar sua expansão (desenvolvimento) e controlar, assim, a extensão e a direção do seu crescimento.

Ora, a passagem do governo do território para o governo das populações, a partir do surgimento do Estado Moderno, faz com que as cidades deixem de ser vistas como parte do território para se transformarem no lugar onde as populações moram, produzem, vivem. Seus mapas passam, também, a ter uma nova função, mais diretamente ligada ao governo dessas populações, constituindo-se, assim, em formas de conhecimento e controle das populações urbanas.

Desse ponto de vista, já não se pode considerar os mapas como objetos de referência imparciais. Enquanto 'construções sociais', "eles se constituem – como afirma Denis Wood²²⁰ -- em artefatos de comunicação, persuasão e poder". Constituindo-se em "(...) um mundo de linhas de propriedades e direito ao voto, distritos de taxaço e zonas de empreendimento –, eles corporificam e projetam os interesses dos administradores e dos seus criadores". Os mapas são, assim, ferramentas poderosas de afirmações políticas e econômicas, ou seja, acerca do mundo em que vivemos.

Assim, num mapa,

"a escolha do que mostrar é ligada a, e numa relação dinâmica com, assuntos de escala e objetivo, e o último assunto é crucial. Um mapa é desenhado para mostrar alguns pontos e relações e, ao fazer isso, cria espaços e espaços na percepção do usuário do mapa e, assim, ilustra temas de poder. (...). O assunto de um mapa reflete uma escolha; assim também a escala, a projeção, a orientação, a simbolização, a solução, a cor, o título e a legenda. Imaginar que há uma cartografia totalmente objetiva é negar os elementos e a natureza das escolhas e negligenciar os

²¹⁹ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.165.

pressupostos presentes nelas, embora essas escolhas sejam compreensivas dentro de demarcações definidas (e desta forma escolhidas)²²¹.

Pode-se dizer, portanto, que os cartógrafos produzem espaços de exercício do poder, com o mapa funcionando como uma espécie de panóptico (local que permite ver e controlar o todo com uma vista d'olhos). E este poder está inscrito no próprio corpo do mapa. Dessa maneira, pode-se falar do poder do mapa como se fala do poder da palavra. E, nesse sentido, os mapas não apenas são políticos, mas fazem política. Tal como o poder da palavra, é um poder que corta, que separa, que desjunta²²².

4.4.1 - Dos Mapas e da Identidade Nacional.

A problemática da nação, do nacionalismo e da identidade nacional e, com ela, a questão do território, tem sido insistentemente focada, atualmente, pelos estudiosos. Anne-Marie Thiesse faz uma sùmula dessa problemática ao afirmar que

“o que constitui uma nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. (...). Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático²²³.”

Nesta ‘*check-list* identitária’, que ela considera a “matriz de todas as representações de uma nação”, não consta o território. Contudo, ao discorrer em seu texto sobre cada um desses elementos, a questão territorial aparece como um problema crucial para o êxito do princípio nacional: “Como determinar o território da nação e definir suas fronteiras?”²²⁴

²²⁰ WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992. Contracapa.

²²¹ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p. 17.

²²² Conforme HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

²²³ THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p. 8.

²²⁴ THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p. 17.

Também Smith²²⁵ já colocava a questão territorial como básica para a definição da nação, ao afirmar que:

“Por detrás dos modelos rivais de nação, se encontram certas crenças comuns acerca do que constitui uma nação, por oposição a qualquer outro tipo de identidade cultural coletiva. Estas crenças incluem a idéia de que as nações são unidades de população ligadas territorialmente e que devem possuir terras de origem próprias; que seus membros partilham uma cultura coletiva comum, bem como memórias e mitos históricos comuns; que os membros possuem direitos e deveres legais recíprocos, dentro de um sistema legal comum; e que as nações possuem uma divisão de trabalho e um sistema comum de produção comuns, com mobilidade para os membros através do território”.

A partir desses pressupostos comuns, o autor pode catalogar os aspectos fundamentais da identidade nacional, entre os quais destaca “um território histórico ou terra de origem”.

A forma de representação desse território, constituída historicamente, são os mapas. São eles que produzem a imagem de um território/país/estado/nação através da arte da cartografia.

“Que muitos mapas tratam de política é facilmente perceptível; isto era verdadeiro desde o princípio da cartografia. Havia uma conexão próxima no mundo antigo entre o fazer mapas e a conquista e o governo imperial, entre o que significavam os mapas do mundo e as pretensões de poder no mundo. A ênfase no poder político continua presente na cartografia moderna: os mapas são usados tanto para assegurar reivindicações territoriais quanto para estabelecê-las, especialmente as disputas de fronteira; e preferências políticas em eleições são seguidamente apresentadas em termos de mapa”²²⁶.

Além disso,

“Esse mapeamento essencialmente estatista foi e é crucial, enquanto a propagação cartográfica das nações depender de uma bem definida identificação das pessoas e do território. Para este fim, o espaço deve ser entendido como território. A freqüente reiteração de imagens cartográficas do estado em, por exemplo, mapas de linhas de trem e de estradas e na previsão do tempo, assegura que a forma e o traçado territorial dos estados se torne claramente estabelecido. É um processo educacional com uma

²²⁵ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.28.

²²⁶ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p. 09

mensagem clara acerca da forma natural na qual se ordena o espaço. Esse processo é realçado pelo uso comparável da forma do estado na propaganda e em mapas produzidos por organizações comerciais²²⁷.

Tendo em vista que a cartografia é um discurso de poder pelo qual, como diz Black, “os países se tornam em parte criações, experiências na estruturação do espaço pelo poder”²²⁸, pode-se dizer que a produção cartográfica de um determinado país, constituída historicamente, é uma ‘invenção’. A questão da relação entre cartografia e poder pode ser, então, problematizada de várias formas. Como documentos históricos de um país ou de uma cidade, os mapas não só se inserem nos processos históricos, dando-lhes uma determinada visibilidade, como, ao fazerem isso, produzem um modo de ver o mundo. Daí Harley afirmar que “o poder do fazedor de mapas não era geralmente exercido sobre indivíduos, mas sobre o conhecimento do mundo disponível para as pessoas em geral”²²⁹.

Enquanto um conhecimento interessado, “os mapas eram vistos – como salienta Harley – como reforçadores do padrão de propriedade territorial. E é este potencial que ajuda a explicar as características geográficas que foram enfatizadas no Atlas e como essas representações se tornaram uma força na sociedade”²³⁰. Mesmo numa sociedade globalizada como a atual, quando o “padrão de propriedade territorial” assume novos significados.

²²⁷ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p.17.

²²⁸ BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. p.20.

²²⁹ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.166.

²³⁰ HARLEY, J.B. Power and Legitimation in the English Geographical Atlases of the Eighteenth Century. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.118.

5 – DAS PLANTAS DA CIDADE OU COMO A HISTÓRIA SE CONTA

CARTOGRAFIA DE PORTO ALEGRE

(1772-1889)

Porto Alegre, cidade situada no extremo sul do Brasil, foi fundada oficialmente em 26 de março de 1772. No entanto, o primeiro mapa da cidade data de 1833, numa conjuntura histórica que irá definir a importância da cidade no jogo político nacional. Costuma-se afirmar que a cartografia das cidades surge para responder à necessidade de delimitar, conhecer e governar o território urbano. Os primeiros mapas de Porto Alegre, objeto de análise desse estudo, mostram que eles foram capazes de responder a essa necessidade de uma forma bastante diversificada, tornando visíveis, tanto nos seus traçados quanto nas técnicas adotadas, os diferentes momentos históricos que eles registram e precedem.

5.1 – OS MAPAS DE PROPRIEDADE DO SOLO (1772-1825)

Os primeiros traçados e plantas da cidade (1772-1825) visavam especificamente à demarcação de lotes, quadras e o alinhamento urbano. Tinham por objetivo, portanto, estabelecer os limites das propriedades e obedeciam, assim, a interesses bem específicos, ou seja, dos proprietários. Talvez por isso mesmo deles só restem vestígios documentais, tais como ordens de execução, ofícios de encaminhamento de plantas, tudo muito oficial, muito cartorial e claramente com fins de legitimação. Daí serem os cartógrafos, a quem os mapas foram encomendados e ordenados, funcionários do governo (oficiais do exército, superintendentes). No entanto, as provas materiais – os mapas e plantas propriamente ditos – sumiram, desapareceram ou, na melhor das hipóteses, se perderam nos arquivos e cartórios. Justamente esses mapas e não outros, mais imperfeitos e perigosos, como o que

Zambeccari desenhou em 1833, às vésperas da Revolução Farroupilha. Como é possível, então, que esses mapas, cuja existência foi tão bem levantada pelos historiadores, tenham simplesmente desaparecido, a ponto de se supor, inclusive, que eles poderiam não ter existido de fato? Penso que a discussão sobre a sua existência ou não existência nos leva a um grande impasse. Talvez fosse interessante, então, mudar o foco da questão e se perguntar como esses mapas desapareceram, o que os teria feito sumir: conflito de interesses? Lutas entre proprietários pelo direito ao solo? Novas orientações governamentais? Em suma, haveria ainda muito a pesquisar a partir desse estudo que fiz dos mapas de Porto Alegre, de sua fundação até o final do Império. Penso que uma das contribuições possíveis da minha pesquisa é precisamente o exercício de uma nova perspectiva de estudo e a abertura para os problemas que a temática cartográfica coloca na atualidade.

I - O traçado inicial de Porto Alegre feito em 1772, pelo Capitão Alexandre José Montanha²³¹, na região desapropriada da Sesmaria de Santana (pertencente inicialmente a Jerônimo de Ornelas)²³², nunca foi encontrado. Consta que, em 1940, o historiador Tupi Caldas elaborou um esboço do que teria sido esse traçado (Fig.81). Conforme Neves & Martins²³³, esse esboço seria, na verdade, de Paranhos Antunes, sendo que o engano teria sido propiciado por Macedo²³⁴, ao confundir dois artigos publicados nos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, de 1940. O referido esboço encontra-se no final do artigo de Paranhos Antunes (*Porto Alegre no século XVIII*, p. 1069) e não no artigo de Jaci Antônio Louzada Tupi Caldas (*Porto Alegre: Síntese histórica – De estância à capital*, p.1527-1570), publicado nos mesmos Anais.

A prova que se tem dessa primeira demarcação é um documento datado de 12 de julho de 1772, do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Capitão Montanha é convocado para demarcar as meias datas para os casais moradores do Porto

²³¹ Alexandre José Montanha nasceu em Lisboa, Portugal, em 28/03/1730, e morreu em Lisboa em 11/11/1800. Serviu no Brasil de 25/10/1765 a 30/07/1791. Conforme Tavares (1999:117), “foi promovido a capitão de Infantaria em 23 de julho de 1765, com exercício de engenheiro, para servir no Brasil pelo prazo de seis anos. Destacado para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, lá permaneceu durante 15 anos”. Por volta de 1780, teria se retirado para o Rio de Janeiro, ficando no Brasil até 1791. (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p.944.)

²³² Antes de ser desapropriada, ela foi vendida para Inácio Francisco de Melo.

²³³ NEVES, Gervásio R. & MARTINS, Liana Bach. Duas questões de geografia histórica da cidade de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 86, n. 141, 2006-2007. p. 85.

²³⁴ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p.27.

de São Francisco, e no qual também lhe é demandado que deixe suficiente terreno para a nova freguesia²³⁵.



Fig. 81 – Esboço de Paranhos Antunes (1940)

Além desse traçado, foram-lhe encomendadas várias outras plantas, tais como:

1) PLANO DO TERRENO QUE MOSTRA A DEVIZÃO DAS DATTAS DOS CASAIS QUE FORMÃO A VILLA DO SR. SÃO JOZÉ DE TIBIQUARY; feita por ordem do Snr. Corel. Govor. deste Continente do Rio Grande de São Pedro Jozé Marcelino de Figueiredo, e por mim Capitão de Infantaria com exercício de Engenheiro abaixo asignado, que o executei, e desenhei em o Quartel de Viamão a 15 de Abril de 1771. O Cap.m Engen.ro Alexandre José Montanha. Mss., colorido, 0,417m x 0,320m



Fig. 82 – Plano do terreno ... da Villa do Sr. São Jozé de Tibiquary

2) PLANO DE DEVIZÃO DAS DATTAS DOS PRIM"" VINTE CAZAES QUE FORMÃO A POVOAÇÃO DE STO. AMARO, feita por ordem do Snr. Corel. Govor. deste Continte. do Rio

²³⁵ OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e a sua formação*. 2; Ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

Grde. Jozé Marcelino de Figdo. e por mim executado, e ellevado em o Qtel. de Viamão a 15 de Abril de 1771.

Entre 1771 e 1772, o Capitão Montanha demarcou e fez a divisão das datas de três cidades no Rio Grande do Sul: Taquari, Santo Amaro e Porto Alegre.

A ordem dada pelo Governador José Marcelino de Figueiredo ao Capitão Montanha para executar o Plano de Taquari foi a seguinte:

“Ordeno ao capitão engenheiro Alexandre José Montanha passe aos campos de Tebiquary que se acham determinados para acomodação dos casais e ali messa e reparta e entregue quatro legoas e meia de terra repartidas em quartos em forma das ordens de Sua Magestade a cada um dos sessenta casais que ali se acham passando-lhes certidões para requererem seu Titulo justo, deixando meia legoa, para o logradouro da Povoação cujas datas andeser as mais imediatas da Povoação, tudo na mesma forma que de ordem minha praticou o dito capitão na povoação que mandei formar Villa Real de Santanna e me dará parte do que ocorrer e o aver assim executado, e se denominará a dita povoação São José de Tebiquary, Viamão 25 de setembro de 1770 – Osório – etc.”²³⁶.

Já a ordem que lhe foi dada pelo governador substituto Antonio da Veiga Andrade, em relação a Porto Alegre, foi expedida nos seguintes termos:

“O Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, Alexandre José Montanha, passe sem perda de tempo, ao Porto dos Casais e hoje de São Francisco e, nas terras da Estância de Inácio Francisco, faça a divisao de sessenta meias datas para outro igual numero de casais, os quais já se acham moradores do dito Porto de São Francisco, sendo a meia data que compreender as casas da Estância com seu pomar, para Passais do Vigário da Freguesia, tendo-se também atenção aos Marinheiros que se tem empregado no serviço de Sua Majestade para serem acomodados, deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila, e lhe nomeio para seu ajudante o Cabo de Esquadra dos Escolhidos Ventura de Carvalho e Souza, e que o dito Capitão executara por ser ordem do Ilmo. E Excelentíssimo Senhor Marques e Vice Rei do Estado sobre esta Matéria. Viamão, 12 de Julho de 1772”²³⁷.

p.51.

²³⁶ BALEM, Mons. Dr. João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1952. p.35. Conforme o autor, esta ordem pode ser encontrada no Arquivo Público de Porto Alegre no Livro 3 de Registros e Provisões (1765-1774), à pagina 232.

²³⁷ OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre a cidade e a sua formação*. 2 ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993. p.50.

Barreto²³⁸ afirma, na biografia do Capitão Alexandre José Montanha, que em 1772 este teria traçado o “primeiro mapa de Porto Alegre, hoje considerado perdido, que deveria ter tido um título semelhante, em virtude da ordem que passou em Viamão, a 12-7-1772, o governador interino do Rio Grande do Sul, Antonio da Veiga Andrade, ao capitão Alexandre José Montanha”. Barreto supõe que o título do mapa deveria ser “um trecho do que está determinado na dita ordem”. Para ele, o fato de haver ordens semelhantes para a execução das plantas de Taquari e Santo Amaro, indica que o nome do mapa da cidade de Porto Alegre seria também semelhante aos dados às plantas dessas cidades: “Plano da devizão de sessenta meias dattas nas terras da Estancia de Inacio Francisco para os Cazais que já se axão moradores no Porto de São Francisco”.

Ainda segundo Barreto, os originais dessas duas plantas teriam estado guardados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em cuja mapoteca não mais se encontra. O plano de Tibiquary, ou seja, de Taquari foi reproduzido pelo Monsenhor João Maria Balem no livro ‘A Paróquia de S. José de Taquari’, impresso em Porto Alegre, na Tipografia do Centro por volta de 1952 (fig. 82).

Segundo Weimer²³⁹,

“sabemos que Montanha foi encarregado de fazer o acompanhamento do assentamento da vila de Santo Amaro. Em razão disso, fez o traçado do plano urbano daquela vila. Trata-se, neste caso, de um plano plenamente de acordo com o que se chamava então de *mestres clássicos*, isto é, de um traçado de ruas ortogonais que se espraiam por sobre um terreno levemente inclinado”.

Havendo, então, ordens semelhantes e existindo concretamente os planos de Taquari e Santo Amaro, acredita-se que não há dúvida de que Montanha tenha executado de fato o traçado de Porto Alegre, em 1772, ainda que a prova material tenha se perdido ou sido destruída. Afinal, por que razão Montanha não teria executado a ordem de fazer o traçado de Porto Alegre? Para Weimer, no entanto, o autor de um plano “acadêmico” – referindo-se ao plano de Santo Amaro – não poderia ser o autor de um “projeto de cunho tão popular”, como o traçado de Porto Alegre. Neves & Martins vão ainda mais longe: “O chamado mapa do capitão Montanha é invenção cuja crítica nunca foi seriamente realizada nos últimos 60 anos”.

²³⁸ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p.945.

²³⁹ WEIMER, Günter. *A origem do Traçado de Porto Alegre*. [S.l.]: Ache Tudo e Região, 1999. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/RS/porto_alegre/A_origem_do_tra%C3%A7ado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

O que se pode afirmar de concreto é que essa planta não existe fisicamente, se é que alguma vez existiu. A não ser pela ordem de 12 de julho de 1772, nada mais se sabe sobre ela.

II - De acordo com Barreto²⁴⁰, “o primeiro plano de Porto Alegre de que temos notícia concreta, apesar de não o havermos encontrado, é a “Planta da Villa de Porto Alegre pelo brigadeiro Roscio”²⁴¹, anterior a 1805, ano da morte do autor naquela mesma capital”.

Nos doze anos passados no Brasil (1767-1779), Francisco João Roscio conheceu bastante bem o território brasileiro e, em particular, o do Rio Grande do Sul. Em função desse conhecimento, é convidado a retornar, em 1781, como Comissário das demarcações do Sul e, já como tenente coronel, para a província de São Pedro em 1782. Devido aos seus serviços na Comissão de Demarcação, foi promovido a Coronel logo a seguir. Em 1801, com o falecimento do Governador do Estado de S. Pedro do Sul, o tenente general Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, foi nomeado governador interino, permanecendo no cargo até 1803. Executou diversos trabalhos cartográficos referentes principalmente ao Rio Grande do Sul, e é de sua autoria uma Planta da Cidade do Rio de Janeiro de 1769. (fig. 83)



Fig. 83 – Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1769

²⁴⁰ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p.315.

²⁴¹ Francisco João Roscio nasceu na Ilha da Madeira, Portugal, por volta de 1740. Faleceu em Porto Alegre em 10/10/1805. Formou-se na Academia Militar de Lisboa e, com a conclusão de seus estudos, foi nomeado ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro em 23/07/1762. Trabalhou durante algum tempo no interior de Portugal, nomeadamente Elvas e Almeida, onde passou a trabalhar com o Coronel Jacques Funk. Tendo sido nomeado para comandar uma nova comissão de engenheiros no Brasil, Funk escolheu Roscio para acompanhá-lo, sendo por este motivo promovido a Capitão, em 1767. Ficou no Brasil até junho de 1779, quando obteve licença para voltar a Portugal.

Em relação à “Planta da Villa de Porto Alegre pelo Brigadeiro Roscio”, referida por Barreto num outro verbete que não o dedicado a Francisco João Roscio, nenhuma outra referência foi encontrada no material pesquisado. As provas de sua existência são, portanto, ainda mais escassas que as referentes à planta do capitão Montanha.

III - Logo após a independência do Brasil em 1822, uma carta Imperial datada de 14 de novembro do mesmo ano, eleva Porto Alegre à categoria de cidade. Em 1825, tem-se notícia de uma planta topográfica para o ordenamento de sua ocupação feita por José Pedro César (fig.84). Segundo Macedo²⁴², “a planta foi entregue à câmara em 29 de outubro de 1825 para controlar a ocupação dos terrenos de marinha e para fornecer os alinhamentos”. Dessa planta também não se conhece o original.

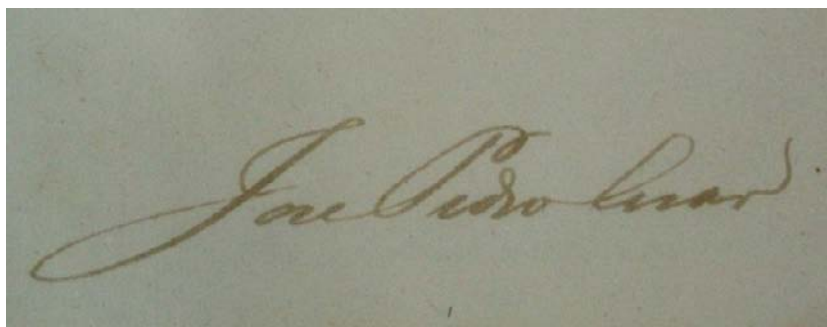


Fig. 84 – Assinatura de José Pedro César

José Pedro César²⁴³, que teria sido o seu autor, nasceu em Leiria, Portugal, por volta de 1780, e faleceu em Porto Alegre em 27/04/1831. Veio para o Brasil antes de 1803, para a Capitania de S. José do Piauí. Estudou a geologia dessa capitania e “dedicou-se depois a serviços cartográficos, fazendo levantamentos e copiando uma coleção de mapas geográficos de quase todo o país”. Esteve um período no Rio de Janeiro e depois foi designado para o serviço público na Capitania de S. Pedro, onde em 1816 foi encarregado do balizamento dos canais interiores da Lagoa dos Patos e da sua respectiva planta. Em 1817, foi nomeado administrador geral dos Correios entre S. Pedro do Rio Grande e S. Paulo. A partir daí, elaborou vários mapas na capitania, entre eles um Plano da Ilha Pintada (1821) e vários outros endereçados ao governador João Carlos de Saldanha, com pareceres referentes a questões de servidões e ressarcimento de expropriação. Um “Mappa da Província de San Pedro” por José Pedro Cesar, baseado em uma carta manuscrita levantada sob a direção do Ilmo. Sr. Visconde de São Leopoldo, foi publicado em 1839 por

²⁴² MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p.51.

²⁴³ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 310.

Th. Duvotenay (geógrafo), com gravação de Alexis Orgiazzi, em Paris, acompanhando os Annaes da Província de S. Pedro. Tal mapa foi objeto de uma polêmica levantada por Tito Lívio Zambecari, que afirmava ser este uma cópia da sua carta.

Da cartografia de José Pedro César, importa destacar, aqui, os mapas referentes à Província de S. Pedro:

1816 – CONTINUAÇÃO DO MAPA DA ESTRADA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO, PARA A CAPITANIA DO RIO GRANDE DE S. PEDRO, TÉ À VILA DE PORTO ALEGRE. Offerecido ao Ilmo. e Exmo Senhor Conde da Barca, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos. Por José Pedro Cezar. 0,444m x 1,439m.

1817 – DA BARRA DO RIO GRANDE DE S. PEDRO ATÉ PORTO ALEGRE / Offerecido ao Il.mo e Ex.mo. Sñr d'Alegre Governador e Cap. da Provincia por Joze e Pedro Sezar anno 1817. 55 x 188cm. Fundação Biblioteca Nacional.

1821 - (PLANO DA ILHA DA PINTADA, por José Pedro Cezar, Porto Alegre, 1821). Mss., a nanquim. Arquivo Histórico do Estado RGS, 190, 201, 6, anexo ao ofício de 10-11-1821, de José Pedro César, ao governador João de Saldanha, sobre medição por ele efetuada em terras da “Ilha do Passo do Arroio da Pintada”.

1839 – MAPPA DA PROVINCIA DE SAN PEDRO: reduzido segundo uma carta manuscripta / levantada debaxo da direção do Ill.mo. e Ex.mo. Sñr. Visconde de S Leopoldo, por Joze Pedro Cesar, Cor.el. de Milicias; por Th. Duvotenay Geogr.fo. 52 x 66cm. Publicação: Paris [França]: Depôt General de la Guerra, 1839. Fundação Biblioteca Nacional & Arquivo Histórico do Exército. (fig.85)



Fig. 85 – Mappa da Província de San Pedro, 1839

Em 08 de julho de 1825 José Pedro César dirige à Câmara o seguinte ofício em resposta à solicitação de uma planta de Porto Alegre:

Fui entregue do ofício que Vas. Sas. se servirão dirigir-me em 06 do corrente, e em resposta ao mesmo, cumpre dizer a Vas. Sas. que já vou passar a limpo o esboço que tenho do Plano desta cidade, por mim levantado no anno de 1820, devendo mostrar agora alguma diferença, por se terem erigido neste período bastantes propriedades, em não me achar autorizado para as examinar: logo porém que o tenha concluído, farei com que seja apresentado a Vas. Sas.²⁴⁴.

O cartógrafo propõe-se, portanto, a fazer uma atualização de um Plano da cidade levantado anteriormente, em 1820. E é este novo mapa que, em ofício datado de 12 de agosto de 1825, ele se compromete a entregar:

Remeto a Vas. Sas. o Plano desta Cidade que por ordem do Ex. Govor. desta Província Conde da Figueira levantei no anno de 1820: ele não poderá servir mais do que para esclarecimento das dimensões das ruas e quadras pois que para aclarar as infinitas questões que diariamente se necessitam sobre a divisão de fundos dos terrenos seria preciso fazer-se em ponto maior, o que se pode remediar formando-se um caderno com todas as quadras em ponto grande enumerando-as: eu poderia fazer se Vas. Sas. julgarem necessário. Já disse a Vas. Sas. que no decurso de 5 annos que tem decorrido depois que este Plano foi levantado, se tem edificado grande numero de moradas de casas, as quais para melhor clareza se podem medir e descrever no mesmo. Estimarei que com este pequeno trabalho se poupe a Vas. Sas. mendigarem informações que muitas vezes só servem de [...] ²⁴⁵ os negócios. Porto Alegre 12 de agosto de 1825. José Pedro César. ²⁴⁶

Em 13 de agosto, a Câmara registra que “recebe-se officio do Coronel José Pedro César com a remessa do Plano desta Cidade, ao qual se resolve responder na vereação seguinte”²⁴⁷. Quatro dias depois, em 17 de agosto, “officiou-se ao Coronel José Pedro César em resposta ao officio que ele dirigiu a esta Câmara com a remessa do Plano da Cidade por ele levantado e offerecido para esclarecimento desta mesma Câmara”²⁴⁸.

²⁴⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 08/07/1825.

²⁴⁵ [...] – Ilegível.

²⁴⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 08/07/1825.

²⁴⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 13/08/1825, Folha 9 frente.

²⁴⁸ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 17/08/1825, Folha 9 verso.

Em 14 de setembro de 1825, novamente José Pedro César comunica à Câmara o envio de novos desenhos:

Remeto a Vas. Sas. as quadras que formam todas as ruas desta Cidade, em ponto grande, conforme lembrei a Vas. Sas. no meu ofício de 12 do mês pretérito. Envio igualmente a Vas. Sas. o Plano das Praças do Peixe, e Paraíso que em tempo do Exmo Govor. Conde de Rio Pardo se projetou fazer por julgar que Vas. Sas. não terão, e que pode acontecer venha a servir para o futuro. Estimarei que Vas. Sas. aprovelem este meu trabalho e que apesar do meu diminuto préstimo, não me poupem, sempre que o julgarem a bem do público²⁴⁹.

Trata-se do desenho das quadras em escala maior, para dirimir as questões da definição de lotes nas quadras, que ele havia se proposto fazer quando da entrega do Plano da Cidade. Um destes desenhos consta entre os documentos do Arquivo Histórico Moysés Vellinho, justamente o referente às quadras junto à Praça da Matriz (fig.86).

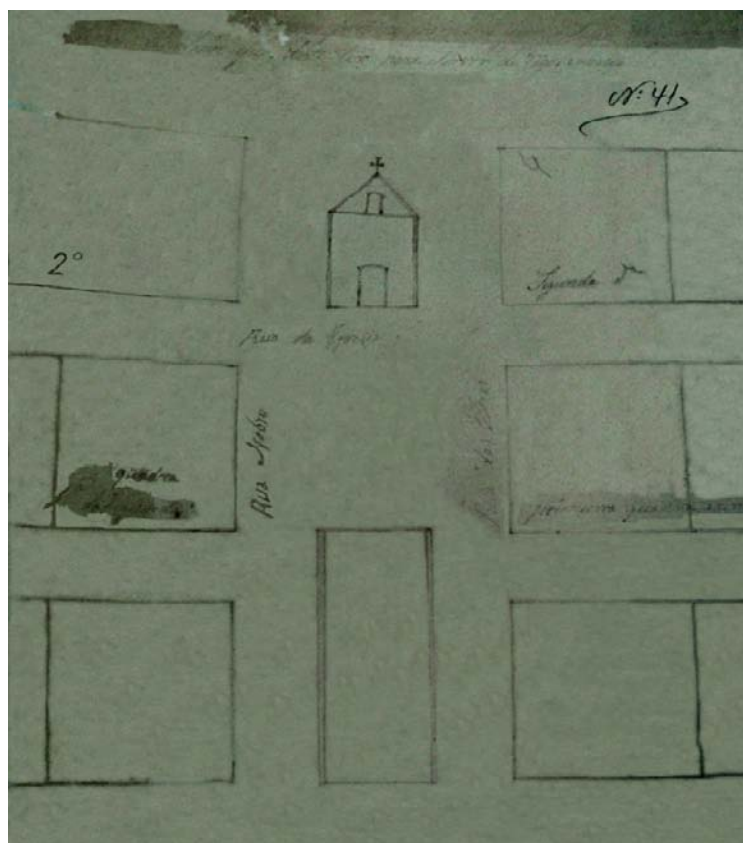


Fig. 86 – Desenho de quadras de José Pedro César, 1825

²⁴⁹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 08/07/1825

Nessa mesma data (14/09/1825), a Câmara acusa o recebimento e anota que “recebeu-se officio do Coronel José Pedro César com data de hoje, e remessa das quadras que formão todas as ruas desta cidade e hum plano da Praça Paraizo”²⁵⁰.

Na sessão da Câmara de 26 de outubro de 1825, Francisco de Paula e Souza apresenta o mapa da Cidade, fazendo com que de imediato a Câmara se dirija ao Presidente da Província “exigindo a aprovação do mesmo Exmo. Presidente ao dito Mappa pela necessidade que delle tem para se poder regolar”²⁵¹. Contudo, em 29 de outubro de 1825, o Presidente da Província José Feliciano Fernandes Pinheiro se exime da aprovação ao declarar o seguinte: “Devolvo a referida planta guardando-me de interpor juizo em matéria que não he de minha profissão e inteligência”²⁵². Na ata da sessão da Câmara de 05 de novembro, os vereadores registraram o recebimento da resposta do Presidente da Província²⁵³.

Em seguida, a 12 de novembro de 1825, enviam Representação “a sua Majestade Imperial, pedindo a aprovação da Planta da Cidade, que offereceo a esta Câmara o Coronel José Pedro César pelos motivos que exarou na mesma representação”²⁵⁴ (não fica claro por este texto se a Planta foi enviada junto ou não). E, no dia 16 de novembro, os vereadores resolvem dirigir “ao Coronel José Pedro César officio de agradecimento pela offerta da Planta desta cidade”²⁵⁵.

Apesar da existência desse conjunto de documentos que referenciam explicitamente a Planta de José Pedro Cesar, Barreto contesta, em sua análise dos registros da Câmara Municipal de Porto Alegre, que ela tenha de fato existido:

“Com base num registro constante da ata de 14-9-1825, da Câmara Municipal de Porto Alegre, o ‘Boletim Municipal’, Porto Alegre, jan. a abril de 1940, vol. III. ano II. N° 4, pg. 88, declara que a primeira planta da capital data daquele ano foi feita por José Pedro César: ‘Recebeu-se officio do Coronel José Pedro César com data de hoje e remessa das quadras que formam todas as ruas desta cidade e um plano da Praça do Paraíso’. No mesmo número (pg. 151) o ‘Boletim Municipal’ pede ‘com especial

²⁵⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 14/09/1825, Folha 13 verso.

²⁵¹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 26/10/1825, Folha 20 frente.

²⁵² PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1824 a 1826. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 29/10/1825.

²⁵³ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 05/11/1825, Folha 21 frente.

²⁵⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 12/11/1825, Folha 23 frente.

²⁵⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 16/11/1825, Folha 24 frente.

empenho, cópia de uma planta feita em 1825 pelo coronel José Pedro César'. Não se infere, porém, do texto transcrito, que tenha existido essa planta, pois é provável que as 'quadras remetidas' não o tenham sido sob essa forma, senão descritivamente apenas. Tanto mais que ali mesmo, ao referir-se a documento iconográfico, a ata consigna '... e um plano da Praça do Paraíso', afastando, portanto, a interpretação de que as 'quadras' estivessem representadas em plano ou planos".

De fato, a conclusão de Barreto se baseia na análise de arquivos que realmente não dizem respeito à Planta da Cidade e, sim, a outros desenhos que o Coronel José Pedro César forneceu à Câmara. Além disso, os documentos pesquisados dão conta da sua existência. E como um dos últimos registros da época se refere a um pedido de aprovação da Planta por parte de Sua Majestade Imperial, no Rio de Janeiro, pode-se pensar que a planta talvez tivesse ficado por lá. Mas outros registros sobre essa planta, datados de 1872, podem provar que a planta feita pelo Coronel José Pedro César estava na Província pelo menos até este ano.

Em 23 de outubro de 1872, o então Presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Júnior, comunica à Câmara que mandou

“o Engenheiro Director Geral das Obras Públicas tirar cópia da planta pertencente à Câmara Municipal (...) organizada em 1820 pelo Coronel de Engenheiros José Pedro César”²⁵⁶. Em 09 de dezembro de 1872, a Câmara se diz “inteirada (...) de haver S. Excia. mandado tirar copia da planta pertencente à mesma Câmara, e organizada em 1820 pelo Coronel de Engenheiros José Pedro César”²⁵⁷.

É inegável que a planta da cidade de Porto Alegre de 1825 encontrava-se nos arquivos da Câmara Municipal ainda em 1872. Sua existência é tão fora de dúvidas que Macedo²⁵⁸, ao se referir a planta de 1838 como “a primeira planta de Porto Alegre que conhecemos”, afirma que a mesma “parece ter sido calcada sobre o original de José Pedro César”.

²⁵⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1871-1872. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 23/10/1872.

²⁵⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 09/12/1872, Folha 05 verso.

²⁵⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p.59.

5.2 – O CARTÓGRAFO REVOLUCIONÁRIO



Fig. 87 – 'Pianta da Cidade de Porto Alegre' de Lívio Zambeccari

Data de 1833 a primeira planta da cidade (Fig.87) existente materialmente. Trata-se de uma planta feita por Livio Zambecari, um revolucionário italiano que veio se incorporar às tropas farroupilhas²⁵⁹ que lutavam contra o Império. Ele é considerado também o idealizador da bandeira e do emblema da República Rio-Grandense, proclamada pelos revoltosos durante o conflito.

Livio Zambecari nasceu em Bologna, na Itália em 1802²⁶⁰ e faleceu também em Bologna no ano de 1862. Seus pais foram o Conde Francesco Zambecari (1752-1812) e Diamante Negrini. Era o filho do meio, sua irmã mais velha se chamava Carlotta e a mais nova Angiola. Ele nunca se casou e nem teve filhos. Seu pai foi oficial da marinha da Espanha e morreu quando ele tinha 10 anos. O Conde Francesco “teve uma vida decididamente aventureira e singular: no ano de 1784 realizou o seu primeiro vôo em balão aerostático, entrando dessa forma, por direito, na história do vôo humano²⁶¹”. Segundo a *Science and Society Library* ele “conduziu seu primeiro experimento bem sucedido com balões na Inglaterra, em 04 de novembro de 1783, lançando um pequeno balão de hidrogênio sobre Highgate em Londres. A *Science and Society Library* tem um pôster que anuncia a exibição, no Lyceum, do balão em que F. Zambecari e Edward Vernon subiram em 23 de Março de 1785 e voaram por uma hora da Tottenham Court Road até Horsham em Sussex.”²⁶² Na sua volta a Bologna, ao continuar seus experimentos com balões, teve um acidente fatal no dia 21 de setembro de 1812. Lívio Zambecari sofreu forte influência de seu pai, que também foi um estudioso no campo das ciências físicas e naturais.

Segundo Gavelli, “seus estudos entre 1813 e 1818 foram no Collegio di San Luigi onde ficou como aluno interno”²⁶³. O Collegio di San Luigi, que existe ainda hoje, teve a primeira biblioteca pública de Bologna graças à doação de livros feita em 1752 pelo Monsenhor Francesco Zambecari, provavelmente um parente de Lívio Zambecari.

²⁵⁹ A regência que sucedeu a abdicação de D. Pedro I, em 1831, não atendia aos anseios dos rio-grandenses. A insatisfação fez eclodir a Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1835, quando Onofre Pires e Gomes Jardim invadiram a cidade pela Ponte D’Azenha e, liderados por Bento Gonçalves, depuseram o Presidente da Província Fernandes Braga, empossando no cargo o Vice-Presidente Marciano Ribeiro. Os revolucionários, dos quais fazia parte Livio Zambecari, mantiveram a posse da Capital até 15 de junho de 1837, quando ela foi retomada.

²⁶⁰ Os dados biográficos de Zambecari foram coletados de: GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambecari: l’eredità di una vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, p. 105-128, 2001.; BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1446-1448.

²⁶¹ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambecari: l’eredità di una vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 105 (nota)

²⁶² SCIENCE AND SOCIETY. Picture Library. London, 2008. Disponível em: <<http://www.scienceandsociety.co.uk/results.asp?image=10411203&wwwflag=2&imagepos=4>>. Acesso em: 31 out. 2008.

²⁶³ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambecari: l’eredità di una vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 107.

Tendo ficado órfão também da mãe em 1818, “sob a tutela de parentes, escolhe continuar sua formação freqüentando, primeiramente, o curso de filosofia e depois o de direito, propedêutico da carreira diplomática, obtendo o diploma com boas notas na Facoltà Legale Regia da Università Pontificia di Bologna, em 1821. Nesse ano, ele supera um primeiro grau em seus estudos, mas no ano seguinte não se apresenta para o diploma de Láurea”²⁶⁴. Essa questão dos estudos de Zambeccari é interessante, pois, supostamente, tendo sido estudante de filosofia e de direito, a pergunta que se pode fazer é onde e como ele adquiriu seus conhecimentos de cartografia e botânica, expressos nos trabalhos que realizou. Padoin²⁶⁵ afirma que, no período em que Zambeccari esteve na França, ocupou-se do estudo das ciências naturais, em especial a mineralogia. Em seu relato sobre a casa onde Zambeccari morou em Porto Alegre, Coruja²⁶⁶ assinala que o Conde teria possivelmente conhecimentos de taxidermia, pois havia vários tipos de bichos mortos em sua casa.

Lívio Zambeccari não se apresentou para o diploma de Láurea porque teve de fugir de Bologna logo após os motins napolitanos de 1821, nos quais esteve envolvido. Neste mesmo ano, iniciou uma longa viagem partindo da Toscana, e tendo passado pela Espanha, França e Inglaterra, acabou por aportar na América do Sul. Padoin mostra bem que essa trajetória do Conde tem a ver com a sua verve revolucionária. Por volta de 1820,

“ocorreu o movimento de Riego, em Cádiz, provocando revoltas em diversas regiões italianas. Bolonha pertencia aos estados Pontifícios e vivenciava um movimento de caráter conspiratório, porém, mais ameno que em outras regiões. Nessa época, Zambeccari, recém filiado à carbonária, é enviado ao reino de Nápoles. Com a derrota desse movimento em Piemonte, e a perseguição a todos os participantes, inclusive com penas que previam a morte, Zambeccari foge para a Espanha, local que ainda permanecia sublevado, com carta de recomendação da Carbonária”²⁶⁷.

Em 1826, tem-se notícias de que estaria em Montevideú. Chega nesta cidade com uma carta de apresentação para Oribe, que o encaminha para Juan Lavalleja – militar e político uruguaio que liderou os Trinta e Três Orientais. Passa por Buenos Aires, antes de chegar ao Rio Grande do Sul²⁶⁸.

²⁶⁴ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambeccari: L'eredità di una vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna*, v. 46, 2001. p. 107.

²⁶⁵ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna*, v. 46, 2001. p. 32.

²⁶⁶ CORUJA apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna*, v. 46, 2001. p. 11.

²⁶⁷ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna*, v. 46, 2001. p. 32.

²⁶⁸ Conforme PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna*, v. 46, 2001. p. 32.

Gavelli diz que Zambeccari teria vindo de Buenos Aires para o Rio Grande do Sul em 1831 - “nesse meio tempo, está no auge a luta entre os insurgentes de Manuel Rosas, controverso chefe rebelde, e o governo central, entre federalistas e unitários. Zambeccari, sempre fiel aos seus princípios de liberdade, abandona o novo ditador Rosas, deixa a Argentina, e por volta de 1831 parte para o Brasil.”²⁶⁹. Segundo Sandra Pesavento²⁷⁰, que se baseia em dados de A. A. Coruja, Zambeccari teria chegado a Porto Alegre “mais ou menos no ano de 1832”.

Padoin²⁷¹, por sua vez afirma que:

“Lívio Zambeccari, por ocasião da posse de Rosas (1829), no poder da Província de Buenos Aires, partiu para o Rio Grande do Sul, onde foi recebido por Bento Gonçalves da Silva, amigo de Juan Lavalleja. Porém, continuou mantendo contato através de viagens constantes entre o porto de Buenos Aires e o Rio Grande do Sul, que, conforme Ferratti, eram explicadas por seus negócios e estudos na área das ciências naturais. Ficou mais permanentemente no Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre, a partir de 1833”.

Barreto²⁷², no entanto, fornece uma data mais concreta ao dizer que:

O “Noticiador” do Rio Grande, de 20-11-1833 (nº 185), prometeu uma notícia sobre a revolução de Buenos Aires, obtida através dos passageiros vindos no «Novo Herval», saído daquela capital a 29-10-1833, e de alguns jornais ofertados e “mais que tudo, do excelente relatório a respeito que nos confiou o naturalista Sr. Livio Zambeccari, vindo na mesma embarcação». Esta havia aportado ao Rio Grande a 15-11-1833, sendo esta, pois, a data do primeiro contato do conde italiano com a terra rio-grandense.

O ano de 1833, como o da chegada de Zambeccari, é reforçado pelo relato de Luigi Nascimbene, que se encontrava então em Porto Alegre, transcrito em Barreto²⁷³:

“Por volta desta época (1833) que o negociante Francesco Modesto Franco (que é um dos nomes citados na planta de Porto Alegre) chegava de Buenos Aires em Porto Alegre conduzindo em sua companhia no barco o

²⁶⁹ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambeccari: L'eredità di uma vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 110.

²⁷⁰ PESAVENTO, S. Jatahy. Gli occhi del viaggiatori. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 11.

²⁷¹ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 33.

²⁷² BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447.

²⁷³ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447.

Conde Livio de Zambeccari, jovem com amor quente pela pátria, erudito, jovial e amante de novidades. Encontrava-se também então em Porto Alegre um número considerável de emigrantes do Uruguai, dos quais o general Lavalleja comandava. Estes se tornaram rapidamente amigos do Conte Zambeccari, o qual com seu modo franco de responder e pouco reservado, nos motes rápido e nas brigas intrépido, fazia-se reconhecer por pessoa de capacidade, e vontade plena; e era por isso com prazer que marchavam unidos com um objetivo prefixado”.

Luigi Nascimbene (1801-1873) teve uma trajetória em alguns aspectos similar a de Lívio Zambeccari. Nascido em Pinerolo, província de Voghera na Itália, formou-se em engenharia na Universidade de Pavia tendo entremeadado os estudos com o exército, lutando contra os austríacos. Entre 1825 e 1826 estudou arquitetura em Milão, em 1828 estava em Paris e Londres, transferindo-se em 1829 para Buenos Aires. Nesta época, Zambeccari também estaria na Argentina. Nascimbene ficou na região do Prata até 1854, e se tem notícias que esteve no Rio Grande do Sul mais de uma vez. Segundo Barreto, Nascimbene era ligado à Maçonaria²⁷⁴. Padoin descreve Luigi Nascimbene, assim como outros italianos, “como comerciantes de gado e de seus derivados junto aos rio-grandenses e uruguaios para os portos de Montevideu e Rio de Janeiro”. Em relação ao período da Revolução Farroupilha, afirma que os rebanhos de gado eram trocados por suprimentos de guerra²⁷⁵. Para Barreto, isso fazia parte provavelmente do empréstimo feito pela representação da Maçonaria aos farroupilhas através de seu representante na América do Sul, Luigi Nascimbene²⁷⁶. É ele quem descreve a chegada de Zambeccari junto com Modesto Franco a Porto Alegre. E é ele também que faz o relato do encontro de Zambeccari com Bento Gonçalves, tal como conta Barreto:

“Nascimbene relata como se conheceram Bento Gonçalves e Zambeccari, por iniciativa daquele junto ao amigo comum Modesto Franco; a simpatia recíproca que se votaram; e como, ‘após uma partida de campo além do rio’, bem se poderia dizer que ‘foram dois e voltaram somente um’. E, como consequência, isto se pode dizer, foi o primeiro passo para um futuro diferente: a união destes dois foi o verdadeiro princípio de um plano de operações, porque o Gonçalves era como uma matéria que muito árida não podia produzir a fermentação, faltava-lhe apenas aquele certo grau de umidade vivificante que o conde soube salpicar de fecundo orvalho, dando

²⁷⁴ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 977.

²⁷⁵ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Livio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 31.

vida e impulso: então foi por isso que marcharam unidos para um objetivo prefixado”²⁷⁷.

Para Barreto²⁷⁸, “esse depoimento situa Zambeccari como o ‘pensador’ da revolução farroupilha, na primeira fase das operações”. O encontro de Bento Gonçalves com Zambeccari é explicado de outra forma por Padoin. Segundo esta autora, os dois teriam se conhecido graças a Juan Lavalleja e Ruedas, que eram amigos dos dois²⁷⁹.

Quando, como, onde e através de quem Zambeccari conheceu Bento Gonçalves, como se pode ver, é passível de discussão; mas o fato é que Zambeccari passou a fazer parte do grupo que articulou a Revolução Farroupilha, participando ativamente da organização da mesma, “até a derrota de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, onde o italiano era o secretário das forças e de onde ambos, aprisionados, foram transportados para o Rio de Janeiro”²⁸⁰.

Ao serem presos, Bento Gonçalves, Onofre Pires e Zambeccari são levados a Porto Alegre e mantidos a bordo do navio-prisão *Presiganga*. Como bem aponta Pesavento, referindo-se à planta de Porto Alegre desenhada por Zambeccari em 1833, “por ironia, ao longo da costa, aparece o desenho da funesta *Presiganga*, o navio-prisão onde foi encarcerado”²⁸¹. Após algum tempo, os prisioneiros foram transferidos para o Rio de Janeiro. Segundo Gavelli²⁸², ao chegarem à Baía da Guanabara, Bento Gonçalves e Zambeccari são separados, Gonçalves é levado para a fortaleza de Lage e Zambeccari para a de Santa Cruz.

O *Presiganga*, segundo Pesavento, “era um velho navio ancorado ao longo do porto da capital rio-grandense que servia de prisão flutuante. E, nos duros tempos da Revolução Farroupilha, guerra que durou 10 anos em que os rebeldes do sul se engajaram contra o

²⁷⁶ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 977.

²⁷⁷ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447.

²⁷⁸ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447.

²⁷⁹ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 33.

²⁸⁰ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447.

²⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 20.

²⁸² GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambeccari: L'eredità di uma vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 111.

Império Brasileiro, entre 1835 e 1845; o *Presiganga* acolhia os revoltosos capturados pelas forças legalistas”²⁸³.

Ainda segundo esta autora, a bordo do *Presiganga* se encontraram, nesse ano de 1836, Bento Gonçalves, Zambecari e Antonio Álvares Pereira Coruja. Unia-os a causa revolucionária. Graças a esse encontro, Coruja nos deixa um relato sobre Zambecari:

“Lívio de Zambecari que depois me constou ser Conde de Zambecari, era homem de corpo (acho) acanhado, magro e parecia ter padecimento interno. Apareceu em Porto Alegre, parecendo ter 35 anos, pelos anos de 1832 mais ou menos, como naturalista, pois na casa em que morava, do lado dos números pares, quase em frente à Rua Nova²⁸⁴, tinha a sua casa cheia de pássaros mortos e cheios e também alguns pequenos quadrúpedes. Apesar de ser muito dado e acessível, não tive com ele maiores relações. Veio a revolução de 1835, e passava por serem dele as proclamações de Bento Gonçalves”²⁸⁵.

Zambecari (fig.88) ganha sua liberdade somente em 02 de dezembro de 1839. Para isso teve que concordar em não mais participar ativamente da Revolução Farroupilha e em deixar imediatamente o Brasil. “O conde bolonhês aceita e embarca no navio postal inglês *La Lira*, chegando a Portsmouth, na Inglaterra, depois de 45 dias de viagem”²⁸⁶.



Fig.88 – Lívio Zambecari



Fig. 89 – “Mode Italienne

²⁸³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 10.

²⁸⁴ Por esta descrição pode-se deduzir que o local de moradia de Zambecari era na Rua General Câmara em frente a Rua Gen. Andrade Neves.

²⁸⁵ CORUJA apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 11.

²⁸⁶ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambecari: L'eredità di una vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 112.

Zambeccari é considerado por vários historiadores como um homem de cultura e um homem das ciências, e suas várias atividades demonstram isso. É sabido que escreveu e traduziu vários artigos, em português, para os jornais da província, tais como “O Continentino”, “O Republicano” e “O Povo”. Diz-se dele que aprendeu rapidamente o português, e isso pode ser explicado por seu conhecimento de várias línguas – consta, por exemplo, do material arquivado sobre ele no Museo Del Risorgimento em Bologna, um impresso com a tradução de uma letra de música do grego moderno para o italiano. Era um homem com um vasto leque de interesses, pois se pode ainda encontrar nos arquivos do Museu um hino²⁸⁷ composto por ele, um desenho de roupas masculinas para a criação de uma “moda italiana” (fig. 89), um quadro de “Prodotti vegetali usati nell’economia e medicina domestica brasiliana - Cinque quadri”, que são estudos sobre a flora brasileira.

Constava desse arquivo, como relatado por Barreto, um desenho de sua autoria da Bandeira Rio-grandense conforme descrição abaixo. Infelizmente este desenho se perdeu: restou a sua imagem colorida no livro de *Res Avita*, de Alfredo Varela.

1836e – Bandiera e Coccarda Riograndense, 1836. Verde e amarello – Brasile, Rosso La republica. (ass.) Livio Zambeccari. Mss., colorida, 0,10m x 0,22m. Reproduzida por Varela (Alfredo), “*Res Avita*”. Lisboa, Tip. Mauricio & Monteiro, 1935, entre as páginas. 254-255. (fig.90)



Fig. 90 – “Bandiera e Coccarda Riograndense”

No que se refere à cartografia, além do mapa de Porto Alegre, de 1833, foi o autor de diversos outros mapas que mostravam os combates do ano de 1836, no período em que acompanhou os revolucionários farroupilhas. Entre estes, Barreto cita os seguintes:

²⁸⁷ Trata-se do “Inno allá Liberta” que ele compõe em Buenos Aires.

1836a – (ARROIO DOS RATOS) — 30 DE MAIO DE 1836 AS 11 DA NOITE. (ass.) L. Zambeccari. Mss., colorida, 0,23m x 0,33m. Este desenho encontra-se no Museo Civico del Risorgimento, Bologna. Foi reproduzida por Varela (Alfredo), “*Res Avita*”, Lisboa, Tip. Mauricio & Monteiro, 1935, entre páginas 312-313 (fig.91).



Fig. 91 – Planta 1836a

1836b – (ARROIO DOS RATOS) — 31 DE MAIO DE 1836. (ass.) L. Zambeccari. Mss., colorida. 0,20m x 0,30m. Idem, como acima. Reproduzida ibidem, p. 328-329 (fig.92).



Fig. 92 – Planta 1836b

1836c – COMBATTIMENTI DEL 6 E 9 7.BRE 1836 E 4 OTTOBRE. (ass.) L. Zambeccari. Mss. colorida, 0,29m x 0,34m. Idem, como acima. Reproduzida ibidem p. 298-299 (fig.93).



Fig. 93 – Planta 1836c

1836d – BATALHA DO RIO PARDO, 30 DE ABRIL (sem assinatura). Mss., colorida. 0,20m x 0,30m. Idem como 1836a. Reproduzida ibidem, p. 252-253 (fig.94).



Fig. 94 – Planta 1836d

Em 1839 um mapa da Província Rio-Grandense é:

(1839) – MAPPA DO RIO GRANDE DO SUL por L. Zambeccari. H. Leonhard fec. Lith. de V.r Larée, Rua do Ouvidor n° 66. Lit.. 0,510m x 0,650m (fig.95).



Fig. 95 – Mappa do Rio Grande do Sul

A produção cartográfica de Zambeccari que se conhece, inclui mais alguns desenhos. Na página 244 de “*Res Avita*”, de A. Varela, há uma listagem dos desenhos e aquarelas de Zambeccari que existem ainda hoje no Museu Del Risorgimento, em Bolonha, além dos já citados por Barreto. Trata-se de desenhos do Rio de Janeiro:

Sem data – ENTRATA DI RIO DE JANEIRO, com la citta di Rio de Janeiro (residenza dell’Imperatore) e Nicteroi, capitale della Província di Rio de Janeiro. (ass.) L. Zambeccari Mss., colorida. 0,10m x 0,20m (fig.96).



Fig. 96- Entrata di Rio de Janeiro

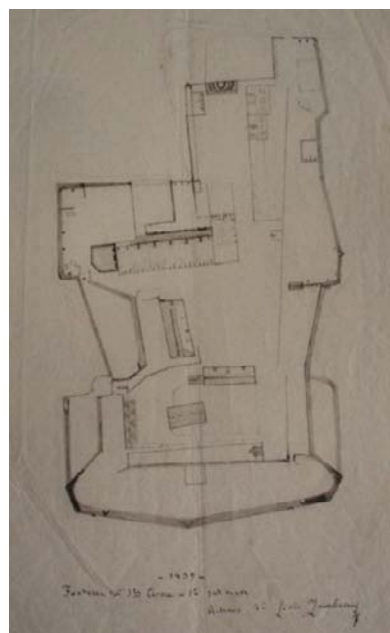


Fig. 97- Fortezza di Sta Croce

1837 – FORTEZZA DI STA CROCE SUL MARE. (ass.) L. Zambeccari. Desenho à lápis, 0,23m x 0,30 (fig.97).

1838a – FORTEZZA DI SAN GIOVANNI. (ass.) Livio Zambecari. Mss., colorida, 0,10m x 0,20m (fig.98).



Fig. 98 – Fortezza di San Giovanni

1839 – FORTALEZA DA LAGE. (ass.) Livio Zambecari. Mss., colorida, 0,20m x 0,28m (fig.99).

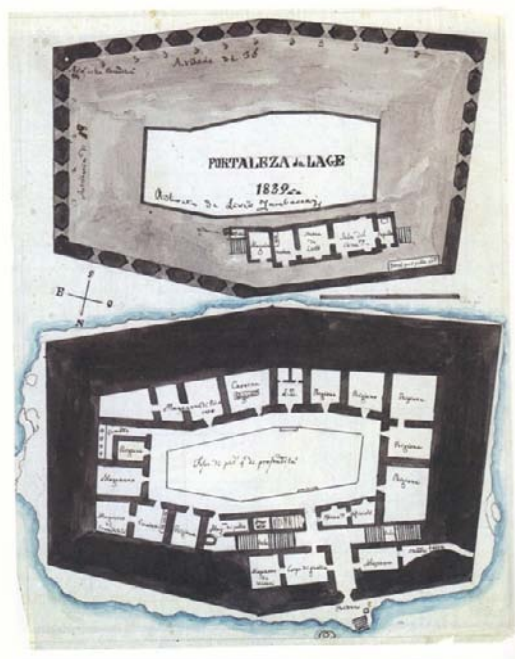


Fig. 99 – Fortaleza da Lage

Sem data – RIO DE JANEIRO. (ass.) Livio Zambecari. Mss., desenho a bico de pena, 0,20m x 0,38m (fig.100).



Fig. 100 – Rio de Janeiro

Um desses desenhos que faz parte da listagem de Varela, mas que não é mais encontrado no Museo Del Risorgimento, é o de:

1838b – FORTEZZA DI STA CROCE ALL'ENTRATA DI RIO DE JANEIRO.

As atividades cartográficas de Zambeccari são praticadas ao longo de toda a sua permanência no Brasil. É interessante observar, aliás, que o que restou de sua produção cartográfica diz respeito somente ao Brasil. Não foi encontrada nem menção de mapas de outros lugares. Padoin afirma que, “entre suas atividades, Zambeccari participou de medições de terras realizadas na colônia alemã de São Leopoldo, tornando-se amigo de Hermann von Salish, que muito auxiliou os farroupilhas na Revolução”²⁸⁸.

Pode-se dizer que entre os mapas elaborados por ele, o mais “técnico”, e o único que foi impresso, não sendo portanto manuscrito, é o Mappa da Província do Rio Grande do Sul e/ou Mappa do Rio Grande do Sul. Barreto²⁸⁹ salienta que “é uma carta cuidadosamente elaborada, refletindo magníficos conhecimentos cartográficos do autor”. Segundo Gavelli²⁹⁰, Padoin²⁹¹ e Pesavento²⁹², este mapa foi elaborado durante o período em que esteve preso no Rio de Janeiro, baseado em suas andanças pelo Rio Grande do Sul e em mapas anteriores, e teve mais de uma edição. O que é encontrado no Museo Del Risorgimento e na

²⁸⁸ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 34.

²⁸⁹ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1448.

²⁹⁰ GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambeccari: L'eredità di uma vita avventurosa. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 112.

²⁹¹ PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella storia Del Rio Grande do Sul e Del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 36.

²⁹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 16.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem como título “Mappa do Rio Grande do Sul”; já o que é encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é intitulado “Mappa da Província do Rio Grande do Sul”. Barreto afirma que há outras diferenças, além do Título: “na primeira consta «Republica de Corrientes» e na outra «de Corrientes»; os «Campos de Cima da Serra» só têm denominação na segunda”. Segundo este autor, “essas correções identificam a edição definitiva”. Zambecari teria tido influência da proclamação da república riograndense ao denominar o mapa de ‘Mappa do Rio Grande do Sul’ e, devido a reclamações junto à litografia, o nome do mapa foi mudado para

“caracterizar o território como uma província e, assim, integrante do Império. Por outro lado, havendo adquirido então sua liberdade condicional, isso deve ter contribuído para a coação. O fato de haver oferecimento autógrafo para quem era favorável aos farrapos na primeira tiragem e constar a segunda da coleção do Imperador, parece confirmar a hipótese”²⁹³.

Sobre esse mapa é dito que Zambecari “viu o Rio Grande através da minúcia da representação gráfica, e dele se diz que produz uma carta da província, preciosa, perfeita...”. Bernardi²⁹⁴ o define também como geógrafo, por esta sua habilidade, e Varela afirma que este admirável documento teria sido um dos melhores instrumentos produzidos sobre o Rio Grande do Sul e que teria servido aos revolucionários seja “para orientar as operações, como para estabelecer os relevantes movimentos a serem efetuados”²⁹⁵.

Contudo, acerca deste mesmo mapa existem controvérsias. Como relata Pesavento

um pouco antes da publicação do mapa, sai a segunda edição dos Anais da Província de São Pedro, do Visconde de São Leopoldo, obra acompanhada de um mapa (fig.85) cujo autor é J. Pedro César. A questão que se coloca é que tal mapa teria sido copiado do mapa de Zambecari, naquele momento na prisão, e publicado sem mencionar o nome. Tal apropriação teria sido colocada pelo próprio Zambecari em comentários feitos a margem de um recorte que ele guardou de um texto sobre o assunto publicado na edição de 28 de junho do ‘Jornal do Comércio’. Em seus comentários Zambecari se “utiliza de termos como ‘falsificação’ e ‘furto’ para descrever o processo de composição do referido mapa”²⁹⁶.

²⁹³ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1447-1448.

²⁹⁴ Bernardi, citado por Pesavento é M. Bernardi, o autor do livro ‘A guerra dos Farrapos’ editado em Porto Alegre pela Sulina em 1981.

²⁹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 16.

²⁹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 17/18.

Vale lembrar que J. Pedro César morreu em 1831 e não podia contestar as acusações de Zambeccari. O mapa dos Anais, publicado em 1839, seria uma cópia reduzida de um mapa manuscrito levantado por J. Pedro César e feito sob a direção do Visconde de São Leopoldo pelo geógrafo Th. Duvotenay, gravado em Paris por Alexis Orgiazzi, precisamente para constar dos Anais.

5.2.1 – A Porto Alegre de Zambeccari

A “PIANTA da cidade de Porto Alegre” (fig.87) de 1833, de Lívio Zambeccari, é uma planta manuscrita, colorida (aquarela), num papel de dimensões 0,22m x 0,30m, é assinada (Lívio Zambeccari), tem uma margem desenhada pelo autor de em média 0,07m, sendo que na parte inferior essa medida é um pouco maior. Nesta margem, embaixo e a direita é onde se encontra a assinatura de Zambeccari. O título do mapa foi colocado na parte superior, à esquerda, dentro do desenho. O mapa propriamente dito ocupa aproximadamente 70% do todo; os outros 30 %, na parte inferior, são compostos de legendas (fig.101). Pode-se dizer que há três tipos de legendas. A primeira, no canto inferior esquerdo, onde através de letras maiúsculas em ordem alfabética Zambeccari identificou prédios e espaços importantes da cidade.

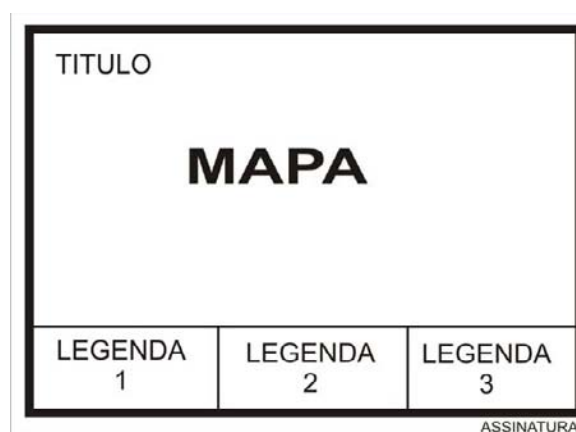


Fig. 101 – Esquema da Planta de 1833

Na segunda legenda, na parte inferior ao centro, Zambeccari identificou, através de uma ordem numérica, os nomes de várias ruas da cidade, ponte e trapiches e outros elementos.

A terceira legenda é a mais diferenciada quando se observa que as outras duas são legendas normais em plantas de cidade. Fica na parte inferior à direita e apresenta uma lista em ordem alfabética com letras minúsculas, na qual Zambecari apresenta o que ele chama de “Abitar d’amici mici”, ou seja, ‘moradia dos muito amigos, amicíssimos’. Zambecari indica na planta o local dessas moradias.

Primeira Legenda (fig.102)

A... Catedral	H... Quartel dos Permanentes
B... Paço do Governo	I... Arsenal
C... Campo Santo	L... Quartel dos Caçadores
D... Praça Grande	M... Largo do Paraíso
E... Câmara dos Deputados	N... Ospedal
F... Sala do Júri	O... Praça da Quitanda
G... Alfandega	P... Vargem

Fig. 102 – Legenda 1

A. Catedral – Zambecari refere-se aqui a Igreja Matriz de Porto Alegre localizada na rua da Igreja (atual Duque de Caxias), no Alto da Praia/Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro).

B. Paço do Governo – Trata-se do Palácio da Presidência localizado na rua da Igreja, no Alto da Praia/Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro).

C. Campo Santo – Trata-se do cemitério da cidade nos fundos da Igreja Matriz, onde esteve localizado até o ano de 1850.

D. Praça Grande – Denominação dada por Zambecari ao Alto da Praia/Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro). Provavelmente ele a denominou desta forma por ser a maior praça da cidade.

E. Câmara dos Deputados – Trata-se do prédio da Câmara localizado na rua da Igreja, próximo ao Alto da Praia/Praça da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro), no prédio ao lado do Palácio da Presidência.

F. Sala do Júri – Zambecari localiza esta Sala do Júri na esquina da Rua da Quitanda com a rua do Orives, dois nomes que não existiram. Trata-se, pelo que se pode

constatar, da esquina da Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) com a da Rua do Ouvidor (atual General Câmara).

G. Alfândega – Zambeccari refere-se aqui ao prédio da Alfândega localizado junto ao Largo da Quitanda/Praça do Comércio (atual Praça da Alfândega).

H. Quartel dos Permanentes – Localizado na quadra da Rua da Praia entre a Rua do Ouvidor (atual General Câmara) e a Rua de Bragança (atual Marechal Floriano). Trata-se do Quartel do Corpo Policial.

I. Arsenal – Zambeccari nomeia o prédio do Arsenal, junto ao Largo do Arsenal/Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio). Ao redor desta praça havia o antigo depósito de pólvora (1773), que ficava junto ao Quartel dos Guaranis (Quartel construído para sediar o 24° e o 25° Regimento de Milícias, que talvez seja o prédio que ele esteja indicando). Próximo a este edifício, foi construído em 1867 o Arsenal de Guerra que, devido à data de sua construção, não pode ser o prédio assinalado por Zambeccari. Junto a esses prédios existiu o Arsenal da Marinha, mas que também não deve ser o prédio apontado por Zambeccari, pois o mesmo data de 1837.

L. Quartel dos Caçadores – Pela localização na planta junto ao hospital e na direção da Várzea trata-se do Quartel do 8°. Este quartel foi um prédio que existiu junto ao Portão (atual Praça Conde de Porto Alegre), com frente para o Largo e para a Praça Independência (atual Praça Argentina).

M. Largo do Paraíso – Trata-se do antigo Largo dos Ferreiros que passou a ser denominado de Praça do Paraíso (atual Praça XV de Novembro).

N. Ospedal – Pela posição na planta, trata-se do Hospital Militar na Rua do Hospital (atual Duque de Caxias), que ficava entre a Rua do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio) e o Largo do Portão (atual Praça Conde de Porto Alegre). No entanto, o hospital mais conhecido da época seria a Santa Casa, que deve ter sido o hospital que Zambeccari desenhou, pois deve ter confundido a localização do mesmo

O. Praza da Quitanda – Trata-se do Largo da Quitanda/Praça do Comércio (atual Praça da Alfândega).

P. Varzem – Várzea, ou seja, a maneira como era chamada, na época, a região/espaco do atual Parque Farroupilha,

Segunda Legenda (fig.103)

1. Rua da Praia – atual Rua dos Andradas, que popularmente ainda se chama Rua da Praia.

2. Rua da Quitanda – Este nome de rua não existiu. Zambecari deve ter atribuído este nome devido ao fato de esta rua interligar o que ele chamou de Praza Grande (Alto da Praia/Praça da Matriz, hoje Praça Marechal Deodoro), e o Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega). Trata-se, segundo a nomenclatura daquele tempo, da Rua do Ouvidor/Rua da Ladeira – hoje Rua General Câmara.

3. Rua da Ponte – Pelo nome deveria ser a atual rua Riachuelo, mas pela localização espacial, pode-se concluir que é a antiga rua da Igreja, atual Rua Duque de Caxias.

1.º Rua da Praia	8. Desembarcadouro do Lavalle
2. Rua da Quitanda	9. Trapiche da Alfândega
3. Rua da Ponte	10. Trapiche da Quitanda
4. Rua de Bragança	11. Colonna
5. Rua da Cadea	12. Canoa de 65 pés de hum so tronco, larga 7 pés
6. Rua dos Orives	
7. Ponte do Riacho	

Fig. 103 – Legenda 2

4. Rua de Bragança – atual Rua Marechal Floriano

5. Rua da Cadea – atual Av. Salgado Filho.

6. Rua dos Orives – Este nome de rua também não existiu. Zambecari a denominou assim por razões que, historicamente, se desconhecem. A única certeza é a de que ele criou esse nome, já que esta rua, por sua localização espacial no mapa, corresponde à que era então Rua da Ponte. Mas como, no mapa, ele situou a Rua da Ponte (atual Riachuelo) no lugar da Rua da Igreja (hoje Duque de Caxias), compreende-se que ele tenha tido de criar um nome – Rua dos Orives – para designar aquela rua.

7. Ponte do Riacho – Tal como aparece na planta de Zambecari, essa ponte fica no final da rua que ele chamou Rua da Ponte (que, pela localização, seria a Rua da Igreja). Assim, é como se esta rua – a da Ponte – encaminhasse as pessoas para a Ponte do Riacho, o que poderia ser uma explicação para a troca do nome da rua da Igreja. Da forma como topograficamente esta parte da planta está distorcida, só se pode ver que a mesma atravessava o Riacho em direção a região conhecida como o areal da Baronesa.

8. Desembarcadero dos cavallos – localizado por Zambecari junto ao Largo do Arsenal/Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio).

9. Trapiche da Alfândega - Trapiche que ficava junto ao Largo da Quitanda/Praça do Comércio (atual Praça da Alfândega).

10. Trapiche da Quitanda – Trapiche que ficava junto ao Largo da Quitanda/Praça do Comércio (atual Praça da Alfândega).

11. Colonna – trata-se do Pelourinho da cidade de Porto Alegre situado no Largo do Arsenal (atual Praça Brigadeiro Sampaio).

12. Canoa de 65 pés de hussi so tronco, larga 7 pés – seria a representação do Presiganga, navio-prisão que ficava ancorado na costa da cidade e para onde Zambecari foi levado quando preso pelos legalistas, em 1836.

Terceira Legenda (fig.104)

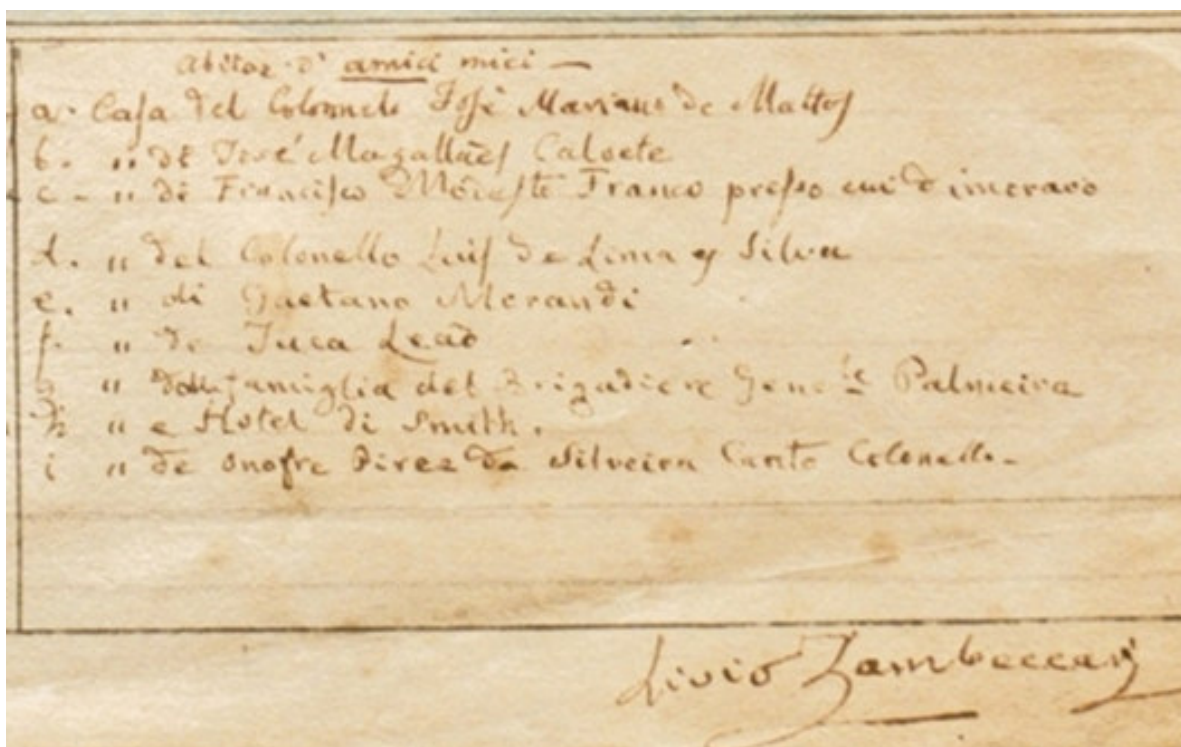


Fig. 104 – Legenda 3

“Abitar d’amici miei” – residência dos muito amigos, amicíssimos:

a. Casa del Colonnele José Mariano de Mattos – Sua residência se localizava na Rua da Igreja, (atual Duque de Caxias) quase esquina com a Rua do Cemitério (atual Rua Espírito Santo). Natural do Rio de Janeiro. Em 1834, quando ainda era Major, e devido ao Ato Adicional de 12 de agosto que criou as Assembléias Provinciais, tornou-se um dos 28 titulares da Assembléia Rio-Grandense, ao lado de, entre outros, Bento Gonçalves, Dr.

Marciano Pereira Ribeiro, padre Chagas, Fidêncio José Ortiz, José de Paiva Magalhães Calvet, Domingos José de Almeida.²⁹⁷

Na República Rio-Grandense, foi ministro da Guerra e da Marinha, vice presidente da República e presidente da República interino, além de autor do brasão que figura na bandeira da República Rio-Grandense que foi adotado para o Rio Grande do Sul pelos constituintes de 1891. Participou em 1842 da Comissão de Constituição cujo trabalho foi apresentado e lido na Assembléia em 03 de fevereiro de 1843 e, em seguida, publicado com a sua assinatura²⁹⁸. Próximo ao final da Revolução, foi preso em Piratini por Chico Pedro (também conhecido por Chico Moringue) e mantido preso em Canguçu, sua base de operações, em cadeia que Chico Moringue mandara construir. Depois da Revolução, José Mariano de Matos foi o Ajudante General de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas em 1851-52 e, ao retornar ao Rio, retomou sua carreira militar, sendo Ministro da Guerra em 1865²⁹⁹.

b. Casa de José Magalhães Calvete (José de Paiva Magalhães Calvet) – Sua residência se localizava também, como a de José Mariano de Matos, na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), mas mais para perto da Rua do Poço (atual Borges de Medeiros). Um dos quatro filhos de João Antonio Calvet e Rita Maria Magalhães nasceu em Porto Alegre em 18 de março de 1808. Fez seus estudos em Porto Alegre e aos 19 anos foi para o Rio de Janeiro para ser aspirante da Marinha Nacional. No final de 1827, foi declarado Guardamarinha. Ao casar-se, pediu demissão retornando a Porto Alegre para exercer o magistério, tendo sido aprovado em concurso para as disciplinas de Aritmética e Geometria. Dedicava-se também à advocacia. Com sua vasta cultura, atuou em várias áreas tendo sido promotor da Guarda Municipal, vereador, Presidente da Câmara Municipal, membro do Conselho Geral da Província, Procurador Fiscal do Tesouro. Foi eleito deputado na primeira Assembléia Legislativa Municipal e, depois da denúncia contra Bento Gonçalves, dedicou-se integralmente ao preparo da Revolução Farroupilha. Tendo sido preso com a contra-revolução em 15 de novembro de 1836, foi levado para o Rio de Janeiro e acusado de ser um dos principais chefes. Foi libertado por um *habeas-corpus*, mas com exigência de permanecer no Rio de Janeiro. Faleceu nesta cidade em 13 de julho de 1853³⁰⁰.

c. Casa di Francisco Moïeste Franco prefeo emi d'imerario – Seu nome correto é Francisco Modesto Franco. Zambecari localiza sua residência na Rua Nova da Praia (atual Rua Sete de Setembro) no trecho entre o Beco da Ópera (atual Rua Uruguai) e a Rua do

²⁹⁷ Conforme SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987. p.47

²⁹⁸ Conforme SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987. p.189

²⁹⁹ Conforme ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. Resende, 2006. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/revfarroup2.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

³⁰⁰ Conforme SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987. p.53

Ouvidor (atual Rua General Câmara). Segundo Spalding³⁰¹, “teria nascido em Minas Gerais e era comerciante de grande prestígio em Porto Alegre. Possuía embarcações, entre os quais a Béla Angélica, que poz a disposição da República”. Era ele que acompanhava Zambeccari em 1833, de acordo com a descrição de Nascimbene. Fez parte da Comissão destinada a introduzir no recinto das sessões da Assembléia Constituinte Rio-Grandense, instalada em Alegrete em 1º de dezembro de 1842, o presidente Bento Gonçalves da Silva. Em 1879, tem-se notícia de que por um Ato de 1º de julho de 1879, Francisco Modesto Franco foi nomeado por Américo de Moura Marcondes de Andrade, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como Alferes Comandante da Força Policial de Palmeira³⁰². Faleceu nesta cidade em 06/04/1886 em avançada idade³⁰³. Chama a atenção o comentário colocado ao lado do nome de Modesto Franco por Zambeccari – ‘*prefeo emi d’imerario*’. A tradução desta frase tem sido complicada; a última palavra em italiano tem a ver com chefe: vem de emir que eram chefes de tribo. As outras duas, numa interpretação mais tosca pode-se pensar “prefeo” – preferido, “emi” – amigo, o que permitiria traduzir como ‘amigo preferido do chefe’, ou seja, de Bento Gonçalves. Em uma das versões, teria sido Modesto Franco que apresentou Zambeccari a Bento Gonçalves e por isso essa distinção.

d. Casa del Colonello Luiz de Lima e Silva – Presume-se ser este, na verdade, o General João Manoel de Lima e Silva (1805-1837) que atuou na Revolução Farroupilha ao lado de Bento Gonçalves e que era tio do Duque de Caxias. Ao eclodir o movimento, era major e comandava em Porto Alegre o 28º Batalhão de Caçadores. Era natural do Rio de Janeiro. Em 18 de agosto de 1837 foi preso em combate, tendo sido assassinado a traição próximo a São Borja. De acordo com as indicações no mapa de Zambeccari, este Lima e Silva habitava na esquina das ruas da Igreja (atual Duque de Caxias) e de Bragança (atual Marechal Floriano)

e. Casa di Gaetano Morandi – Teria nascido em Florença em 1789 e falecido em Porto Alegre a 16 de junho de 1854³⁰⁴. Reforça esta data de falecimento os dados que

³⁰¹ SPALDING, Walter. A Cooperação Interprovincial na Revolução Farroupilha. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 4., 1946, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946. v. 2. p. 919.

³⁰² ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva no dia 26 de Janeiro de 1879*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1879. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1879_Americo_de_Moura_Marcondes_de_Andrade.pdf>. Acesso em 14 abr. 2009. p.27.

³⁰³ SPALDING, Walter. A Cooperação Interprovincial na Revolução Farroupilha. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 4., 1946, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946. v. 2. p. 919.

³⁰⁴ FAMILY SEARCH. [S.l.], 2009. Disponível em: <http://www.familysearch.org/Eng/Search/IGI/individual_record.asp?recid=100277539471&lds=1®ion=14&frompage=99>. Acesso em: 14 abr. 2009.

constam da dissertação de Branchelli³⁰⁵ na qual, ao analisar documentos de inventários, menciona o inventário de Caetano Morandi realizado em 07 de julho de 1854 e cita quatro casas pertencentes a este senhor – 1 casa terrea na Rua do Rozario (atual Rua Vigário José Inácio) com 3 portas, 1 casa com 3 portas de frente, na Rua do Paraizo (atual rua Dr. José Montauray), 1 casa com 2 portas, terrea e muito arruinada e 1 casa terrea com 3 portas, na Rua do Paraizo nº1 (atual rua Dr. José Montauray). Gaetano (ou Caetano) habitava, pelo mapa de Zambecari, na Rua da Praia, entre a Rua de Bragança (atual Marechal Floriano) e a Rua do Ouvidor (atual Gen. Câmara), quase em frente ao Beco do Brito/Coelho (atual Tv. Acelino Carvalho). A descrição dada por Zambecari do local de moradia de Morandi é próxima a uma das casas de seu inventario, pois atrás da rua Dr. José Montauray fica a Rua da Praia.

f. Casa de Juca Leão – Presume-se que Zambecari se refere ao Coronel José Manuel de Leão, que teria nascido em 03 de julho de 1788 em Laguna, Santa Catarina, e seria filho do tenente-coronel Manuel José de Leão e de Antônia Maria de Jesus. Em 1801 teriam vindo para o Rio Grande do Sul. No inicio da Revolução Farroupilha, Juca Leão foi designado Coronel da Legião de Triunfo. Foi morto, juntamente com seu irmão Francisco José de Leão (Chico Leão), por Chico Moringue (Chico Pedro), na madrugada do dia 18 de setembro de 1839³⁰⁶. Assim como Gaetano Morandi, Juca Leão também morava na Rua da Praia, entre a Rua de Bragança (atual Marechal Floriano) e a Rua do Ouvidor (atual Gen. Câmara), entre o Beco do Brito/Coelho (atual Tv. Acelino Carvalho) e o Beco do Leite/Barriga/Mijo que não existe mais nos dias de hoje. Segundo Oliveira³⁰⁷, no lugar deste beco hoje está construído o prédio da CEEE.

g. Casa della famiglia Del Brigadiere Gene^{le} Palmeira – A residência da família do Brigadeiro General Palmeira ficava na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), entre a Rua Clara (atual João Manoel) e a Rua do Arroio (atual Bento Martins).

h. Casa e Hotel di Smith – Este hotel se localizava na Rua Nova (atual Rua Gen. Andrade Neves). Como afirma Pesavento, “é interessante constatar que Zambecari assinala na planta da cidade a localização do Hotel Smith, sem outro motivo do que para hospedar os recém-chegados³⁰⁸”. Zambecari teria se hospedado neste hotel quando

³⁰⁵ BRANCHELLI, Fabiano Aiub. *Vida Material e Econômica da Porto Alegre Oitocentista*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1022>. Acesso em: 14 abr. 2009. p.88.

³⁰⁶ Conforme informações constantes da página da internet ANTIGUALHAS, HISTÓRIAS E GENEALOGIA. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://pufal.blogspot.com/2008/09/familia-leo-e-revoluo-farroupilha.html>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

³⁰⁷ OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. 2 ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993. p. 102.

³⁰⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001; p. 20.

chegou em Porto Alegre, antes de ir habitar, conforme Coruja³⁰⁹, “na casa em que morava, do lado dos números pares, quase em frente à Rua Nova (Rua do Ouvidor quase em frente à atual Gen. Andrade Neves)”

i. Casa de Onofre Pirez da Silveira Canto Colonello – Morava na Rua da Praia entre o Beco do Fanha (atual Rua Caldas Junior) e a Rua Clara (atual João Manoel). Nasceu em Porto Alegre em 25/09/1799, filho de Pedro Pires da Silveira e Ana Clara Bargosa de Menezes Petim. Incorporou-se como voluntário ao exército no ano de 1825, tendo lutado na Campanha Cisplatina (1826/28) e contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Saiu desta luta como tenente, tendo batalhado sob o comando de Bento Gonçalves. Colaborou desde o início com a Revolução Farroupilha, participando da tomada de Porto Alegre, no começo desse movimento. Em 04 de outubro de 1836, no combate da ilha do Fanfa, no rio Jacuí, foi preso juntamente com Bento Gonçalves, Lívio Zambeccari e outros. Onofre Pires consegue se evadir antes de Bento Gonçalves e retorna aos combates. Em 1841, na República Rio-Grandense, devido a desentendimentos, formaram-se dois partidos: um dirigido por Domingos José de Almeida, ligado a Bento Gonçalves, e outro dirigido por Antônio Vicente da Fontoura. Neste momento, Onofre Pires começa a se afastar de Bento Gonçalves, apoiando Vicente da Fontoura. Na continuidade dessas desavenças, chega aos ouvidos de Bento Gonçalves calúnias que teriam sido proferidas por Onofre Pires. Bento Gonçalves teria então redigido uma carta, pedindo a confirmação de suas palavras. Onofre Pires responde confirmando, o que faz com que Bento Gonçalves o desafie para um duelo, realizado no dia 27/02/1844 e do qual Onofre Pires sai ferido. Não tendo se tratado adequadamente desse ferimento, Onofre Pires morre, em consequência do mesmo, alguns dias após o duelo, em 04 de março de 1844.³¹⁰

Como se pode ver dos dados biográficos dos nove nomes de residentes apontados por Zambeccari, na legenda de seu mapa, a maior parte deles (seis pessoas) foi ligada à Revolução Farroupilha desde o seu início. De dois deles, Morandi e Palmeira, não foram encontradas informações que permitam afirmar categoricamente que eles foram revolucionários, mas também não se encontraram dados dizendo o contrário. Por estarem referidos por Zambeccari, pode-se inferir que eles também foram partidários da Revolução Farroupilha. O nono endereço é o de um estabelecimento comercial.

³⁰⁹ CORUJA apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 20.

³¹⁰ Conforme SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987. p.236-239.

5.2.2 – Do Desenho da Planta de 1833

Nessa planta, a “península”, onde se localiza a cidade, está desenhada fora dos preceitos científicos cartográficos da época, os quais fariam dela uma planta acurada. Não há sequer a indicação do Norte. Também não está indicada a escala do desenho. Nela estão destacadas algumas ruas da cidade, as praças, os prédios principais e alguns acessos importantes. Além disso, Zambecari aponta os locais de moradia de alguns habitantes da cidade - “abitar d’amici mici” (residências dos muito amigos, amicíssimos), o que indica serem estes os amigos de confiança. Como se pode ver por suas biografias, a maior parte estaria ligada, desde o início, ao movimento farroupilha. Em relação ao desenho da planta, Pesavento salienta que:

“Uma primeira observação se impõe, vendo o desenho realizado, e que contrasta com os mapas posteriores da cidade de 1838 e de 1839, traçadas por especialistas da topografia. O mapa de Zambecari se torna a primeira planta geral da cidade, no momento que não se encontra nenhum exemplar daquela que teria sido traçada em 1825 por J. Pedro César, aquele que teria se tornado, anos mais tarde, o *suposto copista* do seu mapa do Rio Grande... Mas a planta da cidade de Porto Alegre, realizada por Lívio Zambecari, apresenta uma desproporção no espaço desenhado: a planta se distancia da representação da península. Isto é, Zambecari não desenha a península que se projeta no Guaíba, esta desaparece no traçado gráfico”³¹¹.

O desenho de Zambecari é uma planta da cidade em duas dimensões. Os quarteirões são desenhados em formas geométricas: retângulos, quadrados, trapézios pintados de laranja (fig.105). Seu desenho simula uma projeção vertical, na qual todos os elementos são vistos do alto: não é uma planta perspectivada. No entanto, no desenho de quarteirões e casas isoladas, ele simula uma tridimensionalidade ao reforçar, através de uma linha mais forte, alguns dos lados desses elementos com um sombreado. Essa sombra e o barco desenhado no Guaíba são os elementos tridimensionais do desenho.

É interessante verificar que os quarteirões da cidade na parte mais central são desenhados de forma compacta. Zambecari parece identificar dessa forma as partes da cidade mais densamente construídas. Percebe-se que essa zona mais densificada é a parte norte da península do rio até o “alto da praia” (duque de Caxias); no outro sentido, essa

zona tem como limites a Ponte do Riacho, de um lado, e a rua Marechal Floriano do outro. Zambeccari delimita assim quase toda a região que foi definida, por Montanha como a região da Nova Freguesia. Segundo Macedo, “a praça do novo lugar com as dimensões de 730 e meia braças de norte e 400 de leste a oeste, o que correspondia a 141,5 hectares, um pouco mais do que a meia-data que cada agricultor recebia. Isto correspondia a toda a ponta da península, limitando o espaço destinado ao casario, pelas linhas onde hoje se situam ao sul a rua Demétrio Ribeiro e ao leste a rua Marechal Floriano”³¹².

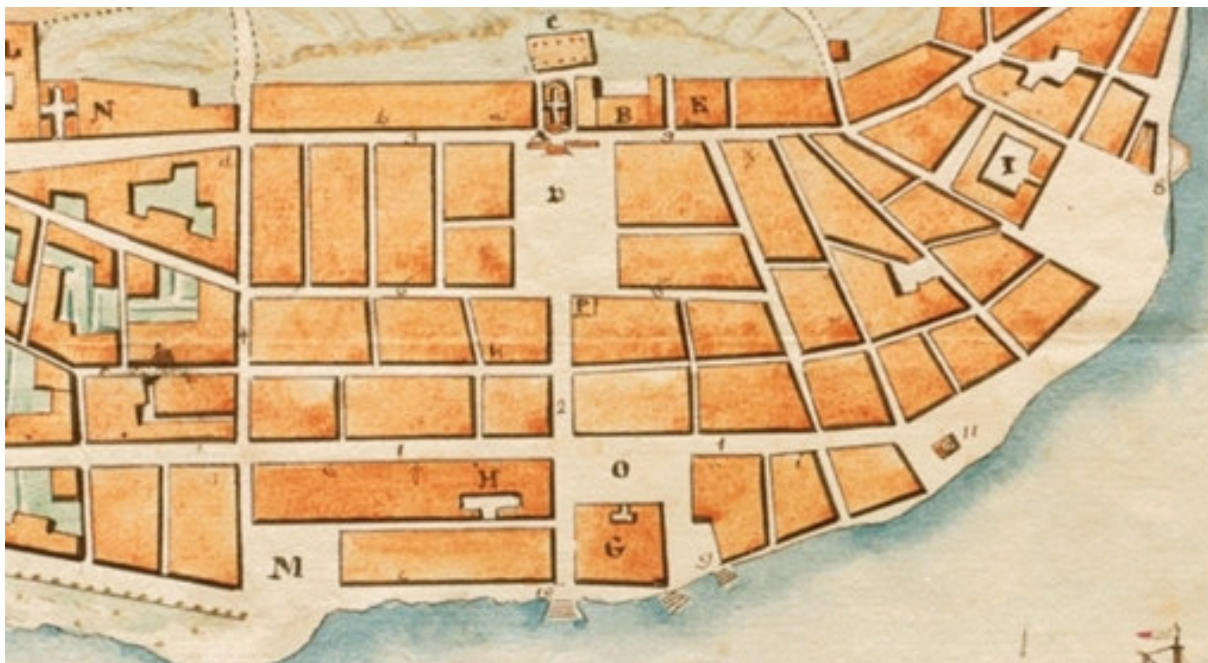


Fig. 105 – Detalhe quarteirões

Para além da Marechal Floriano e na parte sul do que seria a península, o mapa com seus quarteirões vazados ou mesmo abertos mostra uma parte da cidade povoada, mas menos densificada. Os quarteirões, as partes edificadas foram pintadas por Zambeccari de laranja, o lago Guaíba e o riacho de azul, os jardins internos das áreas construídas das zonas menos densas, de verde. A colina por detrás da Duque de Caxias, a Várzea e outras zonas que se pode chamar de não cultivadas estão pintadas de um verde mais claro. Pode-se ver que atrás da rua Duque de Caxias, há uma tentativa, da parte de Zambeccari, de mostrar o declive do terreno. As zonas cultivadas (fig.106) estão texturizadas e pintadas de um laranja claro. Os caminhos e as ruas parecem ser as zonas não aquareladas, o local onde Zambeccari deixou transparecer a cor do papel.

³¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19.

³¹² MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p.25



Fig. 106 – Zonas cultivadas - lavoura

Segundo Pesavento, por esta planta Zambeccari já demonstra bons conhecimentos de cartografia, apesar das distorções que ela apresenta:

“Sabemos já que dominava bastante bem a técnica de representação de um espaço mediante os símbolos que estão no mapa. Mas, diferentemente de uma carta muito antiga que deforma e distorce a geografia dos espaços, Zambeccari alterou as proporções e a própria orientação. Não há mais a margem norte e sul da península, porque a península desapareceu. A região baixa da cidade se amplia, o arroio muda a direção de seu próprio curso³¹³.

Seria interessante tentar ver quais teriam sido suas confluências cartográficas. Neves, por exemplo, “acredita, baseado em mapas açorianos, que a área superior do mapa de Livio Zambeccari indica a existência de lavouras. O código de representação é muito próximo ao que se vê em mapas de época feitos nos Açores”³¹⁴.

Neve tem razão em identificar o código de representação, na área superior do mapa, como zonas de lavouras, mas a aproximação que ele faz com os mapas feitos nos Açores não parece ter uma base consistente. Atente-se que o mapa de Zambeccari foi desenhado logo após a sua chegada ao Brasil. Como se sabe, seguindo sua trajetória após sair da Itália, ele teria passado pela Espanha, França e depois Inglaterra, de onde teria partido para a América do Sul, tendo passado por Montevideu e Buenos Aires antes de chegar em Porto Alegre. Como e onde poderia Zambeccari ter tido contato com a cartografia portuguesa? Seria mais lógico que ele tenha tido influências da cartografia de Bolonha e dos outros lugares por onde passou. Ainda que a cartografia portuguesa tenha sido muito importante, sobretudo no século XVI logo após as grandes descobertas, nas primeiras décadas do século XIX, esta importância não mais subsiste. Além disso, vale lembrar que a partir de

³¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19.

³¹⁴ NEVES, Gervásio. Memória Cartografada. In: VERAS, Eduardo. O mais antigo mapa da capital. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 ago. 2005. Cultura, Segundo Caderno. p.4

1666, um processo de reforma cartográfica foi iniciado na França através da criação da Academia real de Ciências de Paris, quando foi proposta como meta a revisão, correção e o aperfeiçoamento das técnicas cartográficas. Domenico Cassini³¹⁵ (1625-1712) foi uma das figuras mais importantes nesse processo. A partir de então, a França passa a ter uma grande influência na cartografia mundial.

Tendo estudado na Universidade de Bolonha e devido aos seus interesses científicos, Zambecari deve ter tido contato com a cartografia nesta universidade. Como bem relata Charles de Brosses³¹⁶ (1709- 1777), em sua visita a Bolonha em 1739, ao descrever salas do Instituto – a Academia de Ciências – de Bologna, entre elas “a Sala de Geografia e da Marinha contendo todas as cartas marítimas e terrestres”. Provavelmente o jovem Zambecari teve acesso a esta sala e, portanto, aos mapas de sua cidade. Alguns desses mapas de Bologna mostram características apresentadas por Zambecari em seu mapa. Mapas de Bologna do século XVI e XVII, como o mapa de 1572 de F. Hogenberg, o de 1582 de Claudio Duchet, o de M. Florini do fim do séc. XVI (fig. 107), o de C. Aretusi (1636) o de Blaeu (1663) e o de F. de Gnudi (1702) apresentam as zonas de lavoura de forma semelhante às desenhadas por Zambecari, ainda que todos esses mapas sejam perspectivados.



Fig. 107 – M. Florini, Bologna (fim do séc. XVI)

³¹⁵ Cassini foi nomeado professor de matemática e astronomia na Universidade de Bolonha em 1650 e seus estudos e descobertas levaram em 1668 o rei Luís XIV a convidá-lo para trabalhar em Paris. Suas descobertas em Paris sobre as luas de Júpiter é que permitiram que as coordenadas de longitude fossem determinadas com maior precisão. Ele é chamado para ajudar a Academia das Ciências Francesa na construção do Observatório de Paris. A construção do observatório foi a primeira missão da Academia das Ciências Francesa, a segunda era fazer cartas geográficas mais exatas da França. A hoje famosa Carta de Cassini introduziu longitudes mais corretas e o sistema de triangulação. Este último já era conhecido, mas foi na Carta de Cassini que esse sistema foi utilizado pela primeira vez para abranger todo um país, criando inclusive uma nova metodologia científica que mudou a maneira de se fazer os mapas.

³¹⁶ SORBELLI, Albano. Bologna negli scrittori stranieri: Charles de Brosses. *Il Comune de Bologna*, Bologna, n. 7, p.31, luglio 1928. Disponível em <http://badigit.comune.bologna.it/codibo/ricerca_crono.htm>. Acesso em: 12 set. 2008.

Já os desenhos em duas dimensões e com os quarteirões representados como formas geométricas compactas são encontrados nos mapas de G. Monari (1745), P. Panfili (metade do séc. XVIII) e no mapa contido no livro de La Lande de 1773 – ‘Voyage d’un François en Italie...’ (fig. 108). Nestes dois últimos, a linha de sombra dos quarteirões também está presente.

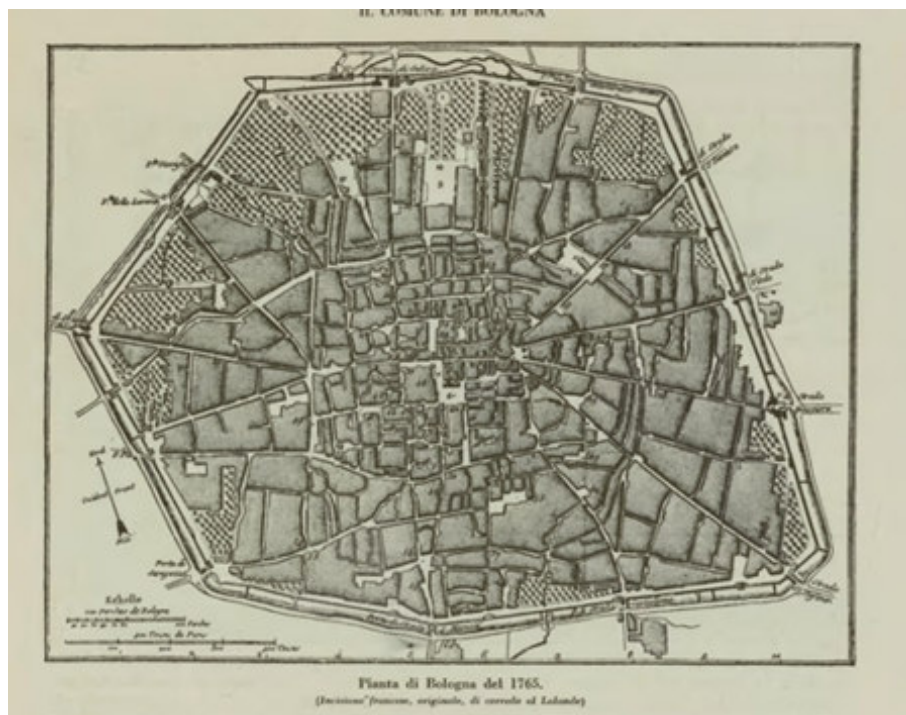


Fig. 108 – Plan de Bologne (1769), contido no livro Voyage.... de La Lande

Ora, Zambeccari esteve por algum tempo na França e certamente teve contato com a cartografia francesa. Assim, é interessante ver o trabalho de Dupain de Montesson (Louis Charles), militar e cartógrafo francês. Ele escreveu três livros: *L'art de lever les plans* (1774), *Le spectacle de la campagne* (1776) e *La science des ombres par rapport au dessein augmentée de l'ingénieur au cabinet et à l'armée* (1760). Duas pranchas desses livros, uma do livro de 1760 e outra do de 1776, são importantes. Para Dupain de Montesson, “a paisagem é composta de elementos. Os princípios de representação de cada um desses elementos resultam da análise do objeto naquilo que ele tem de genérico, análise que condiciona a condução dos trabalhos”³¹⁷. Podemos ver nas figuras, a primeira do livro de 1760 (Fig.109) e a segunda do livro de 1776 (Fig.110), os códigos de representação propostos por Dupain de Montesson. O terceiro quadrinho superior da figura 109 e o quarto quadrinho da 1ª coluna da figura 110 mostram a representação de lavouras bastante semelhante à utilizada por Zambeccari. Já o quadrinho inferior direito da figura 110 mostra

³¹⁷ BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. De la «Peinture Géométrale» à la Carte Topographique. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Ed). *L'Oeil du Cartographe et la Représentation Géographique du Moyen Âge à nos Jours*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995. p.98.

um desenho de paisagem urbana também bastante semelhante, inclusive na cor, ao utilizado pelo Conde. A figura 110, tirada do livro *Le spectacle de la campagne*, com suas imagens coloridas “realçadas em aquarela, fazem sobressair a preocupação de fazer coincidir a representação com a verdadeira paisagem”³¹⁸.

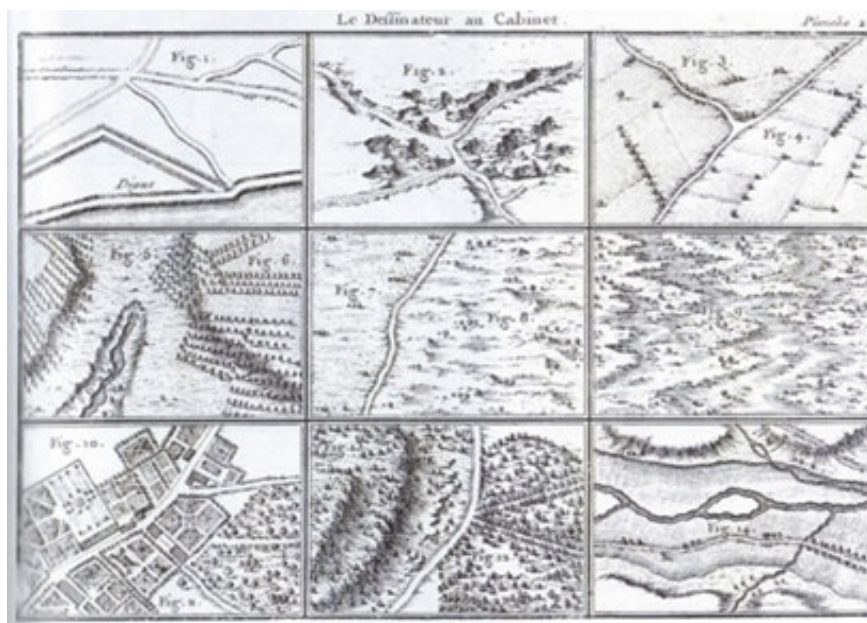


Fig. 109 – Dupain de Montesson – *La science des ombres* (1760)



Fig.110 – Dupain de Montesson – *Le spectacle de la campagne* (1776)

³¹⁸ BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. De la «Peinture Géométrale» à la Carte Topographique. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Ed). *L’Oeil du Cartographe et la Représentation Géographique du Moyen Âge à nos Jours*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995. p.101.

Mas não é apenas este livro de Dupain de Montesson que faz pensar numa influência da cartografia francesa no desenho de Zambeccari. Um mapa de Marselha (fig.111) e outro do Mont Dauphin/Eygliers (fig.112), dos Altos Alpes próximo a Briançon, extraídos da coleção manuscrita constituída no fim do século XVII ou início do século XVIII, intitulada *Cartes des environs de plusieurs places entre les Alpes et la Méditerranée*, têm códigos de representação e cores semelhantes aos utilizados por Zambeccari em sua planta de Porto Alegre.



Fig. 111 – Marselha por volta de 1700.



Fig.112 – Mont Dauphin/Eygliers por volta de 1700.

Ainda na cartografia francesa, outra planta de Marselha de 1787 (fig.113) feita por ordem do rei em 1785 e executada por Rouillet, apresenta códigos de representação semelhantes aos de Zambeccari. Há também exemplos na Inglaterra: a planta de Londres de 1746 desenhada por John Rocque (1709-1762), embora seja em preto e branco, contém elementos semelhantes aos usados por Zambeccari, inclusive na reprodução colorida (ou

colorizada) que aparece na capa do livro *'London a life in maps'*, na qual as edificações apresentam uma cor semelhante à utilizada por Zambeccari (fig.114).



Fig. 113 – Marselha em 1787

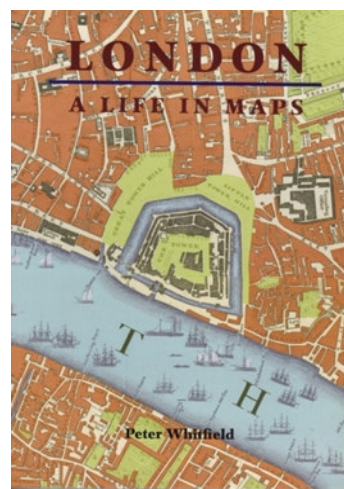


Fig. 114 – Londres 1746, John Rocque em capa do livro *London: a life in maps*

Ao constituírem uma maneira de olhar o mundo, os mapas são pontos de vista, leituras interessadas do mundo. Como tais, impõem um modo de ver, funcionando, assim, como um dispositivo de governo. Trata-se, então, de se ater aos conteúdos e objetivos de um mapa, à dimensão ideológica da cartografia. Segundo Harley, “isto é concernente ao diálogo que surge da supressão intencional ou não intencional do conhecimento nos mapas. É baseado numa teoria do silêncio cartográfico”³¹⁹. Daí Turchi afirmar que “os mapas são definidos pelo que eles incluem, mas seguidamente eles são mais reveladores no que eles excluem”³²⁰. Assim, pensar o mapa de Zambeccari no seu contexto, aquilo que ele inclui e o que exclui, permite, de certa forma, elucidar os seus objetivos.

O que Zambeccari inclui no mapa já foi suficientemente detalhado, ou seja, os espaços, ruas e moradas de amigos. Resta, então, analisar os elementos que ele exclui. Em termos de locais, o mapa de Zambeccari só mostra um hotel, o Hotel Smith. Certamente a cidade teria outros e pode-se pensar que Zambeccari só citou o Smith ou por ter sido o lugar onde ele supostamente teria se hospedado quando chegou à cidade, ou por ser o hotel em que outros revolucionários, que vinham para as reuniões, ficavam hospedados. Zambeccari também não incluiu, no seu mapa, o “teatro” – Casa da Ópera – de Porto Alegre, localizado no Beco da Ópera (atual Rua Uruguai) um pouco antes da esquina com a Rua Nova da

³¹⁹ HARLEY, J. B. Silences and Secrecy. The Hidden Agenda of Cartography in Early Modern Europe. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.85.

³²⁰ TURCHI, Peter. *Maps of the imagination: the writer as a cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004. p.29

Praia (atual Sete de Setembro), que funcionou neste local até 1838, nem outras edificações como a Cadeia, importante para quem trama uma revolução.

Pode-se também classificar como uma exclusão/omissão a forma como ele desenha a cidade 'omitindo' a forma correta da península. Por que não lhe interessaria essa precisão?

Mas o mais intrigante entre as omissões de Zambeccari, principalmente se se considera que esta planta de Porto Alegre estaria ligada à preparação da Revolução Farroupilha, é o fato de que as muralhas da cidade não estão desenhadas e nem ao menos indicadas ou mencionadas. Quando se participa de um plano insurrecional, a indicação, no mapa, dos locais onde existem muralhas e dos locais em que elas permitem a passagem para dentro ou fora da cidade, seria um elemento crucial para o estabelecimento de estratégias no campo de luta.

O mapa de Lívio Zambeccari, sendo um mapa único e manuscrito teve muito pouca circulação em sua época. Além do próprio Zambeccari, pode-se supor que somente seus amigos e camaradas ligados a causa revolucionária tenham posto os olhos no mesmo. Em 1839, quando foi forçado a sair do Brasil, Zambeccari levou o mapa consigo. Na Itália, após a sua morte, seus parentes doaram o mesmo junto com vários de seus pertences ao Museu Del Risorgimento de Bologna. No Brasil, a primeira notícia que se tem do mapa foi através de Varela, que menciona o mesmo em seu livro "Historia da Grande Revolução: o cyclo farroupilha no Brasil", de 1933. Além de mencioná-lo novamente em seu livro "*Res Avita*" de 1935, Varela coloca uma reprodução do mapa, entre as paginas 32 e 33, em preto e branco. Abeillard Barreto em seu livro *Bibliografia Sul-Riograndense (A Contribuição Portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, de 1973, também fala da existência do mapa no Museu Del Risorgimento de Bologna.

Na Itália, um evento reuniu pesquisadores brasileiros e italianos que analisaram e exibiram o mapa de Porto Alegre. Ele ocorreu em 2001 e se chamou "Tra il Reno e la Plata: la vita di Lívio Zambeccari studioso e rivoluzionario", gerando um livro – um Boletim do Museu Del Risorgimento – e uma exposição com o mesmo nome. Desse livro participaram, entre outros autores, Sandra Jatahy Pesavento (*Zambeccari: gli occhi del viaggiatore*, onde analisa o mapa de Porto Alegre), Maria Medianeira Padoin, Robert Vecchi, Mirtide Gavelli.

O mapa de Zambeccari já era conhecido, portanto, desde 1933. Mas a divulgação mais ampla do mesmo, em Porto Alegre, ocorreu somente em 2005. Em matéria publicada no Caderno Cultura, do Jornal "Zero Hora" do dia 13 de agosto de 2005, o fato vem assim comentado: "Cultura apresenta com exclusividade o mais antigo mapa – preservado – de Porto Alegre. O documento, datado de 1833, assinado pelo revolucionário farroupilha Lívio

Zambeccari, foi localizado em um museu de Bolonha, na Itália, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O mapa, reproduzido acima, nunca havia sido publicado no Brasil”.

Este texto está escrito na capa do Caderno Cultura, com a imagem do mapa ali publicada. Na página central do Caderno, uma nova imagem do mapa é colocada, sobreposta a um mapa atual da cidade. Na matéria, pode-se ler que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul está lançando, naquela data, um CD (Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre) para distribuição nas escolas, contendo imagens de vários mapas de Porto Alegre, incluindo o de Zambeccari.

5.2.3 – DAS LEITURAS DO MAPA



Fig. 115 - Superposição do mapa de Zambeccari à planta de Porto Alegre de 1839

Como afirma Pesavento

“Zambeccari produz um mapa ou planta da cidade que traduz melhor um momento da cidade e que faz ver espaços que se referem à política mais do que permitir a sua sobreposição com uma representação topográfica mais

próxima da cidade real. Talvez esta planta de Porto Alegre represente muito pouco para a topografia urbana da cidade, mas o trabalho de Zambeccari revela uma cidade que conspirava e que, em breve seria afetada pela guerra e pelo assédio”³²¹.

A questão da infidelidade topográfica pode ser bem demonstrada quando se superpõe a planta de Zambeccari ao mapa de 1839, conforme a figura 115.

No entanto, permanece ainda como uma questão a forma distorcida como ele apresenta a cidade de Porto Alegre. Como se pode ver na imagem (fig. 115), a península não está representada, assim como tampouco aparecem os elementos de orientação. Segundo Pesavento,

“Este é um problema que surge e se coloca quase como um paradoxo: a nítida diferença entre a percepção e a construção de uma imagem de cidade e a cidade real, em sua materialidade espacial. Mas como? Zambeccari mostrava possuir uma habilidade, exibida na planta do Rio Grande do Sul da qual dizíamos que teria servido como guia para os *farrapos*, ou também nos esboços das fortalezas cariocas... Zambeccari via assim a cidade? Que distorção geográfica teria sido essa?”³²²

Ora, é precisamente “a nítida diferença entre a percepção e a construção de uma imagem de cidade e a cidade real, em sua materialidade espacial”, como aponta Pesavento, que traz em si o problema mais geral da representação. Em primeiro lugar, cabe perguntar para que se representa. No caso de Zambeccari, com que finalidade ele construiu essa imagem da cidade de Porto Alegre. Uma pista importante é fornecida pela indicação e localização dos “abitar d’amici mici” ou, em português, da ‘residência dos muito amigos, amicíssimos’. Essas pessoas e suas moradias apontadas por Zambeccari em seu mapa eram pessoas de confiança, correligionários que professavam os mesmos ideais revolucionários.

Uma das respostas que se pode dar a essa questão é pensar que este não é um mapa “acurado”, pode-se afirmar que ele é um croqui, um esboço de um mapa, um mapa traçado no momento de sua chegada. Nesse sentido a datação que é colocada por Zambeccari pode nos explicar um pouco essa questão. O mapa de Zambeccari é datado de 1833 e há uma discussão entre os historiadores, já colocada neste texto, sobre a data de sua chegada a Porto Alegre. Por causa do mapa resultante, tende-se a concordar com Barreto de que ele teria vindo pela primeira vez a Porto Alegre em novembro de 1833. O

³²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 20.

³²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19.

mapa teria sido desenhado entre novembro e dezembro e isso explicaria essa percepção recente e distorcida da cidade, o erro de atribuir o nome de Rua da Ponte à Rua da Igreja e, também, o fato de desenhar a Rua da Igreja como uma rua que ligava a Praça do Portão à Ponte do Riacho.

Reforça essa explicação uma das interpretações que se pode dar ao objetivo com que Zambeccari traçou esta planta. Sendo 1833 o ano da chegada de Zambeccari a Porto Alegre, caberiam bem os comentários de Barreto sobre esse mapa: “Nesse exemplar o autor havia marcado a residência de seus amigos, com o nome de cada qual. Julgamos que dada à conspiração em que já se envolvia, esse exemplar lhe servisse como uma espécie de guia para os locais das reuniões por ele ainda não bem identificados”³²³. Não havendo mapas da cidade, Zambeccari sentiu a necessidade de traçar rapidamente um que lhe permitisse circular e localizar mais facilmente a casa dos “amigos”. Como afirma Pesavento, “desenhava aquilo que lhe parecia necessário para representá-la, e seria oportuno perguntar para quem representava a cidade”³²⁴.

Ao desdobrar essa pergunta, Pesavento reforça a interpretação de que Zambeccari teria construído esse mapa para localizar seus amigos no contexto de uma conspiração em curso:

“Mais do que as poucas ruas assinaladas com o próprio nome – pois, sendo a cidade pequena, estes não são notáveis –, os leitores do mapa ou planta querem conhecer a localização exata, útil para quem traça um plano insurrecional. Varela comenta que, em face da existência de uma conspiração na qual ele já estava envolvido, aquela planta deveria servir como uma espécie de guia para os lugares das reuniões onde se encontravam os revoltosos”³²⁵.

Ou seja: “Por que lhe importaria revelar estes *detalhes* no traçado desta cidade onde se trama dentro de cada porta, onde existem ouvidos nas janelas, onde se discute em qualquer ângulo e se urde uma revolta?”³²⁶

Além disso, tudo isso poderia fazer dessa planta um instrumento útil no caso de um confronto militar, na medida mesma em que o que ela mostra são lugares que se tornariam chaves numa possível batalha – acessos, localização de quartéis e de pessoas importantes.

³²³ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 1446.

³²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19.

³²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19/20.

³²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 19.

É claro que se a sua função fosse outra, outros locais estariam em evidência na planta. Ou seja: ela seria outra planta. Contudo, e apesar de ter assinalado a ponte do riacho, os quartéis e o Presiganga, o fato de Zambeccari ter omitido a muralha e seus pontos de acesso – ainda que para um europeu, a muralha de Porto Alegre não fosse digna desse nome – dificulta para se pensar no mesmo como um mapa de preparação para a tomada de Porto Alegre. Ainda mais: o fato de que as residências das pessoas por ele assinaladas no mapa eram de gente ligada à causa revolucionária, complica ainda mais essa hipótese. Pois se o mapa caísse nas mãos dos adversários, estariam ali assinalados os nomes e a localização de vários e importantes revoltosos.

Pode-se presumir, no entanto, que o mapa tenha servido para os dois objetivos: criado por Zambeccari para facilitar sua orientação na cidade, pode também ter sido usado para auxiliar os revolucionários. Tendo em sua legenda os nomes de seus “muito amigos” e sabendo-se que os mesmos foram os idealizadores da Revolução Farroupilha, pode-se dizer que este mapa foi criado com um cunho político. Como diz Pesavento, “é um mapa político, que não tem nada que fazer com a precisão dos pontos cardeais e as proporções, e sim com o momento de sua composição e a necessidade que teve de usá-lo para se orientar. Fica muito distante do acurado mapa do Rio Grande, destinado a orientar, na vastidão do espaço, as manobras e as estratégias farroupilhas. Aqui, no pequeno espaço da cidade, a exigência da representação gráfica segue outro rumo”³²⁷.

³²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, 2001. p. 20.

5.3 - A PORTO ALEGRE DO IMPÉRIO

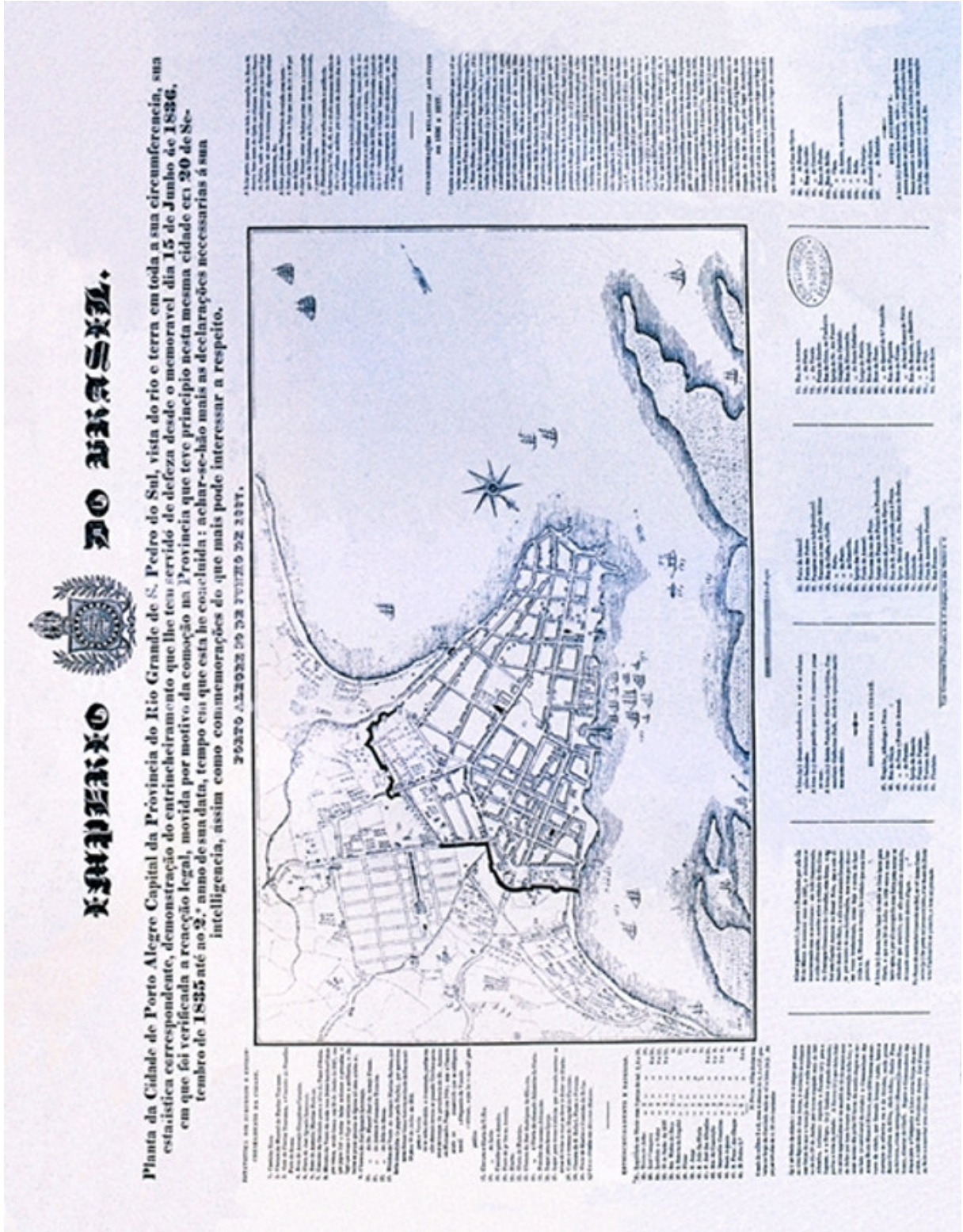


Fig. 116 – 'Planta de Porto Alegre' de 1838 (Versão Colorizada – Cd/IHGRS)



Fig. 117 – ‘Planta de Porto Alegre’ de 1838 (Versão Original - Fundação Biblioteca Nacional)

Data de 1838 (fig. 116 e 117) a segunda planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta feita pelo “Império do Brasil”. Foi executada em 1838, durante a “Revolução Farroupilha” (1835-1845). Seu nome completo é:

”Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Província que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito”. “Porto Alegre 20 de junho de 1837”

Compondo o título, como se pode ver, está a data de 20 de junho de 1837, que passa por ser a data do mapa. No entanto, em letras pequenas abaixo da planta propriamente dita e acima da escala gráfica, está escrito “Rio de Janeiro, 1838” (fig. 118), o que demonstra ter sido esta planta impressa em 1838.



Fig. 118 – Data ‘Rio de Janeiro, 1838’

Mais do que o título da planta o que mais se destaca, escrito em letras garrafais, com o brasão imperial no meio, e na linha superior é a inscrição “Império do Brasil”. De acordo com Macedo:

Essa planta que conhecemos parece ter sido calcada sobre o original de José Pedro César e executada pelo Império do Brasil, demonstrando o ‘entrincheiramento’ que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1837, em que foi verificada a reação legal, movida por motivo de comoção da Província, que teve início nesta mesma cidade em 20 de setembro de 1835.³²⁸

É, pois, no contexto da Guerra dos Farrapos que este mapa de Porto Alegre foi mandado executar pelo Império do Brasil.

5.3.1 - A Cartografia no Império

Durante o período colonial, a política implementada no Brasil por Portugal foi caracterizada pela implantação de fortes e pela criação de núcleos urbanos ao longo da costa. Para colocar essa política em prática “em 1549, Portugal envia para o Brasil alguns mestres de obras e engenheiros militares, colocando-os ao serviço dos governadores para dirigir as obras de implantação de cidades, assim como obras de fortificação”³²⁹.

Como bem coloca Tavares³³⁰, ao engenheiro militar Português

“cumpria, ao mesmo tempo, fortificar e defender o litoral contra as ações de pirataria ou de conquista, como prover as necessidades mínimas dos centros populacionais que, por isso mesmo, iam surgindo, através de edificações essenciais, de obras públicas, de igrejas, de casas de pólvora, chafarizes, estradas, estaleiros, armazéns, residências e quartéis”.

Os engenheiros militares também foram os responsáveis pela maior parte da cartografia feita na colônia. Como afirma Martins, “as atividades de mapeamento, conduzidas em sua maioria por técnicos estrangeiros, visavam a dar o suporte de conhecimento do território colonial brasileiro, buscando fornecer às Administrações, tanto

³²⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Editora da Universidade/UFRGS, p.59

³²⁹ TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Horizonte, 1999. p. 133.

metropolitana como colonial, as informações necessárias para o planejamento, entre outros aspectos, de sistemas defensivos, bem como as rotas de penetração e ocupação daquele vazio geográfico de então”³³¹.

Devido às várias colônias portuguesas, o tamanho do território brasileiro e a importância que o Brasil foi adquirindo economicamente, a Coroa Portuguesa além de contratar engenheiros estrangeiros, passou a ter necessidade de um contingente maior de engenheiros portugueses.

Face às necessidades crescentes, Portugal decide abrir aulas de engenharia, com um sentido inicial predominantemente militar. Assim, já em 1647 surgia em Portugal a “Aula de Fortificação” que depois se tornaria a Academia Militar, cujo “funcionamento constituiu uma fase marcante da história da Engenharia portuguesa, sobretudo pelo impulso que com ela se deu à formação de um apreciável contingente de engenheiros nacionais, alguns dos quais conquistaram grande reputação como profissionais”³³².

No Brasil, a primeira “Aula de Artilharia” foi criada no Rio de Janeiro, pelo Ato de 19 de agosto de 1738. Representou o embrião da futura Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Assim, segundo Tavares³³³, a “Engenharia Militar surgiu, entre nós, como herança direta da organização militar portuguesa, através de seus elementos que para aqui eram destacados, na medida em que o exigiam os interesses da defesa e da organização do Brasil - Colônia”.

Pela importância que a Engenharia foi assumindo na questão militar, não só pelas funções assumidas, mas também pelas mudanças na forma de guerrear (ataque e defesa), a própria estrutura do exército foi se transformando ao longo do tempo, até que o Corpo de Engenheiros se tornou uma unidade autônoma. No tempo de D. João VI essa unidade se chamava “Real Corpo de Engenheiros”.

Com a declaração da Independência, “grande número de oficiais portugueses do Corpo de Engenheiros optou pela nacionalidade brasileira, assumindo, por escrito, o compromisso de servir, sem restrições, ao Exército e à Nação”³³⁴.

³³⁰ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 22.

³³¹ MARTINS, José Corrêa. Arquivo Histórico do Exército. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 12.

³³² TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 46.

³³³ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 28.

³³⁴ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 75.

Os engenheiros militares, agora a serviço do Império do Brasil, continuaram a fazer o que vinham fazendo, e entre seus afazeres estava a cartografia. No entanto, como diz Costa³³⁵

“a ênfase nas atividades de preparação militar, as constantes reduções do seu efetivo e o aproveitamento dos engenheiros desse corpo na execução de obras civis, pela falta de engenheiros e de escolas voltadas à formação de engenheiros civis, são fatores que em boa parte explicam a pequena produção de documentos cartográficos nos primeiros anos do Brasil Império”.

A partir dos registros do Arquivo Histórico do Exército e da Fundação Biblioteca Nacional, pode-se ter uma idéia da produção cartográfica desses engenheiros, entre 1831 e 1845 (Anexo 2). Essas datas foram escolhidas porque marcam, durante o Império, as rebeliões que aconteceram principalmente durante o Período Regencial (algumas terminaram no começo do 2º Reinado), entre as quais a Revolução Farroupilha. Dessa relação constam 135 elementos cartográficos.

Destes 135 mapas, 43 são da região nordeste, 40 da região sudeste, 32 da região sul, 15 da região norte, 4 da região centro-oeste. Um não foi possível identificar a que região pertence, trata-se da ‘Carta do Campo de Pirara’, de 1840. Dentre os cartógrafos relacionados, foram encontrados aproximadamente 74 nomes nos 135 mapas, sendo que foi possível identificar a autoria em 27 mapas. Dos 74 nomes de cartógrafos identificados (anexo 3), pelo menos 54 têm patente militar e grande parte deles pertence ao corpo de engenheiros militares.

Dessa produção cartográfica, 42 são mapas de províncias, partes de províncias e regiões; 19 são mapas de cidades/vilas/arraiais/freguesias; 04 são detalhes de cidades; 15 são mapas hidrográficos e de rios; 06 descrevem portos, barras e ancoradouros; 5 são mapas de costa e enseadas; 2 são mapas de ilhas; 13 dizem respeito a terrenos, freguesias e campos; 1 se refere à questão de limites; 3 a marchas; 2 são mapas de acampamentos, 1 de estrada; 1 de rincão; e 2 de teatro da guerra (estes dois dizem respeito à guerra dos farrapos). Nessa coleção ainda pode-se encontrar 7 plantas de fortes, 1 de fortificações, 2 de baterias, 1 planta de edifício de arsenal, 3 de quartéis, 1 de tenalha, 1 de convento, 1 de igreja e 1 de hospital. Essa amostra é bastante ilustrativa da variedade de funções que os engenheiros militares desempenharam no Brasil.

³³⁵ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.163.

Dos 135 mapas, pode-se depreender que 118 são mapas ‘originais’, no sentido de que foram feitos pelo cartógrafo naquela data. Os outros 17 são cópias de mapas que estavam no arquivo militar, provavelmente manuscritos dos quais se precisavam mais exemplares.

Da listagem de 74 cartógrafos (Anexo 3), vêem-se nomes importantes da história do Brasil e da história militar. Pelo menos seis deles foram Presidentes de Províncias – Antonio Nunes de Aguiar, Frederico Carneiro de Campos, Henrique de Beaurepaire-Rohan, Jerônimo Francisco Coelho, José Antonio Pimenta Bueno e José Joaquim Machado de Oliveira. Alguns foram Ministros da Guerra – Henrique de Beaurepaire-Rohan, Jerônimo Francisco Coelho e Pedro de Alcântara Bellegarde –, e tem também um Ministro da Marinha – Diogo Jorge de Brito. Tito Alves de Brito foi um dos primeiros alunos da Academia Imperial de Belas Artes, José Joaquim d’Ávila publicou um compêndio de matemática e Jozé Saturnino da Costa Pereira publicou um Dicionário Topográfico do Império do Brasil.

Além do mapa de Porto Alegre de 1838, pode-se identificar nesta relação 6 mapas que dizem respeito aos movimentos/rebeliões deflagrados no Brasil entre 1831 e 1845. Dois deles são de 1839 e intitulam-se “PLANTA DO ACAMPAMENTO DE PIRAJÁ E ITAPOÃN”. Um é de autoria de Antonio Pinto Siqueira e o outro é de Henrique de Beaurepere-Rohan (fig. 119). São mapas da Bahia e dizem respeito à Sabinada. O resto do título do mapa de Beaurepere-Rohan demonstra bem o tema de seu mapa: “e mais pontos occupados tanto pelo Exercito Imperial como pelas forças rebeldes desde o dia 13/11/1837 até o dia 13/03 do anno seguinte com a indicação das estradas por onde transitou o mesmo Exército desde este dia até o da tomada da cidade de S. Salvador pelo Illmo. e Exmo. Sr. João Chisostomo Callado, Marechal de Campo, General em Chefe do Exercito, em 16 do mesmo mez”



Fig.119 – ‘Planta do Acampamento de Pirajá e Itapoã’ de Beaurepere-Rohan 1839

Um outro mapa intitulado “PLANTA DO ARRAIAL DE SANTA LUZIA E SUAS IMMEDIAÇÕES” (fig. 120) é do ano de 1842 e de autoria do Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Diz respeito a “Revolta de 1842” que eclodiu em São Paulo e Minas Gerais e que foi uma reação de liberais às mudanças promovidas pelo gabinete conservador, tendo sido reprimida pelo governo com tropas lideradas pelo então Barão de Caxias. O restante do título mostra um pouco dessa historia: “com as posições ocupadas pelos rebeldes e as tropas imperiaes[sic] no combate em 20 do mez d'agosto de 1842 sob o comando do Exmo. General em Chefe Barão de Caxias”.

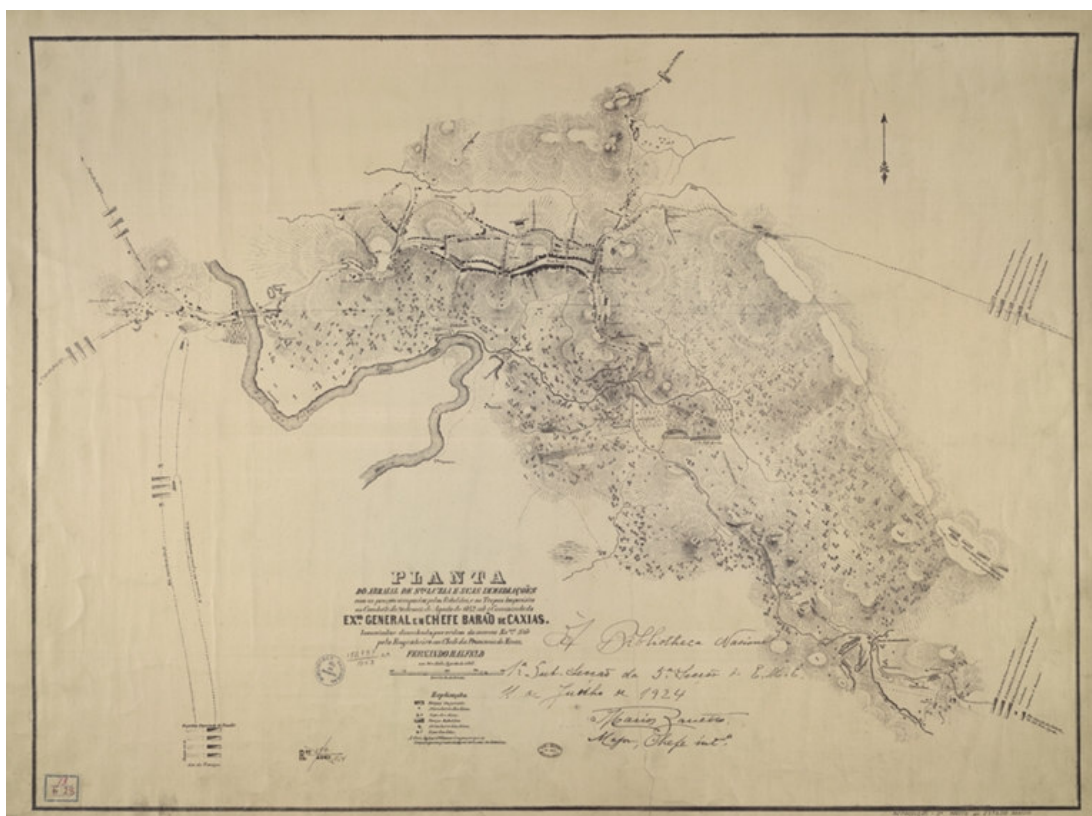


Fig.120 – ‘Planta do Arraial de Santa Luzia e suas immediações’ de Henrique Halfeld 1842

Os outros três mapas dizem respeito à Guerra dos Farrapos. Um deles é outra planta da cidade de Porto Alegre, esta de 1839, de autoria de L. P. Dias, tratada nesta tese. A segunda se chama “MAPPA DO THEATRO DA GUERRA NA PROVINCIA DO RIO DE GRANDE DE S. PEDRO” (fig.121), feita em 1839 e na qual não há indicação do cartógrafo. A última dessas plantas é a de Tito Alves de Brito (fig.122) e se intitula “DISPOSIÇÃO DA FORÇAS IMPERIAL E REBELDE, NO ATTÁQUE DE PONCHE VERDE na Provincia do Rio Grande do Sul em 26 de maio de 1843: sendo presidente e comandante em chefe o General Barão de Caxias”



Fig.121 – 'Mappa do theatro da guerra' 1839

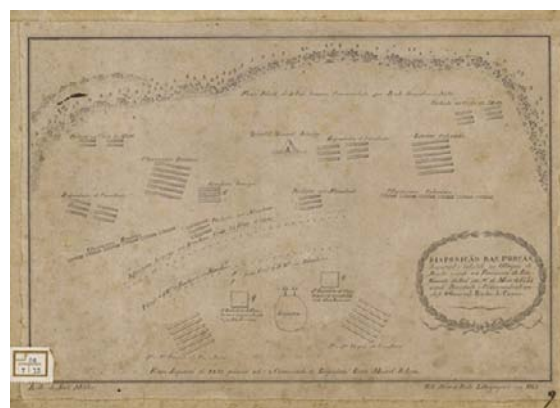


Fig.122 – 'Disposição das forças Imperial e...' 1843

Em nenhuma dessas plantas, o brasão imperial aparece no mapa. No entanto, na relação de mapas do período, pode-se encontrar um mapa intitulado 'MAPPA CHOROGRAPHICA DA PROVINCIA DE S^a. CATHARINA, parte da P^a. de S. Paulo e P^a. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay' que contém o brasão do Império. Ele foi feito pelo Major Engenheiro C. Van Lede³³⁶ em 1842. Este Major não pertencia ao Corpo de Engenheiros do Império.

Charles Maximiliano Luiz van Lede (1801-1875) foi um engenheiro e pesquisador belga, foi também Delegado da Sociedade Belga de Colonização tendo iniciado a colonização belga no município de Ilhota, Santa Catarina. Em carta a Assembléia de Santa Catarina pede que esta se

“pronuncie com franqueza sua opinião acerca do estabelecimento de huma colônia de artistas e agricultores belgas no centro desta província; e pedindo informações detalhadas sobre todas as terras já concedidas e ocupadas, e as leis de colonização em vigor, a fim de poder prevenir para o futuro quaes quer dificuldades à prosperidade, e estabilidade de hum tal estabelecimento”.

Desse episódio sabe-se que

“no ano de 1845, os belgas Van Lede e os irmãos Lebon fundaram uma colônia belga, por conta própria, em terras compradas em 1842, ao tenente-coronel José Henrique Flôres, no lugar ILHOTA, nas margens do Rio Itajaí. Naquele ano de fundação, chegaram, na companhia de Charles Van Lede e os irmãos Lebon, 24 famílias belgas, das quais ainda existem descendentes como: Castellain Maes, Maba, Hostin, De Gang, Blocveld, Filipps, Conink,

³³⁶ Dados extraídos do livro LEDE, Charles van. De la colonization au Brésil. Bruxelles: A la Librairie d'Aug Decq, 1843. p. 418. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=94APAAAAQAAJ&pg=PA418&lpg=PA418&dq=C.+van+Lede&source=bl&ots=zS68kUTLrG&sig=RcNgynb9k7XddyPD9qUY5GMzzEk&hl=pt->>

Gevaerd, etc. No ano seguinte chegaram 12 famílias francesas. Entre essas: Vellain, Saaes , Lenoir, etc. Encontrando dificuldades no desenvolvimento da colônia, Van Lede retornou à Bélgica, com a promessa de voltar dentro de um ano com recurso. Lá adoeceu e recolheu-se ao hospital Burges, onde veio a falecer. Antes, porém, doou àquela instituição a colônia de ILHOTA. O hospital de Burges enviou Van Dye com a procuração de vender as terras da colônia, o que não se deu, em virtude da violenta reação dos colonos³³⁷.

Em relação à correspondência de C. Van Lede, a resposta da Assembléia foi bastante positiva dizendo que manifestava “os nossos sentimentos acerca da Colonização Belga, para cuja effectividade na nossa Provincia a Assembléa se não poupará a exforços no que estiver a seu alcance dentro dos limites da Constituição, e do Acto adicional”. Ainda mais, nessa mesma resposta diz “que se exija da presidência da Província as informações sobre as terras, e leis de colonização para serem transmittidas ao mesmo senr. Van Lede³³⁸”.

Van Lede recebeu esses mapas e a partir deles construiu o seu (fig.123), que foi feito “segundo as observações dos Brigadeiros Engenheiros José Custódio de Sá e Faria em 1774; Joao da Costa Ferreira em 1783; as dos extintos Jesuítas; as do Tenente Coronel Joao A. Ferreira em 1783; as dos astrônomos Francisco de Oliveira Barboza e Francisco José de Lacerda em 1789, 1793; as de Dom Félix de Azara; as das expedições Hidrográficas Francesas em 1819, 1822 e 1833; e as feitas ultimamente pelo Autor e pelo Major Engenheiro José da Victoria Suarez de Andrea em 1842”.



Fig. 123 – ‘Mappa chorographico da Província de Stª. Catharina, ...’ de C. Van Lede 1842

BR&ei=qzoASs_kkZeqtgfTxamNBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7#PPP9,M1>. Acesso em 05 mai. 2009.

³³⁷ BIBLIOTECA DO IBGE. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/ilhota.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

³³⁸ Dados extraídos do livro LEDE, Charles van. De la colonization au Brésil. Bruxelles: A la Librairie d’Aug Decq, 1843. p.420. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=94APAAAAQAAJ&pg=PA418&lpg=PA418&dq=C.+van+Lede&source=bl&ots=zS68kUTLrG&sig=RcNgynb9k7XddyPD9qJUY5GMzzEk&hl=pt-BR&ei=qzoASs_kkZeqtgfTxamNBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7#PPP9,M1>. Acesso em 05 mai. 2009.

Como se vê acima do cartucho do título (fig.124), no mapa de Van Lede consta o brasão do Império.



Fig. 124 – Detalhe do mapa de C. Van Lede como brasão imperial

5.3.2 – Do Desenho da Planta de 1838



Fig. 125 – Planta de Porto Alegre de 1838, FBN.

A “Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Provincia que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a

respeito”, do Império do Brasil e impressa em 1838, é uma planta monocromática, numa folha de 45 X 58cm e não possui a assinatura de nenhum cartógrafo.

A data que faz parte do título é mencionada no mapa na legenda 8, como “o dia de um ataque do General Netto, realizado do Moinho de Vento existente nesse local em que foram lançadas mais de 150 balas ardentes e granadas contra a cidade de Porto Alegre, tendo Netto se retirado com a artilharia logo após o cessar fogo”. O mapa propriamente dito (fig.125) ocupa aproximadamente o centro da página e está desenhado dentro de um retângulo de 22,1 X 37 cm, havendo escritos na parte superior (título, ‘assinatura’ e data), nas laterais e na parte inferior (legendas). O texto das legendas se distribui em colunas começando no lado esquerdo e se estendendo pela parte inferior em cinco colunas, recomeçando na quinta coluna na parte superior – esta coluna fica no lado direito do mapa. A diagramação da planta é feita através de 6 colunas, uma do lado esquerdo e uma do lado direito e quatro colunas centrais que só são vistas na parte inferior. O mapa em si ocupa, em termos de largura, o espaço de quatro colunas. Na parte superior os textos – título e ‘assinatura’ – estão escritos de forma a ocupar toda a extensão da folha, sem a utilização de colunas. Essa diagramação da planta lembra a diagramação da 1ª folha de um jornal, com o nome do mesmo ocupando a parte superior que neste caso é o texto ‘Império do Brasil’ e o desenho do brasão imperial, o que seria a ‘assinatura’. Em seguida o nome da planta, que seria a manchete da notícia de capa. A data colocada embaixo reforça essa idéia, pois é um dado que sempre aparece em jornais. O mapa é a ilustração da notícia e as colunas onde estão as legendas são como as colunas onde normalmente se desenvolvem as matérias jornalísticas (fig.126).

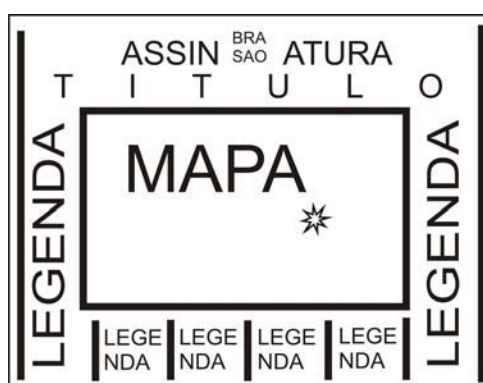


Fig. 126 – Esquema da Planta de Porto Alegre de 1838

Vários jornais editados nessa época apresentam elementos que remetem à forma de diagramação da planta de 1838. O jornal ‘Diário do Governo’ (fig.127), que foi o nome com que a ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ passou a ser chamada a partir de 02 de janeiro de 1823, contém, acima do nome e abaixo da data, o epíteto ‘Império do Brasil’ e o brasão – o que eu chamo no mapa de sua ‘assinatura’. E para o jornal ‘Diário do Governo’ também se pode

dizer que era uma assinatura, pois, segundo Miranda, este “jornal, publicado no Rio de Janeiro (RJ), servia como veículo oficial do governo do Império brasileiro”³³⁹. A ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ (fig.128) tinha o brasão misturado com o nome do jornal.



Fig.127 – ‘Diário do Governo’ 1831



Fig.128 – ‘Gazeta do Rio de Janeiro.’ 1819

Assim como na planta de 1838, no ‘Diário do Governo’ a ‘assinatura’ aparece mais distintamente que o título do mapa ou o nome do jornal. Esse jornal circulou de 02 de Janeiro de 1823 a 20 de maio de 1824 quando passou a se chamar ‘Diário Fluminense’, que manteve a mesma diagramação com duas colunas, e a ‘assinatura’ ‘Império do Brasil’ maior que o título do jornal. No ‘Diário Fluminense’ (fig. 129) até o tipo de letra usado na ‘assinatura’ do mapa (fig. 130) é o mesmo.



Fig.129 – ‘Diário Fluminense’ 1824

³³⁹ MIRANDA, Márcia Eckert & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais Raros do Musecom, 1808–1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p. 41.



Fig.130 – Detalhe da assinatura do mapa de 1838

Como refere Miranda, o 'Diário Fluminense' era um "jornal oficioso, publicado no Rio de Janeiro (RJ), surgido em substituição ao Diário do Governo. Nos anos que antecederam à abdicação de D. Pedro I, assumiu uma postura conservadora, servindo inclusive como principal veículo utilizado para a divulgação de textos redigidos pelo próprio Imperador, em resposta a seus opositores. Encerrou suas atividades em 24 de Abril de 1831 quando voltou a se chamar 'Diário do Governo'"³⁴⁰.

Esses jornais tinham duas colunas, o mapa tem seis. O 'Jornal do Comércio' em edição de 1838 já tinha quatro colunas (fig.131); o 'Diário de Pernambuco' (fig.132) em edição de 1825, assim como o mapa, tinha seis colunas; e o 'Semanario do Cincinnato' possuía três.



Fig.131 – 'Jornal do Comércio' 1838



Fig.132 – 'Diário de Pernambuco' 1825

O semanário 'Semanario do Cincinnato' (fig.133) e o bissemanário 'O Sete d'Abril' (fig.134), publicados no Rio de Janeiro entre 1833 e 1839, possuíam a data abaixo do nome.

³⁴⁰ MIRANDA, Márcia Eckert & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais Raros do Musecom, 1808–1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p. 42.



Fig. 133 - 'Semanario do Cincinnato' 1837

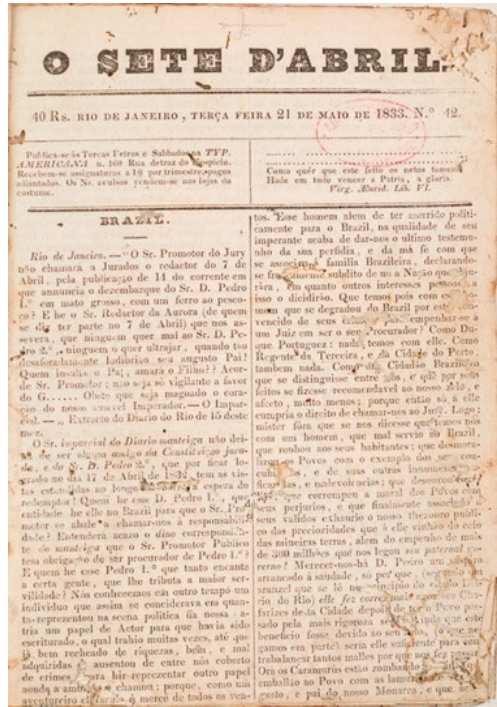


Fig. 134 - 'O Sete d'AbriL' 1833

A distribuição de legendas ou textos em colunas nos mapas não surgiu, no entanto, nesta época. Encontram-se mapas com essa disposição em períodos anteriores, mesmo referentes ao Brasil, como o mapa 'Olinda de Pernambuco' (fig. 135) de Claes Janszoon Visscher, datado de 1630.

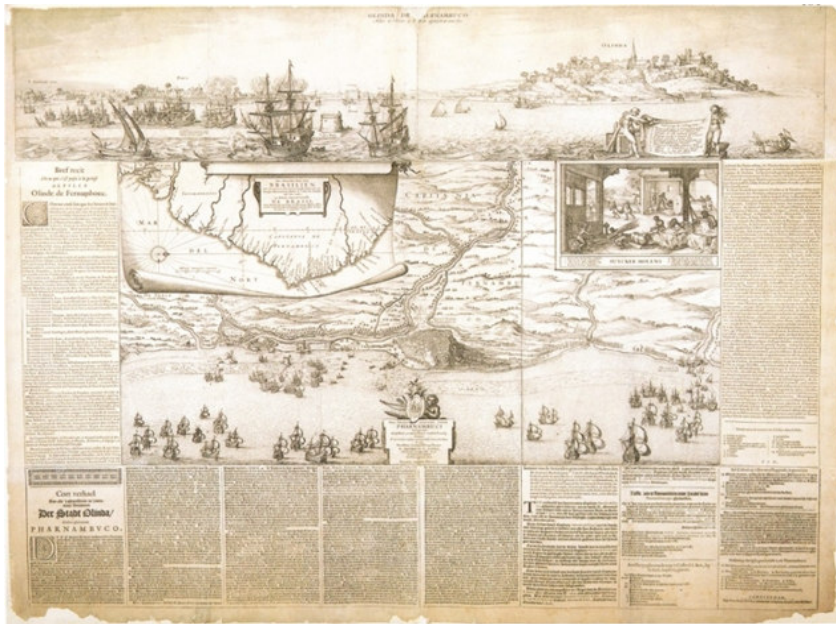


Fig. 135 - 'Olinda de Pernambuco' de Claes Janszoon Visscher de 1630

Pode-se dizer que as legendas da planta de 1838 estão divididas em dois níveis: num dos níveis encontra-se uma divisão das mesmas em 04 títulos e uma 'Nota Accessoria';

no outro nível, tem-se parte das indicações de referência no mapa, através de números e letras.

No primeiro grupo de legendas, cujo título é 'Estatística dos subúrbios e entrincheiramento da cidade', têm-se indicações de ruas e locais fora da muralha da cidade. O segundo grupo, chamado 'Etrincheiramento e Baterias', é formado por indicações de armamentos dispostos ao longo da muralha. No terceiro grupo que se intitula 'Estatística da Cidade', aparecem indicações de referências dentro da muralha. O quarto grupo, 'Commemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837', conta histórias dos cercos feitos pelos farrapos a Porto Alegre e que são vitórias dos legalistas, do governo imperial. A 'Notta Accessoria' é utilizada para explicar algumas das convenções gráficas utilizadas. (fig. 136)



Fig. 136 – Notta Accessoria



Fig. 137 – Estatística dos subúrbios e entrincheiramento da cidade

Quando se considera as referências numéricas, encontramos indicações de 1 a 107 sob três títulos:

* No primeiro título, 'Estatística dos subúrbios e entrincheiramento da cidade', a numeração vai de 1 a 30 e contém informações sobre a localização de Estradas, Caminhos, Becos, Chácaras, Olarias, Potreiros, Moinhos de vento, Ponte, Riacho, fonte e lugares (fig. 137).

* No segundo, 'Etrincheiramento e Baterias', a numeração vai de 31 a 46 e dá nomes aos conjuntos de baterias, especificando a quantidade e o calibre das armas ali existentes (fig. 138).

* No terceiro grupo, 'Estatística da Cidade', encontra-se o restante da numeração, do 47 ao 107. Este grupo contém informações sobre a localização de ruas, travessas, becos, praças, largos, trapiches, praias, pontas, passagens, igrejas, hospital, Alfândega, Cadêa, Casa da Opera, Palácio da Presidência, Assembleia Provincial, cemitério, catacumba, arsenal de guerra e arsenal de Marinha (fig. 139).

ENTRINCHERAMENTO E BATERIAS.

31. Legalidade ou Morte com 3 peças de cal. 3, 6 e 18.			
32. Trinta de Julho	1	..	18.
33. Leão Casapava	2	..	6 e 18.
34. Lealdade e Valor	4	..	9 e 12.
35. 15 de Junho de 1837	2	..	9 e 12.
36. Sra. Madre de Deos	2	..	6.
37. 2 Bateria da Legalid.	1	..	12.
38. Fumo	1	..	6.
39. S. Jorge	1	..	6.
40. S. João da Olaria	3	..	6.
41. S. José dos Allemães	2	..	3 e 18.
42. Sra. da Conceição	3	..	6 e 9.
43. Imperador Constituc.	2	..	3 e 6.

Fig. 138 – Entrincheiramento e Baterias

ESTATISTICA DA CIDADE.

47. Trapiche, Alfandega e Praça.
48. Rua da Graça.
49. ,, da Praia e Praça do Arsenal.
50. ,, do Paraizo.
51. Igreja do Rozario.
52. Praça do Paraizo.
53. Travessa do Paraizo.
54. Florinho.

Fig. 139 – Estatística da Cidade

As referências através de letras são encontradas no segundo e no quarto título, bem como na 'Notta Accessoria'. No segundo título, 'Entrincheiramento e Baterias', encontram-se as letras (a:), (g:), (c:), (d:), (o:), (p:), (q:), (r:), e (s:). Na 'Notta Accessoria', aparecem as letras (b:), (t:) e (u:). No quarto título, aparecem as letras (c:), (d:), (e:), (f:), (g:), (h:), (i:), (l:), (m:) e (n:). É de se notar que algumas letras aparecem em mais de um título. Destas legendas, as (c:), (d:), (e:), (f:), (p:), (r:) e (s:) indicam barcos no rio/lago Guaíba. As legendas (a:), (b:), (m:), (n:) e (o:) indicam locais em terra e as legendas (g:), (h:), (i:), (l:), (q:), (t:) e (u:) indicam locais no rio/lago Guaíba.

O que está escrito nas legendas da planta de 1838 também se assemelha ao que é escrito nos jornais, pois varias dessas legendas nos relatam noticias de acontecimentos da Guerra dos Farrapos. (fig. 140)

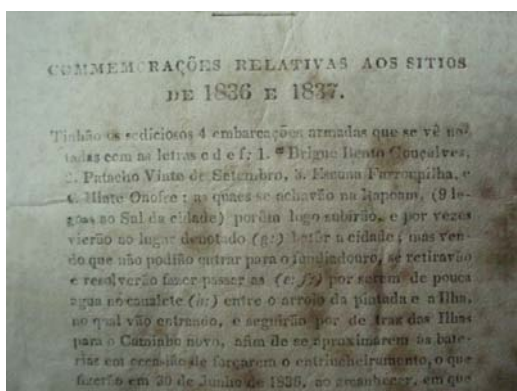


Fig. 140 – Commemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837

A começar pelo quarto título, 'Commemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837', que reporta vários aspectos do cerco a Porto Alegre. As legendas alfabéticas ajudam a situar e a relatar o que segue:

“Tinhão os sediciosos 4 embarcações armadas que se vê notadas com as letras c, d, e, f. 1^a. Brigue Bento Gonçalves, 2. Patacho Vinte de Setembro,

3. Escuna Farroupilha e 4. Hiate Onofre; as quaes se achavão na Itapoam (9 legoas ao Sul da cidade) porêm logo subirão, e por vezes vierão ao lugar denotado (g:) batêr a cidade; mas vendo que não podião entrar para o fundiadoro, se retirarão e resolverão fazer passar as (e:f:) por serem de pouca água no canalete (h:) entre o arroio da pintada e a Ilha, na qual vão entrando, e seguirão por de traz das Ilhas para o Caminho Novo, afim de se aproximarem as baterias em ocasião de forçarem o entrincheiramento, o que fizerão em 30 de Junho de 1836, ao amanhecer, em que se postarão no lugar (i:) fazendo fogo sobre as baterias, e duas embarcações (Escuna e Hiate) pequenas que ligeiramente forão armadas com huma peça de rodízio cada huma de calibre 9, e do lado do Oeste, lugar (g:) se postarão o Brigue e o Patacho (c: d:) fazendo fogo sobre a cidade e baterias que defendião a entrada para o fundeadouro. Aturou o ataque 3½ horas de fogo de canhão e fuzilaria, ao fim das quaes se retirarão os sitiantes de terra e mar as suas forças que montarão a mais de 1500 homens, quando os combatentes que defendião a cidade não chegavão a 300. Passados dias suspenderão as embarcações (e: f:) do seu fundeadouro na frente da chácara 2ª, para se hirem juntar com as (c: d:); mas chegando ao canalete (h:) por onde tinhão entrado, em razão de ter baixado o rio, encalharão, e passado horas só pode sahir a (f:) e a Escuna (e:) voltou para traz, e deu fundo no Rio Guahiba (ou Rio Pardo chamado) cuja foz he na letra (l:). Achando-se o Hiate (f:) só, e fundiada huma legoa ao Sul da cidade, e tendo chegado da Itapoam em hum Escaller Guilherme Park, commandante da Esquadilha que estava fora da mesma Itapoam por não poder entrar por motivo das baterias dos sediciosos: se embarcou na Escuna em 14 de Julho de 1836, levando consigo o Hiate e 3 Lanchões, lhe foi dar cassa e o prisionou, e tendo noticia disto a Escuna (e:) seguio rio acima e foi fundiar a 12 legoas de distancia. Constando esta tomada as duas embarcações (c: d:) que estavam na Itapoam, subirão e fundearão em grande distancia ao rumo do Sul da cidade quando pelas 3½ horas da madrugada do dia 20 de Julho pelo lugar da emboscada (pois que então era mato e não tinha as fortificações que ora ali se vê de (m:a n:), rompeo o fogo que logo circulou por outros pontos, e no mar das embarcações (c: d:) que tinhão de noite vindo postar-se no lugar de costume”.

A legenda 8, ao mesmo tempo em que indica a localização de um Moinho de Vento, relata ser este o local “de onde tem Netto batido a Cidade por vezes, sendo huma em 20 de junho de 1837, em que jogou 150 e tantas balas ardentes e granadas, e logo que cessa o fogo se retira com a artilheria, e são tantas as peças quanto às figuras ali com a letra o”.

A legenda 13 indica um grupo de Moinhos de Vento e uma nova história sobre acontecimentos da Guerra dos Farrapos: conta que os moinhos eram de propriedade de “Antonio Martins Barboza, que forão demolidos (e pagos pela Nação), por quererem os sitiantees formar huma bateria acoberto delles na noite de 19 para 20 de Julho de 1836”.

Algumas legendas – 15, 26 e 27 - referem-se a notícias mais gerais da cidade de Porto Alegre. Elas se referem à Várzea, a região do atual Parque Farroupilha. Na 15, diz que a “Varzia que se acha dividida e demarcada, porém em projecto, não obstante terem se passado Títulos a quem os requireo no tempo da presidência de Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga em 1834; mas a Câmara até o presente não tem consentido que se edifiquem”; a 26 indica, em função dessa demarcação, o lugar para a construção de uma igreja; e a 27 o lugar de construção de uma “Caldeira que devendo receber as águas de todas as ruas as deve ir deitar no Riacho”.

As legendas numéricas restantes não nos dão notícias, apenas referências. Já boa parte das legendas alfabéticas se não contam alguma história, ajudam a compreender e situar a história.

A legenda (g:), além de aparecer em dois títulos (no segundo e no quarto), refere-se a um ponto a Oeste da cidade, no Guaíba. Ela também mostra histórias de batalhas e acontecimentos da Guerra dos Farrapos. As histórias narradas são eventos em que os legalistas têm obtido vitórias ou no mínimo resistido aos ataques. Nesta legenda, é relatada a prisão de Bento Gonçalves como segue:

“A Escuna (e:) que tinha hido rio acima apresentou-se na manhã de 24 do mesmo mez de Julho por hum levante que a guarnição della fez; e nesse mesmo dia pelas 10 horas da manhã chegou ao outro lado (o occidental da cidade) o Commandante das Armas Bento Manoel Ribeiro, com 1200 homens em soccorro da cidade, que fazendo levantar o sitio, bateo e destroçou os sitiantees em 4 de Outubro, sendo presos Bento Gonçalves da Silva, chefe delles; Onofre Pires da Silveira, e hum estrangeiro (Romano) de nome Zembicary, director do Chefe”.

A legenda com a letra (o:) além de, como a legenda (g:), indicar um local, também conta uma história, a da tentativa de invasão da cidade, através desse local, pelos revolucionários, no dia 20 de julho de 1836, com um contingente formado principalmente por alemães. Esses invasores além de não terem conseguido o seu intento, perderam bastante armamento no local.

A legenda com letra (b:) que se encontra vinculada à ‘Notta Accessoria’, indica um local onde existiram Baterias e conta que as mesmas serviram para defender a cidade dos ataques realizados por Bento Gonçalves em 30 de junho e 20 de julho de 1836.

Quanto às outras legendas que fazem parte da ‘Notta Accessoria’ umas mencionam características de parte da artilharia e das baterias e outras falam de algumas das convenções gráficas utilizadas, que necessitavam de esclarecimentos e que dizem respeito à muralha. Estas legendas (quatro) são as seguintes:

- A linha preta que corre em toda a extensão do Beco 90, denota hum muro de tijolo na chacara de Israel Soares de Paiva, onde se formarão andaimes para se fazer fogo de fuzilaria no caso de tentarem por ali algum ataque para entrarem, &c.
- A linha preta denota Trincheira de caixão com terra.
- A linha preta larga denota o foço que tem de 14 a 20 palmos de largo.
- O claro branco entre as linhas pretas denota o intervallo que há da Trincheira ao foço, parte de terra encostada, e parte de torrão.

Como explica Macedo³⁴¹, ao analisar a planta de 1838, essas legendas fazem

“longa descrição das fortificações (...) indicando o processo construtivo (...): ‘Uma trincheira de duas estacadas paralelas, com terra socada entre elas (caixão). Do lado de fora um fosso (linha grossa preta, de largura variável entre 3,10m e 4,40m). Entre a trincheira e o fosso (linha branca e linha preta), uma rampa feita de terra simplesmente encostada e de torrão, ajeitada geometricamente’. Além do processo construtivo das ‘trincheiras’ a planta também explica o traçado, incluindo algumas alterações em determinados trechos”

Não resta dúvida de que esta planta procura cumprir os preceitos científicos de sua época. Nela já se pode encontrar a escala gráfica em braças – 250 (colocada de forma centralizada, abaixo da planta) (fig.141). Pode-se encontrar também a indicação do norte através do desenho de uma rosa dos ventos (fig.142) colocada junto à representação da ponta da península, com uma das pontas desenhada de forma destacada indicando o Norte. Esta planta é desenhada com o sudeste quase para cima.

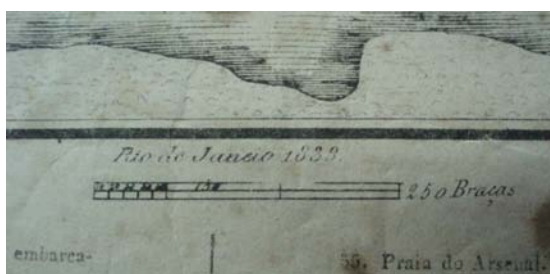


Fig.141 – Escala gráfica em braças (250)



Fig.142 – Indicação do Norte

³⁴¹ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993. p. 59.

Neste mapa de 1838, tem-se a indicação do sentido em que as águas do lago/rio Guaíba correm, através de setas nele desenhadas. E há uma fidelidade geográfica na representação da 'península'.

O desenho da planta é, portanto, uma representação da cidade de Porto Alegre, de parte de seus arredores, de parte do lago/rio Guaíba e parte de algumas de suas ilhas em duas dimensões. Os quarteirões e as ruas estão demarcados por traços que configuram as suas formas e as direções das ruas, becos e travessas. A planta passa a impressão de ter havido um levantamento dos elementos construídos, pois o desenho dos seus quarteirões não é um elemento cheio e compacto, existe a demonstração da ocupação das faces das quadras e no interior das mesmas restam, em grande parte, espaços vazios (fig.143). Além disso, o desenho dos elementos construídos mostra a ocupação das quadras, o que deixa transfigurar que há uma maior densificação na parte norte da península. As faces das quadras dessa parte da península estão todas construídas, não há espaços vazios. Já na parte menos densificada, há espaços não construídos nas faces das quadras. Em relação à planta de Zambeccari, talvez pelo fato de que nesta planta a península está desenhada, pode-se ver a parte sul da mesma. Pode-se ver bem que é uma região pouco densificada, pois ao longo de suas ruas, nas faces das quadras, há espaços vazios. No desenho dos elementos construídos, há uma simulação de tridimensionalidade, como na planta de Zambeccari, com o reforço através de uma linha mais forte de um dos lados desses elementos. Também como na planta de 1833, os barcos que aparecem no Guaíba são desenhados de uma forma mais tridimensional.



Fig. 143 – Detalhe quadras planta de 1838

Não há indicações de curvas de nível, nem nenhum tipo de representação que identifique as diferentes alturas do terreno representado. Da forma como a planta está desenhada poder-se-ia presumir que a cidade de Porto Alegre e seus arredores foram construídos numa superfície plana.

O que mais chama atenção no desenho é a linha preta reforçada que mostra a muralha da cidade, sendo que, pela interrupção dessa linha, a muralha estaria incompleta, não cercando toda a península. Macedo³⁴² atualiza a localização da muralha:

“O trecho oriental da linha de defesa se situava desde o rio, mais ou menos onde hoje passa a Rua Pinto Bandeira, subindo o espigão da Avenida Independência, passando por trás da Santa Casa de Misericórdia até a Praça do Portão e desta seguindo pela Avenida João Pessoa até a Sarmiento Leite. Tudo leva a crer que este portão, referido na descrição, era apenas uma interrupção nas trincheiras para facilitar o acesso ou a saída, quando desejados e que seria fechado durante a noite ou nos momentos de perigo por sistema de grades ou troncos articulados. Caso fosse um portão com dobradiças ou caixilhos, a planta teria informado como o fez com todas as outras alterações do processo construtivo”.

A representação do lago/rio Guaíba é caracterizada pelas setas que indicam o sentido das águas, pelo desenho dos barcos e por um trabalho gráfico, quase que um sombreamento nas zonas fronteiras entre terra e água. Este sombreamento é feito por linhas paralelas, ao lado maior do retângulo dentro do qual o mapa está desenhado, e foram desenhadas em todas as fronteiras entre o que é rio e o que é terreno.

Fora da muralha, vemos o traçado do riacho, uma incidência maior de vegetação (dentro da cidade, a representação da vegetação está restrita a três espaços junto à muralha), inclusive os caminhos aqui são demarcados pela vegetação e não por elementos construídos. Há uma nítida demarcação nesta planta entre o urbano (dentro da muralha), com a incidência de elementos construídos, e o rural (fora da muralha) onde a presença da vegetação é maior e os elementos construídos existem, mas são bastante rarefeitos. Fora das muralhas, a vegetação divide as chácaras de uma maneira aparentemente não planejada. Somente na região denominada ‘varzia’ parece haver certo planejamento com um traçado de elementos ortogonais. Através de linhas contínuas, entrecortadas por outras, indica-se a projeção de algo que ainda não existe, projetado para acontecer no futuro: trata-se de uma proposta de loteamento da área da ‘varzia’, o atual Parque da Redenção.

No desenho das ilhas, a forma como a vegetação está representada dá a entender que nelas não existe uma apropriação dessas terras para culturas, o que difere bastante do desenho das terras fora da muralha, onde as divisões das chácaras dão a entender a existência de campos cultivados, ainda que não haja uma representação gráfica mais condizente.

³⁴² MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993. p. 59.

A questão do desenho da planta ser semelhante à diagramação de um jornal tem retrospectos como, por exemplo, o já apontado ‘Olinda de Pernambuco’ de Jans Claus Visscher (1603). Outros mapas, anteriores ao de 1838, apresentam também uma forma jornalística e enciclopédica, como é o caso dos mapas da cidade de Lima (fig. 144), Peru, do cartógrafo francês Henri Abraham Chatelain (1720) e do mapa da Cidade do México (fig. 145) do cartógrafo, também francês, Bernard Picart (1723).



Fig. 144 – ‘Lima’ de Henri Abraham Chatelain de 1720

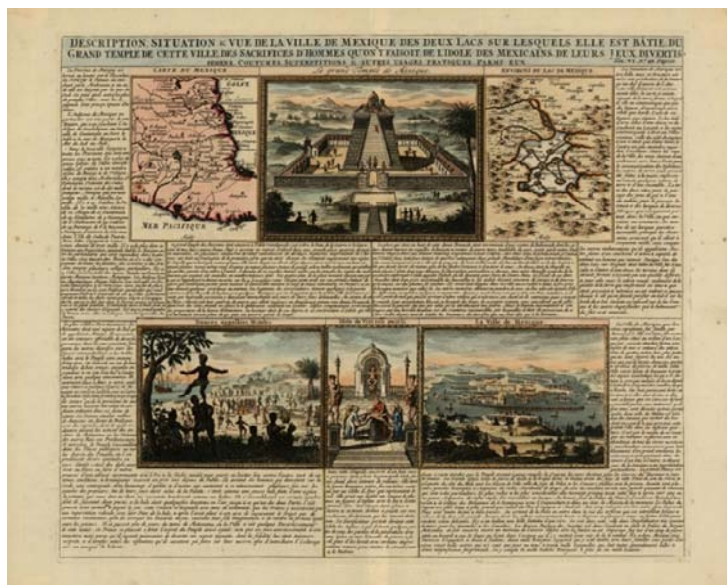


Fig. 145 – ‘Cidade do México’ de Bernard Picart de 1723

5.3.3 – Um Cartógrafo Legalista

Para entender melhor a linguagem cartográfica utilizada no mapa de 1838 e sabendo que seu autor anônimo provavelmente era do Real Corpo de Engenheiros, torna-se interessante entender como se deu a formação desses engenheiros militares. O ensino de engenharia militar começou no Brasil com a criação da Aula de Artilharia no Rio de Janeiro através de Ato de 19 de Agosto de 1738. Em 1744 essa aula é ampliada para abranger uma nova cadeira, a de Arquitetura Militar³⁴³. Em 1810, é criada a Academia Militar do Rio de Janeiro.

³⁴³ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 41 e 51.

Como bem lembra Bueno, nesta “Academia e no Arquivo Militar, com base nos padrões cartográficos divulgados no *Manual Topográfico*, formou-se toda uma geração de engenheiros militares (geógrafos e topógrafos) perfeitamente habilitados nas práticas de cartografia”³⁴⁴. Ainda segundo esta autora, “o *Manual Topográfico*, contendo os melhores métodos referentes às medições geodésicas, publicado anualmente pelo estabelecimento francês análogo, tornou-se a bibliografia de referência para o ensino da cartografia na instituição carioca”³⁴⁵. Portanto, os engenheiros militares estavam atualizados com as formas de cartografar francesas.

Com a fuga de D. Joao VI para o Brasil em virtude das Invasões Napoleônicas, os aliados dos portugueses passaram a ser os ingleses. “Raras são as cartas impressas até o Império. Será apenas com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e o estreitamento das relações diplomáticas e militares com a Inglaterra que, em Londres, se gravarão os primeiros grandes mapas do Brasil, construídos a partir de muitas dessas fontes manuscritas portuguesas”³⁴⁶. Não foram só mapas do Brasil que os ingleses gravaram, uma planta de Lisboa de 1812 (fig.146) também foi impressa por eles.



Fig. 146 – ‘Mapa da Cidade de Lisboa’ de anônimo (1812)

Ora, o desenho dos elementos construídos, nos quais o meio da quadra está vazado e os blocos ‘sólidos’ se apresentam nas faces da quadra, pode encontrar um possível retrospecto nessa planta da cidade de Lisboa, cujo desenho guarda similaridades, especialmente no traçado das quadras, com a planta de Porto Alegre, de 1848. (fig. 147 e

³⁴⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 47.

³⁴⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 46.

148) Outra similaridade é o mapa de Lisboa ter a representação da diferença entre o que é terra e o rio Tejo com uma hachura na borda. Além disso, o mapa de Lisboa também contém um brasão. Existem diferenças também, como o fato de o mapa de Lisboa simular a topografia de seus morros e o de Porto Alegre não apresentar nenhum elemento gráfico que demonstre a variação de altura do terreno; e o fato de que o de Lisboa não apresenta nenhum signo para demonstrar vegetação e zonas de cultivo, enquanto este é utilizado no mapa de Porto Alegre.



Fig. 147 – Detalhe do Mapa de Lisboa (1812)



Fig. 148 – Detalhe do Mapa de Porto Alegre (1838)

O que o 'Império do Brasil' inclui no mapa já foi bastante destacado. Já se mencionou também que não há inclusão das curvas de nível, ou nenhuma outra forma de representação dos desníveis do terreno. O mapa de 1838 não aponta, na parte interna as muralhas, o endereço de cidadãos. Alguns são citados na parte externa da muralha, para indicar que determinado local é a chácara, a olaria, o moinho de vento ou o potreiro de alguém (proprietário). Alguns nomes ainda aparecem na parte de fora da muralha nomeando becos e caminhos. O mapa omite, de certa forma, a Casa da Ópera, que aparece de forma indireta (referência 67 – alicerces da nova Casa da Ópera) e quase situada, pois o beco onde ela se encontraria possui seu nome (referência 95 – Beco da Casa da Ópera). O mapa parece não colocar alguns elementos que a planta de Zambeccari já citava: hotéis (sabemos pela planta de Zambeccari que existia ao menos o Hotel Smith), o Quartel do Corpo Policial, o Quartel do 8º Batalhão (este aparece como a Casa da Ópera de forma indireta nomeando um Beco) e a Sala do Júri. Zambeccari citava, através de referência e desenho, a existência de dois trapiches na Praça da Alfândega: o da Alfândega e o da Quitanda. No mapa de 1838, tanto a referência quanto o desenho apontam para a existência de apenas um trapiche nesta praça.

³⁴⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 47.

O mapa de 1838, como já foi mencionado, é um mapa impresso, que possui as referências de quem o imprimiu. Consta do mapa a Lithografia de Vr. Larrée (fig. 149) no lado esquerdo, abaixo da planta, no mesmo alinhamento do desenho da escala gráfica; no lado direito, abaixo da planta há alguma coisa escrita (fig. 150) que poderia ser o nome do gravador e que, na observação dos dois exemplares existentes na Fundação Biblioteca Nacional, não é possível ler claramente; e bem embaixo, na margem do mapa e abaixo das legendas, encontra-se escrito 'Typ. Commercial Fluminense, de S. F. Surigue, rua dos Ourives 45' (fig. 151).



Fig.149 – Lith. De Vr. Larrée)

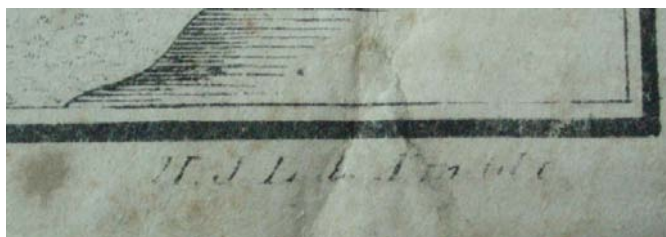


Fig.150 – escrita ilegível.

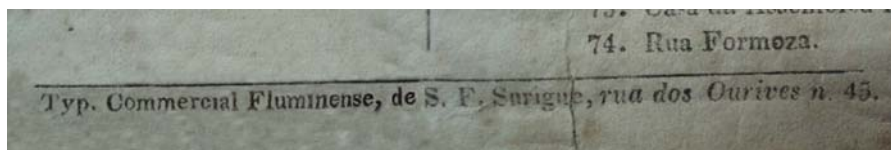


Fig. 151 – 'Typ.Commercial Fluminense, de S. F. Surigue'

A Lithografia de Vr. Larrée refere-se ao francês Pierre Victor Larrée. Conforme dados de Ferreira³⁴⁷, Pierre Victor Larrée (- 1873?) foi admitido no Arquivo Militar em 20 de fevereiro de 1833. Foi indicado para trabalhar no Arquivo por Sebastião Carlos Abele. Ele abandonou o Arquivo tempos depois e foi readmitido em junho, se afastando em 1835. Larrée instalou sua litografia – Lithografia do Comercio - no Rio de Janeiro no final do ano de 1832. Manteve-a, através de altos e baixos, até 1857, quando voltou a trabalhar no “Arquivo Militar como ‘inspeccionador das salas de gravura e impressão’ e, do ano seguinte em diante, entre os gravadores, até 1873, depois do que desaparece dos registros”³⁴⁸.

Em relação à Typ. Commercial Fluminense, o próprio texto do mapa atribui a propriedade a S. F. Surigue. Sebastião Fabregas Surigué dirigiu, entre 1809 e 1810, o Collegio das Fabricas. Segundo Ferreira, esse Collegio, a Impressão Régia e o Arquivo Militar (três instituições criadas no Rio de Janeiro com a chegada da Corte) seriam “núcleos

³⁴⁷ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.348.

³⁴⁸ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.363

potenciais de criação de imagens gravadas³⁴⁹. No Collegio, eram feitas Cartas de Jogar e Estamparias de Chita. Sabe-se também que D. João VI concedeu a este tipógrafo o privilégio exclusivo do serviço de diligência que surgiu “em 1817 para facilitar a comunicação entre o palácio da Boa Vista e a fazenda Santa Cruz”³⁵⁰. Depois disso, sabe-se que ele foi o autor e o editor de um almanaque – Almanak Geral do Imperio do Brasil (por Sebastião Fabregas Surigue), no anno de 1836 (com apêndice para 1838) e 1838. Typ. Commercial Fluminense de S. F. Surigue. E desse senhor e dessa tipografia é o que se sabe.

Pela forma como a Litografia de Larrée e a Typographia de Surigue aparecem na planta de Porto Alegre, e também em função da forma de impressão que pode ser vista nos dois exemplares dessa planta pertencentes à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a hipótese que se pode apontar é que o mapa propriamente dito tenha sido gravado e impresso por Larrée e as legendas e título, por Surigue. Um detalhe que reforça esta suposição é o fato de que entre as duas plantas existentes na FBN³⁵¹ (fig.152 e 153), há uma leve disparidade da posição das legendas em relação ao mapa. Num dos exemplares a imagem do mapa está bem centralizada e no outro, a legenda ‘encosta’ num dos lados do mapa.

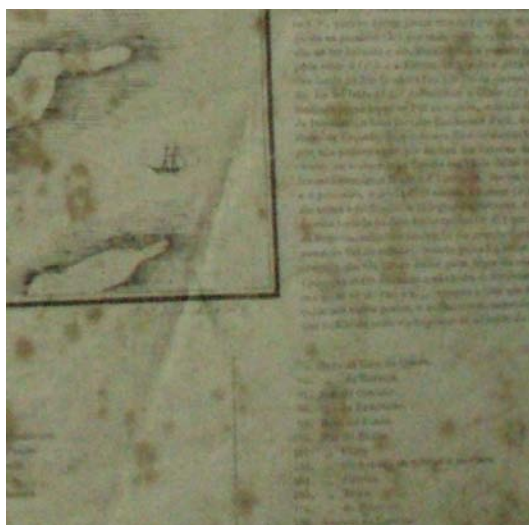


Fig.152 – detalhe exemplar 1 FBN 1839

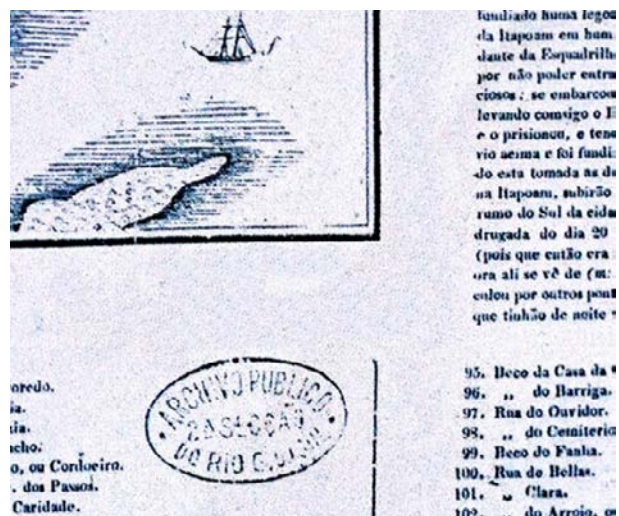


Fig.153 – detalhe exemplar 2 FBN 1839.

Não se encontrou informação do número de exemplares que foram impressos desse mapa. Como já foi dito, a Fundação Biblioteca Nacional possui dois exemplares do mesmo

³⁴⁹ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 138.

³⁵⁰ TEIXEIRA, Debora Maria Raison Alves. *Ventos da Modernidade: os bondes e a cidade do Rio de Janeiro - 1850/1880*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Apud: BRANDÃO, Helena Câmara Lacé & MARTINS, Angela Maria Moreira. O Rio de Janeiro do século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. *Revista Tempo de Conquista*, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.tempodeconquista.nom.br/attachments/File/HELENELACE2.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2009.

³⁵¹ A planta de 1838 constante do CD do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pelo que se sabe, foi escaneada de uma das plantas existentes na Fundação Biblioteca Nacional.

(ARC.008,02,013 e ARC.019,07,023). Na relação de plantas do Arquivo Histórico do Exército, publicada na internet, referentes ao Rio Grande do Sul, não foi possível encontrar nenhuma cópia desse mapa. A Biblioteca Municipal Mario de Andrade (SP) possui um exemplar do mapa de 1838³⁵². Segundo Macedo³⁵³, o Arquivo Histórico do Estado possuiria um exemplar.

Em publicações sobre a história de Porto Alegre, podemos ver a reprodução do mapa de 1838 no CD *Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre* do IHGRS, de 2005, onde ele foi colorizado em tons de azul e 'retocado'. Neste CD, a data do mapa aparece como sendo 1837. Também está reproduzido no livro de Clóvis Silveira Oliveira - *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação* – onde aparece de forma incompleta, mostrando apenas a parte da planta, que foi aparentemente 'retocada'. Em dois livros de Macedo – *Porto Alegre: Origem e Crescimento e História de Porto Alegre*, o mapa de 1838 é comentado, mas não é mostrada nenhuma imagem do mesmo.

Sendo um mapa que mostra a muralha, todas as baterias e entrancheamentos distribuídos pela cidade, não deve ter sido um mapa de grande divulgação, pelo menos até o final do conflito farroupilha, pois se chegasse às mãos dos 'sediciosos', eles teriam tido pleno acesso às defesas das forças legalistas.

5.3.4 – Das Leituras do Mapa

Parece evidente que o interesse do Império em mandar fazer uma planta da cidade com a demarcação das muralhas, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), prende-se à necessidade de auxiliar as forças legalistas a manter suas posições na cidade.

A 'assinatura', o título/manchete, as legendas/notícias, nos mostram que este mapa foi feito com razões políticas bem concretas e imediatas. O Império do Brasil demonstra, através dele, o seu poder e a sua força. A começar pela 'assinatura' – o epíteto 'Império do Brasil' com o brasão, como o elemento que mais se destaca no conjunto.

Sendo um mapa que mostra as defesas da cidade, que relata notícias das vitórias das forças legalistas, pode-se pensar que é um mapa para produzir ânimo nessas forças,

³⁵² De acordo como site ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

³⁵³ MACEDO, Francisco Riopardende de. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 138

mostrando quão bem a luta está indo para o Império e como os seus soldados se destacam. Essa visão é reforçada por duas notícias, sendo a primeira a que conta a prisão de Bento Gonçalves – líder do movimento farrapo -, e a segunda a que conta como o contingente de 300 legalistas teria segurado o ataque de 1500 insurgentes: “aturou o ataque 3½ horas de fogo de canhão e fuzilaria, ao fim das quaes se retirarão os sitiantes de terra e mar as suas forças que montarão a mais de 1500 homens, quando os combatentes que defendião a cidade não chegavão a 300”.

Reforça a idéia de que seu objetivo era a defesa da Monarquia e a propaganda do Império do Brasil, o fato deste mapa ter sido impresso em 1838. Contudo, como já foi apontado, essa data aparece de forma bastante discreta e o que se destaca é a data que consta do título do mapa – 20 de junho de 1837. Ao destacar essa data, a planta estabelece uma relação com a prisão de Bento Gonçalves, em 1836, e mostra a força de um Império que mantém detido o chefe dos revoltosos. Ao minimizar o ano de sua impressão – 1838 – pode ‘esquecer’ de relatar que o mesmo fugiu da prisão, na Bahia, em 10 de setembro de 1837, tendo voltado à Província do Rio Grande em novembro e tomado posse como Presidente da República Rio-Grandense em dezembro de 1837.

O mapa de 1838 revela, assim, a preocupação e o temor, para o Império, provocados pela Revolução Farroupilha. Prova disso é o grande numero de mapas sobre a Revolução Farroupilha, comparativamente às demais revoluções que ocorreram entre 1831 e 1845. Por outro lado, o fato de não haver um cartógrafo que se responsabilize pelo mapa faz dele um instrumento vinculado ao “Império do Brasil”, emanado diretamente do poder imperial. Nenhum outro mapa do período contém essa ‘assinatura’. Ainda mais: é o único mapa em que aparece, com destaque, o Brasão do Império; o único mapa feito pelo Real Corpo de Engenheiros com esse Brasão.

5.4 - A PORTO ALEGRE DE L. P. DIAS



Fig. 154 – 'Planta da Cidade de Porto-Alegre' por L. P. Dias de 1839, original FBN

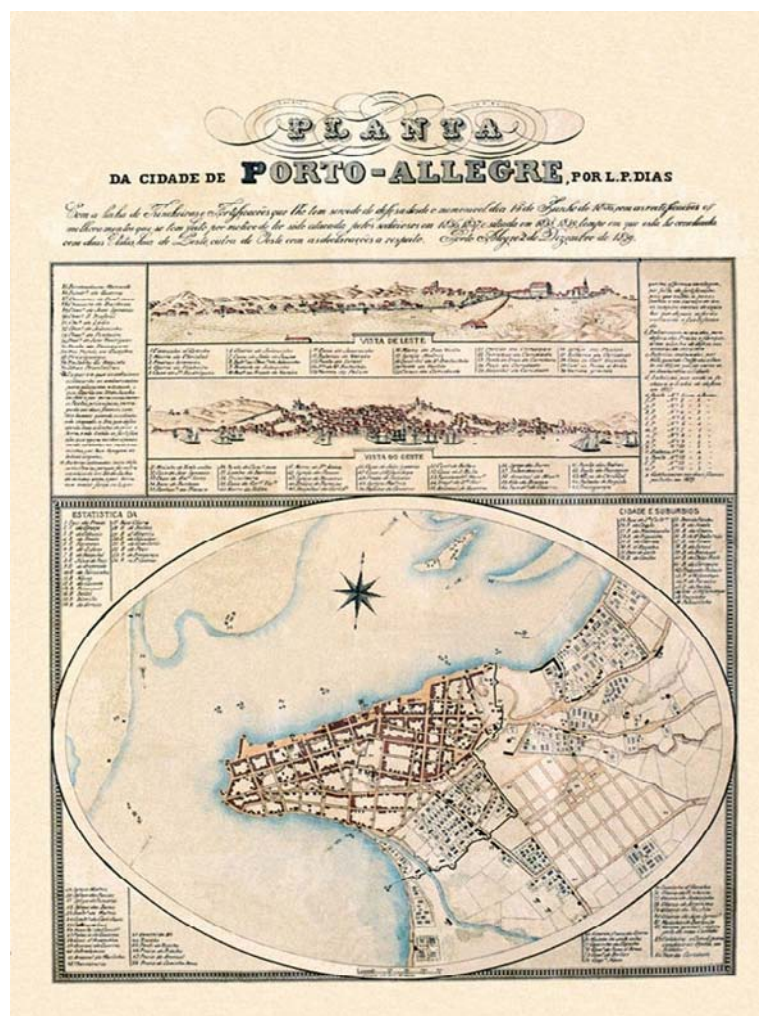


Fig. 155 – ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre’ por L. P. Dias de 1839, versão digitalizada IHGRS

Data de 1839 a terceira planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta assinada por L. P. Dias - Luiz (Luis) Pereira Dias. Segundo Macedo, em relação à de 1838, esta é uma “planta muito semelhante, apenas com alteração no traçado das fortificações”³⁵⁴ (Fig. 154 e 155). Intitula-se: “Planta da Cidade de Porto-Allegre, por L. P. Dias. Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839”.

³⁵⁴ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Editora da Universidade/UFRGS, p.59.

5.4.1 – O Cartógrafo Provinciano

Não se tem muita informação sobre o autor do mapa, sendo que nas referências dos estudiosos ele aparece principalmente como mestre construtor³⁵⁵, além de arruador e arquiteto. Luiz Pereira Dias era português, nascido na Freguesia de Cedofeita, na cidade do Porto, conforme Termo de Declaração assinado por ele em seu pedido de naturalização (fig. 156):

Aos 8 de junho de 1857, trigésimo 6º da Independência e do Império na Secretaria da Câmara Municipal da Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre compareceu Luiz Pereira Dias com um requerimento despachado pelo Ilmo Presidente da Câmara mandando tomar ao suplicante as seguintes declarações: Que é natural da Freguesia de Cedofeita na Cidade do Porto, que é súbdito português e em tal qualidade acha-se no gozo de seus direitos civis como foi dito pelo attestado de seu Cônsul, que professa a Religião Catholica, foi casado com brasileira da qual tem quatro filhos, que pretende naturalizar-se brasileiro e fixar sua residência no Brasil. De como assim disse e prometeu, assinou perante mim Manoel José da Camara Junior, secretario que o escrevi. Luiz Pereira Dias(assinatura)³⁵⁶

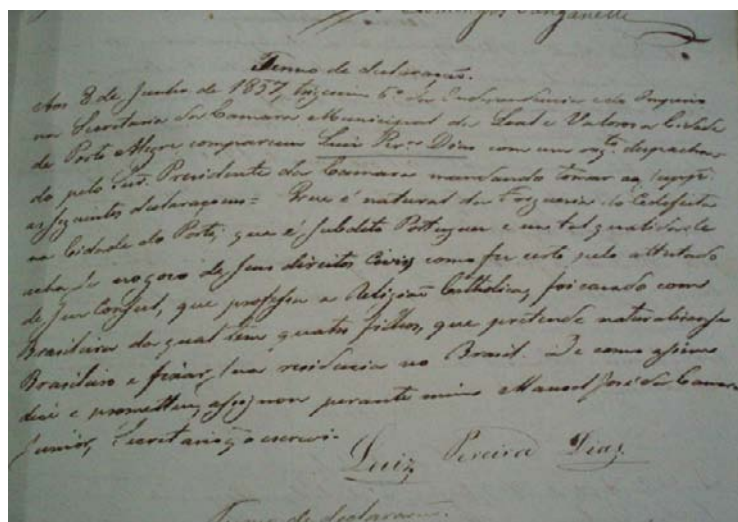


Fig. 156 – ‘Termo de Declaração de L. P. Dias de 1857’

³⁵⁵ Citam L. P. Dias como Mestre de Obras: MACEDO, Francisco Riopardense de. *História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREA/RS, 1993. p. 94; TELLES, Leandro da Silva (Dir.) *Porto Alegre Antigo*. Porto Alegre: Painel, 1980. p.11, 12 e 13; & SCLIAR, Salomão. (Ed.). *Rio Grande do Sul Histórico*. Porto Alegre: Painel/Rede Brasil Sul, 1980.

³⁵⁶ Esta informação consta do Livro de Naturalizações da Província do Rio Grande de São Pedro (1833-1864). PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Livro de Naturalizações da Província do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, 1833-1864. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre. 08/06/1857, p. 46.

Referência a este termo, que foi seu pedido de naturalização, pode ser encontrada em um site genealógico³⁵⁷ sobre o sobrenome Dias.

A primeira notícia que se tem dele, no Brasil, diz respeito ao seu casamento. Nos registros da Arquidiocese de Porto Alegre³⁵⁸ consta que em 02 de fevereiro de 1832 ele se casou com Margarida Josefa de Bragança (– 1856), exposta na casa do Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança. Ainda segundo os registros da Arquidiocese, o casal teria tido 06 filhos: Luiz Pereira Dias (01/01/1833), José Pereira Dias (10/12/1833), Vicente Pereira Dias (17/01/1835), Diogo Pereira Dias (22/03/1836), Josefa Eulália de Bragança Dias (1840) e Luiz Pereira Dias (15/06/1842). No inventário³⁵⁹ de sua esposa, Margarida Josefa de Bragança, falecida em 1856 (do qual ele foi o inventariante), e em sua declaração de naturalização de 1857, somente quatro estavam vivos e foram considerados herdeiros: José, Vicente, Josefa e Luiz.

A primeira notícia oficial sobre o seu trabalho é a que faz parte do Livro de Nomeações da Câmara de Porto Alegre onde, em 09/07/1838, ele faz juramento para tomar posse do cargo de Arruador da cidade³⁶⁰. (fig.157)

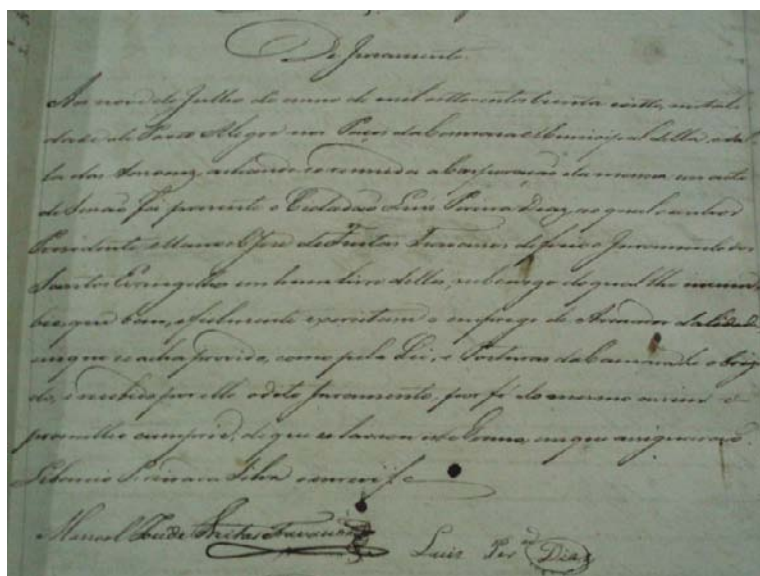


Fig. 157 – ‘Juramento de posse de L. P. Dias de 1838’

³⁵⁷ GENEALOGIA FAMÍLIA MELLO DIAS. [S.I.], 2008. Disponível em: <<http://www.familiamellodias.com.br/Historia%20Familia/familiadias.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2009. - “Família de origem portuguesa estabelecida no Rio Grande do Sul, pra onde passou Luís Pereira Dias, natural da freguesia de Cedofeita, da cidade do Porto, Portugal, que assinou termo de declaração, a 08.06.1857, onde informa ser católico e casado com uma brasileira, com a qual teve quatro filhos”.

³⁵⁸ PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Casamento de Luiz Pereira Dias e Margarida Josefa Correa de Bragança*. Porto Alegre: Igreja Nsa. Sra. Mãe de Deus, 02/02/1832. Livro 4, f. 10L. Documento manuscrito. Não publicado.

³⁵⁹ 2º CARTÓRIO DE ORPHÃOS. *Inventário de Margarida Josefa de Bragança*. Inventariante: L. P. Dias. Porto Alegre, 14/11/1856. Não publicado. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, EST-121E2, Cx. 1438.

³⁶⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Registros de Nomeações e Posses*. Porto Alegre, 1831-1877. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. p. 26 frente.

A notícia seguinte concerne à própria ‘Planta de Porto-Allegre’ que foi concluída em 1839. Encontra-se ainda um novo juramento, de 22 de abril de 1841, para tomar posse novamente como Arruador da cidade³⁶¹. Em 26 de julho de 1843, no desempenho de seu cargo, “informa a Câmara sobre alinhamento feito na Estrada dos Moinhos de Vento, a pedido de José Pinto da Fonseca Gomes³⁶²”.

Em relatório de 05 de outubro de 1847, o Presidente da Província, senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, relata que o Mestre de Obras Luiz Pereira Dias

“debuxou uma nova planta para o Lyceo de D. Affonso e orçou o seu custo em RS 86:440\$00”³⁶³. Sobre este desenho do Lyceo de D. Affonso, no relatório de 1856, de Jeronymo Francisco Coelho confirma-se a autoria inicial de L. P. Dias quando se relata que “a planta feita pelo cidadão Luiz Pereira Dias, modificada e corrigida pelo brigadeiro Lopo d’Almeida Henriques Botelho e Mello (...) no anno de 1846, em consequência do que logo principiou-se a sua execução e prosequio com inteira solidez. (...) No pé em que ella ficou, prompta em toda a caixa exterior das paredes mestras, é uma necessidade cobril-a para que não se arruíne”³⁶⁴.

Ainda nos ‘Documentos sobre a construção e melhoramentos do município’³⁶⁵, encontra-se um Termo de Obrigação, assinado por Luiz Pereira Dias em 16 de janeiro de 1849, para a construção, no prazo de dois meses, de uma ponte de madeira no Riacho.

Em 05 de abril de 1850, Luiz Pereira Dias, que era então o Encarregado de Obras da Câmara, informa sobre o inconformismo de José Maria do Couto quanto ao alinhamento feito na Rua do Arroio³⁶⁶. Encontram-se plantas de partes da cidade de Porto Alegre assinadas por ele, datadas de 1853 e 1855. E, entre 1854 e 1856, seu nome consta nos

³⁶¹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Registros de Nomeações e Posses*. Porto Alegre, 1831-1877. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. p. 40 verso.

³⁶² Documentos sobre a construção e melhoramentos do município. IN: COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: , Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986. v. 2. p. 206.

³⁶³ GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão na abertura da Assembléa Provincial em 05 de Outubro de 1847*. Porto Alegre: Typographia do ARGOS, 1847. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847_Manoel_Antonio_Galvao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2009. p. 16.

³⁶⁴ COELHO, Jeronymo Francisco. *Relatorio do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1856_Jeronymo_Francisco_Coelho.pdf>. Acesso em 12 abr. 2009. p.64.

³⁶⁵ Documentos sobre a construção e melhoramentos do município (1783-1850). IN: COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986. v. 2. p. 214.

³⁶⁶ Documentos sobre a construção e melhoramentos do município (1783-1850). IN: COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986. v. 2. p. 215.

‘Documentos sobre a construção e melhoramentos do município’³⁶⁷ como Encarregado de Obras da Câmara. Em relatório de 1856, aparece uma nova menção a ele: “ao coadjuvador da secção de obras públicas da capital Luiz Pereira Dias foi incumbido o plano e o orçamento das obras a fazer para o melhoramento desta praça (Praça do Palácio atual Praça Marechal Deodoro)”³⁶⁸.

Em sua trajetória profissional na cidade de Porto Alegre, Luiz Pereira Dias foi nomeado Encarregado das Obras Públicas em 1856, cargo que normalmente só poderia ser ocupado por um engenheiro habilitado. Consta da Correspondência Passiva da Câmara, no dia 13 de julho de 1856, que o Presidente da Província “acusa o recebimento de ofício em que a Câmara participa ter contratado para suas obras o Sr. Luiz Pereira Dias e informa que o seu ordenado deverá ser menor do que um engenheiro habilitado”³⁶⁹. Em nova troca de correspondência com a Câmara no dia 29 de julho de 1856, fica-se sabendo que a gratificação anual de L. P. Dias no novo cargo será de 1:000\$000 (Hum mil contos de réis)³⁷⁰; se ele fosse Engenheiro habilitado, teria recebido pelo menos 1:200\$000.

No site da prefeitura de Camaquã, relatando a história de uma das plantas da cidade diz-se que:

“Em 19 de julho de 1857 foi encaminhado ofício número 32 a Câmara Municipal de Porto Alegre dirigido à Presidência da Província a fim de elaborar planta do Povoado de São João Batista de Camaquã. O ofício evidencia a preocupação de o povoado se desenvolver dentro de um plano urbanístico pré-estabelecido, descrevendo as ruas, praças e povoações que se estendiam defeituosas, sem um plano de edificação e alinhamento determinado, evitando que as novas povoações tenham as mesmas deformidades. A solicitação foi acolhida em 20 de julho de 1857 quando foi concedida a autorização para levantar a planta da Freguesia de São João Batista de Camaquã recomendando deixar designadas as plantas de praças, ruas espaçosas e quadras também regulares. A Planta foi apresentada na sessão de 29 de setembro de 1857 e sendo aceita pela Câmara, resolveu remetê-la a aprovação da Presidência. Na época, como

³⁶⁷ Documentos sobre a construção e melhoramentos do município(1853-1900). IN: COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1988. v. 3.

³⁶⁸ COELHO, Jeronimo Francisco. *Relatorio do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronimo Francisco Coelho na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1856_Jeronimo_Francisco_Coelho.pdf>. Acesso em 12 abr. 2009. p.74.

³⁶⁹ MACEDO, Francisco Riopardense de *et al.* (Org.). *Correspondência Passiva da Câmara Vereadores de Porto Alegre, 1847 – 1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Caderno 4. p. 51.

³⁷⁰ MACEDO, Francisco Riopardense de *et al.* (Org.). *Correspondência Passiva da Câmara Vereadores de Porto Alegre, 1847 – 1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Caderno 4. p. 52.

se vê na planta, a Câmara denominou as ruas. Em 7 de outubro de 1857, a Presidência aprova a Planta de Povoação da Freguesia de São João Batista de Camaquã. Conforme assinado no mapa, o levantamento da planta foi elaborado pelo encarregado de obras Luís Pereira Dias³⁷¹.

No relatório do Vice-Presidente da Província, Comendador Patrício Correa da Câmara, de 1857, o autor comenta que está pronto o orçamento para a construção da ponte no Passo do Duro, e menciona que a planta foi levantada por Luiz Pereira Dias³⁷².

Em julho de 1858, com a contratação do Engenheiro Frederico Heydtmann, Luiz Pereira Dias deixa de ser o Encarregado das Obras Públicas³⁷³. Em relação aos documentos encontrados nos arquivos da Câmara, a última notícia sobre ele diz respeito à resposta do Presidente da Província a uma representação que ele fez em 22 de janeiro de 1859, na qual aparentemente pede esclarecimentos sobre o seu salário, pois é transcrita como resposta o §1º do artigo 1 da Lei Provincial nº 435 que fixou a Receita e a Despesa das Câmaras Municipais da Província no exercício 1859-60, onde aparece o salário do Diretor das Obras Municipais (1:200\$000), do Administrador das Obras Municipais (600\$000), do Arruador (200\$000) entre outros. Acontece que, com a contratação do Eng. Frederico Heydtmann, L. P. Dias foi rebaixado ao posto de Administrador das Obras e teve seu salário diminuído. Através desta representação, demonstra seu aborrecimento. Aliás, no documento de 14 de julho de 1855, L. P. Dias é dito ser Architecto.

Spalding reforça algumas dessas informações sobre L. P. Dias:

“A 30 de julho de 1853 nomeava a Câmara seu primeiro engenheiro contratado: Frederico Augusto do Amaral Sarmiento Mena, de tradicional família do Rio Pardo e cujos membros eram revolucionários farroupilhas, todos. Sarmiento Mena recebia os vencimentos anuais de um conto e oitocentos mil réis (Cr\$ 1.800). Como ajudante, foi nomeado o «prático» mestre de obras Luis Pereira Dias, com o vencimento anual de setecentos mil réis (Cr\$ 700). Luis Pereira Dias era já idoso e tradicional em Porto Alegre: em 1838-39 levantara e desenhara a planta da cidade, que é a clássica planta conhecida, com exemplares no Museu Julio de Castilhos e numa das seções da Secretaria de Obras do Município. Sarmiento Mena foi exonerado, a pedido, em 1855, ficando Luis Pereira Dias respondendo por tudo. Estava, alias, terminando a construção do Teatro São Pedro, que foi

³⁷¹ CAMAQUÃ. Prefeitura Municipal. Camaquã, 2009. Disponível em: <http://www.camaqua.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=34670>. Acesso em: 22 abr. 2009.

³⁷² COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.) Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986. v. 2. p. 32.

³⁷³ MACEDO, Francisco Riopardense de *et al.* (Org.) *Correspondência Passiva da Câmara Vereadores de Porto Alegre, 1847 – 1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Caderno 4. p. 65.

obra dele, bem como foi dele a planta da Casa da Câmara, cujas obras não chegaria a iniciar por ter falecido mais ou menos em 1860. O segundo engenheiro da Câmara foi Frederico Heydtmann que, por estar trabalhando em obras provinciais, somente tomou posse do cargo em 17 de julho de 1858, com os vencimentos anuais de um conto e duzentos mil réis (Cr\$ 1.200)³⁷⁴.

Portanto, para Spalding, sem que ele mencione nenhuma fonte, Luiz Pereira Dias era idoso em 1855 e teria falecido por volta de 1860. O que se pode dizer, com os dados atuais³⁷⁵, é que ele desapareceu da cena de Porto Alegre em 1859.

Em relação à cartografia de L. P. Dias, no período em que trabalhou em Porto Alegre, há registro de mais dois mapas de setores da cidade de Porto Alegre. São propostas de intervenção em partes da cidade:

1853 – ‘PLANTA DE UMA PARTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE APRESENTANDO OS MELHORAMENTOS QUE SE PODEM FAZER DESDE A DOCA ATÉ O BECO DO BARBOSA (atual Rua Barros Cassal)’ (fig.158).

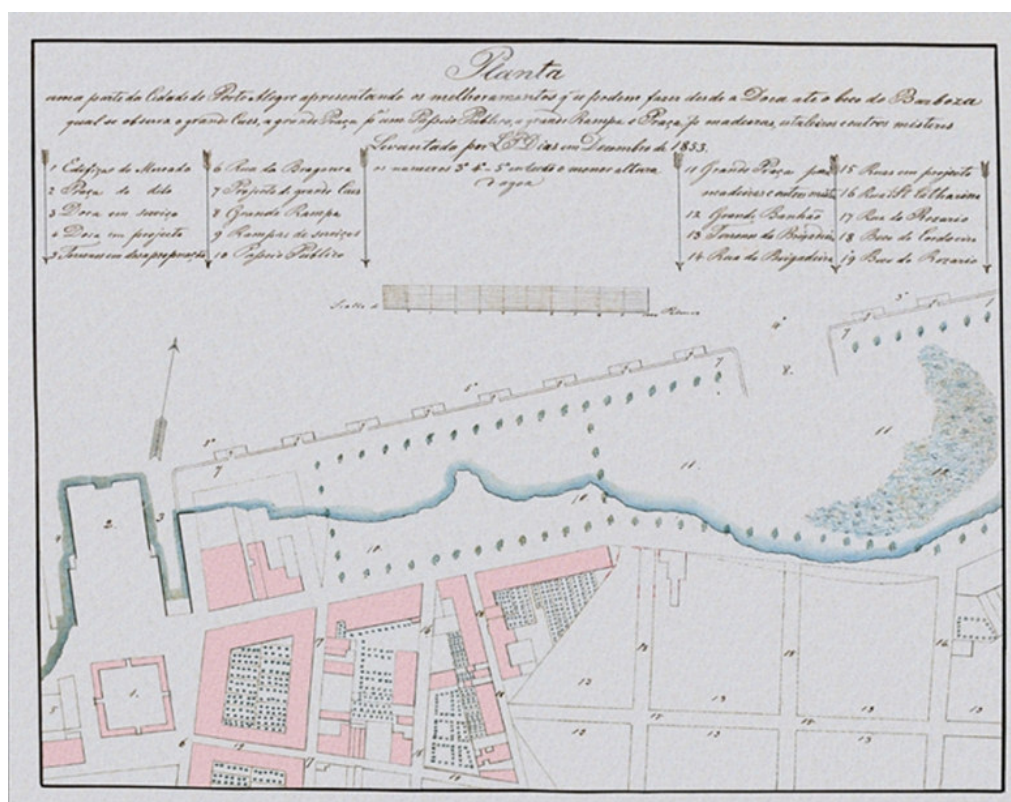


Fig. 158 – ‘Planta de parte da Cidade de Porto Alegre’ por L. P. Dias de 1853

³⁷⁴ SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p.109.

³⁷⁵ Na Archidiocese de Porto Alegre num papel sem assinatura junto ao registro de casamento, que segundo a atendente são informações fornecidas por um estudioso de genealogia chamado Jorge Godofredo Felizardo, consta que Luiz Pereira Dias teria nascido no Porto, Portugal, em 17/02/1804 e teria falecido em Rio Pardo, RS, no dia 03/04/1859. Nenhum registro foi encontrado até agora que corrobore essas informações.

1855 – PLANTA DE UMA PARTE DA CIDADE, DA RUA DA PRAIA DA ZONA DO ARSENAL ATÉ APROXIMADAMENTE A IGREJA DAS DORES, com projetos de docas, praças, desapropriações e cais naquela zona (fig.159).

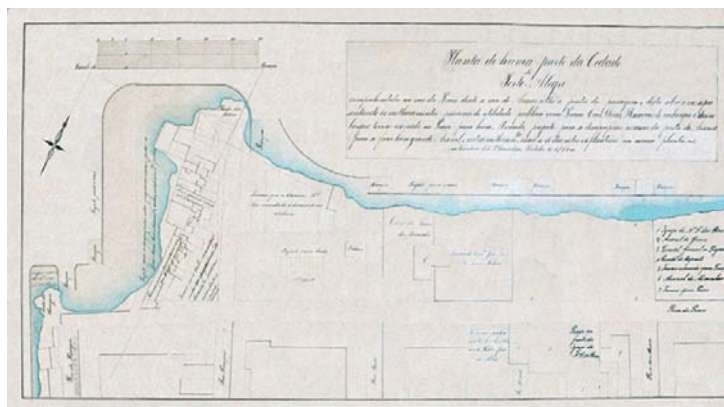


Fig. 159 – ‘Planta de parte da Cidade de Porto Alegre’ por L. P. Dias de 1855

Em 1857, vinculado a Câmara de Porto Alegre ou a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, o Encarregado de Obras L. P. DIAS executa uma planta da cidade de Camaquã.

1857 – ‘PROJECTO DA PLANTA PARA A VILLA DE S. JOÃO BAPTISTA DE CAMAQUAM sobre o terreno doado para a mesma, a fim de regularizar a distribuição dos terrenos para a edificação, apresentando a parte já edificada, com novas ruas, praças e logradouros públicos, o que tudo se observa na mesma planta levantada de ordem da Camara Municipal de 27 de junho de corrente anno. Porto Alegre Agosto de 1857’. Levantada por L. P. Dias (fig.160).



Fig. 160 – ‘Planta da Villa de Camaquã’ por L. P. Dias de 1857

5.4.2 – Do Desenho da Planta de 1839

A “Planta da cidade de Porto-Allegre, por L. P. Dias” é uma planta impressa, monocromática, em folha de 79,5 x 52cm. O mapa propriamente dito está emoldurado por uma elipse inscrita em um retângulo de 52 x 48,5cm. Esse retângulo que contém a elipse do mapa fica na parte inferior da folha e ocupa aproximadamente metade da folha. A outra metade está dividida em duas partes, em cuja parte superior está o título do mapa. O título deste mapa está, por assim dizer, ‘solto’, ele não aparece enquadrado por nenhum tipo de moldura. Entre o título e o mapa temos um novo retângulo dividido em quatro partes principais, duas partes são dois retângulos mais horizontais que contém duas vistas da cidade com suas legendas – uma vista intitulada ‘Vista de Leste’ e a outra intitulada ‘Vista do Oeste’. As outras duas partes se apresentam como dois retângulos mais verticais que contém elementos escritos – legendas do mapa. No retângulo maior que contém a elipse onde está a planta, os espaços vazios gerados pela elipse contêm também elementos escritos, mais legendas do mapa (fig.161).

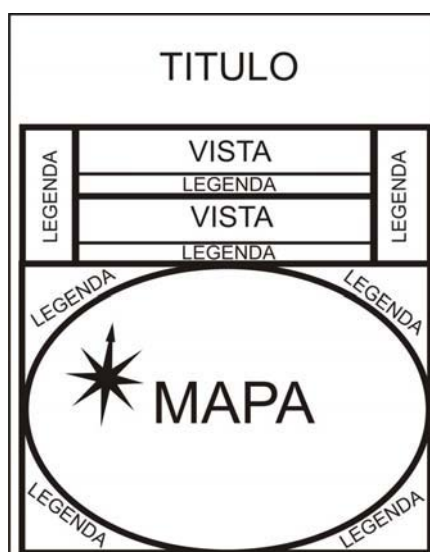


Fig. 161 – Esquema da ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre’ por L. P. Dias de 1839

O que chama a atenção nesta planta, é que o mapa da cidade está emoldurado por uma elipse. Como nos coloca Nuti³⁷⁶:

“todavia o problema da forma acaba por reapresentar-se de forma indireta no momento no qual é necessário delimitar o objeto descrito. A escassa atenção com que é enfrentado justifica também a não unicidade de soluções. No mapa se pode chegar ao desenho da forma global da cidade de duas maneiras distintas. Em um dos casos se conjugam com traços

sumários os pontos finais dos traçados internos e se evidencia o limite físico da muralha: resulta numa forma irregular e seguramente em grande parte arbitrária. Ou então se escolhe na partida uma forma símbolo com a qual fechar o desenho, uma figura geométrica regular, interligada a interpretações cosmogônicas, religiosas ou ideológicas”.

E como ela própria aponta isto nos remete a uma tradição de representação de cidade em que, segundo ela, “se a forma circular, muitas vezes quadripartite internamente para corresponder ao modelo cosmogônico, é usada como ideograma, como significante abstrato da cidade, é aquela ovóide que vem a ser a escolhida para narrar à cidade na sua realidade ocasional ou quotidiana”³⁷⁷. Neste sentido pode-se falar de imagens de mapas que podem estar na origem da forma escolhida por L. P. Dias. Entre eles estão o mapa bizantino de Jerusalém (mosaico) na cidade de Madaba (fig.18), na Jordânia (ca. 542) no qual a cidade aparece envolta em uma elipse. Circunscritos a um círculo temos a representação de Roma feita por Taddeo di Bartolo (fig.162) e uma imagem de Jerusalém (fig.163) que faz parte de um fragmento Psalter (ca. 1200 - Koninklijke Bibliotheek). Têm-se estas mesmas cidades envoltas numa elipse, no caso da cidade de Roma (fig.164) em um pergaminho que teria sido feito por volta de 1330-40 inserido na *Satyrica historia* de Paolino of Venice³⁷⁸. No caso do mapa de Jerusalém (fig.165) tem-se sua representação feita por Braun e Hogenberg no *Civitates Orbis Terrarum* (1575)



Fig.162 – Roma, Taddeo de Bartolo, 1413



Fig.163 – Jerusalém, Psalter, ca. 1200

³⁷⁶ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Venezia: Marsilio, 1996. p.104.

³⁷⁷ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Venezia: Marsilio, 1996. p.105.

³⁷⁸ Biblioteca do Vaticano.



Fig. 164 – Roma, 1330-40



Fig. 165 – Jerusalém, 1575

Mais próximo, a data do mapa de Porto Alegre, circunscrito por um círculo, temos um mapa de Madrid (fig.166) de aproximadamente 1700 feito por Tomas Lopez, um mapa dos arredores de Londres de 1800 (fig.167), um mapa da Filadélfia (fig.168) de 1808 e o "Mapa do país trinta milhas a volta da cidade de New York" (fig.169) de 1812.

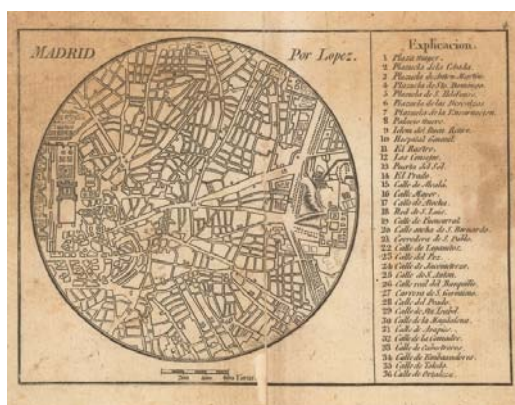


Fig.166 – Madrid, 1700

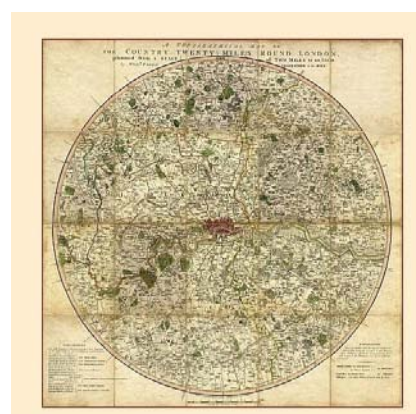


Fig. 167 – Map of London Environs, 1800



Fig.168 – Filadélfia, 1808



Fig.169 – New York, 1812

Circunscrito por uma elipse podemos encontrar um mapa dos arredores de Londres de 1837 (fig.170) de Thomas Moule (Environs of London) e um mapa de São Francisco (fig.171) de 1857 do *Atlas of the United States of North America, Canada, New Brunswick, Nova Scotia, Newfoundland, Mexico, Central America, Cuba, and Jamaica*, de Henry Darwin Rogers e Alexander Keith Johnston.



Fig. 170 – Environs of London, 1837



Fig.171 – São Francisco, 1857

Estas formas, de emoldurar os mapas, também podem ter sofrido influências dos diversos mapa-múndi, que devido aos diferentes sistemas de projeção, representaram a terra por vezes circunscrita a um círculo e por vezes circunscrita a uma elipse. Na Idade média pode-se ver essa representação, com o círculo, nas famosas cartas TO, e mesmo em algumas TO mais sofisticadas como o mapa de Hereford de ca. 1300 (fig.21). Dessa época também se encontra mapas circunscritos por uma elipse como o mapa Beatus (fig.172) de 1030. Utilizando outra forma geométrica tem-se de 1457 o Planisfério Genovês (fig.173). Em períodos mais recentes, tem-se o mapa-múndi de 1570 de Abrahan Ortelius, no *Theatrum Orbis Terrarum* (fig.174). Já no Atlas de Mercator podemos encontrar o mapa-múndi (fig.175) de Rumold Mercator de 1587.



Fig. 172 – Mapa Beatus, ca. 1030



Fig. 173 – Planisfério Genovês, 1457



Fig. 174 – Mapa-múndi, Ortelius 1570

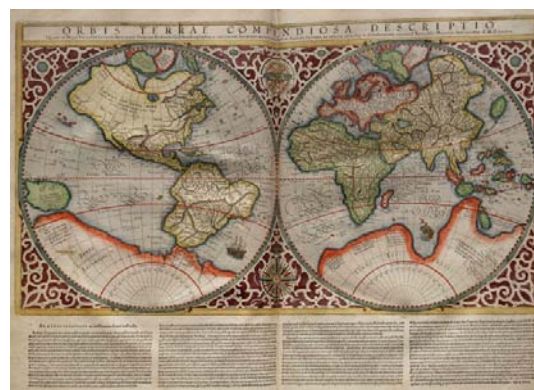


Fig. 175 – Mapa-múndi, R. Mercator 1587

No atlas de Blaeu, nos mapas dos continentes, foram colocados cartuchos que mostravam lugares e cidades desse continente em que esse elemento está inserido em um retângulo que contém uma elipse onde está a planta da cidade. Pode-se ver isso, por exemplo, no mapa da África (fig.176) e, no detalhe, a cidade de *Alcair* – Cairo (fig.177).



Fig.176 – África, 1700



Fig.177 – detalhe cidade do Cairo

Outra característica marcante do mapa de L. P. Dias é a existência de duas vistas da cidade: uma de leste e a outra de oeste. O uso de vistas também não é algo novo, pode-se encontrar em vários mapas de cidade. O tipo de vista desenhada por L. P. Dias pode ser classificada como perfil de cidade. As diferentes formas de representar a cidade têm a ver, como aponta Nuti, com a procura de uma visão total do espaço. E como ela própria diz “na busca da visão total é obvio que o perfil sozinho é bastante limitador. Ele não permite que se veja nada além do primeiro plano onde os edifícios tendem a se achatar numa tira bidimensional”³⁷⁹. Tanto Nuti³⁸⁰ quanto Martins³⁸¹ ligam esse tipo de vista da cidade aos marinheiros, a navegação e ao homem do Norte.

³⁷⁹ NUTI, Lucia. Mapping Places: chorography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.101.

³⁸⁰ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Venezia: Marsilio, 1996.

³⁸¹ MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: British views and visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (Ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002.

Como afirma Nuti:

“O italiano, habituado a organizar diversamente os dados da própria percepção visível, se mostra bastante insensível para configurar as cidades de planícies ou portuárias como perfil, mesmo se o ponto de vista é o do mar. Mas o homem do Norte, que se aproxima da terra ou penetra na planície não terá dificuldade de reconduzir a paisagem às coordenadas do próprio ambiente, de capturá-la com seu sistema habitual de leitura. Não irá elaborar uma representação dilatada na horizontal”³⁸².

Martins reforça a idéia de que este tipo de visão tem a ver com o papel da navegação, nesses tempos, como principal meio de transporte. Segundo ela o perfil se relaciona com as práticas dos navegadores ingleses que ajudaram “a formar a geografia do mar britânica” ao “tornar esse ‘outro mundo’ visível e acima de tudo reconhecível para os navegadores e hidrógrafos britânicos”³⁸³. Ela se refere ao fato de que, para a marinha inglesa, “por razões práticas de navegação, a descrição das linhas de costa através do desenho era considerado superior a qualquer relato escrito”³⁸⁴. Conforme esta autora, a importância desse tipo de descrição foi enfatizada em tratados do século XVIII; foi também apoiada por pessoas importantes da época e por ações, através do treinamento dos marinheiros na prática do desenho, em escolas especializadas na arte da navegação. Como ela própria afirma, “essa prática de desenho associada com a navegação favoreceu a produção de um número de imagens gráficas que ultrapassavam a mera provisão de informação náutica e hidrográfica”³⁸⁵.

As várias formas de “representação da cidade não são simplesmente conjuntos de qualidades formais, mas expressões de culturas visuais diferentes”³⁸⁶. Para Nuti

“a prática de descrever o mundo em perfil e, o valor atribuído a vista de perfil como uma forma de conhecimento empírico, estão bastante enraizadas em culturas relacionadas ao mar tais como a Flandres. Perfis da costa fizeram a sua entrada em roteiros do Norte (livros de navegar de pilotos) no final do século XV, e esse formato foi depois largamente aplicado para as vistas de paisagem e de cidades, tanto por pintores como por topógrafos”³⁸⁷.

³⁸² NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Venezia: Marsilio, 1996. p.87.

³⁸³ MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: British views and visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.149.

³⁸⁴ MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: British views and visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.153

³⁸⁵ MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: British views and visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.159.

³⁸⁶ NUTI, Lucia. Mapping Places: chorography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis. (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.98.

³⁸⁷ NUTI, Lucia. Mapping Places: Chorography and Vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis. (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.99.

Demonstrando que esse tipo de vista da cidade em perfil era mais natural aos povos do Norte, Nuti nos diz que “essas representações em perfil aparecem em grande número no *Civitates Orbis Terrarum*, sobretudo em relação às cidades do Norte”³⁸⁸.

Isto se pode ver na representação de Estocolmo (fig.178), Suécia, e de Amersfoort (fig.179), Holanda, nesta última se conjugam o mapa e a vista.



Fig. 178 – Estocolmo, Suécia



Fig. 179 – Amersfoort, Holanda

Mais próximo a nós temos a planta e a vista de Salvador, de 1714 (fig.180), ilustração do livro de Amédée François Frézier e a Planta de Recife de 1773 (fig.181) utilizada como ilustração no livro de Vilhena.



Fig. 180 – Salvador, 1714



Fig. 181 – Recife, 1773

Na planta de 1839, como na de 1838, a península, suas ruas – com indicação dos nomes –, os volumes edificadas e as muralhas aparecem. Os locais mais importantes estão numerados e indicados no mapa. Aparecem espaços e prédios como o Palácio do Governo, a Praça da Matriz, a Ponte do Riacho, Igrejas, o Arsenal da Marinha, Praça do Paraíso,

³⁸⁸ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Veneza: Marsilio, 1996. p.87

Praça da Alfândega, etc.. Fora das muralhas, indicam-se alguns caminhos, uma zona demarcada que posteriormente se tornaria o atual Parque Farroupilha e núcleos habitados.

Pode-se dizer que existem cinco espaços de legendas na Planta de 1839 (fig.182). O primeiro espaço, onde se vê grande parte da legenda intitulada “Estatística da Cidade Subúrbios” e onde a mesma está referenciada através de números que vão do 01 ao 84, ocupa os espaços vazios gerados no retângulo pela elipse que contém o mapa. Estas legendas enumeram ruas, becos, Praças, Igrejas, Praias, Caminhos, Chácaras e equipamentos urbanos variados.

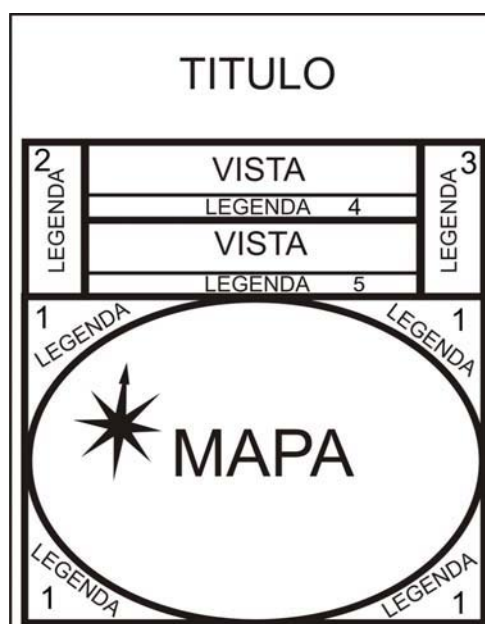


Fig. 182 – Esquema das legendas do mapa de Porto Alegre de L. P. Dias

O segundo e o terceiro espaço são os retângulos mais verticais que ladeiam as vistas. No segundo espaço, o retângulo vertical que fica à esquerda, há inicialmente uma continuação das legendas numéricas anteriores. Aqui são os números do 85 ao 99 que são listados. Ainda neste espaço temos uma legenda referenciada por um signo em forma de estrela e depois legendas alfabéticas que começam neste retângulo da esquerda pela letra (a) e continuam no terceiro espaço, o retângulo da direita da letra (b) até a letra (x).

Outros dois espaços contêm legendas da Vista do Leste e da Vista do Oeste, colocadas abaixo de cada uma delas e referenciadas de forma numérica, sendo que no espaço da Vista de Leste temos legendas numéricas de 1 a 30 que dizem respeito a essa vista e no espaço da Vista de Oeste também temos legendas numéricas, neste caso do 31 ao 65 que dizem respeito a esta vista.

Nos dois grupos de legendas referentes ao mapa propriamente dito pode-se perceber certa organização por parte do cartógrafo - Luiz Pereira Dias. Ao listar os diversos

espaços da cidade, ele o faz com uma determinada ordem: desta forma, as legendas do 1 ao 30 referem-se às ruas da cidade; do 31 ao 41 são enumerados os becos; do 42 ao 45 as praças; do 46 ao 48 alguns equipamentos da cidade; do 49 ao 52 estão enumeradas as Igrejas; 53 e 54 são os cemitérios; o 55 refere-se às catacumbas; do 56 ao 63 mais equipamentos da cidade; o 64 e 65 referem-se a elementos ligados ao Riacho (Arroio Dilúvio); do 66 ao 68 estão listadas as praias; 69 e 70 mais alguns equipamentos da cidade; do 71 ao 75 tem-se a relação dos Caminhos; do 76 ao 80 são listadas as olarias; do 81 ao 86 tem-se mais alguns equipamentos variados da cidade; do 87 ao 94 são enumeradas várias chácaras da cidade; e, por fim, do 95 ao 99 são enumerados alguns locais ou elementos ligados ao rio/lago Guaíba.

A única legenda que não é numérica nem alfabética situa dois locais no mapa através do desenho de uma estrela. Esta legenda conta uma notícia referente à Guerra dos Farrapos e que é favorável aos legalistas. Esta notícia já constava do mapa de 1838 – trata-se do ataque dos Farrapos a cidade, ocorrido em 30/06/1836, em que os mesmos tendo 1500 homens não conseguiram invadir a cidade que foi defendida por apenas 300 combatentes. Essa notícia serve para ressaltar as melhorias que foram feitas no sistema de fortificação da cidade, sendo destacado que graças a elas um ataque semelhante ao descrito teria ainda menos chances de sucesso.

Quanto às legendas alfabéticas, elas tratam principalmente do sistema defensivo e de ataque da cidade. As quatro primeiras *a*, *b*, *c* e *d* ao mesmo tempo em que situam elementos de ataque e defesa contam um pouco das histórias da Guerra dos Farrapos que se relacionam a esses locais, enfatizando dessa forma a necessidade destes equipamentos. Nas legendas do *e* ao *u* (*e*, *f*, *g*, *h*, *i*, *l*, *m*, *n*, *p*, *q*, *r*, *s*, *t* e *u*) são listados os pontos de bateria dispostos ao longo da muralha. Estes 14 pontos contêm na legenda a descrição do número de equipamentos de artilharia neles existentes. A última legenda alfabética, a letra *x* situa no mapa dois locais distintos, onde estão dispostas duas canhoneiras que auxiliam a defesa da cidade nas pontas da muralha junto ao rio/lago Guaíba.

Os outros dois blocos de legendas referem-se a duas vistas da cidade que aparecem nesta planta. Nestas duas legendas o cartógrafo também tentou listar os elementos nelas descritos com certo ordenamento. A lógica por ele utilizada foi a de enumerar os elementos por ele destacados conforme os mesmos aparecem nas duas vistas preferencialmente da esquerda para a direita. Entre os elementos citados nas vistas podemos ver caminhos, morros, edifícios de destaque, Igrejas, casas, barcos e o entrincheiramento da cidade, através da indicação de vários pontos de defesa e de ataque.

Esta planta, como a de 1838, está mais de acordo com os preceitos científicos de sua época. Nela já se pode encontrar uma escala gráfica, que está colocada de forma centralizada, bem abaixo do mapa, fora da moldura. Essa escala é em braças -250 braças (fig.183). Pode-se ver nesta planta desenhada em sua parte superior uma Rosa dos Ventos em que a seta que aponta para o Norte se destaca das demais (fig.186). A planta está desenhada com o norte quase para cima, com uma diferença de apenas 6 graus de inclinação, o que a torna mais de acordo com os preceitos científicos de sua época do que as plantas anteriores de Porto Alegre.

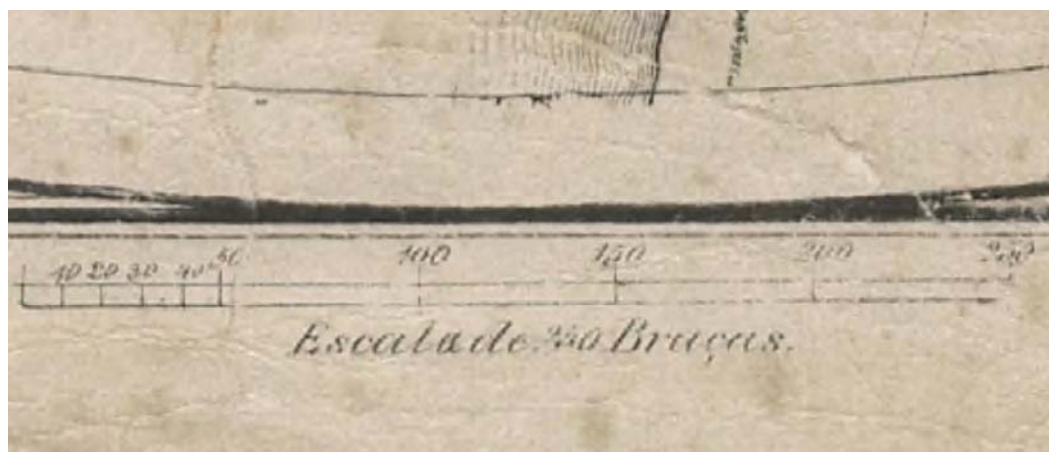


Fig.183 – Escala gráfica em braças (250)

Na superfície do lago/rio Guaíba, pode-se ver setas que indicam o sentido do movimento das águas. E, como na planta de 1838, vê-se uma fidelidade geográfica, na representação da ‘península’.

O desenho desta planta é uma representação da cidade de Porto Alegre, de parte de seus arredores, de parte do lago/rio Guaíba e de parte de algumas de suas ilhas em duas dimensões. Como na planta de 1838, os quarteirões e as ruas estão demarcados por traços que configuram as suas formas e suas ruas, becos e travessas. O desenho de seus quarteirões não é um elemento cheio e compacto, pois como na planta de 1838, existe a preocupação em demonstrar que a ocupação das quadras acontece em suas faces e que no interior das mesmas restam, em grande parte, espaços vazios. Além disso, esse desenho dos elementos construídos mostra como se dá a ocupação das quadras, deixando transfigurar, também nesta planta, que há uma maior densificação na parte norte da península. As faces das quadras dessa parte da península estão todas construídas, quase não há espaços vazios. Já na parte sul da península, por ser menos densamente ocupada, encontram-se espaços não construídos nas faces das quadras. Também nesta planta, como na de 1838 e na de Zambeccari, na representação dos elementos construídos há uma simulação de tridimensionalidade, através do uso de uma linha mais grossa, uma espécie de

sombreamento, num dos lados dos elementos construídos. Mas, nesta planta há um reforço da representação bidimensional, pois, diferentemente das anteriores, os barcos que aparecem no Guaíba não são mais desenhados de forma 'tridimensional': são apenas indicados através de legendas.

Esta planta é a primeira a tentar demonstrar em sua representação bidimensional que a cidade de Porto Alegre não é uma cidade plana. Há o desenho de uma espécie de sombreado, que se trata de uma convenção para demonstrar as diferenças de nível existentes no terreno, um esboço de curvas de nível. A representação do relevo de Porto Alegre, existente nesta planta, é reforçada pelo desenho das vistas este e oeste da cidade, que demonstram o fato desta cidade não ser plana.

A muralha ou linha de fortificações, assim como na planta de 1838, também aparece. Apesar de ser ainda uma linha mais grossa do que as demais, já não chama tanto a atenção como na planta anterior. O traçado foi modificado. Nesta planta, a muralha de certo modo fecha a 'Península' em relação ao território além dela e, nos dois flancos, ela atinge o rio/lago Guaíba. Na planta de 1838, a muralha no flanco sul ia apenas até o Riacho (atual arroio Dilúvio) e o mesmo era considerado um elemento natural de defesa. Nesta, a muralha no flanco sul continua do outro lado do Riacho indo até o Guaíba. O outro ponto onde a muralha foi modificada é ao longo do Beco do Israel (atual R. Sarmento Leite): na planta de 1838, esta parte da fortificação era apenas um muro de tijolo construído na Chácara de Israel Soares de Paiva, onde em caso de necessidade se faziam andaimes para se poder fazer fogo desta direção. Neste ponto na planta de 1839, a muralha já não passa mais junto ao Beco do Israel (atual Rua Sarmento Leite), a muralha foi para mais além do beco, chegando a um ponto mais próximo da atual Rua da República, englobando no seu interior a região onde o mapa de 1838 indicava o potreiro do Joãozinho da Olaria.

Essa modificação do traçado da muralha aponta para a análise feita por Macedo sobre as muralhas nos dois mapas:

“no entanto, em nenhuma parte, o documento que estamos analisando (o de 1838) registra um ponto fraco do sistema de defesa. Feito ou mandado fazer pelas autoridades da «situação», embora rico em detalhes, não chega a apontar a parte das trincheiras que teriam sido mais vulneráveis. Mas se o comparamos com o segundo documento, o de 1839, que apresenta a linha envolvente da zona urbana dois anos depois, o estudioso intuirá que precisamente no lado sul e sudeste da península deveria estar a parte mais fraca. Durante este tempo o desenhista do segundo documento mostra o avanço da defesa pela rua João Pessoa até, pelo menos, a rua da República e desta a sua continuidade até a Praia de Belas, cruzando o

arroio Dilúvio. Desta forma maior número de chácaras e olarias foram abraçadas pela linha e o trecho final do arroio Dilúvio também ficou dentro do sistema de defesa”³⁸⁹.

A representação do lago/rio Guaíba é caracterizada pelas setas que mostram o sentido do movimento das águas e por um trabalho gráfico, de várias linhas paralelas ao terreno que se estendem para dentro do rio, dando uma idéia de sombreamento e de ondas. Este tipo de representação das águas, através de linhas paralelas ao terreno é uma convenção mais condizente com a cartografia da época do que a utilizada na planta de 1838.

Neste mapa, a incidência de vegetação dentro da muralha, quase desapareceu, só encontramos alguma vegetação em três locais: na ponta de terreno entre o Riacho e o Rio, que foi incorporada na cidade com o prolongamento da muralha; na região da Chácara do Joãozinho da Olaria, que está com mais edificações do que no mapa anterior; e na nova região incorporada à cidade pela muralha, além do Beco do Israel (Rua Sarmento Leite). A vegetação que antes existia entre o flanco norte da muralha e junto a Rua do Couto (atual R. Senhor dos Passos) não está representada.

A região fora da muralha, que na planta de 1838 poder-se-ia dizer ser uma área rural, apesar de manter esse caráter, está em algumas regiões mais densamente povoada. Há uma incidência maior de construções junto à região do Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria), junto à região do denominado, nesta planta, de Caminho do Passo d’Areia (atual Av. Independência), junto à Rua da Azenha (atual João Pessoa) e junto ao Caminho de Bellas (atual Av. Praia de Belas). Fora das muralhas, as divisões de propriedades são feitas por linhas tracejadas e não mais pela vegetação. Afora isso, pode-se ver a representação da vegetação ao longo do Riacho, nas Ilhas do Guaíba e em dois pontos na região dos moinhos de vento. Nestes locais, a vegetação está desenhada indicando vegetação nativa, já que não há, nesta planta, uma convenção que demonstre áreas cultivadas. Também aqui, aparentemente, as árvores diminuíram. Afora os pontos de vegetação nativa, elas pouco aparecem. A região denominada ‘varzia’ mantém o desenho da planta anterior, um projeto de ocupação desta área que nesta planta é referido como ‘Varzea grande em Projecto da nova cidade’.

Em relação às influencias que este mapa teve de outros mapas, afora a questão de seu emolduramento através de uma elipse, pode-se constatar uma grande semelhança entre a “Planta da cidade de Porto-Allegre, por L. P. Dias” (fig.184) e uma planta intitulada

³⁸⁹ MACEDO, Francisco Riopardende de. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 88

“Cidade do Porto – copiada da Planta publicada em Londres e dedicada ao Brigadeiro Sir Nicolao Trant, Governador que foi das Armas do Partido do Porto” (fig.185).



Fig.184 – Planta da Cidade de Porto-Allegre (1839)



Fig.185 – Cidade do Porto (1813)

Esta planta da cidade do Porto em Portugal, de 1813, atribuída com bastantes interrogações a Jorge Balck, é uma planta em que o mapa da cidade está emoldurado, neste caso por um círculo. Este círculo, como a elipse da planta de Porto Alegre, está inscrito em um quadrado. As legendas desta planta estão colocadas nos espaços vazios entre o círculo do mapa e o quadro no qual o círculo está inscrito. A representação de vários elementos das duas plantas são bastante similares: a rosa dos ventos (fig. 186 e 187) desenhada nas duas plantas é bastante semelhante e as duas estão desenhadas na região de água – uma no Guaíba, a outra no Rio Douro; a seta (fig. 188 e 189) que indica a direção do movimento das águas no Rio Douro é também muito parecida com as setas desenhadas no Guaíba; a forma de representação dos elementos construídos, da ocupação das quadras também tem similaridades; e a forma de dar a entender o relevo do terreno também é quase igual.

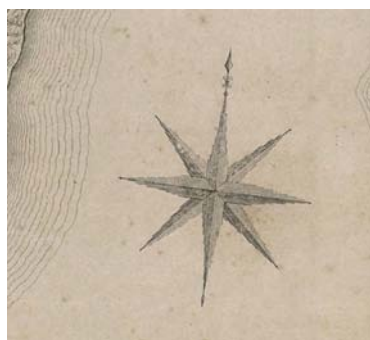


Fig.186 – Rosa dos ventos 1839



Fig.187 – Rosa dos ventos 1813



Fig.188 – Seta movimento água 1839



Fig.189 – Seta movimento água 1813

O que também chama a atenção, por ser bastante semelhante, são os tipos de letras utilizados nos títulos das duas plantas. A palavra “Planta” (fig.190) na planta de Porto Alegre utiliza a mesma letra das palavras “Cidade do Porto” (fig.191) na planta portuguesa, inclusive com enfeites semelhantes. E a parte do título da planta de Porto Alegre que diz “Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839”, utiliza a mesma letra (fig.192 e 193) da planta da cidade do Porto onde se lê “copiada da Planta publicada em Londres e dedicada ao Brigadeiro”. As principais diferenças são: o fato de uma ser emoldurada por uma elipse enquanto a outra é emoldurada por um círculo; a planta de Porto Alegre contém além do mapa duas vistas da cidade que não existem na planta da Cidade do Porto; a planta do Porto é colorida, a de Porto Alegre é em tons de cinza; a planta de Porto Alegre foi impressa no Rio de Janeiro e a planta da Cidade do Porto foi impressa em Londres; e, por último, a planta da cidade do Porto é de 1813 e a de Porto Alegre é de 1839.



Fig.190 – ‘Planta’ na planta de 1839



Fig.191 – Cidade do Porto na planta de 1813

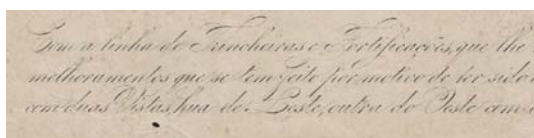


Fig.192 – Texto planta 1839



Fig.193 – Texto planta 1813

O que L. P. Dias inclui no mapa já foi bastante explanado. Falta tentar alinhar o que ele exclui. Neste sentido, é interessante constatar que alguns dos lugares enumerados na legenda não foi possível identificar na planta: a Igreja do Rozario (nº51) aparece na legenda, mas o número não está colocado na planta e no local da Igreja não há a notação

da cruz característica da representação de Igrejas nos mapas, e que aparece nas outras Igrejas relacionadas nesta planta; o outro local enumerado (nº88) e que não aparece no mapa é a chácara do Barbosa. Há um erro de numeração nestas legendas, pois o nº 62 aparece duas vezes, e fica faltando o 61. Nesta planta, Luiz Pereira Dias fez o levantamento das ruas de Porto Alegre, mas ao nominá-las na legenda ele aparentemente esqueceu-se de duas ruas que estão demarcadas, isto é, a Travessa do Paraíso e a Rua do Paraíso (nomes colocados em conformidade com o mapa de 1838, atualmente Rua Dr. José Montauray e Av. Otavio Rocha).

O mapa de 1839 também é um mapa impresso. Nele constam duas referências acerca de sua impressão na parte inferior do mapa. No lado esquerdo aparece “J. H. Leonhard fec” e no lado direito “Lith. de Vr. Larée” (fig.194). Sabe-se por isso que a impressão foi feita no Brasil, no ateliê litográfico chamado Lithografia Vr. Larée de Pierre Victor Larée. Foi ele e seu ateliê que imprimiram também, como já foi descrito o mapa de 1838. Há, no entanto uma diferença, sobre a questão da impressão na planta de 1839, pois além de constar o nome do ateliê litográfico, consta também da planta o nome do gravador – “J. H. Leonhard fec” (fig.195), ou seja, J. Hartmann Leonhard gravou. Esse litógrafo J. Hartmann Leonhard (1813 - ?) foi contratado em 1838 por Larée na Alemanha, juntamente com o encadernador Joseph Georg Mayr (1819 -). Segundo Ferreira, “ambos chegaram no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1838, mas três meses depois, tentados por melhores ofertas, haviam abandonado a oficina contratante”³⁹⁰. Neste sentido, se Hartmann não mais estava na oficina de Larée em 1839, a explicação possível para ele ter gravado este mapa é que tenha ficado em dívida com seu contratante. Para honrar sua dívida, ele deve ter tido que fazer alguns trabalhos mesmo depois de ter se desvinculado da litografia, entre os quais a planta de Porto Alegre levantada por L. P. Dias.

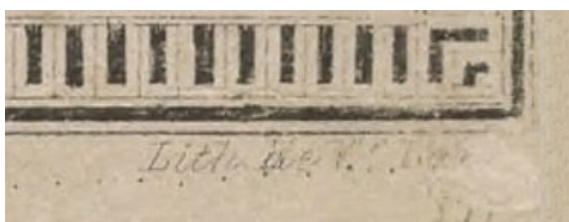


Fig.194 – Indicação de Litografia



Fig.195 – Indicação de gravador

Não foi encontrada nenhuma informação referente à quantidade de exemplares impressos deste mapa. A Fundação Biblioteca Nacional, segundo seus registros, possui quatro exemplares do mesmo (ARC.007,05,012 Cartografia ex.1; ARC.008,03,023 Cartografia ex.2; ARC.009,11,009 Cartografia ex.3; ARC.028,11,018 Cartografia ex.4) e, de

³⁹⁰ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.361.

acordo com a relação do Arquivo Histórico do Exército, de seus arquivos constam dois exemplares. A Mapoteca do Itamaraty possui um exemplar³⁹¹.

Em relação a sua divulgação, este mapa foi bem mais divulgado do que seu antecessor. Pode-se perceber isso nas publicações sobre a história de Porto Alegre em que ele aparece inclusive com a imagem completa. A começar pelos dois livros de Francisco Riopardense de Macedo: *Porto Alegre: Origem e Crescimento e História de Porto Alegre*. Ele aparece também nos livros: de Leandro da Silva Telles - *Porto Alegre Antigo*; de Clóvis Silveira de Oliveira - *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação e A Fundação de Porto Alegre*; de Célia Ferraz de Souza & de Dóris Maria Müller - *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*; e no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre, do IHGRS, editado em 2005.

5.4.3 – Das Leituras do Mapa

Como se pode ver ao analisar os registros, L. P. Dias, contratado como arruador pela Câmara em 09 de julho de 1838, fez o levantamento e a execução da planta até a data que consta da mesma – 02 de dezembro de 1839, demonstrando aos seus contratantes suas habilidades de cartógrafo. Desde a planta de 1825, cujo exemplar não sobreviveu, pode-se ver nos registros da Câmara, a vontade de que seus empregados executassem plantas da cidade e, em pelo menos uma ocasião, - em 24/10/1829³⁹², os Vereadores pedem ao Arruador da cidade que “acelere a Planta da Cidade”. Depois da planta de 1825, houve a de Zambecari que, por suas características e seu histórico, não pode ser considerada uma planta de domínio público. A planta seguinte, a de 1838, por seu caráter político-militar, também não poderia estar muito disponibilizada. É bem verdade que também não se tem registros sobre disponibilização em relação à Planta de L. P. Dias. O registro que se tem desta planta diz respeito a 1853. Consta da Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1847 – 1866) um ofício de 24/10/1853, do Presidente da Província, perguntando se “convém adotar a Planta da Cidade levantada por L. P. Dias ou dar a este uma gratificação para atualizá-la”³⁹³.

³⁹¹ De acordo como site ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

³⁹² TOSON, Berenice Ana *et al.* *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre 1826 – 1835*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994. Vol. 7.

³⁹³ MACEDO, Francisco Riopardense de *et al.* *Correspondência Passiva da Câmara Vereadores de Porto Alegre, 1847 – 1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Caderno 4. p. 40.

Afora essas questões de disponibilização ou não, como se pode ver ao comparar as duas plantas, a de 1838 estava desatualizada. O próprio título da planta de 1839 revela que um de seus objetivos é mostrar “as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839, tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito”. E uma das mais aparentes diferenças entre estas duas plantas é o desenho da muralha, que passa a englobar uma das áreas definidas como urbanas pelas “Posturas Policiais” aprovadas pelo Conselho Geral da Província em 10 de fevereiro de 1831, as quais, para o caso dos limites, o teor do 1º Artigo era o mesmo desde 1829. Segundo Macedo:

“o capitulo primeiro já estabelecia os novos limites da cidade «pela rua Travessa que vai do Caminho Novo aos primeiros moinhos de vento, que são hoje pertencentes a Antonio Martins Barbosa, até o meio da largura da estrada geral imediata; e desta, em linha reta, até a embocadura da rua da Olaria pela frente da chácara do Sargento Mor João Luiz Teixeira, e da mesma embocadura em linha reta até o Riacho, seguindo por ele até a sua embocadura». Isto quer dizer que a partir de então os limites urbanos iam da rua Barros Cassal (Beco do Barbosa) até a avenida Independência e desta seguia, incluindo todo o terreno da Santa Casa (Misericórdia), através da Sarmento Leite até a rua Lima e Silva e desta, pela República, até o Riacho”³⁹⁴.

Pode-se observar que a Planta de L. P. Dias não foi calcada sobre Planta do Império do Brasil. O desenho da península na planta de 1839 é um pouco mais alongado que no da de 1838. Outras diferenças que se podem ver são: o desenho da forma das ilhas; a distância da linha da muralha até o Beco do Barboza (atual Barros Cassal) na região do Caminho Novo, que é maior na planta de 1839 do que na de 1838; o traçado da Várzea na ponta em direção ao Caminho da Capella/Estrada geral para a Freguezia de Viamão (atual Av. Protásio Alves) é mais ‘bicudo’ – como já apontava Macedo, “é difícil comparar tecnicamente as duas plantas porque há sem dúvidas, na segunda, algumas distorções no lado da várzea do Portão”³⁹⁵.

A existência dessas diferenças pode dar a entender que, até pelo menos o término do desenho de sua planta, L. P. Dias não teve contato com a Planta de 1838, ou que se teve achou que a mesma não estaria ‘acurada’. Alguns outros detalhes da planta, porém, poderiam dar a entender que ele teria visto a planta de 1838. O principal deles são as

³⁹⁴ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 84

³⁹⁵ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 86-87

legendas que contam histórias da Guerra dos Farrapos, como a legenda da ‘estrela’ que fala do cerco da cidade por 1500 homens e que sua defesa foi feita com apenas 300. Esse acontecimento é um dos fatos que constam das duas plantas, mas pode-se dizer que sendo uma história marcante, que devia ser bem conhecida na cidade, a planta de 1838 não seria a única fonte desta história acessível a L. P. Dias.

De certa forma, pode-se dizer que esta planta, mesmo demonstrando algumas preocupações em relação à Guerra dos Farrapos, está mais relacionada com a vida cotidiana da cidade. Tendo sido feita a pedido da municipalidade, por um empregado da Câmara de Vereadores, responde aos problemas do dia a dia da cidade, especialmente as questões de alinhamento urbano.

Popularmente, entre as plantas existentes da cidade, a mais conhecida entre as mais antigas é este trabalho de L. P. Dias, que se distingue por oferecer as primeiras vistas da cidade: uma de leste (fig.196) e outra do oeste (fig.197) da península. Estas vistas têm a ver com a tradição apontada por Lucia Nuti acerca da “combinação das duas ‘pingendi rationes’ – ‘geométrica’ e ‘perspectiva’”³⁹⁶, isto é, a relação entre “o abstrato e o concreto, o matemático e o visual, o exato e o *lifelike*, estabelecido pela distinção ptolomaica que está na base da cultura geográfica da Renascença”³⁹⁷.



Fig. 196 – Vista de Leste



Fig. 197 – Vista de Oeste

³⁹⁶ NUTI, Lucia. Mapping Places: corography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.94.

³⁹⁷ NUTI, Lucia. Mapping Places: corography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.108.

O mapa de 1839, ao conter a planta (técnica) e as duas vistas (visão), contempla, em certa medida, essa tradição e o que a autora chama de uma “procura de uma imagem totalizante da cidade”, onde se tenta chegar a um equilíbrio entre essas tendências. Nesse mapa, “os mundos separados da visão e da abstração estão combinados. A cidade do olho e a cidade do instrumento de medição aparecem juntas uma da outra na mesma folha, tal como a gravura de Amsterdam por Daniël Stalpaert (fig.198)”³⁹⁸. Esta gravura inaugura de certa forma o tipo de representação da cidade que se tem na planta de 1839.



Fig. 198 – ‘Amsterdam’ por Daniël Stalpaert de 1670 (ca.)

A planta de 1839, por estar concebida em conjunto com duas representações panorâmicas da cidade, se constitui também numa peça de transição entre a representação cartográfica e a representação pictórica de Porto Alegre. Estas duas imagens nos dão noção do perfil da península, com suas elevações: a vista de leste mostra bem o ‘entrancheiramento’ existente; a vista de oeste mostra a cidade vista do rio, com vários barcos aparecendo na cena. Também nesta última vista, pode-se ver o entrancheiramento e a existência, para além dele, de poucos prédios, constituindo uma cidade que se desenvolveu, principalmente, dentro da linha formada pelas fortificações.

Outra questão importante que se pode inferir da análise feita desta planta é sobre a formação de cartógrafo de L. P. Dias. Presumindo que a chegada ao Brasil tenha sido por

³⁹⁸ Nuti, Lucia. Mapping Places: corography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.) *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p.105.

volta de 1830/31 e considerando a data de nascimento dele sendo 1804³⁹⁹, ele teria em torno de 27 anos neste momento e, como não há registro dele como tendo pertencido ao Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro, seu aprendizado deve ter-se dado na cidade do Porto, em Portugal. Reforça esta hipótese o seu Termo de Declaração, feito no momento em que ele pede a naturalização, quando afirma ser natural da Freguesia de Cedofeita no Porto. Tendo aprendido suas habilidades em Portugal, isso explicaria a semelhança da Planta de Porto Alegre com a da Cidade do Porto. Ao estudar a cartografia, deve ter tido acesso a esta planta, já que ela é de 1813. Outra questão que reforça a idéia de sua formação em Portugal e de ter conhecimento dessa planta da cidade do Porto, é o fato de que, no inventário⁴⁰⁰ de sua esposa, consta da listagem dos bens do casal dois livros cujos títulos são: “Descrição da Cidade do Porto” e “Descrição Topographica da Cidade do Porto”.

³⁹⁹ Conforme informação mencionada em nota anterior de Jorge Godofredo Felizardo na Arquidiocese de Porto Alegre.

⁴⁰⁰ Trata-se do inventário de Maria Josefa de Bragança Dias de 1856, cujo inventariante foi seu marido Luiz Pereira Dias – 2º CARTÓRIO DE ORPHÃOS. *Inventário de Margarida Josefa de Bragança*. Inventariante: L. P. Dias. Porto Alegre, 14/11/1856. Não publicado. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, EST-121E2, Cx. 1438.

5.5 – A PORTO ALEGRE DE CONRADO JACOB DE NIEMEYER



Fig. 199 – Planta da cidade de Porto-Allegre – 1844 Conrado Jacob de Niemeyer



Fig. 200 – Carta Corographica do Império do Brazil – 1846 Conrado Jacob de Niemeyer (FBN)

Data de 1844 a quarta planta da cidade de Porto Alegre (fig.199). Trata-se de uma planta de autoria de Conrado Jacob de Niemeyer. Ela está incluída na 'Carta Corográfica do Império do Brazil' (fig.200) cuja publicação foi feita no Rio de Janeiro pela Heaton & Rensburg, em 1846.

5.5.1 – O Cartógrafo Condecorado

Conrado Jacob de Niemeyer nasceu em Lisboa em 28/10/1788 e faleceu no Rio de Janeiro em 14/02/1862. Filho de Conrado Henrique Niemeyer, um coronel engenheiro hanoveriano ao serviço do exército português, e de D. Firmina Angélica de Niemeyer.

Como relata Macedo⁴⁰¹, “resolvido a seguir a profissão de seu pai assentou praça de cadete no regimento de artilharia da corte em fevereiro de 1803, entrando logo para o Collegio Militar, onde completou todos os estudos preparatórios com distinção, sendo em 1808 considerado o primeiro alumno do Collegio”. Com a invasão napoleônica e a vinda da corte para o Brasil, Conrado Jacob de Niemeyer emigrou em 02 de fevereiro de 1808 com “dois cadetes, um cabo e oito soldados, para a esquadra inglesa que bloqueava o porto; e, levado a Portsmouth, ficou guarnecendo com os companheiros o brigue Destemido, até que partiu para o Brasil, onde chegou, desembarcando no Rio de Janeiro, em julho de 1809”⁴⁰².

Novamente incorporado ao regimento de artilharia, retornou aos estudos, completando-os com distinção em 1815, recebendo então a patente de 1º Tenente de Engenheiros.

Como militar, lutou pela legalidade na Revolução de 1817 em Pernambuco. Na Independência do Brasil, o capitão de engenheiros Conrado Jacob de Niemayer adota como pátria o Brasil, fazendo parte, a partir de então, do exército brasileiro. Em 1824, também em Pernambuco, durante o movimento da Confederação do Equador,

⁴⁰¹ MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009. p. 727

⁴⁰² MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009.p. 728

“fortificou a Barra Grande, detendo as forças de Barros Falcão até a chegada de Francisco Lima e Silva, passando, então, a comandar a vanguarda das tropas do Governo. Foi galardoado, por esse feito, com a medalha de ouro da Constância, com que D. Pedro I destacava os mais bravos combatentes”⁴⁰³.

Foi nomeado presidente da comissão que julgou os participantes da Confederação do Equador. Acusado de abuso de autoridade, foi absolvido e elogiado pelo Conselho de Guerra que o julgou em 1828. Em 1831, passou a fazer parte do Partido *Caramuru* ou *Restaurador*. Em 1832, foi novamente preso, julgado e absolvido por um Conselho de Guerra. Descontente com o exército, “pediu e obteve em 1833 a sua reforma no posto de Coronel”⁴⁰⁴.

Como engenheiro, destacou-se como geógrafo e na construção de fortificações, bem como em obras públicas e de urbanização. Ainda como militar entre 1817 e 1824, em Pernambuco, levantou a planta de Olinda, de Recife e dos subúrbios; da construção de estradas, de açudes, da organização do plano de defesa da Província e de um plano de encanamento de água para o Recife. Em 1829, no Rio de Janeiro estudou as fortificações do porto e da barra, levantou e orçou as despesas da estrada geral de São Paulo ao Rio de Janeiro e foi nomeado adjunto da Comissão Estatística e Geográfica do Império. Ainda no Rio de Janeiro em 1836, após ter saído do exército, passou a dirigir a seção de Obras Públicas da Província. Elabora neste período, com Pedro de Alcântara Bellegarde, um plano para o desmoronamento do Morro do Castelo que foi apresentado ao corpo legislativo em 1838. Em 1839, associado com o Major Henrique Luis de Niemeyer Bellegarde, com o Engenheiro Pedro Taulois, e outros, participou dos levantamentos para a feitura de uma carta corográfica da Província do Rio de Janeiro. Outra vez em Pernambuco, em 1841, com o seu colega Pedro de Alcântara Bellegarde apresentou um novo plano para o encanamento de água de Recife, que ambos executaram.

Em 25 de novembro de 1838, torna-se um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). De 1842 a 1846 trabalhou na *Carta Geral do Império*, que dedicou ao IHGB. Com esta carta ele foi agraciado com o diploma de sócio honorário do IHGB e recebeu das mãos do Imperador, uma medalha de ouro por sua carta ter sido considerada pelo IHGB como o trabalho que mais se distinguiu na área de Geografia, no ano de 1846. Por este trabalho foi também homenageado na Europa, com

⁴⁰³ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p. 130.

⁴⁰⁴ MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009.p. 730

diplomas de sócio honorário da Sociedade Geográfica de Berlim e da Sociedade Botânica de Regensburg.

Em 1856, passou a trabalhar numa nova carta corográfica do Império. E em 1857, por ordem da Assembléia Provincial, executa com Pedro de Alcântara Bellegarde uma 'Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro'. Ao longo de sua carreira, foi distinguido com a Imperial Ordem do Cruzeiro, com a Comenda da Ordem de Avis e com a medalha de oficial da imperial Ordem da Rosa.

Sua produção cartográfica foi extensa, como demonstram as seguintes obras:

1819 – PLANTA DO RECONHECIMENTO FEITO NAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS – Autor Ten. Conrado Jacob de Niemeyer, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com legenda, com seta norte, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 68,5cm x 75,5cm

1821 – PLANTA TOPOGRÁFICA DO BAIRRO DA BOA VISTA NA VILLA DO RECIFE, CAPITAL DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO – Autor Cap. Miranda de Brito e Ten. Niemeyer, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com rosa dos ventos, escala em braças, papel canson telado, bom estado, medindo 53cm x 88,5cm

1823 – MAPPA TOPOGRÁFICO DA PARTE DAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO, ALAGOAS E PARAHIBA – Autor Tenentes Firmino Herculano de Moraes Ancora e Conrado Jacob de Niemeyer, monocromático, nanquim, aquarela, com nota explicativa, com rosa dos ventos, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 63cm x 70cm.

1839 – CARTA COROGRAPHICA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO – Segundo os reconhecimentos feitos pelos Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, o Major Henrique Luis de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeler e Carlos Riviere, Directores e Chefes das Secções da Directoria das Obras Publicas. Contendo os trabalhos hydrographicos e Topographicos do Almirante Roussin, do Marechal Miranda e Brito, do Brigadeiro Xavier de Brito, do Tenente Coronel Couto Reis, dos Marechais Srs de Andrea e Cordeiro. Coordenada e desenhada pelo Engenheiro Pedro Taulois encarregado do Archivo da Directoria sendo Presidente da mesma o Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto. (fig.201)

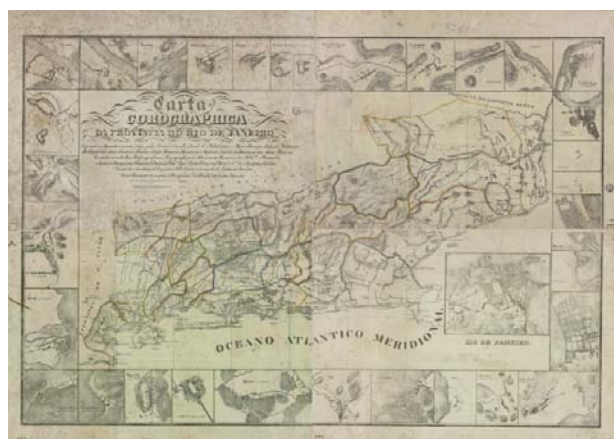


Fig. 201 – Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro – 1839

1844 – PLANTA HIDRO-TOPOGRÁFICA DA ESTRADA DO COMMÉRCIO ENTRE OS RIOS IGUASSÚ E PARAHIBA – Autor Cel. Conrado Jacob de Niemeyer, impresso, monocromático, com nota explicativa, com observações, com seta norte, escala em braças e léguas, papel canson, bom estado, medindo 20,5cm x 84cm.

1848 - PLANTA COROGRAFICA DE HUMA PARTE DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz / Cel. C. J. de Niemeyer (sic) del. Tene. Gama Lobo dez. ; Cel. Belegarde e seus discipulos fez. Escala 1:200.000

1857 - CARTA CHOROGRAPHICA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO mandada organizar por Decr. da Assemblea Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde. Em detalhe, na esc. de 1:10.000 : Planta das cidades de : Nictheroy, Campos dos Goytacazes, Macahé, Cabo Frio, Rezende, Paraty, Petropolis, Angra dos Reis, Vassouras, Valença, Cantagallo, Magé, Barra Mansa. Villas: de Itagoahy, S. João da Barra, S. Fidelis, Parahiba e Barra de S. João (fig.202).



Fig. 202 – Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro – 1857

1867 – NOVA CARTA CHOROGRAPHICA DO IMPERIO DO BRAZIL / reduzida pelo Bacharel Pedro Torquato Xr. de Brito confeccionada pelo Coronel Conrado Jacob Niemeyer e officiaes engenheiros em 1856 - Rio de Janeiro : Lith. Arch. Militar, 1 mapa : aquarelado ; 65 x 63,2cm. em f. 79,5 x 70,2cm.

1873 - CARTA DO IMPÉRIO DO BRAZIL: reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846 e das especiaes das fronteiras com os estados limitrophes/organisasdas ultimamente pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, Tourinho impremiu.



Fig. 203 – Carta do Império do Brazil – 1873 Conrado Jacob de Niemeyer

5.5.2 – Da “Carta Corographica do Império do Brasil”

A ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844’ está inserida como um cartucho na ‘Carta Corographica do Império do Brazil’ (fig.200), de Conrado Jacob de Niemeyer, de 1846. É uma Carta impressa, monocromática, de dimensões 150 x 150 cm, feita na escala 1:3.000.000. Seu nome completo é:

“Carta Corographica do Império do Brazil dedicada ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo Coronel Engenheiro e Sócio Effectivo Conrado Jacob de Niemeyer, pelo mesmo arranjada sobre os melhores trabalhos existentes, antigos, e

modernos, contendo igualmente as Plantas que se poderão obter, das cidades Capitaes e outros lugares importantes. Lithografada no estabelecimento de Heaton & Rensburg, Rio de Janeiro, 1846”.

A ‘Planta da cidade de Porto-Allegre’ não é o único cartucho inserido na Carta, incluindo o de Porto Alegre temos dez que, conforme o esquema da Carta (fig.204), podem ser listados como segue:

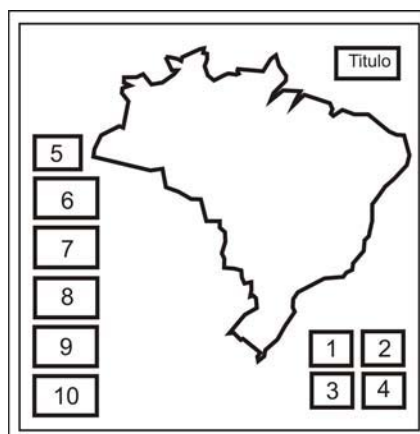


Fig. 204 – Esquema da Carta Corographica do Império do Brasil – 1846

1. Planta da cidade de Ouro Preto s/data
2. Planta da cidade da Bahia em 1806
3. Planta da cidade do Rio de Janeiro capital do Império do Brazil s/data
4. Planta da cidade de Nitheroy capital da Província do Rio de Janeiro 1844
5. Mapa da Ilha do Maranhão
6. Planta da cidade do Pará
7. Planta da Imperial cidade de S. Paulo, 1844
8. Planta da cidade do Recife de Pernambuco, 1844
9. Planta da cidade de Porto-Allegre, 1844
10. Planta da cidade do Maranhão, 1844

O primeiro trabalho de representação cartográfica do Brasil que foi realizado durante o Império, após a Independência, foi esta ‘Carta Corographica do Império do Brazil’ de Conrado Jacob de Niemeyer, em 1846. Tendo sido a primeira após a independência, pode-se dizer que tem como retrospecto, em termos cartográficos, toda a história de representação da descoberta, conquista e posse do novo território pelos portugueses, em especial os trabalhos que tentaram mostrar o território como um todo.

Nesse sentido, a partir do descobrimento podemos enxergar o processo cartográfico através de varias fases, como bem coloca Costa⁴⁰⁵, sendo a primeira a do reconhecimento da costa das novas terras descobertas. Assim, segundo Costa,

“as primeiras medidas visando à preservação e a um melhor conhecimento do território português na América surgiram no reinado seguinte ao de D. Manuel, o de Joao III, iniciado em 1521 e encerrado em 1557. Desse projeto de ocupação propriamente dito, destaca-se a criação das capitanias hereditárias em 1532”.

Um mapa emblemático dessa primeira fase é o mapa de Luís Teixeira ‘*Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrolas, que há na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*’ de ca. 1573 (fig.205).

A fase seguinte é denominada por Costa “a cartografia do território no período filipino seiscentista até a consolidação da Restauração”, que abrange os acontecimentos de 1580 – 1640 quando, devido à morte sem sucessor do rei Dom Sebastião, Portugal foi unido à Espanha, governada por Felipe II. Em 1640, dá-se a restauração, com a ascensão ao trono português de D. João IV (1640-1656). Nesse período, um dos trabalhos mais importantes foram os atlas elaborados por João Teixeira Albernaz I (o velho), entre os quais o mapa Estado do Brasil de 1612, que faz parte do “Livro que da Razão ao Estado do Brasil” (fig.206)



Fig. 205 – Roteiro de todos os sinaes..., Luís Teixeira
– ca. 1573



Fig. 206 – Estado do Brasil, João Teixeira Albernaz –
1612

⁴⁰⁵ Essas fases são mostradas por Costa em seu artigo: COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Na segunda metade do século XVII, pode-se dizer que “destaca-se o Atlas de João Teixeira Albernaz II, neto de Albernaz, intitulado: ‘Livro de toda a costa da Província de Santa Cruz’, de 1666. A partir do século XVIII, temos o projeto do Atlas da América Portuguesa. Como afirma Costa:

“A grande motivação inicial para a execução do Projeto de Mapeamento por parte da Coroa Portuguesa deveu-se aos avanços dos jesuítas espanhóis no povoamento dos sertões, em pontos ao longo do Rio Paraguai, entre o Uruguai e o Mato Grosso, sendo a comunicação enviada pelo ouvidor-geral da Capitania de São Paulo Rafael Pires Pardiniho, em dezembro de 1717, que deu início às deliberações do Conselho Ultramarino nesse sentido”⁴⁰⁶.

Era necessário não só colonizar, mas também mapear o território português para garantir a posse deste território. Isso se tornou mais premente com

“a apresentação da dissertação de Guillaume de L’Isle, primeiro geógrafo do rei da França, em 27 de novembro de 1720. De L’Isle defendia que tanto as terras do Cabo do Norte quanto o território da Colônia do Sacramento ficavam a oeste da Linha de Tordesilhas e portanto não pertenciam ao território português”⁴⁰⁷.

Foi a partir desses eventos que os chamados “padres matemáticos” foram contratados pelo governo português e enviados ao Brasil em 1729, chegando ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730. Deve-se a Domingos Capassi e Diogo Soares, jesuítas ligados à Companhia de Jesus, o primeiro levantamento de boa parte do território brasileiro, com determinações mais ‘acuradas’ de latitude e longitude. Mas eles não chegaram a realizar um mapa de todo o território da América portuguesa.

A última fase pré-independência, que vai, segundo a definição de Costa, da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, se configura como a ‘cartografia da Demarcação dos Limites e da consolidação do território da América Portuguesa’. A briga entre espanhóis e portugueses para a fixação de novos limites passou por uma série de tratados e de comissões de demarcação dos limites acertados por estes tratados. Essa atividade gerou uma grande produção de mapas, tanto pelo lado espanhol quanto pelo lado português. A partir das recomendações do secretário de D. João V, Alexandre de Gusmão, dados cartográficos foram levantados sobre a colônia portuguesa e, por ordem de Antônio Gomes Freire de Andrade, foi preparada a carta chamada ‘*Descripçam do Continente da*

⁴⁰⁶ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 105.

⁴⁰⁷ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 105.

America Meridional que nos pertence com os Rios, e Montes, que os Certanejos mais experimentados, dizem ter encontrado, cuja divisão se faz' (fig.207). Essa carta datada de 5 de dezembro de 1746 “representa o Brasil como uma entidade geográfica e propunha limites territoriais com a Coroa de Espanha na América do Sul. Apesar de seu fraco rigor cartográfico, o documento constituiu o resumo de tudo o que se sabia sobre o espaço brasileiro até o ano de 1746”⁴⁰⁸. Serviu de base para os mapas utilizados no Tratado de Madrid.

O Tratado de Madri de 1750, que revogou definitivamente o de Tordesilhas, gerou o famoso ‘Mapa das Cortes’, no qual os representantes de Portugal e de Espanha escreveram na parte de trás uma declaração sobre o conteúdo do mapa e o assinaram. Na figura abaixo uma das três cópias portuguesas (fig.208) do ‘Mapa das Cortes’ que foram trocadas e entregues aos Comissários das Demarcações.



Fig. 207 – ‘Descripçam do continente da America Meridional...’ – 1746



Fig. 208 – ‘Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha...’ – 1751

Depois de idas e vindas, em 1777 um novo tratado foi assinado, o Tratado de Santo Ildefonso, também conhecido como Tratado Preliminar de Limites. Esse tratado foi anulado em 1801 e não mais retomado. No início do século XIX,

“depois de inúmeros recuos e avanços, expressos nas sucessivas negociações entre as duas Coroas, ficou restabelecido o limite sul do Brasil, proposto no Tratado de Madrid de 1750, bem como definitivamente imposto

⁴⁰⁸ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 131.

o princípio fundamental do *uti possidetis*⁴⁰⁹, ou da posse, como base dessas e de futuras definições de limites, seja para o território da América portuguesa, seja do Brasil Império⁴¹⁰.

Um mapa, aparentemente inacabado, é a 'Carta Geral do Brasil' (fig.209) feita no ano de 1779, por José Custódio de Sá e Faria (– 1792). Ele

foi designado pelo vice-rei Gomes Freire de Andrade para fazer parte da Comissão Demarcadora, que assentaria os limites entre as possessões ultramarinas dos reinos de Portugal e Espanha, resultado das negociações do Tratado de Madri de 1750, na América do Sul. Devido ao seu preparo técnico e ao seu desenho elaborado, Sá e Faria foi nomeado o primeiro comissário da Terceira Partida Demarcadora, que iria realizar o estudo cartográfico da zona compreendida entre os rios Paraná e Paraguai, o plano da Colônia de Sacramento e o mapeamento do Salto Grande do Paraná, realizadas no período 1753-54⁴¹¹.



Fig. 209 – 'Carta Geral do Brasil', José Custodio de Sá e Faria 1779

⁴⁰⁹ *Uti Possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das hostilidades. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuais". Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra e também um território que estando em litígio, uma das partes demonstra sua posse. Fonte: WIKIPÉDIA. [S.l.], 2006. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uti_possidetis> consultado em: 15 mar. 2010.

⁴¹⁰ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 141.

⁴¹¹ Biografia de José Custódio de Sá e Faria, fonte: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/Cartografos1.htm>. Acesso em: 01 fev. 2010.

Mais dois mapas, que representam a América Portuguesa são importantes de serem mencionados, e que se configuram em um retrospecto para a carta de Niemeyer. Um de 1798 de autoria de António Pires da Silva Pontes, que se intitula ‘Carta Geographica de Projecção Espherica e Ortogonal da Nova Luzitania ou América Portuguesa e Estado do Brasil’ (fig.210). O outro é a ‘Nova Carta do Brazil e da América Portuguesa anno de 1821’ (fig.211).



Fig. 210 – ‘Carta Geographica de Projecção Espherica...’,
Antonio Pires da Silva Pontes - 1798



Fig. 211 – Nova Carta do Brazil e da América
Portuguesa anno 1821

Como o próprio título completo da ‘Carta Corographica do Império do Brazil’ aponta, Niemeyer baseou-se em cartas existentes, tanto antigas quanto modernas para elaborar a sua carta. Segundo Peixoto,

“Niemeyer procurou inicialmente basear sua representação do território brasileiro sobre o que chamou de ‘Mapa Geral’, ou seja, o produto resultante da reunião dos traçados de duas cartas estrangeiras, a ‘Carta da América Meridional’ da Casa Editorial Arrowsmith e a ‘Carta da Costa Brasileira’ do Almirante Roussin, buscando legitimar sua carta frente aos atlas e outras representações européias e norte-americanas⁴¹²”.

Em relação à Casa Editorial Arrowsmith, podemos encontrar no Arquivo Histórico do Exército e também na Fundação Biblioteca Nacional, uma carta de Aaron Arrowsmith de 1811, intitulada ‘Outlines of the physical and political divisions of South America’, que deve ter sido o mapa a que Niemeyer teve acesso. No site da Coleção de David Rumsey, podem-se encontrar vários mapas de Arrowsmith, e pode-se ver a imagem da edição de 1814

⁴¹² PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n° 19/20, jan./dez., 2004. p. 311

(fig.212) do mapa de 1811 (1ª edição). Já em relação à Carta da Costa Brasileira do Almirante Roussin, na Biblioteca Nacional encontram-se mapas baseados no levantamento feito por Roussin da costa brasileira entre 1819 e 1820: um deles é um mapa publicado na França aproximadamente em 1821, intitulado 'Exploration hydrographique', assinado pelo Dépôt General de la Marine e pelo Mr. Baron Roussin; além de três cartas publicadas entre 1825 e 1826, que se intitulam 'Carte reduite de la côte du Brésil', de autoria de Alexandre Pierre Givry (engenheiro hidrógrafo da Marinha) sob as ordens do Mr. Baron Roussin. Estes três mapas mostram a costa do Brasil entre Ceará e Maranhão, Porto Seguro e Pernambuco e Cabo Frio e a Ilha de Santa Catarina. Como não foi possível ter acesso às imagens desses mapas, pode-se ter uma idéia do trabalho de Givry e de Roussin através da 'Carte de la province de Rio de Janeiro rédigée d'après un manuscrit portugais inédite et les cartes nautiques de MM. Roussin et Givry par M. Louis de Freycinet, capitaine de Vaiscau', 1824 (fig.213).



Fig.212 – 'Outlines of the physical and political divisions of South America', A. Arrowsmith 1814



Fig.213 – 'Carte de la Province de Rio de Janeiro', MM Roussin et Givry, 1824

Niemeyer, no processo de construção de sua carta, modificou e complementou o 'Mapa Geral'

“através da consulta a diversos mapas, Roteiros, Memórias e Descrições, sendo que, dentre este último tipo de corografias textuais, Niemeyer utilizaria especialmente os trabalhos de Cerqueira e Silva⁴¹³, Cunha

⁴¹³ SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*. Salvador: Tipografia do Diário, 1833. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=1ToTAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Ignacio+Accioli+de+Cerqueira+e+Silva&source=bl&ots=T6jKFbOWHN&sig=NhzvJgxvCmjdzEZmPq7Oydy0sPc0&hl=pt-BR&ei=hDgtTPC5GoOKlwfl9rGJCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CCMQ6AEwBA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 jan. 2010.

Mattos⁴¹⁴ e Ayres de Casal⁴¹⁵. Os limites nacionais foram inscritos sobre o produto resultante segundo o 'Programa Geografico' de Pinheiro, sendo que a divisão das províncias foi feita de acordo com a 'Corografia Brasilica de Ayres de Casal'⁴¹⁶.

Os mapas da Casa Editorial Arrowsmith inspiraram Niemeyer não só para a utilização do mesmo para o seu 'Mapa Geral', mas também pelas dimensões que eles imprimiam nos seus mapas. O mapa de 1814 cujas dimensões são 199 x 139 cm, é um 'Wall Map' impresso em seis folhas. Niemeyer compôs o seu mapa "a partir da redução e transformação da sua base de dados a uma escala (1:3.000.000) que possibilitasse a composição da Carta Geral em quatro folhas iguais, de acordo com a capacidade de impressão da litografia mais bem aparelhada no Brasil naquele momento, a Litografia Heaton & Rensburg"⁴¹⁷. A dimensão de seu mapa pode ficar, desta forma, com 150 x150 cm. Esse tamanho permitiu não só que o mapa do Brasil ficasse num tamanho razoável, com um bom nível de detalhe, como também permitiu que os cartuchos das plantas de diversas cidades do Brasil tivessem um tamanho que as tornasse legíveis. Outra questão importante da Carta de Niemeyer, é que ela coloca como meridiano de origem, o meridiano da cidade do Rio de Janeiro, que já havia sido utilizado nas cartas dos 'padres matemáticos'. No contexto de ser a primeira carta após a independência do Brasil, a utilização deste meridiano aponta para uma idéia de nacionalismo. Nessa época, não havia ainda a idéia de um único meridiano. Só em 1884, por convenção internacional, é que se adotou o Meridiano de Greenwich. Até este momento, cada país utilizava o meridiano que quisesse, geralmente o meridiano onde estava o seu observatório: havia o meridiano de Paris, o de Lisboa, o de Coimbra, o de Greenwich, etc.

Em relação aos cartuchos que, como diz Peixoto, 'emolduram' o mapa do Brasil, eles mostram várias cidades, dentre elas a capital do Império do Brasil, Rio de Janeiro; algumas capitais de Província do Brasil Império, entre elas Porto Alegre; e um mapa da Ilha do Maranhão. É interessante observar que cinco delas estão datadas como de 1844, a da Bahia é de 1806 e as outras não estão datadas. A Planta do Rio de Janeiro parece ter sido calcada na primeira planta impressa no Brasil, a 'Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de

⁴¹⁴ MATTOS, Raimundo José de Cunha. Corografia Histórica da Província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 48, p. 213-398, 1874. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1874t00371c.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2009.

⁴¹⁵ CASAL, Manoel Ayres de. *Corografia Brasileira ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/corografiabrazilica01ayrerich>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

⁴¹⁶ PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez., 2004. p. 312.

⁴¹⁷ PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez., 2004. p. 312.

Janeiro' de 1812, na Impressão Régia. A de Porto Alegre teria sido baseada na 'Planta de Porto Alegre' de 1839, de L. P. Dias.

Dentre os mapas mencionados, que serviram de retrospecto e de inspiração a Niemeyer, nenhum deles possui cartuchos que mostrem plantas de cidades. O mapa de Aaron Arrowsmith (1814) possui um cartucho que mostra o extremo sul da América do Sul. Os mapas de José Custódio de Sá e Faria e de Antonio Pires da Silva Pontes mostram em seus cartuchos detalhes de regiões, mas não plantas de cidades. Niemeyer pode, no entanto, ter se inspirado para isso em atlas mais 'tradicionais', como o Atlas Maior de Blaeu. Neste atlas, os mapas que mostram os diversos continentes foram emoldurados por Blaeu com mapas e vistas de cidades, como é o caso do '*Americae Nova Tabula*' feito por Willem Blaeu em 1665, onde podemos ver, entre outras imagens, uma vista da cidade do Rio de Janeiro (fig.214) e uma planta da cidade de São Domingo. (fig.215)



Fig. 214 – 'Vista do Rio de Janeiro' W. Blaeu 1665



Fig.215 – 'Sao Domingo' W. Blaeu, 1665

5.5.3 – Do Desenho da Planta de 1844

A 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' (fig.199) de 1844, feita por Conrado Jacob de Niemeyer, é uma planta impressa, monocromática de dimensões aproximadas de 30 x 10 cm. A escala é 1:20.000 e tem-se uma escala gráfica em braças (500 braças). Como já se mencionou, ela está inserida como um cartucho na parte inferior esquerda da 'Carta Corographica do Império do Brasil'.

O cartucho onde a planta está inserida, de forma retangular, está dividido em três partes, sendo que a parte central onde fica o mapa é mais larga que as suas laterais. Na

lateral esquerda está o título, o ano em que a planta foi desenhada, a escala e o início das legendas (1 a 8). Na lateral direita, o restante das legendas de 9 a 30.



Fig. 216 – Esquema da Planta da cidade de Porto-Allegre, 1844 - Niemeyer

Na planta de Porto Alegre inserida na ‘Carta Corográfica do Império do Brasil’, as legendas estão dispostas nos dois retângulos que ladeiam o mapa. No retângulo do lado esquerdo, têm-se o título da Planta, o ano de execução, a escala e o início das legendas numéricas – 1 a 8. No retângulo do lado direito, tem-se o restante das legendas numéricas do n° 9 aos 30. Nestes 30 destaques apontados pela ‘Planta de Porto-Allegre’ inserida na ‘Carta do Império do Brazil’ de Niemeyer, é interessante observar que nenhum deles nomina ruas da cidade. Em termos de espaço urbano, os únicos locais são praças (a do Palácio, a da Alfândega, a do Paraíso e a do Portão) e as praias (do Riacho, do Arsenal e do Caminho Novo); em termos de locais geográficos, a planta apenas aponta o Riacho. As outras 22 legendas dizem respeito a equipamentos da cidade – Igrejas, cemitérios, prédios públicos e monumentos.

Uma questão que merece ser destacada em relação às legendas, e que mostra ter sido esta planta calcada na Planta de L. P. Dias, é o fato de que todas as legendas que constam do mapa de Niemeyer fazem parte do mapa de Dias. Até mesmo a seqüência com que elas foram colocadas no mapa de Niemeyer tem bastante semelhança com a de Dias. A legenda 1 do mapa de 1844, que é a Igreja Matriz, corresponde à legenda 49 do mapa de 1839; e assim vai na seqüência até a 21, que corresponde a 69. Nesse momento, há um salto, com a 22 correspondendo ao 77 e a 23 a 84. A 24 corresponde a 42 e, novamente, uma seqüência até a 30 que corresponde a 48.

Em relação aos elementos destacados pela legenda, nota-se que dos 30, apenas 3 referem-se a locais existentes fora das muralhas da cidade – o cemitério da Caridade, a Olaria do Joãozinho e o Poço da Caridade. Nenhuma legenda aponta elementos na parte que aparece das ilhas, nem designa elementos que poderiam estar no Guaíba, como nas plantas anteriores de Porto Alegre.



Fig. 217 – Planta da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, s/data - Niemeyer

Nesta planta de Porto Alegre, a legenda não aponta o nome de nenhuma rua da cidade e, no desenho do mapa, também não existe inscrição dos nomes, apenas dos números apontados na legenda. Não é o que acontece com todas as plantas de cidades inseridas na Carta de Niemeyer. Na Planta do Rio de Janeiro, as legendas numéricas também não apontam nomes de ruas, mas, no desenho do mapa, pode-se ver os nomes de várias ruas escritos (fig.217).



Fig. 218 – Detalhe da Planta da cidade de Porto-Allegre, 1844 - Niemeyer

A planta de Porto Alegre de 1844, segundo Barreto⁴¹⁸, se apóia na planta de L. P. Dias, impressa cinco anos antes. Isto pode ser constatado ao comparar-se o traçado das duas: a mesma configuração das muralhas; o desenho das curvas de nível que aparecem estão posicionadas quase que no mesmo local; as quadras e prédios desenhados têm uma semelhança bastante grande. Em relação à parte das ilhas, tem-se o desenho dos limites iguais e somente a vegetação é que foi desenhada de forma um pouco diversa. O desenho do que aparece da cidade e seus arredores foram reduzidos, está mais concentrado na parte da cidade dentro das muralhas. Desenhadas no Guaíba aparecem as setas indicando o sentido do movimento das águas. No entanto, a rosa dos ventos foi suprimida. Na Carta do Império, assim como nos outros cartuchos de plantas de cidades existentes na mesma, não há nenhum signo que demonstre a direção, a orientação geográfica desses desenhos, isto porque Niemeyer, baseando-se em convenções internacionais, posicionou os mapas que constam da Carta com o norte no sentido da parte superior do papel. Para efetuar isso em relação à cópia que ele fez da “Planta de Porto-Allegre” de L. P. Dias, ele teve de rotacionar o desenho um pouco para a esquerda. Essa estratégia de indicação do Norte coloca a Carta do Império dentro dos preceitos científicos de sua época.

Niemeyer, para simplificar e uniformizar os desenhos das plantas das diversas cidades, teve de eliminar da planta de Porto Alegre o enquadramento em forma de elipse criado, em sua planta, por L. P. Dias.

Talvez, também, devido ao caráter simplificado de sua planta de Porto Alegre, tenha excluído da legenda os nomes de ruas. Em várias partes da cidade desenhada, nota-se uma simplificação, principalmente no desenho dos elementos da parte da cidade que aparecem, nesta planta, fora da muralha. Na planta de L. P. Dias, alguns números que constavam das legendas com designações de locais não apareciam indicados no mapa propriamente dito, mas de 99 indicações, apenas dois números foram ‘esquecidos’. Nesta planta de Porto Alegre que contém 30 legendas, os números que representam cinco delas não aparecem no mapa. Um deles, o número 3, que diz respeito à Igreja do Rozario, é um dos números que também foi esquecido na planta de L. P. Dias. Os outros são: 8 (Hospital da Caridade), 19 (Praia do Arsenal), 29 (Trapiche) e 30 (Pelourinho).

Este mapa foi impresso na Lithografia Heaton & Rensburg. Como já foi mencionado, Niemeyer escolheu esta litografia devido à sua capacidade técnica. A firma Heaton & Rensburg foi fundada por um inglês George Mathias Heaton (1804 – pós 1855) e um holandês Eduard Rensburg (1817?-1898), por volta de junho de 1840.

⁴¹⁸ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol. p. 986.

Os “concorrentes (a oficina do Arquivo, Larée e Briggs), em breve descobriram que o inglês, e, principalmente, o holandês eram não somente verdadeiros técnicos como comerciantes, ou mesmo industriais, de tino e equilíbrio”⁴¹⁹. Foram considerados os melhores litógrafos de mapas. Segundo Santos, “quando o Estado precisava de boas cópias era aos litógrafos particulares que recorria”⁴²⁰, e uma dessas empresas era a empresa de Heaton & Rensburg.

No que diz respeito à tiragem, não é possível neste momento dizer qual teria sido. A Fundação Biblioteca Nacional possui três exemplares (ARM.014,01,001A, ARM.014,01,001 e ARC.017,05,006); na listagem do Arquivo Histórico do Exército não consta nenhum exemplar; a Mapoteca do Itamaraty possui um exemplar⁴²¹. Mas nesta questão é importante referir à informação de Santos⁴²² de que a Carta Corographica do Império do Brazil “foi anunciada no Jornal do Commercio, com preços de 10 mil réis (sem cor) e 22 mil réis (colorida). Por 24 mil réis os interessados podiam levar a carta montada em painel de pano”, mostrando que este mapa foi comercializado e que qualquer pessoa com posses poderia ter tido acesso ao mesmo.

Em relação à reprodução deste mapa em livros ou outra mídia: Renata Santos reproduz a Carta do Império do Brasil em seu livro ‘A Imagem Gravada’ e no site da Fundação Biblioteca Nacional pode-se ter acesso a uma copia digitalizada. Quanto aos mapas inseridos nos cartuchos pode-se encontrar no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre do IHGRS, editado em 2005, o mapa de Porto Alegre e o do Rio de Janeiro.

5.5.4 – Das Leituras do Mapa

O objetivo mais geral dessa planta tem a ver com o fato de ela estar inserida na ‘Carta Chorographica do Império do Brazil’, que demonstra a vontade de se querer ter uma carta do Brasil feita por brasileiros, mostrando o seu território – a primeira carta após a

⁴¹⁹ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.377.

⁴²⁰ SANTOS, Renata. *A Imagem Gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008. p. 109.

⁴²¹ De acordo como site ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

⁴²² SANTOS, Renata. *A Imagem Gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008. p. 112.

Independência. E essa carta não mostra apenas o desenho do território nacional, ela contém, além disso, plantas de cidades importantes espalhadas e inseridas ao longo de toda a extensão do país, entre elas, a Capital do Império.

Como coloca Macedo,

“a Carta Geral do Império do coronel Conrado está longe de ser uma obra perfeita: senões e erros que o próprio autor veio a reconhecer, vão a cada dia tornando-se mais sensíveis e avultando em número, à medida que se apuram os estudos relativos; mas a dificuldade e transcendência d’aquelle trabalho, e a necessidade palpitante que havia d’elle, augmentaram-lhe o valor, e mais fizeram sobresahir o seu inquestionável merecimento”⁴²³.

Como se pode ver pelo título da Carta (fig.219), Niemeyer dedicou a mesma ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Como sócio fundador do IHGB, fez parte da construção dos objetivos do Instituto que, em relação à geografia, como afirma Januário da Cunha Barboza no discurso de posse da 1ª Diretoria, propunha-se a:

“Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos”⁴²⁴.



Fig. 219 – Título da Carta Corographica do Império do Brazil – 1846 Conrado Jacob de Niemeyer

⁴²³ MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009. p. 732

⁴²⁴ BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1908. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009. p. 10.

Niemeyer, quando elaborou essa carta, não mais estava vinculado ao Corpo de Engenheiros do Exército: era apenas um cidadão brasileiro. Isto explica a afirmação de Peixoto⁴²⁵ de que

“a consolidação da discussão do espaço nacional em teatros bem definidos, a descentralização do processo externo e da produção cartográfica em escala e o esvaziamento das funções do Arquivo Militar fizeram com que a primeira Carta Geral do Brasil não nascesse a partir de uma iniciativa do Estado, mas de uma contribuição para o debate da narrativa territorial no IHGB. Construída por Conrado Jacob de Niemeyer durante os anos de 1842 a 1846, a ‘Carta corográfica do Império do Brasil’ estabeleceu padrões técnicos e estéticos que seriam endossados pelas Cartas Gerais posteriores e mapas parciais do território”.

A Carta do Império do Brasil, contendo em seu bojo a planta de Porto Alegre e de outras cidades do Brasil, mesmo tendo sido feita de forma relativamente independente do Estado, ao ter sido comercializada, permitiu a divulgação do espaço nacional junto às elites e ajudou na construção de uma identidade nacional, com a produção e a delimitação do território brasileiro, instituindo uma imagem desse território e promovendo uma representação desse espaço e dessa paisagem.

⁴²⁵ PEIXOTO, Renato Amado. O Espelho da Jacobina: representação e escrita da história na construção da Carta Niemeyer de 1846. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2004. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Renato%20Amado%20Peixoto.doc>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

5.6 – A PORTO ALEGRE DE ANTÔNIO ELEUTHÉRIO DE CAMARGO

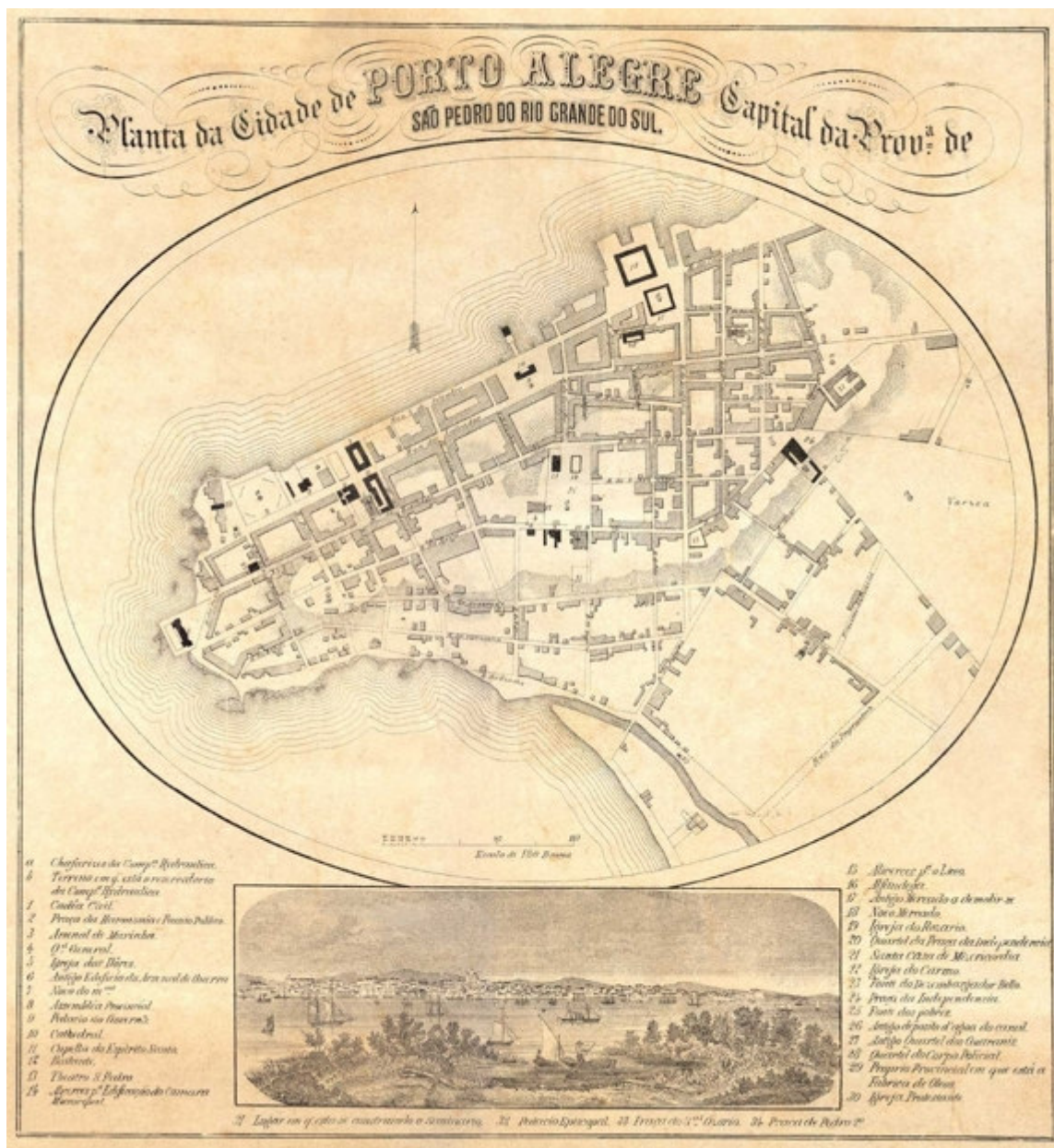


Fig. 220 – 'Planta da cidade de Porto Alegre, capital da Provª de São Pedro do Rio Grande do Sul' 1868



Fig. 221 – ‘Carta Topographica da Prov^a de São Pedro do Rio Grande do Sul’, 1868

Data de 1868 a quinta planta da cidade de Porto Alegre (Fig. 220). Trata-se da 'Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul', de autoria de Antônio Eleuthério de Camargo. Encontra-se incluída na 'Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul' (fig. 221), cuja publicação foi feita em Porto Alegre pela Lithografia Imperial de Emilio Wiedemann, em 1868.

5.6.1 – O Cartógrafo Eminente

Antonio Eleuthério de Camargo nasceu em Porto Alegre em 1839 e faleceu em São Paulo em 1º de Junho de 1895. Foi um militar formado em engenharia, tendo cursado a Escola Militar e a Escola Central. Conforme Pimentel⁴²⁶, “foi um político eminente, deputado provincial e geral, ministro e conselheiro do Império e também ministro na República”.

De 1861 a 1865, segundo o Almanak Laemmert, o Bacharel Antonio Eleuthério de Camargo pertenceu ao Corpo de Engenheiros. Em 1861, ele é listado como Segundo-Tenente. De 1862 a 1865 aparece como Primeiro-Tenente vinculado a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴²⁷. Após 1865, seu nome não mais consta da listagem de membros do Corpo de Engenheiros. Em 1863, Antonio Eleuthério de Camargo já ajudava na organização dos trabalhos da Carta da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1865, foi um dos fundadores do jornal 'A Reforma' juntamente com Gaspar da Silveira Martins. E, em 1866, foi designado junto com o engenheiro da Câmara para examinar a construção da Ponte do Meio, junto à dos Ferreiros⁴²⁸.

Em 1867, o Presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello organizou a Repartição de Obras Públicas, nomeando como chefe o Engenheiro Francisco Nunes de Miranda, como ajudantes os engenheiros Antonio Eleuthério de Camargo e Antonio Mascarenhas Telles de Freitas, como desenhistas Romualdo de Abreu e Silva e José Candido Coelho de Souza e de porteiro Sebastião Affonso da Silva. Com o pedido de

⁴²⁶ PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945. 2 vol. p. 612.

⁴²⁷ O Almanak Laemmert digitalizado pode ser consultado no site – ALMANAK Laemmert. Chicago: Center for Research Libraries, 1844-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 03 de mar. 2010.

⁴²⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de *et al.* (Org.) *Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1847 – 1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Cadernos 4. p. 97.

exoneração de Francisco Nunes de Miranda, ficaram de chefes os dois engenheiros ajudantes, situação que perdurava em 1868⁴²⁹.

Em 12 de setembro de 1868, o então Presidente da Província Israel Rodrigues Barcellos demitiu da Repartição de Obras Públicas o ajudante de engenheiro Dr. Antonio Eleuthério de Camargo. Segundo ele, “esta medida funda-se no procedimento que tem tido o referido Dr. pela imprensa, pregando a anarchia e doutrinas contrarias às instituições que nos regem, fazendo com a sua assignatura ostentação dos artigos que escreve”⁴³⁰.

Em 1875, era deputado na Assembléia da Província de São Pedro do Sul quando, junto com outros deputados, assinou projeto que elevou a freguesia de Nossa Senhora da Soledade à categoria de vila, emancipando-a de Passo Fundo. Foi deputado provincial por varias legislaturas no Rio Grande do Sul, tendo sido presidente em várias oportunidades entre os anos de 1883 e 1886⁴³¹. No período de 06/05/1885 à 20/08/1885, foi Ministro da Guerra do Império no gabinete formado por José Antonio Saraiva.

Como cartógrafo, produziu, em 1863, a “PLANTA DE PARTE DO RIO URUGUAY que compreende a Barra do Pepiry-Guassu e Salto Grnde... com o fim de discriminar a verdadeira posição de referido Pepiry-Guassuque serve de limites entre o Império e a Confederação”. Pub. Argentina. 1 mapa mss. aquarelado; 77 x 151 cm (ARC 002, 04,023)

Esta planta, além da Carta da Província de 1868, é o único trabalho cartográfico que aparece listado na Fundação Biblioteca Nacional como de autoria de Antonio Eleuthério de Camargo.

5.6.2 – Da Cartografia da Província

A ‘Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul’, está inserida como um cartucho na parte inferior esquerda da ‘Carta Topographica

⁴²⁹ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Falla Dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a Segunda Sessão da 12ª Legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1867_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

⁴³⁰ BARCELLOS, Israel Rodrigues. *Relatório com que o Exmo Sr. Israel Rodrigues Barcellos 1º Vice- Presidente da Província passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, em 16 de setembro de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Israel_Rodrigues_Barcellos.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p.6.

⁴³¹ Dados obtidos no site RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/presidentes_parlamento.asp>. Acesso em: 10 nov. 2009.

da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul' de Antonio Eleuthério de Camargo (fig.222). É uma carta impressa, monocromática, de dimensões 115 x 115 cm, feita na escala 1:720.000 e apresenta uma escala gráfica em legoas (12 legoas). Seu nome completo é:



Fig. 222 – Esquema da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868

‘Carta Topographica da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Confeccionada segundo os trabalhos officiaes existentes no Archivo das Obras Públicas Provinciaes. Concluída por ordem do Ex^{mo}. S^{nr}. D^r. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Presidente da Província sob a direcção do Bacharel Antonio Eleuthério de Camargo Engenheiro da Província. Organizada e desenhada pelos desenhadores Manoel Fran^{co}. Falcão da Frota, Romualdo de Abreu e Silva & João Propicio Rodrigues da Silva, 1868’.



Fig. 223 – Título da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868

O título está colocado na parte inferior direita (fig.223). A ‘Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul’ não é o único cartucho inserido na Carta. Além desse cartucho, há outro colocado na parte superior esquerda que contém uma ‘Nota’ (fig.224) nos seguintes termos:

“Foi principiada esta carta em 1857 pelo capitão de engenheiros Antonio Dias da Costa. Em 1863 continuarão os trabalhos relativos à sua organização pelos engenheiros Antonio Augusto de Arruda, Antonio Eleuthério de Camargo e desenhador Guilherme Grote Tex. Em 1865 ficou encarregado dos trabalhos o tenente coronel d’engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva, sendo desenhador o mesmo Guilherme Grote Tex. Em 1868 foi concluída pelos engenheiros e desenhadores no título referidos”.

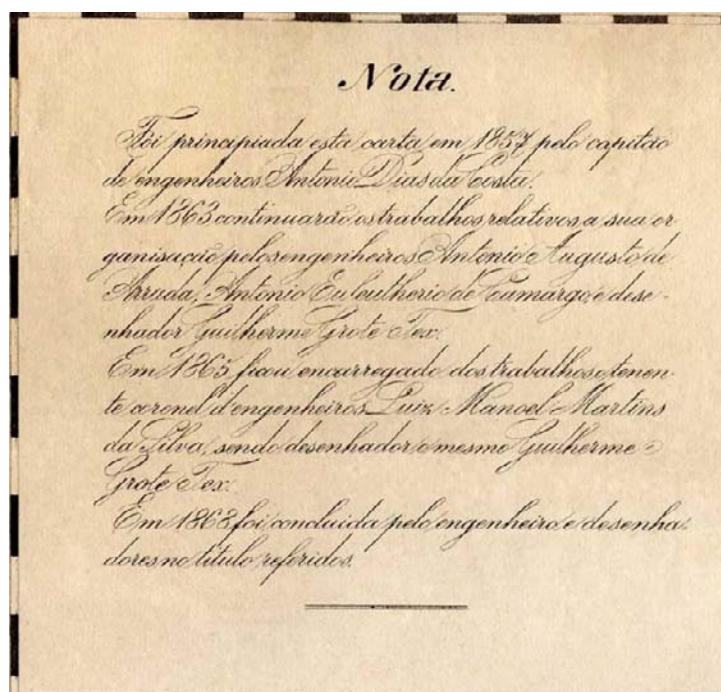


Fig. 224 – Nota da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868

Esta carta concluída no início do ano de 1868 teve retrospectos de cartas anteriores da Província. Nesta época, os limites da província e os do Brasil ainda estavam sendo definidos. Mas, mesmo com a dança dos limites, houve trabalhos onde a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi representada⁴³². É importante para isso ressaltar a evolução administrativa dessa região, conforme aponta Costa:

“em 1760 a região do Rio Grande foi elevada a categoria de Capitania do Rio Grande de São Pedro, mas ainda mantendo-se subordinada à do Rio

⁴³² Um livro que faz um levantamento dos mapas históricos do Rio Grande do Sul, e que possui uma listagem dos mesmos é o livro: NEVES, Gervasio Rodrigo. (Coord.). *A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 2008.

de Janeiro. Apenas em 1807 foi elevada a condição de Capitania Geral e independente, com a denominação de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴³³.

O nome Província do Rio Grande do Sul foi adotado após a Proclamação da Independência, conforme consta na Constituição de 1824. A região se tornou o 'Estado do Rio Grande do Sul' após a proclamação da República em 1889.

Pode-se dizer que o primeiro mapa que define uma espécie de divisão no sul do Brasil é o mapa das 'Capitanias Hereditárias' (fig.225) – Roteiro de Todos os Sinaes..., de Luis Teixeira, 1573 –, em que a região do atual Rio Grande do Sul encontra-se inserida dentro da Capitania pertencente à Lopo de Souza.



Fig. 225 – Detalhe do mapa Roteiro de todos os sinaes..., de Luis Teixeira, 1573

Em 1640, no livro 'Descrição de todo O marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil' (fig. 226) de Joao Teixeira Albernaz I e, em 1666, no 'Livro de toda a costa da Província Santa Cruz' (fig.227) de João Teixeira Albernaz II, temos parte da costa do Rio Grande do Sul representada.

⁴³³ COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 109.

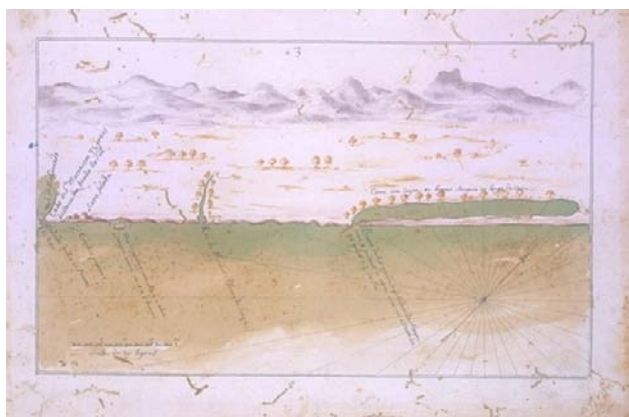


Fig. 226 – [Carta que mostra a Costa entre a "I. De Maldonado" e o "Rio Grande"], Albernaz I, 1640



Fig. 227 – 'Costa que vay ao rio da Prata' Albernaz II, 1666

Os chamados 'padres matemáticos' estiveram no sul em duas ocasiões, uma delas em 1730, devido a um pedido do governador Antonio Pedro de Vasconcelos. Em 1738, após a morte de Capassi, Diogo Soares fez o reconhecimento do Rio Grande que resultou em um mapa⁴³⁴. Este mapa, sem título, abrange desde a Baía do Paranaguá até a foz do Rio da Prata, apresentando nos sertões os cursos dos Rios Paraguai, Uruguai e Paraná (fig.228).



Fig. 228 – Mapa desde a Baía do Paranaguá..., de Diogo Soares, 1740 (ca.)

O mapa dos 'padres matemáticos' já apresenta o interior, mas segundo Scliar, "a primeira vez que se apresenta o Rio Grande do Sul, não como litoral, mas como interior, é neste mapa (fig.229) já litografado, feito pela Companhia de Jesus"⁴³⁵. Trata-se do mapa do Padre José Cardiel de 1752 (ca.) – 'Mapa de la governación del Paraguay y de la de Buenos

⁴³⁴ Conforme COSTA, Antônio Gilberto. *Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império*. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 115.

⁴³⁵ SCLIAR, Salomão. (Ed.). *Rio Grande do Sul Histórico*. Porto Alegre: Painel Editora/Rede Brasil Sul, 1980. p. 185.

Ayres com la línia divisória de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos coroñas año de 1750' – feito logo após o Tratado de Madrid de 1750.



Fig. 229 – Mapa de la gobernación del Paraguay..., do P. José Cardiel, 1752 (ca.)

Um mapa de 1763 (ca.), de José Custodio de Sá e Faria (fig.230), mostra a Lagoa dos Patos e, em detalhe (fig.231), pode-se ver o sítio de Porto Alegre, aqui denominado Porto do Dorneles.



Fig. 230 – José Custodio de Sá e Faria, 1763



Fig.231 – Detalhe, 1763

Uma planta bastante importante neste contexto é a 'Planta do Continente do Rio Grande' de 1780 (fig.232), levantada pelo tenente António Inácio Rodrigues Córdova e feita

após o Tratado de Santo Ildefonso, em que o ‘continente’ aparece dividido em quatro províncias (regiões): Rio Grande, Viamão, Rio Pardo e Vacaria (ou Cima da Serra). Nele se pode localizar a Vila de Porto Alegre.

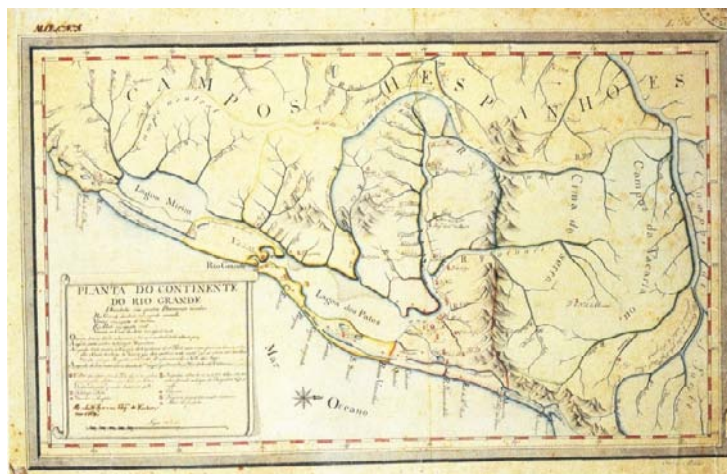


Fig. 232 – Planta do Continente do Rio Grande, 1780

Francisco João Roscio, que andou bastante pelo sul do Brasil, tem uma ‘Carta Hydrographica de huma parte do terreno e costa do Império do Brazil, extrahida da Carta da Província de São Pedro’ (fig.233), levantada em 1772. Um mapa também considerado importante é o ‘Mapa Corographico da Capitania de São Pedro’ de José de Saldanha (fig.234), de 1801.



Fig. 233 – ‘Francisco João Roscio, 1772



Fig.234 – José Saldanha, 1801

No ‘Guia de Caminhantes’ publicado em 1817, a 3ª Carta (fig.235) diz respeito à Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Como bem coloca Costa, este guia é

“resultado da cartografia setecentista e com o propósito de facilitar os deslocamentos de viajantes pelo Brasil”. Foi delineado e iluminado por Anastásio de Sta Anna.

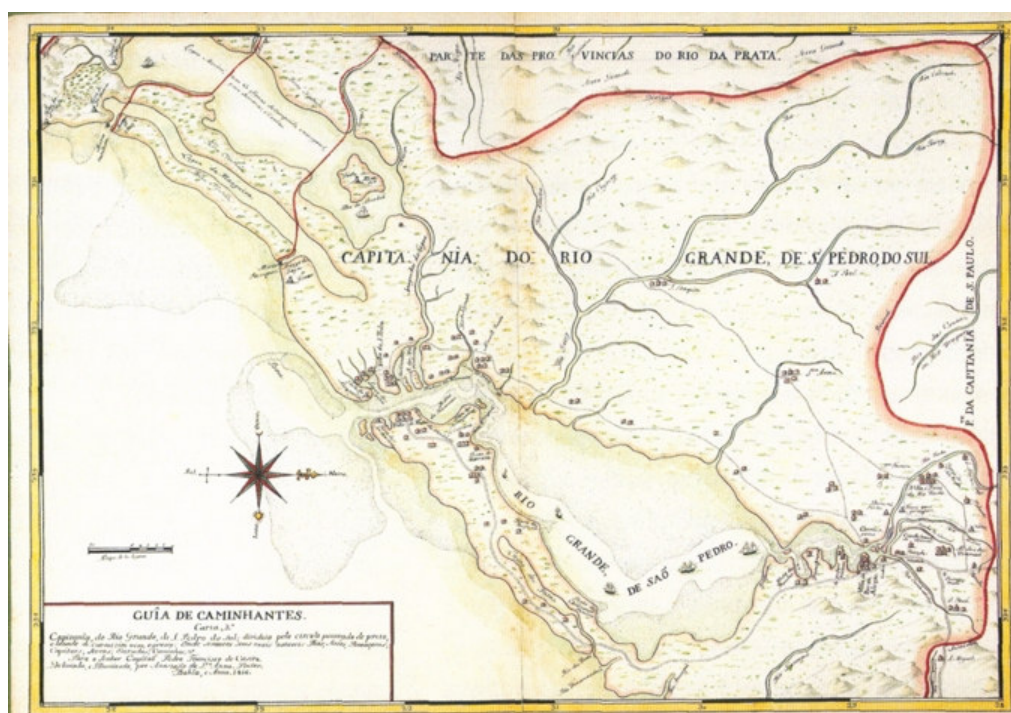


Fig. 235 – Carta 3ª Capitania do Rio Grande de S. Pedro, 1816

Já no Brasil Império, o primeiro mapa que teve seu destaque, já mencionado neste trabalho, é o mapa feito por José Pedro César intitulado ‘Mappa da provincia de San Pedro’ (fig.85), levantado sob a direção do Visconde de S Leopoldo. Reduzido pelo geógrafo Th. Duvotenay, foi publicado como anexo nos Annaes da Província .de São Pedro de 1839. Não se sabe a data em que foi feito; o que se sabe é que o Visconde de São Leopoldo teria presidido a Província de São Pedro entre 1824 e 1826 e que José Pedro César faleceu em 1825, portanto, deve ter sido entre 1824 e 1825.

Dois mapas feitos em 1839, e também já mencionados neste trabalho são: o ‘Mappa do Rio Grande do Sul’ e o ‘Mappa do Theatro da Guerra na Província do Rio de Grande de S. Pedro’. O ‘Mappa do Rio Grande do Sul’ foi feito por Lívio Zambeccari (fig.95) e gerou controvérsias com o mapa de José Pedro César, publicado nos Anais de 1839. Do ‘Mappa do Theatro da Guerra na Província do Rio de Grande de S. Pedro’ (fig.121) não se conhece o autor.

Uma ‘Carta Topográfica e Administrativa da Província de São Pedro do Sul’ (fig.236), gravada em 1847, foi feita por iniciativa de um grupo de empresários liderados pelo Visconde de Villiers de L’Ille Adam, que é o autor da carta. Foi um projeto interessante, por

ser, de certa forma, uma iniciativa privada e não ter sido feita pelo Estado⁴³⁶. Nessa época, grande parte dos mapas, estava, de alguma forma, ligada ao Corpo de Engenheiros.

Um mapa de 1865 intitulado ‘Mapa do Sul do Império do Brasil e Paizes Limitrophes’ (fig.237) foi feito pelos engenheiros civis H. L. dos Santos Werneck e C. Krauss, por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, tendo sido organizado segundo os trabalhos mais recentes. Este mapa mostra o Uruguai, parte da Argentina o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina.

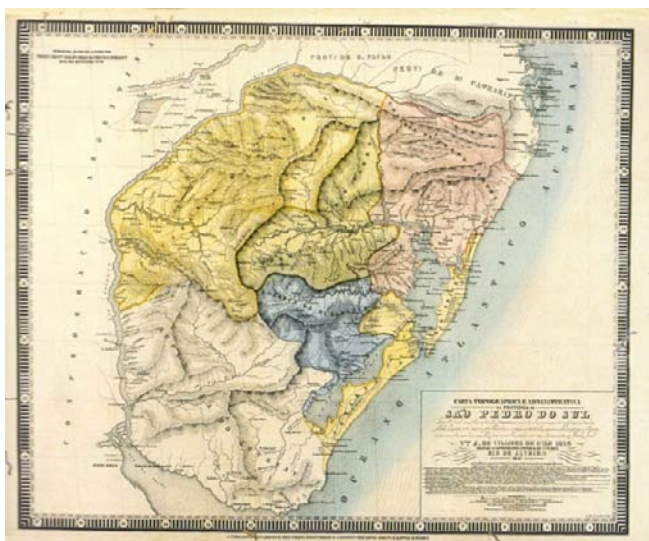


Fig. 236 – Carta Topográfica e Adm. Da Província de São Pedro do Sul de Villiers Adam, 1847



Fig. 237 – Mapa do Sul do Império do Brasil, 1865

Como a própria ‘Nota’ aponta, este trabalho publicado em 1868 há muito tempo vinha sendo construído. Em vários relatórios de presidentes da província, a ‘Carta Corographica da Província’ é mencionada. Apesar da ‘Nota’ apontar o início dos trabalhos da Carta como tendo sido o ano de 1857, já no relatório de 1850, Francisco José de Souza Soares de Andréa, faz um balanço dos problemas e das dificuldades para se fazer tal carta e da necessidade da mesma:

“Uma carta de toda a província, bem construída, depende de muitas observações astronômicas, e de uma triangulação não interrompida, que prenda, a grandes distancias, todas as posições elevadas do terreno, e chegue assim as extremidade della. Este serviço depende de despesas consideráveis, e de tempo; e bem que seja de ultima urgência para todos os actos da administração, não devemos encruzar os braços, enquanto a esta

⁴³⁶ Conforme COSTA, Antônio Gilberto. *Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império*. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 168.

exactidão podermos chegar; e cuidemos desde já de obter alguma coisa que se aproxime da verdade: o que é mais fácil, e menos dispendioso”⁴³⁷.

No mesmo relatório, ele comenta que a Assembléia Provincial decretou vinte contos de réis para dar início a este trabalho. Relata também que teria publicado um regulamento para servir de base para os trabalhos de levantamento dessa carta e fala dos trabalhos cartográficos que estão sendo feitos e que poderão ajudar na construção final da carta.

Os trabalhos dessa carta tiveram que ser postergados com o advento, em 1851, da Guerra do Prata. Finda a Guerra em 1852, passou-se a trabalhar na demarcação dos limites entre o Império e a República Oriental, e a carta aparentemente foi esquecida. Nos relatórios de Presidentes da Província, só se torna a mencionar o assunto da Carta da Província em 1859, no Relatório do Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão⁴³⁸.

Nesse relatório, é dito que o encarregado da ‘Carta Chorographica da Província’ é o engenheiro civil Felipe de Normann, a quem foi fornecido trabalhos geodésicos, topográficos e de reconhecimento pertencentes ao Archivo das Obras Públicas para ajudar na elaboração da referida carta. Além desta carta, o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão menciona, no relatório, que se faz necessária a elaboração de uma ‘Carta da Viação Terrestre e Fluvial’, da qual encarregou os engenheiros José Maria de Campos e Antonio Dias da Costa (é este senhor que é citado na ‘Nota’ da Carta como tendo iniciado os trabalhos da mesma em 1857). Sobre essa carta, o Conselheiro cita no relatório o seguinte informe de Antonio Dias da Costa, dando conta das características da mesma:

“Essa carta organizada sob a projecção cônica modificada, tem essa projecção já traçada, assim como os pontos da província que são conhecidos por latitudes e longitudes. A sua escala é de 1:720.000 tomada sobre o meridiano médio. Ainda não comecei a inserir os trabalhos que estão reduzidos, por querer primeiramente concluir todas as reduções. São poucos, é certo, os elementos, nos quaes se pode confiar, que possui o archivo para organização de uma carta; porém se se impozer aos engenheiros a obrigação de apresentarem roteiros, feitos com cuidado, das viagens que fizerem para a organização, ou execução de projectos de obras publicas da província, poderemos reunir esses elementos, e com os tirados com maior cuidado para os diversos serviços das mesmas obras, como

ANDREA, Joze de Souza Soares de. *Relatório do estado da Província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Exmo. SR. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1850_Jose_Antonio_Pimenta_Bueno_relatorio.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009. p. 23.

⁴³⁸ LEÃO, Joaquim A. Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 1859*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1859. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1859_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009.

sejão plantas de estradas, exames de porção de rios navegáveis, &c. &c., e os que se forem fazendo na inspeção das terras publicas, conseguiremos organizar uma carta com a possível exatidão”⁴³⁹.

No relatório de 1860 o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, ao mencionar a Carta Chorographica da Província, informa que exonerou o Eng. Civil Felipe de Normann da organização da mesma pelo fato de que o mesmo não estaria cumprindo prazos, nem demonstra estar trabalhando na carta. Este engenheiro teria sido encarregado da Carta pelo seu antecessor na Presidência da Província e estaria recebendo uma gratificação mensal de 200\$000 réis. Pode-se perceber, por este relatório, que com a exoneração de Felipe de Normann, passou-se a ter uma única Carta sendo elaborada – a de Antonio Dias da Costa, vinculada ao Archivo de Obras Publicas. Como o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão afirma, ele ordenou a Felipe de Normann “que recolhesse logo ao Archivo Provincial todos os trabalhos e documentos que tinha em seu poder, tendo porém a observar, que já antes havia encarregado ao Capitão Diretor do dito Archivo a organização de uma igual carta, e esse serviço, está em andamento”⁴⁴⁰.

No Relatório de 1861 do Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, ao ser mencionado o Archivo das Obras Públicas, informa-se que continua o trabalho de confecção da carta chorographica da Província⁴⁴¹.

No Relatório de 1862, do Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, é relatado que o Diretor do Archivo de Obras Publicas, o Capitão de Engenheiros Antonio Dias da Costa faleceu e que para seu lugar foi nomeado o Tenente Coronel José Maria Pereira de Campos. Ao fazer referência a Carta Chorographica da Província, é relatado o falecimento do Engenheiro civil Felipe de Normann e que “achão-se recolhidos ao Archivo das Obras Publicas os dados e papéis relativos a este trabalho que estavam em poder do mesmo Engenheiro”⁴⁴².

⁴³⁹ LEÃO, Joaquim A. Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 1859*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1859. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1859_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009. p. 78.

⁴⁴⁰ LEÃO, Joaquim A. Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 1860*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1860. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1860_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009 p.67

⁴⁴¹ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Commendador Patrício Correa da Camara, em 1861*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1861. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1861_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009; p.52.

⁴⁴² ROCHA, Francisco de Assis Pereira. *Relatório apresentado pelo Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial, em 1862*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1862. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1862_Francisco_de_Assis_Pereira_ROcha.pdf>. Acesso em 20 ago. 2008. p. 79 e 84.

A morte de Antonio Dias da Costa e de Felipe de Normann deve ter atrasado os trabalhos da Carta da Província, pois só se volta a falar da mesma no relatório de 1865, de João Marcellino de Souza Gonzaga. Este confiou ao capitão de engenheiros Antonio Augusto de Arruda a redução das plantas parciais de diversos pontos da província para “uma só escala e copiá-los para um só mappa, collocando-os nas respectivas posições geographicas segundo os pontos astronômicos conhecidos”. Após esse trabalho, “os espaços em branco do referido mappa serão completados com posteriores explorações e observações, e por esta forma poder-se-ha obter uma carta completa e exacta da província, cuja falta é bem sensível”⁴⁴³. Este capitão - Antonio Augusto de Arruda – é citado na ‘Nota’ da Carta de 1868 como sendo um dos engenheiros que, em 1863, continuaram os trabalhos relativos à organização da Carta.

Tendo a Guerra do Paraguai começado em dezembro de 1864 e devido ao fato da Província ter-se tornado parte do palco desta guerra, novamente a Carta Chorographica da Província é deixada de lado. Somente em 1867, estando na Presidência da Província o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, é que se volta a falar da Carta Chorographica da Província. Em seu relatório de 1867, ele organizou a Repartição de Obras Publicas, tendo como um dos ajudantes de engenheiro Antonio Eleuthério de Camargo. Este engenheiro também foi incumbido, para a publicação de uma Estatística da Província, de examinar os materiais existentes sobre o assunto nos Archivos. Em relação à Carta Chorographica da Província, o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello avaliando que “poucas províncias possuem, como esta, tantos trabalhos aproveitáveis para a organização de uma carta topographica”, apresenta, em anexo ao seu relatório, uma descrição apresentada pelo tenente-coronel do Corpo de Engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva dos “trabalhos redusidos à escala adoptada para a organização da referida carta”⁴⁴⁴. Este tenente-coronel Luiz Manoel Martins da Silva também consta da ‘Nota’ da Carta de 1868, como tendo ficado encarregado dos trabalhos da mesma em 1865.

Em seu relatório de transmissão de cargo, o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello relata dois fatos importantes ocorridos em janeiro de 1868, nos quais Antonio Eleuthério de Camargo esteve envolvido. O primeiro diz respeito ao fato de que a carta chorographica da Província ficou pronta e está em processo de impressão. Ele afirma

⁴⁴³ GONZAGA, João Marcellino de Souza. *Relatório com que o Bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a Administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. Sr. Visconde da Boa-Vista, em 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1865_Joao_Marcelino_de_Souza_Gonzaga.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p.28.

⁴⁴⁴ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Falla Dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a Segunda Sessão da 12ª Legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1867_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009. p.35-36.

que graças “aos esforços e dedicação do engenheiro Dr. Antonio Eleuthério de Camargo, eficazmente auxiliado pelo zelo dos empregados da Repartição de Obras Públicas e do agrimensor João Propício Rodrigues da Silva, se deve a conclusão da Carta Topographica da Província, em que se gastarão já sommas tão consideráveis”⁴⁴⁵. Esta parte do relato está coerente, em termos de calendário, com o conteúdo da ‘Nota’, pois um dos engenheiros que a mesma refere como tendo concluído a Carta é Anthonio Eleuthério de Camargo e os desenhadores mencionados estão ligados à Repartição de Obras Públicas. O segundo fato importante diz respeito a um ofício de 13 de janeiro de 1868, recebido por ele, em que o Dr. Antonio Eleutério de Camargo lhe comunica “estarem concluídos os trabalhos relativos à estatística da província”⁴⁴⁶ e cuja impressão está bastante adiantada. Foi publicado, em 1868, um ‘Quadro Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul’ e uma ‘Carta Topográfica do Rio Grande do Sul’, ambos de autoria de Antonio Eleuthério de Camargo. Esta Carta, como já foi mencionado, inclui em seu bojo uma Planta de Porto Alegre

5.6.3 – Do Desenho da Planta de 1868

A ‘Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul’, por Anthonio Eleuthério de Camargo é, como já se disse, um cartucho inserido na parte inferior esquerda da ‘Carta Topographica da Provincia’. É uma planta impressa monocromática, de dimensões aproximadas de 31,5 x 29 cm. A escala gráfica é em braças (180 braças). Esta planta tem o título colocado na parte superior, o mapa propriamente dito fica abaixo do título e, como o mapa de L. P. Dias de 1839, está emoldurado por uma elipse. Abaixo do mapa, inserida em um retângulo centralizado, há uma vista da cidade, neste caso uma vista do norte. Dos dois lados e embaixo do retângulo que contém a vista, estão dispostas as legendas do mapa (fig.238).

⁴⁴⁵ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente em 13 de abril de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p. 12.

⁴⁴⁶ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente em 13 de abril de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p. 11.

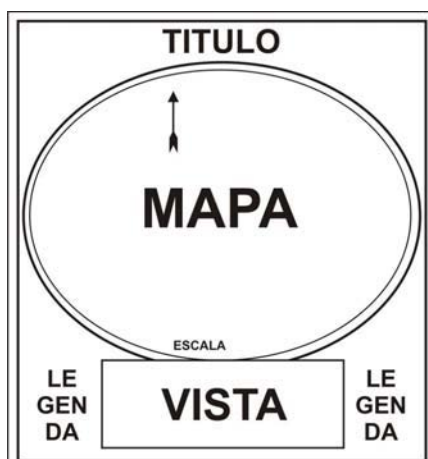


Fig. 238 – Esquema da planta de Porto Alegre de 1868

Esta planta apresenta algumas semelhanças com a planta de 1839 de L. P. Dias. O que mais chama a atenção é o fato de que o mapa da cidade está emoldurado por uma elipse. Esta elipse não está inscrita, em sua totalidade, por um retângulo. Existe um retângulo que a tangencia em dois lados, que é o retângulo que configura o cartucho. Outra semelhança tem a ver com o fato de que, além do mapa, esta planta apresenta também uma vista, no caso apenas a vista do norte. Em relação ao título, pode-se ver alguma semelhança em parte das letras. A palavra 'Planta' da de 1839 e as Palavras 'Porto Alegre' foram feitas com a mesma fonte e os enfeites que envolvem a palavra 'Planta' envolvem, na Planta de 1868, não apenas a palavra 'Porto Alegre', mas emoldura todo o resto do título que utiliza mais dois tipos de fontes. Também na planta de 1839, o título utiliza três fontes diferentes, mas esses outros tipos de fontes não possuem semelhanças. Ainda em relação às fontes utilizadas nas duas plantas, pode-se observar que a fonte usada nas legendas é muito semelhante nas duas plantas.

Nesta planta, como na de 1844, não temos muitos destaques na legenda. Na Planta de 1844 havia 30 itens, neste caso temos 36 (34 legendas numéricas e 02 alfabéticas). Nenhum destes 36 destaques refere-se a alguma rua da cidade, pois os nomes das ruas estão inscritos no próprio mapa, dentro de seu traçado.

As duas legendas alfabéticas 'a' e 'b' estão relacionadas com a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, surgida em 1865. A letra 'b' indica apenas um elemento, que é o local do reservatório de água da Companhia Hidráulica, que se situava no terreno onde hoje está construída a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A letra 'a' indica os vários chafarizes desta Companhia distribuídos na cidade e provavelmente alimentados através do reservatório. São 8 chafarizes colocados um em cada praça/espço aberto da cidade: Praça da Harmonia, Praça da Alfândega, Praça General Osório, Praça de

Pedro 2º, Praça do ‘Mercado Publico’, Praça junto a Santa Casa, Praça junto a Praça do Portão e Várzea.

As legendas numéricas aparentam ter tido uma tentativa de ‘ordem geográfica’. Da legenda 1, que é a Cadeia localizada na ponta da ‘península’, passa-se para as legendas de nºs 2 a 7 que são equipamentos e espaços localizados ao longo da Rua da Praia, começando pela Praça da Harmonia e indo até a esquina com a Rua do Arroio. Do nº 8 ao 14 são equipamentos distribuídos ao redor da Praça D. Pedro II (atual), inclusive vários deles na Rua da Igreja. O 15 é uma referência na Rua da Igreja esquina com a Rua de Bragança – seriam os alicerces do Lyceo. Do Alto da Praia, passa-se para o 16 que se refere à Alfândega, localizada na Praça de mesmo nome. Os 17 e o 18 são os ‘mercados’, um a ser demolido e o outro, o novo. Depois do circuito das praças, começamos a subir, sendo o nº 19 a Igreja do Rosário na subida da rua do Rosário. Os 20 e 21 são, respectivamente, o Quartel do 8º e a Santa Casa, áreas próximas aos limites da cidade, nas proximidades de onde ficavam as muralhas. O 22 e o 23 são referências de áreas ‘fora das muralhas’ – uma Igreja junto à rua da Olaria e uma fonte junto ao Riacho. A partir do nº 24, a distribuição se torna mais caótica e os números se dispersam aleatoriamente pela cidade (fig.239).



Fig. 239 – Esquema das legendas da planta de Porto Alegre de 1868

O que chama a atenção nas legendas deste mapa é a quantidade de elementos diferentes que elas destacam. Das 36 legendas, 22 são equipamentos/espaços que não existiam ou que não foram relacionados nos mapas anteriores da cidade de Porto Alegre. Muitos deles são edifícios/espaços novos da cidade.

Estes equipamentos/espaços novos na cidade são: A Companhia Hydraulica e seus chafarizes (a e b) cujas obras terminaram por volta de 1866; a Cadêa Civil (1) cuja

construção se iniciou em 1848 e foi concluída em 1864; a Praça da Harmonia e/ou Passeio Público (2) que passou a existir na cidade por volta de 1859; o novo edifício do Arsenal de Guerra (7) em 1866; a Bailante (12); o Theatro São Pedro (13) que teve sua construção terminada em 1858; os alicerces para a edificação da Câmara Municipal (14) cujas obras começaram em 1864 e terminaram somente em 1871; os alicerces do Lyceo (15) cujas obras começaram em 1846 e em 1856 ainda não estavam prontas; o antigo mercado a demolir (17) que foi inaugurado por volta de 1844; o Novo Mercado cujas obras começaram por volta de 1865 e terminaram em 03 de outubro de 1869; a Igreja do Carmo (22) cuja construção foi concluída em 1855; a Fonte do Dezebargador Bello (23); a Fonte dos Pobres (25); o Próprio Provincial em que está a Fabrica de Óleos (29); a Igreja Protestante (30) que foi inaugurada em 1865; o lugar em que esta se construindo o Seminário (31) cujas obras foram começadas em 1864 e foram concluídas em 1888; o Palácio Episcopal (32); e a Praça do G^{al}. Ozório (33).

Alguns são equipamentos/espacos que já existiam, mas não haviam sido citados e/ou nominados nas plantas anteriores da cidade: a Capella do Espírito Santo (11), a Praça da Independência (24) e o Antigo depósito d'agoa do canal (26);

Os outros equipamentos/espacos citados na legenda deste mapa já haviam aparecido ou sido citados nas plantas anteriores da cidade. São eles: o Arsenal de Marinha (3); o Quartel General (4); a Igreja das Dôres (5) que começou a ser construída em 1807 e terminou somente em 1904; o Antigo Edficio do Arsenal de Guerra (6); a Assemblêa Provincial (8), concluída em 1790; o Palácio do Governo (9) iniciado em 1784 e concluído em 1789; a Cathedral (10) construída em 1772; a Alfândega (16) cujas obras terminaram em 1824; a Igreja do Rozario (19) iniciada em 1817 e concluída em 1827; o Quartel da Praça da Independência (20) ou Quartel do 8° que foi construído em 1828; a Santa Casa de Misericordia (21) que foi inaugurada em 1826; o antigo Quartel dos Guaranis (27); o Quartel do Corpo Policial (28) e a Praça de Pedro 2° (34).

No que se refere a espaço urbano, apenas as praças (4) estão destacadas, sendo que apenas a Praça D. Pedro II foi citada nos mapas anteriores, as outras 3 (a Praça da Harmonia, a Praça General Osório e a Praça da Independência) são nominadas pela primeira vez em uma planta. Praças importantes da cidade não foram destacadas ou mencionadas, como a Praça do Portão, a Praça da Alfândega e a Praça Paraíso.

Este mapa está de acordo com os preceitos científicos da época. Como o mapa de 1844, está com o norte para cima. A diferença, em relação ao de 1844, é que ele possui uma seta indicando a direção do norte. Esta seta (fig.240), em termos de desenho, é bem simples – não se configura como uma rosa dos ventos. Existe uma escala gráfica em braços

(180 braças) colocada na parte inferior do mapa (fig.241). Neste mapa, como já mencionado, as ruas estão com os nomes escritos no desenho, e não estão referidas como uma legenda em separado.



Fig. 240 – 'Seta que indica o norte'

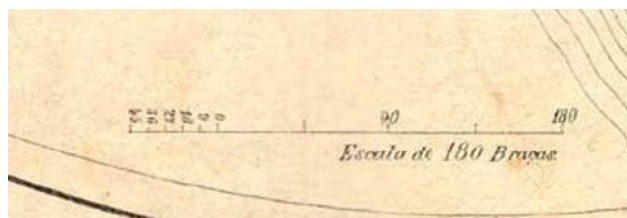


Fig.241 – Escala gráfica

Não há indicação do sentido das águas do Guaíba e pode-se distinguir o que é terra do rio/lago através de um grafismo, que se utiliza de uma série de linhas paralelas ao terreno desenhadas mais próximas junto a terra e se espaçando ao mesmo tempo em que se afastam – quase um desenho de 'ondas'. Este recurso gráfico já havia sido utilizado nos mapas de 1844 e de 1839.

Deste mapa não constam novos limites urbanos a não ser os da península. Seu desenho foi elaborado numa escala um pouco maior e centrado exclusivamente na península. Não há mais a muralha, ela foi demolida por ordem do Duque de Caxias em 1845, com o fim da Guerra dos Farrapos. A costa norte da península encontra-se modificada e ampliada. Aparece um novo traçado que mostra o aterro que configurou a Rua Nova da Praia (que nessa planta já se chama Sete de Setembro). Essa obra durou quase 15 anos, entre 1845 e 1860, desde a Praça da Harmonia até o Largo do Mercado. A Praça da Alfândega, nesta planta, não sofreu grandes alterações. Já a região da Praça XV, além do aterro da rua Sete de Setembro, mostra a projeção de um espaço mais largo onde foi construído o 2º Mercado Público da cidade. Consta dessa planta a indicação do antigo mercado público (com a inscrição "a ser demolido"), no local onde hoje se situa a atual Praça XV. Nessa ampliação é que foram construídos alguns dos novos espaços/equipamentos da cidade de Porto Alegre. Já foi mencionado o Mercado, mas nessa região ainda aparece a Fábrica de Óleos, a Praça da Harmonia e o novo edifício do Arsenal de Guerra. Na ponta da península também houve um aterro/ampliação onde foi construída a Cadeia da cidade. A costa sul da península não sofreu alterações.

Os quarteirões e as ruas estão demarcados de forma similar aos das plantas anteriores – por traços que configuram as suas formas e a direção das ruas, becos e travessas. Em algumas regiões – parte sul da península e na região que hoje chamamos

Cidade Baixa – algumas ruas estão desenhadas com linhas tracejadas em vez de linhas contínuas. Usualmente o uso de linhas tracejadas indica que essas ruas são projeto de ruas, mas como algumas dela já existiam em plantas anteriores, pode-se supor que, neste caso, a diferenciação foi feita em função da pavimentação.

Os elementos construídos continuam sendo desenhados de forma a mostrar a maneira como eles ocupam a quadra e isso permite observar que a face norte da península continua, em 1868, mais densamente ocupada que a parte do sul. No desenho desses elementos construídos continua a haver uma simulação de tridimensionalidade, com linhas desenhadas mais espessas em um dos lados. Na representação destes elementos há uma novidade – alguns deles estão destacados, inteiramente pintados de preto. Todos estes elementos estão duplamente destacados, pois além de inteiramente pintados em preto, fazem parte da legenda. São eles: Cadeia, Fábrica de óleos, antigo Quartel dos Guaranis, Arsenal da Marinha, Quartel General, antigo edifício do Arsenal de Guerra, novo edifício do Arsenal de Guerra, Alfândega, o Mercado a ser demolido, o Novo Mercado, o Quartel do Corpo Policial, o Theatro São Pedro, a Assembleia Provincial, o Palácio do Governo e o Quartel da Praça Independência.

Há uma representação das curvas de níveis de forma similar a da Planta de Porto Alegre de 1839. Neste mapa não há nenhuma indicação de vegetação. A Várzea que nas plantas de 1838, 1839 e 1844 mostrava o traçado de uma proposta de loteamento, não contém nada a não ser o seu nome e a indicação da existência de um dos chafarizes da Companhia Hydraulica. Junto à borda do Guaíba, na ponta da península e na parte sul temos a representação de pedras nas margens que não apareciam em plantas anteriores.

No que diz respeito à influência de outros mapas, um aspecto já mencionado é o fato do mapa ser emoldurado por uma elipse, o que remete ao mapa de 1839 de Luis Pereira Dias. O grafismo de representação do Guaíba remete não só ao mapa de 1839, como também ao de 1844 e ao de 1838. A forma de representação das curvas de nível também lembra o mapa de L. P. Dias. Também já se mencionou o tipo de letra usado na palavra 'Porto Alegre' do mapa de 1868 ser muito semelhante à palavra 'planta' do mapa de 1839, como também os enfeites que cercam a mesma. No que tange à representação dos elementos construídos pintados de preto, não é necessário ir muito longe: na Carta Corographica do Império do Brazil, o cartucho que traz a Planta do Rio de Janeiro, capital do Império, já utiliza o destaque de elementos construídos dessa forma (fig.217). Esta mesma planta também não apresenta nenhuma vegetação.

Como se pode ver, este mapa destaca principalmente os novos equipamentos e espaços da cidade. De certa forma, pode-se dizer que, ao não destacar nem nominar alguns

espaços, eles foram excluídos. É o caso da Praça do Portão, da Praça da Alfândega e da Praça do Paraíso. Tem-se também o Riacho e a sua ponte de Pedra que estão desenhados, mas não nominados. Três ruas estão desenhadas sem que haja indicação de seus nomes. São as atuais: rua General Vitorino (rua d'Alegria), av. Salgado Filho (rua da Cadeia) e a rua Sarmiento Leite.

O cartógrafo fez algumas confusões em alguns nomes de ruas. O caso mais marcante é a rua que ele denominou Rua da Imperatriz (no mapa a atual Rua da República). Pelo que se sabe, a rua que foi chamada de Rua da Imperatriz não é a atual Rua da República, mas sim a atual Av. Venâncio Aires. A atual Rua da República se chamava Rua do Imperador. O que deveria ser Beco do Firme ele denominou Rua do Firme (atual Rua Avaí). Por último, ele denominou como Beco do Firme o Beco da Fonte (atual Rua 24 de maio).

A 'Carta Topographica da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul' foi impressa na Lithographia Imperial de Emilio Wiedemann, em Porto Alegre. Sua impressão foi encomendada em 09/01/1868 pela

“directoria geral dos negócios da fazenda provincial, com Emilio Wiedemann, o qual se obrigou a lithographar dois mil exemplares da referida carta, com as dimensões do original que lhe fôra entregue pela repartição das obras públicas, no prazo de seis meses, entregando as cartas à medida que as for apromptando. Foi contratado o trabalho pela somma total de oito centos e cem mil réis, em três prestações; a 1ª de 2:100\$000 réis, ao principiar o trabalho a 2ª de 2:000\$000 réis dois mezes depois do recebimento da 1ª e a ultima de 4:000\$000 réis quando forem entregues todos os exemplares da obra”⁴⁴⁷.

Este Sr. Emilio Wiedemann consta como vice-cônsul da Saxônia em Porto Alegre no Almanak Laemmert de 1865.

Conforme relato de Israel Rodrigues Barcelos, Emilio Wiedemann entregou os dois mil exemplares na Repartição de Obras Públicas. Ordenou, então, “que fossem vendidos, por conta da fazenda provincial, mil exemplares, e os outros archivados e também distribuídos pelas Províncias do Império”⁴⁴⁸.

⁴⁴⁷ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente em 13 de abril de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p. 12.

⁴⁴⁸ BARCELLOS, Israel Rodrigues. *Relatório com que o Exmo Sr. Israel Rodrigues Barcellos 1º Vice-Presidente da Província passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, em 16 de setembro de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Israel_Rodrigues_Barcellos.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p.7.

A Fundação Biblioteca Nacional possui cinco exemplares desta Carta (ARC 006, 03, 008; ARC 022, 08,029; ARC 005, 01, 011; ARC 020, 07, 011 & ARM 015, 03, 017) e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho possui um exemplar.

Em livros de história de Porto Alegre, esta planta da cidade tem sido divulgada. Ela aparece inteira nos livros de Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller (*Porto Alegre e sua Evolução Urbana*, 1997); no de Clóvis Silveira de Oliveira (*Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*, 1993); no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre do IHGRS (2005); e no livro de Sandra Jatahy Pesavento (*Os Sete Pecados da Capital*, 2008). Já no livro de Francisco Riopardense de Macedo (*Porto Alegre: Origem e Crescimento*, 1968), apenas parte da planta aparece.

5.6.4 – Das Leituras do Mapa

O objetivo mais geral dessa planta tem a ver com o fato de ela estar inserida na “Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, que é o resultado da necessidade de se ter uma carta da Província que mostrasse os seus limites atuais e tivesse demarcadas as cidades do Rio Grande do Sul, com suas latitudes e longitudes corretas. E essa carta não mostra apenas o desenho do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ela apresenta também a planta da Capital da Província – Porto Alegre.

Segundo Rodrigo de Azambuja Villanova (2º Vice-Presidente da Província), esta Carta está longe de ser perfeita. Em seu relatório de transmissão do cargo em 1887, ele afirma que: “uma das maiores dificuldades com que luta a administração publica é a falta de uma carta topographica e essa dificuldade ainda mais se agrava attendendo-se à posição militar da província. A que existe, concluída sob a direção do engenheiro A. E. de Camargo, não pode ser pior e só teria valor se o fim que se teve em vista com a sua publicação fosse o de tornar desconhecida a topographia do Rio Grande do Sul. Nella só é exato o que foi feito em 1857 pelo finado engenheiro Antonio Dias da Costa que a deixou principiada quando falleceu”⁴⁴⁹.

⁴⁴⁹ VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório apresentado ao Illm. e Exmo Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887*. Disponível

Neste relatório, ele ainda descreve alguns dos problemas e despropósitos que constata na planta, chegando a afirmar que “a simples inspeção dessa carta mostra que a província do Rio Grande é uma região mais montanhosa que a da província de Minas, que a Suíça e que a Noruega quando o contrário é que é verdade”⁴⁵⁰.

Uma questão interessante da planta de 1868 é que, apesar de resgatar elementos da representação gráfica da Planta de 1839 e de apresentar uma área da cidade um pouco menor que a de L. P. Dias, de certa forma ela amplia a cidade. E faz isso ao destacar os novos espaços, ao mostrar uma cidade neste momento já sem muralhas e ao apresentar uma ampliação real da cidade que são os aterros – o da Rua Sete de Setembro e o da região da Cadeia. Mostra o novo com a cara do antigo.

Nesta planta de 1868, há também, como na planta de 1839, uma figura de transição, em virtude do mapa da cidade estar acompanhado de uma vista da mesma (fig.242). A paisagem aqui privilegiada é a do rio, com a península na sua face mais povoada e uma vista da zona onde se situa o porto. O ângulo de visão é de uma das ilhas, pois o que vemos em primeiro plano é a vegetação da ilha e dois pescadores em seus pequenos barcos junto a uma enseada, numa ilha. Em seguida, temos o rio com alguns barcos e, como pano de fundo dessa cena idílica, tem-se a vista norte da cidade.

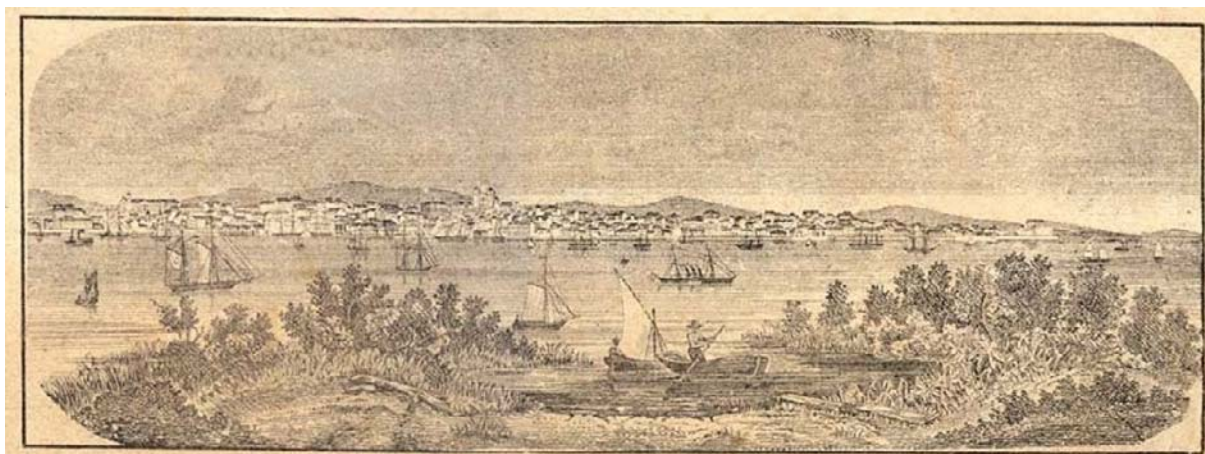


Fig. 242 – Vista da cidade da Planta de 1868

A colocação de um personagem, no caso um pescador e seu barco, no primeiro plano da vista da cidade, têm vários retrospectos, sendo o mais famoso as plantas de cidade de Braun & Hogenberg no ‘Civitates Orbis Terrarum’. Neste atlas de cidades, publicado em seis volumes entre 1572 e 1617, contendo plantas de cidades de toda a

em.: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1887_Joaquim_Jacinto_Mendonca.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p.177.

⁴⁵⁰ VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório apresentado ao Illm. e Exmo Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887*. Disponível

Europa e também de outras partes do mundo (mas em um número bastante reduzido), estão inseridos desenhos de pessoas com roupas típicas da cidade, que no caso deste atlas tem uma explicação:

“Georg Braun escreveu em um prefácio em 1572 que ele tinha esperança de que seu trabalho fosse não apenas agradável ao olho, mas que também servisse a algum fim prático. Por exemplo, para descobrir como eram as muralhas e os mecanismos de defesa das cidades conquistadas pelos Turcos, na esperança de que essas cidades pudessem ser reconquistadas. Porque, Braun escreveu, mesmo Alexandre – o Grande – tinha pesquisas feitas e plantas desenhadas de cidades de forma a poder ver como elas poderiam ser melhor conquistadas. E ainda, ‘ninguém precisa ter medo de que o nosso trabalho trará mal aos Cristãos, ao ajudar a conquista de suas importantes cidades pelo inimigo. Nós nos prevenimos deste considerável perigo. Em todas as descrições de cidades nós incluímos ilustrações das diferentes vestimentas de todas as nações e povos, tanto de alta quanto de baixa posição social. Nós fizemos isto, de forma que para os sanguinários Turcos, aos quais não é permitido ver ilustrações desenhadas ou gravadas, esta livro não lhes seja permitido, não importa quão útil lhes seja”⁴⁵¹.

Como exemplo, tem-se a vista da cidade de Mainz (fig.243) na Alemanha, colocada na edição de 1572 do *Civitates Orbis Terrarum*, e a vista da cidade de Gorinchem na Holanda (fig.2434, também da edição de 1572).



Fig.243 – Mainz, Alemanha, 1572

O que também chama atenção é que a vista apresentada da cidade é o lado norte da península. Esta parte⁴⁵², que na história de Porto Alegre sempre foi a mais densamente habitada, é também a parte onde está o porto, onde sempre existiu o fundeadouro dos

em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1887_Joaquim_Jacinto_Mendonca.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009. p.178.

⁴⁵¹ KROGT, Peter van der. Mapping the towns of Europe: The European towns in Braun & Hogenberg's Town Atlas, 1572-1612. *BELGEO – Revue Belge de Géographie*, Leuven, n. 3/4. 2008. p. 385-386.

⁴⁵² A face Norte sempre foi a mais habitada e o local onde os barcos fundeavam porque era a mais protegida. O relevo da península, a parte alta da cidade, protegia a região do vento sul, do vento vindo do Pólo Sul, o famoso 'Minuano'.

barcos. Neste sentido, mostrar esta face, mesmo sendo vista de uma das ilhas, é mostrar a face que era possível de ser observada pelo viajante que chegava de barco a cidade.



Fig. 244 – Gorinchem, Holanda, 1572

Nesta vista da cidade de Porto Alegre está entrelaçado um tipo de visão, de formato horizontal. Como afirma Nutti, esse tipo de visão se

“impõe aos topógrafos e aos pintores. A folha, a tela se decompõe em três partes correspondentes as diversas matérias do mundo retratado: o céu, o edificado ou a terra firme, o mar ou a extensão da planície. Se ramificam sobre terrenos limítrofes as diversas descrições da pintura e da topografia. O olho do topógrafo aponta um foco mais próximo na face intermediária. O perfil da cidade se aproxima, se enriquece de detalhes, enquanto que o espaço fronteiro pode ser utilizado para dispor personagens, ou marcar o ponto de observação com a figura do desenhador atento a trabalhar sobre o seu bloco. Se a primeira face é ocupada pelo mar, o desenhador é substituído, com a mesma validade, pelo barco⁴⁵³”.

E ela enfatiza que “o binômio nave/costa, ponto de partida e de chegada dos raios visuais constitui um quadro de referência espacial completo, no qual se pode fixar um momento do tempo, uma anedota, um acontecimento histórico”⁴⁵⁴.

⁴⁵³ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Veneza: Marsilio, 1996. p.83 – 84.

⁴⁵⁴ NUTI, Lucia. *Ritratti di città: visione e memória tra Medioevo e Settecento*. Veneza: Marsilio, 1996. p.84.

Na vista da cidade de Porto Alegre da Planta de 1868, pode-se ver o céu onde inclusive aparecem algumas nuvens; na face intermediária, o perfil da cidade com detalhes de seu casario e da topografia natural; e na primeira face, um misto de terra e água, onde o personagem em seu barco marca o ponto de visão da imagem.

Esta planta, sendo a primeira após a Guerra dos Farrapos e onde são destacados os novos equipamentos e as novas áreas de aterro, é uma planta que tenta mostrar o crescimento da cidade de Porto Alegre dentro da península. Pode-se ver que, terminada a Guerra, os limites urbanos não demoraram a ser ampliados e a vida na cidade obteve grandes melhoramentos.

5.7 – A PORTO ALEGRE DE UM CARTÓGRAFO ANÔNIMO



Fig. 245 – Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada)

Data aparentemente de 1872 a sexta planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta sem autor identificado. Seu nome completo é “Planta da Cidade de Porto Alegre” (fig.245). A data de 7 de Janeiro de 1872 aparece escrita a mão em cima de um desenho que tenta reproduzir um selo fiscal do Império.

Além do desenho do selo fiscal do Império, chamam a atenção nesta Planta duas inscrições: ‘Concedida ao Dr. F. A.^{io} Per^{ra}. Rocha’ e ‘Concedido t aio J^{oão}. Rocha’ (fig.246) que, aliadas a uma letra (A) e a uma linha tracejada (fig.), indicam que o local tracejado foi concedido a alguém.

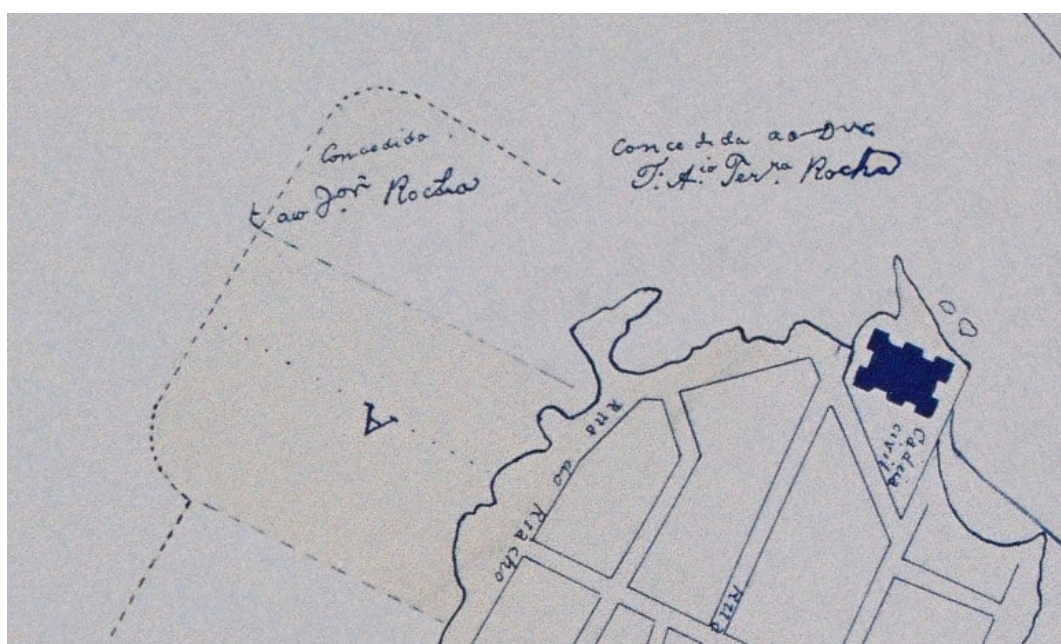


Fig. 246 – Inscrições

A presença de um selo fiscal indica que, mais que uma planta ou um mapa, o papel que o contém é um documento. As duas inscrições, seu teor e a indicação espacial que elas apontam, levam a crer que este mapa foi utilizado para demonstrar a localização de terrenos cedidos pela Presidência da Província e/ou pela Câmara de Vereadores a um cidadão. Constam dos documentos daquela época (Correspondência passiva da Câmara, Atas da Câmara e Documentos referentes à Construção e Melhoramentos do Município) várias referências a doação, aforamento e aforamento perpétuo de terrenos a cidadãos.

O processo de doação, aforamento e aforamento perpétuo, pelo que se pode depreender desses documentos, começava com o requerimento de algum cidadão pedindo algum terreno devoluto ou terras consideradas de marinha. Esse requerimento era encaminhado a uma comissão de Vereadores ou ao Vereador Inspetor do Distrito onde se localizava o terreno. Após, a decisão tomada pela Câmara passava pela autorização do

Presidente da Província. Algumas vezes, o requerimento era encaminhado diretamente ao Presidente da Província, que pedia então informações à Câmara sobre o pedido. Sendo aprovado, era expedida uma Certidão de Posse ou um Título de Concessão.

5.7.1 – Os Cartógrafos ‘Oficiais’

A cartografia, por vezes necessária para expedição de uma certidão de posse ou um Título de Concessão, quando foi executada deve ter sido pela estrutura de funcionários que assessoravam a Câmara de Vereadores no que diz respeito à cidade de Porto Alegre.

Essa estrutura começou com contratações de arruadores ligados diretamente à Câmara e, mais tarde, de engenheiros ligados diretamente à Câmara e/ou à Presidência da Província. De acordo com os Termos de Vereança, em 11 de Janeiro de 1806 foi expedida a provisão do cargo de Arruador do Conselho que foi ocupado por Agostinho de Borba⁴⁵⁵. Em 23 e 30 de janeiro de 1808, é expedida a provisão, respectivamente, de Arruador da Vila e de Arruador Público⁴⁵⁶, cargos novamente ocupado por Agostinho de Borba. Mais tarde, em 19 de julho de 1811, o Arruador e Encarregado dos prédios urbanos desta Vila passa a ser Anselmo Dias Mendes Lisboa⁴⁵⁷. Os Vereadores eram os executores das tarefas nas administrações municipais, e suas corporações foram revitalizadas com a Lei de 29 de agosto de 1828, que deu nova feição a elas. Esta lei estabeleceu regras para a construção das obras públicas, que tinham por objeto a navegação de rios, a abertura de canais, a edificação de estradas, de pontes, de calçadas e de aquedutos⁴⁵⁸.

De acordo com o Relatório do Presidente da Província de 1853, em relação às Obras Públicas um dos primeiros elementos de sua organização se deram através da Lei nº 110 de 3 de dezembro de 1847, que criou os engenheiros de Comarca⁴⁵⁹. No relatório de 1847⁴⁶⁰,

⁴⁵⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Data 11/01/1806.

⁴⁵⁶ TOSON, Berenice Ana *et al.* (Org.) *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. v.6. p.26 e p.36.

⁴⁵⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Data 19/07/1811.

⁴⁵⁸ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. v. 1. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

⁴⁵⁹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2009.

de Manoel Antonio Galvão, há uma relação de empregados para as Obras Públicas, em que constam como Inspetores o Brigadeiro Graduado Lopo d'Almeida Henriques Botelho e Mello, o 1º Tenente José Maria Pereira de Campos, o 1º Tenente Luiz Manoel Martins da Silva e o 2º Tenente Luiz José da França e, ainda, o Engenheiro Civil João Martinho Buff.

Em 1849, pela Lei nº 163 de 11 de julho de 1849 foi autorizada à Presidência da Província “organizar por meio de um regulamento esta útil instituição”⁴⁶¹, a ‘Directoria de Obras Públicas’ (fig.247). Esta regulamentação foi feita na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1849, pelo Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea, então Presidente desta Província que nomeou, para trabalhar na ‘Directoria de Obras Públicas’ como Engenheiro civil George, Felipe Carlos Theodoro Normann e como desenhador, Raimundo Alves da Motta⁴⁶².



Fig. 247 – Carimbo da Diretoria de Obras Públicas

Conforme o regulamento, esta ‘Directoria de Obras Públicas’ tem por missão, entre outras, levantar a Planta de todas as Cidades, Vilas, Freguesias e Povoações da Província, fazer as medições dos terrenos dentro dos limites das povoações, dar às Câmaras os projetos para a fachada das casas que fizerem frente às ruas, etc. É nesta instituição que as certidões de posse e/ou Títulos de Concessão foram fornecidos e, portanto, esta Planta da Cidade de Porto Alegre deve ter sido produzida.

⁴⁶⁰ GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão na abertura da Assembléa Provincial em 05 de Outubro de 1847*. Porto Alegre: Typographia do ARGOS, 1847. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847_Manoel_Antonio_Galvao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2009.

⁴⁶¹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2009.

⁴⁶² ANDREA, Joze de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de junho de 1849*. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Nos documentos referentes à ‘Construção e Melhoramentos do Município de 1853 a 1900’, existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, podem-se encontrar vários documentos solicitando e concedendo terrenos para cidadãos. Por exemplo, em 01 de setembro de 1858, há um “requerimento de Domingos Joze Lopes à Câmara, solicitando, por aforamento, terrenos na Rua da Praia do Arsenal, junto ao Curral da Passagem”.⁴⁶³ Em 27 de abril de 1859, encontra-se “ofício de João Ferreira Porto e outros requerendo ao Presidente da Província a concessão, por aforamento, de uma extensão de terrenos na Rua do Caminho Novo”⁴⁶⁴. Em 08 de junho de 1860, pode-se ler um “ofício do Procurador da Câmara Antonio Augusto Guimarães informando sobre terrenos aforados pela Câmara e encaminhando relação das pessoas que não efetuaram os pagamentos”.⁴⁶⁵ Os pedidos, por vezes se referiam a doação de terrenos como mostra o ofício do Barão de Porto Alegre, de 25 de julho de 1860, ao “Presidente da Câmara Cassiano Pacheco de Assis, solicitando informações sobre como conseguir, por doação ou aforamento, dois terrenos no Caminho Novo”.⁴⁶⁶ O aforamento de terrenos podia ser perpétuo, como o mostra o ofício de 18 de novembro de 1869, do Vereador Inspetor do 2º distrito Francisco Olinto de Carvalho à Câmara, “favorável ao requerimento de José Mendes Ribeiro Guimarães e Camillo José Mendes Ribeiro que pedem, por aforamento perpétuo, terrenos fronteiros à Chácara que possuem no Cristal”.⁴⁶⁷ Nestes documentos pode-se encontrar, inclusive, certidões de posse como o “título de concessão a Manoel da Silva Ferreira Costa, de aforamento perpétuo de um terreno, situado entre os terrenos concedidos a José Antonio da Silva Veiga e Luiz Cardoso de Salles fornecido em 20 de junho de 1866”.⁴⁶⁸

Contendo duas plantas temos um ofício, datado de 28 de outubro de 1875, com parecer dos membros da Comissão do Contencioso João Rodrigues Fagundes e Luiz da Silva Flores Filho, sobre o terreno devoluto reivindicado por Joaquim Antonio Maria dos Santos, na Rua Duque de Caxias”.⁴⁶⁹ (figs. 248 e 249) Essas plantas, no entanto, não possuem selos fiscais.

⁴⁶³ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.51.

⁴⁶⁴ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.52.

⁴⁶⁵ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.54.

⁴⁶⁶ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.54.

⁴⁶⁷ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.78.

⁴⁶⁸ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.67.

⁴⁶⁹ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.119.



Fig.248 – Planta de terreno na Duque de Caxias



Fig. 249 – Planta de terreno na Duque de Caxias (2)

5.7.2 – Do Desenho da Planta de 1872

A “Planta da Cidade de Porto Alegre”, aparentemente de 1872 é uma planta manuscrita, bicromática, em uma folha de papel de 71 x 70 cm. Ela não contém a assinatura ou a designação de seu cartógrafo. A data de ‘7 de janeiro de 1872’, que aparece no mapa, não faz parte do título: está colocada na parte inferior direita da Planta, escrita de forma manual, com letra cursiva, sobre o desenho do que aparenta ser um selo fiscal do Império (fig.250).

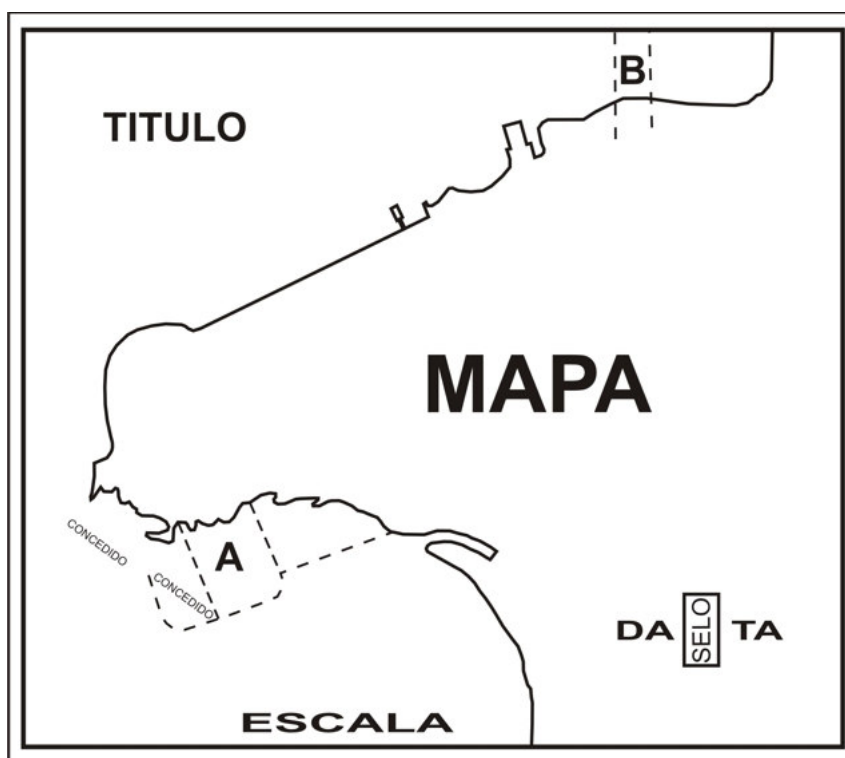


Fig. 250 – Esquema da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872

De acordo com o CD⁴⁷⁰ que contém uma versão digitalizada desta planta (fig.245), o original da mesma encontrar-se-ia no Arquivo Histórico Moysés Vellinho. No entanto, o que existe no Arquivo Histórico é uma cópia heliográfica, não sendo, portanto, o original. Tanto a versão digitalizada, quanto a cópia heliográfica contém uma inscrição: 'Acervo Histórico da S.M.O.V. – Setor de Mapoteca'. Neste local, aliás, encontra-se esta planta desenhada em papel vegetal. A Planta existente na SMOV é o atual original que, na verdade, é um semi-original (fig.251).



Fig. 251 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1872 (papel vegetal - SMOV)

A planta existente na SMOV deve ser a cópia do mapa original que se encontra perdido. O motivo que leva a essa conclusão é o desenho do selo fiscal, como se fosse uma cópia de um mapa que continha um selo fiscal. Observando o desenho desse selo, pode-se ver que se trata de um selo retangular onde está escrito 'Império do Brasil -200 réis - sello' e contendo o desenho do rosto de alguém com barba (fig.252). Entre os selos fiscais do Império, pode-se encontrar um selo muito parecido com o representado no desenho, em que podemos reconhecer a efígie de D. Pedro II, de barba, e que existe com o valor de 200 réis

⁴⁷⁰ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

(fig.253). Segundo informações de RHM Filatelistas⁴⁷¹, este selo fiscal foi emitido em maio de 1869, produzido pelo *American Bank Note* de New York.



Fig.252 – Desenho do selo no mapa



Fig.253 – Selo Fiscal do Império

Um selo fiscal num mapa não é um elemento muito comum, e sua conjugação com as inscrições de ‘Concedido a...’ remete à idéia de que, mais do que um mapa, este é um documento que demonstra espacialmente a concessão, a um cidadão, de terrenos em determinada região da cidade.

As duas inscrições de concessão são: ‘Concedida ao Dr. F: A.^{io} Per^{ra}. Rocha’ e ‘Concedido t aio J^{oão}. Rocha’, mas elas estão relacionadas a apenas um símbolo, a letra A. Em virtude de documento de 09 de junho de 1863, que consta também do acervo existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, pode-se dizer que se trata de Francisco Antonio Pereira da Rocha. Trata-se da cópia de um ofício do “Presidente da Província, Esperidião Eloy de Barros Pimentel à Câmara, ratificando a concessão por aforamento perpétuo, a Francisco Antonio Pereira da Rocha, de terreno na beira do Rio, ao sul da Cadeia, esquina da Rua do Riacho”⁴⁷². De acordo com este ofício,

tendo-se já pela Thesouraria da Fazenda passado em 31 de março deste anno o competente título assinado por esta Presidência pelo qual se concedeo por aforamento perpétuo ao Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha o terreno Beira-rio existente ao sul da Cadea Civil e a começar da esquina da Rua do Riacho com 900 palmos de frente que o mesmo Dr. Requereo, e o meu antecessor favoravelmente deferiu a sua petição por despacho de 4 de outubro de 1862, não pode ser atendida a reclamação

⁴⁷¹ RHM FILATELISTAS. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.oselo.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

⁴⁷² COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.61.

que fez essa Câmara em ofício n° 12 de 6 de maio próximo findo pedindo que seja anulado o referido título⁴⁷³.

Esperidião Eloy de Barros Pimentel foi Presidente da Província de 01 de janeiro de 1863 a 29 de março de 1864. Antes dele, no período de 18 de dezembro de 1862 a 01 de janeiro de 1863, esteve à frente da Província o vice-presidente Major Patrício Correia da Câmara e, de 16 de janeiro de 1862 a 18 de dezembro também de 1862, foi o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha que esteve comandando a Província. Devido à data de o despacho ser 4 de outubro de 1862⁴⁷⁴, quem deferiu a petição foi o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. Chama a atenção que quem concedeu os terrenos e quem foi o beneficiário têm nomes bastante semelhantes.

Francisco Antonio Pereira da Rocha, a quem foi concedida a área de 900 palmos (198 metros) na Praia do Riacho, teria vindo da Bahia para o Rio Grande do Sul. Em 1861, devido à necessidade de abastecimento de água potável em Porto Alegre, fez-se necessária uma pessoa habilitada na função. Com esse intuito, veio “à Província o Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, que já fora o concessionário e diretor da empresa de Queimado para igual abastecimento na Bahia, e por tanto com a vantagem da experiência em obras taes”⁴⁷⁵, com o qual o Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão não hesitou em celebrar um contrato no dia 7 de setembro de 1861 para o fornecimento de água a Porto Alegre. Em 23 de setembro de 1862, Francisco Antonio Pereira da Rocha transferiu o contrato através de escritura publica para a “Companhia Hydraulica-Porto-Alegrense, autorizada a funcionar por decreto de 07 de julho de 1862, que aprovou os respectivos estatutos”⁴⁷⁶. Aparentemente, têm-se novamente notícias dele no Estado da Bahia, em 1871, onde o

Sr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, importou um automóvel da Europa. Era uma maquina tremendamente pesada, barulhenta, a vapor, tinha cinco rodas, e muito grande, sendo este o primeiro automóvel a andar em território brasileiro, seu proprietário ficou muito conhecido e se tornou

⁴⁷³ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 9, 1863-1869 – 09/06/1863.

⁴⁷⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 9, 1863-1869 – 09/06/1863.

⁴⁷⁵ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Commendador Patrício Correa da Camara, em 1861*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1861. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1861_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009. p.40.

⁴⁷⁶ PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel na 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de março de 1863*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1863. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>> Acesso em 20 ago. 2009.

popular por apostar que aquele grande veículo subiria a Ladeira da Conceição da Praia e chegaria a Praça do Palácio, ganhando com facilidade esta aposta com dezenas de pessoas que tinham a opinião contrária a dele, este veículo muitos anos depois foi para o Rio Grande do Sul, comprado por um grande fazendeiro⁴⁷⁷.

O ofício de ratificação feito por Esperidião Eloy de Barros Pimentel foi uma resposta a uma solicitação da Câmara de Vereadores que, em 05 de maio de 1863, pediu a Presidência da Província para que revogasse “uma concessão de terrenos, na Praia do Riacho, por prejudicar a comodidade pública e o aformoseamento da cidade”.⁴⁷⁸ Em 10 de junho de 1863, a Câmara de Vereadores recebe “Portaria da Presidência comunicando que não pode anular o título passado pelo seu antecessor, concedendo terrenos beira-rio a um cidadão, ao sul da Cadeia Civil”⁴⁷⁹.

Em 11 de abril de 1866, os terrenos ainda estão na posse de Francisco Antonio Pereira da Rocha, pois um “ofício do Procurador da Câmara, Joao Baptista Pereira Salgado à mesma, informa da necessidade de medir os terrenos que foram solicitados para tombamento, começando pelo de Francisco Antônio Pereira da Rocha, até o concedido à Câmara, para logradouro público”.⁴⁸⁰ Em 20 de abril de 1866 um ofício do Presidente da Câmara, José Pinto da Fonseca Guimarães ao Engenheiro Frederico Heydtmann, ordena “a medição dos terrenos concedidos pela Presidência da Província para logradouro público, no litoral do Riacho”.⁴⁸¹

Em 26 de maio de 1875, temos uma nova menção ao terreno pertencente a Francisco Antonio Pereira da Rocha, quando, finalmente, o terreno de marinha concedido a Câmara, que começa junto ao terreno concedido a ele é tombado, conforme documentos que constam do acervo existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho⁴⁸².

A localização dos terrenos de Francisco Antonio Pereira da Rocha poderia ser, considerando esta planta, o local da letra A (fig.254) que começa, segundo o documento de 9 de junho de 1963, na Rua do Riacho (isto pode explicar o porque no documento a Rua da

⁴⁷⁷ NEGÓCIOS ANTIGOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA. São Paulo, 2009 Disponível em: <<http://www.negociosantigos.com.br/departamento.aspx?id=45>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

⁴⁷⁸ TOSON, Berenice Ana (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1856-1865*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 10. p.202.

⁴⁷⁹ TOSON, Berenice Ana (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1856-1865*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 10. p.203.

⁴⁸⁰ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.67.

⁴⁸¹ COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3. p.67.

⁴⁸² PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 11 (1873 a 1876), 26/05/1875.

Varzinha ter sido chamada de Rua do Riacho e o fato de que, por isso, existem duas Ruas do Riacho).



Fig. 254 – Esquema da localização do terreno de Antonio Pereira da Rocha, com a localização dos elementos da planta de Manoel Correa S. Netto, do gasômetro e da região das casas de Araújo Ribeiro

Esta localização é referida por Franco nos seguintes termos:

o município resistiu como pôde as tentativas de privatização dos terrenos junto ao rio, no lado sul da rua. (...) Entretanto, os presidentes da Província foram menos sensíveis e cautelosos que os vereadores: no próprio ano de 1863, um certo Doutor Francisco Pereira da Rocha obteve o aforamento de 90 braças de terreno junto ao rio, apesar dos protestos da Câmara. E, pouco depois, a companhia que instalou o gasômetro, para produzir o gás de iluminação, também foi favorecida com a doação de um terreno contíguo ao anterior. Neste caso com a anuência dos vereadores⁴⁸³.

A Planta feita por Manoel Correa da Silveira Netto (fig.255), chamada 'Planta da parte do litoral compreendida entre o canto leste do recinto do gazometro até o canto sul dos terrenos que foram de Lopo Gonçalves Bastos levantada em 1875', e a Planta de Porto

⁴⁸³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006. p.432-433.

Alegre de 1881, de Henrique Breton que mostra o gasômetro e uma concessão anterior de terrenos para logradouro público feita à Câmara, deixa perceber que os terrenos de Francisco Antonio Pereira da Rocha (fig.254) não seriam na zona da letra A e, sim, entre esta e a Cadeia (isto talvez explique as duas frases de concedido).

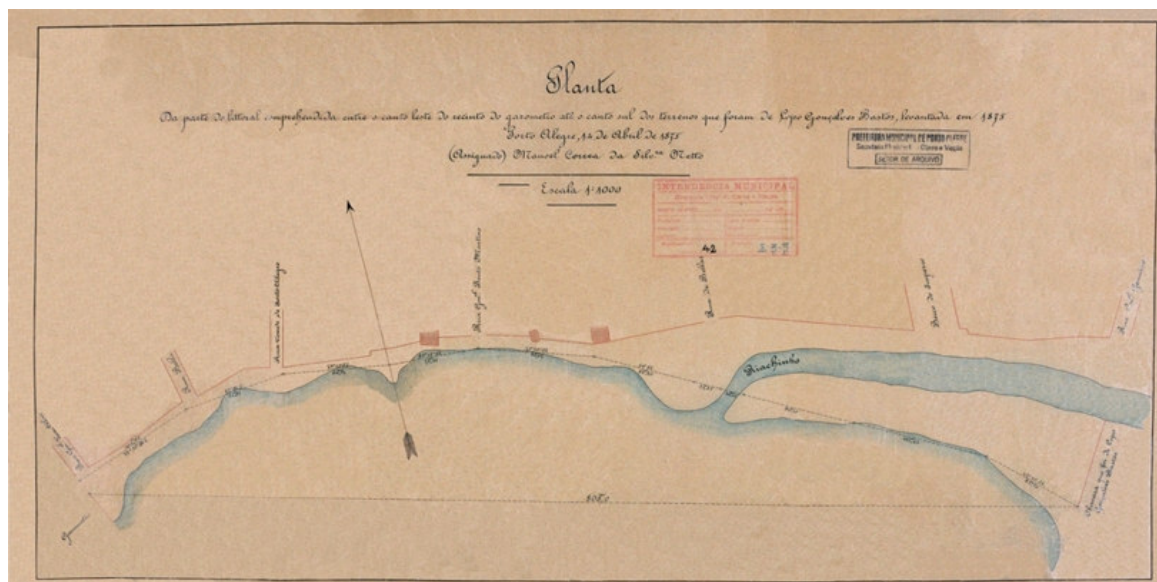


Fig. 255 – Planta de Manoel Correa da Silveira Netto

Essa concessão anterior de terrenos para logradouro público feita à Câmara pode ser lida na ata de 31/07/1824, segundo a qual “se recebeu um officio do Exmo. Presidente desta Província com data de 26 do corrente, pelo qual no Augusto Nome de Sua Magestade Imperial concede a esta Câmara os terrenos vazios e devolutos que se acham bordando a margem no sitio com a antiga denominação d’Arsenal”. E na Ata de 23/03/1831 se relata um officio do Procurador da Câmara que comunica ter “intimado a medição judicial dos terrenos da marinha do Arsenal, divididas em sete autos, os quais apresentava, por serem outras tantas as quadras que correspondem ao todo do terreno, desde a desembocadura da Rua Formosa até as casas de José Antônio de Araújo Ribeiro”. A Rua Formosa corresponde à atual Rua Duque de Caxias e as casas de José Antonio de Araújo Ribeiro se localizavam onde temos atualmente a Travessa Araújo Ribeiro (fig.254).

Nesta planta, além do titulo, dos nomes de ruas, de praças e de espaços públicos, aparece em termos de elementos escritos a data – escrita de forma manuscrita sobre um selo –, a indicação de escala 1:10.000 em conjunto com uma escala gráfica, as duas frases de concedido e as letras A e B. Como já foi mencionado a letra A está colocada junto às frases de concessão, no entanto a existência da letra B é um mistério, ela também aponta uma região de terrenos de marinha, mas não se encontra nenhuma explicação do porque ou para quem essa área teria sido destinada. Num certo sentido, pode-se dizer que esta planta se resume ao mapa propriamente dito da cidade.

Na planta de 1872 não existem legendas colocadas em um espaço especial - os cartuchos. Temos apenas os nomes de algumas ruas, de alguns espaços públicos e praças escritos no próprio desenho do mapa. O mais próximo de legenda são as duas letras A e B, mas não há nenhuma 'tradução' para as mesmas. A letra A está desenhada junto à parte sul da península, dentro do Guaíba e dentro de umas formas desenhadas com linhas tracejadas, uma espécie de indicação, talvez, de zonas de aterro. Próximo a esta letra estão duas frases: 'Concedida ao Dr. F: A.^{io} Per^{ra}. Rocha' e 'Concedido t aio J^{oão}. Rocha'. Junto à letra B não há nenhuma indicação.

Esta é, portanto, uma planta bastante simplificada. Nela só se encontram poucas coisas desenhadas. Para demarcar a fronteira entre o que é terra e o que é o Guaíba, foi desenhada uma linha mais espessa. Numa linha mais fina, tem-se o traçado das quadras e ruas. A planta está desenhada com o Norte para cima, mas não há nem uma seta e nem uma rosa dos ventos que faça essa indicação.

Temos uma escala gráfica desenhada na parte inferior de 0 a 1000 metros (fig.255), e uma notação de que este desenho foi realizado na escala 1/10.000 metros.

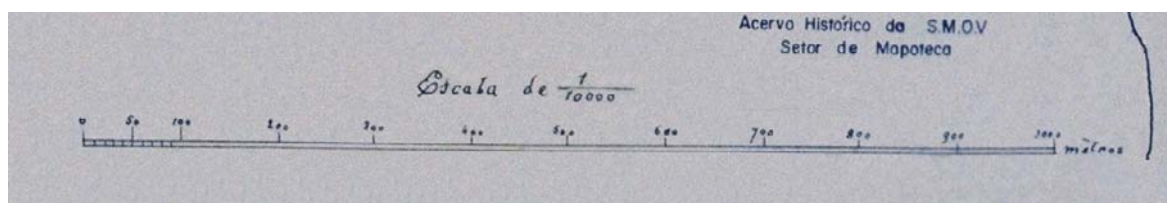


Fig. 256 – Escala da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872

O desenho desta planta é uma representação em duas dimensões da cidade de Porto Alegre. As quadras e as ruas estão demarcadas por traços que configuram as suas formas e as direções das ruas. Mas não há, na maior parte das quadras, nenhuma indicação da maioria dos elementos construídos. Apenas algumas construções estão destacadas pelo desenho de sua forma geométrica e pintadas de preto, mas nem todas possuem a indicação do que são, do que representam. Os edifícios desenhados e que têm a indicação de sua função escrita junto ao mesmo são: a Cadeia Civil, a Alfândega, o Theatro, e a Igreja junto a Praça Conceição, da qual só é dito Igreja. O Mercado também está nominado, mas ele não está destacado em preto. Por último, tem-se nominados dois chafarizes, um junto a Praça da Harmonia e o outro junto ao Riacho.

Além destes prédios que estão nominados, os outros elementos destacados em preto e não nominados são edificações que se destacam em termos funcionais na cidade. Entre eles, pode-se identificar a Santa Casa de Misericórdia, o Quartel do 8º, o Arsenal de Guerra, a Igreja Matriz, a Capela do Espírito Santo, o Palácio do Governo e a Assembléia Provincial.

Em relação às praças da cidade estão nominadas a da Alfândega, a D. Pedro II, a da Independência, a da Harmonia, a da Misericórdia e a da Conceição. Outro espaço aberto nominado é a Várzea.

Nesta planta, uma linha tracejada chama a atenção: trata-se de uma linha que sai do Riacho, paralela a atual Rua da Republica até a Várzea, contorna a Várzea pelas atuais João Pessoa, Praça Argentina e Osvaldo Aranha, subindo até a Independência, paralelamente a antiga Rua da Conceição e terminando no Guaíba (fig.256).



Fig. 257 – Linha tracejada

Na versão do CD e na cópia heliográfica no Arquivo Moysés Vellinho, há uma inscrição mais recente nomeando esta linha como sendo o local por onde teria passado a muralha. Mas, embora para o lado sul da península esta linha passe bastante próxima do local da muralha indicada na planta de 1839, no lado norte, começando junto a Várzea, ela se afasta bastante do traçado. Ela pode estar indicando os limites, pois, a não ser pelo traçado na Várzea, está bastante próxima do que diz o Código de Posturas de 1829:

Limita-se esta cidade de Porto Alegre pela rua transversa que vai do Caminho Novo aos primeiros Moinhos de Vento que são hoje pertencentes a Antonio Martins Barbosa, até o meio da largura da Estrada Geral Imediata e desta em linha reta até a embocadura da Rua da Olaria pela frente da Chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira e da mesma embocadura em linha recta até o Riacho seguindo por ele até a sua desembocadura.⁴⁸⁴

⁴⁸⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1829. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A localização dos moinhos pertencentes a Antonio Martins Barbosa pode ser vista na Planta de 1839. Eles ficavam um pouco além do local onde, nesta planta, está localizada a Praça da Conceição, em frente ao Beco do Barbosa (atual Rua Dr. Barros Cassal), que é a rua transversa mencionada. A Estrada Geral Imediata seria o caminho que passava ao longo da Várzea; a Rua da Olaria (atual Rua Lima e Silva) é a que fica no meio, entre a Várzea e a rua denominada, neste mapa, de Rua do Chafariz. A Chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira, não se conseguiu saber a sua localização. Seu nome não consta de outras plantas. Fala-se nos limites da embocadura da Rua da Olaria, portanto do seu começo, junto à atual Rua Coronel Genuíno.

Poucas ruas estão nominadas, da ponta da Península até a Praça D. Pedro II apenas as que são paralelas à Rua dos Andradas: começando pelo aterro do lado Norte temos a Rua da Alfândega ou Sete de Setembro, a Rua dos Andradas, a Rua da Ponte, a Rua da Igreja, a Rua do Arvoredo e as duas seguintes foram nominadas como Rua do Riacho, sendo que uma delas, a que não margeia o Guaíba, chamava-se naquele tempo Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro). Paralela a essas ruas, temos ainda nominadas duas ruas, uma no lado norte na continuação da Rua Sete de Setembro, nesta planta denominada Rua do Caminho Novo ou dos Voluntários da Pátria; e na parte sul, junto ao Riacho, a Rua do Chafariz.

Perpendicular a estas ruas, só tem 4 ruas nominadas e todas além da Praça D. Pedro II para o lado da Várzea, começando com a Rua de Bragança, seguida pela Rua do Rosário, pela Rua de Santa Catharina e, por último, a Rua do Sr. Dos Passos.

A área mostrada é similar a da planta de 1844, sendo que a diferença entre elas é o fato desta planta indicar a Praça da Conceição, mostrar o quadrado da Igreja junto à mesma e mostrar um pouco mais a área da Várzea. Há também o fato de haver mais áreas de aterro, pois a Rua Sete de Setembro aparece constituída e, na ponta da 'península', está inserida a cadeia. Neste último aspecto (aterros e cadeia), é mais semelhante à Planta de 1868.

Não há nenhuma indicação de curva de nível ou qualquer outra representação que indique a topografia da cidade. No desenho desta planta também não há a representação da vegetação. A única coisa mais próxima de vegetação são os círculos desenhados na Praça da Harmonia, que devem ser árvores existentes na mesma. No Guaíba, a zona de porto é indicada pelo desenho de 4 pequenas âncoras. O Riacho, em sua desembocadura, tem uma seta indicativa do sentido do movimento de suas águas.

No mapa, a escala aparece de duas formas, uma gráfica e outra como notação (1/10.000). Uma novidade desta planta é que a escala utilizada é uma escala métrica

decimal. Não é mais braça, palmos ou léguas. Este sistema começou na França, proposto pela Academia Francesa em 1791 e legalizado neste país em 1801. No Brasil, o sistema métrico foi legalmente introduzido em 26 de junho de 1862 pela Lei nº 1.157, mas houve demora na sua total aplicação. Em 1875, numa Convenção Internacional realizada em Paris, “houve a adoção do sistema métrico decimal, como padrão internacional de medidas, da qual Portugal e Brasil participam e fazem parte do grupo de dezessete países signatários do acordo”⁴⁸⁵.

Como se pode ver, este mapa omite várias coisas: a topografia do sítio de Porto Alegre, a vegetação e grande parte dos elementos construídos. Em virtude da presença de vários prédios destacados, a omissão do atual Mercado Público se torna bastante importante, devido ao fato do mesmo ter sido concluído em 1869.

Em relação a sua divulgação, considerando que o original está perdido (seria um mapa manuscrito), o que temos é um exemplar, um semi-original em vegetal, na Mapoteca da SMOV, e uma cópia heliográfica no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Do que se sabe, ele só foi reproduzido numa cópia digital, no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre do IHGRS, feito em 2005.

5.7.3 – Das Leituras do Mapa

Este mapa por ser um documento que apresenta, de forma espacial, as terras concedidas ao Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, sendo um mapa bastante simplificado. Seu original, que se encontra perdido, seria uma planta manuscrita, provavelmente um exemplar para o proprietário e, talvez, uma cópia para o registro junto a Câmara.

Há, nesta planta, uma contradição que se explica pelo fato de ser um documento. Essa contradição diz respeito à data de feitura desta planta. Apesar do selo com a data escrita a mão – Porto Alegre 7 de janeiro de 1872 – pode-se pensar que esta planta é anterior à planta de 1868. Uma hipótese é que esta planta tenha sido feita por volta de 1864, e o que leva a afirmar isso é a ausência do atual Mercado Público. A construção do atual Mercado começou em 1865 e foi terminada em 03 de outubro de 1869, sendo que ele foi

⁴⁸⁵ SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil*

entregue ao público em 1870. Desse modo, não se pode conceber que o mercado não esteja presente em uma planta datada de 1872, ainda mais devido ao fato de que ele já aparecia na Planta de 1868.

Esta questão se torna mais problemática pelo fato de que o Mercado que aparece na planta de 1872, no mapa de 1868 constava como 'Mercado a ser demolido'. Ainda mais: sabe-se que o velho mercado já não existia fisicamente em 1870, pois em 20 de outubro desse ano os vereadores “suspendem a sessão e decidem ir ao local do Mercado velho para recolher a pedra fundamental daquele prédio que foi demolido”⁴⁸⁶. Além disso, no mapa de 1868, a zona de aterro da região do mercado é bem maior do que a desenhada neste mapa.

Mas, se considerarmos que a data do mapa seja por volta de 1864, como fica a questão do selo cuja primeira edição é de 1869? Tudo isto talvez tenha a ver com a história da concessão do terreno a Francisco Antonio Pereira da Rocha. Tendo recebido a concessão em outubro de 1862, e a mesma tendo sido ratificada em 1863, surge o pedido da Câmara de terrenos na mesma região e que, para o tombamento dos mesmos como pertencentes a ela, era necessário que se fizesse a medição. O tombamento desse terreno só foi concluído em 1875. Provavelmente, a planta de concessão do terreno concedido por aforamento perpétuo já existia, e em virtude das medições feitas entre 1866 e 1875, e do tombamento dos terrenos da Câmara em 3 de setembro de 1872, um novo documento, com a planta já existente, foi emitido, para assegurar a posse de Francisco Antonio Pereira Rocha.

O mapa de 1872, sendo um documento que fala do registro de terras, da questão da propriedade e marginalmente dos limites da cidade, faz pensar no livro de Daniel Lord Smail – *Imaginary Cartographies: Possession and Identity in late medieval Marseille*. Este livro fala de um outro tempo, onde “não havia uma cartografia universal como a atual”⁴⁸⁷. Ele trata da cidade de Marselha na Idade Média Tardia, onde “algumas formas universalizadoras estavam em movimento nas praticas cartográficas dos notários públicos e dos oficiais senhoriais”⁴⁸⁸.

Como bem coloca Smail “o livro é também a história da ‘burocracia de arquivar dados’ e as práticas que estavam em processo de refinamento nesta ciência cartográfica”. Para Smail a ‘burocracia de arquivar dados’ diz respeito “as instituições das esferas de

Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 71.

⁴⁸⁶ GANDOLFI, Mara Regina *et al.* (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1866-1875*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 11. p.141.

⁴⁸⁷ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. xi.

⁴⁸⁸ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. xi-xii.

atividades dentro das instituições que mantêm rastro das pessoas, propriedades de terras e outras possessões, e ao fazer isso necessariamente criam, formam, classificam e gravam convenções ou configurações de identidade”⁴⁸⁹.

Um aspecto que chama a atenção nestas ‘Cartografias Imaginárias’ de Marselha é uma das formas citadas por Smail de identificação de propriedade: “Isnart Draguet que em março de 1350 adquiriu uma casa na rua de Cavalhon ‘debaixo da casa de Isnart Beroart”⁴⁹⁰. Como o próprio autor aponta: “uma forma intrigante de mapear o espaço”⁴⁹¹. Ora, essa forma de cartografar, através do “uso desse tipo de endereço”, era “preciso pelos padrões de um tempo que tinha alguns nomes de casas, mas não números de casas”⁴⁹².

O mapa de 1872 mapeia uma propriedade e os limites urbanos da cidade naquele período. A forma como o faz e, particularmente, como o limite urbano da cidade de Porto Alegre é expresso, fazendo referência aos ‘Moinhos do Barbosa’ e à ‘chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira’, colocam esse mapa num limiar entre o mundo cartorial e o mundo cartográfico. Importa dizer que:

na linguagem cartográfica vernacular a cidade era feita de gente e dos pontos de referência que preenchiam as suas consciências. Isto sendo assim pode-se apreciar porque os homens, mulheres e crianças cujos itinerários diários animavam as ruas da Marselha Medieval usavam ambos, pessoas e pontos de referência em suas convenções navegacionais⁴⁹³.

E não se pode esquecer que em Porto Alegre, em 1872, mapas eram privilégio de muito pouca gente.

⁴⁸⁹ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. xii.

⁴⁹⁰ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. 7.

⁴⁹¹ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. 7.

⁴⁹² SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. 7.

⁴⁹³ SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000. p. 14.

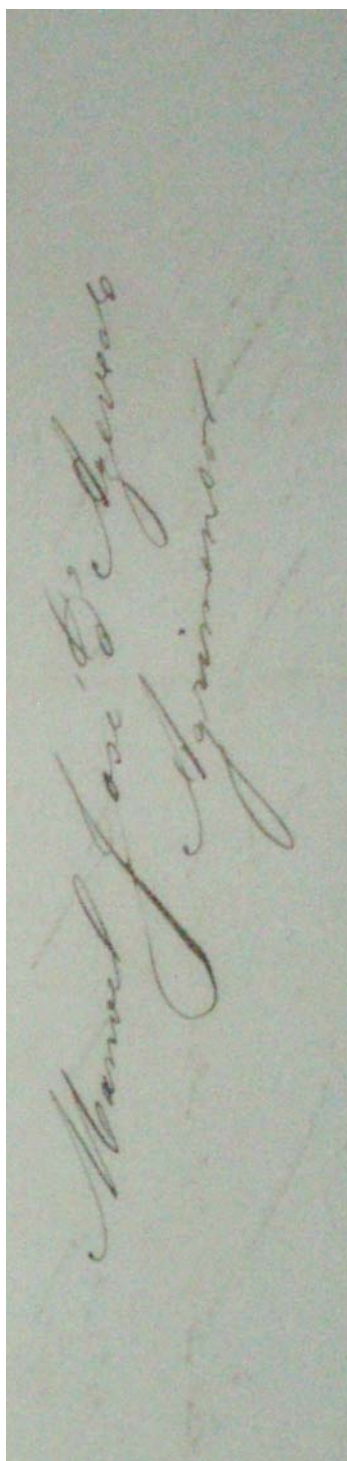
5.8 – A PORTO ALEGRE DO MAPA INEXISTENTEA vertical rectangular image showing a handwritten signature in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The signature is written in a cursive style and reads "Manoel José Nunes de Azevedo". The text is oriented vertically, with the first line starting at the top and the last line at the bottom.

Fig. 258 – Assinatura do Agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo.

Em 02 de setembro de 1876, a Câmara recebe uma proposta de venda de uma planta de Porto Alegre feita pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo. Entre esta data e 04 de junho de 1878, a Câmara debate e faz análises se faz a aquisição ou não da referida planta. Nos documentos encontrados, não fica evidente qual foi a decisão que a Câmara tomou, o que é certo é que não se encontra nem o original nem cópias dessa planta.

Do agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, não se tem muitos dados. Seu nome surge pela primeira vez nos registros da Câmara em um documento assinado por ele de 27 de setembro de 1865. Neste documento, ele afirma que, por volta de 1858, coadjuvava o Cap. Dr. Antonio Dias da Costa na elaboração de uma Planta da Cidade de Porto Alegre. Pelo mesmo documento sabe-se que teria sido mandado para Rio Pardo, onde teria feito uma Planta daquela cidade e, posteriormente, recebeu ordens de fazer parte da Comissão exploradora do Alto Uruguai, “em cujo serviço esteve ligado até 1864”⁴⁹⁴. Neste mesmo documento alega que se propôs, então, levantar a Planta da Cidade de Porto Alegre.

A notícia seguinte é de quando ele é contratado como substituto do engenheiro da Câmara, por indicação do mesmo, em 04 de fevereiro de 1876⁴⁹⁵. Logo em seguida, em 23 de março de 1876, é nomeado definitivamente como engenheiro da Câmara⁴⁹⁶. Em 09 de janeiro de 1877, lhe é concedida uma licença de interesses, assumindo interinamente o seu cargo o Coronel Pedro Affonso Mabilde⁴⁹⁷. Ele se demite do cargo de Engenheiro da Câmara em 27 de julho de 1878⁴⁹⁸.

Não foi a primeira vez nem a última que a Câmara recebeu propostas de venda e/ou de levantamento de uma planta da cidade de Porto Alegre, como, por exemplo, em 18 de março de 1873, tem-se a proposta do cidadão João Manoel Barreto Lewis⁴⁹⁹, que se propõe a fazer uma planta e o nivelamento da cidade ou, em 14 de fevereiro de 1882, quando a Câmara indefere um pedidos dos engenheiros João de Freitas e Castro & João Frederico

⁴⁹⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁴⁹⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 143 frente.

⁴⁹⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 145 verso.

⁴⁹⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 170 frente.

⁴⁹⁸ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 48 verso.

⁴⁹⁹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 21 verso.

Aveline Heinssein propondo, por nove contos e quinhentos mil réis, levantar a planta de nivelamento da cidade⁵⁰⁰.

Já em 30 de outubro de 1871 a Câmara havia decidido “chamar concorrentes para a confecção de uma Planta da Cidade e levar a proposta mais conveniente ao conhecimento da Assembléia Provincial”⁵⁰¹. Portanto, por várias vezes, a Repartição de Obras Públicas pode não ter tido a seu cargo a elaboração da Planta da Cidade de Porto Alegre.

5.8.1 – Da Cartografia de Manoel José Nunes de Azevedo

Apesar de não haver cópias da planta de 1876 de Porto Alegre feita pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo tem no Arquivo Histórico do Exército uma planta dele de 1863 e no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, duas plantas feitas em 1877:

1860/63 – PLANTA TOPOGRAPHICA DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELA COMISSÃO EXPLORADORA DO ALTO URUGUAY, DESDE A VILLA DA CRUZ ALTA ATÉ O REFERIDO URUGUAY – Construída e desenhada pelo agrimensor Manoel José de Azevedo, copiado pelo Cap. Raymundo de S. Everard, em 1864, colorido, nanquim, com nota explicativa, escala em palmos, papel canson, 140 x 193 cm.

1877 - PLANTA DO LITORAL NORTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE – Original manuscrito, colorido, tinta s/papel, com seta norte, escala: 1:1.000. 137x50 cm. (fig.259)



⁵⁰⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 161 verso

⁵⁰¹ GANDOLFI, Mara Regina *et al.* (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1866-1875*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 11. p.160

Fig. 259 – Planta do Litoral Norte da Cidade de Porto Alegre, 1877

1877 - PLANTA DE UMA PARTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - Original manuscrito, colorido, tinta s/papel, com seta norte, escala em palmos, com legendas. 55x47 cm. (fig.260)

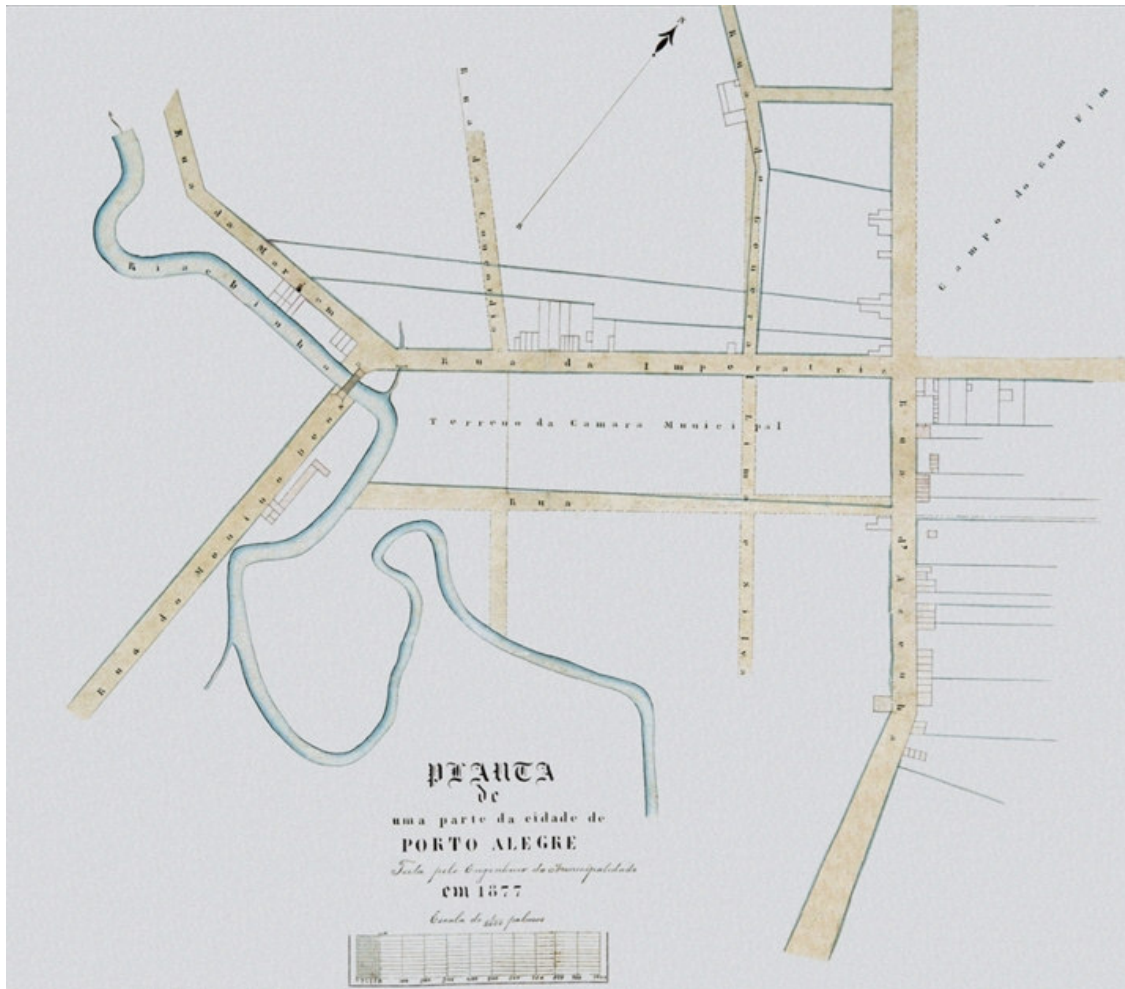


Fig. 260 – Planta de uma parte da Cidade de Porto Alegre, 1877

5.8.2 – Do Desenho da Planta de 1876

Em 02 de setembro de 1876, Manoel José Nunes de Azevedo “oferece vender a Província pela quantia de dezoito contos de réis a planta desta cidade”⁵⁰². A Câmara informa

⁵⁰² PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 156 frente.

então ao Presidente da Província “que de facto tem indeclinável necessidade de uma planta da cidade, mas que a vista do estado de seus cofres é lhe absolutamente impossível comprar uma; e que, portanto seria da mais alta conveniência que a província fizesse dela aquisição, uma vez verificada a sua exatidão e perfeição.”⁵⁰³

Em 11 de setembro de 1876, como Engenheiro da Câmara, de certa forma Manoel José Nunes de Azevedo pressiona a Câmara, ao dizer em ofício “que se sente embaraçado todas as vezes que tem de dar alinhamento para edificação máxima nas ruas novamente abertas, por falta de uma planta da cidade”⁵⁰⁴. A Câmara lhe responde dizendo estar inteirada e que “sempre que entrar em dúvida deve consultá-la”⁵⁰⁵.

Em 02 de abril de 1877, em virtude de novo ofício de Manoel José Nunes de Azevedo vindo para a Câmara através da Presidência, em que ele provavelmente oferece novamente a sua planta, dessa vez por catorze contos de réis, a Câmara resolve informar a Presidência “que é intuitiva a conveniência de uma planta da cidade e que já tem a corporação municipal por mais de uma vez externado essa opinião, indo de novo solicitar da Assembléia Provincial autorização para emitir em apólices até a quantia de catorze contos de réis para esse efeito”⁵⁰⁶.

Em função da necessidade de uma planta da cidade, e também em função da oferta de Manoel José Nunes de Azevedo, em 16 de julho de 1877 “a Câmara resolve, a vista do disposto no artigo 11 da Lei Municipal vigente, nomear uma comissão composta dos Srs. Drs. Correa Neto, Camargo e Arruda para verificar a exatidão da planta da cidade confeccionada pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, e arbitrar-lhe o valor”⁵⁰⁷.

A resposta da Comissão, fornecida em 2 de outubro de 1877 e recebida no dia posterior pela Câmara, é bastante interessante, pois seus componentes definem a sua concepção do que deveria ser uma planta de cidade para uma municipalidade. Segundo eles:

Antes de responder aos quesitos formulados por essa Câmara permitir-se-a comissão encarar a questão sob o ponto de vista em que a entende para emitir o seu parecer. Uma planta de cidade para uma municipalidade não deve traduzir outro pensamento, que o da utilidade pública, na parte

⁵⁰³ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 156 frente.

⁵⁰⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 158 frente.

⁵⁰⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 158 frente.

⁵⁰⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 180 verso.

⁵⁰⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 196 frente.

relativa às obrigações que lhe cabem no alinhamento de suas ruas, na regularidade de suas construções e na modificação de seus edifícios com o correr do tempo. Com referência a estes pontos, que fere a comissão é de nenhum valor uma planta não compreendendo o nivelamento em perfis correspondentes a cada uma das ruas na área fechada pelos limites da cidade. Foi no intuito de assim apreciar a questão que a Comissão se dirigiu a VVSSas para pedir esclarecimentos, relativamente a qualquer trabalho de nivelamento de que estivessem de posse. A resposta dessa Câmara, que recebeu a comissão com a remessa da copia da informação prestada pelo seu engenheiro, que é o próprio proponente, autoriza a comissão a acreditar que sobre essa parte não tem a Câmara trabalho completo e organizado como conviria, para ser-lhe necessária a aquisição da planta que lhe é proposta⁵⁰⁸.

Em virtude dessa concepção, a Comissão apresentou seu parecer de que não se

“realize a compra da planta em questão, salvo se for confeccionada, com um nivelamento na mesma escala, feito este em desenhos parciais que compreenderão cada uma uma rua longitudinal segundo a configuração da cidade de Leste à Oeste, com referência a ela e dos perfis transversais no sentido de norte a sul”⁵⁰⁹.

A Comissão, portanto, insiste em que, para ser comprada, a Planta da cidade deve conter em seu desenho o nivelamento da mesma e, por isso, “deixa de responder as questões formuladas sobre seu merecimento e valor, por julgar agora desnecessário, e sim quando, for confeccionada a planta como propõe, se então merecer novamente a mesma confiança dessa Câmara”⁵¹⁰.

Esse parecer gera um debate na Câmara que, para o subsídio do mesmo, se pede ao Diretor de Obras Públicas que lhe sejam remetidas as plantas de nivelamento existentes na repartição.

Tendo tomado conhecimento desse parecer, o agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo envia um novo ofício a Câmara, em 26 de janeiro de 1878, “oferecendo à Câmara pela quantia de dez contos de réis, paga em apólices, em dinheiro, ou em terrenos, a sua planta da cidade, e juntando documentos relativos à sua exatidão”⁵¹¹.

⁵⁰⁸ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 19/07/1877.

⁵⁰⁹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 19/07/1877.

⁵¹⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 19/07/1877.

⁵¹¹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Folha 22 verso.

Em outro ofício, na mesma data (26 de janeiro de 1878), no qual Manoel José Nunes de Azevedo também trata da venda de sua planta, ele acrescenta “que tendo requerido a Assembléia Legislativa Provincial autorização para esta Câmara comprar-lhe por 14.000\$000 réis a planta d’esta cidade de sua propriedade, foi concedida autorização para essa compra, mas somente pelo máximo de 10.000\$000 de réis e depois de examinada e avaliada por profissionais”⁵¹².

Em função disso, Manoel José Nunes de Azevedo oferece a sua planta por 10.000\$000 de réis e anexa ao ofício vários pareceres, inclusive com as assinaturas reconhecidas, para provar a exatidão de sua planta.

O primeiro foi de Manoel Correa da Silveira Netto, Engenheiro Diretor da Repartição de Obras Públicas, no qual esse engenheiro afirma que: “examinei pessoalmente a planta de que trata a petição junta e a achei muito bem acabada tendo sido os trabalhos de levantamento dos subúrbios feitos com esmero e a exatidão desejável”⁵¹³.

O segundo foi de Antonio Augusto de Arruda, um Bacharel formado em ciências Mathematicas e Físicas e Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército, em que o mesmo atesta “que a planta desta cidade e seu subúrbios levantada pelo Sr. Agrimensor Manuel José Nunes de Azevedo, estando perfeita e sem erro, como esta a parte meridional por mim verificada, vale dezesseis contos de réis”⁵¹⁴.

O terceiro foi de Pedro Bernds e Primavera, formado na Engenharia, que atesta “que a planta desta cidade e seu subúrbios levantada pelo Sr. Agrimensor Manuel José Nunes de Azevedo foi por mim verificada na parte norte dos mesmos subúrbios e encontrei exata e avalio em dezessete contos de réis”⁵¹⁵.

O quarto parecer foi dado por Hippolyto Velloso Pederneiras, Agrimensor habilitado pela Lei, e ele afirma que procedeu “a verificação a vista da mesma planta, da parte norte desta cidade encontrando-a perfeitamente exata e julgo este trabalho de tamanha importância que o avalio em quinze a dezesseis contos de réis”⁵¹⁶.

Manoel José Nunes de Azevedo obteve, portanto, de vários técnicos pareceres que falavam que sua planta era exata e valia entre quinze e dezessete contos de réis, estando ele disposto a vendê-la para a Câmara por dez. A sua disposição era tamanha que ele

⁵¹² PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵¹³ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵¹⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵¹⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

anexou mais dois documentos que debatem com o parecer da Câmara, em que ele pede às pessoas a quem ele se dirige que respondam a seguinte pergunta: “se a planta de uma cidade e seus arrabaldes não pode prestar-se aos alinhamentos para a edificação e para a abertura de novas ruas que se projetem, sem o nivelamento?”⁵¹⁷ E pede ainda que quem responda permita “ao mesmo tempo fazer de sua resposta o uso que for mister”⁵¹⁸.

Ele consegue obter respostas de dois senhores. O primeiro, o Coronel Pedro F. Affonso Mabilde, afirma que:

A planta de uma cidade é indispensável para conhecer-se a direção a dar-se a qualquer rua nova a abrir-se; bem como para os alinhamentos e modificações a fazer-se nas ruas existentes. Torna-se principalmente indispensável uma planta da cidade, quando projetado a abertura de uma nova rua, esta, tem de passar e findar ou sahir em arrabaldes aonde já existem edificações feitas e alinhadas em relação a outras ruas igualmente existentes. No caso de não haver planta, torna-se indispensável o levantamento da planta do terreno pelo qual a rua devera ser aberta; bem como da dos arrabaldes: a fim de determinar a verdadeira direção a dar-se a nova rua em relação às mais existentes, quer em direção oposta quer na mesma; e principalmente neste caso para poder sem errar dar uma direção em ângulo reto, o mais que possível for aos terrenos urbanos, situados na mesma rua a abrir-se. Havendo planta das localidades por onde tais ruas devam ser abertas torna-se inútil o referido trabalho, dispendioso e demorado às vezes. Para essa sua questão, abertura e direção de ruas, pode-se até certo ponto dispensar o nivelamento; o qual pode ser feito parcialmente, em relação às partes da cidade já niveladas e à proporção que as edificações vão tendo lugar. É o que me cumpre responder, podendo Vsa. fazer o uso que for mister, desta minha resposta⁵¹⁹.

O segundo que assina afirmando ser um engenheiro civil, e cujo nome está difícil de ser lido no documento, declara:

que o plano de uma cidade, de seus arrabaldes e dos terrenos que a circundam he absolutamente indispensável para estudar e fixar o traçado de novas ruas ou o alinhamento de novos edifícios. O plano ou projeção horizontal de uma cidade constitui por si só um dado completo. O nivelamento longitudinal das ruas, o traçado das curvas de nível são dados

⁵¹⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵¹⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵¹⁸ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

úteis e interessantes; mas que constituem um trabalho correspondente a uma outra ordem de idéias. Em geral os traçados das ruas em uma cidade moderna, não se prestando à topografia natural do terreno, procura-se antes de tudo a elegância, e a linha reta, muitas vezes para reunir dois edifícios ou dois quarteirões importantes, traça-se uma rua em linha reta sem atender a importância dos movimentos de terra que serão necessários. Em resumo, um plano ou planta é uma coisa; um plano topographico é outra coisa; mas em todo o caso não se pode fazer nivelamentos antes de ter traçado o plano. A execução dos nivelamentos exigindo uma despesa elevada, eu aconselharei para o plano de uma cidade de não os executar senão a medida do estudo de novos projetos de ruas ou de novas construções, pois um nivelamento geral anterior não dispensaria da obrigação de nivelar de novo as direções que se julgasse dever dar a novas ruas. Desta minha resposta pode Va. Sa. fazer uso que entender⁵²⁰.

Em documentos seguintes, como o de 06 de abril de 1878⁵²¹, vê-se que a Câmara nomeia uma nova Comissão de Engenheiros para examinar a planta. Em 04 de junho de 1878⁵²², a Câmara de vereadores resolve pressionar essa Comissão pedindo o parecer sobre a exatidão e o valor. E esta é a última notícia que foi encontrada sobre a referida Planta no acervo das atas da Câmara de Vereadores e no acervo de Construções e Melhoramentos, ambos existentes no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

5.8.3 – Das Leituras do Mapa

O fato de a Planta não existir e de que, após toda essa discussão em relação a sua compra – debate terminado em 04 de junho de 1878 –, o agrimensor Manoel José Nunes de

⁵¹⁹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵²⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵²¹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 06/04/1878 Folha 29 verso - "Ofício do Sr. "Outro do Sr. João Luis de Andrade Vasconcellos membro da comissão encarregada do exame da planta da cidade levantada pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, pedindo os nivelamentos existentes no arquivo municipal afim de serem consultados pela mesma comissão; a Câmara resolve remeter a comissão os que já tem concluídos e instar pela prontificação dos que se estão passando a limpo na repartição de Obras públicas".

⁵²² PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 04/06/1878 Folha 41 frente

Azevedo tenha se demitido do cargo de engenheiro em 27 de agosto de 1878, leva a crer que a Câmara não aceitou comprar a Planta.

Mas todo esse debate também prova que a Planta existiu e que era uma Planta que compreendia os subúrbios da cidade, provavelmente os seus arraiais.

O primeiro documento, existente nos arquivos, referindo a figura do Agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo pode, talvez, ajudar na questão da área abrangida pela Planta de 1876. Esse documento, em conjunto com o mapa construído e desenhado por ele existente no Arquivo Histórico do Exército, prova que ele fez parte da Comissão exploradora do Alto Uruguai. Mas, além disso, esse documento, que é datado de 27 de Setembro de 1865, e que está colocado junto com os pareceres fornecidos por ele falando da exatidão de sua planta de 1876, refere uma planta que ele estaria fazendo por volta de 1865. Aparentemente era um requerimento em que ele já se propunha a levantar a Planta de Porto Alegre. O documento estabelecia algumas condições para essa planta, sendo que a primeira parte refere-se ao levantamento:

“obriga-se o Supp^e. a levantar a planta com toda a minuciosidade e esclarecimentos necessários a torná-la bem inteligível, servindo-se de um bom theodolito afim de torná-la perfeitamente exata. Em cada quadra, depois de reconhecida a sua exatidão, desenhará todas as casa e terrenos com o numero de palmos escritos a frente de cada casa ou terreno”⁵²³.

Mas o mais interessante é a segunda parte das condições, onde se estabelece a área a ser abrangida pela planta e que talvez tenha sido a mesma área abrangida pela planta que ele tenta vender à Câmara de 1876 a 1878 (fig.261). Segundo ele:

Toda a planta compreenderá um grande retângulo confrontando pelo Norte com parte das Ilhas compreendidas aquém da linha tirada do fim do Caminho Novo a margem direita do Rio Jacuí pouco acima de sua foz; pelo sul com a linha paralela a do Norte, ficando compreendidas aquém da referida linha das chácaras, do Colégio de Santa Theresa e do cemitério; pelo Leste todas as chácaras aquém da linha tirada do fim do Caminho Novo a encontrar-se com a linha do Sul e pelo Oeste a paralela que passa pela Ilha fronteira a Cadeia⁵²⁴.

⁵²³ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

⁵²⁴ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.



Fig. 261 – Provável área abrangida pela Planta de 1876

O documento também fala de outras condições, tais como a fiscalização do trabalho e as condições de pagamento:

Os trabalhos em andamento poderão ser examinados todos os meses pelo Engenheiro d'esta Câmara ou outro a quem queira encarregar à fiscalização do contracto. Obriga-se a entregar prontos os trabalhos no fim de dois anos apresentando três exemplares na escala de um para cinco mil palmos e um livro em forma de atlas com a mesma planta na proporção de um para mil palmos contendo os esclarecimentos necessários para o uso da Câmara. Receberá para seu pagamento a quantia de cem mil réis mensais por espaço de dois anos contados da data da assignação dos contratos. Depois de entregue o trabalho na forma expressada nas presentes condições e achadas conformes por uma Comissão de Engenheiros nomeada por esta

Câmara receberá mais para seu completo pagamento a quantia de nove contos de réis em prestações de duzentos mil réis mensais ou a metade da Chácara pertencente à Fazenda Provincial situada entre a Várzea e a rua da Olaria, cuja parte exigida será a que faz frente à Várzea com trinta e três braças e fundos correspondentes a meia Chácara⁵²⁵.

Aparentemente, a quantia que ele receberia em 1865 por uma planta de Porto Alegre era maior do que a que ele estava aceitando receber em 1878.

Outra questão importante que aparece ao longo dessa história é o fato de que um funcionário ligado a Câmara, no período que está ao serviço dela, elabora uma planta e vende como se fosse um trabalho independente. E não era um funcionário qualquer: era um agrimensor, trabalhando como engenheiro, e que fornece à Comissão que examina a Planta alinhamentos feitos sob sua tutela.

⁵²⁵ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 26/01/1878.

5.9 – A PORTO ALEGRE DE HENRIQUE BRETON

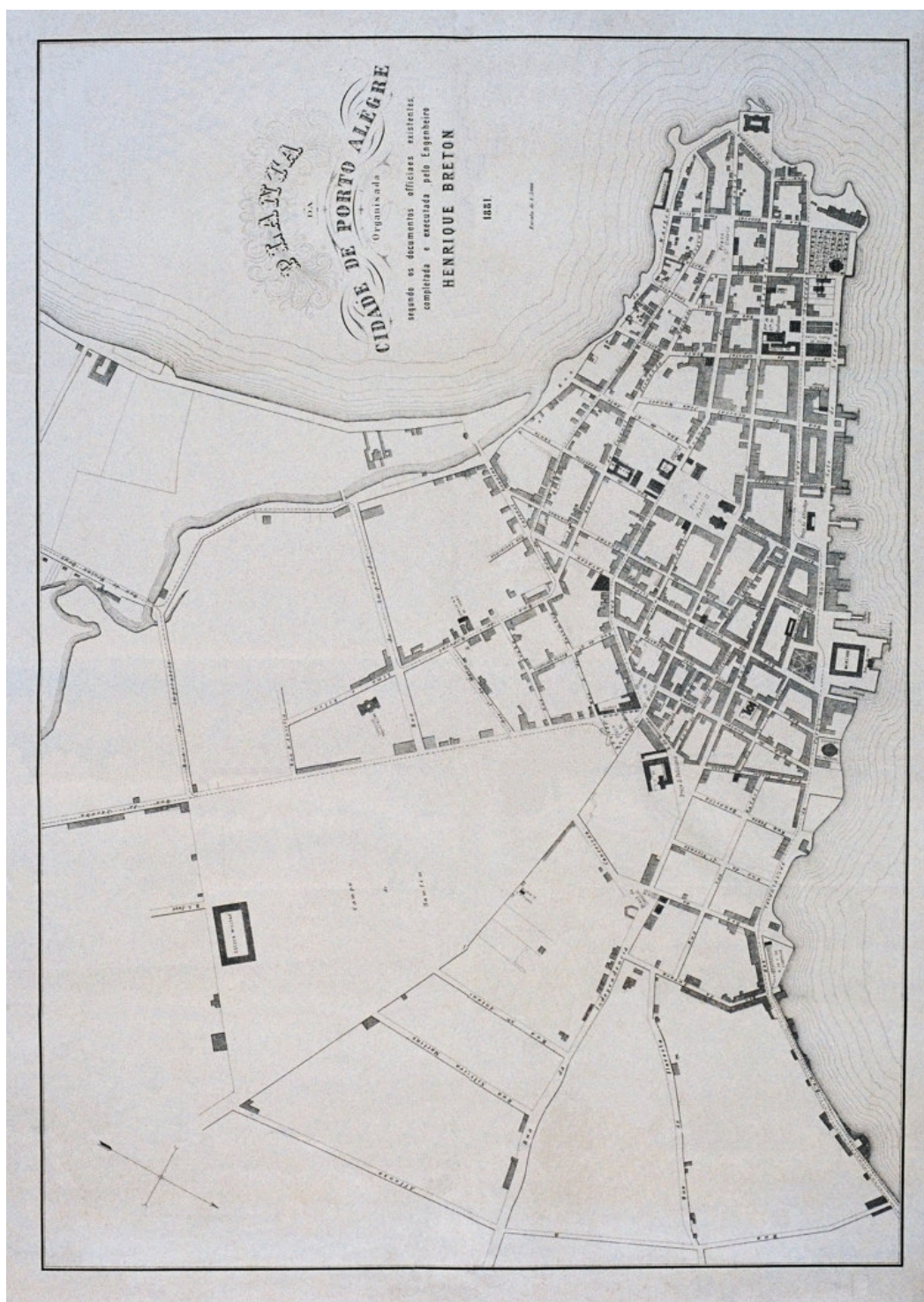


Fig. 262 – 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881 (CD – IHGRS)

Data de 1881 a sétima planta da cidade de Porto Alegre (Fig.260). Trata-se de uma planta feita por Henrique Breton (Henry Jean Breton). Seu nome completo é “Planta da cidade de Porto Alegre. Organizada segundo os documentos oficiais existentes, completada e executada pelo Engenheiro Henrique Breton, 1881”. Sua escala é 1:5000, mas não há referência se diz respeito a metros, palmos ou léguas.

5.9.1 – O Cartógrafo Singular

O francês Henrique Breton (fig.263) era, de acordo com um requerimento assinado por ele, “residente n’esta cidade e empregado na estrada de ferro de Porto Alegre à Uruguaiana”.⁵²⁶



The image shows a handwritten document in cursive script. The text reads "Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1880" followed by a signature that appears to be "H. Breton". There is a faint red stamp or seal in the background behind the signature.

Fig. 263 – Assinatura de Henrique Breton

São poucas as informações que se têm sobre ele. Seus pais se chamavam Pedro Silvain Breton e Maria José Calvit. Casou-se, em data e local desconhecido, com Maria Delarinda Nunes com quem teve uma filha chamada Henriqueta, nascida em 17 de novembro de 1877 e batizada em 12 de Outubro de 1887.⁵²⁷

Nunca trabalhou ligado diretamente à Câmara Municipal, nem à Presidência da Província. São poucos os registros que se tem dele. O primeiro data de 21 de fevereiro de 1880, quando Henrique Breton apresenta uma proposta à Câmara de Porto Alegre para “introduzir nas praças e ruas d’esta cidade, a semelhança do que existe em quase todas as

⁵²⁶ Requerimento de 21/02/1880 de Henry Jean Breton. Fonte: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

⁵²⁷ Conforme PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Batismo de Henriqueta Breton*. Porto Alegre: Igreja do Rosário, 12/10/1887. Livro 20, f. 92. Documento manuscrito. Não publicado.

grandes cidades do mundo, pequenos pavilhões de madeira, vulgo kiosques, destinados ao pequeno comércio de gêneros baratos e de freqüente consumo público”. Em defesa de seu pedido, afirma que seus quiosques se constituem em “um real embelezamento para esta Capital, sem que de qualquer modo embarace o trânsito público, visto a exigüidade das proporções dos pequenos edifícios”. Além disso, segundo Breton, a proposta tem a vantagem de

“proporcionar mais esta comodidade ao público e uma nova fonte de renda a municipalidade; porquanto, além do imposto municipal sobre o ramo de negocio que houver em cada kiosque, oferece o peticionário a quantia de três mil réis mensais por cada um pavilhão a titulo de arrendamento, aluguel ou como o queiraes determinar do terreno ocupado”.

Ele teria apresentado, em anexo à proposta, o projeto dos pavilhões, com suas proporções. Infelizmente esse projeto não foi encontrado nos arquivos consultados. Mas, alegando que ele “nada aproveitará de suas empresas, desde que outros tenham a faculdade de estabelecer idênticos pavilhões, e que, pelo contrario, perderá todo o seu trabalho e capital empregado”, pediu que lhe fosse “concedido um privilégio por dez anos, no mínimo e com as justas condições que essa ilustrada Câmara julgar necessário para sua garantia”⁵²⁸.

Sabe-se que, por duas vezes, Henrique Breton tentou obter o privilégio por dez anos, de estabelecer quiosques em ruas e praças da cidade de Porto Alegre. A primeira vez foi em 21 de fevereiro/04 de março de 1881 e a segunda em 08/12 de maio de 1882. Esse privilégio não lhe foi concedido, conforme o parecer da comissão nomeada para examinar o seu requerimento:

“Não é a primeira vez que são apresentadas propostas para a construção de quiosques nas praças e ruas desta cidade. Em cinco de novembro de 1880, esta municipalidade já indeferiu pretensão semelhante; e em 4 de março do ano passado, outra do Sr. Henrique Breton, que presentemente pede a Assembléia Legislativa Provincial privilégio por dez anos para igual fim. A construção de quiosques nas grandes cidades ou capitais tem sua razão de ser na falta de casas para o estabelecimento de pequeno comércio. Mas entre nós este fato não se dá ainda em tal escala, que justifique a necessidade dessa espécie de construção. Acresce que ela é muito pouco dispendiosa; que cada quiosque à medida que fica pronto, pode ser desde logo alugado, e por consequência o pequeno capital empregado é imediatamente improdutivo. Nestas condições a concessão de

⁵²⁸ Requerimento de 21/02/1880 de Henry Jean Breton; Fonte PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

um privilégio por dez anos não parece admissível. Entende esta comissão que, reconhecidas a necessidade e a utilidade destas construções, deve-se lhe reservar o direito de permiti-las a qualquer, sob as condições que a Câmara estipular, ou então executá-las por conta de seus cofres. Em qualquer dos dois casos, a Municipalidade auferirá certamente maiores vantagens do que as que lhe são oferecidas na proposta em questão, e o embelezamento da cidade não será também desatendido.”⁵²⁹

Na correspondência passiva da Câmara, em 06 de abril de 1881, tem-se ofício através do qual o Presidente da Província encaminha à Câmara, entre outros documentos, uma ‘memória’ do projeto dos quiosques feita por Henrique Breton. Infelizmente só se tem o ofício de encaminhamento: a ‘memória’ se perdeu.

O último registro que se pode encontrar referente a Henrique Breton é de 30 de agosto de 1881 e diz respeito à sua Planta de Porto Alegre. Através desse registro, fica-se sabendo que a mesma foi ofertada por ele à cidade: “É presente a Planta da Cidade, oferecida pelo Sr. Dr. Henrique Breton à Câmara Municipal, resolve esta agradecer-lhe, e mandar archivar-a.”⁵³⁰

5.9.2 – Do Desenho da Planta de 1881

Além da Planta de Porto Alegre, não foram encontrados outros materiais cartográficos relacionados a Henrique Breton.

A “Planta da cidade de Porto Alegre. Organizada segundo os documentos oficiais existentes, completada e executada pelo Engenheiro Henrique Breton, 1881. Esta Planta é uma planta impressa, monocromática em uma folha de 64,5 x 52 cm, assinada por Henrique Breton. A planta ofertada a cidade de Porto Alegre, restringe-se ao mapa propriamente dito e em um espaço mais largo do Guaíba, em função da forma da ‘península’, à direita no papel consta o título do mesmo e a escala em que o mapa foi feito. O título não está inserido em um cartucho, aliás, não existem cartuchos nesta planta (fig.264).

⁵²⁹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 171 frente.

⁵³⁰ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Folha 152 verso.

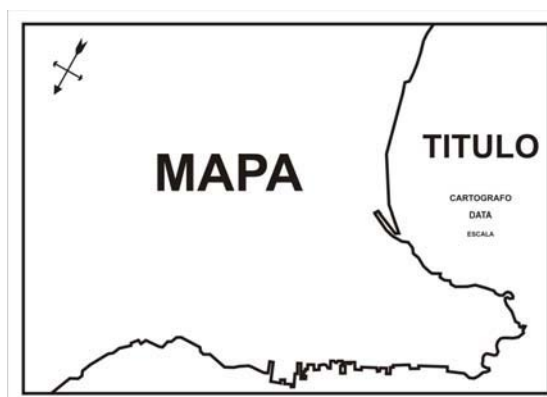


Fig. 264 – Esquema da Planta de Henrique Breton

A Planta de 1881, de Henrique Breton, não possui legendas. Tem-se a indicação das ruas, praças, espaços urbanos e edificações colocadas diretamente no mapa propriamente dito.

Esta planta não está totalmente de acordo com os preceitos científicos de sua época. Começando por não estar orientada em relação ao Norte, ela está voltada quase para o sudeste. Parece estar desenhada de forma quase invertida, pois a parte sul da península está para cima no desenho. Possui, no entanto uma rosa dos ventos simples (fig.265): somente as direções Norte-Sul, Leste-Oeste, em que se depreende do desenho que o Norte é a direção apontada pela seta. A escala nesta planta é apenas uma notação 1/5000 (fig.266). Não existe de forma gráfica, e não há indicações de qual o tipo de medida que esta sendo utilizado (metros, braças, léguas, etc.). Pode-se supor que seja uma escala métrica já que o cartógrafo é francês, lugar onde o sistema métrico já estava implantado há mais tempo. Além disso, desde 1862 a lei no Brasil obrigava o seu uso, mas dava um prazo de dez anos para a adaptação ao novo sistema. Já um decreto de 18 de setembro de 1872 proibia o uso de outros sistemas, dizendo que os infratores poderiam ser multados e até mesmo presos.

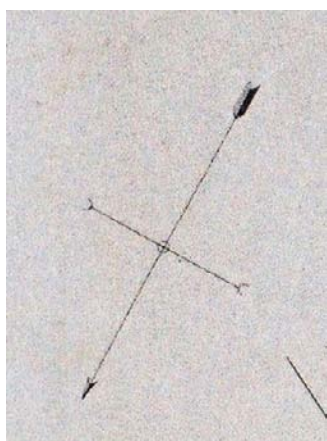


Fig.265 – Rosa dos Ventos

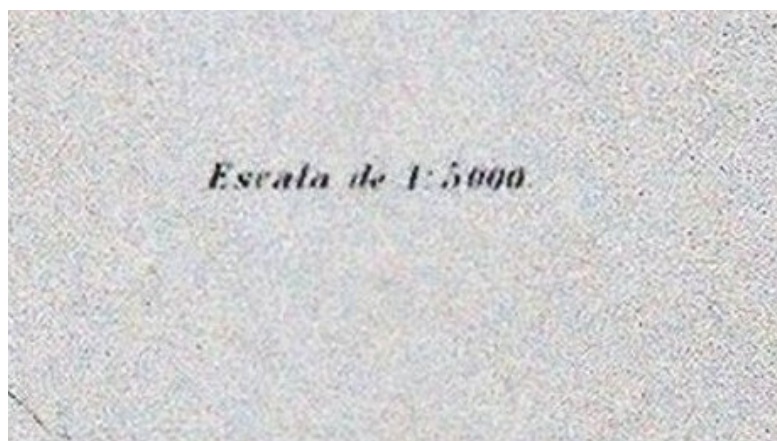


Fig.266 – Escala

A representação da água (fig.267), neste caso o Guaíba e o Riacho, é feita através do desenho de linhas paralelas que vão se espaçando acompanhando a margem, dando uma idéia de ondas. Esse recurso gráfico já havia sido utilizado nos mapas de 1839, 1844 e 1868. Nem o Guaíba, nem o Riacho são nominados, também não há setas indicadoras do sentido do movimento das águas. Nenhum barco é representado, e a zona de porto não é indicada por desenhos de âncoras.



Fig. 267 – Representação da água

O desenho desta planta é uma representação em duas dimensões da Cidade de Porto Alegre que abrange, para além da ‘península’, uma área um pouco maior do que as plantas de 1844, 1868 e 1872. A área mostrada atinge a atual Rua Ramiro Barcelos (Rua D. Affonso), todo o Parque Farroupilha (Campo do Bomfim), grande parte da atual Av. João Pessoa (Rua da Azenha), a Rua Venâncio Aires (Rua da Imperatriz) e parte da Av. Getulio Vargas (Rua Menino Deus). Esta área se assemelha bastante com a área mostrada nas plantas de 1838 e 1839, sendo que a grande diferença é que aquelas plantas mostravam as ilhas fronteiras e esta se resume à ‘península’.

A área mostrada no mapa diz respeito, em parte, às mudanças feitas no Código de Posturas em 1873, referentes aos limites da cidade de Porto Alegre, que agora era definido da seguinte forma:

“A cidade de Porto Alegre tem por limites o Beco do Motta no Caminho Novo, por em direitura até sahir a Estrada dos Moinhos de Vento, desta pela Rua de D. Affonso até a Várzea inclusive, seguindo pela frente do Leão, Rua da Imperatriz até a Praia”⁵³¹.

O Beco do Motta referido aqui é a atual Rua Cândio Gomes, conjugada com a Rua 7 de Abril, que ia, nessa época, do Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria) até a Rua da Floresta (atual Rua Cristovão Colombo), continuaria em linha reta até a Estrada dos

⁵³¹ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1873. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Artigo 1º.

Moinhos (atual Av. 24 de Outubro), desta pela Rua de D. Affonso (atual Rua Ramiro Barcelos) até a Várzea (atual Parque Farroupilha), inclusive seguindo pela frente do Leão (o Leão aqui referido diz respeito à Chácara do Leão que é mostrada nas plantas de 1838 e 1839, e ficava atrás do edifício da Escola Militar) até a Rua da Imperatriz (atual Venâncio Aires), isto é, a linha do limite seria por trás da Escola Militar, passando por toda a atual Venâncio Aires, indo reto até o Guaíba. (até a Praia).

De certa forma, Henrique Breton trabalhou em sua planta com estes novos limites, excluindo, no entanto, o trecho além da atual Rua Ramiro Barcelos, devido a sua ocupação ser pouco expressiva (aliás, a ocupação do trecho da Rua da Aurora, atual Barros Cassal, até a Rua D. Affonso, entre a Rua da Floresta e o Caminho Novo, também é bastante rarefeito nesta planta).

Na faixa norte da Península, pode-se ver alguns pequenos aterros avançados ao longo da Rua Sete de Setembro que, se comparados com a planta de 1868, demonstra que o aterramento dessa parte da cidade prossegue.

Os quarteirões e as ruas estão demarcados pelas linhas que configuram as suas formas e o traçado de suas ruas, becos e travessas. Esta planta, mais fortemente do que outras que apresentam os elementos construídos (1838, 1839, 1844, 1868), passa a impressão de que seu autor realizou um levantamento das edificações, pois várias construções aparecem como que individualizadas, não apenas os prédios importantes. Isto se pode ver em várias quadras tal como na quadra (fig.268) formada pelas ruas dos Andradas, Gal. Câmara, Andrade Neves e Gal Paranhos. O cartógrafo, no entanto, não mostra em grande parte da Planta a demarcação dos lotes, apenas em uma quadra (fig.269) junto à atual Praça da Harmonia (Praça Martins de Lima).

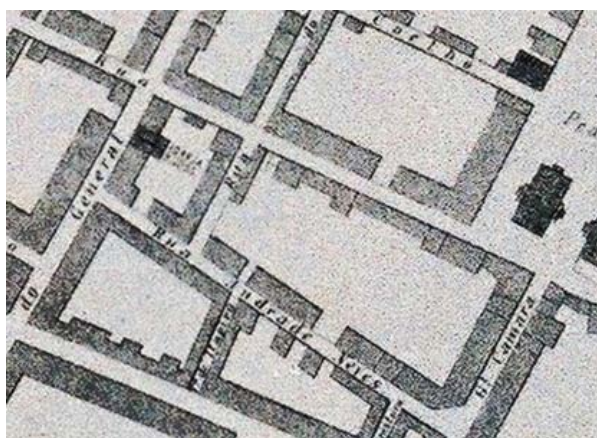


Fig.268 – Quadra com ‘individualização’ das edificações

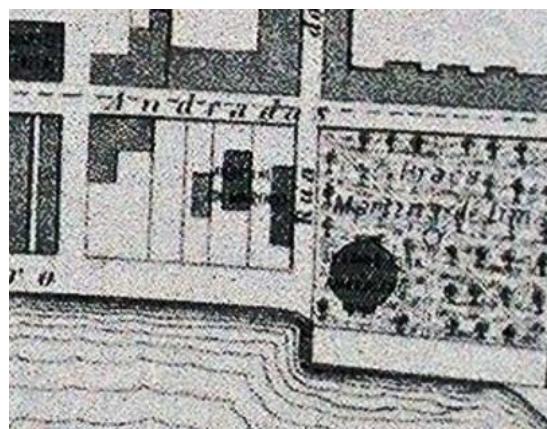


Fig.269 – Quadra com demarcação dos lotes

Na planta de 1881, pode-se observar que a maior parte da ocupação nas quadras acontece na face das mesmas, fazendo com que o alinhamento das construções configure o traçado das ruas e mostrando que o interior das mesmas é pouco edificado. Nesta Planta, pode se constatar que a ocupação da Cidade de Porto Alegre, sua densificação, continua maior na parte norte da Península, especialmente acompanhando a Rua dos Andradas, a Rua Riachuelo e a Rua da Igreja (atual Duque de Caxias). O sul da Península já mostra uma boa conexão com a atual área do bairro Cidade Baixa que, após a parte sul da península, é a terceira em termos de densidade ocupacional nesta planta. A região da Rua Independência já mostra certa ocupação, mas neste desenho é a região menos densificada.

No desenho dos elementos construídos há, como em plantas anteriores, uma simulação de tridimensionalidade com a utilização de um traço reforçado em dois lados, dando idéia de um sombreamento.

Esta planta não apresenta curvas de nível nem nenhum outro tipo de grafismo que represente a topografia do sitio onde está assentada a Cidade de Porto Alegre. Em relação à vegetação, quase não existe a sua representação neste mapa, apenas em três praças: a Praça Martins de Lima (fig.270) – atual Pça. Brigadeiro Sampaio –, a Praça da Independência (fig.271) – atual Pça. Argentina –, e a Praça Conde D'Eu (fig.272) - atual Pça. XV – mostram o desenho de árvores (as duas primeiras) e um desenho de traçado de caminhos, através de um terreno diferenciado que se pode pensar ser a representação de grama.

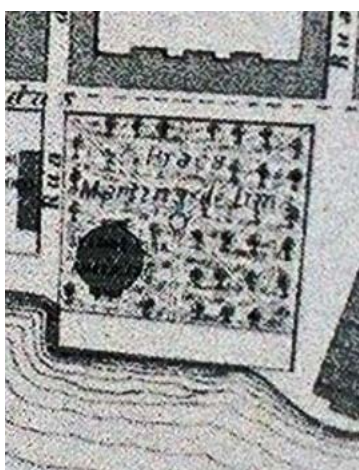


Fig.270 – Pça Martins de Lima

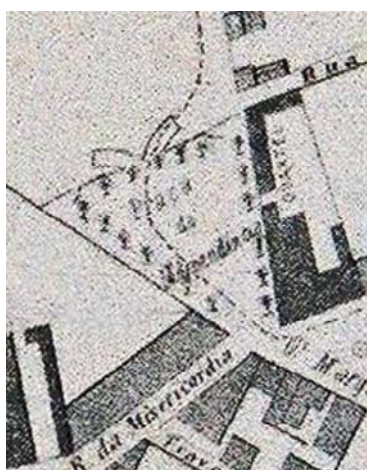


Fig.271 – Pça Independência



Fig.272 – Pça. Conde D'Eu

Os elementos construídos estão pintados como nas plantas anteriores, neste caso de um cinza claro, e os 'prédios importantes' foram destacados pelo cartógrafo, pintados de um cinza escuro e nominados. Esta forma de representação já podia ser vista em plantas anteriores (na de 1868 e na de 1872). Em relação à Planta de 1868, constata-se que a

Planta do Rio de Janeiro inserida na Carta Corographica do Império do Brasil, de Conrado Jacob Niemeyer, já possuía este tipo de grafismo.

Contudo, considerando que Breton era francês, ele deve ter tido inspiração em sua formação na França e em mapas aos quais ele deve ter tido acesso em seu país de origem. Examinando as plantas de Paris, há um '*Plan General de la zone de Paris comprise entre les deux enceintes, extrait de l'Atlas communal di département de la Seine*' (fig.273) levantado em 1854 por Onésime Théodose Lefèvre, que Breton talvez tenha visto. Como analisa Pinon, "os edifícios públicos são esboçados em preto. As massas edificadas são representadas em cinza sem distinção da trama predial. O desenho do parcelamento está reservado às zonas não construídas"⁵³².



Fig. 273 – *Plan General de la zone de Paris*, de Onésime T. Lefèvre, 1854

Esse mapa pode ter tido uma influência no trabalho de Breton. Mas ele não é uma 'criação' de Lefèvre: ele vem de uma tradição cartográfica, que pode ter influenciado não apenas o seu trabalho. Pois, de acordo com Pinon,

"levando em consideração a importância de Paris, a aparição de suas primeiras plantas (após 1530) é bem tardia em relação às plantas das cidades italianas ou alemãs (Vale do Reno). Não existem para o século

⁵³² PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: Histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004. p.104.

XVIII grandes plantas geométricas do parcelamento da qualidade da de Nolli (1748) para Roma (fig.274)⁵³³.

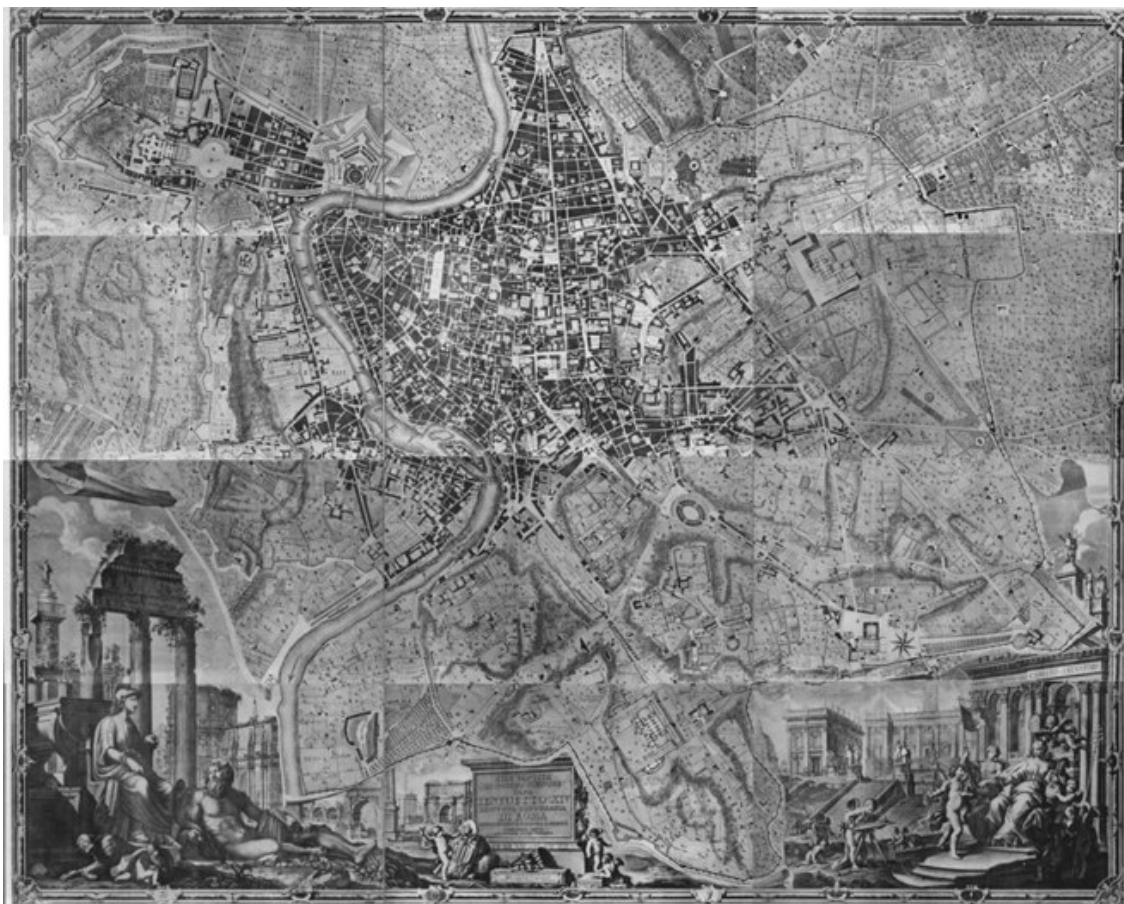


Fig. 274 – ‘Planta de Roma’ de Giambattista Nolli, 1748

Pensando nesse atraso explicitado por Pinon, é interessante se olhar, além da planta de Roma, o ‘*Plan of the Cities of London and Westminster and Borough of Southwark, with the contiguous Buildings*’ de John Rocque, levantado em 1749. Como Foxell afirma, “o mapa de Rocque reflete a visão dos seus contemporâneos de classe alta e média – que a sua Londres era ‘a nova Roma’ – e incidentalmente possui uma semelhança com o famoso mapa da ‘antiga Roma’ pelo seu quase contemporâneo Giambattista Nolli”⁵³⁴. Como se pode ver, o mapa de Rocque (fig.275), em 1749, já destacava ‘edificações importantes’ em preto com o nome junto ao prédio, os nomes de ruas eram inscritos nas mesmas e as massas edificadas tentam mostrar a ocupação das quadras.

⁵³³ PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: Histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004. p.19.

⁵³⁴ FOXELL, Simon. *Mapping London, Making Sense of the City*. London: Black Dog, 2007. p.31



Fig. 275 – *Plan of the Cities of London and Westminster*, de John Rocque, 1746

Um outro conjunto de plantas feitas entre 1830 e 1842 pode ter influenciado o desenho de Henrique Breton. São os mapas feitos pela *Society for the Diffusion of Useful Knowledge*. Esta sociedade, com sua "*Library of Useful Knowledge*", tem a intenção de fornecer tratados em cada ramo do conhecimento da ciência e da história, ao menor preço possível, e condizente com a capacidade de cada leitor. (...) A Sociedade agora acrescentou a esta Biblioteca uma série de mapas (...) incluindo um Atlas de sessenta mapas"⁵³⁵.

A partir de 1843, a Sociedade teria "encontrado dificuldades financeiras e muitas de suas publicações foram descontinuadas (...). A última referência sobre a Sociedade no *London Times* teria sido em 02 de janeiro de 1843, mas impressões dos mapas-plantas continuaram até 1850"⁵³⁶. Portanto, eles foram editados e vendidos em um bom período de tempo e com preços acessíveis, segundo os desígnios da Sociedade, o que permite dizer que devem ter tido uma boa divulgação. Como se pode ver nos mapas feitos pela Sociedade da cidade de Berlim, em 1833, (fig.276) e da cidade de Bordeaux, em 1830, (fig.277) eles tinham uma unidade gráfica. Nessa unidade gráfica, características da Planta de Henrique Breton aparecem como os prédios destacados em preto, a massa edificada em cinza, o grafismo da água e a maneira como os nomes das ruas e dos edifícios aparecem.

⁵³⁵ The Edinburgh Review, Vol. L, N° XCIX, October 1829-January 1830, p.181-185. Apud: BRANCH, Melville C. *An Atlas of Rare City Maps: comparative urban design, 1830-1842*. 2. ed. New York: Princeton Architectural Press, 1997. p.1

⁵³⁶ BRANCH, Melville C. *An Atlas of Rare City Maps: Comparative Urban Design, 1830-1842*. 2. ed. New York: Princeton Architectural Press, 1997. p.1



Fig. 276 – Planta de Berlim, 1833

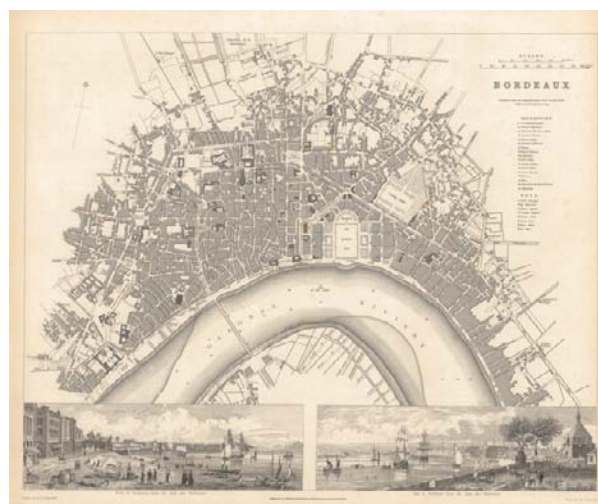


Fig. 277 – Planta de Bordeaux, 1830

Os edifícios destacados na planta de Breton de 1881 são: Matriz (01)⁵³⁷, Capela do Espírito Santo (02), Igreja dos Protestantes (03), Igreja das Dores (04), Seminário e Bispado (05), Igreja N.S. do Carmo (06), Igreja de S. Rafael (07), Igreja S. José (08), Igreja da Conceição (09), Igreja N. S. do Bonfim (10), Igreja do Rosário (41), Santa Casa da Misericórdia (11), Beneficência Brasileira (12), Alfândega (13), Palácio do Governo (14), Assemblêa Provincial (15), os prédios do Arsenal de Guerra (16 e 17), Cadêa Civil (18), Theatro S. Pedro (19), Theatro das Variedades (20), Exposição Brasil & Alemanha (21), Câmara Municipal (22), Escola Militar (23), Gazometro (24), Telegrapho (25), Correio (26), Estação dos Bonds (27), E. de F. de São Leopoldo (28), Arsenal da Marinha (29), Mercado (30), Banca do Peixe (31), Quartel da Força Policial (32), Quartel General (33), Quartel (34), Trapiche da Alfândega (35), Trapiche da Companhia Fluvial (36), Trapiche Municipal (37), Trapiche dos Rápidos (38), Hydraulica Porto Alegreense (39), Beneficência Portuguesa (42), Bailante (10), Atheneu Rio Grandense (43) e Thesouraria da Fazenda (44).

Em relação às praças da cidade, estão nominadas a Praça General Osório (47), a Praça Martins de Lima (48), a Praça do Padre Tomé (49), a Praça D. Pedro II (50), a Praça Dom Feliciano (51), a Praça da Independência (52), a Praça Gen. Marques (53) a Praça da Conceição (54), a Praça Conde D'Eu XV (55) e a Praça da Alfândega (56), a Praça do Visconde Rio Grandense (57). Outro espaço aberto nominado é o Campo do Bonfim (58) – a antiga Várzea. Os números 45 e 46 são prédios destacados dos quais não foi possível ler ou identificar a sua função (fig.278).

⁵³⁷ Os números atribuídos aos espaços designados na planta de Henrique Breton, foram atribuídos pela autora da tese. A figura 278 apresenta a Planta de Breton acrescida desses números.

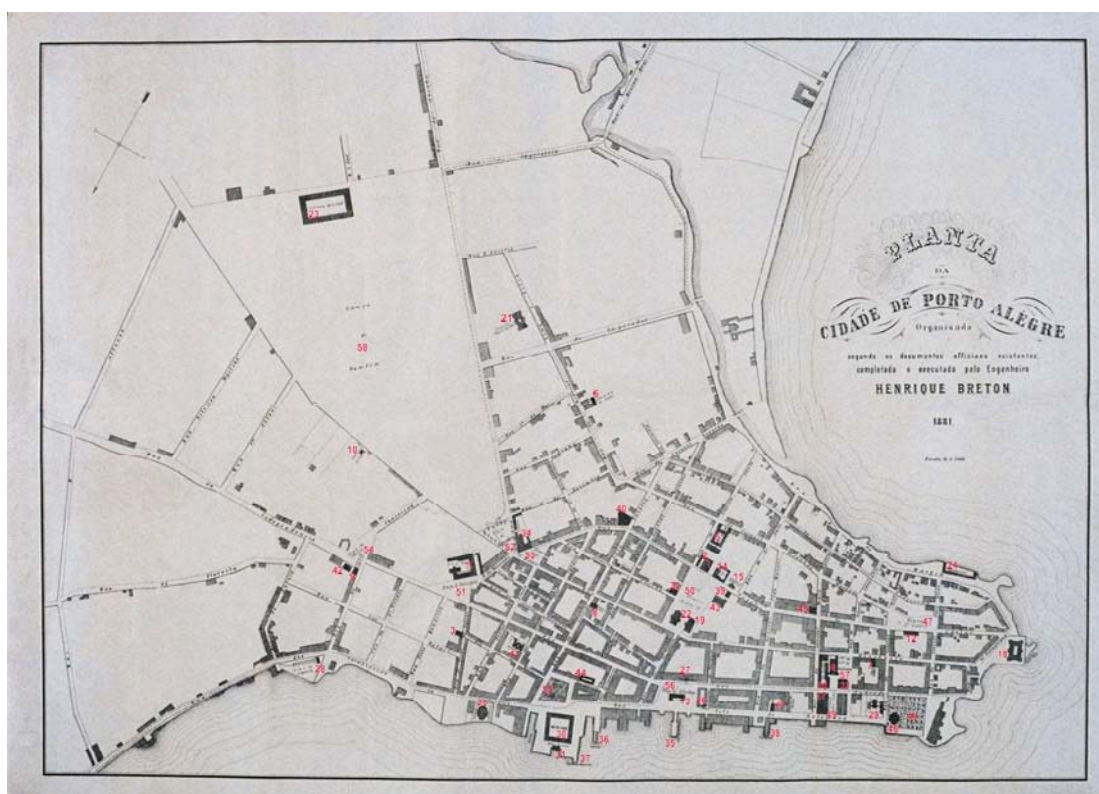


Fig. 278 – Planta da Cidade de Porto Alegre com legenda dos equipamentos, 1881

Desses prédios e praças mencionados, alguns não haviam aparecido em plantas anteriores. Duas razões se apresentam: a primeira é que eles não existiam na época das plantas anteriores e a segunda é o fato de que essas plantas não abrangiam a área onde eles estão edificadas. São eles: **Igreja de S. Rafael** (inaugurada em 1878) [07], **Igreja S. José** (funcionou neste lugar, uma casa alugada transformada em Capela por volta de 1871) [08], **Igreja N. S. do Bonfim**, [10] (o lançamento da pedra fundamental se deu em 1867, mas em 1873 ela ainda estava sendo construída), **Beneficência Brasileira** [12], **Theatro das Variedades** [20] (foi inaugurado em 14/12/1879 e teria sobrevivido aparentemente até 1894), **Exposição Brasil & Alemanha** (inaugurada em 1881, encerrada em 1882) [21], **Escola Militar** [23] (o edifício começou a ser construído em 1872 para ser quartel, essa atribuição mudou para Escola Militar em 1880, quando foram retomadas as obras paradas desde 1878, só foi totalmente concluído em 1887), **Gazometro** [24] (começou a funcionar em 1874), **Telegrapho** [25], **Correio** [26], **Estação dos Bonds** [27], **E. de F. de São Leopoldo** [28], **Banca do Peixe** [31], **Trapiche da Companhia Fluvial** [36], **Trapiche Municipal** [37], **Trapiche dos Rápidos** [38], **Beneficência Portuguesa** [42] (prédio inaugurado solenemente em 1870), a **Praça do Padre Tomé** [49] (recebeu esta

denominação em 1873 e foi transformada em Av. Padre Tomé em 1931) e a **Praça do Visconde Rio-grandense** [57]⁵³⁸.

Os prédios do Seminário e Bispado (05), da Câmara Municipal (22) e do Atheneu Rio Grandense – Liceo – (43) já apareciam na Planta de 1868 ou como alicerces ou como lugar da construção.

Há duas importantes novidades nesta planta, não só no que diz respeito a equipamentos urbanos, mas, também, em relação à forma com que a atividade desses equipamentos se traduz no mapa. Trata-se da Companhia dos Bonds (27) e da Ferrovia Porto Alegre – Novo Hamburgo (28). Além da estação principal das duas empresas estarem destacadas, os trajetos de seus veículos aparecem na planta: a Companhia dos Bonds por uma linha tracejada (fig.279) no centro das ruas em que circula e a Ferrovia por uma linha formada de pontos (fig.280).

Em relação à Companhia dos Bonds, conforme Seggiaro:

“No dia 19 de junho de 1872, porém, um decreto assinado por Dom Pedro II alteraria de forma significativa o cotidiano da cidade: é concedida ‘à companhia – Carris de Ferro Porto-Alegrense, - autorização para funcionar’ (decreto n. 4985). A partir daí, o transporte coletivo da cidade foi evoluindo, dinamizando o contexto urbano e alterando o aspecto das ruas e até mesmo dos futuros bairros. Inicialmente, a Carris operou bondes tracionados por mulas. Em quatro de janeiro de 1873, a inauguração da primeira linha, a Menino Deus, foi motivo de festa com muita pompa e uma parolha de cavalos brancos no lugar das mulas. No dia seguinte, as mulas já pegaram no pesado”⁵³⁹.

Um dos trajetos demarcados é o da primeira linha até o Arraial do Menino Deus (Menino Deus via Várzea – 1873 e Menino Deus via Margem – 1874), os outros são os que interligam ao Arraial dos Navegantes (Voluntários da Pátria até São Pedro – 1874) e a zona do Cemitério da Azenha (Azenha até Cemitério – 1874). Pode-se ver também que esses trajetos, além de contornarem a ‘península’, passam pela Praça D. Pedro II.

Quanto à Ferrovia Porto Alegre–Novo Hamburgo, vemos o seu trajeto saindo da Estação na esquina da Rua Voluntários da Pátria com a Rua da Conceição, passando por todo o trecho que aparece na planta da Rua Voluntários da Pátria (fig.280). A linha Porto

⁵³⁸ Informações sobre os prédios e praças conforme FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

⁵³⁹ SEGGIARO, Delizabete; BICA, Eliane; PRAXEDES, Terson. *Transportes de Tração Animal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IGTF, c2007. Disponível em: <http://www.igt.rs.gov.br/temario_pdf/6_7_transportes_do_rio_grande_do_sul.pdf> Acesso em: 24 jan. 2010.

Alegre-São Leopoldo foi aberta em 1874, sendo a primeira ferrovia no Rio Grande do Sul. Em 1876, foi prolongada até Novo Hamburgo.



Fig. 279 – Demarcação do trajeto dos 'Bonds'



Fig. 280 – Demarcação do trajeto da Ferrovia

Nesta planta, a zona do atual Parque Farroupilha, que em mapas anteriores era designada como várzea, aparece com a designação de Campo do Bom Fim, aparecendo, no seu extremo, a Escola Militar.

Quase todas as ruas desenhadas estão nominadas, afora uma quase no 'fim' do desenho que, saindo do Guaíba, aparentemente se conecta com a Rua do Menino Deus que é antiga Rua Caxias, atual José de Alencar. A rua chamada nesta planta de Rua S. José, na verdade em função da localização dela na planta, à direita da Escola Militar, trata-se da atual Rua Santana, pois a Rua S. José ficaria à esquerda da Escola Militar.

Não há menção neste mapa acerca da Tipografia aonde ele foi impresso. Nem se sabe quantos exemplares foram feitos do mesmo e nem o seu custo. O que é interessante é que no registro sobre a oferta do mapa à Câmara, sabe-se que os vereadores resolveram agradecer a Henrique Breton e mandaram arquivá-lo. O original que Henrique Breton entregou à Câmara ao que tudo indica, encontra-se perdido. Existem no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho dois semi-originais, isto é, cópias em papel transparente: uma em Papel Vegetal e outra em Papel Poliéster. Existem também duas outras cópias uma heliográfica e outra xerográfica. Na Mapoteca da SMOV existe pelo menos um semi-original em Papel Poliéster.

Quanto à sua divulgação, ele foi reproduzido no livro de Célia Ferraz de Souza & Doris Müller (Evolução Urbana de Porto Alegre), no livro de Sandra Jatahy Pesavento (Os Sete Pecados da Capital) e no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (2005). É bastante citado no livro de Sérgio da Costa Franco (Porto Alegre: Guia Histórico).

5.9.3 – Das Leituras do Mapa

Este mapa foi ofertado à Prefeitura de Porto Alegre por Henrique (Henry Jean) Breton em 30 de agosto de 1881. Antes disso, Henrique Breton havia tentado, em 21 de fevereiro desse mesmo ano, conseguir junto à Câmara de Vereadores um privilégio por dez anos para instalar quiosques nas ruas e praças da cidade de Porto Alegre. Ele teve o seu pedido indeferido e antes de pedir novamente esse privilégio ofertou a Planta. Requereu novamente o privilégio por dez anos para instalar quiosques nas ruas e praças da cidade de Porto Alegre em 8 de maio de 1882, após a oferta da planta. No entanto, se ele pensou que seu 'presente' tornaria a Câmara mais simpática ao seu pedido, equivocou-se, pois os vereadores negaram novamente o seu pedido.

Pode-se pensar também que o interesse de Henrique Breton ao conceber este mapa tenha sido não apenas a barganha com a Câmara, mas também ter uma planta da cidade que lhe permitisse instalar seus quiosques em pontos comerciais importantes. O fato dele marcar o trajeto das linhas de bonde é um dos indícios deste objetivo.

É uma planta que mostra uma certa modernidade na cidade de Porto Alegre, pois a partir dela, pode-se perceber que a cidade já possui uma Ferrovia, Bonds, Correio, Telegrafo, Gazometro, um novo Theatro, foi palco de uma Exposição Temporária (Brasil – Alemanha) e possui mais Trapiches, mostrando que o movimento na zona do porto era intenso.

5.10 - A PORTO ALEGRE DE JOÃO CÂNDIDO JACQUES

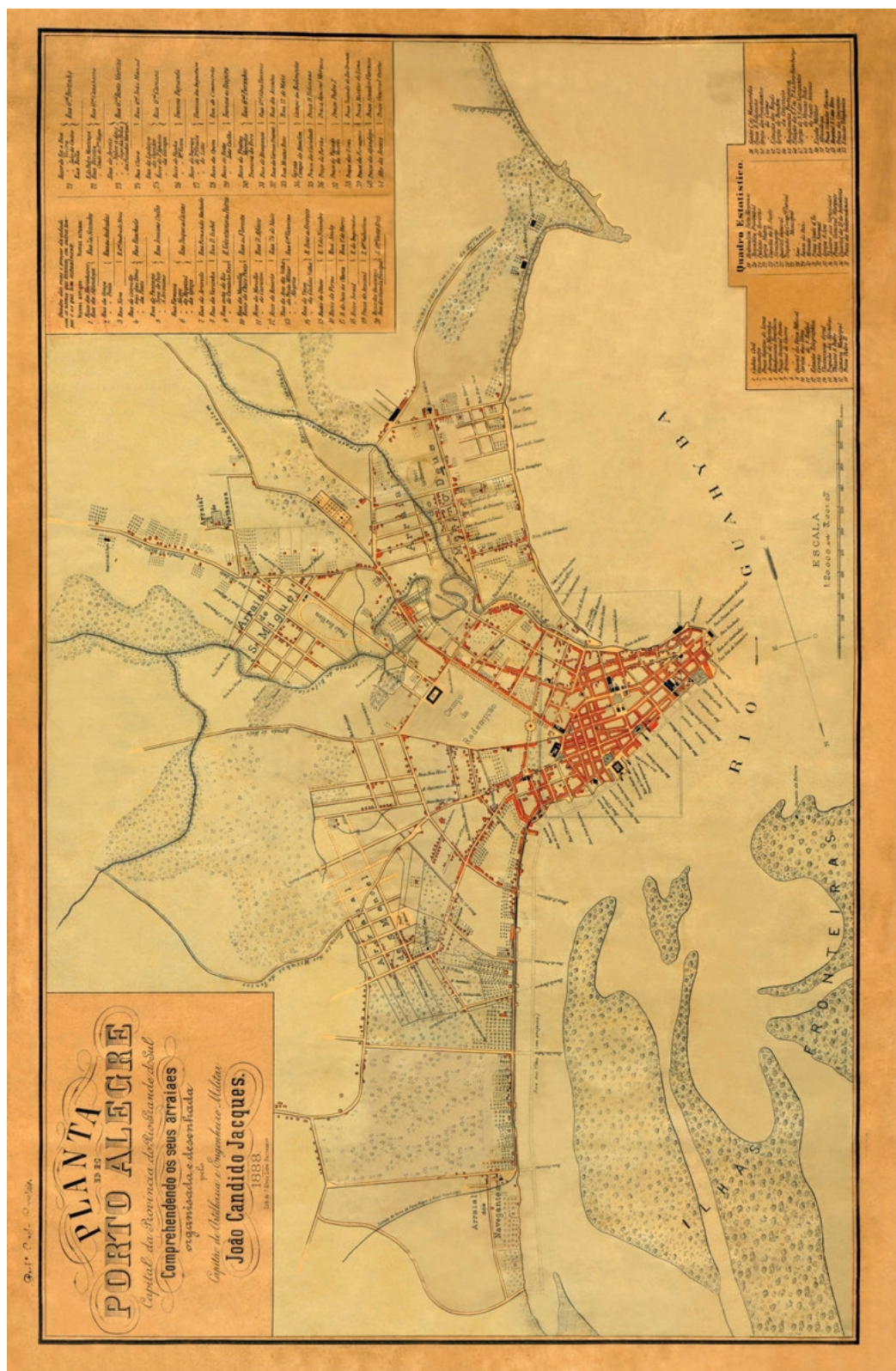


Fig. 281 – 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João C. Jacques, 1888 (CD – IHGRS)

Data de 1888 a oitava planta da Cidade de Porto Alegre (fig.280). Trata-se de uma planta feita pelo, na época, Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Cândido Jacques. Seu nome completo é “Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor”.

5.10.1 – O Cartógrafo do Colégio Militar

João Cândido Jacques nasceu em 1854. Entrou no exército em 14 de Janeiro de 1873, cursando o curso de engenharia militar. Tornou-se Alferes em 31 de janeiro de 1877; 2º Tenente em 25 de maio de 1878; 1º Tenente em 17 de setembro de 1879; Capitão em 05 de setembro de 1883; Major em 07 de janeiro de 1890; Tenente Coronel Graduado em 08 de novembro de 1892; e Coronel em 17 de fevereiro de 1897⁵⁴⁰.

Seus pais se chamavam Jesuíno Rodrigues Jacques e Maria das Dores Jacques. Casou-se, em Porto Alegre, em 15 de novembro de 1884 e teve nove filhos (Armando, Ilma, Alberto, Helciza, Alzira, João, Newton, Demétrio e Marieta).⁵⁴¹

No relatório de 1881 de Joaquim Pedro Soares⁵⁴², é dito que o 1º Tenente João Cândido Jacques é um dos oficiais que faz parte da Escola de Infantaria e Cavallaria, no Rio Grande do Sul, como adjunto. Já no Almanak do Ministério da Guerra de 1882, do 1º Tenente João Cândido Jacques se diz que ele foi nomeado professor adjunto da Escola

⁵⁴⁰ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1882. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201882.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

⁵⁴¹ Conforme PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Casamento de João Cândido Jacques e Alzira Margarida Masson*. Porto Alegre: Capela Nossa Sra. da Conceição, 15/01/1884. Livro 9, f. 22 (verso). Documento manuscrito. Não publicado.

⁵⁴² SOARES, Joaquim Pedro. *Relatório com que o Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares, presidente da Província, entregou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão no dia 19 de maio de 1881*. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1881. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1881_Joaquim_Pedro_Soares.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009. p.10.

Militar de Porto Alegre em 08 de abril de 1882⁵⁴³. No entanto, o relatório de 1882 de Francisco de Carvalho Soares Brandão se afirma que, por telegrama do Ministério da Guerra de 3 de fevereiro, foi nomeado para professor de Geografia da Escola Militar de Porto Alegre o 1º Tenente do 2º Batalhão de Artilharia João Cândido Jacques⁵⁴⁴. O que é certo é que na época em que o Capitão João Cândido Jacques fez o mapa, ele era professor da Escola Militar de Porto Alegre. Chegou até a ser um de seus Comandantes, pois, segundo Medeiros⁵⁴⁵, o Coronel João Cândido Jacques foi Comandante da Escola Militar de abril de 1898 até setembro de 1899.

Participou ativamente da vida da Escola e da vida militar. Um exemplo disso é que, segundo Medeiros, “em abril de 1891, quando ainda se cuidava de elaborar a constituição do Estado, eram presos, a pretexto de terem assinado manifesto publicado por um grupo de dissidentes do Partido Republicano, o major João Cândido Jacques, o tenente Alfredo Pires e o alferes Augusto Pedro de Alcântara Jr., todos servindo na Escola Militar”⁵⁴⁶. Teriam sido hostilidades movidas dentro da Escola Militar contra Júlio de Castilhos.

A época em que o Coronel João Cândido Jacques se tornou o Comandante foi um período conturbado para a Escola Militar, pois conforme Luz, “em novembro de 1897, o Curso Geral da Escola Militar de Porto Alegre foi suprimido e reunido ao da Escola Prática do Exército de Rio Pardo que passou a se denominar Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, funcionando de 1898 a 1903”⁵⁴⁷. Por causa disso, ele e provavelmente outros professores e os alunos de Porto Alegre tiveram que se mudar para Rio Pardo. Como coloca Luz, “a chegada dos alunos de Porto Alegre, conduzidos pelo Coronel João Cândido Jacques, comandante da Escola Preparatória, foi motivo de comemorações que se estenderam das cinco horas da tarde de 11 de setembro de 1898 até o dia 13 pela manhã”⁵⁴⁸.

⁵⁴³ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1882. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201882.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009. p. 12.

⁵⁴⁴ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. *Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, vice-presidente, passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares no dia 14/02/1882*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1882. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1882_Francisco_de_Carvalho_Soares_Brandao.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009. p.22.

⁵⁴⁵ MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p.104.

⁵⁴⁶ MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p.46.

⁵⁴⁷ LUZ, Maturino da. (Coord.) *Antiga Escola Militar de Rio Pardo. história e Arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007. p. 51.

⁵⁴⁸ LUZ, Maturino da. (Coord.) *Antiga Escola Militar de Rio Pardo. história e Arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007. p. 51.

Em 13 de julho de 1900⁵⁴⁹, o Coronel João Cândido Jacques foi nomeado Director do Arsenal de Guerra da Capital Federal. Nesta data, o Coronel Bellarmino Mendonça passou a comandar a Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo.

Segundo os Almanaks do Ministério da Guerra de 1907⁵⁵⁰ e 1909⁵⁵¹, o Coronel João Cândido Jacques é um 'lente em disponibilidade'. De acordo com MCCaan, João Cândido Jacques reformou-se do exército como Coronel em 11 de dezembro de 1912⁵⁵². Não se obteve informações sobre o ano de seu falecimento.

5.10.2 - Do Desenho da Planta de 1988

Nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico do Exército, além da Planta de Porto Alegre, só se encontra mais um mapa feito por João Cândido Jacques, também do período em que era professor da Escola Militar:

1891 – Carta Geográfica do Estado Federal do Rio Grande do Sul organizada pelo Major de Artilharia João Cândido Jacques e desenhada pelo 2º Tenente Alfredo Vida. Publicação: Joaquim Alves Leite, Porto Alegre, 1891. Escala 1:1.545.925. Contém encartes: Planta da ex-colônia de Sta.Cruz esc.1:400.000; Planta da ex-colônia Silveira Martins esc.1:400.000; Cartas do Rio Guahyba; Planta de Porto Alegre esc.1:60.000; Ex-Colônia Mont'Alverne esc.1:400.000. Encarte: Colônia de S. Feliciano esc. 1:200.000; Planta das ex-colônias de S. Leopoldo e Nova Petrópolis esc.1:400.000; Ex-Colônia D. Isabel; Planta da Ex-Colônia de Sant'Angelo esc.1:500.000; Planta topográfica das proximidades de Porto Alegre esc.1:2.000.000. (fig.282)

⁵⁴⁹ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201904%20sem%20busca.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

⁵⁵⁰ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201907.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

⁵⁵¹ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%201909.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009. p.39.

⁵⁵² MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: historia do Exército Brasileiro, 1899-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FX472oOIM5IC&lpg=PA163&ots=ZYqGYguk1L&dq=%22jo%C3%A3o%20Candido%20jacques%22&pg=PA163#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 23 set. 2009 p. 163.



Fig. 282 – ‘Carta Geográfica do Estado Federal do Rio Grande do Sul’ de João Cândido Jacques, 1891

A Planta de Porto Alegre de 1888 é uma planta impressa, em folha 38,9 x 60,2 cm, colorida e assinada por João Cândido Jacques. Seu nome completo é: “Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor”. A escala desta planta é 1:20.000 metros.



Fig. 283 – Título da Planta de Porto Alegre de João Cândido Jacques, 1891

O título (fig.283) está inserido em um cartucho no canto superior esquerdo. Além do cartucho que contém o título, a planta de 1888 possui mais dois cartuchos, um no canto superior direito que traz um ‘Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente’, e o outro no canto inferior direito que contém um ‘Quadro Estatístico’, onde estão nominados prédios importantes, praças e outros equipamentos urbanos, ou seja, a legenda do mapa. A escala do mapa não está inserida em nenhum cartucho: ela consta do mapa colocada na parte inferior ao lado do cartucho do ‘Quadro Estatístico’ (fig.284).

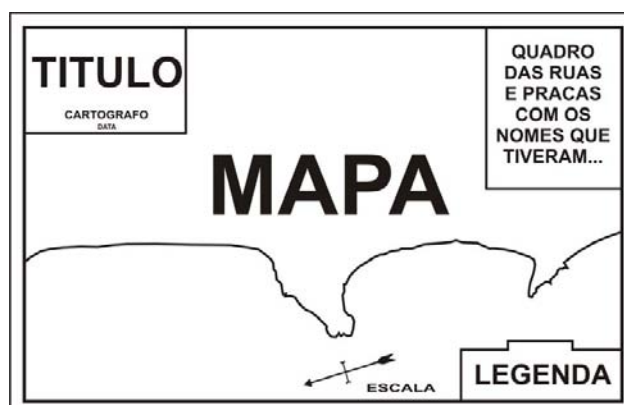


Fig. 284 – Esquema da Planta de Porto Alegre de João Cândido Jacques, 1891

Duas coisas se destacam nesta planta: uma é o fato dela ser colorida; a outra, e a mais importante, é o fato dela ser a primeira planta da cidade de Porto Alegre que não se restringe à área da ‘península’. Esta planta mostra uma área bastante maior de Porto Alegre, abrangendo os seus arraiais.

Poder-se-ia pensar que teria havido, na cidade de Porto Alegre, uma nova lei arbitrando novos limites. Essa alteração não aconteceu. Em 1888, ainda vigorava a regra de limites de 1873. A planta de João Cândido Jacques foi bem além dos mesmos, é maior até que os limites urbanos estabelecidos em 1892 – Ato nº 12, de 31 de dezembro de 1892, Lei nº 1⁵⁵³ (fig.285).

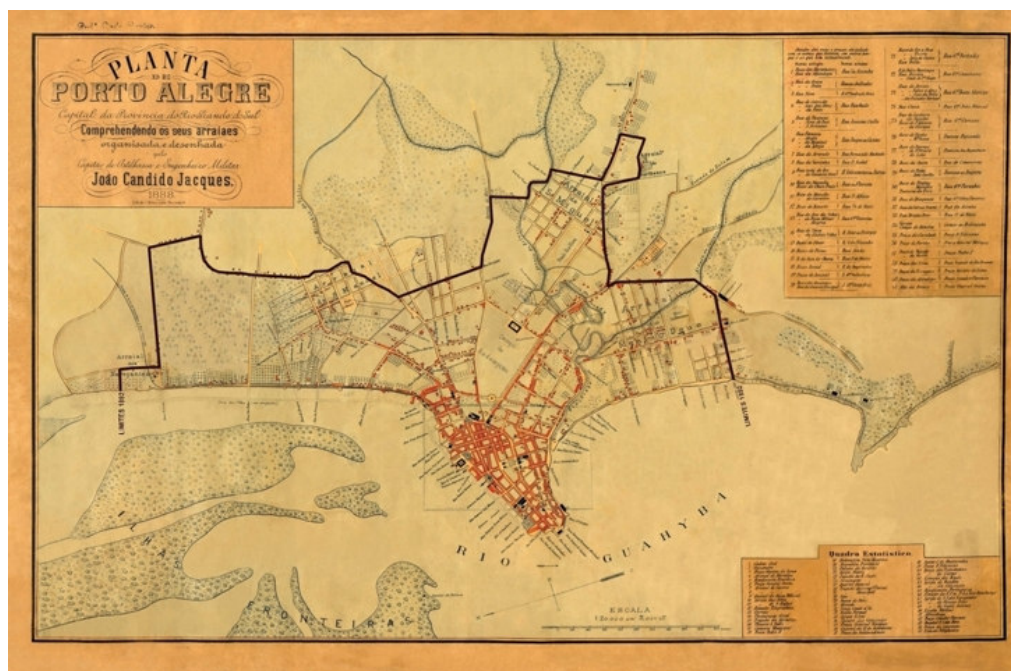


Fig. 285 – ‘Limite urbano de 1892 desenhado na Planta de 1888.

⁵⁵³ Conforme informações de um mapa existente no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Além disso, aparentemente, já teria havido uma planta de Porto Alegre com área semelhante à desta: trata-se da planta de 1876 (1865), do agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, já referida nesta tese. A não ser pela parte superior desta planta, que não se consegue precisar exatamente onde era o limite da planta de 1876, os outros são bem semelhantes – fim do Caminho Novo, a Ilha fronteira a cadeia e o Colégio Santa Theresa.

O ‘Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que têm actualmente’ aponta para um resgate histórico, uma preocupação de que os nomes que essas ruas tiveram não sejam esquecidos. Apesar de estarem numerados, dando idéia de ser uma legenda, esses números não designam diretamente nenhuma rua no mapa propriamente dito (fig.286).

Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que têm actualmente	
Nomes antigos	Nomes actuaes
1 Beco dos Marinheiros	Rua 7 ^ª Setembro
2 Rua da Graça	Rua dos Antradas
3 Rua Nova	R. 6 ^ª Andrade Neves
4 Rua do Cotovello	Rua Riachuelo
5 Rua de Plantano	Rua Jeronimo Coelho
6 Rua Formosa	Rua Duque de Caxias
7 Rua do Arvoredo	Rua Fernando Machado
8 Rua da Varzinha	Rua D. Isabel
9 Rua costa do Rio de Caminho Novo	R. Voluntarios da Patria
10 Rua da Marcelle	Rua da Floresta
11 Beco da Marcelle	Rua D. Afonso
12 Beco do Rosario	Rua 2 ^ª de Maio
13 Rua do Arco da Velha	Rua 6 ^ª Victorino
14 Rua de Trom	R. Dous de Fevereiro
15 Beco do Otavo	R. 3 de Novembro
16 Beco do Firme	Rua Arcky
17 B. do Inca da Clara	Rua E. de Marco
18 Beco Israel	R. do Imperador
19 Praça do Arsenal	R. 6 ^ª Sebastião
20 Beco dos thuanary	R. 6 ^ª Vasco Alves
21 Beco do Bot a Bica	Rua 6 ^ª Portinho
22 Rua Direita	Rua 6 ^ª Canabarro
23 Rua do Arroio	Rua 6 ^ª Bento Martins
24 Rua Clara	Rua 6 ^ª João Manoel
25 Beco do Ladeira	Rua 6 ^ª Camaraz
26 Beco do Fajha	Travessa Paysandu
27 Beco da Barrica	Travessa da Angustura
28 Beco da Opera	Rua do Commercio
29 Beco do Brito	Travessa do Itapirã
30 Beco do Freitas	Rua 6 ^ª Paranhos
31 Rua de Bragança	Rua 6 ^ª Silva Terezes
32 Rua da Varzea Grande	Rua da Acentua
33 Rua Mourão Bar	Rua 13 de Maio
34 Varzea	Campo da Redempção
35 Praça da Caridade	Praça D. Feliciano
36 Praça do Portão	Praça General Marques
37 Praça de Palácio	Praça Pedro II
38 Praça das Biras	Praça Visconde do Rio Grande
39 Praça da Harmonia	Praça Martins de Lima
40 Praça da Aljandega	Praça Senador Florencio
41 Alto da Bronze	Praça General Otavio

Fig. 286 – ‘Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que têm actualmente’.

A legenda da Planta de 1888 está num cartucho, no qual referentes numéricos colocados no mapa designam prédios importantes, praças e equipamentos urbanos, o ‘Quadro Estatístico’ (fig.287).

Quadro Estatístico.		
1 Cadeia Civil	19 Hydraulica Porto Alegre	38 Santa C. de Misericordia
2 Gazometro	20 Assembléa Provincial	39 Praça D. Feliciano
3 Praça Martins de Lima	21 Palacio do Governo	40 Igreja dos Protestantes
4 Arsenal de Marinha	22 Igreja Matriz	41 " do Carmo
5 Beneficencia Brasileira	23 Capella do E. Santo	42 Estação dos Bonds
6 Praça General Orozco	24 Seminario	43 Igreja do Bomfim
7 Arsenal de Guerra	25 Quartel General	44 " da Conceição
8 " " " "	26 Trapiche da Comp. Fluvial	45 Beneficencia Portuguesa
9 Quartel da Força Policial	27 " Municipal	46 Estação da E.F. de P.A. a Novo Hamburgo
10 Igreja das Libras	28 Novo " "	47 Igreja de N.S. dos Navegantes
11 " de S. Rafael	29 Banca do Peixe	48 " do Menino Deus
12 Estação Telegraphica	30 Mercado	49 " de Santo Antonio
13 Correio	31 Praça Conde d'Eu	50 Escola Militar
14 Thesouraria Geral	32 Escola Normal	51 Alfandega
15 Trapiche da Aljandega	33 Igreja S. Jose	52 Praça Senador Florencio
16 Theatro S. Pedro	34 Theatro das Variedades	53 Hospital N.S. das Dores
17 Camara Municipal	35 Praça General Marques	54 Praça da Conceição
18 Praça Pedro II	36 Quartel do 13 de Infantaria	55 Estação Telephonica
	37 Praça da Independencia	

Fig. 287 – 'Quadro Estatístico' da Planta de 1888.

Nesta legenda, tem-se 55 elementos destacados. Destes, apenas sete não constam de plantas anteriores. São eles: o **Novo Trapiche Municipal** (28), a **Escola Normal** (32), o **Hospital N. S. das Dores** (53), a **Estação Telephonica** (55), a **Igreja de N. S. dos Navegantes** (47), a **Igreja do Menino Deus** (48) e a **Igreja de Santo Antonio** (49). Os três últimos (as três igrejas) ficam fora da área abrangida pelos mapas anteriores. Já os quatro primeiros aparentemente ficariam dentro da área, pois de dois deles, a Escola Normal e a Estação Telephonica, o número que os referencia no quadro não foi encontrado no mapa. Isso acontece também com equipamentos existentes na legenda, que constam de outras plantas: trata-se da Estação dos Bonds (42) e de um dos prédios do Arsenal de Guerra, o de número (08). Em virtude dessas novidades apresentadas nesta planta, pode-se dizer que, entre 1881 e 1888, a cidade passou a ter um serviço telefônico, um novo trapiche e aparentemente um novo hospital (Hospital N. S. das Dores). Já no que diz respeito à Escola Normal, apesar de ser a primeira vez que ela é nominada em uma planta, sabe-se que ela teria sido criada em 1869.

Esta planta foge um pouco aos preceitos científicos de sua época em função de não estar orientada, como a planta de 1844 e a de 1872, para o Norte. Possui, no entanto uma rosa dos ventos simples, na qual as quatro direções estão nominadas e o Norte se destaca em função de uma seta (fig.288). Esta planta está desenhada quase com o Les-sueste para cima. A escala desta planta é 1/20.000 metros e está inserida tanto quanto notação como na forma gráfica (2000 metros). Já obedece, portanto, o sistema métrico decimal (fig.289).



Fig.288 – Rosa dos Ventos

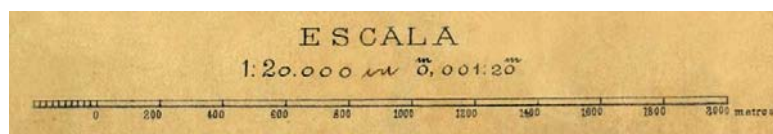


Fig.289 – Escala

A representação da água não se utiliza de nenhum recurso gráfico especial, somente uma linha mais espessa no limite entre a terra e a água. Uma pequena seta indica o sentido das águas do Guaíba (fig.290). Esta planta devido a sua extensão não nomeia apenas o Riacho, aqui denominado de Riachinho, mas designa também outros arroios, o da Azenha, o Dilúvio e o da Cascata. É estranho que o que hoje é considerado o Arroio Dilúvio, tenha ao longo do seu trajeto nomes diversos – Azenha e Riachinho. Outra questão interessante é que esta planta é a primeira em que o Rio Guaíba é nominado diretamente no mapa (fig.291).

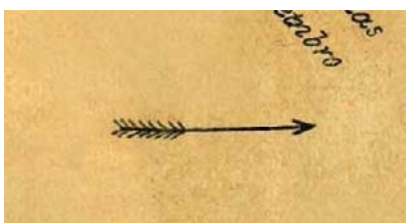


Fig. 290 – Seta sentido das águas



Fig. 291 – Designação do 'Rio Guaíba'

Não há nesta planta nenhuma representação das curvas de níveis, da topografia da região de Porto Alegre e de seus arraiais. Ao se olhar esta planta, pode-se pensar que a cidade é plana. Neste mapa, grande parte da vegetação está desenhada como pequenos tufos por vezes ordenados e também desordenados (fig.292), referindo-se por certo a áreas mais ou menos urbanizadas. Nas ilhas e junto aos arroios esta vegetação parece ser mais densa (fig.293). O Campo da Redenção quase não apresenta nenhuma vegetação, apenas a representação de árvores ordenadas ao longo da atual Av. João Pessoa e junto a um caminho com uma espécie de rótula que passa pela Redenção (fig.294). Temos em lugares, que se pode dizer 'semi-urbanizados' desenhos de árvores alinhadas, 'domesticadas'. Na região da 'península', a mais urbanizada, a representação da vegetação se resume a alguns grafismos em duas praças: na atual Praça XV e na atual Praça Brigadeiro Sampaio.



Fig.292 – Peq. tufos de vegetação



Fig.293 – Tufos densos de vegetação



Fig.294 – Vegetação da Redenção

Este mapa, como já foi dito, mostra uma área bem maior da cidade de Porto Alegre do que os mapas anteriores. A idéia do Coronel João Cândido Jacques foi de mostrar os

arraiais. Aparecem neste mapa 05 arraiais: o de S. Miguel, o de S. Manoel, o do Menino Deus, o dos Navegantes e por fim o do Parthenon.

O Arraial do Menino Deus foi o primeiro a se constituir, começou com a abertura, em 1845 e 1848, das atuais ruas Getúlio Vargas e José de Alencar, que se tornaram os eixos do arraial desde que se começou a construir a Capela do mesmo nome, inaugurada no Natal de 1853. Tornou-se o bairro do Menino Deus. O segundo foi o Arraial do Parthenon, que apesar do nome não se tornou o bairro do Partenon e, sim, o bairro Santo Antônio. O nome Parthenon se deve ao fato de que, em 1873, a Sociedade do Parthenon Literário fundou sua sede no alto da colina onde hoje está a Igreja Santo Antônio. O terceiro Arraial foi o Arraial dos Navegantes, que teve seu nascimento com a abertura das atuais ruas Sertório e Frederico Mentz, em 1875, que ligavam o Caminho Novo a Estrada de Gravataí. A capela consagrada a N. Sra. Dos Navegantes foi objeto de uma provisão episcopal no mesmo ano. O arraial se tornou bairro com o mesmo nome. O Arraial de São Manoel foi o início da povoação do atual bairro Moinhos de Vento quando, em torno de 1878, Maurícia Cândica da Fontoura Freitas e Fernando Fontoura Freitas promoveram sua implantação, ligando a estrada dos Moinhos de Vento com a da Floresta através da abertura das atuais ruas Dr. Timóteo e Félix da Cunha. Dos que aparecem nesse mapa, o arraial de São Miguel é o mais recente, foi o arraial que se tornou o bairro Partenon por ter se desenvolvido no caminho da Sociedade do Parthenon Literário. Seu desenvolvimento se deu pela instalação do Prado Boa Vista em 1880, e pela inauguração, em 1884, do Hospício São Pedro⁵⁵⁴.

Esses arraiais se desenvolveram a volta ou interligando Estradas e Caminhos que saindo de Porto Alegre iam para outras povoações, como Viamão e Gravataí. O Arraial dos Navegantes vincula-se ao Caminho Novo; o Arraial de S. Manoel a Estrada da Floresta e a dos Moinhos de Ventos; o Arraial de S. Miguel está conectado com a Estrada do Mato Grosso, se aproximando da Estrada do Meio; o Arraial do Parthenon tem uma ligação com a Estrada do Mato Grosso e uma leve aproximação com a Estrada de Belém; e, por último, o Arraial do Menino Deus se desenvolve ao longo da Rua Menino Deus (atual Getúlio Vargas), entre a Estrada de Belém e a margem do Guaíba. Esta configuração da posição dos arraiais com as estradas e caminhos que saíam de Porto Alegre, mostra a estrutura em 'leque' através da qual a cidade de Porto Alegre foi se urbanizando e se estendendo (fig.295).

A forma como João Cândido Jacques dispôs o mapa na folha coloca a península no centro no sentido horizontal e centralizada na metade inferior, destacando desta forma o centro da cidade de Porto Alegre.

⁵⁵⁴ Informações sobre os arraiais conforme FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

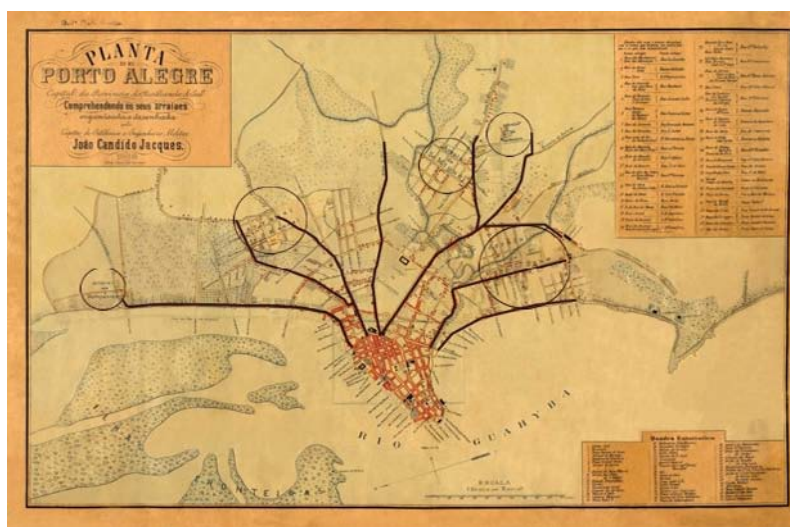


Fig. 295 – O ‘Leque’ das estradas e arraiais.

Um dado interessante é que da forma com que João Cândido Jacques nominou os arraiais, o letreiro utilizado criou uma hierarquia entre eles pelo tamanho das letras. Assim, os mais ‘importantes’ são o Arraial do Menino Deus e o de São Miguel, seguido do Arraial de S. Manoel e, por último, o do Navegantes e o do Parthenon. Aparentemente, essa hierarquia dada pelo cartógrafo tem a ver com o tamanho do arraial.

O desenho desse mapa é, então, uma representação em duas dimensões da cidade de Porto Alegre que abrange, além da península, os seus arraiais, núcleos populacionais mais afastados e que com o tempo ao se tornarem parte da cidade viraram bairros. Os quarteirões e as ruas estão demarcados de forma similar aos das plantas anteriores – por traços que configuram as suas formas e a direção das ruas, becos e travessas. Nesta planta, esta representação é reforçada pelo uso de cores. Esta planta trabalha com três cores, três tons. No todo, ela é ‘amarelada’, seus cartuchos e os elementos construídos estão em laranja, as ruas são de uma tonalidade amarelada e os espaços abertos são de uma tonalidade esverdeada. As linhas, os letreiros, a escala, a rosa dos ventos e outras informações são em preto.

Os elementos construídos continuam sendo desenhados de forma a mostrar a maneira como eles ocupam a quadra, mas nesta planta, diferentemente da de 1881, esses elementos estão mais genéricos, não há tentativas de individualizar as edificações nas quadras até por causa da escala da planta. De todo modo, a forma como os elementos construídos estão desenhados permite observar que a face norte da península continua, em 1888, mais densamente ocupada que a parte do sul e que o trecho da Rua Independência entre a Rua Senhor dos Passos e a Rua Aurora (atual Barros Cassal) está bem densificado. No desenho desses elementos construídos, continua a haver uma simulação de tridimensionalidade, com linhas desenhadas mais espessas em um dos lados. Na

representação dos elementos edificadas, alguns deles também estão destacados, inteiramente pintados de preto. A cor laranja dos elementos construídos ajuda a atrair o olhar para a ‘península’, já que sendo a zona mais habitada é a zona onde esses elementos são mais numerosos.

Uma parte das informações que constam desta planta não está inserida em um cartucho, elas estão colocadas diretamente no mapa propriamente dito: os nomes das ruas e de alguns equipamentos. A indicação dos nomes das ruas não está colocada, na sua maior parte, dentro do traçado das mesmas, apenas a Rua da Independência e a Rua da Floresta tem o seu nome colocado desta forma. As outras estão designadas em áreas mais ‘livres’ no prolongamento de seu traçado. Uma boa parte no ‘vazio’ do Guaíba. Isso fez com que em áreas mais densas, especialmente na ‘península’, algumas ruas não estejam nominadas.

Essa forma de nominar as ruas pode ser vista em vários mapas ingleses que mostram Londres, a começar pelo mapa, já mencionado, de John Rocque. No *‘Plan of the Cities of London and Westminster and Borough of Southwark, with the contiguous Buildings’* de 1749, o cartógrafo aproveita o Rio Thames para colocar nomes de docas e de algumas ruas (fig.296). Isso pode ser visto também nos mapas de Londres de John Cary (1787), no de Robert and Laurie Whittle (1804), no de John Luffman and Edward Langley (c. 1824), no de George Cruchley (fig.297) publicado em 1827 e no de Joseph Cross (1850), entre outros⁵⁵⁵. Mas mais perto de nós, no Rio Grande do Sul, a ‘Planta da Colônia de São Leopoldo’ (fig.298) do Visconde de São Leopoldo (c. 1824) apresenta este mesmo grafismo.



Fig.296 – Detalhe mapa de Londres de John Rocque, 1746

⁵⁵⁵ Esses mapas estão publicados em: FOXELL, Simon. *Mapping London, Making Sense of the City*. London: Black Dog, 2007.

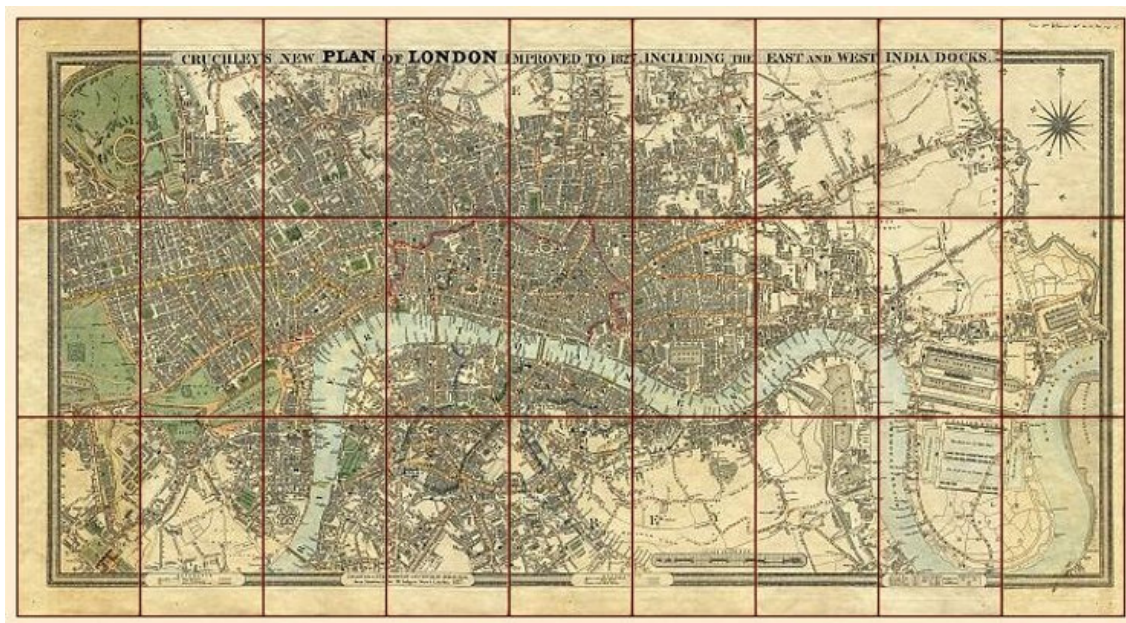


Fig.297 – 'New Plan of London' d e G. Cruchley, 1827

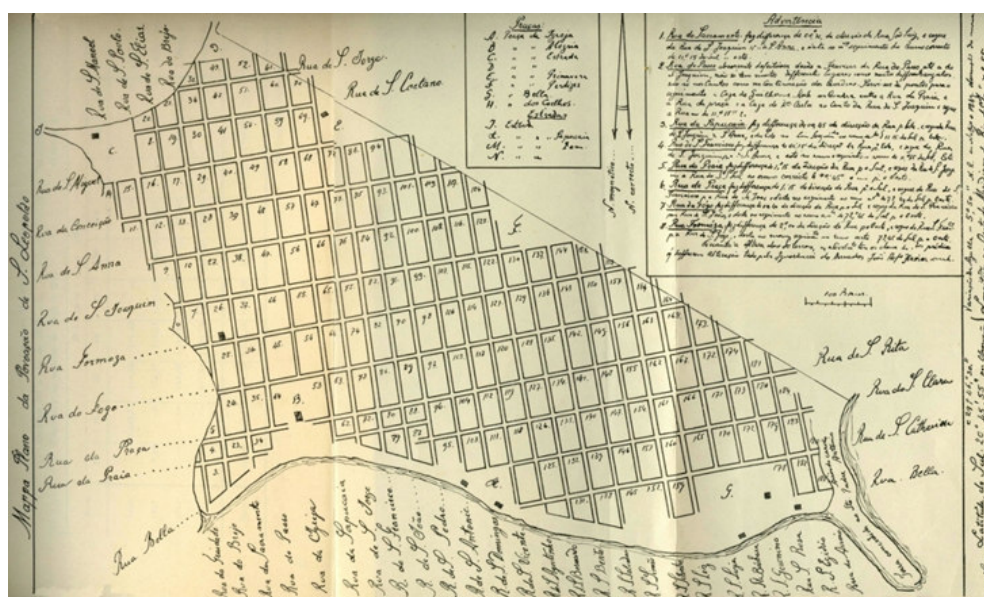


Fig.298 – Planta da Colônia de S. Leopoldo

Escrito, e desta forma destacado, no mapa, sem constar do 'Quadro Estatístico' temos mais alguns equipamentos, dos quais apenas dois – Praça Visconde do Rio Grande e o Campo da Redenção - constam de outros mapas. Os demais não constam de mapas anteriores, principalmente por estarem em áreas não abrangidas por eles. São eles: a Praça São Miguel (atual Pça. Jaime Telles), a Praça São Manoel (atual Pça. Mauricio Cardoso), a Igreja de São Pedro (situada na atual Av. Cristovão Colombo), o Cemitério (na zona da Azenha), o Azilo Santa Theresa (na atual Av. Padre Cacique), o Azilo de Mendigos (também na atual Av. Padre Cacique), o Hospício S. Pedro (na atual Av. Bento Gonçalves), o Prado

RioGrandense (na atual av. Getulio Vargas), o Prado da Boa Vista (na atual R. Santana), o Laboratório Pirotécnico (na atual rua Corrêa Lima, onde se fabricava munição para o Exército) e o Depósito de Pólvora (nas Ilhas fronteiras).

Este mapa também se apresenta como um mapa 'projetual', pois apresenta em tracejado uma rua projetada (em tracejado) no Guaíba, uma rua que para vir a existir pressupõe a necessidade de mais aterros. Um aterro considerável já que, como se pode ver no mapa, ela se estende desde atual Praça da Harmonia até o Arraial dos Navegantes. Trata-se da Rua das Flores, neste mapa referida como 'em projecto' e que atualmente pode-se dizer que é a atual Av. Mauá (implantada na década de 1920), a Av. Presidente Castelo Branco e a Rua João Moreira Maciel.

Em se tratando de omissões, este mapa não apresenta, como já foi dito, o nome de várias ruas da região da 'península', aparentemente por não haver espaço livre. São elas: a Rua Jerônimo Coelho, a Rua Gen. Andrade Neves, a Rua 24 de Maio, a Rua 2 de Fevereiro e a Rua General Vitorino. No entanto, todas estas ruas constam do 'Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que têm actualmente'. Duas outras ruas que não constam desse quadro e estão localizadas um pouco além da região da Península, também não estão nominadas. Trata-se da atual Rua Alberto Bins (Rua de São Rafael) e da atual Rua 24 de Maio (Rua Bento Gonçalves).

Um engano que se pode encontrar é o fato de haver nesta planta duas Estradas de Belém, uma que teve esse nome nessa época, que é a atual Av. Prof. Oscar Pereira, e a outra que, devido a sua posição na planta, aparenta ser a atual Rua Dr. Campos Velho.

Este mapa foi impresso na Lithografia de J. Alves Leite Successor, da qual não se conseguiu nenhuma informação. Também não se sabe o número de cópias que foram impressas. De acordo com o CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre esta litografia seria de Porto Alegre.

A Fundação Biblioteca Nacional não tem nenhum exemplar desta planta, o Arquivo Histórico do Exército e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul possuem, cada, um exemplar.

Quanto à divulgação, pode-se encontrar esta planta publicada nos livros de Clóvis Silveira Oliveira (Porto Alegre, a Cidade e sua Formação – um detalhe da planta), de Célia Ferraz de Souza & Dóris Maria Müller (Porto Alegre e sua Evolução Urbana), no de Sérgio da Costa Franco (Gente e espaços de Porto Alegre) e no livro de Sandra Jatahy Pesavento (Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do Século XIX). Aparece em dois CD's feitos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul (IHGRS): o CD Cartografia

Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (2005) e o CD Preservação do Acervo Cartográfico do IHGRS (2009).

Ela é mencionada sem imagens no livro de Francisco Riopardense de Macedo (Porto Alegre: Origem e Crescimento) e no livro de Sérgio da Costa Franco (Porto Alegre: Guia Histórico).

5.10.3 – Das Leituras do Mapa

Não foi encontrado, em relatórios de Presidentes da Província, menção a esta planta e nem ao próprio João Cândido Jacques. Nas atas da Câmara, também não há referências nem ao mapa nem ao autor. Também não se encontrou nada na Correspondência Passiva da Câmara e no acervo de Construções e Melhoramentos do Município. Isto leva a pensar que este mapa foi feito por João Cândido Jacques a serviço do Exército. Uma das hipóteses para a execução desta planta é ela ter sido feita sob a égide da própria Escola Militar, a outra a serviço do Comando de Armas da Província.

Em relação à primeira hipótese, a vinculação à Escola Militar, é bom lembrar que o envolvimento tanto dos professores quanto dos alunos com a vida da cidade era bastante intenso. Pode-se falar da sua participação na vida cultural da cidade, pois “em 19 de setembro de 1880 é instalada solenemente a Sociedade Científica e Literária Culto às Letras, fundada por oficiais-alunos da Escola Militar”. Uma revista intitulada *Revista Mensal* era porta-voz dessa sociedade. Em outros tempos, em 1874⁵⁵⁶, a pedido da Câmara, o Diretor da Escola Militar, o General Pederneiras e o Lente de Topografia da mesma, Major João Nepomuceno de Medeiros Mallet haviam feito um trabalho de nivelamento e um plano de aformoseamento e melhoramentos do Campo do Bom Fim, que foi bastante profícuo:

Lido o parecer dos Srs. Engenheiros General Pederneiras e Dr. Mallet, sobre o aformoseamento do Campo do Bomfim, resolve a Câmara em primeiro lugar agradecer a estes cidadãos tão importante trabalho, depois devolver-lhes a planta, que remeteram, para que se dignem orçar discriminadamente a despesa a fazer-se com as obras que vem

⁵⁵⁶ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereação*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 29/07/1874 e 27/08/1874.

mencionadas na mesma planta, afim de se lhes ir dando execução na proporção dos recursos dos cofres municipais⁵⁵⁷.

Outra possibilidade relacionada à Escola Militar é ele ter feito este mapa como um exercício com os seus alunos.

A segunda hipótese é que o Comando das Armas da Província tenha designado o Coronel João Cândido Jacques para fazer esse mapa.

As duas hipóteses vinculam esta planta ao exército. Reforça a hipótese de esta planta ter sido feita para o Exército o fato da Fundação Biblioteca Nacional não possuir nenhum exemplar da mesma e o Arquivo Histórico do Exército possuir uma.

Como já se disse, esta é a primeira planta a mostrar a região de Porto Alegre e o seu entorno, compreendendo os seus arraiais, e este foi com certeza o seu objetivo principal. É interessante ressaltar que esta planta foi feita às vésperas da República, em 1888 e mostra bem pela sua amplitude, a expansão em forma de leque da cidade de Porto Alegre. O seu momento histórico – o ano da abolição da escravatura – fica bastante marcado pelo fato de que o Campo do Bonfim aparece agora designado por Campo da Redenção, devido à libertação dos escravos que, em Porto Alegre, se deu em 1884.

⁵⁵⁷ PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 07/06/1875.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia de Porto Alegre, ao longo do século XIX mostra a caracterização paisagística da localização da cidade, referida aos seus elementos geográficos essenciais: o espigão, a península e o porto. Dá conta também da estrutura edificada, destacando os prédios mais importantes do ponto de vista político, religioso, militar e administrativo.

De uma planta esboçada não apenas por Zambecari, mas também pela que se supõe ter sido feita pelo Capitão Montanha, até a realizada no final do período imperial, a análise desse conjunto de plantas da cidade de Porto Alegre ao mesmo tempo em que mostra e define as transformações da cidade, mostra também as transformações da linguagem cartográfica ao longo desse período.

O sítio onde a cidade foi edificada progressivamente, desde 1772, estrutura a paisagem urbana. Um sítio especial, uma península a beira de um lago/rio, uma ‘península’ que se tornou o coração da cidade, um local marcado por uma situação geográfica especial e estratégica, que gerou sua escolha como a capital da província antes mesmo de ter sido uma vila. O local tem uma topografia em que um ‘espigão’ – a parte mais alta – corre de leste a oeste e o terreno desce para junto do rio na parte sul e norte da península. A história de Porto Alegre está, portanto, associada à sua geografia, por ser o centro de uma rede hidrográfica que a liga com o interior do estado, por seu porto fluvial e por sua situação como um local de passagem. Aliás, um de seus atrativos é esta paisagem com o perfil da península, espaço cujos limites foram sendo aumentados ao longo do tempo, tornando-se visíveis nos mapas que analisei neste trabalho.

Meu encontro com os mapas – objetos de estudo desta tese – não se deu por acaso. Os temas das pesquisas que realizei desde o mestrado, e mesmo desde a graduação, foram os modos de “representar” a cidade de Porto Alegre ao longo da sua história. As relações entre imagens e história da cidade constituíram-se desde logo em foco das minhas preocupações. Mesmo assim, foi somente ao trabalhar, na dissertação de mestrado, com as linguagens do desenho, da fotografia e da computação como formas de representação gráfica do passado da cidade, que me deparei com os seus mapas.

É evidente que as linguagens gráficas possuem, cada uma, a sua especificidade própria. Assim, para além do fato de um mapa ser uma representação gráfica, os mapas manuscritos são **mais** do que um simples desenho; os mapas aerofotogramétricos são **mais**

do que fotografias; e os mapas georeferenciados são, também, **mais** do que uma representação por computação gráfica. Foi, portanto, esse “**mais**” que me levou a trabalhar com os mapas de Porto Alegre e a fazer deles o objeto de pesquisa desta tese.

Nessa perspectiva, os mapas de Porto Alegre constituem representações de diferentes conjunturas históricas da cidade. Em sua linguagem gráfica -- que analiso, na tese, como um discurso –, eles não apenas traduzem uma determinada configuração urbana, com o desenho das ruas, das áreas verdes e a localização dos equipamentos sociais existentes numa dada época. Eles, **ademais**, produzem uma cidade por onde circulam práticas culturais, econômicas e políticas, que modelam a sua história.

Dessa forma, esta tese procurou examinar, descrever e analisar os mapas que cartografaram a cidade de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que procurou saber que Porto Alegre cada um desses mapas produziu e tornou visível. Isto quer dizer que não tratei, aqui, os mapas como meros reflexos gráficos do desenvolvimento urbano, mas como discursos que produzem as cidades que eles mapeiam.

Para analisar os mapas, trabalhei com uma metodologia ligada à História Cultural, que consagrou, sobretudo, os métodos de pesquisa utilizados por Walter Benjamin e Carlo Ginzburg, entre outros. Ao articular as idéias desses autores, na investigação histórica da cartografia urbana como construção e produção social da cidade de Porto Alegre, uma série de ‘perguntas’ foram colocadas a cada mapa do estudo, com o objetivo de mostrar os diversos contextos ligados à realização dos mesmos. Para isso, adotei os contextos definidos por Brian Harley⁵⁵⁸, e que são os seguintes: contexto do cartógrafo; contexto de outros mapas; e contexto da sociedade. O passo seguinte concentrou-se na construção de uma estrutura de análise de cada mapa, que abrangesse os objetivos propostos e que respondesse às questões colocadas anteriormente.

A construção do modo de análise teve como inspiração um texto de Catherine Bousquet-Bressolier⁵⁵⁹ chamado “*Matthäus Merian’s 1615 Map of Paris: its Structure, Decoration and Message*”, publicado na revista *Imago-Mundi*, em 2006. Neste texto, a autora começa por fazer uma biografia de Matthäus Merian, o cartógrafo do mapa de Paris de 1615; em seguida, ela relata o contexto histórico da época de produção do mapa, relacionando com outros mapas de Paris, e com as questões políticas da época. Por fim, a autora analisa a estrutura do mapa, sua decoração, voltando a relacioná-lo com outros mapas de Paris.

⁵⁵⁸ HARLEY, J. B. Text and Context in the interpretation of early maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p.5.

⁵⁵⁹ BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Matthäus Merian’s 1615 Map of Paris: its Structure, Decoration and Message. *Imago Mundi*, v. 58, part 1: 48-69, 2006.

Assim, a análise que empreendi de cada um dos mapas de Porto Alegre começou com a biografia do cartógrafo e com a apresentação de sua produção cartográfica; passou pela análise da estrutura do mapa, suas legendas, decoração e elementos constituintes, sua forma de desenho, as convenções utilizadas, suas relações com outros mapas; e terminou com uma 'leitura' que os dados referentes ao mapa propiciam. Portanto, uma análise do mapa tendo em vista seus objetivos e seus contextos.

Tive, inicialmente, a idéia de trabalhar com os mapas da cidade de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Entendo, hoje, que tal objetivo se configurou pelo fato de Porto Alegre ter sido fundada somente em 1772 e por seu primeiro mapa, existente materialmente, ser de 1833. Havia, portanto, uma defasagem de tempo muito grande em relação à colonização do centro do Brasil, ao qual o Rio Grande e, evidentemente, Porto Alegre, estavam inexoravelmente ligados. No entanto, já nos primeiros levantamentos do material de estudo, pude perceber que apenas os mapas de Porto Alegre já constituiriam, eles mesmos, um objeto desmedido para este estudo. O que quero dizer é que somente no desenvolvimento da pesquisa, pela quantidade de material que foi sendo encontrado sobre cada mapa, pude chegar a uma definição do recorte temporal da tese, o qual começa na fundação da cidade, em 1772, e termina no final do Império (1889).

Nesses mapas da cidade produzidos ao longo do século XIX, constatei que o desenvolvimento da cidade configurou-se através de aterros na península e ao longo do 'leque' dos caminhos. O início dos aterros pode ser visto já no mapa de 1868, onde a atual Rua 7 de Setembro aparece definida, o que fez com que a Rua da Praia perdesse a sua praia. Já a abertura do "leque" dos caminhos para outras vilas, interligando os arraiais, é claramente definido no mapa de 1888.

No período estudado, encontrou-se menção a 12 mapas da cidade como um todo: 08 mapas existentes e 04 dos quais se tem alguma notícia. Entre estes, é possível que algum deles possa nem ter sequer existido, especialmente o de 1805.

Dos 12 mapas mencionados, 05 foram feitos por cartógrafos ligados ao exército, por engenheiros militares: Capitão Montanha, Francisco João Roscio, José Pedro César, o anônimo de 1838 (Real Corpo de Engenheiros) e João Cândido Jacques; dois deles foram feitos por ex-engenheiros militares: Conrado Jacob de Niemeyer e Antonio Eleuthério de Camargo; o de 1833 foi feito por Lívio Zambecari, um revolucionário italiano com formação em filosofia e direito; o de 1839, por Luiz Pereira Dias, funcionário da Câmara, designado como Arruador, mestre construtor e arquiteto; o de 1876 foi executado por Manoel José Nunes de Azevedo, um agrimensor; o de 1881, por Henrique Breton, um engenheiro civil francês; e o de 1872 não possui a assinatura do cartógrafo, apesar de ser vinculado a um

órgão que contratava engenheiros tanto militares quanto civis, mestres construtores, agrimensores, etc., o que dá uma idéia da formação de seu cartógrafo.

Desses cartógrafos, um era italiano (Zambeccari), outro era francês (Breton), cinco eram portugueses (Montanha, Francisco João Roscio, José Pedro César, Luiz Pereira Dias e Conrado Jacob de Niemeyer) e os outros três conhecidos se supõe serem brasileiros (Antônio Eleuthério de Camargo, Manoel José Nunes de Azevedo e João Cândido Jacques). Sabe-se com certeza que Antônio Eleuthério de Camargo era brasileiro, que Luiz Pereira Dias se naturalizou e se supõe que Conrado Jacob de Niemeyer, ao optar por ficar no Brasil após a Independência, deve também ter se naturalizado brasileiro.

	1833	1838	1839	1844	1868	1872	1881	1888
Cartógrafo	Livio Zambeccari	Anônimo	L. P.Dias	Conrado Jacob de Niemeyer	Antonio Eleuthério de Camargo	Anônimo	Henrique Breton	João Cândido Jacques
Eng. Militar								
Ex Eng. Militar								
Revolucionário								
Funcionário da Câmara								
Eng. Civil								
Italiano								
Português								
Francês								
Brasileiro								
Naturalizar-se								

Tabela 1 – Características dos cartógrafos

Dos 08 mapas existentes, 02 são manuscritos (Zambeccari e o anônimo de 1872), enquanto os outros 06 são mapas impressos. O mapa de Zambeccari não possui indicação de escala; nos de 1838, 1839, 1844 e 1868, a escala é em braças; e nos de 1872, 1881 e 1888, a escala é em metros. Dos que têm escala, apenas o de 1881 não possui escala gráfica.

Em relação à orientação dos mapas, apenas o de 1844 e o de 1872 estão desenhados com o norte para cima. Os de 1839 e 1868 estão quase com o norte para cima, mas estão desenhados com uma pequena inflexão para o Leste. Com orientações parecidas temos os mapas de 1833, 1838 e 1881, que estão quase invertidos, voltados numa direção que é mais próxima ao sudeste, sendo que no de 1833 não há nenhuma indicação de

orientação. O de 1888 está desenhado de forma bem diferenciada dos demais, orientado para Les-sueste. O Norte nestas plantas está representado com uma Rosa dos Ventos trabalhada nos de 1838 e 1839; com uma Rosa dos Ventos simplificada nos de 1881 e 1888; apenas com uma seta para o Norte na planta de 1868; sem nenhum grafismo a não ser o fato de estarem colocadas na folha direcionadas para o Norte, estão as plantas de 1844 e 1872; e sem nenhuma indicação, nem mesmo pela direção na folha o de 1833.

Em relação à cor, temos dois mapas coloridos, paradoxalmente o primeiro, o de Zambeccari, e o último, o de João Cândido Jacques; um bicromático (o de 1872); e os demais, monocromáticos.

As únicas plantas que não possuem cartuchos são as de 1872 e 1881. Nelas, todas as suas referências (equipamentos e ruas) estão colocadas diretamente no mapa propriamente dito. Em todas as outras, pelo menos parte das legendas (Anexo 4) está colocada nos cartuchos.

As Plantas de 1844 e 1868 são cartuchos de Cartas Geográficas, uma inserida na 'Carta do Império do Brasil' e a outra na 'Carta Geográfica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul'. As outras se referem diretamente à cidade, ou seja, o assunto principal da Planta é a Cidade de Porto Alegre.

Duas plantas se destacam pelo fato de não apresentarem somente o mapa propriamente dito: são as plantas de 1839 e 1868 que apresentam, além do mapa, vistas da cidade. A de 1839 apresenta duas vistas, enquanto que a de 1868 tem apenas uma.

Todas as plantas são representações da cidade de Porto Alegre em duas dimensões e todas tentam dar aos elementos construídos uma idéia de tridimensionalidade, com o uso de um traço mais espesso em partes do desenho. Apenas as plantas de 1839, 1844 e 1868 fazem algum grafismo para simular as curvas de nível, a topografia da cidade. A planta de 1833, a de Zambeccari, mostra apenas que atrás da atual Rua Duque de Caxias existe um terreno bastante inclinado, especialmente na região da atual Praça Marechal Deodoro. As plantas de 1839 e a de 1868 reforçam a idéia da topografia com a apresentação das vistas.

Quanto à vegetação, é possível notar em todos os mapas que as zonas mais densificadas, mais habitadas, mais urbanas e que apresentam, portanto, muitos elementos construídos não demonstram ter nenhum tipo de vegetação. Os de 1872 e de 1881 só têm alguma vegetação nas praças e o de 1868 não apresenta vegetação. Nos mapas em que as Ilhas fronteiras aparecem, elas aparentam ter uma vegetação nativa, quase 'selvagem'.

Em relação ao Guaíba, 04 plantas utilizam-se do grafismo de 'ondas' para representar a fronteira entre o terreno e a água. São elas: a de 1839, 1844, 1868 e a de 1881. A de 1838 utiliza-se de uma hachura para essa diferenciação, já a de Zambeccari

(1833) utiliza-se da cor. As outras duas – 1872 e 1888 – usam apenas uma linha mais espessa, sendo que a de 1888 dá uma denominação à água – é a única a colocar por escrito a expressão ‘Rio Guahyba’. Quanto ao sentido do movimento da água, apenas quatro delas fazem a indicação pelo uso de uma seta (1838, 1839, 1844 e 1888). Três plantas apresentam desenhos de barcos no Guaíba. A de 1833 apresenta apenas um, que tem sido identificado como sendo o Presiganga (um navio-prisão); as outras duas, 1838 e 1839, apresentam vários barcos, inclusive o Presiganga. A planta de 1838 apresenta os barcos com um desenho dos mesmos; já a de 1839 criou símbolos para indicá-los e apresenta o desenho dos mesmos numa das vistas. A planta de 1872 possui um grafismo de âncoras na zona que é considerada o porto da cidade.

	1833	1838	1839	1844	1868	1872	1881	1888
Cartógrafo	Livio Zambeccari	Anônimo	L. P.Dias	Conrado Jacob de Niemeyer	Antonio Eleuthério de Camargo	Anônimo	Henrique Breton	João Candido Jacques
Manuscrito								
Impresso								
Sem Escala								
Escala Gráfica								
Escala - Notação								
Escala em Braças								
Escala em metros								
Colorido								
Bicromático								
Tons de Cinza								
Orientação	Sudeste	Quase Norte	Sudeste	Norte	Quase Norte	Norte	Sudeste	Les-Sueste

Tabela 2 – Características mapas.

O mapa de Zambecari devido ao fato de ser um mapa manuscrito e, portanto, único, seu original encontra-se no Museo del Risorgimento, em Bologna. Dos mapas estudados, este é o único 'estrangeiro'. O outro manuscrito, o de 1872, que na verdade é um semi-original, pode ser localizado na Mapoteca da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). Os outros mapas, por serem impressos, é possível encontrá-los em mais de um local. A Fundação Biblioteca Nacional possui exemplares das plantas de 1838, 1839, 1844 e 1868; o Arquivo Histórico do Exército possui exemplares das plantas de 1839 e de 1888; e do que se sabe, a Mapoteca do Itamaraty possui exemplares das de 1839 e 1844. Já em locais em Porto Alegre, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho possui um exemplar do mapa de 1868 e um semi-original do de 1881; e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem exemplares dos mapas de 1868 e de 1888.

Como se pode ver neste balanço das características (texto e tabelas 1 e 2) das Plantas de Porto Alegre analisadas neste trabalho, muitas são comuns a várias delas. Algumas características, no entanto, lhes são únicas. Afora as plantas, têm-se os seus cartógrafos, sendo que não há nenhum dentre eles que tenha feito mais de uma planta do todo da cidade. Também em relação ao ano de sua produção, pode-se afirmar que não foram feitas duas plantas no mesmo ano.

Por fim a questão dos objetivos que se teve para se fazer aquela planta naquele momento, que podem ser descritos genericamente. A começar pela de 1772 cujo objetivo teria sido demarcar as datas e o local de assentamento da cidade. A de 1805 tem uma referência tão tênue – apenas uma menção – que fica quase impossível se ter alguma idéia dos seus objetivos, a não ser o mais genérico que é o de representar a cidade, e isto se é que ela existiu. A de 1825 teria sido feita para dirimir as dúvidas da Câmara nas questões de alinhamento e de traçado de ruas. A planta de 1833 foi feita por um revolucionário as vésperas da Revolução Farroupilha por razões de cunho pessoal, e que provavelmente contribuiu para as conspirações que antecederam a Revolução Farroupilha. As três plantas seguintes têm em comum o fato de terem sido feitas durante a Revolução Farroupilha: a planta de 1838 foi feita pelo Império, pelos legalistas, para ajudar na defesa da cidade e para a 'propaganda' do Império; a planta de L. P. Dias (1839) foi feita pela cidade de Porto Alegre, por um empregado da câmara, para o uso das necessidades diárias da cidade, que tentava levar uma vida "normal", apesar da Guerra; e a Planta de 1844 foi feita como ilustração de uma das cidades num mapa do Império do Brasil. A planta de 1868 também foi feita como ilustração, mas não do Império: ela serviu para acompanhar uma Carta da Província do Rio Grande do Sul, já que Porto Alegre é a sua capital. A planta de 1872 foi feita como um documento, um indicativo de propriedade de terras de marinha cedidas a um cidadão. A de 1876 teria sido feita por dinheiro, pois seu autor batalhou consideravelmente

para tentar que a Câmara a comprasse. A de 1881 foi feita por um interesse comercial: foi ofertada à Câmara na tentativa de se receber, com ela, um privilégio. Pode-se dizer que o objetivo da última planta era mais palpável: apresentar não apenas a cidade de Porto Alegre, mas a área que englobava os arraiais que existiam a sua volta.

As 'leituras' dos diversos mapas de Porto Alegre mostram questões de poder e de interesse. Como disse Brian Harley, "o mapa trabalha na sociedade como uma forma de poder-conhecimento"⁵⁶⁰. Ainda mais, diz ele: "o poder é exercido **na** cartografia (...), o poder é exercido **com a** cartografia"⁵⁶¹, concluindo que "o poder vem do mapa e atravessa a forma como o mapa é feito"⁵⁶².

No mapa de 1838, por exemplo, esse exercício do poder já se faz visível no seu cabeçalho onde está impresso 'Império do Brasil', seguido do título do mapa e da data: '20 de junho de 1837'. Portanto, este é um mapa que o Império mandou executar em plena Guerra dos Farrapos. Sua função de instrumento de luta se constata claramente na defasagem entre o ano que aparece no título do mapa (1837) e o da sua impressão (1838). O Império 'omite' o ano de impressão, para que a notícia da prisão de Bento Gonçalves seja um dos destaques principais do mapa. Se ele fosse datado de 1838, essa notícia teria perdido toda a validade, pois Bento Gonçalves, então, já havia fugido da prisão e retornado ao Rio Grande do Sul.

No mapa de 1881, de Henrique Breton, o que se destaca é o fato deste engenheiro francês ter oferecido gratuitamente um mapa da cidade para a Câmara de Vereadores. Nesse caso, o móvel dessa ação é o interesse pessoal do cartógrafo, que tivera negado pela Câmara um pedido de privilégio por dez anos, para instalar quiosques nas praças e ruas da cidade. Sintomaticamente, logo após ter ofertado o seu mapa, ele encaminha novamente o pedido de obtenção do privilégio que lhe fora negado.

Num caso como no outro, os mapas não apenas participam de um jogo de interesses, mas são as próprias peças desse jogo, exercendo pressões, blefando, e até fazendo a vitória pender para uma das partes. Não há, portanto, por um lado os mapas e a história da cidade por outro, e, a partir daí, uma tentativa de colocar a ambos em relação. O que há é uma trama e uma circunstância particular que definem tanto o significado de um mapa quanto a história da cidade, num determinado momento.

⁵⁶⁰ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of Cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.164

⁵⁶¹ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of Cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.165.

⁵⁶² HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of Cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.166.

Esse passado, ao qual se tem acesso através das imagens da cidade, pode ser ressignificado, em termos urbanos, ao se sobreporem os mapas antigos à atual configuração cartográfica da cidade. Os diversos mapas permitem, então, uma decupagem, um recorte em camadas do espaço de Porto Alegre, com cada um deles mostrando a presença evidente, ainda que em alguns casos de forma discreta, da história. Isto permite a descoberta das sucessivas sedimentações da cidade, tal como um estudo arqueológico, e de seus diversos 'layers'. Ao mostrarem diferentes estruturas urbanas, permitem interrogar como as conjunturas históricas e as relações de poder definem, em cada um deles, o sítio geográfico e a organização dos espaços públicos e privados.

Como afirma Claude Loupiac⁵⁶³,

“as nossas cidades atuais são o fruto de estratos históricos que se acumularam, se juntaram e foram redescobertos. O patrimônio urbano é constituído desse tecido vivo mais ou menos denso, mais ou menos estruturado e em perpétua recomposição no qual nós vivemos, mas também dos traços, aparentes ou não, e das representações que contam a história da cidade”.

Nesse sentido, os mapas de uma cidade, enquanto representações de diferentes momentos dessa história, são como camadas sobrepostas umas às outras, e contam então essa história, recriando e produzindo a cidade a cada vez (fig. 299, 300 e 301).



Fig.299 – Planta Porto Alegre 1772 sobreposta a atual.

⁵⁶³ LOUPIAC, Claude. *La Ville entre représentations et réalités*. Paris:CNDP, 2005. p.9.



Fig.300 – Planta Porto Alegre 1839 sobreposta a atual.



Fig.301 – Planta Porto Alegre 1868 sobreposta a atual.

Algumas dificuldades tiveram que ser vencidas para a realização desta tese. Uma delas, já comentada, foi a de encontrar uma metodologia que pudesse ser usada na análise dos mapas que fazem parte desse trabalho. Uma dificuldade maior e que diz respeito ao que Harley chama de ‘contexto de outros mapas’, foi a necessidade de trabalhar com um grande acervo de imagens de mapas tanto de Porto Alegre, quanto de outras cidades brasileiras, como também de mapas de cidades de Portugal e de outros países. O ‘contexto de outros mapas’ se relaciona com a tentativa de percorrer os caminhos da transmissão do conhecimento cartográfico, com a formação de cada cartógrafo no modo de desenhar o seu mapa, conectado a convenções que fazem parte da linguagem cartográfica em cada momento histórico.

Este trabalho pretendeu, na mesma linha de argumentação de Danzer,

“relacionar as várias representações da cidade uma com a outra e conectá-las ao seu lugar particular enquanto ele se desenvolve ao longo do tempo” e isto “está entre as contribuições que uma História da Cartografia tem para oferecer aos estudos urbanos em geral e à cidade moderna em particular.”⁵⁶⁴.

Ora, de acordo com Harvey e Woodward,

“a principal preocupação da História da Cartografia é o estudo dos mapas em termos humanos. Como mediadores entre um mundo mental interno e o

⁵⁶⁴ DANZER, Gerald A. The Plano f Chicago by Daniel H. Burnham and Edward H. Bennett: cartographic and historical perspectives. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the city: Six studies in urban cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p.145.

mundo exterior físico, os mapas são ferramentas fundamentais ajudando a mente humana a fazer sentido de seu universo em muitas escalas”⁵⁶⁵.

Embora o tempo que diz respeito aos mapas de Porto Alegre seja mais recente que os mapas estudados no primeiro volume da *History of Cartography*, pode-se dizer, como é dito naquele trabalho, que “muita coisa permanece desconhecida e muitas questões de transmissão continuam não resolvidas”⁵⁶⁶.

Como já disse anteriormente, tentei, na análise realizada, apontar algumas relações dos mapas de Porto Alegre com os mapas de outros locais, no sentido de tentar apreender as influências e o aprendizado que os cartógrafos tiveram para fazer determinado mapa da forma como o mesmo foi elaborado. Essa cadeia de transmissão do conhecimento cartográfico que procurei estabelecer com o material pesquisado ainda é insuficiente, abrindo, portanto, mais possibilidades de pesquisa. Como Harley e Woodward apontam: “Há provavelmente um limite de quão longe este fragmentado mosaico de atividade cartográfica pode ser preenchido”⁵⁶⁷.

Segundo estes autores, referindo-se ainda aos mapas estudados no primeiro volume da *History of Cartography*, “o significado dos mapas dentro do seu contexto social e cultural está começando a emergir”⁵⁶⁸. Daí que, ao analisar os mapas de Porto Alegre, tenha procurado destacar seus contextos sociais e culturais, pois “qualquer apreciação da importância dos mapas depende de uma concepção clara de sua natureza, dos fatores que deram forma ao seu fazer e transmissão, e o seu papel dentro das sociedades humanas”⁵⁶⁹. Na realidade,

Qualquer história de mapas é composta de uma complexa série de interações, envolvendo o seu uso como também o seu fazer. O estudo histórico de mapas pode, portanto requerer um conhecimento do mundo real ou do que quer que seja que esteja sendo mapeado; um conhecimento dos seus exploradores ou dos seus observadores; um conhecimento do fazedor de mapas no sentido estreito do gerador de um artefato; um conhecimento do mapa propriamente dito como um objeto físico; e um conhecimento dos usuários (ou – mais provável – da comunidade de usuários). A *History of Cartography* está preocupada, tão longe quanto

⁵⁶⁵ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.01.

⁵⁶⁶ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.503.

⁵⁶⁷ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.503.

⁵⁶⁸ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.503.

⁵⁶⁹ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.01.

possível, com o processo histórico pelo qual a linguagem gráfica dos mapas foi criada e usada. Ao mesmo tempo, uma história do mapear técnica, cultural e social⁵⁷⁰.

Ao revisar o que foi escrito na história da cartografia até meados do século XX, Harley & Woodward destacam que houve “três influências – a institucionalização da geografia, o crescimento de especialistas em bibliotecas de mapas, e a atuação recíproca dos estudiosos colecionadores com um mercado em expansão de antiquários de mapas iniciais⁵⁷¹”. Desde essa época, o estudo dos mapas vem se intensificando na academia e a História da Cartografia começa “a ter consciência de ser um assunto acadêmico que tem de ser entendido em termos de seus próprios problemas e potenciais”⁵⁷².

Atualmente, as bibliotecas que têm mapas nos acervos, os Arquivos Históricos, Mapotecas e outras instituições estão digitalizando seus catálogos e permitindo o acesso *on-line* aos mesmos. Boa parte dessa tese não poderia ter sido feita sem o acesso a esses arquivos, o que permitiu o cruzamento de materiais e informações que se encontram espalhados em vários lugares do mundo. Pode-se citar aqui além do acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional⁵⁷³, o acervo do ‘Arquivo Digital de Cartografia Urbana’⁵⁷⁴, a coleção de mapas da *The Library of Congress*⁵⁷⁵, o acervo do Instituto Cartográfico da Catalunha⁵⁷⁶, o site do *Map History/History of Cartography*⁵⁷⁷ com o seu portal sobre o assunto, o acervo da *The New York Public Library*⁵⁷⁸, a coleção de David Rumsey⁵⁷⁹, o Centro de Mapas de Norman B. Leventhal⁵⁸⁰ ligado a Boston Public Library, a Biblioteca Digital Hispânica⁵⁸¹, a Biblioteca Nacional de Portugal⁵⁸², a Bibliothèque National de France⁵⁸³, o Map and Plan Collection Online (MAPCO)⁵⁸⁴, entre outras.

⁵⁷⁰ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.02.

⁵⁷¹ HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.17.

⁵⁷² HARLEY, Brian J. & WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1. p.39.

⁵⁷³ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em 20 mar.2009.

⁵⁷⁴ ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

⁵⁷⁵ THE LIBRARY OF CONGRESS. Washington, 2005. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/gmdhome.html>>. Acesso em 31 out. 2008

⁵⁷⁶ INSTITUT CARTOGRÀFIC DE CATALUNYA. Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.icc.cat/>>. Acesso em 31 jul. 2008.

⁵⁷⁷ MAP HISTORY / HISTORY OF CARTOGRAPHY. London, 1996. Disponível em: <<http://www.maphistory.info/index.html>>. Acesso em 31 jul. 2008

⁵⁷⁸ NEW YORK PUBLIC LIBRARY. New York, 2003. Disponível em: <<http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/index.cfm>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

⁵⁷⁹ DAVID RUMSEY MAP COLLECTION. San Francisco, 2000. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/index.html>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

⁵⁸⁰ NORMAN B. LEVENTHAL MAP CENTER AT THE BOSTON PUBLIC LIBRARY. Boston, 2004. Disponível em: <<http://maps.bpl.org/>>. Acesso em 04 abr. 2009.

⁵⁸¹ BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. Madrid, 2007. ⁵⁸¹ Disponível em: <<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigital/index.html>>. Acesso em 05 out. 2009.

Essa tese, apesar de ter um ponto final e, de uma certa forma, ser um produto acabado, não se encerra nela mesma. Ela ainda permite que se possa percorrer outros caminhos que poderão complementar este trabalho e criar outros novos. Neste momento, proponho quatro caminhos:

1 – Uma possibilidade já mencionada diz respeito à ‘ciência de transmissão do conhecimento cartográfico’, pois ainda é possível aprofundar este tema para os mapas estudados neste trabalho.

2 – Aplicação de baixo custo para o georeferenciamento de mapas históricos – uma conferência com esse nome foi apresentada no 22º Congresso Internacional de História da Cartografia, realizado em Berna, na Suíça, em julho de 2007. Segundo o pesquisador grego Vassilios Tsioukas⁵⁸⁵,

“o georeferenciamento de imagens digitais de mapas históricos joga um importante papel para o estudo das características geográficas desses mapas. Pode levar a uma melhor interpretação dos detalhes mostrados no mapa histórico, isto é, toponímias podem ser mais facilmente referenciadas em relação aos seus modernos correlatos”.

Em sua conferência, Tsioukas referiu um programa intitulado *Mapanalyst*⁵⁸⁶, que é um software para a análise da acuidade de um determinado mapa. O programa permite, inclusive, a combinação de mapas históricos, para ver o grau de distorção de cada um numa relação entre eles. Se por acaso um mapa for a cópia de outro, a malha de distorção será quase inexistente. E quando comparados a um mapa atual, a malha de distorção será bastante semelhante.

3 – Outros locais de pesquisa, outras fontes – esta tese se deteve em pesquisar os dados sobre os mapas principalmente em relatos ‘oficiais’: atas da Câmara de Vereadores, Relatórios dos Presidentes da Província, Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores, Livros de Vereança, Registros de nomeações, Registro de Naturalizações, etc. Uma fonte que foi pouco explorada, e que pode trazer, talvez, informações importantes sobre os cartógrafos e a feitura dos mapas são os jornais de época.

⁵⁸² BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>. Acesso em 10 out. 2008.

⁵⁸³ BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Paris, 2006. Disponível em: <<http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>>. Acesso em 05 fev. 2007

⁵⁸⁴ MAPCO. London, 2006. Disponível em: <<http://archivemaps.com/mapco/london.htm>>. Acesso em 04 abr. 2009.

⁵⁸⁵ TSIUKAS, Vassilios. Low-Cost Application for the Georeferencing of Historical Maps. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 2007, Berne. *Paper and Poster Abstracts...* Warbern: Federal Office of Topography, 2007. p. 60.

⁵⁸⁶ MAPANALYST: the map historian's tool for the analysis of old maps. Zurich, 2005. Disponível em: <<http://mapanalyst.cartography.ch/index.html>>. Acesso em 24 ago. 2007.

4 – Este trabalho se deteve, como já foi mencionado, nos mapas de Porto Alegre desde sua fundação até o final do Império. É necessário, ainda, que sejam estudados e analisados os mapas desta cidade do final do Império até os nossos dias.

Sendo uma produção que se conecta com a História da Cartografia, este estudo está intimamente ligado à área da História Cultural. Daí que, na sua realização, tenha se adotado “uma nova postura diante da história, um outro olhar que interroga o passado a partir de pressupostos que constroem também novos objetos e formulam novas questões”⁵⁸⁷. Tratou-se, aqui, da imagem da cidade, de imagens da cidade produzidas pelos seus mapas. Ao interrogá-los, buscou-se interrogar o passado da cidade e, de uma certa forma, na companhia de alguns convidados: com Ginzburg, se buscaram os cacos, os rastros, os indícios; com Benjamim, se lidou com o princípio da montagem, da associação de idéias e da colagem; com Harley, os vários contextos foram trabalhados. Através dessa amálgama, moldou-se uma investigação histórica da cartografia urbana como construção/produção social de uma cidade, Porto Alegre, em determinados momentos históricos, momentos esses que são dados a ver em cada uma de suas plantas.

Pode-se ainda afirmar que se estabeleceu uma conexão direta entre a História Cultural e a História da Cartografia, à maneira pensada por Brian J. Harley, David Woodward, Denis Wood e outros. E isto porque, também aqui, procurou-se trabalhar com um sentido de cultura, da forma com que é formulado por Pesavento: “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”⁵⁸⁸. Trata-se, então, de tomar a “cartografia como um discurso – um sistema que provê um conjunto de regras para a representação do conhecimento incorporado nas imagens que nós definimos como mapas e Atlas”⁵⁸⁹. Imagens essas que, no contexto da História Cultural, se constituem numa construção visual e mental e que por isso mesmo, segundo Pesavento, “seriam portadoras de um imaginário de sentido, marcado pela historicidade da sua produção através dos tempos e de seu consumo, atendendo ao horizonte de recepção de cada época”⁵⁹⁰. Tais imagens, “uma vez chegadas até nós, colocarse-iam na nossa contemporaneidade, como uma porta de entrada para o passado e para o universo de razões e sensibilidades que mobilizavam a vida dos homens de um outro tempo”. É, pois, desses universos e da vida dos habitantes das

⁵⁸⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, Linguagem, Objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p.7.

⁵⁸⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.15.

⁵⁸⁹ HARLEY, J.B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J.B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.165.

⁵⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. (Orgs.) *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.106.

diferentes cidades que os mapas de Porto Alegre tornaram visíveis, que este trabalho, finalmente, trata.

O que eu quero dizer é que as técnicas cartográficas envolvidas na confecção de um mapa, as características e informações que ele possa apresentar, por serem datadas e servirem a objetivos específicos, constituem meios e modos não de refletirem a cidade existente (o que só seria possível numa escala 1/1, como imaginou Borges), mas de produzirem uma cidade visível.

Minha aposta é a de que, tal como nas ‘Cidades Invisíveis’ de Italo Calvino⁵⁹¹, as “cidades visíveis” que este estudo propõe possam deixar de ser “um mero conceito geográfico, para se tornarem o símbolo complexo e inesgotável da existência humana”⁵⁹².

⁵⁹¹ CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

⁵⁹² MAINARDI, Diogo. [Texto da contracapa]. In: CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Contracapa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2º CARTÓRIO DE ORPHÃOS. *Inventário de Margarida Josefa de Bragança*. Inventariante: L. P. Dias. Porto Alegre, 14/11/1856. Não publicado. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, EST-121E2, Cx. 1438.

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

AGACHE, Donat-Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão: remodelação*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALMANAK Laemmert. Chicago: Center for Research Libraries, 1844-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 03 de mar. 2010.

ALPERS, Svetlana. *A Arte de Descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva no dia 26 de Janeiro de 1879*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1879. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1879_Americo_de_Moura_Marcondes_de_Andrade.pdf>. Acesso em 14 abr. 2009.

ANDREA, Joze de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de junho de 1849*. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ANDREA, Joze de Souza Soares de. *Relatório do estado da Província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Exmo. SR. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1850_Jose_Antonio_Pimenta_Bueno_relatorio.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1940. v. 3; p. 1039-1069.

BALEM, João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1952.

BARBER, Peter. (Ed.). *The Map Book*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.

BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1908. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

BARCELLOS, Israel Rodrigues. *Relatório com que o Exmo Sr. Israel Rodrigues Barcellos 1º Vice- Presidente da Província passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, em 16 de setembro de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1868. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Israel_Rodrigues_Barcellos.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 vol.

BENJAMIN, Walter. O Autor Como Produtor. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 120-136. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN: Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196. (Obras Escolhidas, v. 1).

BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BORGES, J. L. *L'Auteur et Autres Textes*. 3. éd. Paris: Gallimard, 1982.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Ed.). *L'Oeil du Cartographe et la Représentation Géographique du Moyen Âge à nos Jours*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. De la «Peinture Géométrale» à la Carte Topographique. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Ed). *L'Oeil du Cartographe et la Représentation Géographique du Moyen Âge à nos Jours*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995. p. 93-105.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Cultures et Codification du Paysage. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Dir.) *Le Paysage des Cartes: genèse d'une codification*. Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs) Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 07-16.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Du paysage naturel à la utopie: le Corps des Ingénieurs-Géographes et la Diffusion d'un Savoir Théorique sur les Cartes. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Dir.) *Le Paysage des Cartes: genèse d'une codification*. Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs) Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 81-98.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Matthäus Merian's 1615 Map of Paris: its Structure, Decoration and Message. *Imago Mundi*, v. 58, part 1, p. 48-69, 2006.

BOYER, M. Christine. *The City of Collective Memory: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge: MIT, 1994.

BRANCH, Melville C. *An Atlas of Rare City Maps: comparative urban design, 1830-1842*. 2. Ed. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

BRANCHELLI, Fabiano Aiub. *Vida Material e Econômica da Porto Alegre Oitocentista*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1022>. Acesso em: 14 abr. 2009.

BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. *Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, vice-presidente, passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares no dia 14/02/1882*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1882. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1882_Francisco_de_Carvalho_Soares_Brandao.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MARTINS, Angela Maria Moreira. O Rio de Janeiro do Século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. *Revista Tempo de Conquista*, Niterói, n. 4, p. 01-10, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.tempodeconquista.nom.br/attachments/File/HELENELACE2.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. v. 1. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 29-50.

BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American History through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

BUISSERET, David. Introduction. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. ix-xiii.

BUISSERET, David. *The Mapmaker's Quest: depicting new worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARON, Rémi. La Legende: quand le cartographe se fait son propre traducteur. In: RIVIÉRE, Jean-Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980. p. 329-331.

CASAL, Manoel Ayres de. *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/corografiabrazilica01ayrerich>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

CASTRO, Celso. Uma Viagem pelos Mapas do Rio. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. p. 8-15. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000.

CAUQUELIN, Anne. *Le Site et le Paysage*. Paris: PUF, 2002.

CLARK, John O. E. (Ed.). *L'Épopée Cartographique: 100 exemples de cartes qui ont dessiné le monde*. Bath: Parragon Books, 2006.

COELHO, Jeronymo Francisco. *Relatorio do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1856_Jeronymo_Francisco_Coelho.pdf>. Acesso em 12 abr. 2009.

COSGROVE, Dennis (Ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83-224.

COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986. v. 2.

COSTA, Gilda Ferrari M. da et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1988. v. 3.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000.

DAINVILLE, François de. *Cartes Anciennes de l'Église de France*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956.

DAINVILLE, François de. *Le Langage des Géographes*. Paris: A. et J. Picard, 1964.

DANZER, Gerald A. The Plan of Chicago by Daniel H. Burnham and Edward H. Bennett: cartographic and historical perspectives. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 144-173.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DELANO-SMITH, Catherine. Signs on Printed Topographical Maps, ca.1470 – ca.1640. In: WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. v. 3, part 1, p. 528-580.

ECO, Umberto. De l'Impossibilité d'Etablir une Carte de l'Empire à l'Echelle du 1/1. In: ECO, Umberto. *Comment Voyager avec un Saumon? Nouveaux pastiches et postiches*. Paris: Grasset, 1997. p. 229-238.

EHRENSVÄRD, Ulla. Color in Cartography: a historical survey. In: WOODWARD, David. (Ed.). *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 123-146.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1882. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201882.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201904%20sem%20busca.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201907.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. 4ª Seção. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <<http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%201909.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

FERRARA, Lucrecia D'Alesso. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 193-204.

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FIALHO, Daniela Marzola. *O Tempo e a Forma da Cidade: o curso do discurso*. 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOXELL, Simon. *Mapping London, Making Sense of the City*. London: Black Dog, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão na abertura da Assembléa Provincial em 05 de Outubro de 1847*. Porto Alegre: Typographia do ARGOS, 1847. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847_Manoel_Antonio_Galvao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2009.

GANDOLFI, Mara Regina et al. (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1866-1875*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 11.

GARCIA, Marco Aurélio. A Memória Nacional Aprisionada. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 43-44, 1986.

GAVELLI, Mirtide. Lívio Zambecari: l'eredità di uma vita avventurosa. *Bollettino del Museo del Risorgimento*, Bologna, v. 46, p. 105-128, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Schwarcz, 1991. p. 143-180.

GONZAGA, João Marcellino de Souza. *Relatório com que o Bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a Administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. Sr. Visconde da Boa-Vista, em 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1865_Joao_Marcelino_de_Souza_Gonzaga.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

HARLEY, Brian J.; WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. v. 1.

HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p. 149-168.

HARLEY, J. B. Power and Legitimation in the English Geographical Atlases of the Eighteenth Century. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p. 109-148.

HARLEY, J. B. Silences and Secrecy: the hidden agenda of cartography in Early Modern Europe. In: HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p. 83-108.

HARLEY, J. B. Text and Context in the Interpretation of Early Maps. In: BUISSERET, David (Ed.). *From Sea Charts to Satellite Images: interpreting North American history through maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 3-15.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967.

HITCH, Doug. Linguistic Research on the Kohklux Maps. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 23., 2009, Copenhagen. *Abstracts...* Copenhagen: The Royal Library, 2009. p. 57.

HOFMANN, Benno. Notas sobre o Arruamento de Cidades. *EGATEA*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 01-07, jan.-fev. 1925.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Mapas Históricos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1969. (Grandes Personagens da Nossa História).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, p. 36-49, 1996.

JACOB, Christian. *The Sovereign Map: theoretical approaches in cartography through history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

KROGT, Peter van der. Mapping the Towns of Europe: the European towns in Braun & Hogenberg's Town Atlas, 1572-1612. *BELGEO: Revue Belge de Géographie*, Leuven, n. 3/4, p. 371-398, 2008.

LACOSTE, Yves. Les Objets Géographiques. In: RIVIÉRE, Jean-Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980. p. 16-23.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEÃO, Joaquim A. Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 1859*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1859. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1859_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009.

LEÃO, Joaquim A. Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 1860*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1860. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1860_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Commendador Patrício Correa da Camara, em 1861*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1861. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1861_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf> Acesso em 20 ago. 2009.

LEDE, Charles van. *De la Colonisation au Brésil*. Bruxelles: A la Librairie d'Aug Decq, 1843. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/download/De_la_colonisation_au_Brasil_moire.pdf?id=94APAAAQAAJ&output=pdf&sig=ACfU3U20VywDurZx8irnEaAOH7Osh7y51Q>. Acesso em: 05 maio 2009.

LESTRINGANT, Frank. Fictions Cartographiques: les rêves du politique. In: JACOB, Christian; LESTRINGANT, Frank. *Arts et Légendes d'Espaces: figures du voyage et rhétoriques du monde*. Paris: Presses de L'École Normale Supérieure, 1981. p. 205-258.

LOUPIAC, Claude. *La Ville entre Représentations et Realités*. Paris: CNDP, 2005.

LUZ, Maturino da (Coord.). *Antiga Escola Militar de Rio Pardo: história e arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MACEDO, Francisco Riopardense de et al. (Org.). *Correspondência Passiva da Câmara Vereadores de Porto Alegre, 1847-1866*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1976. Caderno 4.

MACEDO, Francisco Riopardense de et al. (Org.). *Catálogo Básico do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1979. Caderno 12.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História das Profissões da Área Tecnológica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREA/RS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MAINARDI, Diogo. [Texto da Contracapa]. In: CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Contracapa.

MAPA traz teoria sobre América. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jan. 2006. Nacional/Internacional, p. 10.

MARTINS, Francisco J. C. Compilar para Conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, 2009. Disponível em: <http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/martins_compilar-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2010.

MARTINS, José Corrêa. Arquivo Histórico do Exército. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 11-12.

MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: British views and visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (Ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002. p. 148-168.

MATTOS, Raimundo José de Cunha. Corografia Histórica da Província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 48, p. 213-398, 1874. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1874t00371c.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2009.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: historia do Exército Brasileiro, 1899-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=FX472oOIM5IC&lpg=PA163&ots=ZYqGYguk1L&dq=%22jo%C3%A3o%20Candido%20jacques%22&pg=PA163#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 23 set. 2009.

MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Falla Dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a Segunda Sessão da 12ª Legislatura*. Porto Alegre: Typ.

do Rio-Grandense, 1867. Disponível em:
<http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1867_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente em 13 de abril de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868. Disponível em:
<http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1868_Francisco_Ignacio_Marcondes_Homem_de_Mello_falla.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009.

MENEGAT, Rualdo. *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. 3. ed. rev. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

MICELI, Paulo. *O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MILLER, Naomi. Mapping the City: Ptolemy's *Geography* in the Renaissance. In: BUISSERET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 34-74.

MILLER, Naomi. *Mapping Cities*. Seattle: University of Washington Press, 2000.

MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais Raros do Musecom, 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

MORALES, Mário Ruiz. Ensayo Historico de Cartografia Urbana. *Mapping Interactivo*, Madrid, n. 71, jul./ago. 2001. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=67#>. Acceso em: 10 mar. 2009.

MOREY, M. Introducción: la cuestión del método. In: FOUCAULT, M. *Tecnologías del Yo y Otros Textos Afines*. Barcelona: Paidós, 1991. p. 09-44.

NEVES, Gervásio. Memória Cartografada. In: VERAS, Eduardo. O Mais Antigo Mapa da Capital. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 ago. 2005. Cultura, Segundo Caderno, p. 4.

NEVES, Gervásio R.; MARTINS, Liana Bach. Duas Questões de Geografia Histórica da Cidade de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 86, n. 141, p. 85, 2006/2007.

NEVES, Gervasio Rodrigo. (Coord.). *A Natureza na Cartografia Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 2008.

NUTI, Lucia. *Ritratti di Città: visione e memória tra Medievo e Settecento*. Venezia: Marsilio, 1996.

NUTI, Lucia. Mapping Places: chorography and vision in the Renaissance. In: COSGROVE, Denis (Ed.). *Mappings*. London: Reaction Books, 2002. p. 90-108.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *A Fundação de Porto Alegre: dados oficiais*. Porto Alegre: Norma, 1987.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e a sua formação*. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

OLSON, David R. *O Mundo no Papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.

PADOIN, Maria Medianeira. Tito Lívio Zambeccari nella Storia del Rio Grande do Sul e del Plata: una sintesi. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, p. 25-38, 2001.

PALSKY, Gilles. Document Sans Titre: Borges, Carrol et la carte au 1/1. *Cybergeo: European Journal of Geography*, Paris, article 106, 30 sept. 1999. Disponível em: <<http://www.cybergeo.eu/index5233.html>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 299-318, jan./dez. 2004.

PEIXOTO, Renato Amado. O Espelho da Jacobina: representação e escrita da história na construção da Carta Niemeyer de 1846. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2004. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Renato%20Amado%20Peixoto.doc>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PELLETIER, Monique; OZANNE, Henriette. *Portraits de la France*. Paris: Hachette: Bibliothèque Nationale de France, 1995.

PELLETIER, Monique. Science et Cartographie au Siècle des lumières. In: PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du Monde de la Renaissance au Siècle des Lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001. p. 81-105.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Espetáculo da Rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambeccari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, p. 07-24, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, Linguagem, Objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. (Org.) *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 99-122.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Sete Pecados da Capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel na 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de março de 1863*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1863. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>> Acesso em 20 ago. 2009.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945. 2 vol.

PINON, Pierre & LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, Bibliothèque Nationale de France, Le Passage et Paris Bibliothèques, 2004.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1825-1829. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1872-1877. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1877-1883. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Batismo de Henriqueta Breton*. Porto Alegre: Igreja do Rosário, 12/10/1887. Livro 20, f. 92. Documento manuscrito. Não publicado.

PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Casamento de João Cândido Jacques e Alzira Margarida Masson*. Porto Alegre: Capela Nossa Sra. da Conceição, 15/01/1884. Livro 9, f. 22 (verso). Documento manuscrito. Não publicado.

PORTO ALEGRE. Arquidiocese. *Casamento de Luiz Pereira Dias e Margarida Josefa Correa de Bragança*. Porto Alegre: Igreja Nsa. Sra. Mãe de Deus, 02/02/1832. Livro 4, f. 10L. Documento manuscrito. Não publicado.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1829. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1873. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município: 1783 a 1850*. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1824 a 1826. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1871-1872. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Livro de Naturalizações da Província do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, 1833-1864. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Registros de Nomeações e Posses*. Porto Alegre, 1831-1877. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho.

QUERRIEN, Anne. *Images e Mémoire*. In: Les annales de la recherche urbaine: Images et Mémoires, Paris, n. 42, p. 03-04, mars/avril. 1989.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. (Uspiana. Brasil 500 anos).

RICCI, Giovanni. *Bologna: le città nella storia d'Italia*. Roma: Laterza, 1980.

RICOEUR, Paul. *La Memoria, la Historia, el Olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RIVIÉRE, Jean Loup. *Cartes et Figures de la Terre*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980.

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Desembargador Francisco de Assis Pereira da Rocha na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial, em 1862*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1862. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1862_Francisco_de_Assim_Pereira_ROcha.pdf>. Acesso em 20 ago. 2008.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANFORD, Rhonda Lemke. *Maps and Memory in Early Modern England: a sense of place*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 51-82.

SANTOS, Renata. *A Imagem Gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHULZ, Juergen. La Grande Veduta "a Volo d'Uccello" di Jacopo de Barbari. In: ROMANELLI, Giandomenico *et al.* *A Volo d'Uccello: Jacopo de Barbari e le rappresentazioni di città nell'Europa del Rinascimento*. Venezia: Arsenale, 1999. p. 58-68.

SCLIAR, Salomão (Ed.). *Rio Grande do Sul Histórico*. Porto Alegre: Paniel: Rede Brasil Sul, 1980.

SEGGIARO, Delizabete; BICA, Eliane; PRAXEDES, Terson. *Transportes de Tração Animal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IGTF, c2007. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/temario_pdf/6_7_transportes_do_rio_grande_do_sul.pdf> Acesso em: 24 jan. 2010.

SILBERMAN, Robert Bruce. *World Views: maps and art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

SILBERMAN, Robert B. Maps and Art: the pleasure and power of worldviews. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World Views: maps and art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 26-55.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*. Salvador: Tipografia do Diário, 1833. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=1ToTAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Ignacio+Accioli+de+Cerqueira+e+Silva&source=bl&ots=T6jKFbOWHN&sig=NhzvJgxvCmjdzEzMPq7Oydy0sPc0&hl=pt-BR&ei=hDgtTPC5GoOKlwfl9rGJCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CCMQ6AEwBA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 nov. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *O Currículo como Fetice: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2009.

SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES, Joaquim Pedro. *Relatório com que o Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares, presidente da Província, entregou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão no dia 19 de maio de 1881*. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1881. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1881_Joaquim_Pedro_Soares.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009.

SORBELLI, Albano. Bologna Negli Scrittori Stranieri: Charles de Brosses. *Il Comune de Bologna*, Bologna, n. 7, p. 31, luglio 1928. Disponível em: <http://badigit.comune.bologna.it/codibo/ricerca_crono.htm>. Acesso em: 12 set. 2008.

SORBELLI, Albano. Bologna Negli Scrittori Stranieri: Gabriel-François Coyer. *Il Comune di Bologna*, Bologna, n. 2, p. 14, febr. 1930. Disponível em: <<http://badigit.comune.bologna.it/codibo>>. Acesso em: 12 set. 2008.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

SPALDING, Walter. A Cooperação Interprovincial na Revolução Farroupilha. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 4., 1946, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946. v. 2, p. 853-934.

SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987.

STEINHARDT, Nancy Shatzman. Mapping the Chinese City: the image and the reality. In: BUISSET, David (Ed.). *Envisioning the City: six studies in urban cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998. p. 1-33.

SUN, D. *Memory, Design and the Role of Computers*. In: Environment and Planning B: planning and design, London, 1993. v. 20(2). p;125-143

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

TEIXEIRA, Debora Maria Raison Alves. Ventos da Modernidade: os bondes e a cidade do Rio de Janeiro - 1850/1880. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. A Cartografia no Estudo da História Urbana. *Urbanismo2 de Origem Portuguesa*, Lisboa, n°2, set. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos1/textos1.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

TELLES, Leandro da Silva (Dir.). *Porto Alegre Antigo*. Porto Alegre: Painel, 1980.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 07-24, 2001/2002.

THROWER, Norman J. W. *Maps & Civilization: cartography in culture and Society*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

TIBERGHEN, Gilles A. *Finis Terrae: imaginaires et imaginations cartographiques*. Paris: Bayard, 2007.

TOSON, Berenice Ana et al. (Org.). *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. v. 6.

TOSON, Berenice Ana et al. *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre 1826-1835*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994. v. 7.

TOSON, Berenice Ana (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1856-1865*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 10.

TSTOUKAS, Vassilios. Low-Cost Application for the Georeferencing of Historical Maps. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 2007, Berne. *Paper and Poster Abstracts...* Warbern: Federal Office of Topography, 2007. p. 60-61.

TUAN, Yi-Fu. Maps and Art: identity and utopia. In: SILBERMAN, Robert Bruce. *World Views: maps & art*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 10-25.

TURCHI, Peter. *Maps of the Imagination: the writer as cartographer*. San Antonio: Trinity University Press, 2004.

UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur. Cadastro e Urbanismo em Porto Alegre. *Boletim do SERGS*, Porto Alegre, n. 6, p. 32-41, jan. 1934.

UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur; PEREIRA PAIVA, Edvaldo. *Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1938. Não publicado.

VARELA, Alfredo. *Res Avita*. Lisboa: Mauricio & Monteiro, 1935.

VERAS, Eduardo. O Mais Antigo Mapa da Capital. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 ago. 2005. Cultura, Segundo Caderno, p. 4.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; NEVES, Gervásio Rodrigo; HASENACK, Heinrich (Coord.). *Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 1 CD-ROM.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DÉAK, C.; SCHIFFER, S. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupan, 1999.

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório apresentado ao Illm. e Exmo Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887*. Disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1887_Joaquim_Jacinto_Mendonca.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009.

VITERBO, Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1988.

WATELET, Marcel. Pratiques administratives et codification du paysage urbain en Wallonie (1804-1830). Étude des corpus cartographiques des Ponts et Chaussées et du Waterstaat. In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (Dir.) *Le Paysage des Cartes: genèse d'une codification*. Actes de la 3^e Journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs) Paris: Musée des Plans-Reliefs, 1999. p. 121-142.

WEIMER, Günter. *A origem do Traçado de Porto Alegre*. [S.l.]: Ache Tudo e Região, 1999. Disponível em:

<http://www.achetudoeregiao.com.br/RS/porto_alegre/A_origem_do_tra%C3%A7ado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

WHITFIELD, Peter. *Cities of the World: a history in maps*. Los Angeles: University of California Press, 2005.

WHITFIELD, Peter. *London, a Life in Maps*. London: The British Library, 2006.

WIGAL, Donald. *Historic Maritime Maps*. New York: Parkstone, 2007.

WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992.

WOODWARD, David (Ed.). *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago: University Of Chicago Press, 1987.

WOODWARD, David. The manuscript, Engraved and Typographic Traditions of Map Lettering. In: WOODWARD, David (Ed.). *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago: University Of Chicago Press, 1987. p. 174-212.

WOODWARD, David. Techniques of Map Engraving, Printing, and Coloring in the European Renaissance. In: WOODWARD, David (Ed.). *History of Cartography: cartography in the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. v. 3, part 1. p. 591-610.

SITES CONSULTADOS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. Resende, 2006. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/revfarroup2.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

ANTIGUALHAS, HISTÓRIAS E GENEALOGIA. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://pufal.blogspot.com/2008/09/familia-leo-e-revoluo-farroupilha.html>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

BIBLIOTECA DO IBGE. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/ilhota.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. Madrid, 2007. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigital/index.html>>. Acesso em 05 out. 2009.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>. Acesso em 10 out. 2008.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Paris, 2006. Disponível em: <<http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>>. Acesso em 05 fev. 2007.

CAMAQUÃ. Prefeitura Municipal. Camaquã, 2009. Disponível em: <http://www.camaqua.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=34670>. Acesso em: 22 abr. 2009.

CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: <<http://www.henry-davis.com/MAPS/>>. Acesso em 23 abr. 2006.

DAVID RUMSEY MAP COLLECTION. San Francisco, 2000. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/index.html>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

FAMILY SEARCH. [S.I.], 2009. Disponível em: <http://www.familysearch.org/Eng/Search/IGI/individual_record.asp?recid=100277539471&lds=1®ion=14&frompage=99>. Acesso em: 14 abr. 2009.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em 20 mar.2009.

GENEALOGIA FAMÍLIA MELLO DIAS. [S.I.], 2008. Disponível em: <<http://www.familiamellodias.com.br/Historia%20Familia/familiadias.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

INSTITUT CARTOGRÀFIC DE CATALUNYA. Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.icc.cat/>>. Acesso em 31 jul. 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/Cartografos1.htm>. Acesso em: 01 fev. 2010.

MAP HISTORY/HISTORY OF CARTOGRAPHY. London, 1996. Disponível em: <<http://www.maphistory.info/index.html>>. Acesso em 31 jul. 2008.

MAPANALYST: the map historian's tool for the analysis of old maps. Zurich, 2005. Disponível em: <<http://mapanalyst.cartography.ch/index.html>>. Acesso em 24 ago. 2007.

MAPCO. London, 2006. Disponível em: <<http://archivemaps.com/mapco/london.htm>>. Acesso em 04 abr. 2009.

NEGÓCIOS ANTIGOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA. São Paulo, 2009 Disponível em: <<http://www.negociosantigos.com.br/departamento.aspx?id=45>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

NEW YORK PUBLIC LIBRARY. New York, 2003. Disponível em: <<http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/index.cfm>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

NORMAN B. LEVENTHAL MAP CENTER AT THE BOSTON PUBLIC LIBRARY. Boston, 2004. Disponível em: <<http://maps.bpl.org/>>. Acesso em 04 abr. 2009.

RHM FILATELISTAS. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.oselo.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/presidentes_parlamento.asp>. Acesso em: 10 nov. 2009.

SCIENCE AND SOCIETY. Picture Library. London, 2008. Disponível em: <<http://www.scienceandsociety.co.uk/results.asp?image=10411203&wwwflag=2&imagepos=4>>. Acesso em: 31 out. 2008.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Washington, 2005. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/gmdhome.html>>. Acesso em 31 out. 2008.

WIKIPÉDIA. [S.l.], 2006. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uti_possidetis>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

Nº	IMAGEM	p.
Capa	Map Barnes. – Disponível em: < http://www.thenetmill.com/brian/Images/mapbarnes-l.jpg >. Acesso em: 10 jun. 2007.	Capa
	CAPITULO 2	
Fig.1	Imagem da planta de Çatal Hoyuk. Anatólia, Turquia. 6.200 a.C. FOCUS Mediterranean Online Magazine. Mediterrâneo, 1998. Disponível em: < http://www.focusmm.com/civcty/cathyk03.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	27
Fig. 2	Imagem esquemática da Pedra de Bedolina, Itália. Entre 1000 e 200 a.C. In: EuroPreArt. Comunidade Européia, 2000. Disponível em: < http://www.europreart.net/cgi-bin/baserun.cgi?_cfg=record.cfg&_fil=code%3D%22bedln001%22 >. Acesso em: 20 ago. 2007.	27
Fig. 3	Mural egípcio com imagens de agrimensores. (séc. X à XI a.C.) In: MORALES, Mário Ruiz. La Evolución de los mapas a través la historia. <i>Mapping Interactivo</i> , Madrid, n. 110, maio/jun. 2006. Disponible en: < http://www.mappinginteractivo.com/plantilla.asp?id_articulo=1203 >. Acesso em: 13 out. 2009.	28
Fig. 4	Papiro de Turin (C. 1292 -1190 a.C.) – Museu Egípcio de Turin (Torino, Itália). In: <i>Rabodeaji.com</i> : Revista de entretenimento literário. [S. l.], n.05, 2002. Disponível em: < http://www.rabodeaji.com/No-5/mapa/default.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	28
Fig. 5	Mapa-mundi babilônico (600 a.C) – British Museum In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. l.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/103.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	28
Fig. 6	Plano de Nippur (1500 a.C) – Hilprecht Collection, Friedrich Schiller University, Jena, Alemanha. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. l.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/101.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	28
Fig. 7	Reconstituição do modelo de Homero e do de Anaximandro In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. l.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/106A.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	30
Fig. 8	Reconstituição do mapa de Dicearco. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. l.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/111.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	30
Fig. 9	Reconstituição do mapa de Erastóstenes In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. l.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/112.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	31

Fig. 10	Reconstituição do mapa de Ptolomeu (C. 150 d.C.) de manuscrito conservado no mosteiro de Vatopedi, hoje no British Museum. In: Baglioli, Alessandro. <i>Storia Cartografia Antica 1º</i> . Disponível em: < http://digilander.libero.it/diogenes99/Cartografia/Cartografia01.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	31
Fig. 11	Imagem da <i>Tabula Peutingeriana</i> (século XII ou XIII) – Österreichische Nationalbibliothek, Viena. In: IMAGINARY MUSEUM PROJECTS. Rotterdam, 2003. Disponível em: < http://imaginarymuseum.org/MHV/PZImhv/HarleyCartographyV1.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	32
Fig. 12	Imagem da <i>Notitia Dignitatum</i> , cópia de um manuscrito do séc. V. BNF, Site Pédagogique. Paris, 2006. – Disponível em: < http://classes.bnf.fr/ema/audio/grands/c024.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	32
Fig. 13	<i>Forma Urbis Romae</i> (fragmento). 203 a. C. – Palazzo dei Conservatori, Capitoline Museums, Roma In: THE STANFORD DIGITAL FORMA URBIS ROMAE PROJECT. Palo Alto, 2003. Disponível em: < http://caffinepete.blogspot.com/2005_06_01_caffinepete_archive.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	33
Fig. 14	Reconstituição do mapa de Agrippa. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/118.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	33
Fig. 15	Desenho de mapa com inscrição em chinês moderno. (<i>Zhaoyu Tu</i>) – Original em uma placa de Bronze, descoberta no Condado de Pingshan, Hebei, China. 1º milênio a.C. In: BUISSERET, David. <i>Envisioning the City. Six Studies in Urban Cartography</i> . Chicago/London: The University of Chicago Press, 1998. p.12	34
Fig. 16	Mapa China 1137. In: THROWER, Norman J.W. <i>Maps & Civilization. Cartography in Culture and Society</i> . 2ªEd. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1999. p.28.	35
Fig. 17	Mapa Impresso chinês 1155. In: THROWER, Norman J.W. <i>Maps & Civilization. Cartography in Culture and Society</i> . 2ªEd. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1999. p.33.	35
Fig.18	Jerusalém no mosaico de Madaba ca. 542 – ‘Old Church’, Madaba, Jordânia. In: SACRED DESTINATIONS. [S.I.], 2005. Disponível em: < http://www.sacred-destinations.com/jordan/madaba-map >. Acesso em: 26 out. 2009.	36
Fig. 19	Mapa T-O de Isidoro de Sevilla In: JACA, Blanca E. Buldain. <i>La Cartografia Medieval. Proyecto Clio</i> . Espanha, 1998. – Disponível em: < http://clio.rediris.es/numero005.html > e disponível também em: < http://clio.rediris.es/images/car_isidoro.gif >. Acesso em: 13 out. 2009.	36
Fig.20	Cosmologia T-O, Mapa de Metz In: JACA, Blanca E. Buldain. <i>La Cartografia Medieval. Proyecto Clio</i> . Espanha, 1998. – Disponível em: < http://clio.rediris.es/numero005.html > e disponível também em: < http://clio.rediris.es/images/car_metz.jpg >. Acesso em: 13 out. 2009.	36
Fig. 21	Mapa de Hereford. (C. 1300) – Dean and Chapter of Hereford Cathedral & The Hereford Mappa Mundi Trust, Hereford, Inglaterra. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/EMwebpages/226A.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	37

Fig. 22	Itinerário de Matthew Paris – (C. 1252) British Library. In: IMAGINARY MUSEUM PROJECTS. Rotterdam, 2003. < http://imaginarymuseum.org/MHV/PZImhv/HarleyCartographyV1.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	37
Fig. 23	Londres no Itinerário de Matthew Paris – (C. 1252) British Library. In: WHITFIELD, Peter. London, a Life in Maps. London: The British Library, 2006. p.19.	37
Fig. 24	Carta Pisana (C. 1290), anônimo – BNF. In: Bagioli, Alessandro. Storia Cartografia Antica 1°. Disponível em: < http://digilander.libero.it/diogenes99/Cartografia/Cartografia01.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	38
Fig. 25	Atlas Catalão (C. 1375), Cresques Abraham – BNF. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/LMwebpages/235B.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	38
Fig. 26	Damasco no Portulano de Petrus Roselli (1462). ROSELLI, Petrus. Atlantic Ocean, Maditerranean Sea and Black Sea – BNF. In: WIGAL, Donald. Historic Maritime Maps. New York: Parkstone Press International, 2007. p. 45.	38
Fig. 27	Veneza no Mapa de Cantino (1502). Anônimo, Planisfério de Cantino – Biblioteca Estense, Modena, Itália. In: WIGAL, Donald. Historic Maritime Maps. New York: Parkstone Press International, 2007. p. 67.	38
Fig. 28	Limbourgs – Setembro (C. 1413). Irmãos Limbourgs, Les Très Riches Heures du Duc de Berry – Musée Conde de Chantilly. In: CHRISTUS REX ET REDEMPTOR MUNDI. Vaticano, 1995. Disponível em: < http://www.christusrex.org/www2/berry/f9v.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	39
Fig. 29	Limbourgs – Outubro (C. 1413). Irmãos Limbourgs, Les Très Riches Heures du Duc de Berry – Musée Conde de Chantilly. In: CHRISTUS REX ET REDEMPTOR MUNDI. Vaticano, 1995. Disponível em: < http://www.christusrex.org/www2/berry/f10v.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	39
Fig. 30	Limbourg – Mont Saint Michel (C. 1413). Irmãos Limbourgs, Les Très Riches Heures du Duc de Berry – Musée Conde de Chantilly. In: CHRISTUS REX ET REDEMPTOR MUNDI. Vaticano, 1995. Disponível em: < http://www.christusrex.org/www2/berry/f195r.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	40
Fig. 31	Van Eick 'A virgem do Chanceler Rolin' (c. 1435)–Museu do Louvre, Paris. In: CGFA A Virtual Art Museum. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://cgfa.sunsite.dk/eyck/p-eyck2.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	40
Fig. 32	Milão, Parisinus. Disponível em: < http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html >. Acesso em:	43
Fig. 33	Jerusalém, Parisinus. Disponível em: < http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html >. Acesso em:	43
Fig. 34	Mapa do Mundo de Ptolomeu, versão impressa em Ulm de 1482 – In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/119I.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	44
Fig. 35	Plano de Roma, Limbourgs (C. 1413). Irmãos Limbourgs, Les Très Riches Heures du Duc de Berry – Musée Conde de Chantilly. In: CHRISTUS REX ET REDEMPTOR MUNDI. Vaticano, 1995. Disponível em: < http://www.christusrex.org/www2/berry/f141v.html > Acesso em: 13 out. 2009.	45

Fig. 36	Plano de Roma segundo Alberti (c.1440) – The Newberry Library, Chicago. In: BUISSERET, David. <i>The Mapmaker's Quest. Depicting New Worlds in Renaissance Europe</i> . Oxford: Oxford University Press, 2003. p.23.	45
Fig. 37	Milão, Leonardo da Vinci (c.1500) – Biblioteca Ambrosiana. In: BUISSERET, David. <i>The Mapmaker's Quest. Depicting New Worlds in Renaissance Europe</i> . Oxford: Oxford University Press, 2003. p.36.	47
Fig. 38	Imola, Leonardo da Vinci (c.1502) – Museo Vinciano, Vinci. In: WEB GALLERY OF ART. [S.I.], 1996. Disponível em: < http://www.wga.hu/frames-e.html?html/l/leonardo/13maps/1imola.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	47
Fig. 39	Amsterdã de Cornelis Anthonisz (c.1544) – Rijksmuseum, Amsterdam. WIKIPEDIA, [S.I.], 2006. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/File:Cornelis_anthonisz_vogelvluchtkaat_amsterdam.JPG >. Acesso em: 13 out. 2009.	48
Fig. 40	Detalhe de Veneza de Jacopo de Barbari, 1500 – Museo Correr – Musei Civici Veneziani, Veneza. In: ROMANELLI, Giandomenico <i>et al.</i> <i>A Volo d'Uccello: Jacopo de Barbari e le rappresentazioni di città nell'Europa del Rinascimento</i> . Veneza: Arsenale, 1999. p.10-11	48
Fig. 41	Mapa de Mercator de 1569 – WIKIPEDIA, [S.I.], 2006. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Mercator_1569.png >. Acesso em: 13 out. 2009.	49
Fig. 42	Projeção Cônica de Ptolomeu – In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/119C.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	50
Fig. 43	Projeção esférica de Ptolomeu – In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancient%20Web%20Pages/119G.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	50
Fig. 44	Portulanos, rumos/rosa dos ventos – In: PORTOLAN CHARTS. James Ford Bell Library, University of Minnesota, 1999-2001. Disponível em: < http://www.bell.lib.umn.edu/index.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	51
Fig. 45	Detalhe de Portulano do Atlas Universal. Atlas Universal "Quase-original" (1565), Diogo Homem – Biblioteca Nacional de Rússia, St. Petersburgo In: M. MOLEIRO EDITOR, Barcelona, 1991. Disponível em: < http://www.moleiro.com/miniatura.h.php?p=63/pt >. Acesso em: 13 out. 2009.	51
Fig. 46	Projeção de Mercator In: NAVIS.GR, the Internet guide to mariners. Atenas, 1998. Disponível em: < http://www.navis.gr/men/mercator.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	53
Fig. 47	Portulano de Juan de La Cosa, 1500 – Museo Naval de Madrid, Madrid. In: WIKIPEDIA, [S.I.], 2006. Disponível em: < http://es.wikipedia.org/wiki/Juan_de_la_Cosa >. Acesso em: 13 out. 2009.	55
Fig. 48	Detalhe do Mapa de Cantino, 1502 – Anônimo, Planisfério de Cantino – Biblioteca Estense, Modena, Itália. In: WIGAL, Donald. <i>Historic Maritime Maps</i> . New York: Parkstone Press International, 2007. p. 67.	55
Fig. 49	Detalhe mapa de Waldseemüller – "Universalis Cosmographia," Martin Waldseemüller, 1507 In: LIBRARY OF CONGRESS, Washington, 2005. Disponível em: < http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g3200.ct000725C >. Acesso em: 13 out. 2009.	56

Fig. 50	Mapa de Sebastian Münster, 1540 – ‘Die neuwen Inseln, so hinder Hispanien gegen Orient bey dem land India ligen’, 1540. In: LIBRARY OF CONGRESS, Washington, 2005. Disponível em: < http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g3290.hl000010 >. Acesso em: 20 ago. 2007.	56
Fig. 51	Mapa de Pierre Desceliers, 1546 – Parte Americana do planisfério feito em Arques, França. Mapoteca do Itamaraty, fac-simile. In ADONIAS, Isa. <i>Mapa: imagens da formação territorial brasileira</i> . Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993. p. 34.	57
Fig. 52	Mapa de Lopo Homem, 1519. The Miller Atlas (Brasil), 1519. BNF, IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque. <i>Mapas Históricos Brasileiros</i> . Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1969. (Grandes Personagens da Nossa História). p.7.	57
Fig. 53	Tenochtitlan, 1521. Cortés, Hernando. Praeclara Ferdinandi (Nuremberg, 1524), Rare books and Manuscriptsdivision, NYPL. In: BARBER, Peter. (Ed.) <i>The Map Book</i> . London: Weidenfeld & Nicolson, 2005. p.90	57
Fig. 54	Rio de Janeiro, Jacques Van de Claye, 1579. BNF, In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). <i>Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000. p.32.	57
Fig. 55	Abraham Ortelius, ‘ <i>Russiae, Moscoviae et Tartarie descriptio</i> ’, <i>Theatrum Orbis Terrarum</i> , 1570 – In: UNIVERSITY OF TARTU LIBRARY, Tartu Estônia, 2007. Disponível em: < http://www.utlib.ee/ekollekt/kaardid/kaart/Russiae.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	58
Fig. 56	Joan Blaeu, <i>Africae Nova Descriptio</i> , Atlas Major, 1667. James Ford Bell Library, University of Minnesota, 1999-2001. In: SILBERMAN, Robert Bruce. <i>World Views: Maps and Art</i> . Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.29	58
Fig. 57	G. Mercator, <i>Septentrionalium Terrarum Descriptio</i> , 1595. James Ford Bell Library, University of Minnesota, 1999-2001. In: SILBERMAN, Robert Bruce. <i>World Views: Maps and Art</i> . Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.31	59
Fig. 58	Georg Braun & Hogenberg, Paris, <i>Civitates Orbis Terrarum</i> (1572) – In: HISTORIC CITIES, Department of Geography, the Hebrew University of Jerusalem, 2008. Disponível em: < http://historic-cities.huji.ac.il/france/paris/maps/braun_hogenberg_l_7_b.jpg >. Acesso em: 13 out. 2009.	59
Fig. 59	El Greco, ‘Vista e Plano de Toledo’ (c.1610) – Museo de El Greco, Toledo In: WEB GALLERY OF ART. [S.I.], 1996. Disponível em: < http://www.wga.hu/index1.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	60
Fig. 60	Jan Vermeer, ‘A Arte de Pintar’(1665-67) – Kunsthistorisches Museum, Vienna. In: WEB GALLERY OF ART. [S.I.], 1996. Disponível em: < http://www.wga.hu/index1.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	60
Fig. 61	Abraham Ortelius, ‘ <i>Americae sive Novi Orbis, Nova Descriptio</i> ’, <i>Theatrum Orbis Terrarum</i> , 1570 – In: The University of Alabama, Hoole Library, 2006. Disponível em: < http://cartweb.geography.ua.edu:9001/StyleServer/calcrn?cat=World&item=Western%20Hemisphere/us1570a.sid&wid=500&hei=400&props=item%28Name,Description%29,cat%28Name,Description%29&style=simple/view-dhtml.xml >. Acesso em: 20 ago. 2007.	61

Fig. 62	G. Braun & Franz Hogenberg, <i>Cidade do México e Cuzco, Civitates Orbis Terrarum</i> , 1572. – In: HISTORIC CITIES, Department of Geography, the Hebrew University of Jerusalem, 2008. Disponível em: < http://historic-cities.huji.ac.il/america/mexico/maps/braun_hogenberg_l_58_1.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	61
Fig. 63	Guillaume de L'Isle, <i>America Meridionalis</i> , 1718. – USP. In: MICELI, Paulo. <i>O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil</i> . São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p.200.	63
Fig. 64	John Pinkerton, <i>South America</i> , 1811 – In: DAVID RUMSEY MAP COLLECTION. San Francisco, 2000. Disponível em: < http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~3826~360032:South-America--Drawn-under-the-dire?sort=Pub_Date%2CPub_List_No_InitialSort&qvq=q:+Pub_List_No=%270732.000%27%22+;sort:Pub_Date,Pub_List_No_InitialSort;lc:RUMSEY~8~1&mi=52&trs=67 >. Acesso em: 20 ago. 2007.	63
Fig.65	Planta do Rio de Janeiro, 1812. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). <i>Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. Exposição realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, de julho a setembro de 2000. p.62.	64
Fig. 66	Aerofotogramétrico do Rio de Janeiro, 2003 (escala 1:15.000) – In: AEROSAT, Curitiba, 2002. Disponível em: < http://www.aerosat.com.br/noticias02.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	65
Fig. 67	Imagem de Satélite, Rio de Janeiro, 2002. (escala 1:25.000) – In: MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). <i>Brasil Visto do Espaço</i> . Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: < http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/rj/htm0/rj23_14.htm >. Acesso em: 13 out. 2009.	65
Fig. 68	AGUILAR, José Roberto. <i>Brasil de Aguilar</i> . Disponível em: Catálogo da exposição de mesmo nome realizada em São Paulo de 02 de junho a 17 de julho de 2005. Curador Haron Cohen. São Paulo: Fiesp/SP, 2005. p. 16,17	66
Fig.69	Mapas digitais – georeferenciados. – City of Detroit, Planning and information & Resource Center, Future General Land Use, City Boundaries, U.S. Census, Census 2000. Low and moderate income summary data. Block Groups, Maps and Graphics created using Mapinfo Professional, version 7.8 software. In: BARBER, Peter. (Ed.)The Map Book. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005. p.353	67
CAPITULO 3		
Fig. 70	Mapa de Psalter – 'World Map' (1250), The British Library, London. In: BARBER, Peter. (Ed.)The Map Book. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005. p.57	79
Fig. 71	Mapa de Ebsdorf (c.1290) – Ebskart Project, University of Luneburg, Alemanha. In: BARBER, Peter. (Ed.)The Map Book. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005. p.59	79
Fig. 72	Man in a circle and a square, Leonardo da Vinci (1485-90) Vitruvius man – Galleria dell'Academia, Veneza. In: Disponível em: WIKIPEDIA, [S.I.], 2006.< http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg >. Acesso em: 17 fev. 2010.	80
Fig. 73	A cidade nos mapas – 'La ville dans les cartes', François Dainville. In: DAINVILLE, François de. <i>Le Langage des Géographes</i> . Paris: Ed. A. et J. Picard, 1964. p. 221	84

Fig. 74	Títulos em mapas Montagem feita por Daniela Marzola Fialho	86
Fig. 75	Toponímias Montagem feita por Daniela Marzola Fialho com partes do Dufour Map e outros.	86
Fig. 76	Detalhe do mapa 'New England Observed' de John Smith, 1635. Versão reproduzida é da edição de 1635 do ' <i>Historia Mundī</i> ' de G. Mercator – National Archives of Canadá. In: HARLEY, Brian J. <i>The New nature of maps. Essays in the History of Cartography</i> . Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 2001. p.182.	87
Fig. 77	Algumas legendas de mapas Montagem feita por Daniela Marzola Fialho	88
Fig. 78	Letreiros. – 'Modèle des caracteres utilisés pour la Carte de la Guyenne par Belleyme(1767)', François de Dainville. In: DAINVILLE, François de. <i>Le Langage des Géographes</i> . Paris: Ed. A. et J. Picard, 1964. p. 76	89
Fig.79	Cholera cases around the Broad Street Pump, 1855. Dr. John Snow – Wellcome Library, London. In: CLARK, John O. E. (Ed.) <i>L'Épopée Cartographique: 100 exemples de cartes qui ont dessiné le monde</i> . Bath: Parragon Books, 2006. p.67.	92
	CAPITULO 4	
Fig.80	Mapa Pharus – Berlin Zentrum, 1902. – Pharus Verlag, Berlin/Germany. In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.I.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Berlin_Zentrum_Pharus_Plan_1902.jpg >. Acesso em: 18 fev. 2010.	102
	CAPITULO 5	
	Plantas de Porto Alegre	
Fig. 81	Esboço de Paranhos Antunes (1940) – 'Porto Alegre nos fins do século XVIII. In: ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. <i>Anais...</i> Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1940. v. 3. p. 1069.	117
Fig. 82	Plano do terreno... da Villa do Sr. São José de Tibiquary – Montanha, Cap. Eng. Alexandre José, Taquari, 1771. In: BALEM, Mons. Dr. João Maria. <i>A Paróquia de São José de Taquari</i> . Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1952. p. 36.	117
Fig. 83	'Planta da Cidade do Ryo de Janeiro...' (1769). Original manuscrito de Francisco João Roscio, AHU, Lisboa. In: REIS, Nestor Goulart. <i>Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. (Uspiana – Brasil 500 anos). p. 176.	120
Fig. 84	Assinatura de José Pedro César In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 08/07/1825. Foto Daniela Marzola Fialho.	121
Fig. 85	Mappa da Provincia de San Pedro, 1839. Manuscrito de José Pedro César (182?), reproduzida por Th. Duvotenay, com gravação de Alexis Orgiazzi, acompanhando os 'Annaes da Porvincia de S. Pedro'. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre, 2009. 1 CD-ROM.	122

Fig. 86	Desenho de quadras de José Pedro César, 1825. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1783 a 1850. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. 08/07/1825(14/09/1825). Foto Daniela Marzola Fialho.	124
	Planta de 1833	
Fig. 87	Pianta della Cidade de Porto Alegre – Livio Zambeccari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	127
Fig. 88	Tito Livio Zambeccari – Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	133
Fig. 89	‘Mode Italiane’– Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	133
Fig. 90	‘Bandiera e Coccarda Riograndense’ - Museo del Risorgimento, Bologna. In: VARELA, Alfredo. <i>Res Avita</i> . Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935. Entre as páginas 254-255.	134
Fig. 91	Planta 1836a – (Arroio dos Ratos) – ‘30 de maio de 1836 as 11 da route’. Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	135
Fig. 92	Planta 1836b – (Arroio dos Ratos) – ‘31 de maio de 1836’. Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	135
Fig. 93	Planta 1836c – ‘Combattimenti del 6 e 9 7.bre 1836 e 4 ottobre’. Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	136
Fig. 94	Planta 1836d – ‘Bataglia do Rio Pardo, 30 de abril’ (s. assinatura). Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	136
Fig. 95	Mappa do Rio Grande do Sul por Lívio Zambeccari, 1839, H. Leonhard fec., Lith. de V. R. Larée. – Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	137
Fig. 96	‘Entrata di Rio de Janeiro’ – Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	137
Fig. 97	‘Fortezza di Sta. Croce’ – Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	137
Fig. 98	‘Fortezza di San Giovanni’ – Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	138
Fig. 99	‘Fortaleza da Lage’ – Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	138
Fig. 100	‘Rio de Janeiro’ – Lívio Zambeccari. Mss. Imagem do Acervo do Museo del Risorgimento, Bologna. Foto Daniela M. Fialho.	139
Fig. 101	Esquema da Planta de 1833 Desenho feito por Daniela M. Fialho	141
Fig. 102	Legenda 1 – Detalhe do mapa ‘Pianta della Cidade de Porto Alegre’ – Livio Zambeccari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	142
Fig. 103	Legenda 2 – Detalhe do mapa ‘Pianta della Cidade de Porto Alegre’ – Livio Zambeccari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	144

Fig. 104	Legenda 3 – Detalhe do mapa ‘Pianta della Cidade de Porto Alegre’ – Livio Zambecari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	145
Fig. 105	Detalhe quarteirões – Detalhe do mapa ‘Pianta della Cidade de Porto Alegre’ – Livio Zambecari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	151
Fig. 106	Zonas cultivadas (lavouras) – Detalhe do mapa ‘Pianta della Cidade de Porto Alegre’ – Livio Zambecari, 1833. Museo del Risorgimento, Bologna. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	152
Fig. 107	‘Bologna’, M. Florini (fim do séc. XVI), impresso. In: RICCI, Giovanni. <i>Bologna: le città nella storia d’Italia</i> . Roma: Laterza, 1980. p. 54;	153
Fig. 108	Plan de Bologne (1796), contido no livro de La Lande, <i>Voyage d’un françois en Italie</i> . Veneza-Paris, 1769. In: SORBELLI, Albano. <i>Bologna Negli Scrittori Stranieri: Gabriel-François Coyer. Il Comune di Bologna</i> , Bologna, n. 2, p. 14, febr. 1930. Disponível em: < http://badigit.comune.bologna.it/codibo >. Acesso em: 13 out. 2008.	154
Fig. 109	Dupain de Montesson – La science des ombres... (1760) In: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (ed.). <i>L’Oeil du Cartographe</i> . Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995. p. 99.	155
Fig. 110	Dupain de Montesson – Le spectacle de la campagne... (1776) In: Disponível em: BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (ed.). <i>L’Oeil du Cartographe</i> . Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995. p. 100.	155
Fig. 111	Marselha por volta de 1700 – ‘Plan de la ville et citadelle de Marseille’. Extraído da compilação intitulada ‘Cartes des environs de plusieurs places entre les Alpes et la Mediterranée’. In: PELLETIER, Monique; OZANNE, Henriette. <i>Portraits de la France</i> . Paris: Hachette: Bibliothèque Nationale de France, 1995. p. 145.	156
Fig. 112	Mont Dauphin/Eyglies por volta de 1700 – ‘Plan du Mont-Dauphin’. Extraído da compilação intitulada ‘Cartes des environs de plusieurs places entre les Alpes et la Mediterranée’. In: PELLETIER, Monique; OZANNE, Henriette. <i>Portraits de la France</i> . Paris: Hachette: Bibliothèque Nationale de France, 1995. p. 90.	156
Fig. 113	Marselha em 1787 – ‘Plan géométral de la ville de Marseille et de ses faubourgs avec le projet d’agrandissement levé par ordre du roi en 1785’ por Roulet, Marselha, 1787. Archives Nationales, Paris. In: PELLETIER, Monique; OZANNE, Henriette. <i>Portraits de la France</i> . Paris: Hachette: Bibliothèque Nationale de France, 1995. p.171.	157
Fig. 114	Londres, John Rocque 1746 – ‘Plan of London, Westminster and Southwark, por John Roque. British Library Maps Crace III/107. Imagem da capa do livro: WHITFIELD, Peter. <i>London a life in maps</i> . London: British Library, 2006.	157
Fig. 115	Superposição do mapa de Zambecari a planta de Porto Alegre de 1839 (L. P. Dias). Elaborado por Daniela Marzola Fialho.	159

	PLANTA DE 1838	
Fig. 116	Planta de Porto Alegre de 1838, versão digital colorizada – ‘Planta da Cidade de Porto Alegre...’, anônimo, 1838. FBN. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	163
Fig. 117	‘Planta da Cidade de Porto Alegre...’, de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	164
Fig. 118	Data ‘Rio de Janeiro, 1838’ – Detalhe da ‘Planta da Cidade de Porto Alegre...’, de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	164
Fig. 119	‘Planta do Acampamento de Pirajá e Itapoã’ de Beaupere-Rohan, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart17056.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	168
Fig. 120	‘Planta do Arraial de Santa Luzia e suas imediações’ de H. Halfeld, 1842. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart172837.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	169
Fig. 121	‘Mappa do Theatro da Guerra’, anônimo, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart259202.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	170
Fig. 122	‘Disposição das forças Imperial e ...’, Tito Alves de Brito, 1843. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart544575.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	170
Fig. 123	‘Mappa Chorographico da Província de Sta Catharina’ de C. Van Lede, 1842. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529485.pdf >. Acesso em: 26 out. 2009.	171
Fig. 124	Detalhe do Mapa de C. Van Lede com o brasão, 1842 – Detalhe do ‘Mappa Chorographico da Província de Sta Catharina’ de C. Van Lede, 1842. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529485.pdf >. Acesso em: 26 out. 2009.	172
Fig. 125	‘Planta da Cidade de Porto Alegre...’, – Detalhe da ‘Planta da Cidade de Porto Alegre...’, de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	172
Fig;126	Esquema da Planta de Porto Alegre de 1838 Elaborado por Daniela Marzola Fialho.	173
Fig. 127	‘Diário do Governo’, 1831. Capa do exemplar de 27/04/1831. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom/ 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.41.	174
Fig. 128	‘Gazeta do Rio de Janeiro’, 1819. Capa do exemplar de 12/05/1819. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.58.	174
Fig. 129	‘Diário Fluminense’, 1824. Capa do exemplar de 15/10/1824. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.42.	174

Fig. 130	Detalhe da 'assinatura' do mapa de 1838 – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	175
Fig. 131	'Jornal do Comércio', 1838. Capa do exemplar de 29/11/1838. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.63.	175
Fig. 132	'Diário de Pernambuco', 1825; Capa do exemplar de 17/05/1833. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Museco, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.39.	175
Fig. 133	'Semanário do Cincinato', 1837. Capa do exemplar de 09/09/1837. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos R. Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. CD-ROM, fig.271	176
Fig. 134	'O Sete de Abril', 1833. Capa do exemplar de 21/05/1833. Museu da Comunicação Social, Porto Alegre. In: MIRANDA, Márcia E. & LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. <i>Jornais Raros do Musecom, 1808–1924</i> . Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008. p.95.	176
Fig. 135	'Olinda de Pernambuco' de C. Janszoon Visscher, 1630. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170301.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	176
Fig. 136	'Notta Accessoria' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	177
Fig. 137	'Estatística dos subúrbios e entrincheiramento da cidade' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	177
Fig. 138	'Etrincheiramento e Baterias' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	178
Fig. 139	'Estatística da Cidade' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	178
Fig. 140	'Commemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	178
Fig. 141	'Escala Grafica em braças (250)' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	181
Fig. 142	'Indicação do Norte – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	181
Fig. 143	'Detalhe quadras planta 1838' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	182
Fig. 144	'Lima' de Henri Abraham Chatelain, 1720. Acervo do ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya. Disponível em: < http://cartotecadigital.icc.cat/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/america&CISOPTR=657&CISOBOX=1&REC=6 >. Acesso em: 26 out. 2009.	184

Fig. 145	'Cidade do México' de Bernart Picart, 1723. Acervo do ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya. Disponível em: < http://cartotecadigital.icc.cat/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/america&CISOPTR=659&CISOBOX=1&REC=9 >. Acesso em: 26 out. 2009.	184
Fig. 146	'Mapa da Cidade de Lisboa e Belém', anônimo, 1812. In: MADUREIRA, Nuno Luís. <i>Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1992. Entre p. 16 e 17.	185
Fig. 147	Detalhe do Mapa de Lisboa – 'Mapa da Cidade de Lisboa e Belém', anônimo, 1812. In: MADUREIRA, Nuno Luís. <i>Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1992. Entre p. 16 e 17.	186
Fig. 148	'Detalhe do Mapa de Porto Alegre' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	186
Fig. 149	'Lith. de Vr. Larée' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	187
Fig. 150	'Escrita ilegível' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	187
Fig. 151	'Typ. Commercial Fluminense de S. F. Surigue' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	187
Fig. 152	'Detalhe exemplar 1 FBN 1839' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, exemplar existente na Fundação Biblioteca Nacional. Foto de Daniela M. Fialho.	188
Fig. 153	Detalhe exemplar 2 FBN 1839 – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre...', de 1838, anônimo, FBN. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	188
	PLANTA DE 1839	
Fig. 154	'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	191
Fig. 155	Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	192
Fig. 156	'Termo de Declaração' de L. P. Dias. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Livro de Naturalizações da Província do Rio Grande de São Pedro</i> . Porto Alegre, 1833-1864. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre. Documento de 08/06/1857, p.46. Foto Daniela Marzola Fialho	193
Fig. 157	Juramento de posse de L.P. Dias em 1838. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Registros de Nomeações e Posses</i> . Porto Alegre, 1831-1877. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Documento de 09/07/1838, p.26 frente. Foto Daniela Marzola Fialho	194
Fig. 158	'Planta de Parte da Cidade de Porto Alegre' por L. P. Dias de 1853. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	198

Fig. 159	'Planta de Parte da Cidade de Porto Alegre' por L. P. Dias de 1855. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	199
Fig. 160	'Planta da Villa de Camaquam' por L. P. Dias de 1857. In: CAMAQUÃ. Prefeitura Municipal. Camaquã, 2009. Disponível em: < http://www.camaqua.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=34670 >. Acesso em: 22 abr. 2009.	199
Fig. 161	Esquema da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839 Elaborado por Daniela Marzola Fialho.	200
Fig. 162	'Roma, Taddeo de Bartolo, 1413'. Afresco no Palazzo Publico, Saladel Mappamondo, Siena. In: THE COLOSSEUM. Roma, 2001. Disponível em: < http://www.the-colosseum.net/images/Taddeo_Map.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	201
Fig. 163	Jerusalém, Psalter, ca. 1200. Koninklijke Bibliothek, Holanda. In: THE JEWISH NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARY & The Hebrew University of Jerusalem. Disponível em: < http://jnul.huji.ac.il/dl/maps/jer/images/jer424/Jer424_a.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	201
Fig. 164	Roma, 1330-40. Roma na <i>Satyrica Historia</i> de Paolino of Venice. In: LIBRARY OF CONGRESS, Washington, 2005. Disponível em: < http://www.loc.gov/exhibits/vatican/images/vlib01.jpg >. Acesso em: 24 fev. 2010.	202
Fig. 165	'Jerusalém' de Braun e Hogenberg – <i>Civitates Orbis Terrarum</i> , 1588. In: SANDERUS ANTIQUARIAAT. Gant, Bélgica, 2004. Disponível em: < http://www.sanderusmaps.com/antique-maps/asia/holy-land--jerusalem_19376.cfm >. Acesso em: 26 out. 2009.	202
Fig. 166	Madrid, Tomás López, 1700 – Acervo do ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya. Disponível em: < http://cartotecadigital.icc.cat/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/espanya&CISOPTR=1475&CISOBBOX=1&REC=20 >. Acesso em: 26 out. 2009.	202
Fig. 167	'A Topographical Map of the country twenty Miles round London', William Faden, 1800. In: MAPCO (Map and Plan Collection Online). London, 2006. Disponível em: < http://archivemaps.com/mapco/faden/fadennb.htm >. Acesso em: 26 out. 2009.	202
Fig. 168	'A Plan of the city of Philadelphia and environs', John Hill, 1801-8. In: NEW YORK PUBLIC LIBRARY. New York, 2003. Disponível em: < http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/id?434754 >. Acesso em: 26 out. 2009.	202
Fig. 169	'Map of the country thirty Miles round the city of New York', John Henry Eddy, 1812. In: NEW YORK PUBLIC LIBRARY. New York, 2003. Disponível em: < http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/id?434410 >. Acesso em: 26 out. 2009.	202
Fig. 170	Environs of London, 1837 by Thomas Moule. In: MAPCO (Map and Plan Collection Online). London, 2006. Disponível em: < http://archivemaps.com/mapco/moule/moule.htm >. Acesso em: 26 out. 2009.	203

Fig. 171	'São Francisco'. In ROGERS, Henry Darwin & A[lexander] Keith Johnston. <i>Atlas of the United States of North America, Canada, New Brunswick, Nova Scotia, Newfoundland, Mexico, Central America, Cuba, and Jamaica. On a Uniform Scale. From the Most Recent State Documents, Marine Surveys, and Unpublished Materials. With Plans of the Principal Cities and Sea-Ports, and an Introductory Essay on the Physical Geography, Products, and Resources of North America.</i> London: Edward Stanford, 6, Charing Cross, S.W., n.d. [1857]. Imagem do Site DOROTHY SLOAN BOOKS E AUCTIONS. Texas, 2007. Disponível em: < http://www.dsloan.com/Auctions/A21/item-atlas-rogers_and_johnston-US.html >. Acesso em: 26 out. 2009.	203
Fig. 172	Mapa Beatus, St. Sever, ca. 1030 – BNF. In: CARTOGRAPHY IMAGES HOME PAGE. [S. I.], 1996. Disponível em: < http://www.henry-davis.com/MAPS/EMwebpages/207D.html >. Acesso em: 13 out. 2009.	203
Fig. 173	Planisfério Genovês, 1457 – Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze. In: CAPO VERTE Faidate. Cidade Velha, 2005. Disponível em: < http://www.cvfaidate.com/mito.htm >. Acesso em: 22 fev. 2010.	203
Fig. 174	Mapa-múndi, Typus Orbis Terrarum, Abraham Ortelius, 1570 - Bibliotheek van de Universiteit van Amsterdam. In: DIGITALE BIBLIOTHEEK. Amsterdam, 2007. Disponível em: < http://cf.uba.uva.nl/nl/collecties/kaarten/ortelius/gfx/groot/o22a.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	204
Fig. 175	Mapa-múndi, 'Orbis Terrae Compendiosa Descriptio', R. Mercator, 1587. In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.I.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mercator_World_Map.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	204
Fig. 176	Áfricae nova descriptio, Willem Janszoon Blaeu, 1644. In: PRINCETON UNIVERSITY LIBRARY. Princeton, 2008. Disponível em: < http://libweb5.princeton.edu/visual_materials/maps/websites/africa/map-s-continent/1644%20blaeu.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	204
Fig. 177	Detalhe – cidade do Cairo – do mapa 'Africae nova descriptio', Willem Janszoon Blaeu, 1644. In: PRINCETON UNIVERSITY LIBRARY. Princeton, 2008. Disponível em: < http://libweb5.princeton.edu/visual_materials/maps/websites/africa/map-s-continent/1644%20blaeu.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	204
Fig. 178	Estocolmo, Suécia - Braun and Hogenberg. Civitates Orbis Terrarum (1570). In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.I.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stockholm-1570_Braun-Hogenberg_Civitates-orbis-terrarum.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	206
Fig. 179	Amersfoort, Holanda - Braun and Hogenberg. Civitates Orbis Terrarum. (1588-97) In: SANDERUS ANTIQUARIAAT. Gant, Bélgica, 2004. Disponível em: < http://www.sanderusmaps.com/antique-maps/europe/amersfoort_22259.cfm >. Acesso em: 05 nov. 2009.	206
Fig. 180	Salvador, 1714. 'Vue de la Ville de S. Salvador...'. Ilustração do livro de Amédée François Frézier, c.1714. In: REIS, Nestor Goulart. <i>Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.30	206
Fig. 181	Recife, 1773. 'Planta [...] do Recife'. AHEX. In: REIS, Nestor Goulart. <i>Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.99	206
Fig. 182	Esquema das legendas da planta de L. P. Dias, 1839 Elaborado por Daniela Marzola Fialho.	207

Fig. 183	'Escala gráfica em braças' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	209
Fig. 184	'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	212
Fig. 185	'Cidade do Porto', 1813. Instituto Português de Cartografia e Cadastro. In: TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.313.	212
Fig. 186	'Rosa dos ventos, 1839' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	212
Fig. 187	'Rosa dos ventos, 1813' – Detalhe da planta 'Cidade do Porto', 1813. Instituto Português de Cartografia e Cadastro. In: TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.313	212
Fig. 188	'Seta sentido água, 1839' – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	213
Fig. 189	'Seta sentido água, 1813' – Detalhe da planta 'Cidade do Porto', 1813. Instituto Português de Cartografia e Cadastro. In: TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.313.	213
Fig. 190	'Planta' na planta de 1839 – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	213
Fig. 191	'Cidade do Porto' na planta de 1813 – Detalhe da planta 'Cidade do Porto', 1813. Instituto Português de Cartografia e Cadastro. In: TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.313.	213
Fig. 192	Texto planta de 1839 – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009..	213
Fig. 193	'Texto planta de 1813' – Detalhe da planta 'Cidade do Porto', 1813. Instituto Português de Cartografia e Cadastro. In: TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.313.	213
Fig. 194	Indicação de litografia – Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto-Allegre' por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	214

Fig. 195	Indicação de gravador – Detalhe da ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre’ por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	214
Fig. 196	Vista de Este – Detalhe da ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre’ por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	217
Fig. 197	Vista de Oeste – Detalhe da ‘Planta da Cidade de Porto-Allegre’ por L. P. Dias, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart493880.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	217
Fig. 198	‘Amsterdam’ por Daniel Stalpaert, 1662 (ca.) University of Amsterdam Library. In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.l.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amsterdam1662.jpg >. Acesso em: 05 nov. 2009.	218
	PLANTA DE 1844	
Fig. 199	Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844 – Conrado Jacob de Niemeyer. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	220
Fig. 200	Carta Corographica do Império do Brazil, 1846 – Conrado Jacob de Niemeyer. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170429.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	221
Fig. 201	‘Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro’, Eng. Pedro Taulois com a colaboração de Conrado Jacob de Niemeyer, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart164664.pdf >. Acesso em: 26 out. 2009.	225
Fig. 202	‘Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro’, Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegard, 1857. Acervo da Mapoteca do Itamaraty In: ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: < http://cartografiaurbana.ceurban.com/popimage.php?dbid=32&regid=380&lang=default >. Acesso em: 05 nov. 2009.	225
Fig. 203	‘Carta do Império do Brazil’, Conrado Jacob de Niemeyer, 1873. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart163385.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	226
Fig. 204	Esquema da Carta Corographica do Império do Brazil, 1846. Elaborado por Daniela Marzola Fialho.	227
Fig. 205	Roteiro de todos os sinaes..., Luis Teixeira, 1573 (ca.). Mss. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.91	228
Fig. 206	Estado do Brazil, João Teixeira Albernaz, 1612. – Fac-simile na Mapoteca do Itamaraty. In: NOVO MILÊNIO. Santos, 2005. Disponível em: < http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa66.htm >. Acesso em: 09 nov. 2009.	228

Fig. 207	'Descriçãom do continente da America Meridional...', 1746. Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlim, São Paulo. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.132	230
Fig. 208	'Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha...', 1751. Acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.133	230
Fig. 209	'Carta Geral do Brasil', José Custódio de Sá e Faria, 1779. Acervo do Gabinete de Estudos Históricos de Fortificações e Obras Militares, Lisboa. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.45	231
Fig. 210	'Carta Geographica de Projeção Esférica...', Antonio Pires da Silva Pontes, 1798. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. In: MARTINS, Francisco J. C. Compilar para Conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. <i>Anais...</i> Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Historica, 2009. Disponível em: < http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/martins_compilar-para-conhecer-alguns-mapas-do-territorio-colonial-brasileiro.pdf >. Acesso em: 02 fev. 2010.	232
Fig. 211	'Nova Carta do Brazil e da América Portuguesa anno 1821'. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.143	232
Fig. 212	'Outlines of the physical and political divisions of South America', A. Arrowsmith 1814. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Lisboa, 2007. Disponível em: < http://purl.pt/850/2/P1.html >. Acesso em: 26 fev. 2010.	233
Fig. 213	'Carte de la Province de Rio de Janeiro', MM Roussin et Givry, 1824. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Lisboa, 2007. Disponível em: < http://purl.pt/3426/2/P1.html >. Acesso em: 26/02/2010	233
Fig. 214	'Vista do Rio de Janeiro' W. Blaeu 1665. Detalhe do mapa 'Americae nova Tabula' de William Blaeu, 1665. In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.I.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Americae_nova_Tabula_-_Map_of_North_and_South_America_%28Willem_Blaeu,_1665%29.jpg >. Acesso em: 26 fev. 2010.	235
Fig. 215	'Sao Domingo' W. Blaeu, 1665. Detalhe do mapa 'Americae nova Tabula' de William Blaeu, 1665. In: COMMONS WIKIPEDIA, [S.I.], 2004. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Americae_nova_Tabula_-_Map_of_North_and_South_America_%28Willem_Blaeu,_1665%29.jpg >. Acesso em: 26 fev. 2010.	235
Fig. 216	Esquema da Planta da cidade de Porto-Allegre, 1844 – Niemeyer Elaborado por Daniela Marzola Fialho	236
Fig. 217	'Planta da cidade do Rio de Janeiro', capital do Império do Brasil, s/data Conrado Jacob de Niemeyer. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	237

Fig. 218	Detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844 – Conrado Jacob de Niemeyer. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	237
Fig. 219	Titulo da Carta Corographica do Império do Brazil. Detalhe da 'Carta Corographica do Império do Brazil', 1846 – Conrado Jacob de Niemeyer. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170429.jpg >. Acesso em: 26 out. 2009.	240
	PLANTA DE 1868	
Fig. 220	'Planta da cidade de Porto Alegre, capital da Prov ^a de São Pedro do Rio Grande do Sul' 1868. Detalhe da 'Carta Topographica da Prov ^a de São Pedro do Rio Grande do Sul', Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	242
Fig. 221	'Carta Topographica da Prov ^a de São Pedro do Rio Grande do Sul', Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	243
Fig. 222	Esquema da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868 Elaborado por Daniela Marzola Fialho	246
Fig. 223	Titulo da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868. Detalhe da 'Carta Topographica da Prov ^a de São Pedro do Rio Grande do Sul', Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	246
Fig. 224	Nota da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1868. Detalhe da 'Carta Topographica da Prov ^a de São Pedro do Rio Grande do Sul', Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	247
Fig. 225	Detalhe do mapa 'Roteiro de todos os sinaes...', de Luis Teixeira, 1573. Mss. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.91	248
Fig. 226	[Carta que mostra a Costa entre a "I. De Maldonado" e o "Rio Grande"], Albernaz I, 1640. Acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: < http://cartografiaurbana.ceurban.com/popimage.php?dbid=32&regid=615&lang=default >. Acesso em: 26 fev. 2010.	249
Fig. 227	Costa que vay ao rio da Prata' Albernaz II, 1666. Acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA URBANA. Lisboa, 2007. Disponível em: < http://cartografiaurbana.ceurban.com/popimage.php?dbid=32&regid=611&lang=default >. Acesso em: 26 fev. 2010.	249

Fig. 228	[Mapa da Costa do Brasil desde a baía de Paranaguá até a foz do Rio da Prata], de Diogo Soares, c.1740. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.189	249
Fig. 229	'Mapa de la governació del Paraguay...', do P. José Cardiel, 1752 (ca.) FURLONG, 1936, op. cit., Lâmina XXIII, n. 53 do Catálogo, p.78 do texto APUD: BARCELOS, Arthur. H.F. O Compasso e a Cruz, Cartografia jesuítica da América Colonial. Porto Alegre, 2006. 1 CD-ROM.	250
Fig. 230	'Exemplo geographico do terreno que corre desde a N ^a . do Rio Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão' de José Custodio de Sá e Faria, 1763. Acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: MENEGAT, Rualdo. <i>Atlas Ambiental de Porto Alegre</i> . 3. ed. rev. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1998. p.37.	250
Fig. 231	Detalhe, 1763. Detalhe do mapa 'Exemplo geographico do terreno que corre desde a N ^a . do Rio Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão' de José Custodio de Sá e Faria, 1763. Acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. In: MENEGAT, Rualdo. <i>Atlas Ambiental de Porto Alegre</i> . 3. ed. rev. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1998. p. 99.	250
Fig. 232	'Planta do Continente do Rio Grande...', Pe. Antonio Ignácio Roiz de Coedova, 1780. Acervo do AHEX. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.162	251
Fig. 233	Carta Hydrographica de uma parte do terreno, e costa do Império do Brazil...' de Francisco João Roscio, 1772. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512343.jpg >. Acesso em: 26 fev. 2010.	251
Fig. 234	'Mapa Corographico da Capitania de São Pedro' de José Saldanha, 1801. In: VIEIRA, Eurípedes Falcão; NEVES, Gervásio Rodrigo; HASENACK, Heinrich (Coord.). <i>Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 1 CD-ROM	251
Fig. 235	'Guia de Caminhantes, Carta 3 ^a , Capitania do Rio Grande de S. Pedro...', Anastásio de Sta. Anna, 1816. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.164	252
Fig. 236	'Carta Topográfica e Adm. Da Província de São Pedro do Sul' do Visconde de Villiers, 1847. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.177	253
Fig. 237	'Mapa do Sul do Império do Brasil' dos Eng. Civis H.L. dos santos Werneck e C. Krauss, 1865. Acervo do AHEX. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). <i>Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p.171	253
Fig. 238	Esquema da planta de Porto Alegre de 1868 Elaborado por Daniela Marzola Fialho	258

Fig. 239	Esquema das legendas da planta de Porto Alegre de 1868. Elaborado por Daniela Marzola Fialho sobre a 'Planta da cidade de Porto Alegre...', de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	259
Fig. 240	Seta que indica o norte. Detalhe da Planta da cidade de Porto Alegre...', de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	261
Fig. 241	Escala gráfica. Detalhe da Planta da cidade de Porto Alegre...', de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	261
Fig. 242	Vista da cidade da Planta de 1868. Detalhe da Planta da cidade de Porto Alegre...', de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	265
Fig. 243	Mainz, Alemanha, Braun and Hogenberg, 1572. Civitates Urbis Terrarum. In: HISTORIC CITIES, Department of Geography, the Hebrew University of Jerusalem, 2008. Disponível em: < http://historic-cities.huji.ac.il/germany/mainz/maps/braun_hogenberg_I_37_1_b.jpg >. Acesso em: 26 fev. 2010.	266
Fig. 244	Gorinchem, Holanda, Braun and Hogenberg, 1572. Civitates Urbis Terrarum. In: HISTORIC CITIES, Department of Geography, the Hebrew University of Jerusalem, 2008. Disponível em: < http://historic-cities.huji.ac.il/netherlands/gorinchem/maps/braun_hogenberg_I_21_3_b.jpg >. Acesso em: 26 fev. 2010.	267
	PLANTA DE 1872	
Fig. 245	Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	269
Fig. 246	Inscrições. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	270
Fig. 247	'Carimbo da Diretoria de Obras Públicas'. Detalhe da 'Planta de Parte da Cidade de Porto Alegre' por L. P. Dias de 1853. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Foto de Daniela Marzola Fialho.	272
Fig. 248	'Planta de terreno na Rua Duque de Caxias'. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Anexo ao ofício de 28/10/1875. Foto de Daniela Marzola Fialho.	274
Fig. 249	'Planta de terreno na Rua Duque de Caxias (2)'. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Anexo ao ofício de 28/10/1875. Foto de Daniela Marzola Fialho.	274

Fig. 250	Esquema da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872 Elaborado por Daniela Marzola Fialho	274
Fig. 251	'Planta da cidade de Porto Alegre', anônimo, 1872. Manuscrito em papel vegetal. Acervo da Mapoteca da SMOV – Secretaria de Obras e Viação de Porto Alegre. Fotografia de Daniela M. Fialho.	275
Fig. 252	'Desenho do selo no mapa'. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	276
Fig. 253	Selo Fiscal do Império, de 1868 com a efígie de D. Pedro II. In: RHM FILATELISTAS. São Paulo, 2010. Disponível em: Disponível em: < http://www.oselo.com.br/product_info.php?cPath=153_901&products_id=2233 >. Acesso em: 03 jan. 2010.	276
Fig. 254	Esquema da localização do terreno de Antonio Pereira da Rocha, com a localização dos elementos da planta de Manoel Correa S. Netto, do gazometro e das casas de Araujo Ribeiro – Elaborado por Daniela M. Fialho sobre Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	279
Fig. 255	'Planta da parte do litoral compreendida...' de Manoel Correa da Silveira Netto, 1875. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	280
Fig. 256	Escala da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	281
Fig. 257	Linha tracejada. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM. (destaque feito por Daniela M. Fialho)	282
	PLANTA DE 1876	
Fig. 258	Assinatura do Agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo, em ofício de 26/01/1878. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Foto de Daniela Marzola Fialho.	287
Fig. 259	Planta do Litoral Norte da Cidade de Porto Alegre, Manoel José Nunes de Azevedo, 1877. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	289
Fig. 260	Planta de uma parte da Cidade de Porto Alegre, Manoel José Nunes de Azevedo, 1877. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	290

Fig. 261	Provável área abrangida pela Planta de 1876. Elaborado por Daniela Marzola Fialho sobre 'Planta de Porto Alegre' copiada do site GUIA GEOGRÁFICO BRASIL. [S.I.], Brasília. Disponível em: < http://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/portoalegre-interativo.htm >. Acesso em 02/02/2010.	297
	PLANTA DE 1881	
Fig. 262	'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	299
Fig. 263	Assinatura de Henry Jean Breton em ofício de 21/02/1880. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. <i>Construção e Melhoramentos do Município</i> . Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Foto de Daniela Marzola Fialho.	300
Fig. 264	Esquema da Planta de Henrique Breton Elaborado por Daniela Marzola Fialho	303
Fig. 265	Rosa dos Ventos. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	303
Fig. 266	Escala. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	303
Fig. 267	Representação da água. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	304
Fig. 268	Quadra com 'individualização' das edificações. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	305
Fig. 269	Quadra com demarcação dos lotes. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	305
Fig. 270	Pça Martins de Lima. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	306
Fig. 271	Pça Independência. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	306

Fig. 272	Pça. Conde D'Eu. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	306
Fig. 273	'Plan General de la zone de Paris', de Onésime T. Lefèvre, 1854. Acervo da BNF. In: PINON, Pierre & BOUDEC, Bertrand Le. <i>Les Plans de Paris: Histoire d'une capitale</i> . Paris: BNF/ Le Passage/ Paris Bibliothèques/ Atelier Parisien d'urbanisme, 2004. p.105.	307
Fig. 274	'Planta de Roma' de Giambattista Nolli, 1748. In: UNIVERSITY OF CALIFORNIA BERKELEY LIBRARY. Berkeley, 2009. Disponível em: < http://www.lib.berkeley.edu/EART/maps/nolli.html >. Acesso em: 01 mar. 2010.	308
Fig. 275	<i>Plan of the Cities of London and Westminster</i> , de John Rocque, 1746 In: MOTCO UK DIRECTORY AND IMAGE DATABASE. London, 1999. Disponível em: Disponível em: < http://www.motco.com/map/81002/ >. Acesso em: 03 mar. 2010.	309
Fig. 276	Planta de Berlim, Society for the diffusion of Useful Knowledge, 1833. In: ICC - INSTITUT CARTOGRÀFIC DE CATALUNYA. Barcelona, 2008. Disponível em: < http://vacani.icc.cat/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/europa&CISOPTR=949&CISOBOX=1&REC=2 >. Acesso em: 01/03/2010.	310
Fig. 277	Planta de Edinburgo, Society for the diffusion of Useful Knowledge, 1834. In: INSTITUT CARTOGRÀFIC DE CATALUNYA. Barcelona, 2008. Disponível em: < http://vacani.icc.cat/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/europa&CISOPTR=1736&CISOBOX=1&REC=4# >. Acesso em: 01/03/2010.	310
Fig. 278	Planta da Cidade de Porto Alegre com legenda dos equipamentos, 1881 Elaborada por Daniela M. Fialho sobre 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	311
Fig. 279	Demarcação do trajeto dos 'Bonds'. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	313
Fig. 280	Demarcação do trajeto da Ferrovia. Detalhe da 'Planta da Cidade de Porto Alegre' de Henrique Breton, 1881. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	313
	PLANTA DE 1888	
Fig. 281	'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	315
Fig. 282	'Carta Geográfica do Estado Federal do Rio Grande do Sul' de João Cândido Jacques, 1891. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Foto Daniela Marzola Fialho.	319

Fig. 283	Titulo da Planta de Porto Alegre de João Cândido Jacques, 1891. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	319
Fig. 284	Esquema da Planta de Porto Alegre de João Cândido Jacques, 1891 Elaborado por Daniela M. Fialho	320
Fig. 285	Limite urbano de 1892 desenhado na Planta de 1888. Elaborado por Daniela M. Fialho sobre 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	320
Fig. 286	'Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que têm actualmente'. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	321
Fig. 287	'Quadro Estatístico' da Planta de 1888. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	322
Fig. 288	Rosa dos Ventos. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	322
Fig. 289	Escala. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	322
Fig. 290	Seta sentido das águas. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	323
Fig. 291	Designação do 'Rio Guaíba'. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	323
Fig. 292	Peq. tufos de vegetação. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	323

Fig. 293	Tufos densos de vegetação. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	323
Fig. 294	Vegetação da Redenção. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.	323
Fig. 295	O 'Leque' das estradas e arraiais. Detalhe da 'Planta de Porto Alegre compreendendo os seus Arraiais' de João Cândido Jacques, 1888. Acervo do IHGRS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre</i> . Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM. (destaque feito por Daniela M. Fialho)	325
Fig. 296	Detalhe do mapa ' <i>Plan of the Cities of London and Westminster</i> ', de John Rocque, 1746. In: MOTCO UK DIRECTORY AND IMAGE DATABASE. London, 1999. Disponível em: < http://www.motco.com/map/81002/ >. Acesso em: 03 mar. 2010.	326
Fig. 297	'New Plan of London' de G. Cruchley, 1827. In: MAPCO (Map and Plan Collection Online). London, 2006. Disponível em: < http://archivemaps.com/mapco/london.htm >. Acesso em: 03 de março de 2010.	327
Fig. 298	Planta da Colônia de S. Leopoldo. Acervo do IHGRS. In: VIEIRA, Eurípedes Falcão; NEVES, Gervásio Rodrigo; HASENACK, Heinrich (Coord.). <i>Preservação do Acervo Cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 1 CD-ROM.	327
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Fig. 299	Planta Porto Alegre 1772 sobreposta a atual. Elaborado por Daniela M. Fialho.	339
Fig. 300	Planta Porto Alegre 1839 sobreposta a atual. Elaborado por Daniela M. Fialho.	340
Fig. 301	Planta Porto Alegre 1868 sobreposta a atual. Elaborado por Daniela M. Fialho.	340

ANEXO 1

Ficha técnica das Plantas existentes estudadas

1.1 – A PLANTA DE 1833 – Lívio Zambeccari



ANO: 1833

CARTÓGRAFO: Lívio Zambeccari

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: 'Pianta da Cidade de Porto Allegre, 1833'

CARÁTER DO MAPA: Manuscrito, Colorido aquarela sobre papel

DIMENSÕES DO MAPA: 27x15cm

ESCALA DO MAPA: Sem escala

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Não possui.

LOCAL DO ORIGINAL: Museo Civico del Risorgimento, Bologna, Itália

FONTES IMPRESSAS:

VARELA, Alfredo. *Res Avita*. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935. Entre p.32-33

Bollettino Del Museo Del Risorgimento, Bologna, vol.XLVI, 2001.

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 13/08/2005. Caderno de Cultura. (VERAS, Eduardo. O mais antigo mapa da Capital)

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/popimage.php?dbid=3®id=1&lang=default> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.comune.bologna.it/museorisorgimento/> Site do Museo Civico del Risorgimento, Bologna, Itália

OBSERVAÇÕES: Sem Informações

LEGENDAS:

1ª Legenda

- A... Catedral
- B... Paço do Governo
- C... Campo santo
- D... Praça Grande
- E... Câmara dos Deputados
- F... Sala do Júri
- G... Alfândega
- H... Quartel dos Permanentes
- I... Arsenal
- L... Quartel dos Caçadores
- M... Largo do Paraíso
- N... Ospedal
- O... Praça da Quitanda
- P... Varzem

2ª legenda.

1. Rua da Praia
2. Rua da Quitanda
3. Rua da Ponte
4. Rua de Bragança

5. Rua da Cadea
6. Rua dos Orives
7. Ponte do Riacho
8. Desembarcadeiro dos cavallos
9. Trapiche da Alfândega
10. Trapiche da Quitanda
11. Colonna
12. Canoa de 65 pés de hussi so tronco, larga 7 pés

3ª Legenda - "*Abitare d'amici mici*".

- a. Casa del Colonelle José Mariano de Mattos
- b. Casa de José Magalhães Calvete
- c. Casa di Francisco Moïeste Franco prefeo emi dimerario
- d. Casa del Colonello Luiz de Lima e Silva
- e. Casa di Gaetano Morandi
- f. Casa de Juca Leão
- g. Casa delli famiglia del Brigadiere Gene^{le} Palmeira
- h. Casa e Hotel di Smith
- i. Casa de Onofre Pirez da Silveira Canto Colonello

1.2 – A PLANTA DE 1838 – Anônimo



ANO: 1838

CARTÓGRAFO: Anônimo

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: "Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Provincia que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito". "Porto Alegre 20 de junho de 1937"

CARÁTER DO MAPA: Impresso, monocromático.

DIMENSÕES DO MAPA: 45x58cm

ESCALA DO MAPA: Escala gráfica, 250 braças.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Rosa dos Ventos, orientado com o sudeste para cima.

LOCAL DO ORIGINAL: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

FONTES IMPRESSAS:

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968. p.86-88, p.137-138 (mencionada, sem imagem)

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p.52.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987. p.112 (detalhe).

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p.59 (mencionada, sem imagem)

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993. 2ª Ed, p.87.

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> - Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.bn.br/portal/> - Site da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

OBSERVAÇÕES: Impressão Typ. Commercial Fluminense, Rio de Janeiro

LEGENDAS:

“Império do Brasil”

”Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circumferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entricheiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Provincia que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito”.

“Porto Alegre 20 de junho de 1937”

Legendas da planta de 1838

Estatística dos subúrbios e entricheiramento da cidade

1. Caminho Novo.

2. Chacara de Manoel de Freitas Travassos.

3. Beco do Freitas Travassos e Caminho do Francisco Pinto de Souza.
4. Beco de Antonio Gonçalves Carneiro.
5. Olaria de José Ignácio Lourenço.
6. Beco de Antonio Martins Barboza.
7. Caminho da Caridade para o Alto do Passo d'Areia.
8. Moinho de Vento de onde tem Netto batido a Cidade por vezes, sendo huma em 20 de junho de 1837, em que jogou 150 e tantas balas ardentes e granadas, e logo que cessa o fogo se retira com a artilheria, e são tantas as peças quanto as figuras ali com a letra o.
9. Chacara de José Ignacio Lourenço.
10. Chacara do Dr. Manoel José de Araujo Franco.
11. Chacara de Antonio Fernandes Teixeira.
12. Chacara de João de Souza.
13. Moinhos de Vento de Antonio Martins Barboza, que forão demolidos (e pagos pela Nação), por quererem os sitiantes formar huma bateria acoberto delles na noite de 19 para 20 de Julho de 1836.
14. Caminho para a Varzia.
15. Varzia que se acha dividida e demarcada, porém em projecto, não obstante terem se passado Títulos a quem os requireo no tempo da presidência de Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga em 1834; mas a Câmara até o presente não tem consentido que se edifiquem
16. Estrada geral para a Freguezia de Viamão.
casas por dizer lhe pertence e que he reservada para logradouro publico.
17. Chacara e Olaria do Telles.
18. Chacara do Leão.
19. Caminho para a Azenha.
20. Ponte de Pedra na Azenha.
21. Riacho.
22. Olaria do Pinheiro.
23. Chacara de José Rodrigues de Oliveira.

24. Chacara e Olaria do chamado Joãozinho da Olaria.
25. Potreiro do mesmo Joãozinho.
26. Lugar para huma Igreja.
27. Lugar para huma Caldeira que devendo receber as águas de todas as ruas as deve ir deitar no Riacho.
28. Casa e terreno do Hospital da Caridade.
29. Chacara de S. Rafael, Fonte e Potreiro.
30. Ponte do Riacho e Caminho de Bellas.
- Casas situadas em diversas chacaras.

Entrincheiramento e Baterias

31.	Legalidade ou Morte	com 3 peças de cal.	3,	6	e 18.
32.	Trinta de Julho	com 1 peça de cal.			18.
33.	Leal Cassapava	Com 2 peças de cal.		6	e 18.
34.	Lealdade e valor	com 4 peças de cal.		9	e 12.
35.	15 de Junho de 1837	com 2 peças de cal.		9	e 12.
36.	Sra. Madre de Deos	com 2 peças de cal.			6.
37.	2. Bateria da Legalid.	com 1 peça de cal.			12.
38.	Firmo	com 1 peça de cal.			6.
39.	S. Jorge	com 1 peça de cal.			6.
40.	S. João da Olaria	com 3 peça de cal.			6.
41.	S. José dos Allemães	com 2 peças de cal.		3	e 18.
42.	Sra. da Conceição	com 3 peças de cal.		6	e 9.
43.	Imperador Constitul	com 2 peças de cal.		3	e 6.
44.	Santo Antonio	com 1 peça de cal.			9.
45.	S. Franc. Das Chagas	com 1 peça de cal.			9.
46.	D. Pedro 2.º	com 2 peças de cal.		3	e 6.

31 Peças. Além destas tem 6 mais de calibre 3 e 6, com 4 obuzes de 4, 5 e 7 P. postadas no largo da Caridade onde se vê a letra (a:). As peças notadas de c. 18 são caronadas.

(g:) ao Oeste da cidade: serrou se o ataque que aturou de vivo fogo mais de duas horas, e retirarão os sitiante suas forças de mar e terra ja dia claro, e erão superiores ás do dia 30 de Junho por terem engajado mais de 300 Allemães, (colonos): seguindo o Patacho (d:) para a Itapoam, e o Brigue (c:) fundeou a grande distância; porêm a vista da cidade. A Escuna (e:) que tinha hido rio acima appresentou-se na manhã de 24 do mesmo mez de Julho por hum levante que a guarnição della fez; e nesse mesmo dia pelas 10 horas da manhã chegou ao outro lado (o occidental da cidade) o Commandante das Armas Bento Manoel Ribeiro, com 1200 homens em socorro da cidade, que fazendo levantar o sitio, bateo e destroçou os sitiante em 4 de Outubro, sendo presos Bento Gonçalves da Silva, chefe delles; Onofre Pires da Silveira, e hum estrangeiro (Romano) de nome Zembicary, director do Chefe. Seguiu o Commandante das Armas para a Campanha a bater outras forças dos sediciosos, e indo daqui o Presidente Antero José Ferreira de Brito a concertar com elles operações a fim de exterminar a guerra civil; he prezo o Presidente por elle em 23 de Março do corrente anno de 1837, e declarou-se mancomonado com os sediciosos: eis tudo transtornado e crião elles calôr, marcha sobre a cidade do Rio Grande Domingos Crescencio de Carvalho, com forças, e sobre esta capital Antonio de Souza Neto, que a esta sitiando desde 2 de maio, e não a tem atacado formalmente por motivo de suas fortificações, mas tem por diversas vezes bombardeado, como hoje o acaba de fazer (vide n. 8, Moinhos de Vento) he verdade que sem tirar proveito.

A letra (o:) denota hum lugar de onde se tirou barro para Olaria, e que em 20 de Julho de 1836 estava com bastante agua, e por ali carregarão com força para entrar os Allemães que armarão, que não podendo se retirarão, deixando muito armamento dentro d'agua.

No flanco do entrincheiramento ao Sul, se vê huma Canhoneira (p:) he posta no presente sitio, e no flanco do Norte teve Canhoneira no passado, e tem no presente.

A letra (q:) denota o fundeadouro, e se vê as embarcações fundeadas.

A letra (r:) denota pontão que serve de conservar presos no mar.

A letra (s:) denota Patacho de Guerra Leopoldina, Comandante Guilherme Park, chefe de operações maritimas nesta cidade.

Estatística da cidade

47. Trapiche, Alfândega e Praça.

48. Rua da Graça.
49. Rua da Praia e Praça do Arsenal.
50. Rua do Paraizo.
51. Igreja do Rozario.
52. Praça do Paraizo.
53. Travessa do Paraizo.
54. Plourinho.
55. Praia do Arsenal.
56. Ponta das Pedras.
57. Passagem para o lado Occidental.
58. Travessa ou rua da Prizão Militar.
59. Rua da Cadêa, e Cadêa.
60. Rua Nova.
61. Rua da Ponte.
62. Rua do Cotovêlo.
63. Igreja das Dôres.
64. Ponta do Arsenal.
65. Travessa da rua do Poço.
66. Largo ou Praça do Palácio da Presidencia.
67. Alicerces da nova casa da Opera.
68. Rua de S. José e escada para a Praça.
69. Igreja Matriz (N. Sra. Madre de Deos).
70. Catacumbas.
71. Cemiterio.
72. Palácio dos Presidentes.
73. Casa da Assembléa Provincial.
74. Rua Formoza.
75. Rua do Arvoredado.

76. Rua da Olaria.
77. Rua da Varzia.
78. Praia do Riacho.
79. Rua do Coito, ou Cordoeiro.
80. Igreja do Sr. dos Passos.
81. Hospital da Caridade.
82. Rua da Misericórdia.
83. Rua de Santa Catharina.
84. Largo do Portão.
85. Rua do Hospital.
86. Beco da Fome.
87. Beco do Quartel do 8º Batalhão.
88. Rua da Figueira.
89. Beco do Firmo.
90. Beco do Israel Soares de Paiva.
91. Rua do Rozario, ou Bandeira.
92. Rua de Bragança.
93. Rua do Poço.
94. Beco do Brito.
95. Beco da Casa da Opera.
96. Beco do Barriga.
97. Rua do Ouvidor.
98. Rua do Cemitério.
99. Beco do Fanha.
100. Rua do Bellas.
101. Rua Clara.
102. Rua do Arroio,ou peccados mortaes.
103. Rua Direita.

104. Rua Bella.

105. Rua do Príncipe.

106. Arsenal de Guerra.

107. Arsenal de Marinha.

Notta accessoria

A letra (t:) denota hum baixio, onde se mergulhou huma ancora grande no sitio de 1836, e della partia sobre boias huma corrente a fechar o porto até a letra (u:) onde era feita fixo, cuja corrente era de amarras de embarcações que forão emendadas no Arsenal, &c.

A linha preta que corre em toda a extensão do Beco 90, denota hum muro de tijolo na chacara de Israel Soares de Paiva, onde se formarão andaimes para se fazer fogo de fuzilaria no caso de tentarem por ali algum ataque para entrarem, &c.

A linha preta denota Trincheira de caixão com terra.

A linha preta larga denota o foço que tem de 14 a 20 palmos de largo.

O claro branco entre as linhas pretas denota o intervallo que há da Trincheira ao foço, parte de terra encostada, e parte de torrão.

Plataforma em que se acha assestada a artilheria.

As baterias n.º 41, 42, 43, 44 e 45 são suspensas do chão de 12 a 14 palmos medidos por a parte de dentro das mesmas baterias.

As plataformas com a letra (b:) denotão Baterias que existião quando Bento Gonçalves da Silva, como chefe dos sitiante atacou a cidade por mar e terra, em 30 de Junho e 20 de Julho de 1836, que forão retiradas depois do dia 4 de Outubro por se relachar hum pouco a linha de defeza, em consequência de ter sido destruçado na Ilha de Famffa a força do dito Bento Gonçalves, e elle prisioneiro, &c.

Comemorações relativas aos sítios de 1836 e 1837

Tinhão os sediciosos 4 embarcações armadas que se vê notadas com as letras c, d, e, f. 1ª. Brigue Bento Gouçalves, 2. Patacho Vinte de Setembro, 3. Escuna Farroupilha e 4. Hiate Onofre; as quaes se achavão na Itapoam (9 legoas ao Sul da cidade) porêm logo subirão, e por vezes vierão ao lugar denotado (g:) batêr a cidade; mas vendo que não podião entrar para o fundiadoro, se retirarão e resolverão fazer passar as (e:f:) por serem de pouca água no canaleta (h:) entre o arroio da pintada e a Ilha, na qual vão entrando, e seguirão por de traz das Ilhas para o Caminho Novo, afim de se aproximarem as baterias em occasião de forçarem o entrincheiramento, o que fizerão em 30 de Junho de 1836, ao

amanhecer, em que se postarão no lugar (i:) fazendo fogo sobre as baterias, e duas embarcações (Escuna e Hiate) pequenas que ligeiramente forão armadas com huma peça de rodízio cada huma de calibre 9, e do lado do Oeste, lugar (g:) se postarão o Brigue e o Patacho (c: d:) fazendo fogo sobre a cidade e baterias que defendião a entrada para o fundeadouro. Aturou o ataque 3½ horas de fogo de canhão e fuzilaria, ao fim das quaes se retirarão os sitiantes de terra e mar as suas forças que montarão a mais de 1500 homens, quando os combatentes que defendião a cidade não chegavão a 300. Passados dias suspenderão as embarcações (e: f:) do seu fundeadouro na frente da chácara 2ª, para se hirem juntar com as (c: d:); mas chegando ao canaleta (h:) por onde tinham entrado, em razão de ter baixado o rio, encalharão, e passado horas só pode sahir a (f:) e a Escuna (e:) voltou para traz, e deu fundo no Rio Guahiba (ou Rio Pardo chamado) cuja foz he na letra (l:). Achando-se o Hiate (f:) só, e fundiado huma legoa ao Sul da cidade, e tendo chegado da Itapoam em hum Escaller Guilherme Park, commandante da Esquadilha que estava fora da mesma Itapoam por não poder entrar por motivo das baterias dos sediciosos: se embarcou na Escuna em 14 de Julho de 1836, levando consigo o Hiate e 3 Lanchões, lhe foi dar cassa e o prisionou, e tendo noticia disto a Escuna (e:) seguio rio acima e foi fundiar a 12 legoas de distancia. Constando esta tomada as duas embarcações (c: d:) que estavam na Itapoam, subirão e fundearão em grande distancia ao rumo do Sul da cidade quando pelas 3½ horas da madrugada do dia 20 de Julho pelo lugar da emboscada (pois que então era mato e não tinha as fortificações que ora ali se vê de (m:a n:), rompeo o fogo que logo circulou por outros pontos, e no mar das embarcações (c: d:) que tinham de noite vindo postar-se no lugar de costume.

1.3 – A PLANTA DE 1839 – Luiz Pereira Dias



ANO: 1839

CARTÓGRAFO: Luiz Pereira Dias

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: Planta da Cidade de Porto Alegre, por L. P. Dias. Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que

esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839”.

CARÁTER DO MAPA: Impresso, monocromático.

DIMENSÕES DO MAPA: 52x48,5 cm em folha de 79,5x52 cm.

ESCALA DO MAPA: Escala gráfica, 250 braças.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Rosa dos Ventos, orientado quase com o norte para cima.

LOCAL DO ORIGINAL: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

FONTES IMPRESSAS:

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968. Imagem entre p. 88-89. Citações p.86-88, p.138

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 82

TELLES, Leandro da Silva (dir.) *Porto Alegre Antigo*. Porto Alegre: Painel Editora Ltda., 1980. p.11, 12 e 13.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p.54.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987. p.115 (detalhe).

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993. 2ª Ed, p.87.

SOUZA, Célia Ferraz de Souza & Müller, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 131

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.bn.br/portal/> - Site da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

OBSERVAÇÕES: Impressão Lith. Vr. Larée, Gravado por J.H. Leonhard., Rio de Janeiro.

LEGENDAS:

Planta da Cidade de Porto Alegre, por L. P. Dias

Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839.

Vista de leste

1. Caminho d'Azenha
2. Morro do Christal
3. Pedras Brancas
4. Olaria do Pinheiro
5. Caza de J^o. Rodrigues
6. Olaria do Joãozinho
7. Caza de João de Souza
8. Batr^o na Chacara de Joãozinho
9. Reducto de Joãozinho
10. Red^{to}.na frente da Varzêa
11. Caza de Joãozinho
12. Bateria da Varzêa
13. Ponto do Israel
14. Pto. do 8^o Batalhão
15. Morros do Petim
16. Morro da Boa Vista
17. Igreja Matriz
18. Quartel do 8^o Batalhão
19. Ponto do Portão
20. Cazes da Caridade
21. Portão da Caridade
22. Terrenos da Caridade
23. Ponto de trás da Caridade

24. Poço da Caridade
25. Hospital da Caridade
26. Igreja dos Passos
27. Bateria da Caridade
28. Caza do Cor^{el}. Vicente
29. Cam^o do Passo d'Areia
30. Varzêa Grande

Vista de oeste

31. Muinho de Vento velho
32. Caza de Jose Ignácio
33. Caza de Ant^o. Fernz
34. Beco do Barboza
35. Canhonra. no Flanco
36. Ponto do Caminho Novo
37. Lomba do Barboza
38. Trincheira
39. Caza do Cor^{el}. Vic^{te}.
40. Morro do Telles
41. Morro de Sta. Anna
42. Igreja dos Passos
43. Igreja do Rozario
44. Praça do Paraizo
45. Hospital da Carid^e.
46. Caza de João Ignacio
47. Caza d'Alfandega
48. Praça de Palácio
49. Igreja Matriz
50. Palácio do Governo

51. Cam^o. de Bellem
52. Caza da D. Rita
53. Fundeadouro Merc^{te}.
54. Trap^e. do G^{da}. Mor
55. Arsenal de Guerra
56. Igreja das Dores
57. Intendencia
58. Arsenal da Marinha
59. Alto da Bronze
60. Fundro. de Guerra
61. Ponta das Pedras
62. Ponta da Passagem
63. Morro do Christal
64. Patacho de Registo
65. Preziganga

Estatística da cidade e subúrbios

1. Rua da Praia
2. Rua da Graça
3. Rua do Cotovelo
4. Rua da Ponte
5. R. Formoza
6. R. de S. Jose
7. Rua do Hospital
8. R. Nova do Poço
9. R. do Arvoredo
10. R. da Varzinha
11. R. Nova
12. R. da Cadeia

13. R. Principal
14. R. Bella
15. R. Direita
16. R. do Arroio
17. R. Clara
18. R. de Bellas
19. R. d'Alegria
20. R. do Ouvidor
21. R. do Cemitério
22. R. do Poço
23. R. de Bragança
24. R. do Rozario
25. Rua de Sta. Cath^{na}.
26. R do Couto
27. R. da Misericórdia
28. R. da Figueira
29. R. da Olaria
30. R. d'Azenha
31. Bêco do Leite
32. B. do Coelho
33. Beco do Fanha
34. Beco da Fonte
35. B. da Opera
36. B. do 8º Batalhão
37. B. do Firme
38. B. do Israel
39. B. do Barboza
40. B. do Chico Pinto

41. B. do Carneiro
42. Praça de Palácio
43. P. da Alfândega
44. P.do Paraizo
45. P. do Portão
46. Caza d'Alfandega
47. Trapiche
48. Pelourinho
49. Igreja Matriz
50. Igreja dos Passos
51. Igreja do Rozario
52. Igreja das Dores
53. Cemitério da Matriz
54. Cemitério da Caridade
55. Catacumbas
56. Hospital da Caridade
57. Palácio do Governo
58. Caza da Assembleia
59. Arsenal de Guerra
60. Intendencia
61. Arsenal da Marinha
62. Thesouraria
63. Quartel do 8°
64. Riacho
65. Ponte do Riacho
66. Praia do Riacho
67. Praia do Arsenal
68. Praia do Caminho Novo

69. Alicerce p^a. a Caza da Opera
70. Muinho de vento velho
71. Caminho da Capella
72. Caminho do Passo d'Arêa
73. Caminho de Bellas
74. Caminho Novo
75. Caminho d'Azenha
76. Olaria do Pinheiro
77. Olaria de Joãozinho
78. Olaria de Jerônimo
79. Olaria do Tristão
80. Olaria de Joze Ignácio
81. Muinhos do Barboza
82. Várzea grande em projecto da nova cidade
83. Caldeira e canal para conduzir as aguas ao Riacho
84. Poço da Caridade
85. Fundeadouro Mercante
86. Fundeadouro de Guerra
87. Chacaras do Caminho Novo
88. Chacara do Barboza
89. Chacara de Joze Ignacio
90. Chacara S. Rafael
91. Chacara do Leão
92. Chacara do Joãozinho
93. Chacara do Pinheiro
94. Chacara de Joze Rodrigues
95. Ponta da Passagem
96. Rio Pardo ou Guayba

97. Preziganga

98. Patacho de Registo

99. Ilhas Fronteiras



Lugar em que os sediciosos collocarão as embarcações para atacarem a Cidade, o que fizeram em 30 de Junho de 1836, e por terra circularão os Pontos principaes, carregarão nos dous flancos com 1500 homens, quando os sitiados não chegarão a 300, que defenderão toda a linha de mar e terra, e não tinham as fortificações, que agora existem apenas herão vedadas as ruas e caminhos por hua tapagem de taboas singellas.

a. Baterias collocadas para defesa das Praias, porque foi outra vez atacada em 20 de Julho do mesmo anno, e por terra com maior força no lugar que lhe offerencia vantagem, por falta de fortificações, pois que então a penas tinham o embaraço de huas simples cercas de espinhos, que depois se forão vallando e fortificando.

b. Embarcações armadas para defesa das Praias e flanquearem a linha de defêsa nos assédios de 1837 e 1838.

c. Baterias collocadas por Neto, quando Chefe dos sitiantes em 1837, em que por varias vezes bombardiou a Cidade.

d. Baterias por onde se fechava a linha de defesa em 1837.

e. Ponto n° 1 com 4 Pessas.

f. Ponto n° 2 com 3 Pessas.

g. Ponto n° 3 com 3 Pessas.

h. Ponto n° 4 com 2 Pessas.

i. Ponto n° 5 com 3 Pessas.

l. Ponto n° 6 com 4 Pessas.

m. Ponto n° 7 com 1 Pessas.

n. Ponto n° 8 com 2 Pessas.

p. Ponto n° 9 com 2 Pessas.

q. Ponto n° 10 com 1 Pessas.

r. Bateria n° 11 com 4 Pessas.

s. Ponto n° 12 com 3 Pessas.

t. Ponto n° 13 com 1 Pessas.

u. Ponto n° 14 com 3 Pessas.

x. Canhoneiros nos dois flancos postadas em 1839.

4 – A PLANTA DE 1844 – Conrado Jacob de Niemeyer



ANO: 1844

CARTÓGRAFO: Conrado Jacob de Niemeyer

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: “Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844”

CARÁTER DO MAPA: Impresso.

DIMENSÕES DO MAPA: aproximadamente 10x30 cm em folha de 150x150 cm (Planta Chorographica do Império do Brasil, Conrado Jacob de Niemeyer, 1846).

ESCALA DO MAPA: Notação 1/20000 braças, escala gráfica, 500 braças.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Não possui. A parte superior da folha indica o Norte.

LOCAL DO ORIGINAL: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

FONTES IMPRESSAS: Não possui.

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.bn.br/portal/> Site da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

OBSERVAÇÕES: A planta da cidade de Porto Alegre de 1844 é um cartucho inserido na “Carta Corographica do Império do Brasil” de Conrado Jacob de Niemeyer de 1846. Impressão da carta feita por Heaton & Rensburg, Rio de Janeiro.

LEGENDAS:

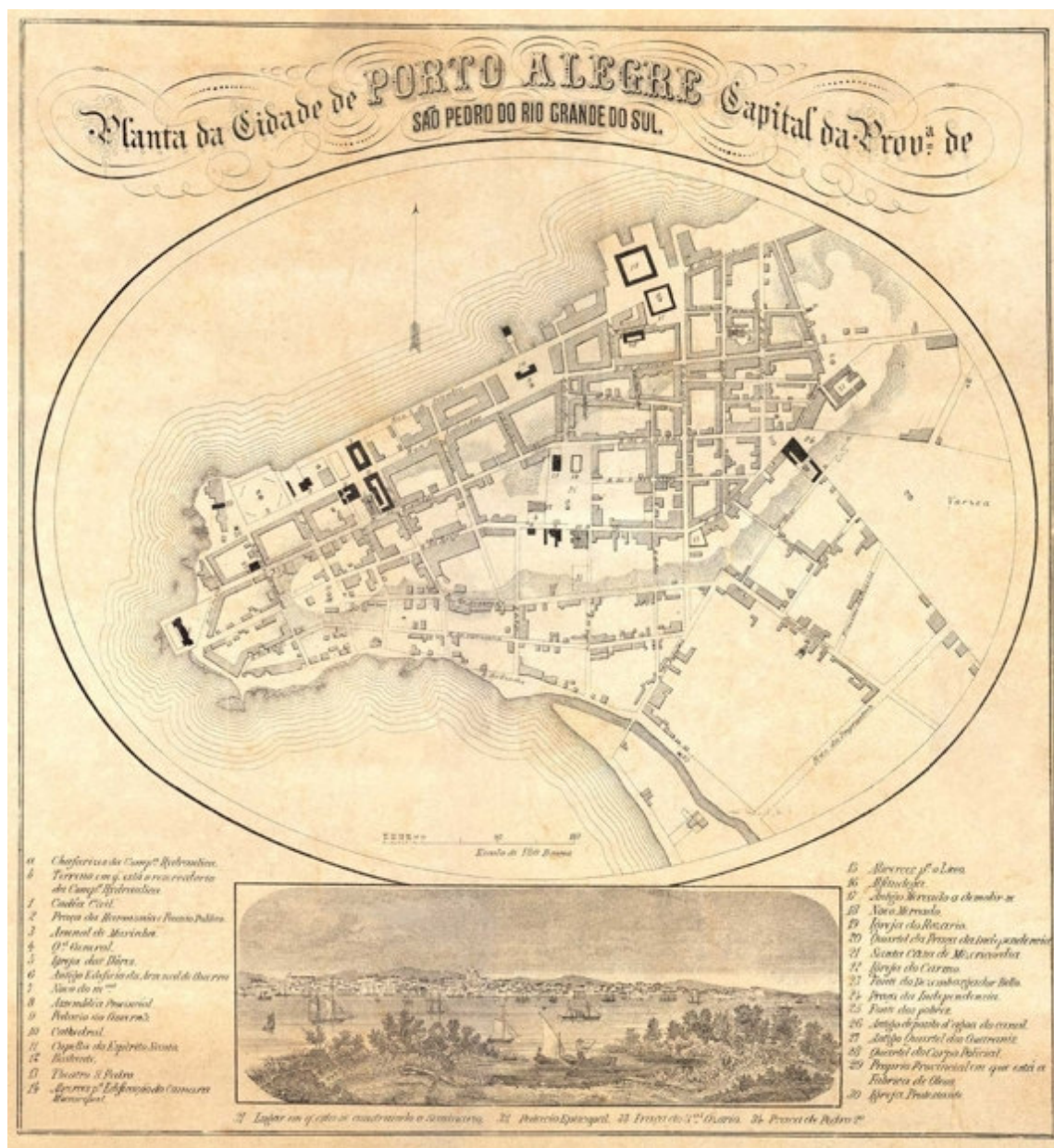
“Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844”.

Legendas

1. Igreja Matriz
2. D^a dos Passos
3. D^a do Rosário
4. D^a das Dores
5. Cemitério da Matriz
6. D^o da Caridade
7. Catacumbas
8. Hospital da Caridade
9. Palácio do Governo
10. Casa d’Assemblea
11. Arsenal de Guerra
12. Intendência
13. Arsenal de Marinha
14. Thesouraria
15. Quartel M^r.
16. Riacho
17. Ponte do Riacho
18. Praia do Riacho
19. D^a do Arsenal
20. Praia do Caminho Novo
21. Alicerces para a Casa da Opera
22. Olaria do Joãozinho
23. Poço da Caridade

24. Praça do Palácio
25. D^a d'Alfandega
26. D^a do Paraíso
27. D^a do Portão
28. Casa da Alfândega
29. Trapiche
30. Pelourinho

1.5 – A PLANTA DE 1868 – Antonio Eleuthério de Camargo



ANO: 1868

CARTÓGRAFO: Antonio Eleuthério de Camargo

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov.ª. De São Pedro do Rio Grande do Sul

CARÁTER DO MAPA: Impresso, monocromática.

DIMENSÕES DO MAPA: aproximadamente 31,5x29 cm em folha de 115x115 cm (Carta Topographica da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul, de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868).

ESCALA DO MAPA: Escala gráfica, 180 braças.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Seta que indica o Norte, orientada quase com o norte para cima.

LOCAL DO ORIGINAL:

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Porto Alegre, Brasil.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Br.

FONTES IMPRESSAS:

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968. Imagem entre p.94-95.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p.102.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993. 2ª Ed, p.134. (detalhe)

SOUZA, Célia Ferraz de Souza & Müller, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 135

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Sete Pecados da Capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p.427

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.bn.br/portal/> - Site da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=10&p_secao=19 – Site do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Porto Alegre, Brasil.

<http://www.ihgrgs.org.br/> - Site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

OBSERVAÇÕES: A planta da cidade de Porto Alegre de 1868 é um cartucho inserido na “Carta Topographica da Prov^a. de São Pedro do Rio Grande do Sul”, de Antonio Eleuthério de Camargo, 1868. Lith. Imp. de Emilio Wiedman, Porto Alegre.

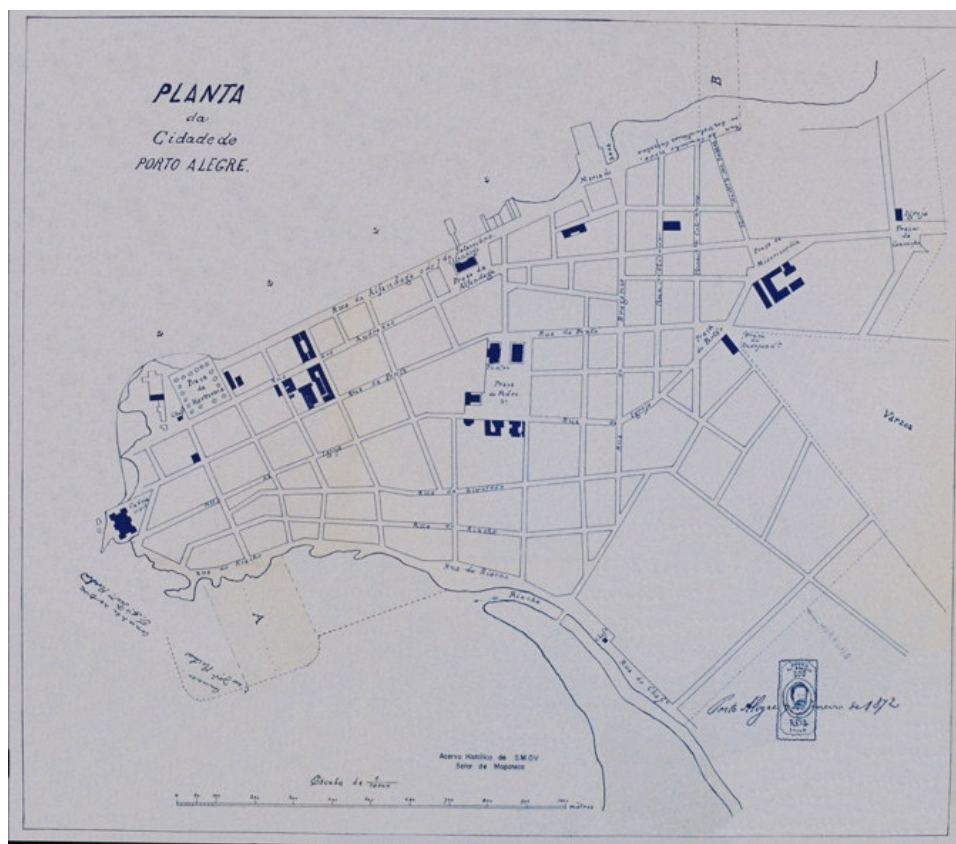
LEGENDAS:

Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. De São Pedro do Rio Grande do Sul

- a. Chafarizes da Comp^a. Hydraulica
- b. Terreno em q. está o reservatorio da Comp^a. Hydraulica
- 1. Cadêa Civil
- 2. Praça da Harmonia e Passeio Publico
- 3. Arsenal de Marinha
- 4. Q^{el}. General
- 5. Igreja das Dôres
- 6. Antigo Edeficio do Arsenal de Guerra
- 7. Novo do m^{mo}.
- 8. Assemblêa Provincial
- 9. Palácio do Governo
- 10. Cathedral
- 11. Capella do Espírito Santo
- 12. Bailante
- 13. Theatro S. Pedro
- 14. Alicerces p^a. Edificação da Camara Municipal
- 15. Alicerces p^a. o Liceo
- 16. Alfândega
- 17. Antigo Mercado a demolir-se
- 18. Novo Mercado
- 19. Igreja do Rozario
- 20. Quartel da Praça da Independencia
- 21. Santa Casa de Misericordia
- 22. Igreja do Carmo
- 23. Fonte do Dezembargador Bello
- 24. Praça da Independencia

25. Fonte dos Pobres
26. Antigo deposito d'agoa do canal
27. Antigo Quartel dos Guaranis
28. Quartel do Corpo Policial
29. Proprio Provincial em que está a Fabrica de Oleos
30. Igreja Protestante
31. Lugar em q. esta se construindo o Seminario
32. Palacio Episcopal
33. Praça do G^{al}. Ozorio
34. Praça de Pedro 2°.

1.6 – A PLANTA DE 1872 – Anônimo



ANO: 1872

CARTÓGRAFO: Anônimo

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: Planta da Cidade de Porto Alegre

CARÁTER DO MAPA: Semi-original manuscrito em papel vegetal, bi-cromático (preto com detalhes em vermelho).

DIMENSÕES DO MAPA: aproximadamente 71x70 cm.

ESCALA DO MAPA: Notação 1/10.000 metros, escala gráfica, 1000 metros.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Não possui. A parte superior da folha indica o Norte.

LOCAL DO ORIGINAL: Mapoteca da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), Porto Alegre, Brasil.

FONTES IMPRESSAS: Não possui.

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre:
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smov/> - Site da Secretaria Municipal de Obras e Viação
(SMOV), Porto Alegre, Brasil.

OBSERVAÇÕES: Não possui.

LEGENDAS: Não possui.

1.7 – A PLANTA DE 1881 – Henrique Breton



ANO: 1881

CARTÓGRAFO: Henrique Breton (Henry Jean Breton)

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: “Planta da cidade de Porto Alegre. Organizada segundo os documentos officiaes existentes, completada e executada pelo Engenheiro Henrique Breton, 1881”.

CARÁTER DO MAPA: Semi-original (cópias em papel vegetal e papel poliéster) de mapa impresso, monocromático.

DIMENSÕES DO MAPA: aproximadamente 64,5x52 cm.

ESCALA DO MAPA: Notação 1/5000, sem especificar o tipo de medida (se supõe que seja metros).

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Seta que indica o Norte, orientada quase com o sudeste para cima.

LOCAL DO ORIGINAL: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Porto Alegre, Brasil.

FONTES IMPRESSAS:

SOUZA, Célia Ferraz de Souza & Müller, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 139

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Sete Pecados da Capital*. São Paulo: Hucitec, 2008. p.446

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> - Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

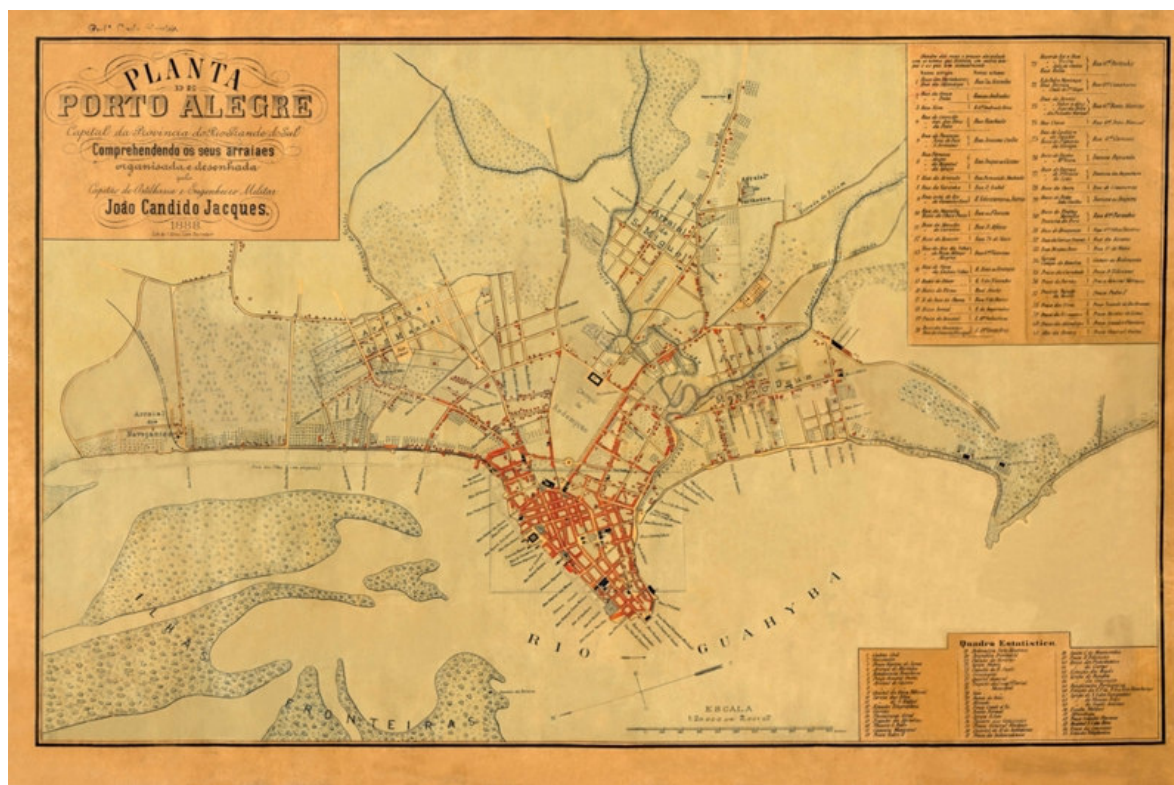
LINKS:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=10&p_secao=19 – Site do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Porto Alegre, Brasil.

OBSERVAÇÕES: Sem observações.

LEGENDAS: Não possui.

1.8 – A PLANTA DE 1888 – João Candido Jacques



ANO: 1888

CARTÓGRAFO: João Candido Jacques

LOCAL: Porto Alegre - RS – Brasil

NOME COMPLETO DO MAPA: “Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor”.

CARÁTER DO MAPA: Impresso, colorido.

DIMENSÕES DO MAPA: aproximadamente 38,9x60,2 cm.

ESCALA DO MAPA: Notação 1/20.000 metros, escala gráfica 2000 metros.

SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO: Seta que indica o Norte, orientada quase com o Les-sueste para cima.

LOCAL DO ORIGINAL: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

FONTES IMPRESSAS:

MACEDO, Francisco Riopardense de Macedo. *Porto Alegre: Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968. p.101, 135 (mencionada, sem imagem)

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p.121 (detalhe).

OLIVEIRA, Clóvis Silveira. *Porto Alegre, a Cidade e sua Formação*. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993. 2ª Ed, p.152 (detalhe).

SOUZA, Célia Ferraz de Souza & Müller, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 143

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 156

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 72.

FONTES DIGITAIS:

CARTOGRAFIA VIRTUAL HISTÓRICO-URBANA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD

SITES:

<http://cartografiaurbana.ceurban.com/> Site do Arquivo Digital de Cartografia Urbana

LINKS:

<http://www.ihgrgs.org.br/> - Site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

OBSERVAÇÕES: Lith. de J. Alves Leite Successor, Porto Alegre, Brasil.

LEGENDAS:

Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Candido Jacques. 1888. Lith. de J. Alves Leite Successor.

Quadro Estatístico

1. Cadeia Civil
2. Gazometro
3. Praça Martins de Lima
4. Arsenal de Marinha
5. Beneficencia Brasileira
6. Praça general Ozório
7. Arsenal de Guerra

8. “ “ “
9. Quartel da Força Policial
10. Igreja das Dores
11. Igreja de S. Rafael
12. Estação Telegraphica
13. Correio
14. Thesouraria Geral
15. Trapiche da Alfândega
16. Theatro S. Pedro
17. Camara Municipal
18. Praça D. Pedro II
19. Hydraulica Porto Alegre
20. Assemblêa Provincial
21. Palácio do Governo
22. Igreja Matriz
23. Capella do E. Santo
24. Seminário
25. Quartel General
26. Trapiche da Comp^a. Fluvial
27. Trapiche Municipal
28. Novo Trapiche Municipal
29. Banca do Peixe
30. Mercado
31. Praça Conde d'Eu
32. Escola Normal
33. Igreja S. José
34. Theatro das Variedades
35. Praça General Marques

36. Quartel do 13 de Infantaria
37. Praça da Independência
38. Santa C. de Misericórdia
39. Praça D. Feliciano
40. Igreja dos Protestantes
41. Igreja do Carmo
42. Estação dos Bonds
43. Igreja do Bonfim
44. Igreja da Conceição
45. Beneficência Portuguesa
46. Estação da E. F. de P. A. à Novo Hamburgo
47. Igreja de N. S. dos Navegantes
48. Igreja do menino Deus
49. Igreja de Santo Antonio
50. Escola Militar
51. Alfandega
52. Praça Senador Florencio
53. Hospital N. S. das Dôres
54. Praça da Conceição
55. Estação Telephonica

Quadro das ruas e praças da cidade com os nomes que tiveram em outros tempos e os que tem actualmente.

	Nomes antigos	Nomes actuaes
1	Beco dos Marinheiros Rua da Alfandega	Rua 7 de Setembro
2	Rua da Graça Rua da Praia	Rua dos Andradas
3	Rua Nova	Rua G ^{al} . Andrade Neves
4	Rua do Cotovello Rua traz das Dores Rua da Ponte	Rua Riachuelo

5	Rua do Pântano Rua Nova do Poço Rua S. Jeronimo	Rua Jerônimo Coelho
6	Rua Formosa Rua Alegre Rua do Hospital Rua da Igreja	Rua Duque de Caxias
7	Rua do Arvoredo	Rua Fernando Machado
8	Rua da Varzinha	Rua D. Izabel
9	Rua costa do Rio Rua do Caminho Novo	R. Voluntários da Pátria
10	Rua da Marcella Becco do Chico Pinto	Rua da Floresta
11	Becco da Marcella Becco do Carneiro	Rua D. Affonso
12	Becco do Rosario	Rua 24 de Maio
13	Rua do Arco da Vellha Rua da Prisão Militar Rua da Alegria	R. Gen. Vitorino
14	Rua do Trem Rua da Cadeia Velha	R. Dous de Fevereiro
15	Becco do Oitavo	R. 3 de Novembro
16	Becco do Firme	Rua Avahy
17	B. do Juca da Olaria	Rua 1 ° de Março
18	Becco Israel	R. do Imperador
19	Praia do Arsenal	R. G ^{al} . Salustiano
20	Becco dos Guarany's Rua da Guarda Principal	R. G ^{al} . Vasco Alves
21	Becco do Bot a Bica Becco do Vieira Becco João de castro Rua Bella	Rua G ^{al} . Portinho
22	B. do Pedro Mantinga Rua Direita Rua Conde de P ^{io} . Alegre	Rua G ^{al} . Canabarro
23	Rua do Arroio Rua do Nabos a doze Rua do Jogo da Bolla Rua dos Peccados Mortaes	Rua G ^{al} . Bento Martins
24	Rua Clara	Rua G ^{al} . João Manoel
25	Rua da Ladeira Rua do Ouvidor Becco do J ^o . Ignácio Becco da Garapa	Rua G ^{al} . Camara
26	Becco do Fanha Becco do M ^{el} . Vieira	Travessa Payssandú
27	Beco do Barriga Becco de D ^a . Ursula Becco do Leite	Travessa da Angustura
28	Becco da Opera	Rua do Commercio
29	Becco do Brito Becco do João Coelho	Travessa do Itapiru
30	Becco do Freitas Becco do Meirelles	Rua G ^{al} . Paranhos

	Travessa do Poço	
31	Rua de Bragança	Rua G ^{al} . Silva Tavares
32	Rua da Várzea Grande	Rua da Azenha
33	Rua Menino Deus	Rua 13 de Maio
34	Várzea Campo do Bomfim	Campo da Redempção
35	Praça da Caridade	Praça D. Feliciano
36	Praça do Portão	Praça General Marques
37	Praça do Palácio Praça da Matriz	Praça Pedro II
38	Praça das Dôres	Praça Visconde do Rio Grande
39	Praça da Harmonia	Praça Martins de Lima
40	Praça da Alfandega	Praça Senador Florencio
41	Alto da Bronze	Praça General Ozorio

ANEXO 2

Relação dos mapas entre 1831 e 1845

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
1	1831	CE	CARTA GEOGRÁFICA DO SEARÁ – PROVÍNCIA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Redigida segundo carta manuscrita levantada em 1817 por ordem do Governador Manoel Joaquim de Sampaio, e segundo as observações e as cartas marítimas do B. Roussim por M. Jos : Schwarzmam e M. Lé Chev : de Martius	Antônio José da Silva Paulet	37 x 30 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, com legenda, com escala, papel canson, telado, bom estado	AHEX	S/info
2	1831	MA	PLANTA E PERFIL DA TENALHA DENOMINADA BALUARTE DE SÃO LUÍZ NA CONFLUÊNCIA DOS RIOS BACANGA E ANIL	Ten. J. J. Rodrigues Lopes	46 x 31 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela com escala, com legenda, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado	AHEX	S/info
3	1831	MA	PLANTA E PERFIL DO FORTE DE S. MARCOS FRONTEIRO A BAHIA DO MESMO NA PROVÍNCIA DE MARANHÃO	Desenhado por Miguel em 1831	49 x 34,5 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com escala, com legenda, com rosa dos ventos, papel canson telado	AHEX	S/info
4	1831	MA	PLANTA E PERFIL DO QUARTEL DE ARTILHARIA DE POSIÇÃO	Ten. J. J. Rodrigues Lopes	48 x 31,5 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, com escala, com legenda, papel canson, bom estado	AHEX	S/info
5	1831	PE	PRESPECTIVA DO CONVENTO DE N. S. DO CARMO DA CIDADE DE OLINDA	Major Engenheiros João Bloem	73 x 51cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, aquarela, com nota explicativa, escala em palmos, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
6	1831	PI	CARTA TOPO-GEOGRÁFICA DA FREGUESIA DE MARUÃO, PROVÍNCIA DO PIAUHY	Ten. Cel. Pedro Cronemberger	92 x 74cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, com legenda, escala em léguas, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
7	1831	RS	MAPPA NO QUAL SE MOSTRA EM ESBOÇO A CONFIGURAÇÃO DOS CAMPOS DE VACARIA, OS DE CIMA DA SERRA	Jozé Pedro Cesar	41 x 74,5 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, escala em léguas, rosa dos ventos, nota explicativa, papel canson, telado, bom estado.	AHEX	S/info
8	1831	SE	CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DE SERGIPE	S/Autor	52,0 x 56,5cm. (1 ex. FBN)	Manuscrito	FBN	mss

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
9	1832	CE	PLANO DO PORTO DO CIARÁ para mostrar a posição das boias mandadas alli collocar pelo Ilmo. Exmo. Snr. Joaquim José Roiz. Torres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha anno de 1832	1º Ten. da Marinha Joaquim Lucio de Araújo	49 x 38 cm. (2 ex. AHEX) (5 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com legenda, com escala, com rosa dos ventos, com nota explicativa, papel canson, telado, bom estado	AHEX FBN	Litografia do Arquivo Militar
10	1832	MA	PLANO DA BAHIA DE SAN MARCOS – NA ENTRADA DO PORTO DE SAN LUÍS DE MARANHAN	Antônio Rodrigues D'Araújo	50 x 39,5 cm. (1 ex. AHEX) (5 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com escala, com rosa dos ventos, papel comum	AHEX FBN	Litografia do Arquivo Militar
11	1832	MA	PLANTA E FACHADA DO HOSPITAL MILITAR DO MARANHÃO	Ten. J. J. Rodrigues Lopes	49,5 x 39 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, com escala, com legenda, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado	AHEX	S/info
12	1832	PA	QUARTEL DO 25º BATALHÃO DE CAÇADORES DE 1ª LINHA	Cap Joaquim Rodrigues de Andrade	37,5 x 42,5cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, com seta norte, escala em braças, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
13	1833	ES	CARTA GEOGRÁFICA DE PARTE DO RIO DOCE	Antonio Pires da Silva Pontes, Governador da Província, desenhado por Antonio José Nunes.	111 x 162cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, escala em léguas, papel tecido, bom estado, copiado no EME por Damasceno, em 1931.	AHEX	S/info
14	1833	RJ	PLANTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	Oficiais Engs. Vicente da Costa e Almeida, Pedro Bellegarde e J. F. Koeler e pelo Tenente da Armada Joaquim Raimundo de Lamare	74 x 53,5cm. (3 ex. AHEX) (2 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com nota explicativa, com rosa dos ventos, escala em braças, papel canson telado, bom estado.	AHEX FBN	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
15	1834	PA	PERSPECTO DA BATERIA DO CASTELLO, DESTA CIDADE, EM SEU ESTADO ATUAL NO DIA 28 DE AGOSTO DE 1834.	S/Autor	51,5 x 44cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em braças, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
16	1834	PA	PLANO DA BATERIA DO CASTELLO DA CIDADE DO PARÁ	Cap Joaquin de Rodrigues Andrade	54,5 x 43cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, com seta norte, escala em braças, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
17	1834	PA	PLANO DO FORTE DA BARRA DA CIDADE DO PARÁ EM VISTA DE PÁSSARO, QUE MOSTRA O SEU ESTADO RUINOSO NO DIA OITO DE JUNHO DE 1834	Cap Joaquin de Rodrigues Andrade	45 x 60 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, nota explicativa, legenda, seta norte, escala em braças, papel canson, restaurado por Antonio Grosso, em fevereiro de 1996.	AHEX	S/info
18	1834	PA	PLANO DO RIO DO PARÁ	Joze Fernandes Portugal	34 x 27,5 cm. (11 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar
19	1834	PA?	DISCRIÇÃO E PLANO DA COSTA, DESDE AS SALINAS FALÇAS, ATÉ A CIDADE DO GRAM PARÁ	S/Autor	73 x 53,5 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Mss
20	1834	RJ	PLANTA DAS FORTIFICAÇÕES PERMANENTES DO DISTRITO	Ten. J. X. G. de Almeida	45,5 x 38cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, com seta norte, escala em palmos, papel canson, bom estado.	AHEX	
21	1835	AL	PLANO DAS ENCEADAS DE JARAGUA E PAJUSÁRA	Joze Fernandes Portugal	42 x 39 cm. (8 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
22	1835	PB	PLANO DA BARRA RIO E PORTO DA PARAHIBA DO NORTE	Joze Fernandes Portugal	42 x 28 cm. (3 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar
23	1835	RJ	PLANTA E PERFIL DESDE A PRAIA DO BECO DO PASSEIO PUBLICO ATÉ OS OBELISCOS DOIS IRMÃOS NO ENCANAMENTO DA CARIOCA	S/Autor	50 x 28,5 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em braças, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
24	1835	RS	PLANO DO PORTO DA COLONIA DO SACRAMENTO SOBRE A COSTA SEPTENTRIONAL DO RIO DA PRATA	Leonidio Je. Glz	33 x 33 cm. (1 ex. AHEX) (5 ex. FBN)	Monocromático, nanquim, com rosa dos ventos, papel canson, telado, bom estado.	AHEX FBN	Litografia do Archivo Militar
25	1836	GO	CARTA COROGRAFICA PLANA DA PROVINCIA DE GOIAZ e dos julgados do Araxá e dezemboque da provincia de Minas Geraes.	Raimundo José da Cunha Mattos.	120 x 56 cm. (2 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lith. Vr. Larée
26	1836	GO MG RJ	MAPPA DA MARCHA DO GENERAL CUNHA MATOS desde a cidade do Rio de Janeiro, até a serra da Marcella, antigo limite de Minas Gerais e Goiaz	Raimundo José da Cunha Mattos.	(1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lith. Vr. Larée
27	1836	RJ	PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Levantada de 1812 (por Mar. de Campo Cony, Brig. Andrea e out) até 1825 sob direção de Brig. Henrique F. Xavier de Brito, extendendo para 1828 pelos Cap. Joaquim Candido Guilhobel, Adolfo Lellebon, Pedro Pexeral e outros.	Brig. Henrique Frederico Xavier de Brito e outros	23 x 29 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lith. Vr. Larée
28	1837	BA	CARTA HYDROGRAPHICA DA BAHIA DE TODOS SANTOS.	S/Autor	34,5 x 50 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lith. Vr. Larée
29	1837	RJ	CARTA COROGRAPHICA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO segundo os reconhecimentos feitos pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer e outros.	Pedro Taulois	62 x 106 cm. (1 ex. FBN)	1 mapa mss. : aquarelado.	FBN	Mss

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
30	1837	RJ	PLANTA TOPOGRAPHICA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO	Officiaes engenheiros Vicente da Costa e Almeida, Pedro Bellegarde, Julio Fred. Koeler e ... Joaquim Raimundo de lamare.	78 x 56 cm. (1 ex. FBN)	1ª carta compreendida a cidade de Nictheroy.	FBN	S/info
31	1837	SP	MAPA TOPOGRÁFICO DOS TERRENOS ADJACENTES À FABRICA DE FERRO DE SÃO JOÃO DE IPANEMA	Major João Bloem	60,5 x 59 cm. (1 ex. AHEX e 1 copia)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com notas explicativas, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap José Manoel da Silva em 1850.	AHEX	S/info
32	1837	SP	MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SAN PAULO	Daniel Pedro Miller	104 x 76 cm. (2 ex. FBN)	Paris, A. Orgiazzi. 1 mapa em 2 seções ; cada seção 104 x 76cm.	FBN	S/info
33	1838	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	S/Autor	51 x 81 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, papel canson telado, bom estado, copiado por ordem do Presidente da Província Luiz Alves de Lima em 1840	AHEX	S/info
34	1838	MA	CARTA GERAL DA PROVINCIA DO MARANHÃO DIVIDIDA EM OITO COMARCAS	S/Autor	82 x 53 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	
35	1838	RS	PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE	S/Autor	45 x 58 cm. (2 ex. FBN)	Monocromático, impresso, rosa dos ventos.	FBN	Lith. Vr. Larée
36	1838	RS	PLANTA DO RIO DE SÃO GONÇALO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL - CIDADE DE PELOTAS - BARRA DE SÃO GONÇALO	2º Ten. Pedro Garcia da Cunha	48 x 65,5 cm. (2 ex. AHEX) (22 ex. FBN)	Monocromático, impresso, escala em braças, nota explicativa, rosa dos ventos, papel canson, telado, bom estado.	AHEX FBN	Litografia do Arquivo Militar

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
37	1838	SC	PLANTA DA PROVINCAI DE SANTA CATHARINA E SEUS LIMITES	Engenheiros A. S. Everard e A. M. A. de Carvalho	71,5 x 52 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com seta norte, papel canson.	AHEX	S/info
38	1838	SP	INTINERÁRIO DE SÃO PAULO À CUYABÁ	Conselheiro Pimenta Bueno	69 x 65 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com legenda, com escala, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap C. P. S. da Cunha em 1869.	AHEX	S/info
39	1839	BA	PLANTA DO ACAMPAMENTO DE PIRAJÁ E ITAPOAN	Antônio Pinto de Siqueira	57 x 46,5 cm (2 ex. AHEX)	Monocromático, impresso, com nota explicativa, escala, com convenções, seta norte, legenda, papel canson,	AHEX	Impresso
40	1839	BA	PLANTA DO ACAMPAMENTO DE PIRAJÁ E ITAPOAN e mais pontos ocupados tanto pelo Exercito Imperial como pelas forças rebeldes desde o dia 13/11/1837 até o dia 13/03 do anno seguinte com a indicação das estradas por onde transitou o mesmo Exército desde este dia até o da tomada da cidade de S. Salvador pelo Illmo. e Exmo. Sr. João Chisostomo Callado, Marechal de Campo, General em Chefe do Exercito, em 16 do mesmo mez	Cap. Eng. Henrique de Bearepere Rohan,	52 x 41 cm. (1 ex. AHEX) (4 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com escalas em milhas, com legendas, com seta Norte, papel comum	AHEX FBN	Litografia do Archivo Militar
41	1839	BA	PLANTA TOPOGRÁFICA DA CIDADE DE SÃO SALVADOR NA BAHIA DE TODOS OS SANTOS	Roberto Ferreira da Silva	65 x 121 cm. (1 ex. FBN)	Real Archivo Militar	FBN	S/info
42	1839	RJ	CARTA COROGRÁFICA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer e outros.	Engenheiro Pedro Taulois	72,5 x 69 cm. (1 ex. AHEX) (3 ex. FBN)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, papel canson,	AHEX FBN	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
43	1839	RJ	EXTREMIDADE ORIENTAL DA CIDADE DE ANGRA DOS REIS, ENTRE A PRAIA DO CARMO E O CAMPO DA CHACARIA	S/Autor	45 x 31,5 cm. (1 ex. AHEX)	Lápis, lápis de cor, com rosa dos ventos, escala em braças, papel canson, bom estado, Copiada em 1932 por J. Pinto Guedes;	AHEX	S/info
44	1839	RS	MAPPA DA PROVINCIA DE SAN PEDRO reduzido segundo uma carta manuscrita / levantada debaixo da direção do Ill.mo. e Ex.mo. Sñr. Visconde de S Leopoldo	Joze Pedro Cesar, Cor.el. de Milicias	52 x 66cm. (1 ex. FBN)	por Th. Duvotenay Geogr.fo. Paris [França] : Depôt General de la Guerra.	FBN	S/info
45	1839	RS	PLANTA DA CIDADE DE PORTO-ALLEGRE com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 de junho de 1836, com as	L. P. Dias	55 x 72 cm. (2 ex. AHEX) (4 ex. FBN)	Monocromático, impresso, legenda, nota explicativa, rosa dos ventos, papel canson, telado, bom estado.	AHEX FBN	Lith. Vr. Larée
46	1839	RS	STAMPA DO THEATRO DA GUERRA PROVINCIA DO RIO DE GRANDE DO S. PEDRO DO SUL	S/Autor	18,5 x 24 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	S/info
47	1840	AL	AS LAGOAS DAS ALAGOAS	Carlos de Mornay	43 x 34 cm. (1 ex. FBN)	1 Mapa ms. : aquarelado.	FBN	Mss
48	1840	AM	CARTA GEOGRÁFICA DA PARTE DA COSTA DO NORTE, QUE COMPREENDE A FOZ DO RIO DAS AMAZONAS DESDE UM ATÉ QUATRO GRAUS DE LATITUDE BOREAL	S/Autor	38 x 56,5 cm. (1 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Litografia, monocromático, com rosa dos ventos, escala em léguas, papel comum telado, bom estado, copiado pelo Ten. Jozé Jacques da Costa Ourique	AHEX FBN (1841)	Litografi a do Arquivo Militar
49	1840	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DE MARANHÃO (copia)	F. L. Ferreira.	50 x 80 cm. (1 ex. FBN)	Copiado por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente e comandante das armas da mesma Província, Luiz Alves de Lima.	FBN	S/info
50	1840	MA	PLANTA DA CIDADE DE S. LUIS DO MARANHÃO levantada e desenhada por ordem.	José Joaquim Rodrigues Lopes	(1 ex. FBN)	S/Info	FBN	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
51	1840	RJ	CARTA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	S/Autor	41 x 26 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, restaurado por Elisabeth do Valle Souto Soares, em abril de 2001	AHEX	S/info
52	1840	RJ	CARTA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	S/Autor	40 x 22,5 cm. (1 ex. AHEX)	Impresso, monocromático, escala em léguas, papel canson telado, bom estado;	AHEX	Impressão
53	1840	RJ	CARTA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO 1840	S/Autor	21,5 x 35,5cm. em folha 32 x 46,3 cm (1 ex. FBN)	Impresso - tipografia, gravado por J.A.P. monocromático, escala grafica em léguas.	FBN	Litografia do Arquivo Militar
54	1840	RJ	FACHADAS DA NOVA IGREJA MATRIZ DE N. S. DA GLÓRIA	Ten. Cel Domingos Monteiro	42,5 x 65 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em palmos, com seta norte, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
55	1840	RJ	PLANO HIDROGRÁFICO DA BAIÁ DO RIO DE JANEIRO	Capitão - Tenente Diogo Jorge de Brito	89 x 129 cm. (1 ex. AHEX)	Litografada em 1870, monocromático, com nota explicativa, com seta norte, escalas em braças e milhas, papel canson telado, mau estado.	AHEX	Litografia
56	1840	RJ	PROJECTO DE ARRUAMENTO DA VILLA DE MACAHÉ	G. J. S. Pimentel	56,5 x 81cm. (2 ex. FBN)	Manuscrito, um assinado e outro s/info	FBN	Mss
57	1840	RJ	RECONHECIMENTO DO NOVO CAMINHO ENTRE O ARROZAL E O SIRAHY	F. Carneiro de Campos	31 x 19,5 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com seta norte, escala em léguas, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
58	1840	RJ PR SC	MAPA DO LITORAL SUDESTE DO BRASIL, abrangendo de Angra dos Reis até a ilha de Santa Catarina.	S/Autor	108 x 79 cm. (1 ex. FBN)	Paris : Dépôt General de la Guerre. 1 mapa incompleto	FBN	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
59	1840	RS	MAPPA DO RIO GRANDE DO SUL	L. Zambecari	50,5 x 64,5cm. (3 ex. FBN)	Impresso, monocromatico.	FBN	Lith. Vr. Larée
60	1840	RS	PLANTA INDICANDO O TERRENO QUE DEVE SER OCCUPADO PELO FORTIM, QUE SE TEM DE CONSTRUIR A ESQUERDA DA VILLA DE JAGUARÃO	Major José Victoria Soares d'Andrea	38,5 x 50 cm. (1 ex. AHEX)	Colorida, nanquim, aquarela, tinta colorida, escala em palmos, seta Norte, papel canson, bom estado, copiado pelo Ten. Antonio Pedro Lecór, em 1850.	AHEX	S/info
61	1840	RS	PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL (COPIA)	Cel. José Pedro Cezar	181 x 167,5cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, impresso, escala em léguas portuguesas, papel canson, telado, Copiado segundo o mapa do Cel. José Pedro Cezar, por Joaquim Carlos de Niemeyer.	AHEX	S/info
62	1840	SC	PLANO DOS RIOS DE S. FRANCISCO, ARAQUARI E TREZ BARRAS	Antonio Xavier de Noronha Torezão	72 x 54 cm. (1 ex. FBN)	1 mapa ms. : Desenho a nanquim	FBN	Mss
63	1840		CARTA DO CAMPO DO PIRARA.	S/Autor	55 x 43 cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito, colorido, aquarelado.	FBN	Mss
64	1841	AM	CARTA QUE COMPREENDE PORÇÃO DO RIO NEGRO DESDE A VILLA DE BARCELLOS ATÉ O POSTO DE MARITABANAS	Ten Cel Jozé Simões de Carvalho em 1781, 82 e 91, desenhado por Villa Boas em 1841	143,5 x 74cm. (2 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap João Soares Neiva em 1875	AHEX FBN	S/info
65	1841	AP GF	CARTA DA COSTA DA GOIANA PORTUGUEZA E FRANCEZA desde o Forte de Macapa até Cayena formada por ordem do Governador e Capitão General do Estado do Pará no anno de 1808	Antonio Pinto de Siqueira	69 x 51 cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografi a do Archivo Militar
66	1841	AP PA	MAPPA DA REGIÃO AMAZONICA indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa.	Villas Boas	29,9 x 47,0cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito aquarelado	FBN	Mss

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
67	1841	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	26 x 41 cm. (1 ex. AHEX)	Impresso, monocromático, com legenda, papel canson telado, bom estado.	AHEX	Impressão
68	1841	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	29 x 43 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, papel canson telado, bom estado, copiado por Antônio Maria Cabral de Mello em 1845.	AHEX	S/info
69	1841	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	28 x 43 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Ten. Antônio Pedro Lecór.	AHEX	S/info
70	1841	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO correcta e augmentada desenhada e offerecida a Sociedade Literaria do Rio de Janeiro ... sob a direção de Antonio P. F. M. Antas .	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	39,5 x 25cm. (1 ex. FBN)		FBN	Sociedade Literaria do Rio de Janeiro
71	1841	MA	MAPA DA ILHA DO MARANHÃO	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	57 x 45 cm. (1 ex. AHEX)	Impresso, colorido, com seta Norte, escala em léguas, papel canson telado, bom estado.	AHEX	Impressão
72	1841	MA	MAPA DE PARTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	Ten. Cel. Eng. A. N. de Aguiar	63,5 x 52 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, com nota explicativa, escala em braças, papel canson telado, copiado pelo Cap. Eng. Luiz José da França, em 1862.	AHEX	S/info
73	1841	MA	MAPA DE PARTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, por ordem do Cel. Luiz Alves de Lima.	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	60 x 48 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em braças, papel comum telado.	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
74	1841	MA	PLANTA DO FORTE DA VERA CRUZ E CAXOEIRA DO RIO ITAPUCURÚ	Tenente J. V. V. da Silva	51,5 x 37cm. (2 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em palmos, papel canson, telado, copiado pelo Capitão José Joaquim Rodrigues Lopes, por ordem do General Luiz Alves de Lima.	AHEX	S/info
75	1841	MA	PLANTA DO FORTE DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA, A ENTRADA DO MARANHÃO, levantada em 1837 e desenhada em 1841.	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	44,5 x 37,5 cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, com escala, com legenda, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
76	1841	MA	PLANTA DO FORTE S. MARCOS NA ENTRADA DO PORTO DO MARANHÃO, levantada em 1837 e desenhada em 1841.	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	46 x 41 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela com escala, com legenda, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
77	1841	MA	PLANTA DO QUARTEL D'OURIQUE DO MARANHÃO	Cap. José Joaquim Rodrigues Lopes	55 x 37,5 cm. (1 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Colorido, nanquim, tinta colorida, com escala, com legenda, com rosa dos ventos, papel tecido.	AHEX FBN	Mss
78	1841	PE	MAPA TOPOGRÁFICO DE PARTE DAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO, ALAGOAS E PARAHIBA	Ten. D. da F. Lima	47 x 50,5 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em léguas, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
79	1841	RJ	CARTA GEOGRÁFICA DA PARTE ORIENTAL DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	Ten. Damazo da Fonseca Lima e Ten. José Joaquim D'Avila	74 x 53 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com seta norte, escala em léguas, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
80	1841	RJ	PLANTA DA FORTALEZA DO VILLAGALHON	Capitão de Engenheiros Jacinto Dezidério Cony	88,5 x 33,5 cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, com legenda, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
81	1841	RJ	PROJECTO DE ARRUAMENTO DA CIDADE DE CABO FRIO	G. J. da Silva Pimentel & Augusto Fernandes Pinheiro.	91,7 x 91,6cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito.	FBN	Mss
82	1841	SC	PLANTA DA VILLA DE N. S. DOS PRAZERES DE LAGES JUNTO AO RIO DAS CAVEIRAS	Ten. Jozé Saturnino da Costa Pereira	46,5 x 38 cm. (1 ex. AHEX - copia)	Colorida, nanquim, tinta colorida, aquarela, nota explicativa, papel canson telado, bom estado. Copiada de outra feita em 1769 pelo Ten. Jozé Saturnino da Costa Pereira em 1841.	AHEX	S/info
83	1841	SE?	MAPPA GEOGRAFICO DA VILLA DE LUZIA E SEU TERMO	S/Autor	49 x 40,0 cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito aquarelado	FBN	Mss
84	1841	SP	CARTA TOPOGRAFICA DE UMA PARTE DA PROVINCIA DE SÃO PAULO	Sargento Mor Engenheiro João da Costa Ferreira, desenhado no Arquivo Militar pelo 2º Tenente A. A P. R. Cirne	42,5 x 33 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com seta norte, escala em léguas, papel canson, telado, bom estado.	AHEX	S/info
85	1842	AL	CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS Corrigida da Carta do Governo de 1820 de outras cartas até o ano de 1838, e de informações e observações parciais até agora, que de ordem do Ilmo e Exmº Sem. Manoel Felizardo de Souza e Mello o Presidente da Província	Eng. Carlos de Mornay	59,5 x 59cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com seta norte, papel canson telado, mau estado, copiado em 1854 por Marcolino Rodrigues da Costa	AHEX	S/info
86	1842	AM	CARTA GEOGRAFICA DA PARTE DA COSTA DO NORTE QUE COMPREENDE A FOZ DO RIO AMAZONAS desde hum até quatro graos de latitude Boreal.	Leonídio José Gonçalves.	51,5 x 34,5cm. (5 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
87	1842	BA	PLANTA D'UMA PARTE DO RIO GRANDE DE BELMONTE OU JEQUITINHONHA	Eng. Andre Prcewodowski	110 x 41,5 cm (2 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, com escala, nota explicativa, papel canson, telado, bom estado, copiado pelo Cap. Antônio Pedro Lecor em 1857.	AHEX	S/info
88	1842	MG	PLANTA DO ARRAIAL DE SANTA LUZIA E SUAS IMMEDIAÇÕES com as posições ocupadas pelos rebeldes e as tropas imperiaes[sic] no combate em 20 do mez d'agosto de 1842 sob o comando do Exmo. General em Chefe Barão de Caxias.	Eng. Fernando Halfeld	63,5 x 47,5cm (1 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com nota explicativa, com seta Norte, escala em braças, papel canson, telado, bom estado.	AHEX FBN	Impress o
89	1842	RJ	CARTA DA 1ª SECÇÃO DAS OBRAS PUBLICAS DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO	F Carneiro de Campos	(1 ex. FBN)	Rio de Janeiro : P. Ludwig.	FBN	S/info
90	1842	RJ	PLANTA DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO e da maior parte de seus termos. Começada a levantar em 1826 e interrompida desde 1828 pelos officiais empregados no Archivo Militar da Corte	S/Autor	95,5x122,14cm (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito, desenho em nanquin, aquarelado, copiada do archivo militar pelos segundos tenentes J.J. d'Alcantara e A. P. de F. M. Antas, e outros.	FBN	Mss
91	1842	RS	PLANTA DAS TORRES E SUAS IMEDIAÇÕES – POSIÇÃO LIMÍTROPHE ENTRE AS PROVÍNCIAS DO RIO GRANDE E SANTA CATARINA	Major do Imperial Corpo Engenheiros Geronimo Francisco Coelho e 2º Ten Christiano Pereira de Azevedo Coutinho	79 x 61 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, com seta Norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Ten. E.M. de 1ª classe Tito da Franca Amaral.	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
92	1842	SC	CARTA COROGRAPHICA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA	José Joaquim Machado Oliveira	92 x 54,5cm. (3 ex. FBN) (2 ex. AHEX e 1 copia)	Monocromático, com legenda, com abreviaturas, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Ten Antonio Pedro Lecor em 1850.	AHEX FBN	Litografia do Arquivo Militar
93	1842	SC	MAPA DA VILLA DA LAGUNA	Maj Jerônimo Francisco Coelho	86 x 75,5cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, com nota explicativa, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap Luis Pedro Lecor em 1873.	AHEX	S/info
94	1842	SC	MAPA TOPOGRÁFICO DA PARTE SUL DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA compreendendo a costa desde o morro de Imbituba até as torres e os rios e lagoas interiores.	Ten Cel Jerônimo Francisco Coelho	100,5 x 85,5cm (2 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Monocromático, nanquim, nota explicativa, seta norte, escala em braças, papel canson, copiado pelo Maj Francisco V. de Castro Tavares e pelo Maj Antonio Pedro Lecor em 1872.	AHEX FBN	S/info
95	1842	SC	MAPPA CHOROGRAPHICA DA PROVINCIA DE ST ^a . CATHARINA, parte da Pa. de S. Paulo e da Pa. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay	Major Engenheiro C. Van Lede	64 x 78 cm. (3 ex. FBN) (1 ex. AHEX - copia)	Impresso, monocromatico, nota explicativa, papel canson telado, Cia Belgo-Brasileira de Colonização. Copiado pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo em 1868.	AHEX FBN	gravé par J. Collon. Bruxelas (Bélgica)
96	1842	SC	PLANTA DO PASSO DA BARRA DA LAGOA DO CAMACHO	Major Jerônimo Francisco Coelho	56,5 x 70,5 cm (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, escala em braças, papel canson telado, copiado pelo Major Antonio Pedro Lecor em 1872.	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
97	1842	SP	CARTA DA CAPITAL DE SÃO PAULO	Engenheiro José Jacques da Costa Ourique	91,5 x 68 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, nota explicativa, escala em braças, seta norte, papel canson telado, restaurado por Elisabeth do Valle Souto Soares, em março de 2001.	AHEX	S/info
98	1843	AL CE PB PE RN	CARTA COROGRAPHICA DEDICADA A S.M.I. O SENHOR D. PEDRO II CONTENDO AS PROVINCIAS DE ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAHIBA, RIO GRANDE DO NORTE, E CEARÁ arranjada sobre os trabalhos existentes, reconhecimentos e mais exames feitos desde 1819.	Conrado Jacob de Niemeyer & Marcos Pareira de Sales	81,5 x 62cm. (3 ex. FBN)	Rio de Janeiro : Heaton e Rensburg.	FBN	S/info
99	1843	AP GF	CARTAS RELATIVAS AOS LIMITES ENTRE O IMPERIO DO BRASIL E A GUYANA FRANCEZA.	S/Autor	24,0 x 30,0cm. (1 ex. FBN)	2 mapas ; 24,0 x 30,0cm (cada)	FBN	S/info
100	1843	PR SC	ESBOÇO DO MAPPA DOS CAMPOS DE PALMAS E TERRITÓRIOS CONTÍGUOS	Tito Alves de Brito	50,5 x 61cm. (2 ex. AHEX) (11 ex. FBN)	Impresso, monocromático, escala em léguas, papel canson telado, bom estado.	AHEX FBN	Litografia do Archivo Militar
101	1843	RJ	PLANTA DA ESTRADA DA ESTRELA DESDE O LUGAR DA FÁBRICA DA PÓLVORA INCLUINDO PARTE DA POVOAÇÃO DO PORTO	José da Vitória Soares de Andrea e João Rodrigues Silva	61 x 86,5 cm. (2 ex. AHEX, 1 colorido)	Monocromático, nanquim, tinta colorida, com seta norte, escala em braças, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
102	1843	RS	DISPOSIÇÃO DA FORÇAS IMPERIAL E REBELDE, NO ATTÁQUE DE PONCHE VERDE na Provincia do Rio Grande do Sul em 26 de maio de 1843: sendo prezidente e comandante em chefe o General Barão de Caxias	Tito Alves de Brito	22,5 x 31,5cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar
103	1843	RS	MAPPA DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO SUL e terrenos adjacentes das provincias limitrofes.	S/Autor	45,0 x 54,0cm. (1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lit. do Archivo Militar

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
104	1843	RS	MAPPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL E TERRENOS ADJACENTES DAS PROVÍNCIAS LIMITROFES	A. R. de Araújo	54,5 x 45,5cm (4 ex. AHEX) (7 ex. FBN)	Monocromático, nanquim, escala em léguas, nota explicativa, papel canson.	AHEX FBN	Litografia do Arquivo Militar
105	1843	RS	MAPPA TOPOGRÁFICO DA VILLA DE SÃO GABRIEL COM SEUA AREREDORES E FORTIFICAÇÕES TRAÇADOS	Major do Imperial Corpo de Engenheiros Miguel de Frias e Vasconcellos	74 x 70,5 cm. (2 ex. AHEX)	Monocromático, impresso, legenda, seta Norte, escala em palmos, papel canson, telado, sendo a fortificação pelo mesmo projetada e começada em 1843.	AHEX	S/info
106	1843	SP	PLANTA COROGRÁFICA DO LUGAR DAS CALDAS DO SUL DO RIO CUBATÃO E SEUS ARREDORES levantada em 1841.	Major Miguel de Frias Vasconcelos	30,5 x 36 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, com legenda, escala, seta Norte, papel canson, telado, bom estado, cópia impressa feita por A. M. S. Rodrigues.	AHEX	S/info
107	1843	SP	PLANTA DO TERRENO DA FÁBRICA DE FERRO DE IPANEMA E TERRENOS QUE O CIRCUNDAM DE QUE O ESTABELECIMENTO ESTA DE POSSE	Ten. A. Pinto	35,5 x 29 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, com nota explicativa, com seta Norte, papel tecido, bom estado.	AHEX	S/info
108	1844	AM	CÓPIA DA PLANTA DA CIDADE DA BARRA DO RIO NEGRO	Capitão Raphael Anjo Tenente Lopes	76,5 x 44,5cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, aquarela, com nota explicativa, seta norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap Franklin A. da Costa Ferreira	AHEX	S/info
109	1844	AM	CÓPIA DA PLANTA DA CIDADE DA BARRA DO RIO NEGRO	Capitão Raphael Anjo Tenente Lopes	77 x 45 cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, seta norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Cap João Pedro de Gusmão, em 1853	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
110	1844	MA	CARTA GERAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	Cap. Franklin Antônio da Costa Ferreira	74 x 87 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com legenda, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
111	1844	MS	CARTA DO RIO PARAGUAY DESDE O FORTE OLIMPO ATÉ A CIDADE DA ASSUMPÇÃO	Augusto Leverger.	30,0 x 21,0cm. (1 ex. FBN)	1 mapa manuscrito em 11 fls.	FBN	Mss
112	1844	RJ	PLANTA CADASTRAL DA FAZENDA NACIONAL NA LAGOA DO RODRIGO DE FREITAS	P. Saignoux	82 x 98 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com rosa dos ventos, escala em braças, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
113	1844	RJ	PLANTA DA FAZENDA NACIONAL NA LAGOA DE RODRIGO DE FREITAS, CONTENDO AS ALTERAÇÕES POSTERIORES ATÉ 1868	Engenheiro Francisco Pereira da Silva	117 x 154 cm (3 ex. AHEX, 1 copia em papel veg. e 1 parte)	cópia heliográfica, com legenda, com escala em metros, papel canson.	AHEX	S/info
114	1844	RJ	PLANTA HIDRO-TOPOGRÁFICA DA ESTRADA DO COMMÉRCIO ENTRE OS RIOS IGUASSÚ E PARAHIBA com todos os rios, ribeirões pricipaes, corregos, lagrimaes (sic) e torrentes que atravessão a dita estrada	Cel Conrado Jacob de Niemeyer	20,5 x 84 cm. (1 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Impresso, monocromático, com nota explicativa, com observações, com seta norte, escala em braças e léguas, papel canson, bom estado.	AHEX FBN	Heaton e Rensburg Lith
115	1844	RS	ESBOÇO DA LAGOA DOS PATOS	Joaquim Raimundo de Lamare	53,0 x 34,0cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito	FBN	Mss
116	1844	RS	MAPPA DA LAGOA DOS PATOS	Joaquim Raimundo de Lamare	(1 ex. FBN)	Mapa manuscrito	FBN	Mss
117	1844	SE	CARTA COROGRÁFICA PARA A DIVISÃO DAS COMARCAS E MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY organizada pelas informações exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje	Ten Cel João Bloem	62 x 81 cm. (1 ex. AHEX) (6 ex. FBN)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, papel canson telado, bom estado.	AHEX FBN	Litografia do Archivo Militar

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
118	1845	AM	CARTA DA COMARCA DO ALTO AMAZONAS	Capitão Raphael Anjo Tenente Lopes	69 x 92 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, notas explicativas, seta norte, escala, dividida em duas partes, papel canson telado, bom estado, copiado no Archivo Militar em 1851	AHEX	S/info
119	1845	AM	PLANTA DAS VILLAS DE MANAOS E EGA	Capitão Raphael Anjo Tenente Lopes	130,5 x 92,5cm (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, nota explicativa, legenda, seta norte, escala em braças, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Ten. M. R. B. de Brito em 1846	AHEX	S/info
120	1845	MA	PLANTA DO TERRENO DE MARINHA DO PORTINHO A FONTE DAS PEDRAS	Major Joaquim Lopes José Rodrigues	58 x 95 cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, com nota explicativa, com rosa dos ventos, escala em braças, mau estado.	AHEX	S/info
121	1845	MS	MAPPPA TOPOGRÁPHICO DO RIO PARAGUAY : desde a Bahia Negra até o Jaurú 'Offerecido A S. M. o imperador D. Pedro II. Por Duarte da ponte Ribeiro".	Marechal Antonio José Rodrigues	51 x 300 cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito aquarelado	FBN	Mss
122	1845	MT	PLANTA DO EDIFICIO DO ARSENAL DE GUERRA DE CUIABÁ NO ESTADO EM QUE SE ACHA EM 2 DE MAIO DE 1845	S/Autor	51 x 60 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, tinta ferrogálica, com seta Norte, papel canson, bom estado.	AHEX	S/info
123	1845	PE	PLANO DA ILHA DE FERNÃO DE NORONHA	Joze Fernandes Portugal	45 x 55,5 cm. (9 ex. FBN)	S/Info	FBN	Litografia do Archivo Militar
124	1845	RJ	MAPPA HIDROGRAPHICO DO ANCORADOURO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO : compreendido entre a Ponta do Trem, Ilha dos Ratos e Prainha	S/Autor	66 x 89 cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito aquarelado	FBN	Mss

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
125	1845	RS	CARTA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL / V.A.O.	S/Autor	86 x 87,5 cm (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito	FBN	Mss
126	1845	RS	MAPA DO RINCÃO DO SAICAN	S/Autor	31 x 39 cm. (1 ex. AHEX)	Impresso, monocromático, com nota explicativa, com seta norte, escala em léguas, papel canson.	AHEX	Impressão
127	1845	RS	MAPPA DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO SUL	S/Autor	(1 ex. FBN)	S/Info	FBN	Lit.Archi vo Militar
128	1845	RS	PLANTA DA FAZENDA DO CRISTAL antiga propriedade de Antonio José da Silva Guimarães nos subúrbios da cidade de Porto Alegre, confeccionada ... para esclarecimento da compra que se pretende fazer de uma parte della para estabelecimento de um colégio de educação	Marcolino Roiz da Costa	41 x 56,5cm. (1 ex. FBN)	Mapa manuscrito	FBN	Mss
129	1845	RS	PLANTA E PERFIL DO FORTE MANDADO CONSTRUIR, NO CERRITO DO JAGUARÃO POR S.ª EX.ª POR SEN OR CONDE DE CAXIAS, EM JUNHO DE 1845	1º Ten. João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Mariz	58,5 x 38,5cm. (2 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta ferrogálica, tinta colorida, aquarela, escala em palmas, papel canson telado, bom estado.	AHEX	S/info
130	1845	SP	PLANTA DO TERRENO DA FABRICA DE FERRO DE IPANEMA e terrenos que o circundão de que o estabelecimento está de posse	A. P. de F. M. Antas	27,0 x 35,0cm. (1 ex. FBN)	Lith. Leonidio.	FBN	S/info
131	1826/33	RJ	PLANTA DO MORRO DO CASTELLO	S/Autor	44,5 x 48,5cm. (1 ex. AHEX)	Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com escala em braças, com seta norte, papel canson telado, bom estado, copiada pelo Ten Vicente Ferreira Gomes.	AHEX	S/info

Cartas, plantas, mapas feitos entre 1831 e 1845 encontrados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Historico do Exército

	ANO	LO	TITULO	AUTOR	DIM e QTD	OBS	ARQ	TIPO
132	1835 ?	PE	MAPPA GEOGRÁPHICO DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO ATHÉ O RIO S. FRANCISCO dado pelo desembargador Joze de Mendonça de Matos Moreira; indicando as matas que podem servir para a construção da Marinha de Guerra, e mercantil; e os terrenos propios a agricultura.	José de Mendonça de Matos Moreira	73,5 x 36cm. (1 ex. AHEX) (1 ex. FBN)	Monocromático, nanquim, com nota explicativa, com seta norte, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, copiado pelo Ten Antonio Carneiro Leão em 1835.	AHEX FBN	S/info
133	1839/ 40	MG RJ	MAPA DA ESTRADA ENTRE OURO PRETO E RIO DE JANEIRO	Comissão de Geografia	49,5 x 141,5cm (2 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, com nota explicativa, escala em léguas, papel canson telado, mau estado.	AHEX	S/info
134	184..	SC	MAPPA DA MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS VINTE CINCO LEGOAS QUADRADAS das terras concedidas em complemento do dote da sereníssima princeza de Joinville a Sa. D. Francisca compreendendo os terrenos adjacentes ao Rio de S. Francisco e ilha do mesmo nome na Província de S.Catharina	Jerônimo Francisco Coelho tenente coronel do Imperial Corpo de Engenheiros e chefe da Comissão de Engenheiros	63 x 73,5 cm. (2 ex. FBN)	Reduzida a menor escala pelo capitão Luiz Pedro Lecor. Imperial Corpo de Engenheiros do Exercito.	FBN	Litografia do Archivo Militar
135	1842/ 45	RJ	PLANTA DOS TERRENOS DA FÁBRICA DA PÓLVORA DA ESTRELLA COMPRADOS A JOÃO ANTÔNIO ALBERNAZ	S/Autor	46,5 x 66 cm. (1 ex. AHEX)	Monocromático, nanquim, aquarela, com seta norte, escala em braças, papel canson, mau estado;	AHEX	S/info

ANEXO 3

**Relação dos cartógrafos dos mapas entre 1831
e 1845**

Cartógrafos das Plantas, Mapas e Cartas entre 1831 e 1845.

	Cartógrafo	Nasc/morte	n°	patente	observações
1	A. Pinto		1	Tenente	
2	Adolfo Lellebon		1	Capitão	
3	Andre Przewodowski	(1799-1879)	1	Engenheiro	Nascido em Varsóvia chegou aqui em 1839 e depois naturalizou-se brasileiro.
4	Antonio José da Silva Paulet	(17 - 18)	1	Tenente Coronel	Voltou à Portugal em 1820, autor do 1° Plano urbanístico de Fortaleza
5	Antonio Jose Nunes		1		
6	Antonio José Rodrigues	(1774-18)	1	Marechal	Em 1834 encerrou a carreira como Marechal
7	Antonio Nunes de Aguiar	(1807-1876)	1	Tenente Coronel	Foi presidente da Província de Alagoas. Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
8	Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas		1	Capitão	Fez o plano do edifício da atual pref. de Valença. 2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
9	Antonio Pinto de Siqueira		2		
10	Antonio Rodrigues D'Araujo (A. R. De Araujo)		2		
11	Antonio Xavier de Noronha Torrezão		1	2° Tenente da Marinha	Comanda a escuna 'Bela Americana' em 1837
12	Augusto Fernandes Pinheiro		1	Engenheiro	
13	Augusto João Manoel Leverger	(1802 - 1880)	1	Capitão de Fragata	Barão de Melgaço - Augusto João Manoel Leverger
14	Carlos de Mornay		2	Engenheiro civil	Trabalhou bastante em Aracaju
15	Carlos Van Lede		1	Major Engenheiro	Belga, instalou 90 patrícios as margens do Itajaí, SC
16	Christiano Pereira de Azevedo Coutinho		1	2° Tenente	Desenhador do Archivo Militar em 1844. 1° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
17	Comissão de Geografia		1		
18	Conrado Jacob de Niemeyer	(1788 - 1862)	2	Coronel de Engenheiros	
19	Damazo da Fonseca Lima		1	Tenente	Eng. Administrador das obras do 4° distrito do RJ
20	Daniel Pedro Müller	(1769 - 1841)	1	Marechal de Campo	Produziu um ensaio estatístico de São Paulo
21	Diogo Jorge de Brito	(- 1830)	1	Capitão - Tenente	Foi Ministro da Marinha de 1827 a 1828
22	Domingos Monteiro		1	Tenente Coronel	
23	Fernando Luiz Ferreira (F. L. Ferreira)		1	Major	Major do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
24	Francisco Pereira da Silva		1	Engenheiro/Tenente	2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
25	Franklin Antonio da Costa Ferreira		1	Capitão	
26	Frederico Carneiro de Campos	(1800 - 1867)	2	Tenente Coronel	Presidente da Província da Paraíba

Cartógrafos das Plantas, Mapas e Cartas entre 1831 e 1845.

	Cartógrafo	Nasc/morte	n°	patente	observações
27	Galdino Justiniano da Silva Pimentel	(1803 - 1878)	1	Tenente Coronel	Vice-Diretor do Arsenal de Guerra em 1844. Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
28	Henrique de Beurepaire Rohan	(1812 - 1894)	1	Marechal do exército	Visconde de Beurepaire-Rohan, Ministro da Guerra e Presidente das Províncias do Para e da Paraíba. Major Graduado do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
29	Henrique Frederico Xavier de Brito		1	Brigadeiro	
30	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	(1797 - 1893)	1	Engenheiro	Eng. Alemão, adota a nacionalidade brasileira em 1835 como eng. Chefe da Província de Minas Gerais. Fundador da cidade de Juiz de Fora, MG.
31	Jacinto Desidério Cony	(1799 - 1814)	1	Capitão de Engenheiros	
32	Jerônimo Francisco Coelho	(1806 - 1860)	4	Major de Engenheiros	(Ou Jeronymo). Foi presidente das províncias do Rio Grande do Sul e Grão Para e Ministro da Guerra. Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
33	João Bloem	(- 1851)	3	Major de Engenheiros	Autor do plano diretor de Recife, foi diretor da Real Fabrica de Ipanema de 1835 a 1842. Adido do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844 (Major).
34	João da Costa Ferreira	(1750 - 1822)	1	Sargento Mor Engenheiro	Chegou em São Paulo em 1788
35	João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Mariz		1	1° Tenente	2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
36	João Rodrigues da Silva		1	Capitão	2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
37	João Victo Vieira da Silva	(1809 - 1869)	1	Tenente Coronel	Lutou na guerra do Paraguai. Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
38	Joaquim Candido Guillobel	(1787 - 1859)	1	1° Tenente	Desenhista, aquarelista, arquiteto, topógrafo e cartógrafo. Lente da Escola Militar em 1844. Major do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
39	Joaquim Lucio de Araujo	(- 1884)	1	1° Ten. Da Marinha	
40	Joaquim Raimundo de Lamare	(1811-1889)	4	Ten. da Armada	
41	Joaquim Rodrigues de Andrade		3	Capitão	Destacou-se na defesa do Arsenal de Guerra durante a Cabanagem
42	José Antonio Pimenta Bueno	(1803 - 1878)	1	Conselheiro	Marques de São Vicente, Presidente das províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul

Cartógrafos das Plantas, Mapas e Cartas entre 1831 e 1845.

	Cartógrafo	Nasc/morte	n°	patente	observações
43	José de Mendonça de Matos Moreira		1	Ouvidor	Ouvidor da Comarca de Alagoas de 1777 a 1798
44	José de Victoria Soares d'Andrea		1	Tenente Coronel	Participou da Comissão de limites por volta de 1858. Major do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
45	José Jacques da Costa Ourique		1	Tenente Engenheiro	Faleceu no Rio Grande do Sul por volta de 1853 quando era Diretor da Escola Militar. 2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
46	José Joaquim D'Ávila	(1812-1873)	1	Capitão	Escreveu em 1857 um compendio de aritmética. 1° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
47	José Joaquim Machado de Oliveira	(1790 - 1867)	1	Coronel	Foi presidente das províncias do Para, Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina
48	José Joaquim Rodrigues Lopes	(1803 - 1895)	14	Tenente - Capitão - Major	Barão de Matoso
49	José Pedro Cesar	(1780-1831)	3	Coronel de Milícias	
50	José Xavier Garcia de Almeida		1	Tenente Coronel	Major do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
51	Jozé Fernandes Portugal	(1752 - 1818)	4	Sargento Mor	
52	Jozé Saturnino da Costa Pereira	(1771 - 1852)	1	Tenente	Publicou em 1834 o Dicionário Topográfico do Império do Brasil e em 1826-27 o Plano para Divisão das Comarcas, Cidades, Vilas, Povoações e Paróquias da Província de Mato Grosso. Lente da Escola Militar em 1844. Capitão Graduado do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
53	Jozé Simões de Carvalho		1	Tenente Coronel	Veio para o Brasil em 1780, ainda estava aqui em 1797
54	Julio Frederico Koeler	(1804 - 1847)		of. Engenheiro	Alemão, emigrou em 1828, naturalizou-se em 1835. Major do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
55	Leonidio José Gonçalves		2	Gravador/Litógrafo	Trabalhou no Arquivo Militar
56	Lívio Zambecari	(1802 - 1862)	1	Conde Italiano	Participou junto com os revolucionários da Guerra Dos Farrapos
57	Luiz Pereira Dias		1	Mestre de Obras	
58	Marcolino Rodrigues da Costa		1	Tenente	2° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
59	Miguel ?	?	1	?	

Cartógrafos das Plantas, Mapas e Cartas entre 1831 e 1845.

	Cartógrafo	Nasc/morte	n°	patente	observações
60	Miguel de Frias e Vasconcelos	(1805 - 1859)	1	Major	Foi governador do Rio de Janeiro de 1853-57. Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
61	P. Saignoux		1		
62	Patrício Antonio de Sepúlveda Everard	(1802-1876)	1	Coronel	
63	Pedro Cronemberger		1	Tenente Coronel	desobstruiu rios no Piauí
64	Pedro de Alcântara Bellegarde	(1807 - 1864)		Coronel	Foi Ministro da Guerra (1853-55) e chefe de Comissão de Limites. Lente da Escola Militar em 1844. Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros em 1844.
65	Pedro Garcia da Cunha	(1799 -)	1	2° Tenente	
66	Pedro Pexeral			Capitão	
67	Pedro Taulois		2	Engenheiro	Eng. Francês, fez o plano de arruamento de Niterói.
68	Raimundo José da Cunha Mattos	1776 - 1839)	2	Marechal de Campo	Nasceu em Faro, PT, naturalizou-se em 1822. Um dos fundadores do IHGB.
69	Raphael Lopes Anjo	(1800 - 1849)	3	Capitão tenente	Capitão de Fragata
70	Roberto Ferreira da Silva		1	2° Tenente	Consta de lista da gazeta do rio extraordinária de 22/11/1810
71	S/autor		26		
72	Tito Alves de Brito		2		Foi dos primeiros alunos da Academia Imperial de Belas Artes
73	Vicente da Costa e Ameida		1	of. Engenheiro	
74	Villas Boas		1		
			134		

ANEXO 4

**Mapas de Porto Alegre
Relação entre legendas**

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
1	Rua dos Andradas	Rua da Praia	1	Rua da Praia	49	Rua da Praia	1	n/	n/	Rua dos Andradas	n/	Rua dos Andradas	n/	Rua dos Andradas	n/	Rua dos Andradas	[2]
2	Rua dos Andradas	Rua da Praia	1	Rua da Graça	48	Rua da Graça	2	n/	n/	Rua dos Andradas	n/	n/	n/	Rua dos Andradas	n/	Rua dos Andradas	[2]
3	Rua Riachuelo	Rua dos Orives (Ponte)	6	Rua do Cotovelo	62	Rua do Cotovelo	3	n/	n/	Rua Riachuelo	n/	Rua da Ponte	n/	Rua do Riachuelo	n/	Rua Riachuelo	[4]
4	Rua Riachuelo	Rua dos Orives (Ponte)	6	Rua da Ponte	61	Rua da Ponte	4	n/	n/	Rua Riachuelo	n/	Rua da Ponte	n/	Rua do Riachuelo	n/	Rua Riachuelo	[4]
5	Rua Duque de Caxias	Rua da Ponte (da Igreja)	3	Rua Formosa	74	Rua Formosa	5	n/	n/	Rua da Igreja	n/	Rua da Igreja	n/	Rua do Duque de Caxias	n/	Rua do Duque de Caxias	[6]
6	Rua Duque de Caxias	Rua da Ponte (da Igreja)	3	Rua de S. José	68	Rua de S. José	6	n/	n/	Rua da Igreja	n/	Rua da Igreja	n/	Rua do Duque de Caxias	n/	Rua do Duque de Caxias	[6]
7	Rua Duque de Caxias	n/	n/	Rua do Hospital	85	Rua do Hospital	7	n/	n/	Rua da Igreja	n/	Rua da Igreja	n/	Rua do Duque de Caxias	n/	Rua do Duque de Caxias	[6]
8	Rua Jeronimo Coelho	n/	n/	Travessa da rua do Poço	65	Rua Nova do Poço	8	n/	n/	R. de S. Jeronimo	n/	n/	n/	R. Jeronymo Coelho	n/	n/	[5]
9	R. Cel. Fernando Machado	n/	n/	Rua do Arvoredo	75	Rua do Arvoredo	9	n/	n/	Rua do Arvoredo	n/	Rua do Arvoredo	n/	Rua do Coronel Fernando Machado	n/	Rua do Coronel Fernando Machado	[7]
10	Rua Demétrio Ribeiro	n/	n/	Rua da Varzia	77	Rua da Varzinha	10	n/	n/	Rua da Varzinha	n/	Rua do Riacho (Varzinha)	n/	Rua da Varzinha	n/	Rua Dona Isabel	[8]
11	Rua Demétrio Ribeiro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Beco da Bahia	n/	n/	n/	Rua da Varzinha	n/	Rua Dona Isabel	[8]
12	Rua Andrade Neves	n/	n/	Rua Nova	60	Rua Nova	11	n/	n/	Rua Nova	n/	n/	n/	Rua Andrade Neves	n/	n/	[3]
13	Av. Salgado Filho	Rua da Cadea	5	Rua da Cadea	59	Rua da Cadeia	12	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Travessa Dois de Fevereiro	n/	n/	[14]
14	Rua Gen. Vasco Alves	n/	n/	Rua do Principe	105	Rua Principal	13	n/	n/	R. da Guarda Principal	n/	n/	n/	Rua do General Vasco Alves	n/	Rua General Vasco Alves	[20]

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
15	Rua Gen. Portinho	n/	n/	Rua Bella	104	Rua Bella	14	n/	n/	Rua Bella	n/	n/	n/	Rua do General Portinho	n/	Rua General Portinho	[21]
16	Rua Gen. Canabarro	n/	n/	Rua Direita	103	Rua Direita	n/	n/	n/	Rua Direita	n/	n/	n/	R Gen Canabarro	n/	R Gen Canabarro	[22]
17	Rua Gen. Cipriano Ferreira	n/	n/	Rua Direita	103	Rua Direita	15	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do General Canabarro	n/	Rua General Canabarro	[22]
18	Rua Gen. Bento Martins	n/	n/	Rua do Arroio ou peccados mortaes	102	Rua do Arroio	16	n/	n/	Rua do Arroio	n/	n/	n/	Rua do General Bento Martins	n/	Rua General Bento Martins	[23]
19	Rua Gen. João Manoel	n/	n/	Rua Clara	101	Rua Clara	17	n/	n/	Rua Clara	n/	n/	n/	Rua do General JoãoManoel	n/	Rua do General JoãoManoel	[24]
20	Rua Gen. Auto	n/	n/	Rua do Bellas	100	Rua de Bellas	18	n/	n/	Rua de Bellas	n/	n/	n/	Rua do General Auto	n/	Rua General Auto	n/
21	Rua Gen. Vitorino	n/	n/	Trav. ou Rua da Prisao Militar	58	Rua d'Alegria	19	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do General Vitorino	n/	n/	[13]
22	Rua Gen. Câmara	Rua da Quitanda (Ouvidor)	2	Rua do Ouvidor	97	Rua do Ouvidor	20	n/	n/	Rua do Ouvidor	n/	n/	n/	Rua do General Câmara	n/	Rua General Câmara	[25]
23	Rua do Espirito Santo	n/	n/	Rua do Cemitério	98	Rua do Cemitério	21	n/	n/	Beco do Império	n/	n/	n/	Rua do Espirito Santo	n/	Rua Espirito Santo	n/
24	Av. Borges de Medeiros	n/	n/	Rua do Poço	93	Rua do Poço	22	n/	n/	Rua do Poço	n/	n/	n/	Rua do General Paranhos	n/	n/	[30]
25	Rua Marechal Floriano	Rua de Bragança	4	Rua de Bragança	92	Rua de Bragança	23	n/	n/	Rua de Bragança	n/	Rua de Bragança	n/	Rua do General Silva Tavares	n/	Rua Silva Tavares	[31]
26	Rua Vigario José Inacio	n/	n/	Rua do Rozario ou Bandeira	91	Rua do Rozario	24	n/	n/	Rua do Rozario	n/	Rua do Rozario	n/	Rua do Vigario José Inacio	n/	Rua Vigario José Inacio	n/
27	Rua Dr. Flores	n/	n/	Rua de Santa Catharina	83	Rua de Santa Catharina	25	n/	n/	Rua de Santa Catharina	n/	Rua de Santa Catharina	n/	Rua do Doutor Flores	n/	Rua Doutor Flores	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
28	Rua Sr. dos Passos	n/	n/	Rua do Coito ou Cordoeiro	79	Rua do Couto	26	n/	n/	Rua do N. S. dos Passos	n/	Rua do Senhor dos Passos	n/	Rua do Senhor dos Passos	n/	Rua Senhor dos Passos	n/
29	Rua Prof. Annes Dias	n/	n/	Rua da Misericórdia	82	Rua da Misericórdia	27	n/	n/	Rua da Misericórdia	n/	n/	n/	Rua da Misericórdia	n/	n/	n/
30	Rua Coronel Genuino	n/	n/	Rua da Figueira	88	Rua da Figueira	28	n/	n/	Rua da Figueira	n/	n/	n/	Rua do Coronel Genuino	n/	Rua Coronel Genuino	n/
31	Rua Gen. Lima e Silva	n/	n/	Rua da Olaria	76	Rua da Olaria	29	n/	n/	Rua da Olaria	n/	n/	n/	Rua do General Lima e Silva	n/	Rua Lima e Silva	n/
32	Não existe mais hoje (ligava a Andrade Neves a Andradas)	n/	n/	Beco do Barriga	96	Beco do Leite	31	n/	n/	Beco do Leite	n/	n/	n/	Travessa Angustura	n/	Travessa Angustura	[27]
33	Trav. Eng. Acilino Carvalho	n/	n/	Beco do Brito	94	Beco do Coelho	32	n/	n/	Beco do João Coelho	n/	n/	n/	Travessa Itapiru	n/	Travessa Ytapiru	[29]
34	Rua Caldas Junior	n/	n/	Beco do Fanha	99	Beco do Fanha	33	n/	n/	Beco do Fanha	n/	n/	n/	Travessa Paysandu	n/	Travessa Paysandu	[26]
35	Rua Vinte e Quatro de Maio	n/	n/	Beco da Fome	86	Beco da Fonte	34	n/	n/	Beco do Firme	n/	n/	n/	Rua do General Bento Gonçalves	n/	n/	n/
36	Rua Uruguai	n/	n/	B Casa da Opera	95	Beco da Opera	35	n/	n/	Beco da Opera	n/	n/	n/	Rua do Commercio	n/	Rua do Commercio	[28]
37	Av. Des. André da Rocha	n/	n/	Beco do Quartel do 8° Batalhão	87	Beco do 8° Batalhão	36	n/	n/	Beco do 8°	n/	n/	n/	Rua 3 de Novembro	n/	Rua 3 de Novembro	[15]
38	Rua Avai	n/	n/	Beco do Firme	89	Beco do Firme	37	n/	n/	Rua do Firme	n/	n/	n/	Rua Avahy	n/	Rua Avahy	[16]
39	Rua Sarmiento Leite	n/	n/	Beco do Israel Soares de Paiva	90	Beco do Israel	38	n/	n/	Travessa da Olaria	n/	n/	n/	Rua 1° de Março	n/	Rua 1° de Março	[17]
40	Rua Sarmiento Leite	n/	n/	Caminho para a Varzia	14	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Conceição	n/	Rua da Conceição	
41	Rua da Conceição	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Conceição		Rua da Conceição	

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
42	R. da Republica	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Imperatriz (Imperador)	n/	n/	n/	Rua da Imperador	n/	Rua da Imperador	[18]
43	Av. Venâncio Aires	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Imperatriz	n/	Rua da Imperatriz	
44	Rua Dr. Barros Cassal	n/	n/	Beco de Antonio Martins Barboza	6	Beco do Barboza	39	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Aurora	n/	Rua Aurora	n/
45	Av. Cristovão Colombo	n/	n/	Beco do Freitas Travassos e Caminho do Francisco Pinto de Souza	3	Beco do Chico Pinto	40	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Floresta	n/	Rua da Floresta	[10]
46	Rua Ramiro Barcelos	n/	n/	Beco de Antonio Gonçalves Carneiro	4	Beco do Carneiro	41	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Dom Affonso	n/	Rua Dom Affonso	[11]
47	Rua Gen. Salustiano	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Passagem	n/	n/	n/	Rua do Gen. Salustiano	n/	Rua General Salustiano	[19]
48	R. 7 de Setembro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua 7 de Setembro	n/	Rua da Alfandega ou do 7 de Setembro	n/	Rua 7 de Setembro	n/	Rua 7 de Setembro	[1]
49	Rua Washington Luiz	n/	n/	Praia do Riacho	78	Praia do Riacho	66	Praia do Riacho	18	Rua do Riacho	n/	Rua do Riacho	n/	Rua da Margem	n/	n/	n/
50	Av. Protasio Alves	n/	n/	Estrada geral para a Freguezia de Viamão	16	Caminho da Capella	71	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada do Meio	n/
51	Av. Independência	n/	n/	caminho da Caridade para o Alto do Passo d'Areia	7	Caminho do Passo da Areia	72	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Independência	n/	Rua da Independência	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
52	Av. Praia de Belas	n/	n/	Caminho de Belas	30	Caminho de Belas	73	n/	n/	n/	n/	Rua do Chafariz	n/	n/	n/	Rua de Belas	n/
53	Rua Voluntarios da Patria	n/	n/	Caminho Novo	1	Caminho Novo	74	n/	n/	R. do Caminho Novo	n/	R. do Caminho Novo ou Voluntarios da Patria	n/	Rua Voluntarios da Patria	n/	n/	[9]
54	Av. João Pessoa	n/	n/	n/	n/	Rua da Azenha	30	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
55	Av. João Pessoa	n/	n/	Caminho para a Azenha	19	Caminho d'Azenha	75	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Azenha	n/	n/	[32]
56	Av. Otavio Rocha	n/	n/	Rua do Paraizo	50	nao foi nomeada	n/	n/	n/	Beco do Rosario	n/	n/	n/	Rua 24 de Maio	n/		[12]
57	Rua Dr. José Montauray	n/	n/	Travessa do Paraizo	53	nao foi nomeada	n/	n/	n/	Rua do Paraizo	n/	n/	n/	Rua Conde D'Eu	n/	Rua Conde D'Eu	n/
58	Rua José do Patrocinio	n/	n/	n/	n/	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Concordia	n/	Rua da Concordia	n/
59	Rua Otavio Correa	n/	n/	n/	n/	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Dona Aurélia	n/	Rua Dona Aurélia	n/
60	Av. Padre Tomé	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça do Padre Thomé	n/	n/	n/
61	Travessa Araujo Ribeiro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua José Antonio de Araujo	n/	Travessa Araguaia	n/
62	Av. Alberto Bins	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua São Rafael	n/	n/	n/
63	Rua Coronel Vicente	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do Cor. Vicente	n/	Rua Coronel Vicente	n/
64	Rua Pinto Bandeira	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Pinto Bandeira	n/	Rua Pinto Bandeira	n/
65	Rua Santo Antônio	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Santo Antônio	n/	Rua Santo Antônio	n/
66	Rua João Telles	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Silveira Martins	n/	Rua Silveira Martins	n/
67	Rua Vieira de Castro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua São José (Rua Santana)	n/	Rua São José	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
68	Av. Getulio Vargas	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do Menino Deus	n/	Rua 13 de Maio	[33]
69	Rua Luiz Afonso	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Luiz Afonso	n/
70	Rua Lopo Gonçalves	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Lopo Gonçalves	n/
71	Rua da Azenha	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Azenha	[32]
72	Rua da Azenha	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Caxias	n/
73	Não existe mais hoje (parte da atual Av. Ipiranga)	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Vinte e oito de Setembro	n/
74	Rua Marcilio Dias	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Marcilio Dias	n/
75	Rua General Caldwell	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua General Caldwell	n/
76	Rua Barão do Triunfo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Barão do Triunfo	n/
77	Rua Visconde do Herval	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Visconde do Herval	n/
78	Rua Botafogo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Botafogo	n/
79	Rua Comendador Rodolfo Gomes	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua 12 de Janeiro	n/
80	Rua Barbedo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Barbedo	n/
81	Rua Costa	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Costa	n/
82	Rua José de Alencar	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Caxias	n/
83	Rua Grão Para	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Grão Para	n/
84	Rua Itororo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Itororo	n/
85	Rua Dr. Campos Velho	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada de Belém (Faixa Preta)	n/
86	Rua Corrêa Lima	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Caminho para o Morro Sta. Teresa	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
87	Rua Gonçalves Dias	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Limas e Silvas	n/
88	Av. Dr Carlos Barbosa	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada da Cavahada	n/
89	Av. Prof. Oscar Pereira	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada de Belém	n/
90	Av. Bento Gonçalves	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada do Mato Grosso	n/
91	Rua Santana	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Santa Anna	n/
92	Rua Gomes Jardim	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do Principe	n/
93	Rua São Luiz	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua São Luiz	n/
94	Rua São Manoel	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua São Miguel	n/
95	Rua São Francisco	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	R São Francisco	n/
96	Rua Livramento	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Livramento	n/
97	Rua Veador Porto	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Veador Porto	n/
98	Rua Vicente da Fontoura	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Boa Vista	n/
99	Rua Domingos Crescêncio	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Larga	n/
100	Av. Princesa Isabel	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Vicente	n/
101	Rua Laurindo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do Laurindo	n/
102	Rua Mariante	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Mariante	n/
103	Rua Miguel Tostes	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Esperança	n/
104	Rua Cabral	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Boa Vista	n/
105	Rua Casemiro de Abreu	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Casimiro de Abreu	n/
106	Rua Castro Alves	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Castro Alves	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
107	Rua Mostardeiro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Mostardeiro	n/
108	Rua Garibaldi	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Garibaldi	n/
109	Rua Tiradentes	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Tiradentes	n/
110	Rua General Neto	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua General Neto	n/
111	Av. 24 de Outubro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estrada dos Moinhos de Vento	n/
112	Rua Dr. Vale	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Becco do Valle	n/
113	Rua Félix da Cunha	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Félix da Cunha	n/
114	Rua Dr. Timotéo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Dr. Thimoteo	n/
115	Rua Conde de Porto Alegre	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Conde de Porto Alegre	n/
116	Rua Emancipação	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Emancipação	n/
117	Rua Sete de Abril	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua da Princesa	n/
118	Rua Santa Rita	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Santa Rita	n/
119	Travessa Azevedo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Azevedo	n/
120	Rua Almirante Tamandaré	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Guimarães	n/
121	Rua Quintino Bandeira	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua José Bonifacio	n/
122	Rua do Parque	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua do Parque	n/
123	Av. São Pedro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua São Pedro	n/
124	Av. Sertorio	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua Sertorio	n/
125	Av. Maua	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Rua das Flores (projetada)	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
126	Praça Marechal Deodoro	Praza Grande	D	Largo ou Praça do Palacio da Presidencia	66	Praça do Palacio	42	Praça do Palacio	24	Praça de Pedro 2	34	Praça de Pedro 2	n/	Praça de Pedro 2	n/	Praça D. Pedro II	18 [37]
127	Praça da Alfândega	Praza da Quitanda	O	Praça da Alfândega	47	Praça da Alfândega	43	Praça da Alfândega	25	n/	n/	Praça da Alfândega	n/	Praça da Alfândega	n/	Praça Senador Florêncio	52 [40]
128	Praça XV de Novembro	Largo do Paraizo	M	Praça do Paraizo	52	Praça do Paraizo	44	Praça do Paraizo	26	Zona do Antigo mercado a demolir	17	n/	n/	Praça Conde D'Eu	n/	Praça Conde D'Eu	31
129	Praça Conde de Porto Alegre	n/	n/	Praça do Portão	84	Praça do Portão	45	Praça do Portão	27	n/	n/	Praça do Portão	n/	Praça do Gen. Marques	n/	Praça General Marques	35 [36]
130	Praça Argentina	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça da Independencia	24	Praça da Independencia	n/	Praça da Independencia	n/	Praça da Independencia	37
131	Praça Brigadeiro Sampaio	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça da Harmonia e Passeio Publico	2	Praça da Harmonia	n/	Praça Martins de Lima	n/	Praça Martins de Lima	3 [39]
132	Pça General Osorio	n/	n/	n/	n/	n/	n	n/	n/	Pça Gen Osorio	33	n/	n/	Pça Gen Osorio	n/	Praça General Osorio	6 [41]
133	Praça Dom Sebastião	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça da Conceição	n/	Praça da Conceição	n/	Praça da Conceição	54
134	Praça Dom Feliciano	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça da Misericordia	n/	Praça Dom Feliciano	n/	Praça Dom Feliciano	39 [35]
135	Não existe mais hoje (ficava ao lado da Igreja das Dores)	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça Visconde do Rio Grande	n/	Praça Visconde do Rio Grande	[38]
136	Praça Jaime Telles	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça São Miguel	n/
137	Praça Mauricio Cardoso	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Praça São Manoel	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
138	Parque Farroupilha	Varzem	P	Varzia	15	Varzea grande em Projecto da nova cidade	82	n/	n/	Varzea	n/	Varzea	n/	Campo do Bomfim	n/	Campo da Redenção	[34]
139	Não existe mais hoje (localizava-se junto a atual Pça. Brig. Sampaio)	Colonna	11	Plourinho	54	Pelourinho	48	Pelourinho	30	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
140	Catedral	Catedral	A	Igreja Matriz	69	Igreja Matriz	49	Igreja Matriz	1	Cathedral	10	n/	n/	Matriz	n/	Igreja Matriz	22
141	Não existe mais hoje (ficava no terreno da atual catedral)	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Capela do Espirito Santo	11	n/	n/	Capela do Espirito Santo	n/	Capela do Espirito Santo	23
142	Capela Senhor dos Passos	n/	n/	Igreja Sr. dos Passos	80	Igreja dos Passos	50	Igreja dos Passos	2	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
143	Igreja Protestante	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja Protestante	30	n/	n/	Igreja dos Protestantes	n/	Igreja dos Protestantes	40
144	Igreja do Rosario	n/	n/	Igreja do Rozario	51	Igreja do Rozario	51	Igreja do Rozario	3	Igreja do Rozario	19	n/	n/	Igreja do Rozario	n/	n/	n/
145	Igreja das Dores	n/	n/	Igreja das Dores	63	Igreja das Dores	52	Igreja das Dores	4	Igreja das Dores	5	n/	n/	Igreja das Dores	n/	Igreja das Dores	10
146	Curia Metropolitana	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Lugar em que se esta construindo o seminario	31	n/	n/	Seminario e Bispado	n/	Seminario	24
147	Igreja do Carmo	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja do Carmo	22	n/	n/	Igreja N.S. do Carmo	n/	Igreja do Carmo	41
148	Capela de São Rafael	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja de S. Rafael	n/	Igreja de S. Rafael	11
149	Igreja São José	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja S. José	n/	Igreja S. José	33
150	Igreja da Conceição	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja (da Conceição)	n/	Igreja da Conceição	n/	Igreja da Conceição	44
151	Capela do Bonfim	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja N. S. do Bonfim	n/	Igreja do Bonfim	43
152	Igreja de N. S. dos Navegantes	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja de N. S. dos Navegantes	47

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
153	Igreja do Menino Deus	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja do Menino Deus	48
154	Igreja de Santo Antônio	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja de Santo Antônio	49
155	Igreja de São Pedro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Igreja de São Pedro	n/
156	Nao existe mais nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Palacio Episcopal	32	n/	n/	n/	n/	n/	n/
157	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Proprio Provincial em que esta a fabrica de oleos	29	n/	n/	n/	n/	n/	n/
158	Não existe mais hoje	Campo Santo	C	Cemitério	71	Cemitério da Matriz	53	Cemitério da Matriz	5	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
159	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Cemitério da Caridade	54	Cemitério da Caridade	6	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
160	Não existe mais hoje	n/	n/	Catacumbas	70	Catacumbas	55	Catacumbas	7	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
161	Cemitério da Sta. Casa	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Cemitério	n/
162	Santa Casa	Ospedal	n/	Hospital da Caridade	81	Hospital da Caridade	56	Hospital da Caridade	8	Santa Casa da Misericordia	21	n/	n/	Santa Casa da Misericordia	n/	Santa Casa da Misericordia	38
163	Beneficência Portuguesa	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Beneficência Portuguesa	n/	Beneficência Portuguesa	45
164	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Beneficência Brasileira	n/	Beneficência Brasileira	5
165	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Hospital N. S. Das Dôres	53
166	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Azilo Santa Theresa	n/
167	Asilo de Mendicidade Padre Cacique	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Azylo de Mendigos	n/
168	Hospicio SaoPedro	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Hospicio de S. Pedro	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
169	Não existe mais hoje (Alfandega Velha)	Alfandega	G	Alfandega	47	Caza da Alfandega	46	Caza da Alfandega	28	Alfandega	16	Alfandega	n/	Alfandega	n/	Alfandega	51
170	Palacio Piratini Governo do Estado	Paço do Governo	B	Palacio dos Presidentes	72	Palacio do Governo	57	Palacio do Governo	9	Palacio do Governo	9	n/	n/	Palacio do Governo		Palacio do Governo	21
171	Anexo da Assembleia Legislativa	Camara dos Deputados	E	Casa da Assmblea Provincial	73	Caza da Assembleia	58	Casa d'Assemblea	10	Assemblêa Provincial	8	n/	n/	Assemblêa Provincial	n/	Assemblêa Provincial	20
172	Comando do 3° Exército	Arsenal	I	Arsenal de Guerra	106	Arsenal de Guerra	59	Arsenal de Guerra	11	Antigo Edeficio do Arsenal de Guerra	6	n/	n/	Arsenal de Guerra	n/	Arsenal de Guerra	7
173	Cia Comando do 3° Exército	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/		Novo Arsenal de Guerra	7	n/	n/	Arsenal de Guerra	n/	Arsenal de Guerra	8
174	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/		Cadêa Civil	1	Cadêa Civil	n/	Cadêa Civil	n/	Cadeia Civil	1
175	Theatro S. Pedro	n/	n/	Alicerces da nova Casa da Opera	67	Alicerces p Caza da Opera	69	Alicerces p Caza da Opera	21	Theatro S. Pedro	13	Theatro	n/	Theatro S. Pedro	n/	Theatro S. Pedro	16
176	Ficava no terreno da atual Assmbleia Legislativa do Estado	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Bailante	12	n/	n/	Bailante	n/	n/	n/
177	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Theatro das Variedades	n/	Theatro das Variedades	34
178	Não existe mais hoje			n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Exposição Brasil & Alemanha			
179	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Prado Rio-Grandense	n/
180	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Prado da Boa Vista	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
181	Local do atual Palacio da Justiça	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Alicerces p/ Edificação da Camara Municipal	14	n/	n/	Camara Municipal	n/	Camara Municipal	17
182	Colégio Sevigné	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Alicerces p/ o Liceo	15	n/	n/	Atheneo Riograndense	n/	n/	n/
183	não se encontra o n° na planta.	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Escola Normal	32
184	Escola Militar	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Escola Militar	n/	Escola Militar	50
185	Não existe mais hoje (Gasometro)	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Gazometro	n/	Gazometro	2
186	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Telegrapho	n/	Estação Telegrafica	12
187	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Correio	n/	Correio	13
188	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estação Telephonica	55
189	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Thesouraria Geral	14
190	local do atual 6° Comando do exército CPOR	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Laboratorio	n/
191	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Estação dos Bonds	n/	Estação dos Bonds	42
192	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	E. de F. de São Leopoldo	n/	Estação da E.F. de P.A. À Novo Hamburgo	46
193	Nao existe atualmente nesse local	Sala do Juri	F	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
194	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	Intendencia	60	Intendencia	12		n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
195	Atual Capitania dos Portos	n/	n/	Arsenal da Marinha	107	Arsenal da Marinha	61	Arsenal da Marinha	13	Arsenal da Marinha	3	n/	n/	Arsenal da Marinha	n/	Arsenal da Marinha	4
196	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	Tesouraria	62	Thesouraria	14	n/	n/	n/	n/	Thesouraria Geral	n/	n/	n/
197	Não existe mais hoje	n/	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Antigo mercado a demolir	n/	Mercado	n/	n/	n/	n/	n/
198	Mercado Publico	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Novo Mercado	18	n/	n/	Mercado	n/	Mercado	30
199	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Banca do Peixe	n/	Banca do Peixe	29
200	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Quartel General	4	n/	n/	Quartel da Força Policial	n/	Quartel da Força Policial	9
201	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Quartel General	n/	Quartel General	25
202	Nao existe atualmente nesse local	Quartel dos Caçadores	L	n/	n/	Quartel do 8°	63	Quartel Mr	15	Quartel da Praça da Independencia	n/	n/	n/	Quartel	n/	Quartel do 13° de Infantaria	36
203	Nao existe atualmente nesse local	Quartel dos Permanentes	H	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Quartel do Corpo Policial	28	n/	n/	n/	n/	n/	n/
204	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Antigo Quartel dos Guaranis	27	n/	n/	n/	n/	n/	n/
205	Nao existe atualmente nesse local	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Deposito da Polvora (Ilhas)	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
206	Não existe atualmente nesse local (canalizado)	n/	n/	Riacho	21	Riacho	64	Riacho	16	n/	n/	Riacho	n/	n/	n/	Riachinho	n/
207	Ponte de Pedra	Ponte do Riacho	7	Ponte do Riacho	30	Ponte do Riacho	65	Ponte do Riacho	17	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
208	Não existe mais hoje	Trapiche da Alfandega	9	Trapiche da Alfandega	47	Trapiche	47	Trapiche	29	n/	n/	n/	n/	Trapiche da Alfandega	n/	Trapiche da Alfandega	15
209	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Trapiche da Companhia Fluvial	n/	Trapiche da Companhia Fluvial	26
210	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Trapiche Municipal	n/	Trapiche Municipal	27
211	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Novo Trapiche Municipal	28
212	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Trapiche dos Rápidos	n/	n/	n/
213	Não existe mais hoje	Trapiche da Quitanda	10	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
214	Não existe mais hoje	n/	n/	Praia do Arsenal	55	Praia do Arsenal	67	Praia do Arsenal	19	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
215	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Praia do Caminho Novo	68	Praia do Caminho Novo	20	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
216	Não existe mais hoje	n/	n/	Moinho de vento de onde tem Netto...	8	Moinho de Vento Velho	70	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
217	Não existe mais hoje	n/	n/	Olaria do Pinheiro	22	Olaria do Pinheiro	76	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
218	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara e Olaria do chamado Joãozinho da Olaria	24	Olaria de Joãozinho	77	Olaria do Joãozinho	22	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
219	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Olaria de Jerônimo	78	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
220	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Olaria de Tristão	79	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
221	Não existe mais hoje	n/	n/	Olaria de Jose Ignacio Lourenço	5	Olaria de Joze Ignacio	80	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
222	Não existe mais hoje	n/	n/	Moinhos de Antonio Martins Barboza	13	Muinhos do Barboza	81	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
223	Não existe mais hoje	n/	n/	Lugar para huma caldeira	27	Caldeira e canal para conduzir as aguas do Riacho	83	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
224	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Poço da Caridade	84	Poço da Caridade	23	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
225	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Fonte do Dezebargador Bello	23	Chafariz	n/	n/	n/	n/	n/
226	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Fonte dos Pobres	25	n/	n/	n/	n/	n/	n/
227	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Antigo deposito d'agoa do canal	26	Chafariz	n/	n/	n/	n/	n/
228	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Chafarizes da Comp. Hidraulica	a	n/	n/	n/	n/	n/	n/
229	Atual local da Assembleia Legislativa do Estado	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Terreno em que esta o reservatorio da Companhia Hidraulica	b	n/	n/	Hydraulica Porto Alegrense	n/	Hydraulica Porto Alegrense	19
230	Não existe mais hoje	n/	n/	fundeadoiro	q	Fundeadoiro Mercante	85	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
231	Não existe mais hoje	n/	n/	fundeadoiro	q	Fundeadoiro de guerra	86	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
232	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Chacaras do caminho Novo	87	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
233	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Chacara do Barboza	88	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
234	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de José Ignacio Lourenço	9	Chacara de Joze Ignacio	89	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
235	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de S; Rafael, Fonte e Potreiro	29	Chacara S. Rafael	90	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
236	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara do Leão	18	Chacara do Leão	91	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
237	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara e Olaria do chamado Joãozinho da Olaria	24	Chacara do Joãozinho	92	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
238	Não existe mais hoje	n/	n/	Olaria do Pinheiro	22	Chacara do Pinheiro	93	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
239	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de José R. de Oliveira	23	Chacara de Joze Rodrigues	94	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
240	Não existe mais hoje	n/	n/	Ponta das Pedras	56	Ponta da Passagem	95	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
241	Não existe mais hoje	Desembarcadero dos cavallos	8	Passagem para o lado Occidental	57	Ponta da Passagem	95	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
242	Não existe mais hoje	n/	n/	foz do Rio Pardo	1	Rio Pardo ou Guayba	96	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
243	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Rio Pardo ou Guayba	96	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
244	Não existe mais hoje	Canoa de 65 pés de hussi so tronco, larga 7 pes	12	pontão que serve de conservar presos	r	Preziganga	97	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
245	Não existe mais hoje	n/	n/	Patacho de Guerra Leopoldina	s	Patacho de Registo	98	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
246	Ilhas Fronteiras	n/	n/	n/	n/	Ilhas Fronteiras	99	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	Ilhas Fronteiras	n/
247	Não existe mais hoje	n/	n/	plataformas de baterias	b	Baterias colocadas para a defesa da praia...	a	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
248	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Embarcações armadas para defesa da praia...	b	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
249	Não existe mais hoje	n/	n/	peças de artilharia de Netto	o1	Baterias colocadas por Neto	c	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
250	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Baterias por onde se fechava a linha defesa 1837	d	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
251	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Ponto 1	e	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
252	Não existe mais hoje	n/	n/	S. Francisco das Chagas Ent e bat	45	Ponto 2	f	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
253	Não existe mais hoje	n/	n/	Sra. Da Conceição Ent e Bat	42	Ponto 3	g	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
254	Não existe mais hoje	n/	n/	S. José dos Allemães Ent e Bat	41	Ponto 4	h	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
255	Não existe mais hoje	n/	n/	S. João da Olaria Ent e Bat	40	Ponto 5	i	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
256	Não existe mais hoje	n/	n/	n/	n/	Ponto 6	l	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
257	Não existe mais hoje	n/	n/	S. Jorge	39	Ponto 7	m	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
258	Não existe mais hoje	n/	n/	2. Bateria da legalidade Ent e Bat	37	Ponto 8	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
259	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de Dr. Manoel José de Araujo Franco	10	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
260	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de Antonio F. Teixeira	11	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
261	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara de Joao de Souza	12	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
262	Não existe mais hoje	n/	n/	Chacara e Olaria do Telles	17	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
263	Não existe mais hoje	n/	n/	Ponte de Pedra na Azenha	20	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
264	Não existe mais hoje	n/	n/	Potreiro do mesmo Joaozinho	25	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
265	Não existe mais hoje	n/	n/	Lugar para huma Igreja	26	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
266	Não existe mais hoje	n/	n/	Casa e terreno do Hospital da Caridade	28	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
267	Não existe mais hoje	n/	n/	Firmo Ent e Bat	38	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
268	Não existe mais hoje	n/	n/	Inperador Constitul Ent e Bat	43	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
269	Não existe mais hoje	n/	n/	Santo Antonio Ent e Bat	44	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
270	Não existe mais hoje	n/	n/	D. Pedro 2° Ent. e Bat.	46	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
271	Não existe mais hoje	n/	n/	Ponta do Arsenal	64	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
272	Não existe mais hoje	n/	n/	Baterias postadas no Largo da Caridade	a	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
273	Não existe mais hoje	n/	n/	Brigue Bento Gonçalves	c	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
274	Não existe mais hoje	n/	n/	Patacho Vinte de Setembro	d	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
275	Não existe mais hoje	n/	n/	Escuna Farroupilha	e	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
276	Não existe mais hoje	n/	n/	Hiate Onofre	f	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
277	Não existe mais hoje	n/	n/	local de ataque dos farrapos do rio	g	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
278	Não existe mais hoje	n/	n/	Canalete	h	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
279	Não existe mais hoje	n/	n/	local de ataque dos farrapos do rio	i	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
280	Não existe mais hoje	n/	n/	lugar de barro de olaria e de ataque dos farrapos	o	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
281	Não existe mais hoje	n/	n/	Baixio c/ancora	t	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
282	Não existe mais hoje	n/	n/	Local fixo para fechar com o porto (boias em corrente)	u	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
283	Não existe mais hoje	n/	n/	Sra. Madre de Deos Ent e Bat	36	Ponto 9	p	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
284	Não existe mais hoje	n/	n/	15 de junho de 1837 Ent e Bat	35	Ponto 10	q	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
285	Não existe mais hoje	n/	n/	Lealdade e Valor Ent e Bat	34	Bateria 11	r	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
286	Não existe mais hoje	n/	n/	Leal Cassapava Ent e Bat	33	Ponto 12	s	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
287	Não existe mais hoje	n/	n/	Trinta de Julho Ent e Bat	32	Ponto 13	t	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
288	Não existe mais hoje	n/	n/	Legalidade ou Morte Ent e Bat	31	Ponto 14	u	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
289	Não existe mais hoje	n/	n/	Canhoneira	p	Canhoneiros nos dois flancos	x	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
290	Não existe mais hoje	n/	n/	fortificações	m	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
291	Não existe mais hoje	n/	n/	fortificações	n	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
292	Não existe mais hoje	Casa del Colonnelle José Mariano de Mattos	a	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
293	Não existe mais hoje	Casa de José Magalhaes Calvet	b	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888

Relação entre as legendas das diversas plantas

	Nomenclatura atual	Mapa de 1833	n° leg	Mapa de 1838	n° leg	Mapa de 1839	n° leg	Mapa de 1844	n° leg	Mapa de 1868	n° leg	Mapa de 1872	n° leg	Mapa de 1881	n° leg	Mapa de 1888	n° leg
294	Não existe mais hoje	Casa di Francisco Moieste Franco	c	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
295	Não existe mais hoje	Casa del Colonello Luiz de Lima e Silva	d	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
296	Não existe mais hoje	Csa di Gaetano Morandi	e	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
297	Não existe mais hoje	Casa de Juca leão	f	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
298	Não existe mais hoje	Casa della Famiglia Del Brigadieire Gene Palmeira	g	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
299	Não existe mais hoje	Casa e Hotel di Smith	h	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/
300	Não existe mais hoje	Casa de Onofre Pirez da Silveira Canto Coronello	i	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/	n/

Azul - Legenda em cartucho

Vermelho - escrito no mapa

[n°] - N° constante do 'Quadro de ruas....' do mapa de 1888